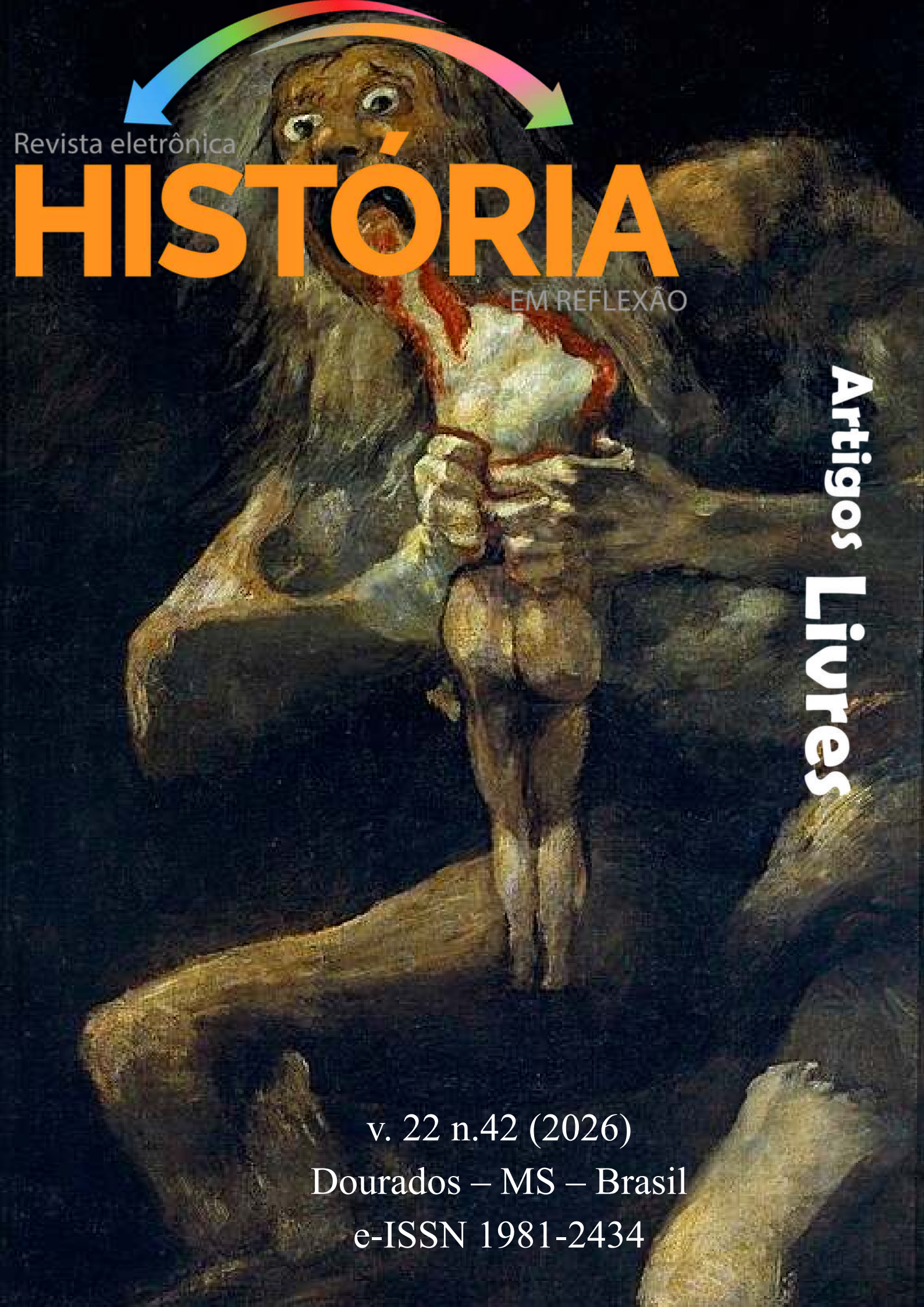


Revista eletrônica

HISTÓRIA

EM REFLEXÃO

Artigos Livres

v. 22 n.42 (2026)
Dourados – MS – Brasil
e-ISSN 1981-2434

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

CLASSE, GÊNERO E RAÇA
Apontamentos em diálogo com a História Social do Trabalho

CLASS, GENDER AND RACE
Notes in dialogue with the Social History of Labor

SILMARA CARDOSO DE LIMA SILVA[1]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar contribuições ao debate sobre as relações entre classe, gênero e raça. Foi realizada pesquisa bibliográfica no campo da História Social do Trabalho, buscando compreender aspectos da dinâmica da produção teórica, destacando elaborações que não se restringem ao conceito de classe, incorporando os conceitos de gênero e/ou raça. Numa perspectiva de elaboração interdisciplinar, estabelecemos diálogos entre autoras e autores da História Social do Trabalho e intelectuais que transitaram entre a História e outros campos das Ciências Humanas. Foi possível localizar nas últimas décadas produções que investigam as relações de classe, raça e gênero a partir do mundo do trabalho. Esses estudos problematizam abordagens anteriores – centradas apenas no conceito de classe – e evidenciam protagonismos de mulheres e pessoas negras como sujeitos históricos.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. História da classe trabalhadora. Classe, gênero e raça.

ABSTRACT

The aim of this article is to present contributions to the debate on the relationship between class, gender and race. Bibliographical research was carried out in the field of Social History of Labor, seeking to understand aspects of the dynamics of theoretical production, highlighting elaborations that are not restricted to the concept of class, incorporating the concepts of gender and/or race. From an interdisciplinary perspective, we established dialogues between authors of the Social History of Labor and intellectuals who have moved between History and other fields of the Human Sciences. It was possible to locate productions in recent decades that investigate class, race and gender relations from the world of work. These studies problematize previous approaches – centered only on the concept of class – and highlight the

[1] Doutoranda em Ciências Sociais (bolsista CAPES) e Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: silva.silmara@unifesp.br

protagonisms of women and black people as historical subjects.

Keywords: World of work. Working class history. Class, gender and race.

INTRODUÇÃO

Neste artigo desenvolvemos reflexões em torno de debates sobre classe, raça e gênero, partindo de estudos do campo da História Social do Trabalho. Revisitamos, inicialmente, algumas contribuições de Emilia Viotti da Costa, destacando conceitos e questões fundamentais em torno dos seguintes debates: estrutura e experiência; necessidade e liberdade; as dimensões micro e macro na pesquisa histórica. A partir destas bases, passamos ao debate em torno das relações entre classe, raça e gênero.

Situando-nos num caminho de elaboração interdisciplinar, buscamos estabelecer diálogos entre referências da História Social do Trabalho e outros autores e autoras das Ciências Humanas, que transitaram entre outras áreas como a História, a Sociologia, a Antropologia.

1. ESTRUTURA E EXPERIÊNCIA

Em *Estruturas versus experiência. Novas tendências da história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*, Costa (1990) nos apresenta um debate epistemológico no campo da historiografia, voltando sua atenção para produções da História do Trabalho. A autora nos leva a um rico debate sobre o lugar das estruturas e das experiências nas pesquisas até ali desenvolvidas e demonstra a existência de duas abordagens: “Há os que consideram fundamental analisar a experiência operária a partir de uma abordagem de tipo estrutural e há aqueles que só buscam reconstituir a ‘experiência’ operária” (Costa, 1990, p. 3).

Por muito tempo, prevaleceram as produções estruturalistas, voltadas principalmente para as estruturas econômicas e políticas. O artigo de Costa (1990) trata de uma mudança de perspectiva, que questionou as abordagens predominantes até então. A autora cita vários historiadores que chamaram atenção para a necessidade de que as experiências dos trabalhadores

ganhassem evidência nas pesquisas. Destacamos os comentários sobre Eugene Sofer:

> Sofer argumentava que ao examinar a natureza e as estruturas da vida da classe trabalhadora de maneira a perceber as relações entre atividades do dia a dia e os movimentos políticos, aqueles historiadores tinham ampliado nossa compreensão da classe operária. Nesse *mesmo texto* ele fazia votos que os historiadores do trabalho na América Latina viessem a seguir esse novo caminho em busca de uma história de baixo para cima, uma história na qual os trabalhadores falassem por si mesmos e fossem vistos como atores conscientes que ajudam a definir a mudança em vez de meramente responderem a ela. Hoje já se pode dizer que os desejos de Sofer foram satisfeitos. Vários livros publicados e várias teses escritas na década de 80 seguiram esse roteiro (Costa, 1990, p. 4).

A autora prossegue anunciando: "É tempo de avaliar seus resultados" (Costa, 1990, p. 4). É o que ela faz ao longo do artigo. Considerando os limites e objetivos deste trabalho, não discorreremos aqui minuciosamente sobre sua avaliação. O que entendemos ser indispensável destacar é a proposta de síntese apresentada pela autora. Ela aponta a importância de que a História do Trabalho tenha se voltado para as experiências dos trabalhadores, não mais restringindo-se a abordar o papel das elites ou dos líderes sindicais. No entanto, aponta a importância de que tal movimento não seja acompanhado de um abandono da análise estrutural:

> Na nova historiografia os trabalhadores aparecem como sujeitos da história em vez de simples objetos, tão importantes para a compreensão da história quanto as elites, cujos limites eles definem. Esta revisão que amplia de forma significativa o nosso conhecimento é devida em grande parte a historiadores que abandonaram as análises "estruturalistas" tradicionais. Mas os estudos mais bem-sucedidos são exatamente aqueles em que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideraram irreconciliáveis (Costa, 1990, p. 8).

Parece-nos que a autora levou à frente o desafio de uma produção historiográfica com investigação e análise das estruturas, das experiências dos diversos sujeitos e – o mais importante – de como essas dimensões se relacionam no processo histórico. É o que visualizamos na introdução de seu livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823.* Ela destaca as experiências dos "escravos", que "aproveitaram a

oportunidade para tomar a história nas próprias mãos" (Costa, 1998b, p. 18) de modo que podemos entendê-los como sujeitos históricos ativos:

> A partir de roteiros trazidos do passado, modificados pelas novas condições e pelo novo ambiente, os escravos teceram narrativas novas sobre o mundo, criaram novas formas de parentesco e inventaram novas utopias. Não tentaram simplesmente recriar o passado, mas controlar o presente e modelar o futuro. Nas interações diárias com senhores e missionários, os escravos se apropriaram de símbolos cujo propósito original era sujeitá-los, e converteram-nos em instrumentos de sua emancipação. Nesse processo, não apenas transformaram a si mesmos como transformaram todos a sua volta e ajudaram a traçar o curso da história (Costa, 1998b, p. 17).

Sua atenção em relação às experiências e narrativas dos diversos sujeitos desse processo não faz com que a autora abandone o olhar para as estruturas:

> Como nos Estados Unidos, no Brasil ou em quaisquer outras colônias europeias, não foram apenas as condições locais que deram forma às vidas dos homens e mulheres que viviam em Demerara [...] O mundo exterior os influenciava diariamente. As lutas políticas na Grã-Bretanha tinham tanto impacto sobre suas vidas quanto as flutuações do mercado, as decisões tomadas pelo governo britânico e as noções sobre religião, riqueza e trabalho, crime e castigo, alfabetização e educação, comércio e império, cidadania e governo. Como indivíduos não são portadores passivos de ideologias, missionários, colonos, escravos e autoridades reais criavam seus próprios roteiros dos discursos disponíveis e do material fornecido por seu passado e pelas experiências do presente. Entretanto, todos eram prisioneiros de um processo que em grande parte escapava a seu controle (Costa, 1998b, p. 16).

Ou seja, homens e mulheres atuam na realidade e podem transformá-la, mas estão inseridos numa estrutura que envolve múltiplos fatores e que não foi pré-determinada por aqueles sujeitos. Objetividade e subjetividade compõem os processos históricos e o desafio de quem pesquisa passa por compreendê-las profundamente em suas relações. Isso nos remete ao debate sobre necessidade *versus* liberdade.

2. NECESSIDADE E LIBERDADE

No artigo *Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética*,

publicado em 1998, Costa aprofunda-se no debate sobre as transformações no campo historiográfico e localiza a questão da necessidade e da liberdade da seguinte maneira:

> Na verdade, quando examinamos as mudanças que ocorreram na historiografia nos últimos trinta anos, observamos um desvio gradual da necessidade para a liberdade. De uma ênfase no que foi uma vez definido como forças históricas "objetivas" a uma ênfase na subjetividade, criatividade e ação do ator histórico. De uma preocupação com condições materiais da existência a uma preocupação com percepções, símbolos, significados e rituais (Costa, 1998a, p. 9).

A autora nos mostra que a separação entre objetividade e subjetividade, entre necessidade e liberdade, é problemática, tanto aquela empreendida pelos objetivistas quanto pelos subjetivistas. Trata-se de uma separação antidialética que, portanto, dificulta a compreensão dos processos históricos em toda sua complexidade. O movimento de uma posição teórica para outra, ou seja, do objetivismo para o subjetivismo, correspondeu à passagem de um reducionismo a outro: "do reducionismo econômico para o cultural ou linguístico" (Costa, 1998a, p. 10).

Frente à constatação de uma tendência a compreender a história restringindo-se aos discursos, a autora primeiramente reconhece que não existe pesquisa histórica sem análise do discurso. No entanto, tal análise não dá conta de toda compreensão da história. Do mesmo modo, o olhar restrito para as culturas não dá conta de explicar os processos históricos.

Até aqui podemos dizer que estrutura e experiência, objetividade e subjetividade – ou necessidade e liberdade – precisam ser compreendidas em suas relações complexas e dialéticas. Do ponto de vista histórico, retomamos uma afirmação fundamental de Costa sobre "um princípio dialético básico: o de que homens e mulheres fazem a história, mas não sob condições de sua própria escolha" (Costa, 1998a, p. 10).

A compreensão sobre as condições históricas passa, por sua vez, pelas análises em torno das relações entre realidade macro e realidade micro. A autora apresenta contribuições que também indicam a importância de combinar a análise dessas dimensões.

3. REALIDADE MACRO E REALIDADE MICRO

Homens e mulheres fazem a história nos locais em que se situam e a realidade em que se encontram está definida não somente por fatores locais, mas também globais. Experiências, portanto, se fazem em determinados locais, e estes, por sua vez, não são ilhas desconectadas do mundo. As estruturas não deixam de existir, mesmo que se queira olhar apenas para as experiências. Do mesmo modo, a realidade macro continua existindo e influenciando a realidade micro, ainda que se queira olhar somente para esta.

Vejamos como Costa situa o debate entre micro e macro:

> Sob a influência de Foucault, a atenção dos historiadores passou das estruturas globais de dominação, os processos de acumulação de capital, o Estado e as relações entre as classes sociais, todos enfim que estiveram no centro da historiografia tradicional, para a microfísica do poder. Isto levou a uma extraordinária expansão das fronteiras da história [...] Mas apenas raramente eles tentaram estabelecer uma conexão entre a macro e a microfísica do poder. Em algumas raras e notáveis exceções, estes dois tipos de abordagem se aproximaram. No mais das vezes, elas correram paralelas uma à outra, como modos alternativos de ver a história (Costa, 1998a, p. 12).

Ela entende que este não era o objetivo de Foucault, mas as elaborações de alguns de seus seguidores apresentaram-se como peças fragmentadas de "um caleidoscópio quebrado", que trazem apenas visões caóticas. Reconhecendo a importância do olhar para o micro, mas seguindo o caminho em busca de sínteses, a autora nos chama a reconhecer "que a subjetividade humana é ao mesmo tempo constituída por e constituinte de realidades sociais" (Costa, 1998a, p. 20).

Voltemos mais uma vez à introdução de *Coroas de glória...*, pois encontramos neste texto também um exemplo desse esforço em considerar o macro e o micro, a necessidade e a liberdade, sem reducionismos:

> Procurei unir, nessa abordagem, a macro e a micro-história. Minha decisão nasceu da convicção de que é impossível compreender uma sem a outra. Mas nem a história é o resultado de uma "ação humana" misteriosa e transcendental, como querem uns, nem os homens e as mulheres são fantoches de "forças" históricas, como querem outros. As ações humanas constituem o ponto em que se resolve momentaneamente a tensão constante entre liberdade e necessidade (Costa, 1998b, p. 19).

As contribuições de Costa nos convidam ao desafio de investigar a história

considerando as estruturas e as experiências, a necessidade e a liberdade, a realidade macro e a micro. Não são dimensões excludentes entre si e estão em permanente relação dialética.

4. APONTAMENTOS SOBRE CLASSE, GÊNERO E RAÇA

Ainda no âmbito dos debates sobre as mudanças na História do Trabalho, que passou a interessar-se pelas experiências dos trabalhadores, Costa aponta no início da década de 1990 uma problemática fundamental:

> [...] é surpreendente que a maioria dos acadêmicos que se encontram na vanguarda da nova história do trabalho continue ignorando os problemas étnicos. Isso é particularmente surpreendente quando lembramos que uma boa parte da força de trabalho na América Latina é composta de indígenas, mestiços e negros. Mais espantoso ainda é que a maioria dos autores revisionistas tenha passado ao largo do importante debate sobre a mulher na força de trabalho e o papel da mulher no desenvolvimento capitalista (Costa, 1990, p. 10).

O chamado de Costa nos leva a refletir até que ponto a ênfase sobre as experiências contemplou todos os trabalhadores. Afinal, sobre quais trabalhadores se desenvolveram as pesquisas até aquele momento em que ela escreveu? Que lugar ocuparam as trabalhadoras nessas investigações? A autora é bastante contundente: “a história do trabalho só pode ser adequadamente avaliada quando se introduz em cena os trabalhadores na sua totalidade” (Costa, 1990, p. 11). Nesse sentido, apresenta como questionamentos:

> Como é possível a esta altura que os historiadores continuem a ignorar o papel da mulher na força de trabalho industrial? Será realmente possível entender a experiência dos trabalhadores sem examinar as relações entre homem e mulher e o papel da mulher na produção e reprodução? Acredito que não (Costa, 1990, p. 11).

A leitura de trabalhos posteriores nos revela contribuições relevantes para a compreensão das relações entre classe e gênero na História do Trabalho. Joana Dias Pereira, ao estudar o “ciclo de agitação social global de 1917-20”, partindo da dinâmica no movimento operário português e em diálogo com os

estudos transnacionais, destaca o papel das mulheres no processo de luta e organização:

> Destacando o papel do movimento organizado dos trabalhadores, este artigo não deixa de relevar o papel das mulheres na gestão das redes de reciprocidade, familiares e de vizinhança, que muito embora assumissem um carácter informal, tiveram um papel central como recurso organizacional primário. Como além-fronteiras tem vindo a ser argumentado, a entrada em massa das mulheres nas fábricas foi fundamental para extravasar as fronteiras entre as comunidades de ofício e de residência e entre as lutas em torno do consumo e da produção (Pereira, 2014, p. 3).

Além de contemplar o papel desempenhado pelas mulheres, ou seja, as experiências das trabalhadoras como sujeitos ativos no processo, a autora apresenta elementos que nos fazem refletir sobre a divisão sexual do trabalho e como questões de gênero apresentam-se também na estrutura. O trabalho de mulheres e crianças era sazonal e os salários pagos eram mais baixos, o que indica um meio através do qual os patrões diminuíam os custos do trabalho e, consequentemente, aumentavam seus lucros.

É fundamental, ainda, o destaque ao contexto internacional, marcado pela Primeira Guerra Mundial: o aumento dos preços dos produtos de consumo desvalorizou os salários dos trabalhadores e piorou suas condições de vida. Aqui, essa compreensão de um processo macro auxilia na análise das realidades locais – ao mesmo tempo, podemos dizer que a ação de trabalhadores e trabalhadoras em suas respectivas cidades e países geraram influências sobre ações de luta e organização em outras partes do mundo.

Além disso, ampliando a análise de modo a considerar o lugar da mulher na produção e na reprodução da vida, podemos entender seu papel ativo frente à dificuldade de garantir a subsistência de suas famílias em tempos de inflação:

> [...] as mulheres desempenharam um papel fundamental e inédito nos protestos laborais, tendo em conta a sua entrada nas fábricas, mas também o seu papel na economia familiar. No entanto, foi nas lutas em torno do consumo que as mulheres mais se destacaram como gestoras de redes de solidariedade informais que permitiram uma mobilização massiva das populações (Pereira, 2014, p. 4).

Para um olhar sobre o contexto brasileiro no mesmo período, os trabalhos de Edilene Toledo e Glaucia Cristina Candian Fraccaro nos levam à greve de 1917. Vejamos o que destaca a primeira autora:

> A regulamentação do trabalho das mulheres também era reivindicação antiga. As mulheres recebiam salários menores do que os homens, às vezes menos da metade, e, submetidas às mesmas condições de exploração, sofriam também com o assédio e até a violência sexual por parte de empregadores e contramestres. A proibição do trabalho noturno das mulheres era uma das principais reivindicações (Toledo, 2017, p. 508).

Além da diferença salarial, a inserção das mulheres nas fábricas foi acompanhada de uma das facetas mais repugnantes da opressão de gênero: o assédio sexual. Exploração e opressão, portanto, marcam profundamente as experiências das trabalhadoras nas fábricas. Mas não sem protesto. Fraccaro menciona, por exemplo, a fábrica Mariângela em que as trabalhadoras cruzaram os braços em 1917 exigindo o fim do assédio sexual:

> [...] queixavam-se do mestre de oficinas que, de acordo com as mais de mil mulheres em piquete, “as desrespeita até na hora do serviço”, tendo ele perdido “a devida compostura”. Diante da recusa do gerente em demitir o capataz, as operárias mantiveram o protesto até a chegada do delegado, que mandou a cavalaria para a frente da fábrica (Fraccaro, 2017, p. 79).

Analisando as greves de 1917 e o processo de organização do movimento operário naquele período em São Paulo, a autora contesta as visões do envolvimento de mulheres como excepcionalidade. Ela nos chama a olhar para além da questão da sindicalização das mulheres, demonstrando que as experiências de luta e articulação das trabalhadoras envolveu outros âmbitos:

> Com vistas a entender a baixa sindicalização e focalizar suas demandas e disputas, é preciso abordar a presença das mulheres no movimento operário tendo em vista suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe. É preciso, também, verificar como as tensões do movimento de trabalhadores e a vida política, em São Paulo, afetaram a busca pelos direitos das mulheres (Fraccaro, 2017, p. 76).

Em relação às pautas que mais se expressaram nas fábricas com maior número de mulheres trabalhando, a autora identifica o aumento salarial e o fim do assédio sexual. Outras demandas foram levantadas naquele período, ainda

que de maneira difusa, tais como a normalização do trabalho das mulheres, salário igual para trabalho igual, licença pós-parto e a proibição do trabalho noturno de mulheres.

No que tange à organização das trabalhadoras, Fraccaro destaca que a Liga Operária do Belenzinho era dirigida por uma mulher, Maria Antônia Soares. A Liga Operária da Mooca, por sua vez, era composta em sua maioria por mulheres empregadas na fábrica Cotonifício Crespi. Mas além disso, a atuação das trabalhadoras também se desenvolveu fora dos sindicatos e das ligas – e foi, permanentemente, alvo de repressão. A autora chama atenção para fontes que registraram as ações policialescas:

> Essas fontes provêm, portanto, valiosas pistas sobre uma forma de sociabilidade largamente utilizada pelas mulheres e que não se encaixava, de antemão, nos padrões sindicais ou esperados: a família ou a vizinhança. A escolha da sociabilidade por esses dois critérios certamente promovia o conforto e alguma segurança para aquelas que têm sua honra questionada todo o tempo (Fraccaro, 2017, p. 85).

Portanto, dentro das fábricas ou fora delas – nos bairros, por exemplo – é possível identificar experiências de luta e organização daquelas mulheres trabalhadoras, rompendo a ideia de que o movimento operário do período tivesse como sujeitos ativos somente os trabalhadores homens.

Seguindo na trilha do chamado de Costa a ampliar o olhar, passamos agora a refletir sobre alguns aspectos em torno das relações de classe e raça. Se no artigo de 1990, ela questionava a ausência de negros e indígenas como sujeitos nos estudos da História do Trabalho, podemos perceber que tal inquietação a acompanhava tempos antes.

> Provavelmente por causa da identificação que fazem entre movimento operário e imigrante, os que têm estudado a história do movimento operário na Primeira República raramente mencionam a presença de pretos e mulatos. Em geral se repete que depois da Abolição os imigrantes substituíram os ex-escravos na força de trabalho, tendo aqueles sido marginalizados nesse processo. Até que ponto essa impressão corresponde à realidade? (Costa, 1982, p. 224 apud Nascimento, 2016, p. 614).

Este trecho é resgatado por Álvaro Pereira do Nascimento, em artigo da segunda década do século XXI, em que apresenta críticas à historiografia do

trabalho por muitas vezes não considerar o componente cor de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente nos estudos sobre os séculos XX e XXI.

O autor propõe um diálogo mais profundo entre historiadores do trabalho e historiadores da escravidão e do pós-abolição, inclusive de modo a ampliar as possibilidades de fontes de pesquisa, tendo em vista que um dos argumentos apresentados por parte dos primeiros refere-se à dificuldade de encontrar fontes que tragam à tona questões raciais, ou mais precisamente, a presença negra nos processos históricos que pesquisam. Ele aponta ainda a importância de buscar "ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário" (Nascimento, 2016, p. 609).

Vale aqui observar que a ausência do componente cor também foi destacada por outra autora, Ana Flávia Magalhães Pinto (2019), em artigo que focaliza a trajetória de Vicente de Souza, abolicionista, republicano e socialista negro. Problematizando acerca de políticas de memória sobre pessoas negras livres em nosso país, a autora traz a questão do componente cor nas fontes pesquisadas por ela. Debruçando-se sobre publicações na imprensa do início do século XX, traz à investigação acontecimentos como homenagens a três líderes do movimento operário: além de Vicente de Souza, Gustavo de Lacerda e Luiz da França e Silva. Destaca que os três homenageados

> [...] foram homens que se viram e eram tidos como "mulatos", algumas vezes "negros", nunca como brancos. Porém, por ocasião daqueles tributos, esse foi um dado ausente nos comentários publicados em jornais como *O Paiz* e *O Século*. É, portanto, curioso que, no momento em que se comemorava a "redenção da raça negra" e se exaltava a figura do trabalhador num país fundado na escravidão de africanos e seus descendentes, a ascendência racial dos homenageados, sendo eles "homens de cor" escura, não fosse usada para fortalecer o discurso (Pinto, 2019, p. 269-270).

Voltemos ao debate proposto por Nascimento com os historiadores e as historiadoras do trabalho. Sobre a ausência dos trabalhadores negros e negras e das relações de raça em grande parte das pesquisas, o autor aponta:

> Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade

> racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais (Nascimento, 2016, p. 610).

A partir deste trecho podemos refletir que a importância da abordagem proposta pelo autor nos remete para as experiências de trabalhadores negros e negras, sujeitos por bastante tempo ausentes ou secundarizados nas pesquisas, apesar de sua ampla participação na composição da classe trabalhadora do Brasil. Mas além disso, podemos pensar que essa abordagem pode ampliar e aprofundar a própria compreensão sobre as estruturas. Afinal, parece-nos impossível compreender a formação e o desenvolvimento do capitalismo sem considerar as relações raciais ao longo da história.

Clóvis Moura, intelectual marxista que transitou entre a Sociologia e a História, e dedicou-se por décadas ao estudo sobre as relações raciais, aponta neste sentido:

> É justamente porque as classes dominantes querem manter o aspecto da igualdade no mercado (todos são "livres" para vender a sua força de trabalho) que mantêm esse racismo larvar, difuso e não decodificado, mas que atua dinamicamente e funciona no sentido de manter a aparência de que é o próprio negro que não tem condições, por si mesmo, de chegar aos estratos superiores e deliberantes, pois a *democracia racial* que temos lhe proporciona as oportunidades necessárias para isto (Moura, 2021, p. 66).

O autor problematiza no livro *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* e em outras publicações sobre o lugar ao qual as elites buscaram direcionar a população negra após a abolição da escravidão. E insiste no papel cumprido pelo racismo na organização da sociedade capitalista.

Nesse sentido, além de questionar acerca de quais sujeitos estamos falando, também cabe questionar se estamos dando conta de uma análise sobre as estruturas que compreenda o papel cumprido pelo racismo historicamente, inclusive no mundo do trabalho – por exemplo, como o racismo se reatualiza de modo a manter diferenças salariais entre pessoas brancas e negras mesmo quando apresentam os mesmos graus de escolaridade.

Como a discriminação racial sistemática se engendra no mundo do trabalho, seja local ou globalmente? Como trabalhadores negros e negras posicionam-se, inclusive em processos de luta e organização? Como se manifesta e se combate a discriminação racial no interior da própria classe trabalhadora? Quais as experiências de solidariedade inter-racial ou interétnica que podem ser identificadas e quais as lições que apresentam? Essas são apenas algumas questões que essas leituras nos suscitam – e que, por vários caminhos, estão sendo desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras nas últimas décadas.

Nascimento destaca que as possibilidades de fontes e bibliografias se ampliaram e deixa um convite instigante:

> Não à toa, o jovem estudioso de hoje deve se sentir convidado a suspender a parede que impediu os operários da historiografia do longínquo passado de trabalhar por décadas numa linha de produção fundamental: a que construiria a história da participação do negro na formação dos mundos do trabalho na República (Nascimento, 2016, p. 614).

É importante frisar que o debate trazido por Nascimento está sendo feito há algumas décadas e é possível identificar a ampliação de pesquisas nesse sentido. Pelos limites deste trabalho, não será possível aprofundar nas diversas questões que se apresentam no referido debate. Mas cabe destacar brevemente algumas contribuições de outros autores e autoras.

Em artigo ainda mais recente que o de Nascimento, Popinigis & Terra (2019), mencionam um texto de Silvia Lara de 1998, que também teceu críticas à produção da História do Trabalho. Para esta,

> A produção acadêmica até então teria excluído os negros, escravos ou libertos, daquela história, por identificá-la somente com o trabalho livre e assalariado, ignorando as experiências e lutas daqueles trabalhadores antes e depois da abolição. Para a autora [Lara], essa exclusão se devia a uma abordagem pouco histórica, que privilegiava grandes modelos explicativos e não levava em conta os negros, escravos e libertos, como agentes da própria história. Numa virada historiográfica de meados dos anos 1970, os trabalhadores passavam a ser tratados como sujeitos capazes de estratégia e ação. Referenciando autores hoje já clássicos, Lara constatava que um novo ator havia despontado na historiografia sobre a Primeira República na década de 1980, antes dominada por temas tradicionais da história política (militares, oligarquias, classes médias, industrialização): o movimento operário. Isso aconteceu,

> entretanto, sem que fosse rompido o antigo silêncio sobre a ausência dos negros na história (Popinigis; Terra, 2019, p. 309).

Os autores apontam que Lara propunha uma ênfase sobre o período anterior à abolição, enquanto Nascimento (2016), quase vinte anos depois propõe um olhar aprofundado sobre o pós-abolição, perguntando-se sobre a cor dos trabalhadores nas diversas pesquisas que se remetem a esse período. O deslocamento verificado, na compreensão dos autores, deve-se principalmente ao fato de que ao longo desse intervalo desenvolveram-se trabalhos que transitaram entre a história social do trabalho e a escravidão. Parte dessas pesquisas deram o passo importante de "desassociar a periodização da história da ação dos trabalhadores do assalariamento e levar em conta as experiências de luta dos trabalhadores escravizados" (Popinigis; Terra, p. 310).

Essa ampliação da compreensão da categoria de trabalhador, não restringindo-se somente ao trabalhador assalariado, foi um movimento internacional e fez parte das transformações na História Global do Trabalho mais recentes (de fins do século XX até aqui). Barbara Weinstein, em artigo sobre a revista *International Labor and Working-class history*, aborda essa mudança. Atentemo-nos à segunda premissa que ela menciona abaixo:

> Quanto à questão da nova fase da revista, ela se manifestou mais nitidamente num número de 2004 com o dossiê "New Approaches to Global Labor History". Esse conceito – Global Labor History, avançado vigorosamente por Marcel van der Linden do Instituto da História Social em Amsterdã – foi alicerçado em duas premissas. Uma é que historiadores dos mundos do trabalho devem deixar de privilegiar a nação e o nacional, e devem procurar deliberadamente temas que envolvam o cruzamento de "mundos" e que atravessem fronteiras. A outra é que historiadores dos mundos do trabalho devem ampliar a categoria de "trabalhador" e deixar de privilegiar o proletariado clássico; e deixar de retratar outros tipos de trabalho como "pré-modernos" ou periféricos com relação ao capitalismo (Weinstein, 2017, p. 16).

A preocupação em desenvolver uma História do Trabalho que não se restringisse ao proletariado clássico, ou seja, industrial, já estava presente também em Costa (1990). Voltemos ao seu chamado a considerar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras no desenvolvimento das pesquisas:

> Nenhuma história das classes trabalhadoras digna de respeito pode ser escrita hoje sem incorporar a mulher, não apenas

> aquelas que trabalham no setor industrial, mas também as esposas e outros membros da família que trabalham em empregos temporários no setor informal. Não se trata simplesmente de agregar informações sobre a mulher às abordagens tradicionais. É preciso encarar a história do trabalho e da classe trabalhadora dentro de uma nova perspectiva (Costa, 1990, p. 11).

Essa perspectiva, em nossa compreensão, ajuda inclusive a investigar não somente as relações entre classe e raça ou entre classe e gênero, mas também as imbricações entre classe, raça e gênero. Em outras palavras, incorporar nas pesquisas a mulher trabalhadora, não restringindo-se à indústria, pode, por exemplo, abrir o campo de visão sobre os lugares ocupados pelas mulheres negras no mundo do trabalho.

Lélia Gonzalez – intelectual negra que transitou entre a História, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicanálise – apresentou importantes contribuições no debate sobre gênero, raça e classe, incluindo estudos sobre o lugar da mulher negra no mercado de trabalho, em que destaca a questão do trabalho doméstico (mal) remunerado e as relações com o papel de "mucama" nos tempos da escravidão. Vejamos brevemente trecho de uma entrevista em 1985:

> [a mulher negra] se concentra nas profissões manuais, de menor prestígio e remuneração. Trabalhadora rural, indústria de extração etc. Muitas vezes nem salário tem. Nas zonas urbanas está concentrada na prestação de serviços domésticos [...] Nós sempre somos vistas como corpos: ou como um corpo que trabalha, que é burro de carga, que trabalha e ganha pouco, ou como um corpo explorado sexualmente, que é o caso da mulata, símbolo dessa ideologia [do embranquecimento] [...] Tanto a empregada como a mulata são expressões modernas daquela que no passado foi chamada de mucama (Gonzalez, 2020, p. 308).

A predominância das mulheres negras no serviço doméstico não significa que estas não tenham ocupado lugares também na indústria ou outros setores. Mas olhar para aquele setor do trabalho é também fundamental.

As palavras de Lélia nos chamam ainda a refletir e investigar sobre como características desumanizadoras foram atribuídas ao corpo da mulher negra, destinando a esta lugares de extrema exploração e opressão em diferentes lugares e momentos da história. Angela Davis, abordando o início do processo

de industrialização no Sul dos Estados Unidos pouco antes da Guerra Civil, nos mostra que:

> [...] o trabalho escravo complementava o trabalho livre – e frequentemente competia com ele. [...] O emprego das escravas como substitutas de animais de carga para puxar vagões nas minas do Sul faz lembrar o modo terrível como o trabalho das mulheres brancas foi utilizado na Inglaterra, segundo a descrição de Karl Marx em *O capital.* [...] Como seus colegas britânicos, os industriais do Sul não faziam segredo das razões que os motivavam a empregar mulheres em seus empreendimentos. As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos (Davis, 2016, p. 22-23).

Dialogando com a importância de trazer à tona as experiências dos diversos sujeitos modificando suas realidades e sendo modificados por elas, cabe trazer aos estudos também o papel das mulheres negras nos processos de luta e organização, seja nas ações contra a escravidão, seja nos diferentes âmbitos de luta no pós-abolição: sindicatos, movimento negro, movimento feminista, movimento de mulheres negras, dentre outros.

Apenas para citar um exemplo que nos chama atenção, a luta pela regulamentação do trabalho doméstico no Brasil teve as mulheres negras como protagonistas desde a década de 1940, quando mulheres integrantes do Teatro Experimental do Negro passaram a levantar reivindicações de direitos.

A reprodução de uma notícia do jornal *Diário Carioca* do dia 27 de agosto de 1950 no livro *Lelia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história* (Carneiro, 2014) nos traz informações sobre a Associação das Empregadas Domésticas pautando a “inclusão das domésticas no quadro dos trabalhadores” e direitos como férias, aposentadoria e instrução. A notícia é acompanhada por uma fotografia que nos apresenta sete mulheres negras. tendo no centro a presidente da associação segurando o plano de trabalho da associação. São elementos que nos apontam para o lugar assumido por mulheres negras como sujeitos históricos ativos, posicionando-se frente às condições a que estavam submetidas no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que, seja no período de escravidão, seja no pós-abolição, os debates apresentados nos textos aqui mencionados nos apontam a importância de que a pesquisa histórica abranja profundamente as categorias de classe, gênero e raça, em suas conexões.

Parece-nos de grande importância continuar refletindo sobre os desafios de síntese apresentados por Emília Viotti da Costa, de modo a alcançar análises dialéticas que deem conta da compreensão das estruturas e das experiências, da objetividade e das subjetividades, das dimensões macro e micro da realidade. Passos importantes foram dados. É fundamental reconhecê-los, e ao mesmo tempo debruçar-se sobre novas perguntas, buscando sempre ampliar as fontes no processo de pesquisa.

Os apontamentos de Popinigis; Terra (2019), ao abordar as contribuições desenvolvidas por pesquisadores (as) do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho (GTMT) da Associação Nacional de História (ANPUH), trazem à tona importantes avanços em pesquisas no Brasil, “que incorporaram as experiências dos sujeitos, práticas e relações, tornando mais complexas as análises sobre os trabalhadores brasileiros e suas lutas” (p. 319).

O destaque feito pelos autores sobre a demanda por ampliar os estudos “sobre o impacto do racismo no mercado de trabalho e sobre as relações raciais na organização de partidos e sindicatos e nos movimentos sociais a partir de meados do século XX” (Popinigis; Terra, 2019, p. 319) nos dão pistas sobre possibilidades e necessidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez:** o feminismo negro no palco da história. Brasília: Abravídeo, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se perde e o que se ganha. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, 1990. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/103/97. Acesso em 25 jul. 2025.

COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 7-22, dez. 1998a. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6211/3702. Acesso em 25 jul. 2025.

COSTA, Emilia Viotti da. Introdução. In: **Coroas de glória, lágrimas de sangue***:* a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*.* São Paulo: Cia. das Letras, 1998b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 76, p. 73-90, set.-dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/THvpNy5TDW34ZgVDKgCFvBR/?lang=pt. Acesso em 25 jul. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MOURA, Clóvis. **O negro:** de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfsN7Q/?lang=pt. Acesso em 25 jul. 2025.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. **Ler História**. Lisboa, n. 66, p. 44-55, 2014. Disponível em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/720#quotation. Acesso em 25 jul. 2025.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 308-329, jan.-abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/WcNnRdY3FfJqByjLW8rnbbT/abstract/?lang=pt. Acesso em 25 jul. 2025.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 308-329, jan.-abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/abstract/?lang=pt. Acesso em 25 jul. 2025.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, mai.-ago. 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/eh/a/4pzvZkq8Cmf54NrbCfC7pCD/?lang=pt. Acesso em 25 jul. 2025.

WEINSTEIN, Barbara. Globalizando a história do trabalho. O caso da revista International Labor and Working-class history. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 11-23, jul.-dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2017v9n18p11/37883. Acesso em 25 jul. 2025.

Recebido em 09-05-2023.

Aprovado para publicação em 31-10-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

REPRESENTAÇÕES DA MODERNIZAÇÃO E DO PROGRESSO A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO JORNAL *O ESTADO DE MATO GROSSO* (1972-1974)

REPRESENTATIONS OF MODERNIZATION AND PROGRESS FROM PUBLICATIONS ON THE CONSTRUCTION OF HYDROELECTRIC PLANTS IN THE NEWSPAPER *O ESTADO DE MATO GROSSO* (1972-1974)

LETÍCIA DOS SANTOS ARAÚJO OLVEIRA[1]

GISELI GOMES DALLA-NORA[2]

RESUMO

O presente trabalho busca refletir aspectos sobre a imprensa mato-grossense durante a Ditadura Militar. O principal objetivo é investigar as representações elaboradas através das publicações referentes a construção de Hidrelétricas no Estado, publicadas no Jornal *O Estado de Mato Grosso* com recorte temporal entre os anos de 1972 e 1974, sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici. Nesse sentido, procurou-se estudar de que maneira os integrantes do periódico concebiam a realidade e o diálogo com as ideias defendidas pelo regime ditatorial. Do ponto de vista teórico, tal estudo faz parte das discussões da *Nova História Política* defendida por René Rémond. Além disso, foi utilizado o conceito de *representação,* partindo dos pressupostos do historiador Roger Chartier. Por fim, foi constatado que os escritos do jornal possuem proximidade com a lógica defendida pela propaganda do regime militar, associando as notícias da construção de Hidrelétricas ao progresso e a modernização do Estado.

Palavras-chave: Representação; Hidrelétricas; O Estado de Mato Grosso.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on aspects of the press in Mato Grosso during the Military Dictatorship. The main objective is to investigate the representations produced through publications related to the construction of hydroelectric plants in the state, published in the newspaper *O Estado de Mato Grosso* between 1972

[1] Graduada e mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail do autor: leticia.oliveira6@sou.ufmt.br

[2] Professora Associada do departamento de Geografia da Univerisade Federal de Mato Grosso E-mail do autor: giseli.nora@gmail.com

and 1974, under the presidency of Emílio Garrastazu Médici. In this sense, we sought to study how the newspaper's members conceived reality and dialogue with the ideas defended by the dictatorial regime. From a theoretical point of view, this study is part of the discussions of the *New Political History* defended by René Rémond. In addition, the concept of representation was used, based on the assumptions of historian Roger Chartier. Finally, it was found that the newspaper's writings are close to the logic defended by the propaganda of the military regime, associating news of the construction of hydroelectric plants with the progress and modernization of the state.

Keywords: Representation; Hydroelectric plants; The State of Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Após o golpe militar e a consolidação da ditadura em 1964, o cenário brasileiro foi marcado por diversas transformações, conflitos e contradições. No aspecto econômico, era perceptível a preocupação do regime com a crise inflacionária que assolava o país, o que configurou na busca por soluções rápidas que visavam à estabilidade e crescimento econômico. Tal realidade é resultado dos acontecimentos da década de 1970, momento em que foi adotada uma série de reformas conservadoras que resultaram no aumento significativo das taxas de crescimento e desenvolvimento do país (PRADO; EARP, 2019, p. 250).

Os resultados do *boom* econômico brasileiro, por sua vez, não estão dissociados das modificações na economia mundial, tendo em vista o crescimento acelerado dos países desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970. “Entre 1961 e 1973 a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão, a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, a 4,3%; e a Itália, a 4,9%” (ARGY, 1981, p. 69, apud PRADO; EARP, 2019, p. 255). Deste modo, as transformações da economia brasileira foram impulsionadas pela política externa, juntamente com o interesse dos militares em tornar o Brasil uma potência. Foram tomadas medidas como o investimento em reformas de base e a abertura da economia para grandes empresas nacionais e estrangeiras. Tais ações tiveram como intuito “incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia” (PRADO; EARP, 2019, p. 260).

Nesse sentido, o território de Mato Grosso era visto como isolado, distante das regiões centrais e demograficamente "vazio". Cabia ao regime militar integrar essa região e afastar o estigma de atraso e barbárie que a assolava[3]. A partir disso, foi investido na vinda de migrantes para a ocupação e exploração desses territórios, bem como na construção de obras que desembocariam no desenvolvimento e progresso para o Estado. Dentre as mudanças ocorridas em Mato Grosso, pode-se destacar a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, a criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), as modificações na arquitetura, como a demolição e a elevação de uma nova Igreja Matriz e a construção do Centro Político Administrativo (CPA) (SOUZA, 2015, p. 162).

Os projetos desenvolvidos pelo regime militar, por sua vez, foram extensivamente abordados pela imprensa brasileira. Por meio de suas publicações, parte dos jornais propagandeavam os planejamentos do governo com o intuito de projetar à opinião pública a imagem de um país não mais atrasado e com regiões isoladas, mas integrado e em constante progresso e modernização. No contexto mato-grossense, destaca-se o jornal *O Estado de Mato Grosso*, criado pelo jornalista Arquimedes Pereira Lima e publicado entre os anos de 1939 e 1996 (MEIRA, 2011, p. 14). Dentre as publicações referentes ao Estado, é observado nas páginas do jornal o realce de aspectos "modernizantes" como a intensificação do povoamento e o surgimento maciço de novas indústrias, tais acontecimentos que fomentavam a necessidade de investimento em projetos que acompanhassem as rápidas transformações do território. Dentro dessa dinâmica, destacam-se os planejamentos de maiores investimentos no setor energético para atender às novas demandas do território mato-grossense.

É possível observar n'*O Estado de Mato Grosso* um número significativo de publicações referentes ao problema energético e à urgência de novas implantações de hidrelétricas para atender as necessidades da população mato-grossense[4]. É certo, no entanto, que a necessidade de desenvolvimento a qualquer custo não dava margem a preocupações ambientais que estavam em

[3]Ver: GALETTI, Lylia; GUEDES, Silva. **Sertão, Fronteira, Brasil**: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2012.

[4] O número de publicações levantadas referentes a essa temática será apresentado adiante neste mesmo tópico.

voga em outras localidades no âmbito internacional, sendo que muitas vezes o próprio regime incentivava ações que promoviam prejuízos ao meio ambiente, como, por exemplo, o desmatamento, que "tinha algo de positivo na visão militar, pois era o caminho que levaria ao progresso" (CUNHA, 2012, p. 8).

Neste sentido, a presente pesquisa toma como fonte e objeto de estudo o jornal *O Estado de Mato Grosso* e tem como objetivo analisar as representações construídas sobre os ideais de modernização e progresso a partir de publicações referentes a construção de Hidrelétricas, no período compreendido entre 1972 e 1974. A definição dessas balizas temporais se justifica pelo fato de que, nesse período, houve um aumento significativo de publicações relacionadas aos empreendimentos hidrelétricos. Além disso, a escolha visa restringir-se a análise ao governo Médici, momento em que se intensificaram medidas governamentais de caráter autoritário, como o Ato Institucional nº 5, além de uma série de políticas voltadas à modernização do país. Desse modo, entendemos que este recorte temporal nos permite compreender de maneira eficaz como o discurso sobre o progresso e a modernização do Estado foi articulado pela imprensa em sintonia com as diretrizes do regime militar.

Procurando compreender as significações elaboradas pelo *O Estado de Mato Grosso* referente aos planejamentos hidrelétricos no Estado, esta pesquisa apropria-se do conceito de *representação* empregado a partir da perspectiva do historiador francês Roger Chartier. Para o autor, as representações são construções sociais do real, moldadas a partir dos interesses dos grupos ou indivíduos que as forjam (CHARTIER, 1990, p. 17). Assim, as significações são produzidas de acordo com as posições dos sujeitos que as difundem. Segundo Chartier,

> as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Dito isto, entende-se que os conteúdos difundidos n'*O Estado de Mato Grosso* acerca do planejamento da construção de hidrelétricas não são a realidade em si – algumas das hidrelétricas noticiadas, por exemplo, não chegaram nem mesmo a serem construídas efetivamente – mas *representações*

do real, uma vez que para além de noticiar as construções, existe o empenho em propagar os interesses do jornal. Dessa forma, mesmo que não haja a concretização de UHEs e PCHs, interessa o caráter do conteúdo que as anunciava como projeções do progresso e desenvolvimento.

Em grande parte do século XX, a historiografia tradicional considerou a imprensa como uma fonte suspeita, pois seu caráter "subjetivo" e "ideológico" impossibilitava a produção de uma história factual e oficial. O uso dos impressos só começa a ser visto como possibilidade a partir das revisões teórico-metodológicas nas ciências humanas que abrangem a História na década de 1970 (CAPELATO, 2015, p. 114). Esse momento se manifestou a partir do prestígio dos pressupostos da *Nova História*, que circundam a renovação da História Política, impulsionada, principalmente, pela interdisciplinaridade com outros campos das ciências humanas e as aproximações e cruzamentos com o campo da *Nova História Cultural* (DE LUCA, 2008, p. 115). Deste modo, passa-se a entender que o historiador do político não deve se limitar às instituições políticas e aos grandes heróis nacionais, mas abarcar uma perspectiva ampla a partir da proposição de "novos problemas, novas abordagens e [...] novos objetos e fontes para a pesquisa histórica". (DE LUCA, 2008, p. 114).

Diante dessas transformações, o emprego dos impressos como fonte e objeto de pesquisa entrou em evidência na escrita histórica. Conforme Tânia Regina de Luca, as "[...] renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder". (DE LUCA, 2008, p. 128). O estudo sobre e a partir dos impressos no Brasil começa a ter destaque entre as décadas de 1970 e 1980, mas ainda com ressalvas devido à forte influência positivista que persistia no país. (CAPELATO, 2015, p. 116). Mesmo hoje, pouco se discute acerca dos procedimentos teórico-metodológicos para o tratamento da imprensa pelos historiadores. De acordo com Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto:

> No uso corrente em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos

> veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256).

É ressaltada, então, a necessidade da análise minuciosa das fontes impressas a partir das "tramas históricas nas quais se constituem" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256). Ou seja, é fundamental historicizar a fonte e compreender as funções sociais desses impressos (DE LUCA, 2008, p. 132). Tendo em vista tais apontamentos, este trabalho parte da compreensão de que a imprensa é uma fonte profícua para o ofício do historiador, sobretudo quando são ponderados elementos que não se restringem apenas ao campo do político, mas que também dialogam com a constituição da esfera social (RÉMOND, 2003, p. 443).

Posto isto, é importante delinear a metodologia utilizada para a realização deste estudo, bem como os caminhos a serem tomados. O acesso ao periódico investigado se deu por meio de duas instituições: o *Núcleo de Documentação e Informação Histórico e Regional* (NDIHR), localizado nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Cuiabá e a *Hemeroteca Digital* da *Biblioteca Nacional*[5]. O acervo do NDIHR está disponível a partir de microfilmes organizados e divididos pelos anos de publicação dos periódicos. Estes podem ser acessados em uma sala específica que possui máquinas de acesso ao conteúdo microfilmado. Quanto à *Hemeroteca Digital*, o acesso se deu de forma *on-line* por meio do acervo digitalizado disponível no site da *Biblioteca Nacional*. Essa ferramenta contribuiu de forma significativa para a agilidade da pesquisa, uma vez que as buscas podem ser realizadas em qualquer horário e local, além da função "palavras-chaves", que possibilita a pesquisa e seleção de conteúdos específicos dentro do periódico.

Em relação ao estudo do jornal *O Estado de Mato Grosso*, convém apresentar a forma com que ele foi trabalhado. Em um primeiro momento, foi feita a análise detalhada das páginas do jornal, considerando a organização das publicações. Em seguida, foram coletadas as fontes primárias que abordam as PCHs e UHEs em Mato Grosso entre os anos de 1972 e 1979. Na busca, foram identificados 55 textos que correspondem a notícias, colunas e artigos que fazem menção à temática das hidrelétricas. Posteriormente, a análise foi restringida ao

[5] Para conferir, acessar: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

recorte temporal de 1972 a 1974 e realizou-se a leitura dos conteúdos expressos nas fontes, bem como o fichamento de cada material para facilitar seu manuseio.

Este texto está estruturado em dois tópicos. Em um primeiro momento, foi feita uma revisão de literatura acerca da Ditadura Militar tanto em nível nacional bem como regional, além de trabalhos já produzidos acerca do jornal *O Estado de Mato Grosso*. Em um segundo momento, foi realizada a análise das fontes coletadas acerca dos empreendimentos hidrelétricos, com o intuito de investigar as aproximações entre as representações elaboradas no periódico e as aspirações de modernização e progresso postuladas pelo regime ditatorial.

1. REVISÃO DE LITERATURA

À título de contextualização, convém mencionar alguns dos trabalhos produzidos no âmbito das ciências humanas e sociais referentes a ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, destaca-se *O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*, escrito por Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp. O texto em questão é um capítulo do volume 4 da coleção *O Brasil Republicano*, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, e se propõe a discutir as medidas adotadas pelos militares com a projeção de alcançar a estabilidade e crescimento econômico entre o final da década 1960 e início de 1970.

Enquanto a economia externa crescia e se modificava, o regime brasileiro, norteado pelos ideais positivistas, optou por realizar uma série de reformas que alavancassem o país rumo ao desenvolvimentismo. Um exemplo dessas medidas é o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), publicado em 1971, que prometia transformar o Brasil em um país desenvolvido e viabilizava diversos programas de investimento, como siderurgia, petroquímica, transportes, energia elétrica, entre outros. (PRADO; EARP, 2019, p. 260).

No entanto, segundo os autores, a "necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime" (PRADO; EARP, 2019, p. 276). Dessa maneira, pouco se considerava nos planejamentos a existência de populações tradicionais, como

os povos indígenas, ribeirinhos e comunidades quilombolas. Outro elemento relacionado ao crescimento desenfreado é a disparidade econômica proporcionada pelas estratégias de desenvolvimento, uma vez que

> o aumento da concentração de renda permitiu a expansão do mercado pelo crescimento e diversificação do consumo de classes médias e altas urbanas. O relevante não seria a participação relativa desse segmento no total da população, mas seu número absoluto diante da demanda de que o sistema necessita (PRADO; EARP, 2019, p. 271).

Além disso, considera-se fundamental a leitura de produções que tratam da ditadura militar em Mato Grosso, tendo em vista o foco deste trabalho. Nesse sentido, a dissertação de mestrado *Desmatamento e progresso na Amazônia Legal: movimento ecológico e as políticas econômicas da ditadura militar (1964-1985)*, produzida por Mary Louiselle do Prado Cunha, foi essencial para a elaboração desta pesquisa. O trabalho se propõe a estudar as ações governamentais do regime ditatorial em prol do desenvolvimento na Amazônia Legal. Como consequência, são apresentados o aumento significativo do desmatamento nessa região após a implementação de medidas desenvolvimentistas e o incentivo dessas práticas pelo próprio Estado, tendo em vista que a derrubada de áreas verdes, como matas e florestas, simbolizava a chegada do progresso e civilização.

Por outro lado, Cunha propõe uma discussão acerca das preocupações ecológicas que vinham surgindo na década de 1970 no exterior e em pequenos grupos nacionais, que, no entanto, eram pouco viabilizadas pelo governo brasileiro, quando não totalmente descredibilizadas. Um exemplo abordado pela autora é a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, para que as nações pudessem discutir sobre os problemas ambientais. Contudo, os “representantes do Brasil deixaram claro em seus discursos que os países mais ricos não podiam exigir que os países com economias mais pobres privilegiassem as questões ambientais em detrimento do crescimento”. (CUNHA, 2012, p. 13).

A partir de uma análise comparativa, é possível entender que os planejamentos de UHEs e PCHs nos rios de Mato Grosso, por sua vez, pouco estavam inseridos nas discussões ambientais, dado que tais problemáticas ainda estavam ganhando importância no cenário internacional e estavam em seu estágio embrionário no Brasil. Por esse motivo, os jornais se mostram com

grande potencial para a investigação, uma vez que muito além de "retratar os acontecimentos da época" – no caso desta pesquisa, o planejamento de hidrelétricas no Estado –, conteúdos são veiculados de acordo com as intencionalidades e interesses de grupos específicos.

Outrossim, relativo à imprensa e propaganda durante a ditadura militar, partilha-se das contribuições do historiador Carlos Fico a partir do livro *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. O autor investiga a propaganda política produzida pelo regime militar brasileiro entre os anos de 1969 e 1977, de forma a evidenciar as intencionalidades do grupo governante em construir uma imagem do país e do próprio regime baseados no "sentimento de otimismo". Tal perspectiva fez parte do cotidiano de certos setores da sociedade brasileira, como as classes alta e média, beneficiadas pelo impulso do "milagre econômico" da década de 1970.

Além disso, é válido salientar as relações entre o regime e os meios de comunicação, tendo em vista a censura de jornais "subversivos" e a existência de órgãos responsáveis pela propaganda da época direcionada à opinião pública, como a Associação Especial de Relações Públicas (AERP). Nessa ótica, é visível em jornais mato-grossenses a ampla repercussão de notícias que remetem ao sentimento de otimismo sublinhado por Carlos Fico. A exemplo d'*O Estado de Mato Grosso,* é possível identificar conteúdos direcionados às transformações no Estado, de maneira a enfatizar o desenvolvimentismo promovido pelo regime militar em prol da erradicação do "atraso" e o rumo ao progresso[6].

A fim de contextualizar o jornal utilizado na pesquisa e seus posicionamentos frente ao regime, dois trabalhos merecem destaque: a dissertação de mestrado de Leonice Maria Meira, denominada *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)* e o artigo *Discursos sobre progresso e modernização no jornal O Estado de Mato Grosso – 1970/71*, produzido por Carlos Alexandre da Silva Souza. O trabalho de Leonice Meira investiga como as ações da ditadura militar foram retratadas na imprensa mato-grossense, bem como as relações de

[6] Por exemplo: CENTRO Oeste: da pecuária à industrialização. O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 16 de agosto de 1973. Ano XXXIV - nº 6.606. p. 1.

proximidades e distanciamentos entre a realidade nacional e local. Nesse sentido, é falado acerca do contexto político de Mato Grosso e os posicionamentos da imprensa regional diante de ações do governo, como a tortura, o anticomunismo e a censura.

O artigo de Carlos Alexandre de Silva Souza, por sua vez, busca analisar os discursos elaborados pelo jornal nos dois anos iniciais da década de 1970 relacionados às noções de progresso e modernização. Assim, é examinado como o periódico se posicionava frente às políticas de ocupação dos "espaços vazios", a pavimentação de rodovias e demais construções que visavam à modernização de Mato Grosso. De acordo com Souza,

> [...] o Jornal O Estado de Mato Grosso não tardou em divulgar os projetos do Governo Federal no que tange a este objetivo [modernização]. Esta afirmação é possível graças à análise que fazemos das matérias publicadas em 1970 e 1971. A propagação de um ufanismo por parte do regime, e, assim, a divulgação de que a economia, alçada a uma das mais altas do mundo na década de 1970 (média de crescimento PIB de aproximadamente 10% ao ano) seria o "passaporte" para o futuro são características deste período. Através de mensagens acerca do potencial econômico do país, a busca por aceitação ao regime se fazia cotidiana (SOUZA, 2015, p. 164, interpolação nossa).

Nesse sentido, o presente texto dialoga, em grande medida, com as constatações desenvolvidas pelos trabalhos de Meira e Souza, bem como visa contribuir para o alargamento de pesquisas no âmbito da História referentes a imprensa e propaganda durante o regime militar a partir do jornal *O Estado de Mato Grosso*.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise das fontes coletadas sobre os planejamentos de UHEs e PCHs em Mato Grosso, é possível considerar que as publicações do jornal *O Estado de Mato Grosso* estão relacionadas às premissas elaboradas pelo regime militar, que enfatizavam uma determinada "História oficial" a ser difundida no imaginário coletivo. Por História oficial entende-se a produção historiográfica difundida com o objetivo de legitimar uma memória nacional através de um viés positivista e correspondente aos interesses da classe dominante. Nessa linha,

nos séculos XIX e XX, à luz de tais perspectivas, era comum a representação de Mato Grosso como um território selvagem, atrasado economicamente e com uma natureza inóspita e desabitada que necessitava ser adentrada e explorada. Essa visão, por sua vez, desconsiderava

> as centenas de nações indígenas que, inquestionavelmente, possuíam e viviam nestas terras consideradas desocupadas. Ainda, ao tratar essas regiões como vazias, desconsiderava-se que a ocupação deste território é antiga, deixando de reconhecer a existência de posseiros, quilombolas, garimpeiros, ribeirinhos, entre outros, que aqui lidavam com a vida e o espaço muito antes da intervenção do Estado. (SOUZA, 2015, p. 159).

A partir desse estereótipo vulgarizado e cristalizado pela história nacional, urgia a necessidade de maiores investimentos em prol da integração da região ao restante do país. Destacam-se nesse contexto as empresas de colonização que promoviam a vinda de imigrantes para Mato Grosso com a promessa de que haveria crescimento nessa região. “Dados do INCRA (1981) comprovam que de 101 empresas de colonização autorizadas para funcionarem no país entre 1970 a 1981, 42% estavam localizadas em Mato Grosso” (JOANONI NETO, 2006, p. 194 apud MEIRA, 2011, p. 41). Com o povoamento do território, Mato Grosso se via inserido na Doutrina de Segurança Nacional, uma vez que a ocupação dos territórios “vazios” protegia as fronteiras e evitava a mobilização camponesa (MEIRA, 2011, p. 43). No entanto, a ocupação do território de Mato Grosso

> ocorreu de forma desordenada, por isso esta região foi extremamente prejudicada pelo ‘milagre econômico’ e pelo próprio regime militar, isso porque a pressa em fazer do Brasil uma grande potência levou o governo a permitir uma ocupação desordenada e predatória da região (MEIRA, 2011, p. 41).

Diante desse cenário, compreende-se a importância da propaganda ideológica produzida pelo regime militar direcionada à opinião pública, que tinha como objetivo instituir um sentimento de otimismo em relação ao que estava sendo realizado. A preocupação em difundir a representação do país em desenvolvimento se intensificou principalmente na década de 1970, uma vez que a aceitação popular do regime militar decrescia frente à constante repressão política (SOUZA, 2015, p. 164). Diante disso, na imprensa – nacional e local – eram comuns publicações que realçavam as rápidas mudanças no cenário mato-grossense conforme a ideologia dominante, com o intuito de atrair mais

investidores para a região (MEIRA, 2011, p. 41).

A respeito dos planejamentos hidrelétricos noticiados, é importante apontar as características de sua disposição no *O Estado de Mato Grosso.* Conforme o material analisado entre 1972 e 1974, grande parte das publicações se localizavam na primeira página do jornal, as manchetes eram formadas por letras grandes e ocupavam um espaço considerável da página, entendendo-se que havia interesse em deixar visíveis ao leitor notícias referentes a esse assunto. Além disso, um número considerável de publicações possuía imagens ou fotografias que deixavam os textos mais chamativos, os quais também buscavam representar a modernização do Estado através da iconografia de construções. De forma geral, o conteúdo produzido enfatizava o fato de que o Estado demandava maior investimento no setor energético, tendo em vista a crescente modernização marcada pela aparição de indústrias e o aumento dos contingentes populacionais.

Figura 1 - Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 13 de maio de 1972


Maçonaria Leva Memorial a Médici: Problema Energético

Fonte: Hemeroteca digital

Figura 2 – Jornal *O estado de Mato Grosso*, 13 de maio de 1972


Cuiabá, a cidade de maior desenvolvimento de Mato Grosso, está a exigir mais energia elétrica

Fonte: Hemeroteca digital

Em matérias publicadas no ano de 1972 (figuras 1 e 2), foi noticiada a preocupação dos integrantes do grupo maçônico de Cuiabá quanto ao problema energético no norte do Estado de Mato Grosso, bem como a iniciativa de levar ao presidente Médici um memorial que tratasse dessas problemáticas. O título da publicação se encontra na primeira página, bem evidente ao público leitor e centralizado. Logo abaixo, há a imagem do Palácio Alencastro com a legenda *Cuiabá, a cidade de maior desenvolvimento de Mato Grosso, está a exigir mais energia elétrica*. A partir disso, evidencia-se como as publicações do jornal eram projetadas para a viabilidade de interesses políticos de determinados setores da sociedade, até mesmo para governantes – no caso desta matéria, o diálogo estabelecido pelo grupo maçônico de Cuiabá com o presidente do Brasil.

Outro aspecto a se destacar é a importância atribuída pelo jornal ao governo de Médici "cujo principal foco era realizar o desenvolvimento de uma política governamental com ênfase no plano econômico e no desenvolvimento da região Amazônica e Centro-Oeste" (MEIRA, 2011, p. 42). De modo similar, Souza aponta em seu trabalho o enaltecimento da imagem de Médici como o "chefe da nação" que solucionaria os problemas do país. Em outra matéria de 1972 intitulada "ARENA-MT pede crédito a Médici", é noticiado que o diretor do partido, Enio Carlos de Souza Vieira, pede

> ao eleitorado que dê um crédito de confiança ao presidente Garrastazu Médici votando nos candidatos da ARENA. O presidente da ARENA mato-grossense lembrou que o atual chefe da Nação foi o primeiro a dar uma atenção muito especial à região Centro-Oeste, especialmente a Mato Grosso (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1972, p. 8).

Nesse sentido, a figura de Médici é representada a partir de sua vinculação com as estratégias de modernização do Estado desenvolvidas sob sua gestão. Ainda na publicação, é posto que Cuiabá foi "uma das grandes beneficiárias dos programas de integração do governo federal e não pode deixar de dar o seu voto aos candidatos da ARENA [...]" (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1972, p. 8). Assim, compreende-se que as representações do progresso e da modernidade proporcionadas pelo governo militar não são isentas de interesses, uma vez que estas, além de produzir uma visão otimista do governo Médici, têm como intuito convencer, de forma explícita, o público leitor a apoiar o partido que sustentava o regime.

Durante toda a década de 1970, houve uma série de notícias que abordavam a integração de Mato Grosso ao setor energético do país. Em 18 de julho de 1972, por exemplo, em uma matéria intitulada *Norte de Mato Grosso terá energia abundante*, é falado sobre a introdução de Mato Grosso no sistema nacional de energia elétrica, com o anúncio da integração aos sistemas hidrelétricos de Cachoeira Dourada, em Goiás e Urubupungá, em São Paulo, para o abastecimento de regiões mato-grossenses. Também eram recorrentes, nas páginas do jornal elogios ao governo estadual exercido por José Fragelli (1971-1975), político indicado pelo próprio Médici que "desenvolveu diversas ações junto ao governo militar, que refletiram no desenvolvimento político, econômico e social do Estado" (MEIRA, 2011, p. 39).

Figura 3 – Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 13 de novembro de 1974


Fragelli Foi Quem Mais Fez Por Cuiabá

Fonte: Hemeroteca digital

Na publicação acima (figura 3), são percebidas as relações de proximidade entre o periódico e o governador de Mato Grosso. Tais notícias destacaram o fato da administração de Fragelli ter incorporado o Plano de Integração Nacional, promovido por Médici, e os benefícios desse plano trazidos para o Estado. Acerca dos empreendimentos hidrelétricos, o jornal pontua que durante o mandato do governador, houve a recuperação financeira e a reorganização técnico-administrativa nos setores da geração, transmissão e distribuição da energia elétrica.

No ano de 1974, foi publicado o texto intitulado "Participe da festa do progresso". Tal publicação diz respeito a um anúncio da inauguração da nova sede regional da CEMAT em Cuiabá, durante o governo de José Fragelli, e afirma que o governo priorizou a energia tanto quanto priorizou a construção de estradas. O texto ocupa toda a página do jornal, e convida, com caráter apelativo, a população mato-grossense para participar da festa para o progresso de "Mato Grosso 74".

Figura 4 – Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 19 de maio de 1974



Fonte: Hemeroteca digital

A partir de uma linguagem e estética que se aproximam do leitor, como no subtítulo “povo e governo inaugurando o futuro” e em dizeres como “nós queremos você participando desta festa” (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1974, p. 7), é perceptível que a publicação procura aproximar aspectos do regime e o popular, sobretudo naquele momento em que a repressão se tornava mais evidente entre alguns setores da população e se proliferava uma visão pessimista do governo ditatorial. Assim, as medidas tomadas pelo governo de José Fragelli associado a parceria com o regime militar são representadas como benéficas para o crescimento do Estado e para o bem-estar da população mato-grossense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou discutir as representações do progresso e da modernidade em Mato Grosso durante a ditadura militar, entre os anos 1972 e 1974, a partir das publicações referentes aos planejamentos de hidrelétricas, presentes no jornal *O Estado de Mato Grosso*. Em um primeiro momento, foi feita a discussão acerca dos trabalhos já produzidos que cerceiam essa temática, com o intuito de identificar os possíveis diálogos, bem como ampliar o escopo de referências acerca das relações entre o regime militar e imprensa em Mato Grosso. Depois, realizou-se a análise das fontes levantadas acerca dos planejamentos de hidrelétricas e possíveis soluções para a escassez da energia elétrica em Mato Grosso, tendo em vista o aumento da densidade populacional

devido as políticas de ocupação do território e de industrialização promovidas pela ditadura militar.

Se constatou, nesse sentido, que durante a década de 1970, houve investimento maciço na produção de energia elétrica para a adequação do novo contexto mato-grossense, sobretudo a partir da integração do setor energético de outras localidades do Brasil com o Estado de Mato Grosso. Desse modo, realizamos neste trabalho a análise das representações expressas nas publicações acerca dos planejamentos energéticos, uma vez que *O Estado de Mato Grosso* buscava representar a chegada do progresso e da modernidade no Estado por meio de suas produções jornalísticas, mesmo que o "progresso" enunciado pelo periódico não tenha chegado da forma anunciada.

REFERÊNCIAS

ARENA-MT pede crédito a Médici. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 14 de novembro de 1972. Ano XXXVI - nº 6.416. p. 8.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380043/mod_resource/content/1/Historia%20das%20Americas.%20Fontes%20e%20Abordagens%20historiogr%C3%A1ficas.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

CENTRO Oeste: da pecuária à industrialização. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 16 de agosto de 1973. Ano XXXIV - nº 6.606. p. 1.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221. Acesso em: 13 maio 2023.

CUNHA, Mary Louiselle do Prado Cunha. **Desmatamento e progresso na Amazônia Legal**: movimento ecológico e as políticas econômicas da ditadura militar (1964-1985). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto,

2008. v. 1. p. 111-153.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRAGELLI foi quem mais fez por Cuiabá. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 13 de novembro de 1974. Ano XXXVI - nº 6.942. p. 1-2.

GALETTI, Lylia; GUEDES, Silva. **Sertão, Fronteira, Brasil**: Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, MT: Entrelinhas. EdUFMT, 2012.

MAÇONARIA leva memorial a Médici: problema energético. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 13 de maio de 1972. Ano XXXIII – nº 6.276. p. 1.

MEIRA, Leonice Maria. **Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)**. Orientador: Vitale Joanoni Neto. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em História, Cuiabá, 2011. Disponível em: http://ri.ufmt.br/handle/1/1360. Acesso em: 25 maio 2023.

NORTE de Mato Grosso terá energia elétrica abundante. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 18 de julho de 1972. Ano XXXIII - nº 6.326. p. 1.

PARTICIPE da festa do progresso - povo e governo inaugurando o futuro. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 19 de maio de 1974. Ano XXXV - nº 6.805. p. 7.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário:** ditadura militar e redemocratização. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 245-284.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2003. p. 441-454.

SOUZA, Carlos Alexandre da Silva. Discursos sobre progresso e modernização no jornal O Estado de Mato Grosso (1970/71). **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 1, jan./ago. 2015. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/162. Acesso em: 25 maio 2023.

Recebido em 03-02-2024.
Aprovado para publicação em 21-07-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

FUTEBOL DE MULHERES NO RIO DE JANEIRO
Representações na imprensa no início do século XX

WOMEN'S FOOTBALL IN RIO DE JANEIRO
Media representations in the early 20th century

KELEN KATIA PRATES SILVA[1]

FABIANO COELHO[2]

RESUMO

O futebol é uma construção social, política, cultural e econômica das sociedades que o forja. Assim, historicamente, vincula-se o futebol a diversos âmbitos da vida. Não é exagero dizer que podemos ler uma sociedade por meio dos seus esportes. Este artigo analisa o futebol de mulheres no Brasil, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. A pesquisa dialoga com os estudos de gênero e com a teoria das representações, e tem como fonte principal o periódico *Jornal dos Sports*, um dos primeiros jornais especializados em esportes no Brasil. As análises evidenciam que, no Rio de Janeiro, no início do século XX, mulheres resistiram às representações machistas e moralistas de que seus corpos não eram aptos à prática do futebol. Em uma sociedade em que as representavam como corpos frágeis e limitados, mulheres, em diversos espaços, construíram seu protagonismo e deixaram um legado de que futebol também é coisa de mulher.

Palavras-chave: Futebol. Mulheres. Jornal dos Sports. Representações. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Football is a social, political, cultural, and economic construction of the societies in which the sport is played. Thus, from a historical perspective, football can reflect a variety of aspects of life, and it is no overstatement to say that we can read a society through sport. This article analyzes women's football in Brazil, with a focus on the city of Rio de Janeiro in the first decades of the 20th century. The research intersects with gender studies and the theory of representation, and its

[1] Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). E-mail: kelenkatia@hotmail.com

[2] Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Pós-Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em História da UFGD. Integra, na qualidade de pesquisador associado, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso. E-mail: fabianocoelho@ufgd.edu.br.

main source is *Jornal dos Sports*, one of the first newspapers dedicated to sport in Brazil. Our analysis shows that in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century, women resisted the sexist and moralist representations and assumptions that female bodies were unsuitable to play football. In a society in which women's bodies were represented as fragile and limited, women from different contexts constructed their own stories and left a legacy proving that football is also a sport for women.

Keywords: Football. Women. Jornal dos Sports. Representation. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A História, atividade intelectual e ofício, possui métodos de pesquisa que sustentam e justificam sua existência como um saber científico e escolarizado. Do século XIX, ano de sua institucionalização, ao século XXI, a historiografia passou por diversas transformações teóricas e metodológicas. De uma ciência pretensamente imparcial e positiva, a História foi tensionada no século XX a rever suas práticas e se voltar para a humanidade em sua diversidade e múltiplas relações. Não foi um processo linear, tampouco harmonioso, porém, os castelos que aprisionavam os/as profissionais da História aos poucos foram abalados e abertos para novas descobertas.

No século XX, novos métodos foram inaugurados, sobretudo pela Escola dos Annales, diante dos questionamentos da postura tradicional da Escola Metódica francesa (BOURDÉ; MARTIN, 2018). O movimento dos Annales, que se iniciou em 1929, na França, teve entre seus principais precursores Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernando Braudel. É possível identificar mudanças importantes que acompanharam os/as historiadores/as que integraram os Annales: o alargamento do campo documental, a interdisciplinaridade, o rompimento e a recusa de uma história essencialmente política, a abertura de novos campos de estudos e a proposição de uma história problema (REIS, 2004; 2010).

A produção histórica tem suas especificidades, dentre elas o trabalho com o tempo, o espaço e a problematização. Existe uma relação histórica entre história e futebol (SANTOS, 2020). A produção sobre futebol nas Ciências Humanas no Brasil avançou significativamente, sobretudo, no último quartel do

século XX. O esporte, conforme José D'Assunção Barros, "constitui um universo em permanente transformação, relacionados aos contextos históricos que o definem e que ele mesmo, como força social e cultural atuante, ajuda a definir" (BARROS, 2013, p.11).

Entre as possibilidades de pesquisa sobre esportes, especificamente do futebol, é possível compreendê-lo com um espaço de disputa de poder e de relações de gênero. Mariane da Silva Pisani reflete que, "ao utilizarmos a categoria gênero, que é inter-relacional, para pensar a modalidade esportiva futebol, introduzimos novas direções, perspectivas e teorias na área dos Estudos dos Esportes" (PISANI, 2020, p. 317). O futebol, ao longo do tempo, foi pensado e construído pela imposição do gênero masculino sobre as mulheres. A máxima de que o futebol "não é coisa para mulher" é a evidência mais trágica dessa invenção mentirosa.

Este artigo contribui com a história dos esportes, mais precisamente com a história do futebol de mulheres[3] no Brasil entre os anos de 1931 e 1941, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos como fonte de pesquisa o diário esportivo Jornal dos Sports, um dos primeiros periódicos especializados em esportes criado no país. Analisar o futebol de mulheres por meio desse diário é uma oportunidade teórica e metodológica para refletir como a imprensa é um manancial fértil para entendermos os caminhos e descaminhos das práticas esportivas no Brasil.

Nessa perspectiva, a ideia central da pesquisa é compreender os silenciamentos e as invisibilidades impostas à prática do futebol de mulheres no Brasil. As representações (CHARTIER 1990; 2011) criadas pela imprensa esportiva sobre os movimentos das mulheres em campo noticiavam os "malefícios" do futebol à saúde da mulher, outrora evidenciavam a curiosidade e o caráter de espetáculo dos jogos realizados.

[3] A utilização do termo futebol de mulheres marca uma mudança de perspectiva nos estudos sobre essa prática. O chamado futebol feminino designa um conjunto de características atribuídas a noção de feminino, como: fragilidade, emoção, beleza. A antropóloga Claudia Samuel Kessler comenta que: "O termo futebol de mulheres se relaciona a um universo completo e heterogêneo, permeado por trocas entre pessoas de diferentes classes, etnias, gêneros e religiosidades, no interior desta coletividade. Ou seja, entendemos o termo "mulheres" como abrangendo corpos e subjetividades que não são neutros, abstratos e nem universais". Ver: KESSLER, Claúdia Samuel. Mais que barbies e ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. 375 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

O futebol praticado por mulheres no Brasil desencadeou uma série de discussões sobre os espaços e as práticas permitidas e aconselhadas ao corpo feminino, resultando na proibição de modalidades esportivas para mulheres, entre elas o futebol, através da publicação do Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Almejamos com este texto contribuir com a história dos esportes, bem como desnaturalizar relações de preconceitos e estigmas face ao futebol de mulheres no Brasil.

1. O JORNAL DOS SPORTS E AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES EM CAMPO

Se a relação entre futebol de mulheres e produção acadêmica no campo historiográfico é embrionária, ressalta-se que, no campo jornalístico, as mulheres praticantes do futebol ocupavam páginas de notícias, propagandas e crônicas nos impressos do Brasil, pelo menos desde meados século XX.

Elegemos como fonte principal de pesquisa o Jornal dos Sports. Criado em 13 de março de 1931, o diário esportivo nasceu como um impresso voltado exclusivamente para o esporte, em suas diversas modalidades. No período estudado, é perceptível que, majoritariamente, o público leitor era composto pelas elites do Rio de Janeiro. Inclusive, na seção Opinião dos nossos leitores, localizada na segunda página do periódico, a maioria das opiniões eram de homens que pertenciam as elites locais, pois os nomes quase sempre vinham antecedidos por “dr”.

O Jornal dos Sports se consolidou como um ávido defensor das práticas esportivas e se mostrou uma importante fonte de informação e construção do campo esportivo no Rio de Janeiro. Conforme Kelen Katia Prates Silva:

> O jornal foi fundado por Argemiro Bulcão e Ozeas Mota, permanecendo com essa direção até o ano de 1936 quando foi vendido a Mário Filho e Roberto Marinho. Sob nova direção o Jornal dos Sports viveu seu momento de ascensão e hegemonia. Tal momento é atribuído pela imprensa pela significativa participação de Mário Filho na redação e na direção do jornal e duraria até 1966 com a morte de Mário Filho e alguns problemas financeiros enfrentados pelo Jornal dos Sports. O periódico se manteve no mercado dos impressos até 2007 (2020, p. 51-52).

O periódico foi fundado a partir do crescimento das notícias esportivas nos

jornais de grande circulação. O Jornal dos Sports se inseriu no mercado editorial com o objetivo de captar as informações sobre um imaginário urbano (e suburbano) centrado no esporte. Deste modo, "o Jornal dos Sports se tornaria um jornal esportivo, um veículo diário de comunicação e, principalmente, um ávido defensor da prática dos esportes entre a população carioca" (COUTO, 2011, p. 43). Ao se lançar como "a voz dos esportes", o periódico procurou "privilegiar qualquer prática que se identificasse com o esporte e com o corpo, mesmo que não houvesse ainda uma identificação com a cultura nacional, como o golfe, por exemplo" (COUTO, 2011, p. 44).

O impresso, desde suas primeiras edições na terceira década do século XX, teve como público-alvo homens e mulheres, sobretudo, das elites do Rio de Janeiro. Observamos na página do jornal a presença de produtos e serviços para o público feminino, além de reportagens, como por exemplo, recomendações de prática de ginástica feminina e até mesmo entrevistas com mulheres atletas e torcedoras. Ao informar sobre as mais diversas práticas esportivas o periódico imprimia representações e colaborava para a organização e consolidação do campo esportivo no Rio de Janeiro, e de forma mais ampla no Brasil. Sobre os jogos de futebol de mulheres, o jornal atuou num "jogo das letras" que ora incentiva as mulheres à prática do esporte, outrora silenciava e invisibilizava sua participação no campo esportivo, em especial no futebol.

As mulheres, há muito tempo, estão presentes no campo esportivo. As primeiras narrativas da presença das mulheres no futebol se referem a elas como torcedoras. Deste modo, a presença do "elemento feminino" atribuía graça e beleza aos jogos de futebol de homens. Na primeira década do século XX, esporadicamente, jornais e revistas do Rio de Janeiro passam a divulgar o "futebol feminino". Conforme Silva:

> A imprensa do Rio de Janeiro já apontava, por volta de 1910, as mulheres no futebol. Os jornais divulgavam pequenas notícias sobre o "futebol feminino" em países como Argentina, Inglaterra e até um curioso caso de divórcio de uma jogadora austríaca, cujo marido entrou com a ação alegando que a esposa não cuidava do lar, abandonando filho e o marido para ir jogar futebol, ganhou as páginas de jornais. Os discursos da imprensa se pautavam no que se entendia por mulheres, futebol e da relação entre estas duas concepções (2020, p. 41).

Na transição da década de 1920 para 1930, os registros dessa prática

aparecem com maior frequência. Assim, percebemos o aumento no número de notícias referentes à prática do futebol por mulheres, bem como a ampliação do número de impressos que comentavam sobre essa prática. De acordo com Silva, "a prática do futebol por mulheres ganhou representações diversas ao longo do tempo. No início do século XX as realizações desses jogos, assim como sua divulgação, enfatizavam o caráter beneficente da prática e a curiosidade que essa causava no público" (2020, p. 103). É importante ressaltar que, as mulheres, inicialmente as pertencentes à elite, vivenciavam o futebol enquanto lazer. Ao frequentarem as arquibancadas davam assistência aos jogos de homens. Quando o futebol ganhou adeptos no subúrbio, por volta de 1920, outras mulheres ocuparam as arquibancadas.

As primeiras iniciativas do futebol de mulheres, caracterizadas como evento social/beneficente, harmonizavam os papéis definidos para a "mulher moderna". Por consequência, os primeiros jogos de futebol de mulheres não visavam a competição, e sim a caridade. A ênfase dada nas notícias face o caráter beneficente da prática do futebol por senhoras e senhoritas, pertencentes a elite carioca, compunham uma narrativa que visava gerar curiosidade no leitor. Frequentemente, de acordo com Silva, os jogos eram anunciados como "uma curiosa exibição".

> Não raramente as notícias evidenciavam o caráter aristocrático da prática do futebol de mulheres. As notas sobre os prélios noticiavam os seletos bailes e o Jazz após os jogos. No século XX, com a criação de clubes de caraterísticas variadas e diferentes classes sociais, o futebol de mulheres ocupou os programas de alguns festivais realizados no subúrbio do Rio de Janeiro (Silva, 2020, p. 128).

As notícias que tratavam dos jogos de futebol entre "times de moças" anunciavam também que os jogos aconteciam em tempo reduzido, como publicado no jornal O Paíz, em 1929: "Tratando-se, como no jogo em questão, de moças, os half-times terão só 25 minutos. Os regulamentos de football em vigor serão, entretanto, applicados a esse jogo"[4]. Este jogo realizado em 1929, no estádio do clube Vasco da Gama, em benefício de caixa escolar, é citado pelo Jornal dos Sports como o primeiro jogo de futebol disputado por moças no Rio de Janeiro.

[4] Football Feminino. O Paiz. Rio de Janeiro, maio de 1929, Anno XLV, n. 16274. p. 8.

A prática do futebol de mulheres nos anos 1930 ganhou novos significados e, com isso, novos discursos colaboravam para a construção de representações sobre as categorias: mulheres, futebol e futebol de mulheres. O discurso de inaptidão das mulheres para a prática do futebol e o desejo de imitar os homens na prática desse esporte foi frequentemente publicizado nas páginas dos jornais nas primeiras décadas do século XX.

Nas investigações do Jornal dos Sports e outros impressos do Rio de Janeiro percebemos uma transformação na forma de se produzir notícias sobre o "futebol feminino". As notas informativas enfatizavam a curiosidade dos jogos e ressaltavam seu caráter filantrópico, acompanhadas, quase sempre, da escalação dos "times de senhoras" com nome e sobrenome presentes nas notícias. Como exemplo disso, o jornal menciona o jogo entre S. Christovão e Vasco da Gama, realizado em 1929:

> [...] A assistência mostrou-se muito interessada pela partida, acompanhando com enthusiastica torcida o desenrolar da pugna. Os teams apresentaram-se assim constituídos: Vasco: Aloysia Duarte, Jane Gallegos e Maria Motta; Edith Amaral, Jandyra Mendonça e Didi Gammaro; Virgolina Carvalho. Nair Marinho, Rosinha Gammaro, Jacy Pimenta e Rufina Gallegos. S. Christovão: Maria Gomes, Martha Gallegos e Judith Dias; Leonor Costa, Yvete Mendes e Judith Faria; Nair Amaral, Nair Doria, Izar Gomes (Zázá), Maria José da Silva e Lydia Gomes Tenorio[5].

A presença de nomes na notícia corrobora para visibilizar, mesmo que momentaneamente, a prática do futebol de mulheres. A medida em que os jornais anunciavam o futebol de mulheres como uma novidade nos clubes do Rio de Janeiro, outro elemento entrou em campo: o corpo feminino.

Os sentidos investidos no corpo das mulheres deram-lhe um lugar e funções pautadas nas significações sociais e morais. Ana Maria Colling observa que "as representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos [...]" (2014, p. 24). Historicamente, o lar foi o lugar designado à mulher. Ocupar espaços públicos e misturar-se aos homens significava trair sua natureza. Desta forma, "os limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade" (Colling, 2014, p. 24). Ao ultrapassar os limites da

[5] O S. Christovão feminino venceu o Vasco feminino por 2x0. A Manhã. Rio de Janeiro, maio de 1929, Anno IV, n. 1055. p. 9.

"natureza feminina" as mulheres tornaram-se imorais e indecentes, ferindo o ideal da "verdadeira mulher". Jogar futebol, no caso das mulheres, nas primeiras décadas do século XX, era um desvio de conduta[6].

As mulheres que eram, desde o século XIX, incentivadas a praticar exercícios físicos, particularmente a ginástica, causaram intensas discussões ao entrarem em campo e praticarem o futebol. Os exercícios físicos desenvolvidos pelo corpo feminino deviam construir um organismo forte, conforme Wagner Xavier de Camargo (2020), na tríade: saúde, força, beleza. Aos curiosos e defensores da prática do futebol de mulheres, a beleza das moças, exaustivamente noticiada, superava a falta de técnica. O jogo assumia a função de espetáculo. Entretanto, se para alguns o futebol era uma prática permitida às mulheres, havia explícita necessidade de constante vigilância sobre os corpos que entravam em campo.

As primeiras edições do Jornal dos Sports noticiaram o futebol de mulheres. Em 1931, na trigésima terceira edição, o jornal divulgou um festival organizado pelo Brasil F.C. que contou com "um prélio feminino do violento sport bretão[7] ".

> O feminismo avança ... Dois teams de senhoritas vão disputar um match de football. Há tempos, realizou-se no Stadio do Vasco da Gama, pela primeira vez no Brasil, um encontro de dois teams de football formado de gentis e encantadoras patrícias, encontro cuja renda foi em favor de caixas escolares. O exito foi completo, que mais tarde, repetiu-se a "dose". Agora volta, de novo, à baila, a ideia lançada pelo nosso companheiro Tenorio D'Albuquerque. É que o Brasil F.C., recentemente filiado à Amea, está organizando um grande festival para o dia 3 do mez vindouro, consistindo uma das provas em um prélio feminino do violento sport bretão. E depois ainda dizem que o feminismo não avança...[8].

Logo após sua fundação o Jornal dos Sports evidenciou a discussão sobre futebol de mulheres. Não por acaso, a primeira reportagem que aborda o tema relatou as intenções de Tenório de D'Albuquerque em realizar um "prélio

[6] Sobre a naturalização do pertencimento das mulheres na esfera doméstica, sugerimos as leituras: PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

[7] A utilização do termo "sport bretão" informa sobre a origem dessa prática, que, segundo a narrativa oficial, surgiu na Inglaterra e chegou ao Brasil por meio de Charles W. Miller, um brasileiro de origem inglesa.

[8] O feminismo avança ... Dois teams de senhoritas vão disputar um match de football. Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, abril de 1931, Anno I, n. 33. p. 2.

feminino". O Jornal dos Sports, ao anunciar Tenório de D'Albuquerque, o fez como "companheiro". A apresentação não era aleatória. Tenório compunha a equipe de redação do Jornal dos Sports, na função de redator chefe e responsável pela seção de boxe. Uma figura importante no campo esportivo da época, fundador da Comissão de Boxe, cronista e árbitro[9].

Em 30 de abril de 1931 o jogo foi novamente anunciado. Nesse novo anúncio o Jornal dos Sports lembrou seus leitores sobre o evento. O subtítulo da notícia informa que: "Domingo próximo, no campo do Brasil F.C., dois teams femininos disputarão uma partida de football". A notícia está localizada na segunda página, ao lado da coluna "Criticas e Suggestões" – editorial do Jornal dos Sports. No título "MULHER BRASILEIRA empolgando o "association"", o jornal destacou, com o uso de letras maiúsculas, os termos mulher e brasileira. O texto seguiu apresentando o festival, o local e as praticantes.

> Os sportmen suburbanos vão assistir domingo proximo a um interessante match de football disputado por encantadoras patrícias. Como parte integrante de um festival organizado pelo Brasil F. Club filiado a 2ª divisão da Amea, haverá, no "ground" da rua Sá, em Piedade em homenagem ao dr. Octavio Ferreira Pinto, o prélio entre os quadros denominados Mme. Helena Alves e Mme. Aldino Macedo, os quaes se constituirão do seguinte modo: HELENA ALVES – Eurice, Cecilia e Izaura; Odette, Linica e Antonietta; Helia, Pequenina, Yolanda, Ocirema e Nicinha. ALDINO MACEDO – Zinah, Maria de Lourdes e Aldevia; Magdalena, Ivandina e Joanna; Zuleika, Adelia, Lindalia, Shopia e Adalgiza. Para que seja feita uma exhibição à altura estes teams já realizaram alguns treinos, entre si, devendo repetir os exercícios ainda essa semana. Como se vê, o feminismo vae proporcionar, domingo, sensações novas aos adeptos do "association" e ... das mocinhas bonitas também![10].

O jogo anunciado aconteceria no subúrbio do Rio de Janeiro, no Bairro Piedade, em homenagem ao médico dr. Octavio Ferreira Pinto. Os times Mme. Helena Alves e Mme. Aldino Macedo entraram em campo. A notícia trouxe a escalação que contava com onze mulheres em cada time. Destaca-se a ausência de sobrenomes e a utilização de apelidos para se referir a Linica, Pequenina e Nicinha. É preciso se atentar também ao fato de que as mulheres

[9] Informações disponibilizadas pelo Jornal dos Sports na reportagem "A nossa secção de box. Tenório de D'Albuquerque". Ver: A nossa secção de box. Tenório de D'Albuquerque. Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, Abril de 1931, Anno I, n. 20. p. 5.

[10] A mulher brasileira empolgando o "association". Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, abril de 1931, Anno I, n. 40, p. 2.

assumiam posições em campo.

A prática do futebol de mulheres, num primeiro momento, parece responder aos interesses do Jornal dos Sports que se esforçou em realizar uma ampla divulgação dos eventos no ano de 1931. Desde o primeiro ano de circulação o Jornal dos Sports demonstrou ser um ávido defensor das práticas esportivas, inclusive para as mulheres. Contudo, as intenções do jornal ao divulgar o futebol de mulheres não estavam ligadas a uma campanha de regulamentação dessa prática no Rio de Janeiro e, sim, em gerar notícias que despertassem a curiosidade dos leitores, visando aumentar as vendas do jornal.

O ano de 1931 apontou para novos significados e novas sujeitas na prática do futebol de mulheres no Brasil. Os times Mme. Helena Alves e Mme. Aldino Macedo, filiados ao Brasil Suburbano F.C., protagonizaram histórias no futebol de mulheres. Todavia, a prática que parecia “empolgar o association”, como divulgado pelo próprio jornal, não permaneceria nas edições do Jornal dos Sports.

A presença de jogos nos centros e subúrbios do Rio de Janeiro evidenciavam discussões a respeito dos corpos que entravam em campo. Entre 1932 e 1939, o silenciamento da prática do futebol de mulheres se deu de forma generalizada na imprensa do Rio de Janeiro. Até mesmo os impressos que se colocavam como favoráveis à exibição das moças no “esporte bretão”, tomando os devidos cuidados com a prática, invisibilizaram as mulheres em campo. Curiosamente, o silenciamento da prática do futebol de mulheres não significou o apagamento dessas sujeitas nos esportes. As mulheres continuavam presentes nas arquibancadas, nos concursos de rainha de clubes e em diversas modalidades esportivas.

Na medida em que as mulheres praticantes do futebol desaparecem por um longo período das edições, o Jornal dos Sports se esforçou em representar as mulheres nos espaços de assistência. A mulher-torcedora era exibida pelo jornal como bela, graciosa, entusiasmada, apaixonada pela prática esportiva (compatível com sua natureza) e por um time de futebol. A imagem da mulher no Jornal dos Sports delimitava os espaços permitidos para seu corpo no futebol. Enquanto praticantes eram apresentadas como uma “imitação dos homens”, como torcedoras carregavam a paixão pelos seus times e frequentavam as arquibancadas, sempre acompanhadas por homens da sua família.

As mulheres que compunham a assistência aos jogos de futebol eram exibidas pelo Jornal dos Sports como torcedoras. Nas páginas do jornal, a vinculação da mulher ao sentimento clubístico eram evidentes. Contudo, a partir de 1932 a representação da torcedora ganhou maior notoriedade. Ressaltamos que, o período de silenciamento no Jornal dos Sports não está diretamente ligado com o desaparecimento da prática do futebol por mulheres no Rio de Janeiro. A presença e a ausência do futebol de mulheres nas edições do Jornal dos Sports atendiam aos interesses do periódico e das normatizações da sociedade em que era produzido. Nessa direção, "estudar o texto/discurso de jornal significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido" (Cyrre, 2013, p. 42). O jornal produz discursos que podem visibilizar ou invisibilizar homens e mulheres no tempo.

As mulheres jogadoras de futebol voltaram a aparecer no jornal somente em 28 de dezembro de 1939, quando o Jornal dos Sports publicou os resultados das provas realizadas no festival Bento Ribeiro Football Club. Na notícia é citada a disputa entre os quadros femininos, sendo o Bento Ribeiro e o Azul-branco. Conforme a matéria, o jogo terminou com o empate de 0x0[11]. Sem muitos detalhes ou descrições a notícia marcou o retorno das publicações sobre o futebol de mulheres no Jornal dos Sports.

Em outra notícia publicada em março de 1940, o S.C. Brasileiro convocava sua "equipe feminina" para o festival, organizado pelo Frei Miguel F.C., que aconteceria no campo do Cassino Realengo. Nesse festival, "tomaram parte várias equipes femininas". A diversidade de equipes chama atenção. Em 1940 já se conhecia, por meio das notícias publicadas nas edições do Jornal dos Sports, as equipes do A.C. Independente, Bento Ribeiro, S.C. Brasileiro, Cassino Realengo, Eva F.C., Valqueire F.C. e Primavera F.C.

Mais do que publicar sobre os jogos de futebol de mulheres, o Jornal dos Sports organizou e promoveu essa prática. Em 13 de março de 1940 lançou uma nota comemorativa celebrando seus 9 anos de circulação. Entre a programação de seu aniversário estava a realização de uma missa em ação de graças e um jogo de "futebol feminino". Assim enfatizava:

[11] Festival do Bento Ribeiro football club. Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, dezembro de 1939, Anno IX, n. 1283, p. 5.

> Encerrando as commemorações pela passagem de mais um anniversario de JORNAL DOS SPORTS será realizado no campo do S.C. Tavares um jogo de football feminino, no qual será disputada a "Taça Mario Rodrigues Filho". Esse cotejo servirá também para inaugurar os reflectores do campo do sympathico grêmio S.C. Tavares[12].

A notícia é intitulada como "As partidas sensacionaes do football feminino". O emprego do adjetivo sensacional ao se referir aos jogos de futebol de mulheres desperta curiosidade. Os jogos noticiados pelo Jornal dos Sports em 1931 eram geralmente anunciados como "disputas curiosas" e/ou atrelados aos "avanços do feminismo". A mudança no título sinaliza as intenções do jornal em criar e (re)afirmar novas representações da prática do futebol por mulheres.

Os jogos de futebol de mulheres ganhavam um significativo espaço no campo esportivo. O Jornal dos Sports chegou anunciar em nota a realização de um jogo entre o Eva F.C. e o Brasileiro, em abril de 1940, e complementava que os times "sempre arrastam para o campo elevado numero de "fans""[13]. As partidas de futebol de mulheres passaram a ser realizadas para além do subúrbio do Rio de Janeiro e se espalharam para outros estados brasileiros, como São Paulo e Minas Gerais.

O anúncio das "partidas sensacionais", os jogos realizados em Minas Gerais e São Paulo, e a presença marcante do "elevado numero de fans" demonstram um cenário interessante para o futebol de mulheres no Brasil. Eriberto José Lessa Moura comenta que "parecia mesmo que o futebol feminino, definitivamente, "fincava" suas bases no subúrbio carioca e, a partir desse local, alcançaria outras camadas sociais" (2003, p. 37). As reportagens publicadas no Jornal dos Sports apresentavam um discurso favorável à prática do futebol de mulheres em 1940, embora a posição do periódico se pautasse em questões ideológicas e interesses comerciais. O futebol de mulheres que ganhou expressiva divulgação não foi isento de críticas. As opiniões dos jornalistas esportivos e de profissionais da medicina não eram homogêneas, desse modo, havia os que se manifestavam favoráveis e contrários à prática.

[12] Nove anos que apontam a consciência de um dever cumprido. Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, março de 1940, Anno X, n. 3246, p. 4.
[13] Teams femininos na preliminar. Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, abril de 1940, Anno X, n. 3282, p. 6.

Em meio às opiniões favoráveis e contrárias à prática do futebol de mulheres ocorreu, em 1940, a discussão sobre a regulamentação dos esportes no Brasil. O esporte se apresentava não apenas como uma questão do campo esportivo, mas, também, uma questão de Estado[14]. Para o governo do presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), as práticas esportivas se manifestavam como meio de disciplinarização dos corpos e aperfeiçoamento da raça (SILVA, 2020).

As apropriações políticas do esporte, em especial do futebol, sucederam em intervenções diretas do Estado sobre o corpo e sobre as práticas esportivas. Posto isto, em 1941 surgiu por meio do Decreto-lei 3.199 uma sistematização do esporte em nível nacional. Respondendo às intensas discussões a respeito do futebol de mulheres, o Artigo 54 do referido decreto-lei determinava que: "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país"[15]. Ficou a cargo do recém-criado Conselho Nacional de Desportos determinar as práticas esportivas compatíveis ao "sexo frágil". Na edição de 4 de setembro de 1941 o Jornal dos Sports publicou, na primeira página, as instruções que regulariam a prática dos desportos "feminino". E, conforme a notícia, as mulheres não podiam "jogar o football nem o box!"[16]. Isto é, o futebol não era prática de mulheres. A imposição do gênero masculino sobre as mulheres que praticavam futebol, legitimada pelo Estado, durou mais de 40 anos. Somente em 1983, o Conselho Nacional de Desportos liberou e regulamentou a prática do futebol para mulheres no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[14] Ver: SILVA, Kelen Katia Prates. Eram tempos de massas: o futebol e a política na formação da identidade nacional brasileira durante a era Vargas (1930-1938). 2016. Monografia (curso de História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016; Caldas, W. (1994). Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. Revista USP, São Paulo, n. 22, pp. 41-49, jun.-ago; Franzini, F. (1997). Futebol, identidade e cidadania no Brasil dos anos 30. In: Caderno de. Resumos, XIX Simpósio da ANPUH, Belo Horizonte; Machado, F. M. (2001). Bola na rede e o povo nas ruas! Estado Novo, imprensa esportiva e torcedores na Copa do Mundo de 1938. São Paulo: PUC.

[15] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em: 03 janeiro 2019.

[16] A mulher não pode jogar o football nem o box! Jornal dos Sports. Rio de Janeiro, setembro de 1941, Anno XI, n. 3701, p. 1.

As reflexões desenvolvidas neste artigo contribuem para os estudos de gênero e das práticas de futebol de mulheres no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Compreendemos que o futebol e os esportes de maneira geral são construções sociais e carregam representações da sociedade que os forjam.

Os primeiros indícios e registros jornalísticos sobre a prática do futebol de mulheres datam da primeira década do século XX. No Brasil, o futebol de mulheres teve (e ainda tem) resistência por parte da sociedade, pois historicamente foi representado com um esporte de homens. Tal representação é evidência de uma sociedade e país que se construiu sob a égide do patriarcado.

A partir da fonte analisada, o Jornal dos Sports, publicado na cidade do Rio de Janeiro, em 1931, percebemos que o periódico ora incentivava as mulheres à prática do esporte, outrora silenciava e invisibilizava sua participação no campo esportivo, em especial no futebol. O Jornal dos Sports, meio de comunicação que circulava entre as elites políticas e econômicas da época, registrou a participação das mulheres nos campos de futebol e teceu representações, sobretudo, ao corpo feminino, pautado em visões moralistas de uma sociedade predominantemente machista.

Jogar futebol nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, era um processo de resistência. As jogadoras tiveram que lidar com as representações de que não eram aptas para a prática, seus corpos eram frágeis e não combinavam com a modalidade esportiva. Posto isto, as mulheres assumiram o protagonismo de suas histórias e dos seus corpos e ensinaram, do século XX ao XXI, que futebol também é coisa de mulher.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Prefácio. In: MELO, Victor Andrade de et al. **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 11-19.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Dimensões de gênero e os múltiplos futebóis no

Brasil. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt (org**). O futebol nas Ciências Humanas no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 589-604.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados: UFGD, 2014.

COUTO, André Alexandre Guimarães. **A hora e a vez dos esportes**: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

CYRRE, Magda Regina Lourenço. Reflexões sobre o discurso jornalístico: contribuições para interpretação. **Revista Entrelinhas**, v. 7, n. 1, p. 42-52, jul./dez., 2013.

MOURA, Eriberto José Lessa. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2003.

PISANI, Mariane da Silva. Gênero: um conceito útil para a análise esportiva e futebolística. In: KESSLER, Cláudia Samuel; COSTA, Leda; PISANI, Mariane da Silva (org). **As mulheres no universo do futebol brasileiro**. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. p. 317-335.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Futebol e História. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt (Org). **O futebol nas Ciências Humanas no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 139-151.

SILVA, Kelen Katia Prates. **O jogo das letras**: práticas esportivas e futebol de mulheres nas páginas do Jornal dos Sports (1931-1941). Curitiba: CRV, 2020.

Recebido em: 11/04/2024

Aprovado para publicação em: 14/04/2026

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

NARRATIVAS VISUAIS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E NO HAITI
Entre o silêncio e a insurgência (1800–1845)

VISUAL NARRATIVES OF SLAVERY IN BRAZIL AND HAITI
Between Silence and Insurgence (1800–1845)

FERNANDO PORFIRIO LIMA[1]

RESUMO

Este estudo propõe uma análise crítica no campo da História da Arte, questionando como o racismo e o eurocentrismo moldaram a produção e circulação de imagens, contribuindo para o apagamento e a marginalização de culturas visuais não-europeias. A pesquisa concentra-se nas representações visuais da escravidão no Brasil e no Haiti, investigando, prioritariamente, a obra Feitores castigando negros, de Jean-Baptiste Debret, e Vingança do Exército Negro, de Marcus Rainsford. A partir do caráter documental dessas imagens, difundidas por meio da litografia, discute-se o papel da cultura visual na constituição de uma memória seletiva que silenciou a insurgência negra enquanto naturalizava o sofrimento e a violência escrava.

Palavras-chave: Narrativas visuais. Racismo. Eurocentrismo. Escravidão.

ABSTRACT

This study proposes a critical analysis within the field of Art History, questioning how racism and Eurocentrism shaped the production and circulation of images, contributing to the erasure and marginalization of non-European visual cultures. The research focuses on visual representations of slavery in Brazil and Haiti, with particular emphasis on *Feitores castigando negros* by Jean-Baptiste Debret and *Revenge of the Black Army* by Marcus Rainsford. Drawing on the documentary nature of these images, disseminated through lithography, the discussion addresses the role of visual culture in the construction of a selective memory that silenced Black insurgency while naturalizing the suffering and violence of slavery.

Keywords: Visual narratives. Racism. Eurocentrism. Slavery.

INTRODUÇÃO

> A modernidade não existe sem a colonialidade; elas são duas caras da mesma moeda, e o racismo organiza a partir de dentro

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: fernandoporfirio@aluno.ufrb.edu.br.

> todas as relações sociais e hierarquias de dominação da modernidade. (...) Nas palavras de Césaire e Dussel, a modernidade é um projeto de morte genocida da vida (humana e não humana) e a destruição epistemicida de outras civilizações (destruição de formas "outras" de conhecer, ser e estar no mundo). Ramón Grosfoguel[2]

A História da Arte a qual nos familiarizamos, ao menos desde os séculos renascentistas, até o tempo que nomeamos como contemporâneo de nosso presente, foi imaginada como experiência e produto da modernidade europeia. A sua invenção se valeu de uma estrutura colonizadora e epistemicida responsável por marginalizar e eliminar a cultura visual e as tradições locais de outros povos que foram antagonizados por uma tradição disciplinar que já nasce com um discurso epistemologicamente eurocentrado. Impregnada desde a origem por esse imaginário eurocêntrico, a história da arte projetou-se como discurso triunfalista de uma Europa autogeradora de si mesma, em que a sua formação histórica independe do contato com as diversas culturas ocidentais e não-ocidentais, do genocídio de povos inteiros, da escravização quase que exclusiva dos povos da raça negra e da consequente colonização, que, exauri até hoje, as riquezas do Continente Africano e Americano.

É bastante evidente que a transformação plástica da arte ocidental, deve-se, fundamentalmente, pelo contato com a arte não ocidental, sobretudo de países asiáticos e africanos. Um exemplo amplamente estudado são as múltiplas influências da arte africana, que contribuíram significativamente para uma modificação da pintura modernista ocidental, ao mesmo tempo em que houve o encobrimento de uma modernidade africana simultânea a esse processo, em que os artistas africanos também descobrem a arte europeia e se apropriam de suas técnicas para construírem novas expressões artísticas (Okeke-agulu, 2001).

Ora, a distorção histórica que ocorre nesse processo, é que, acusam erroneamente artistas africanos modernos e seus contemporâneos de mimetismo, como se eles não fossem capazes de produzir novos meios e padrões que pudessem renovar a arte local e mundial. Esse pensamento é totalmente imbricado a cultura colonialista, que construiu ao longo do tempo, um

[2] (Grosfoguel, 2018, p. 68-71).

sentimento de superioridade ontológica da Europa em relação à África, montando o imaginário a partir de sua exterioridade, de uma raça inferior e desregrada.

Percebe-se que a tradução ocidental da arte negro-africana cria um espaço intermédio com duas problemáticas que persistem historicamente como estereótipos sociais na visão de grande parte dos estudiosos no ocidente. A primeira delas é a questão da "autenticidade" atribuída aos objetos artísticos. Segundo Kasfir (1999), a definição da arte africana é determinada por uma linguagem classificatória unilateral dos colecionadores e pesquisadores europeus, que ora canonizam uma peça, ora a excluem definitivamente, por não corresponder ao sentido da narrativa que convencionou o "autêntico" africano como aquilo que seria o primitivo, traços de uma raça selvagem, e que, portanto, justificaria a sua inferioridade. Em resumo, refiro-me, essencialmente, aquilo que todos conhecem como as "artes tradicionais" africanas. Como bem observará Kasfir (1999), tal classificação implica uma combinação complexa e ambígua, entrelaçando desejos imperiais, darwinismo social e o gosto de colecionadores ocidentais, construindo, assim, uma narrativa dominante que se alinha ao discurso de uma alteridade negativa da África, configurando seus artefatos como uma afirmação de poder e dominação colonial.

O segundo problema é resultado dessa estrutura que define o que é autêntico ou não na arte africana. O que Okeke-Agulu (2001), identifica ser um paradoxo que funciona, sobretudo, no interior da arte moderna africana, instalando-se academicamente uma síndroma de dependência, como se tudo que fosse produzido por artistas africanos, não passasse de uma simples sobreposição do que teve origem no Ocidente. Como alerta o autor, esse pensamento é bastante pernicioso, na medida em que nega qualquer possibilidade de iniciativa da parte do artista africano como um pensador, como alguém humanamente livre para exprimir-se através de um produto que seja original e que figure um modo singular de imaginar o mundo e de representá-lo.

O colonialismo predetermina a sua subjetividade, delimita o que, e como deve ser produzido. Qualquer um que tente escapar a essa lógica, que tente desafiar suas instituições, é sumariamente eliminado da história. Sem dúvida nenhuma, a implicação dessa visão vai totalmente de encontro ao que Mudimbe nomeia de um "etnocentrismo epistemológico", a saber: a crença de que,

cientificamente, não há nada a se aprender com “eles” a não ser que já seja “nosso” ou venha de nós (Mudimbe, 2019, p. 40).

Nesse caso, estamos nos referindo, sem nenhuma digressão, da morte epistemológica das sociedades africanas. Trata-se de uma epistemologia mestre, que despe a epiderme escura do africano até uma essência irregenerável, – uma zona de Não-Ser e de morte social caracterizada como uma região de completa desumanidade fabricada pelo colonialismo, pela escravidão e pela supremacia branca. Como resume Quijano:

> [...] a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou do “Ocidente” foi o “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica (Quijano, 2005, p. 111).

Ou seja, um dos fatos fundantes da estrutura colonizadora moderna reside na reprodução de um sistema de significação anacrônico e dicotômico gestado pela escravidão e pela conquista colonial, onde os grupos racialmente diferenciados não mais compartilham do mesmo tempo (GILROY, 2007). Por exemplo, entre a arte africana e a arte ocidental, embora ambas coexistam no espaço, podendo habitar a mesma exposição artística, inclusive, é como se elas não fossem contemporâneas do mesmo tempo, pois as percepções sobre os objetos de estudos vão sempre ser operadas por uma consciência histórica que é racializada, e que, portanto, nos paradigmas etnocêntricos subjacentes à disciplina da História da Arte, apenas o grupo dominante será visto como moderno. Enquanto a arte produzida pelo negro africano será sempre lida na chave primitivista, em seu “estado de natureza”. Pois, somos levados a crer numa linha de evolução tortuosa, mas inevitável, em que o colonialismo e a sua razão, significa, fundamentalmente, civilização e humanidade, desenvolvimento e modernização; e nunca a destruirão e espoliação de outras culturas. Nesse caso:

> [...] a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece diferenças incomensuráveis entre o colonizador e o colonizado. As noções de raça e de cultura operam aqui como um dispositivo taxonômico que gera identidades opostas. O colonizado aparece assim como o outro da razão, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador (Castro-Gómez, 2005, p. 83).

Como já observava Frantz Fanon (2022), o mundo colonial é um mundo compartimentado e fragmentado, ou seja, ele é dividido em dois. Assim, criam-se zonas radicalmente diferentes entre ambos os lados. A zona habitada pelo colonizado naturalmente se opõe a zona habitada pelo colono. Nessa relação, negritude e humanidade torna-se um encontro inconciliável, um antagonismo (Wilderson, 2021), sobretudo por determinar uma "forma primaria de Outridade, pela qual a branquitude é construída" (Kilomba, 2019, p. 38). O negro, nessa relação, deixa de ser visto como um ser humano e vê o seu corpo transformado numa "coisa", um objeto-mercadoria que é enclausurada num estado absoluto de Outridade, totalmente oposta a humanidade, que na modernidade, passa a ser o sinônimo legítimo de brancura. Como Sueli Carneiro arrematou: o ser moderno (branco) constrói o Não Ser (negro), e, ao construí-lo, o ser se define nessa oposição, afirmando a si próprio (Carneiro, 2023; Fanon, 2022). Contudo, essa relação é mais insidiosa do que se visualiza, pois, raça é, inicialmente, uma ficção, uma fantasia perversa e sádica da branquitude que acaba construindo ciladas dentro do imaginário desolador de uma negritude que é continuamente projetada pela irracionalidade do racismo.

Essa irracionalidade opera como contradição dentro da razão modernidade/colonialidade. Afinal, trata-se de uma razão que é racializada, e, portanto, desenvolve-se como visão cultural hegemônica para naturalizar a centralidade europeia como o lugar de partida do mundo. Dessa forma, a modernidade sempre terá a sua Alteridade negada – sempre haverá os "Outros", aqueles que não se encaixam nesse projeto e, que, portanto, são automaticamente excluídos e negados por ele. Acontece que, esses "Outros", são na verdade, suas vítimas. Vítimas de um ato "irracional" em que a práxis moderna para justificar-se, impõe o seu projeto "civilizador" por meio da violência (Dussel, 2005). Como defende Dussel, a violência, a mentira, a barbárie, está "encoberta" na naturalização do mito chamado Modernidade. E para superá-lo,

é preciso descosê-lo negando a negação do mito e sua presumida inocência.

O mito da modernidade é baseado na transição do capital primitivo para o capital moderno, um processo durante o qual o regime moderno europeu cometeu diversas invasões, escravidão e genocídios para estabelecer-se globalmente. A questão, é, como denunciou Césaire (2020), que da colonização à civilização, temos uma distância infinita. Mergulhados numa hipocrisia coletiva, acredita-se na razão moderna como uma razão emancipadora, humanista, cristã, quando na verdade, a sua face "oculta" (o mundo periférico colonial) revela-nos o seu lado nefasto: um ocidentalismo violento, desenvolvimentista e hegemônico.

É seguindo esse pensamento que apresentaremos nas páginas que se seguem, argumentos que vinculam diretamente a História da Arte ao discurso racista e eurocêntrico da modernidade ocidental. Faremos essa análise olhando dois cenários: o caso da escravidão brasileira e o da escravidão haitiana. Seguindo algumas imagens desses dois países, foi possível estabelecer um diálogo contundente acerca dessas duas realidades históricas, sobretudo percebendo como atuam as imagens na construção de uma história opressora.

1. ECOS E SILÊNCIOS DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NA OBRA DE DEBRET

O Brasil, que é fruto do tão longevo, quanto brutal, colonialismo português, foi o país das Américas que mais recebeu africanos escravizados e onde essa escravidão perdurou por mais tempo. Estima-se que entre os anos 1525 e 1867, o país tenha recebido, aproximadamente, quatro milhões de africanos escravizados.[3]

Embarcados em navios negreiros, como ilustrado na aquarela sobre papel, produzida por René Lhermitte (Imagem. 1),[4] homens e mulheres africanos

[3] Ver estimativas sobre o comércio transatlântico de escravos – no banco de dados: Slavevoyages.org.

[4] O original do documento iconográfico sobre o navio negreiro de Nantes, o Marie-Séraphique, localiza-se, atualmente, no Castelo dos Duques da Bretanha, onde abriga o Museu de História de Nantes, na França. Destaca-se nesta imagem um nível de detalhe e complexidade muito interessante, revelando-nos o aspecto operacional de como e em quais condições ocorriam as travessias a bordo de um navio negreiro durante o comércio transatlântico de escravos no século XVIII. A imagem trazida neste artigo é um detalhe de uma pintura muito maior que, além de nos mostrar detalhes do convés que abriga aproximadamente 307 pessoas escravizadas, também

foram inseridos como objetos no porão e no convés inferior e transportados da África até as Américas. Como narrado no testemunho histórico do ex-escravizado Olaudah Equiano, a cena é tão brutal, tão horrenda, que “nem tive tempo de sentir meu sofrimento e fui logo colocado sob o convés” (Equiano, 1995, p. 55). O porão do navio negreiro é narrado como o verdadeiro inferno na terra, um espaço violento e agonizante onde muitos negros não resistiram a interminável travessia e sucumbiram a morte, aos que resistiram, arrancaram-lhes a pele humana, restando-lhes a sub-humanidade. Talvez, esse ato de colocar no porão, como muito bem analisado por Malcom Ferdinand (2022), tenha de fato um conteúdo simbólico e político que remonta ao ato fundador do mundo moderno, onde a relação Senhor e Escravo nega sistematicamente a subjetividade do escravizado, colocando-o fora do mundo. Avesso a humanidade. A vida negra habita num inferno permanente; o porão do mundo. O relato de Mahommah G. Baquaqua, até então, a única biografia conhecida de um africano que tenha trabalhado como escravizado no Brasil da primeira metade do século XIX, revela-nos memórias assombrosas e, ao mesmo tempo, elucidativas desse processo.

Imagem 1– René Lhermitte. Diagrama do navio La Marie Seraphique de Nantes, França (detalhe).



Fonte: Castelo dos Duques da Bretanha – Museu de História de Nantes (1770).

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens

retrata o porão inferior e superior, onde armazenava, sobretudo, alimentos, barris de água e toras de madeira utilizada para o cozimento das refeições. Retrata, ainda, o convés superior, onde visualiza-se mais barris de água, alimentos e as mercadorias comerciais. Além de trazer a imagem do navio ancorado ao largo de Loango (atual República do Congo). Por fim, vê-se ainda, na parte inferior, uma tabela, revelando os detalhes técnicos da embarcação e os lucros da viagem. Em síntese, trata-se de um documento visual de caráter comercial e administrativo, produzido por um autor diretamente envolvido com o tráfico negreiro. Ver o documento em: https://g.co/arts/ebXWXk6efz7B8kgZA.

> apinhados de lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundice daquele lugar nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu corpo nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. (Baquaqua, 1854, p. 42).

A “estranheza” e a aparente “selvageria” dos africanos delimitado nesse primeiro contato com o europeu, operou uma espécie de representação da pessoa africana como sujeito abjeto – agora em sua condição de escravizado – o africano é simplesmente um negro – codificado como mercadoria; é um “objeto entre outros objetos”, possuído, acumulado e fungível para qualquer sujeito branco (Wilderson, 2018; Hartman, 1997). Como descrito no relato de Baquaqua, o porão desencadeia um trauma psíquico em seu corpo e mente, em que, o seu contato com a barbárie do mundo branco, coloca-o num espaço de morte e medo contínuo, destruindo qualquer possibilidade de ontologização. Como observa Orlando Patterson, o uso contínuo da violência na ordem escravista torna-se o fator preponderante da relação senhor-escravo, pois o ato de chicotear, não se trata simplesmente de um método de punição. Inicialmente, o chicote é “um dispositivo consciente para fazer ver aos escravos que eles eram escravos” (tradução nossa) (Patterson, 1982, p. 03).

Ou seja, a violência, a brutalidade e a morte física que ronda o corpo negro é uma forma de controle social que afirma o poder absoluto do colonizador; ao passo que o faz do colonizado uma pessoa socialmente morta. Pois vivendo numa alienação forçada, “o escravo é um isolado genealógico, tem um passado, mas não uma herança” (Osmundo, 2021, p. 16). Portanto, ao torna-se socialmente desenraizado, a política do porão o fez um “Não-Ser” fragmentado, confuso e dilacerado (Ferdinand, 2022).

Entretanto, isso não significa que o escravizado não tenha esperança ou nutra o desejo pela sua liberdade. Muito menos que ele tenha perdido a capacidade de ação, agência e individualidade.

Retornando ao relato de Baquaqua, a abaixo, trago mais um recorte que, entendo caracterizar essa relação ambígua do processo escravista. De um lado, a coerção nua e crua por parte do senhor a fim de demonstrar seu poder sobre

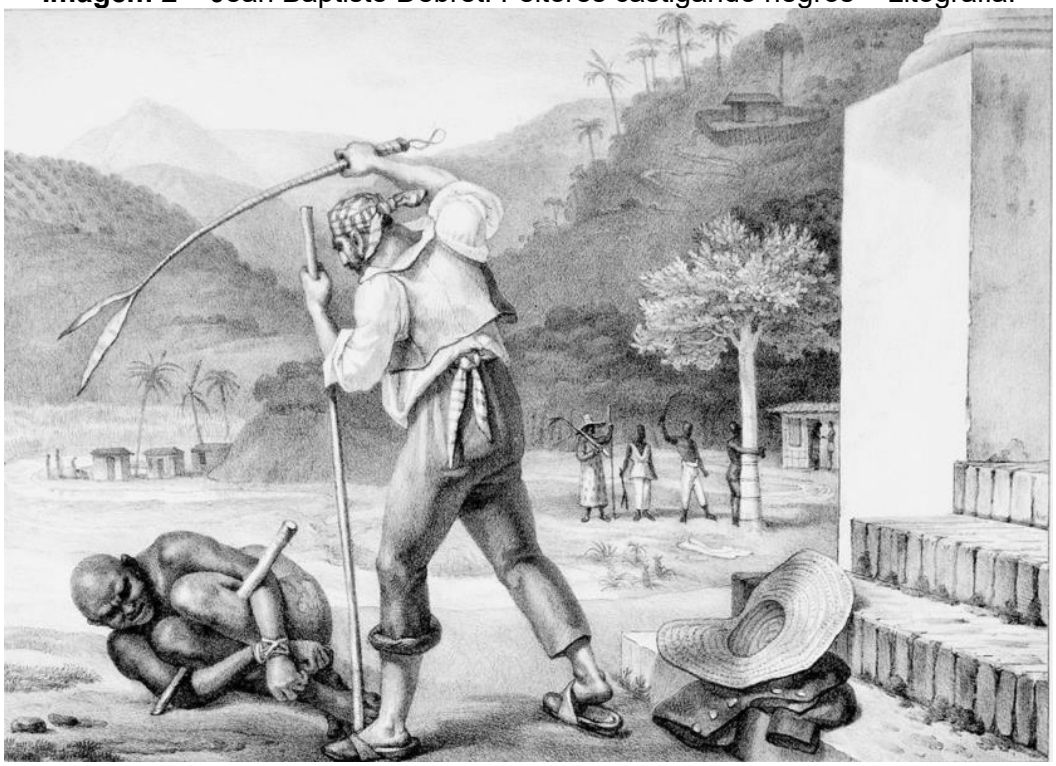
o cativo, intensificando a violência. De outro, pequenos atos de resistência por parte do escravizado; seja no esforço em conseguir reconhecimento e "dignidade" do seu senhor para sobreviver, na tentativa de fuga, ou mesmo indo contra ao ritmo do trabalho feitorizado e, em caso mais extremos, o cometimento de assassinato e o suicídio. Todas as opções foram exploradas por Baquaqua. Vendido a um senhor de escravo português, sua estratégia inicial era fazer tudo que o seu senhor precisasse, da melhor maneira possível, sendo um escravo rentável, prestativo e obediente. Contudo, logo descobriu que servia a um tirano e nada poderia satisfazê-lo.

> As coisas iam de mal a pior e estava muito ansioso para trocar de senhor, então tentei fugir mais logo fui apanhado, atado e restituído a ele. Em seguida tentei ver o que me acontecia se fosse desleal e indolente. Assim, um dia, quando me mandaram vender pão como de costume, vendi apenas uma pequena quantia e, com o dinheiro que recebi, comprei uísque e bebida à vontade, voltando para casa bastante embriagado. Quando fui fazer as contas da diária, meu senhor pegou minha cesta e, descobrindo o estado em que as coisas estavam, fui muito severamente espancado. Eu disse a ele que não deveria mais me açoitar e fiquei com tanta raiva que me veio na cabeça a ideia de matá-lo e, em seguida, suicidar-me. Por fim, resolvi me afogar. Preferia morrer do que viver sendo um escravo. Corri então até o rio e me joguei na água, mas, como fui visto por algumas pessoas que estavam num barco, fui salvo (Baquaqua, 1854, p. 45).

Baquaqua se viu de frente com a cortante e violenta barbárie da escravidão. Entendeu que, fizesse o que fizesse, ele competia contra algo que era "irracional" e que o degradava, que o via simplesmente como um corpo cativo onde se poderia fazer o que quiser. Era antes de tudo, uma superfície, um recipiente vazio que, estendia-se como "veículo do poder, do prazer e do lucro do outro" (Hartman, 1997, p. 20). Portanto, o ato que o fez tentar cometer o suicídio, era no fundo, a sua alma suplicando pela liberdade. Condenado a uma morte lenta e brutalizada, de maneira audaz, sua consciência preferiria à morte a retornar ao cativeiro. Como traduziu Orlando Patterson, a escravidão significava essencialmente: "a violência direta e insidiosa, a invisibilidade e o anonimato, a violação pessoal sem fim e a desonra crônica e inalienável" (tradução nossa) (Patterson, 1982, p. 12). Ainda existindo num espaço de morte colonial. Baquaqua é devolvido a posse de seu senhor e nos narra uma cena que optei por não o colocar na íntegra, devido a violência devastadora, mas de

todo modo, seu relato ajuda-nos a compreender a imagem de Debret (Imagem. 2):

Imagem 2 – Jean Baptiste Debret. Feitores castigando negros – Litografia.



Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 2º tomo, prancha 25 (1835).

> Depois deste triste atentado contra minha vida, fui levado à casa de meu senhor que atou minhas mãos para trás, colocou-me de pés juntos, chicoteou-me sem misericórdia (...) (Baquaqua, 1854, p. 45).

Embora tenhamos escolhido não relatar os pormenores da cena vivida por Baquaqua, a aquarela pintada por Debret, posteriormente, transformada em prancha de livros pelo procedimento litográfico, revela-nos, de forma nua e crua, o verdadeiro horror da escravidão. A imagem, por si só, expõe-nos a violência em seu estado puro – nos apresentando a flagelação e a opressão reiterada contra o corpo cativo.

Trata-se de uma cena comum na sociedade escravista, na qual o chicote é por excelência um dispositivo de controle social exercido sobre o corpo negro. No entanto, está imagem, em específico, carrega algumas nuances pouco vista em outras representações do mesmo gênero.

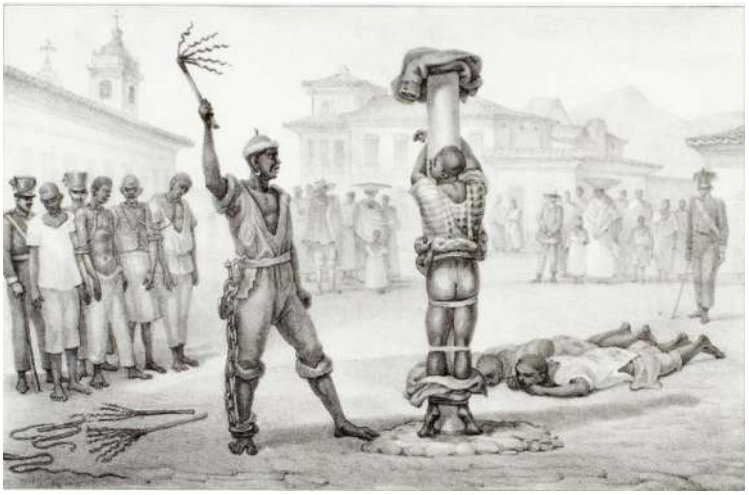
O primeiro detalhe que nos causa espanto, talvez, seja o homem branco, acredita-se ser o administrador do engenho, brutalizando o corpo negro sem

nenhum pudor e com as próprias mãos. Como pode ser observado na (Imagem. 3), em geral, nessas representações, era o próprio negro que aplicava a punição ao seu semelhante, onde o seu corpo tornava-se objeto de extensão do desejo senhorial. Mas aqui, a sobressalência é o prazer sentido pelo senhor em seu exercício brutal de poder. Com uma expressão sádica, ele continua a infligir golpes sangrentos contra um corpo escravizado, completamente imobilizado, jogado no chão, amarrado e impossibilitado de alguma reação. Se não bastasse o horror do primeiro plano, ao fundo, a mesma cena se repete; vê-se mais violência e degradação...

Ao observar as duas cenas (imagens. 2; 3), nos vem inevitavelmente a pergunta: o que leva o pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848), a compor essas e tantas outras imagens de violência? Afinal, seria possível, apenas a partir dessas imagens, perceber a postura do artista diante do sistema escravista?

A despeito de nosso desejo em procurar entender as intenções do artista, importa ressaltar, porém, que Debret viveu quinze anos em solo brasileiro, uma estada demasiadamente longa se comparada a de outros pintores viajantes, portanto, responder a essas perguntas demandaria um estudo de maior fôlego. Felizmente, existem trabalhos de grande envergadura sobre a Viagem Pitoresca e Histórica de Debret, o que ajuda a compor essa análise. É o caso da tese de doutorado de Valéria Lima (2003), na qual ela interpreta que, possivelmente, seja mais apropriado buscar uma resposta parcial para essas questões, analisando, sobretudo, a relação texto-imagem da obra de Debret.

Imagem 3 – Jean Baptiste Debret. Aplicação do castigo do açoite – Litografia.



Fonte: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 2º tomo, prancha 45 – (S/d).

Primeiro, deve-se compreender que a violência escravista não constitui o objeto central das reflexões de Debret. No tomo II de sua Viagem, o artista procura retratar o caráter e os hábitos dos brasileiros em geral, contudo, nota-se que as “gentes” e as “coisas” privilegiadas por seu pincel, dizem respeito, sobremodo, a raça negra (Lima, 2003; Leenhardt, 2023). Me parece que essa escolha reflete a realidade social e econômica da época, visto que na primeira metade do século XIX os negros eram bastante numerosos e tidos como agentes fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no trabalho escravo. Também é importante perceber um caráter comercial na sua intenção, pois considerando os motivos que levam Debret a publicar sua obra, é plausível afirmar que o público-alvo – leia-se o olhar do leitor europeu – era tido como fator preponderante para orientar a forma que ele construiu o seu pensamento visual sobre a história do Brasil.

Nesse caso, ao divulgar a imagem de uma punição pública (imagem 3), Debret procura ressaltar detalhes de como funcionava a aplicação desse castigo, mostrando os pormenores de seus instrumentos punitivistas. No texto que acompanha essa gravura, o artista situa o leitor diante de seu caráter legalista, bem verdade, a presença do corpo de polícia na imagem sinaliza essa intenção, mas Debret parece cauteloso quanto as possíveis interpretações, assim, ele procura deixar claro que o código penal português era, em sua visão, um dispositivo necessário para manter a ordem de uma sociedade com uma população escrava tão grande. Por outro lado, quando consideramos a imagem do feitor castigando negro (Imagem 2), temos uma postura completamente divergente. No texto que acompanha essa obra, Debret explicita detalhes deploráveis, para além do horror visto na imagem. O artista deixa claro textualmente que aquela cena não encontra amparo na lei, o que possibilita uma punição excessivamente cruel, irracional e vingativa por parte do feitor (Debret, 1989).

Como analisou Valéria Lima, não são as punições propriamente ditas, que incomodam Debret, mas sim, o caráter não-legalista de castigos aplicados em demasia (Lima, 2003, p. 159). Assim, é possível inferir que o projeto intelectual de Debret não se opunha explicitamente ao sistema escravista; ao contrário, revela-nos uma interpretação pessoal condescendente que legitimava as punições como prática legal.

Finalizando esta análise, acrescento um comentário relevante a respeito das representações de Debret. Observando-as de maneira mais complexa, entendo que as inúmeras cenas com personagens negras produzidas pelo artista, nunca estão estoicamente assentes na sua negritude. Como observa Jacques Leenhardt, sua obra é marcada pela distância e pelo estranhamento, o que o aproxima da categoria rara dos “artistas-antropólogos” (Leenhardt, 2023, p. 40). Desse modo, contornando uma perspectiva branca, o seu diálogo ocorre efetivamente com o público europeu. Nota-se, em sua produção, a intenção de apresentar aspectos inusitados de uma organização social ainda pouco conhecida por esse público, buscando sensibilizá-los pelo pitoresco. Reconhece-se, portanto, que Debret retrata os negros de forma diversa e os representa como agentes fundamentais para a edificação da nação. Entretanto, eles não são apresentados propriamente como indivíduos, pois situados nas margens de sua própria cor, permanecem como corpos anônimos, relegados a posições subalternas na cadeia produtiva.

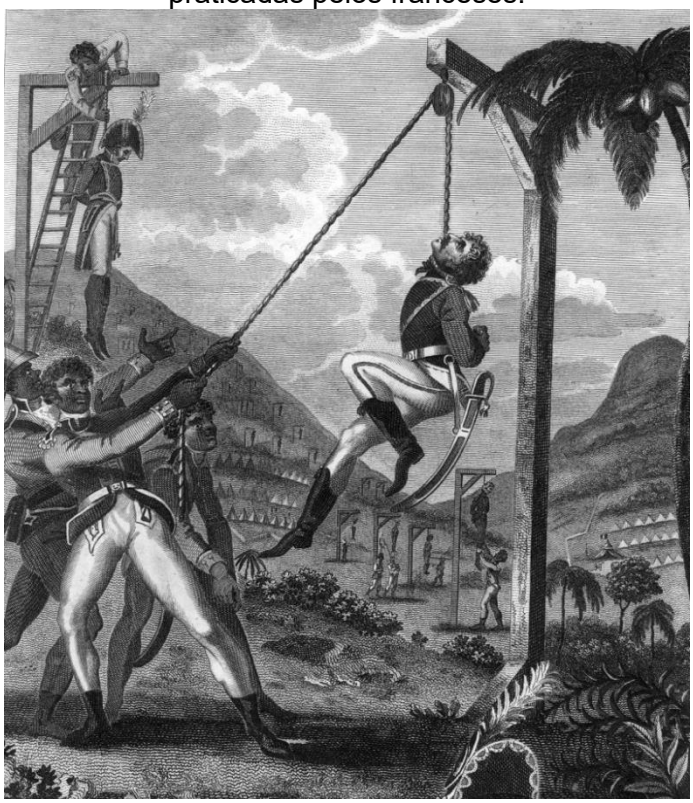
2. REVOLUÇÃO HAITIANA: IMAGENS E DISSIMULAÇÕES

Neste tópico, a intenção é fazer um contra-olhar a obra de Debret, ou melhor, ao tropo visual que a sua produção plástica erigiu sobre o tema raça, escravidão e a colonialidade do Brasil. Dessa forma, pretende-se discutir sobre uma outra imagem (Imagem. 4), que considero uma inversão total, se comparada a figura do homem negro apresentada por Debret (Imagem. 2). Refiro-me a uma ilustração do livro: *An Historical Account of the Black Empire of Hayti, 1805*, reproduzida por Marcus Rainsford (1758-1817), um soldado de carreira do exército britânico, que durante a sua estada na ilha de São Domingos, testemunhou de frente a força implacável dos revolucionários haitianos.

Na superfície dessa gravura, condensa-se a brutalidade vivida pelos haitianos no momento da guerra, em toda a sua intensidade visceral. No primeiro plano, três homens negros erguem o corpo de um oficial francês, lentamente suspenso por uma corda atada ao pescoço. O homem enforcado, mostra-nos um olhar vazio enquanto se contorce, voltando os olhos para o céu, expressa um gesto que pode sugerir súplica ou possivelmente, a busca por uma última esperança. Trata-se, grosso modo, de uma execução pública. Ao fundo, vê-se a

paisagem tomada por dezenas de forcas, todas elas ocupadas por corpos de oficiais franceses. A imagem parece insistir em desvelar com crueza o ódio negro infligido aos oponentes brancos. Contudo, o título informa com cautela, que os franceses, são eles próprios, culpados por causar tantas atrocidades. Assim, infere-se que o relato visual de Rainsford parece favorável à Revolução haitiana. No entanto, a pesquisadora Amanda Silva (2019), ressalta que a postura do autor sobre a escravidão mostra-se ambígua. Rainsford não se declarava abertamente abolicionista, seu discurso era bastante comedido sobre esse tema, contudo, é inegável que a sua obra, mesmo contendo preconceitos e contradições, produziu um discurso simpático ao emancipaiconismo dos revolucionários haitianos, bastante incomum na época (Silva, 2019; Daut, 2022).

Imagem 4 – Marcus Rainsford. Vingança do Exército Negro devido às crueldades praticadas pelos franceses.



Fonte: In An Historical Account of the Black Empire of Hayti (1805).

Nesse caso, Rainsford parece ver, na ideia de expor cruamente o empilhamento de corpos negros, uma forma de evidenciar a natureza criminosa da atuação do governo francês na ilha. Assim, cria-se a imagem que contrapõe a anterior (Imagem. 5). A cena é de uma brutalidade igualmente chocante. Nela,

vemos um oficial francês apontando o punho para um soldado negro que, assim como na figura de Debret, possui os braços e pernas imobilizados. No mesmo barco, outros soldados franceses lançam corpos de homens negros ainda vivos para morrerem no mar. Ou morrem afogados, ou são devorados pelos cães de caça. Como afirma a legenda, trata-se do "método de exterminar o exército negro". A imagem revela de forma contundente, a contradição de uma França, que outrora, se considerava a nação mais humanista. Como denunciou Césaire (2020), a colonização desumaniza até o homem que se julga mais civilizado. Desse modo, a cena sintetiza o que representou a colonização do "Novo Mundo". Um espaço onde a violência se tornou o elemento fundacional do sistema escravista.

Imagem 5 - Marcus Rainsford. O modo de exterminar o exército negro... praticado pelos franceses.



Fonte: In An Historical Account of the Black Empire of Hayti (1805).

Essa cena, porém, não deve ser lida apenas como registro da brutalidade colonial. Deve ser compreendida também, como um artefato material atravessado pelas disputas políticas e territoriais da época.[5] Sua circulação

[5] Temos a convicção de que os artefatos materiais são sempre resultados de uma intenção produtiva, nunca rastros deixados ao acaso, aqueles que os engendraram o fizeram a partir de

insere-se num contexto mais amplo da rivalidade entre França e a Grã-Bretanha pelo controle da ilha, em um momento marcado por profundas transformações no mundo atlântico. No final do século XVIII, dois eventos[6] se mostram decisivos para esse conflito e para a possibilidade do Haiti independente: o declínio do Império Britânico, após a perda de suas treze colônias norte-americanas, em 1783, e o início da Revolução Francesa, em 1789, que desencadeou uma onda de insurreições por diversas partes do mundo atlântico. Embora os britânicos tenham invadido São Domingos em 1794, sua permanência na ilha torna-se economicamente inviável, de modo que, em 1798, inicia-se o processo de retirada. Derrotado por Toussaint Louverture, pelos revolucionários franceses e por tropas negras recém-emancipadas. A ironia reside no fato que, ao tentarem reinstaurar a escravidão no Haiti, os britânicos foram vencidos justamente por um exército formado por negros livres (Rainsford, 2013).

Dessa forma, questiona-se, então, por quais razões um soldado britânico produziria um relato supostamente favorável ao movimento revolucionário haitiano? Diferente de Debret, Rainsford não era um artista, assim como também não era um escritor. Era um soldado britânico que teria servido nos territórios da ilha durante o conflito. Se, para Debret, a imagem ocupa lugar central na construção de sua narrativa, para Rainsford, ela cumpre sobretudo a função de dar veracidade ao relato escrito. Enquanto Debret desempenha praticamente sozinho, o papel de litógrafo da sua obra (Lima 2003), Rainsford contou inteiramente com o trabalho do gravurista britânico Inigo Barlow. Talvez por esse motivo, algumas de suas imagens apresentam contradições quando confrontadas com o texto (Silva, 2019). É o caso da (Imagem. 5). Embora a cena represente um ato de tortura, Rainsford não descreve esse episódio em seu relato, centrando-se nas ações sanguinárias do general Charles Leclerc e de seu sucessor, o general Rochambeau.

O relato de Rainsford sobre São Domingos, constrói uma narrativa aparentemente sensível, que procura compreender profundamente o rumo que tomava aquele país nascente. Ele chega a afirmar que a revolução que resultou

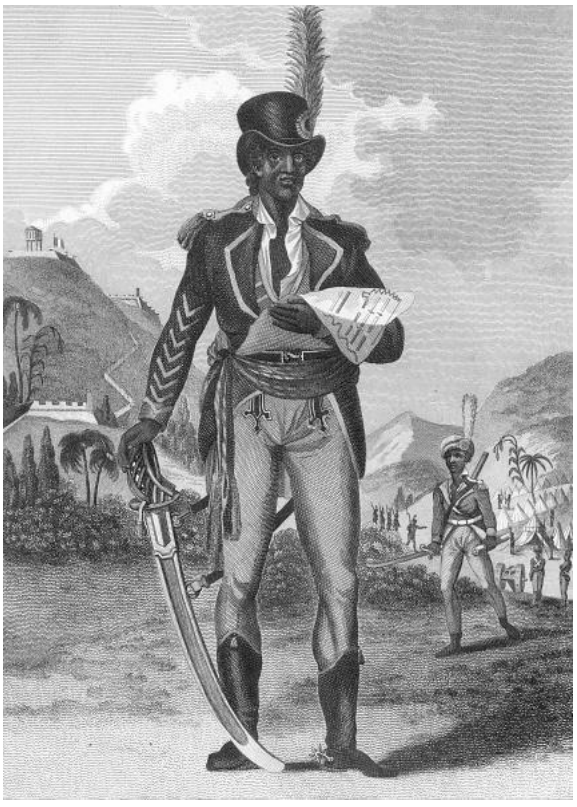
uma prática plástica que é sempre política (a despeito da informação estar clara ou não para o artista). Nesse sentido, reconhecemos que o documento visual é fundamentalmente um instrumento cultural de poder e, ao mesmo tempo, uma manifestação dele.

[6] Para a linha do tempo da Revolução no Haiti, Cf. https://thehaitianrevolution.com/.

no Haiti provoca o Ocidente a repensar a sua ideia de humanidade, visto que o governo negro instaurou um verdadeiro sistema de liberdade. Contudo, a sua pretensão encontra limites, principalmente, por defender reiteradamente o sistema colonial que lhe favorece. Amanda Silva (2019), notará que, em momento algum, o autor propõe-se a examinar elementos culturais fundamentais desenvolvidos pelos africanos em São Domingos, como a língua *créole* e a religiosidade *vodu*, ambas decisivas para a realização da Revolução. Nesse sentido, supomos que o elemento notável, ao menos de sua produção imagética, talvez seja, a fantasia anti-francesa – ou, mais precisamente, anti-napoleônica.

A imagem de Toussaint Louverture (Imagem. 6), pode ser interpretada como expressão máxima dessa "fantasia" política de Rainsford.[7]

Imagem 6 - Marcus Rainsford. Toussaint Louverture.



Fonte: In An Historical Account of the Black Empire of Hayti (1805).

O General negro aparece alto, jovem, bem-trajado, e demonstra-nos muita avidez em sua tez. Segura um documento numa das mãos e, na outra,

[7] Marcus Rainsford produziu também uma caricatura política, na qual faz a sua crítica de forma direta. Publicada em 27 de maio de 1803, a obra intitula-se *A Fraternal Embrace!*, onde ele satiriza o domínio napoleônica sobre a Holanda e a sua deliberada exploração contra os negros nas colônias. (Rainsford, 2013, p. 42).

equilibra uma grande espada. Ao fundo, à sua direita, vê-se um acampamento e alguns soldados. À esquerda, no alto, identifica-se uma fortificação e nela há uma bandeira francesa hasteada. A imagem sugere que, ainda existe relações entre a França e São Domingos, – a ilha ainda é uma colônia francesa, contudo, a narrativa escrita de Rainsford anuncia o prenuncio de uma nova ordem. Toussaint torna-se a figura mais influente de São Domingos, com um poderoso exército de mais de 20.000 homens. Assim, decide-se que São Domingos teria uma Constituição própria. Nela, a escravidão seria abolida para sempre. A colônia permaneceria francesa, mas Napoleão Bonaparte não teria nenhuma autoridade sobre o território.

De certo modo, a narrativa de Marcus Rainsford desloca Toussaint Louverture da lealdade francesa e o aproxima dos ingleses (Silva, 2019). Como observam os historiadores Paul Youngquist e Grégory Pierrot, a imagem o líder haitiano se assemelha mais a um oficial auxiliar do exército britânico do que a um general francês. Essa leitura torna-se mais evidente na imagem Vingança do Exército Negro (Imagem. 5), em que o artista dedica mais atenção aos detalhes do uniforme militar – de clara inspiração britânica – do que as características físicas das personagens. As figuras, embora apresentem a pele escura, possuem traços e constituição corporal tipicamente brancos. Não se sabe se essa escolha decorre de uma limitação técnica ou de uma intenção consciente. De todo modo, o resultado final pouco dialoga com a realidade haitiana. A cena procura mostrar mais a derrota francesa do que a vitória dos negros. Como uma apreensão parcial da Revolução de São Domingos, a imagem angliciza a luta haitiana, transformando os seus protagonistas em agentes de uma guerra a serviço dos interesses britânicos.

Em alguma medida, isso confirma a tese de Michel-Rolph Trouillot (2016), segundo a qual a Revolução Haitiana era um evento impensável mesmo enquanto ocorria. No mundo colonial, não se podia conceber os sujeitos negros como resistentes ou insubmissos, uma vez que isso reconheceria a sua plena humanidade. Ainda assim, era impossível negar a intensidade dos acontecimentos em São Domingos, pois foi a partir desse evento que o mundo passou a perceber o horror e a impraticabilidade da escravidão. Então, se não se podia negar o Haiti independente, o caminho encontrado foi manipular e reconfigurar sua narrativa histórica. Assim, a revolução dos negros passou a ser

atribuída à imprudência dos proprietários franceses ou, provavelmente, à intervenção de britânicos ressentidos. Essas narrativas pavimentaram a constituição do que hoje compreendemos como uma herança imagética da revolução haitiana, marcada por diferentes formas de dissimulação dessa história. Como observou Marlene L. Daut (2022), as gravuras publicadas em livros e periódicos construíram um imaginário colonial centrado na morte e no sofrimento negro. Mesmo em discursos simpáticos, como o caso de Marcus Rainsford, nota-se que a recepção de suas imagens se desvinculou de suas prováveis intenções antiescravistas, invertendo a luta dos negros – e sugerindo que as maiores vítimas da Revolução tivessem sido as pessoas brancas.

Imagens como Vingança do Exército Negro foram assimiladas, sobretudo pela França, num intuito claro em manter a escravidão atlântica. Diante da impossibilidade de recuperar São Domingos, os franceses passaram a incentivar a produção de obras literárias e visuais contrárias ao Haiti e ao abolicionismo. Nessas representações, a Revolução Haitiana era recontada de modo a sobressair o terror negro, enquanto generalizava uma clara simpatia em relação aos colonizadores brancos, como se vê na gravura da (Imagem. 7). Essas imagens dissimulam as histórias da violência branca e desvia o olhar da morte de mais de 350.000 negros assassinados na Revolução (Daut, 2022). Como aponta Césaire (2020), os europeus, antes de se tornarem vítimas do nazismo, foram cumplices de inúmeros massacres nas colônias. Enquanto o extermínio recaia sobre povos não brancos, a violência era vista como algo natural, mas, quando a carnificina atingiu efetivamente o homem branco e em solo europeu, tornou-se insuportável. Assim, revela-se que, o que a Europa não perdoa a Hitler “não é o crime em si (...) é o crime contra o homem branco” (Césaire, 2020, p. 18). O Haiti exemplifica esse paradoxo, pois seu triunfo é percebido como uma humilhação, como uma afronta à ordem colonial.

Imagem 7 - René Périn. Incendie du Cap.



Fonte: In In Frontispício de L'Incendie du Cap, ou Le règne de Toussaint-Louverture (1802).

As raízes da violência no mundo moderno, encontram-se, em grande parte, no vasto laboratório que foi a fazenda escravista. Nas colônias, o estado de exceção se fazia a regra, e os senhores de escravos agiam sem qualquer restrição ao aplicar os procedimentos mais terríveis de tortura contra os cativos. A violência extrema, a brutalidade e o terror não eram excessos isolados, mas sim, mecanismos estruturantes que tornavam a colonização e o poder colonial possíveis. Nesse sentido, quando olhamos para uma cena em que um revolucionário negro exibe, sem hesitação, a cabeça de um homem branco (Imagem. 8), mais do que um registro de horror, tal crueza representa uma inversão simbólica da lógica colonial, de modo que desfaz o regime visual que busca tornar natural o espetáculo da dor negra. A imagem devolve ao colonizador a violência que ele próprio sistematicamente impôs ao colonizado. Portanto, o que se destaca na cena não é a fúria negra, mas o gesto de insurgência radical que expressa a recusa absoluta ao regime escravista. Como informou Fanon (2022), nesse embate, não havia possibilidade de acordos, pois tratava-se de dois mundos inconciliáveis.

Imagem 8 - January Suchodolski. Battle of San Domingo.



Fonte: Wikimedia Commons – Polish Army Museum (1845).

3. EMANCIPAÇÃO NEGRA: O EVENTO QUE PODERIA, MAS “NÃO FOI”?

Ao longo do século XIX, diversas revoltas coletivas de africanos escravizados contestaram de forma radical o regime escravista vigente, impondo forte pressão sobre a elite política e os senhores de engenho. Em maio de 1807, lideranças muçulmanas planejaram uma incursão sistemática na capital baiana, em que “descobriu-se que fazia parte do plano rebelde o ataque a templos católicos, a queima das imagens de santos em praça pública e a instauração de um líder muçulmano no poder” (Reis, 2018, p. 412). Em 1809, ocorre outra mobilização, na qual resultou numa fuga em massa de escravizados tanto em Salvador, quanto no Recôncavo baiano, demonstrando a persistência da organização coletiva. Alguns anos depois, em 1835, a Revolta dos Malês consolidou-se como o maior levante urbano de escravizados no Brasil, reunindo cerca de seiscentos africanos, entre cativos e libertos, que projetavam nada menos que a tomada do poder e o estabelecimento de um governo genuinamente africano na disporá. Protagonizada, principalmente, por mestres muçulmanos, conhecidos como nagôs na Bahia, mas também com a participação de haussás e outros grupos islamizados, os insurgentes imprimiram às ruas de Salvador um projeto político de emancipação que confrontava

diretamente a ordem colonial. A violenta repressão ao movimento, com execuções e punições exemplares, não suprimiu o impacto da revolta. Pelo contrário, acentuou consideravelmente o medo das elites e expôs as fragilidades do sistema escravista, que passou a ser negociado gradualmente ao longo do século.

Esses levantes demonstram que os africanos e os seus descendentes participaram ativamente do processo de desorganização e destruição da escravidão brasileira. A capacidade de mobilização foi tão grande que promoveu insurreições ruidosas por todo o país, provocando temor tanto entre senhores de engenhos quanto no governo imperial. A rebeldia escrava e o desejo por liberdade mostram-se indomáveis. No entanto, a imagem que se firmou historicamente, porém, é outra; naturalizou-se, ao longo dos séculos, cenas de violência como a de Debret (Imagem. 2), de modo que o nosso olhar se acomodou à representação do corpo negro como sofredor, dificultando a nossa imaginação para a possibilidade de constituir imagens contrárias. Imagens como as de Marcus Rainsford (Imagem. 4), em que a fúria negra é sobressalente, parece destoar dessa tradição e encontram pouco sentido nessa sociedade. Ainda assim, entende-se que aquela cena de violência de Debret, de alguma maneira, também incita a sua contraparte. Cada vez que uma punição pública contra o corpo negro era encenada, convencionava-se aquele corpo como subjugado, mas também, potencialmente, incitava-os a tão temida rebelião. Assim, considera-se que os levantes não apenas revelam a resistência negra, como também constituem um novo prisma interpretativo frente às imagens de submissão ou de terror negro, desestabilizando o regime visual escravista consolidado (Rarey, 2015).

Assim, é pertinente questionar por que, em meio a tantas revoltas que ocorrem durante século XIX, delas não tenha havido uma única representação se quer (?).

Ao formular essa questão, entendo que as imagens da Revolução Haitiana (Imagens. 4; 6 e 8), ganham um outro significado quando refletidas a partir do contexto brasileiro. Elas evocam a possibilidade de uma história que poderia ter ocorrido aqui, mas que foi intencionalmente suprimida. O silencio das artes visuais brasileiras sobre as revoltas escravas não é um mero acaso, mas parte projeto político muito claro – instaurar uma memória visual na qual a

abolição surge como fruto de uma concessão do governo Imperial (Imagem. 9), enquanto prevalece a imagem do negro plasmada por Debret (Imagem. 2), de um corpo subjugado, passivo, imobilizado pela violência, portanto, incapaz de inscrever-se como sujeito de sua própria história. Trata-se, assim, de um silenciamento que, como observa Trouillot (2016), não apenas dissimula os vestígios da ação insurgente, mas também molda a forma como o presente é capaz de imaginar o passado.

A emancipação brasileira é construída como uma ficção política, narrada como um presente paternalista preservado sob o poder de uma única figura alegórica: a princesa Isabel. Enquanto isso, qualquer representação das violências e tensões que marcaram o processo emancipacionista é sumariamente suprimida. Ou seja, a pintura de história no Brasil estabelece-se nessa equação impossível, ela imergiu sob a celebração de uma abolição imaginada, enquanto ocultava a sua dimensão conflitiva. Nesse sentido, tonou-se o paradoxo perfeito de liberdade e perversidade (Wood, 2010).

Imagem 9 - Miguel Navarro Cañizares. Lei Áurea.



Fonte: Escola de Belas Artes - UFBA, Salvador (1888).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinando a sociedade brasileira, fica evidente que os corpos negros historicamente não merecem o luto. São sujeitos que nem mesmo têm soberania

sobre os seus próprios corpos, restam-lhes, muitas vezes, apenas a morte. Essa condição atravessa os séculos, do regime escravista até os dias atuais, e se manifesta nas representações visuais, como na imagem de Debret (Imagem. 2), que expõe de forma crua o projeto de horror da escravidão. A dificuldade de empatia diante dessas cenas revela como a humanidade moderna se constituiu a partir da antinegritude (Vargas, 2020), numa lógica relacional em que o humano se define em oposição ao não-humano, e a raça estabelece o traço que diferencia ambos (Gilroy, 2007).

Essa cisão, iniciada na Europa nos séculos XV a XVII, projetou-se nas colônias e permanece ressignificada na contemporaneidade. O risco de o branco sentir empatia pelo negro, no contexto brasileiro, envolve confrontar um muro simbólico que ele próprio construiu ao construir o outro da branquitude. Consequentemente, como observa Césaire (2020), o negro continua morrendo cotidianamente como animal, enquanto o branco, muitas vezes, ao negar essa realidade, transforma-se, ele próprio, em parte embrutecida dessa ordem de dominação. A estrutura colonial, patriarcal e supremacista branca perpetua essa dinâmica, determinando que a vida negra seja sistematicamente desvalorizada, como evidenciado nos casos de George Floyd, Genivaldo e João Alberto.

No âmbito das imagens, Saidiya Hartman (1997) e Fanon (2020), notaram o prazer sádico e libidinal do espectador branco diante do espetáculo de ver sofrimento negro, ao menos, desde o período escravista. Nessa circunstância, não existe pudor algum quando se trata de explorar a imagem da violência negra. Seja numa grande rede televisiva, seja num livro didático, seja imagens da escravidão ou da violência policial contemporânea. Assim, concluindo este trabalho, afirmo sem muitas certezas de que estudar a representação e a estereotipia do negro na história da arte não é algo tão simples quanto parece. Nem sei se alguém a vê como simples. O que sei é que ela nos impõe diversos desafios, e talvez, o pior deles, seja quando esbarramos com um presente perverso, onde todos os dias encontramos uma mulher negra chorando o corpo de um filho que fora tombado pelas balas da polícia e da política de morte do Estado.

Como pode o historiador se apropriar da arte e se posicionar diante dessa realidade? Para isso, defendo que deva haver mais engajamento contra os estereótipos da cultura visual da escravidão. Ao investigamos

pormenorizadamente uma representação do passado, seja no Brasil, no Haiti, ou em qualquer outro cenário colonial, a análise de imagens como as de Debret, ou das inúmeras alegorias da abolição brasileira, mostra que, mesmo quando aparentam inocência, as imagens entronizam em nosso pensamento cotidiano, a naturalização da desumanização do negro e reforçam formas de genocídio simbólico e material. Por isso, penso que é necessário desenvolver uma relação nova e crítica com essa herança imagética, reconstruindo maneiras de olhar e interpretar fontes visuais e entender os códigos que regem essas representações.

Nesse trabalho, procurei mostrar que as imagens históricas são fontes questionáveis, construídos por indivíduos com múltiplas motivações, interpretando a realidade de maneira parcial e intencionada. A omissão ou distorção de determinada informação no registro cria uma memória visual seletiva que, como vimos no caso Debret e Marcus Rainsford, pode ser utilizada em função do poder, mesmo quando não havia essa intenção explícita. Assim, entende-se que imagens históricas não são apenas documentos, são objetos vivos, que atravessam o presente e preservam a lógica da dominação.

O esforço deste estudo foi introduzir um novo ponto de referência para compreender a cultura visual da escravidão e da luta por emancipação. O resultado indica que é possível construir uma contra-narrativa visual hodierna, tencionando a memória imagética que herdamos de uma determinada sociedade e abrindo caminhos para uma interpretação mais crítica e emancipada da história.

REFERÊNCIAS

BAQUAQUA, M. Biography of mahommah g. Baquaqua, a native of zoogoo. In **The interior of África**. Document of American South. Edited by Samuel Moore, Esq. (Detroit: George E. Pomery and Co,. Tribune office, 1854). Tradução: Sonia Nussenzweig.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

DAUT, M. Todos os demônios estão aqui: como a história visual da Revolução Haitiana falseia o sofrimento negro e sua morte. **Arte & Ensaios**, vol. 28, n. 43, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.37235/ae.n43.19. Acesso em: 12 ago. 2024.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1989.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32.

EQUIANO, O. **The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano**, or Gustavus Vassa, the African [1789]. New York: Penguin Books, 1995.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2022.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GILROY, P. **Entre campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. Tradução Celia Maria Marinho de Azevedo et. al. São Paulo: Annablume, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HARTMAN, S. **Scenes of subjection**. Terror, slavery, and self-making in nineteenth-century America, New York/Oxford, Oxford University Press, 1997.

KASFIR, S. Arte africana e autenticidade: um texto com uma sombra. Trad. Marina Santos do original: African Art and Authenticity: A Text with a Shadow. In:

ENWEZOR, O.; OGUIBE, O. (ed.). **Reading the Contemporary**. African Art from Theory to the Marketplace. London: Institute of International Visual Arts; Cambridge, MA: MIT Press, 1999. p. 88-113.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó Editora, 2019.

LIMA, Valéria. **A viagem pitoresca e histórica de Debret**: por uma nova leitura. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África**. Gnose, filosofia e ordem de

conhecimento. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

OKEKE-AGULU, C. Arte Africana Moderna. In: ENWEZOR, O. (ed.) **The Short Century**: Independence and Liberation Movements in Africa 1945-1994. Munich: Prestel Verlag, 2001.

PATTERSON, Orlando. **Slavery and social death**: a comparative study, Harvard University Press, 1982.

PINHO, O. Ontologia(s): Perspectivismo e Afropessimismo. **Novos Debates**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: DOI: 10.48006/2358-0097-7218. Acesso em: 12 ago. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

REIS, J, J. Revoltas Escravas. In SCHWARCZ, L, M; GOMES, F. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RAREY, Matthew. Counterwitnessing the Visual Culture of Brazilian. In ARAUJO, Ana Lucia. **African heritage and memories of slavery in Brazil and the south atlantic world**. Cambria Press, Amherst, New York, 2015.

RAINSFORD, Marcus; YOUNGQUIST, Paul; PIERROT, Grâegory. **An Historical Account of the Black Empire of Hayti**. 1st ed. Durham: Duke University Press, 2013.

SILVA, Amanda. **A Revolução de São Domingos e os embates entre forças abolicionistas e escravistas no longo século XIX**: as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o Passado**: Poder e a Produção da História. Curitiba: Huya, 2016.

VARGAS, J. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 45, 2020. Disponível em: 10.12957/rep.2020.47201. Acesso em: 12 ago. 2024.

WOOD, M. **The Horrible Gift of Freedom**: Atlantic Slavery and the Representation of Emancipation. University of Georgia Press, 2010.

WILDERSON, F. **Afropessimismo**. São Paulo: Todavia Editora, 2021.

Recebido em 16/08/2024.
Aprovado para publicação em 26/12/2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

DESCREVENDO UMA REGIÃO

Os relatos de viagem/passagem por Nioac no Sul de Mato Grosso (1850-1880)

DESCRIBING A REGION

Travel accounts and passages through Nioac in southern Mato Grosso (1850–1880)

LUIZ GABRIEL DE SOUZA NOGUEIRA[1]

RESUMO

Neste artigo, serão analisados alguns dos relatos de viagens que registram a passagem de diferentes sujeitos e expedições pela região sul da província de Mato Grosso, dando atenção especial à localidade de Nioac, durante as décadas de 1850 a 1880. Para isso, utilizaremos relatos de *viagem/passagem* que descreveram a região a partir de contextos de produção, que são distintos, tanto em relação aos autores, quanto às circunstâncias e temporalidades que lhes deram origem. Descreveremos as informações trazidas por eles sobre a referida região, tendo como objetivo, além de compreendê-las, observar, por suas *frestas,* o processo de constituição desse núcleo populacional, na segunda metade do século XIX. Cabe ressaltar aqui que os estudos acadêmicos sobre essa localidade são escassos, sendo esta contribuição importante para a historiografia.

Palavras-chave: Nioac. Século XIX. Relatos de viagem.

ABSTRACT

This article examines a set of travel accounts that document the passage of various individuals and expeditions through the southern region of the Province of Mato Grosso, with particular focus on the locality of Nioac, between the 1850s and 1880s. These accounts are analyzed within the specific contexts of their production, which vary in terms of authorship, circumstances, and temporalities. The aim is to describe the information provided about the region, and, through the gaps and nuances in these narratives, to observe the historical process of the formation of this settlement during the second half of the nineteenth century. It is important to highlight that academic studies focusing on this locality remain scarce, thus making this contribution a valuable addition to regional historiography.

[1] Professor de História no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), campus Juína. E-mail do autor: luiz.nogueira@ifmt.edu.br

Keywords: Nioac. 19th Century. Travel Accounts.

INTRODUÇÃO

É sempre importante, em toda e qualquer produção historiográfica, delinearmos de forma clara as fontes analisadas e sua relação com o problema investigado. Além disso, faz-se necessária uma compreensão detalhada sobre o lugar de produção destes vestígios, tendo em mente, sempre, que os documentos são transformados em fonte pelo olhar do pesquisador, não sendo, portanto, originalmente produzidos para esse fim.

Os escritos que serão aqui analisados se inserem nesse processo de problematização e releitura das fontes. Este artigo visa perceber como a região de Nioac, ao sul de Mato Grosso, foi descrita nos relatos de viagem/passagem e, dessa forma, compreender alguns dos fatos que a fizeram emergir como uma região a ser descrita no contexto da segunda metade do século XIX.

Pretendemos nos aproximar dos relatos de viagem/passagem, tendo-os como objeto, como foco de análise, compreendendo-os como produtos de um contexto histórico específico e produtores de percepções e sentidos que nos ajudem a entender como estes indivíduos projetaram, em seus relatos, os aspectos sociais, ambientais e demográficos da região sul da província de Mato Grosso, em especial a localidade de Nioac. Nossas perguntas principais são: quais as características destes relatos e como eles descrevem a região sul de Mato Grosso? Quais foram as menções feitas sobre a região de Nioac? Em que medida estes relatos se assemelham ou se diferenciam em suas descrições sobre a região? Qual seu contexto e circunstância imediata de produção? Como estes escritos nos ajudam a compreender o processo de formação daquele núcleo populacional?

O principal critério que tivemos ao realizar o levantamento destes relatos foi o de considerar em nossas análises apenas as viagens que percorreram o sul da província de Mato Grosso e tiveram passagem pela localidade destacada no período imperial. Esse recorte foi necessário, pois, como é sabido pela historiografia, muitas foram as viagens e expedições que percorreram o território

da província de Mato Grosso no contexto em tela e que deixaram seus respectivos relatos. Portanto, este estudo não pretende abarcar todos os relatos de *viagem/passagem* por essa região, nem tem a pretensão de ser exaustivo e definitivo, mas, sim, de abrir caminhos e apontar leituras.

Não estabeleceremos aqui uma crítica no sentido de verificar a veracidade, autenticidade e precisão das informações trazidas nos relatos, o que seria tarefa quase impossível. Embora procuremos descrever tanto quanto possível estes registros, nossa intenção é mesmo a de os apresentar, analisando-os em seu contexto de produção, e como seus autores projetaram seus olhares para a região.

É relevante ainda enfatizar, que os estudos acadêmicos sobre a localidade em destaque ainda são escassos. O trabalho de Nogueira (2024) buscou analisar o processo de constituição da freguesia de Nioac em fins do século XIX a partir dos registros paroquiais de batismo e trouxe um debate sobre o processo inicial de ocupação não indígena da localidade. Além deste, os textos que se dedicaram especificamente à história de Nioac foram redigidos por escritores locais e memorialistas, como Palermo ([1892] 2010) Dalmolin (2004) e Serejo (1959 e 2008). Estes poucos trabalhos[2], no entanto, indicam que a localidade não foi suficientemente estudada, o que é incompatível com a relevância de Nioac enquanto ponto militar fronteiriço e núcleo populacional da província de Mato Grosso na segunda metade do século XIX.

1. O SURGIMENTO DO NÚCLEO POPULACIONAL DE NIOAC

As primeiras referências acerca da localidade que posteriormente ficaria conhecida como Nioac são de 1849. João da Silva Machado, o Barão de Antonina, promoveu entre os anos de 1844 e 1857 nove expedições de exploração na região meridional da província de Mato Grosso com o objetivo de estabelecer comunicações fluviais-terrestres entre Antonina e Cuiabá, ligando a bacia do Paraná à do Paraguai. Estas expedições estavam sob a direção do

[2] Importante frisar que, além destes textos citados, muitos trabalhos acadêmicos e livros de História que versam sobre o antigo sul de Mato Grosso citam, de passagem, a existência do núcleo populacional de Nioac, porém sem fazer uma análise específica.

sertanista mineiro Joaquim Francisco Lopes e do norte americano João Henrique Elliott.[3]

No início da década de 1850 Joaquim Francisco Lopes produziu um relato no qual narrou que ficou encarregado de "verificar a possibilidade de abertura de uma via de comunicação entre o porto de Antonina, no Paraná, e a Província de Mato Grosso pelo baixo Paraguai" (Lopes, 1854. 326), via essa que, segundo o sertanista, seria mais bem aproveitada se passasse pelo rio Nioaque[4]. Na viagem, o sertanista definiu um local no encontro deste rio com o ribeiro Urumbeva, onde foram fincados "dois padrões de cerne de Piúva, um na barranca do rio, outro no campo; onde gravei a era de 1849 e as letras iniciais do nome B. de A." (Lopes, 1854. 326), referentes ao título do Barão de Antonina. Essa localidade deveria, portanto, servir de entreposto para um varadouro[5] que ligaria São João de Antonina, como ficou logo denominado o local em homenagem ao Barão, à São José de Monte Alegre, situada no rio Brilhante.

A denominação São João de Antonina, que era a referência inicial adotada para designar a localidade de Nioac, logo caiu em desuso, assim como a via que Joaquim Francisco Lopes procurava abrir ligando o planalto do Paraná à bacia do rio Paraguai. Isso ocorreu pelas dificuldades impostas por este caminho fluvial, que percorria rios que possuíam pouco potencial de navegabilidade e, de forma ainda mais importante, por conta da abertura da livre navegação do rio Paraguai, obtida a partir de um acordo em 1856, "após a sequência de tentativas malogradas do império para liberar o caminho fluvial pelo rio Paraguai" (Corrêa, 1981, p.37).

Um ano após a passagem de Joaquim Francisco Lopes pela região, em 1850, "mandou o governo colocar um destacamento de 25 praças" em cada um dos pontos do referido varadouro, ficando sob a direção do major João José Gomes, comandante do distrito militar de Miranda (Melgaço, 1884, p.435). Contudo, a morte repentina deste oficial fez com que houvesse pouca atividade no serviço do varadouro, até que, em 1854, o destacamento militar estabelecido

[3] Ver Wissenbach (1995).

[4] Descreverei o rio Nioaque com a grafia atualizada. Quando o nome Nioac sem atualização aparecer, será uma referência ao núcleo populacional.

[5] Este varadouro distava cerca de 52 quilômetros, sendo as cargas e canoas, nesse trecho, transportadas por terra (Melgaço, 1884, p.435).

naquele varadouro “passou a ser dirigido pela presidência do Paraná e em 1856 tornou a ficar sob as vistas e ordens da de Mato Grosso” (Melgaço, 1884, p.435). Ainda segundo o Barão de Melgaço:

> Neste intervalo de dois anos vieram do Paraná algumas expedições, umas particulares, outras conduzindo pessoal de guerra. Foi por essa via que chegaram, em 1856, o comandante das armas e o segundo batalhão de artilharia a pé. O trajeto chamou a Nioac algumas pessoas que ali se estabeleciam, dando começo a uma pequena povoação (Melgaço, 1884, p.435).

Ao que parece, segundo a afirmação de Melgaço em seus *Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso*, de 1884, este foi o início do processo que deu origem ao núcleo populacional estabelecido às margens do rio Nioac. Sua característica inicial, portanto, é de um destacamento com presença de militares e de população civil, oriunda principalmente da província do Paraná, tendo, assim, as características de uma típica colônia militar.[6]

Vemos aqui que o próprio evento que delimitou o local onde posteriormente se deu o processo de constituição daquele ponto militar e povoado foi realizado a partir de uma *viagem/passagem* pela região. Este não é um fato excepcional, visto que, em meados do século XIX, a região do planalto sul da província de Mato Grosso ainda não era densamente povoada por populações não indígenas.[7]

A ocupação não indígena da porção do planalto sul da província de Mato Grosso se deu, de forma mais intensa, a partir da primeira metade do século XIX. Famílias provenientes de São Paulo e Minas Gerais se deslocaram para essa região, que, até aquele momento, era local apenas de investidas de exploradores

[6] O Segundo batalhão de Artilharia a Pé que parece ter iniciado o efetivo processo de ocupação daquela colônia “viajou do Paraná, pela via fluvial Tibagi – Paranapanema – Ivinhema – Brilhante – Miranda, sob o comando do então tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão” (Palermo, 2010, p.35).

[7] Embora não seja o interesse principal deste trabalho, há que se pontuar aqui a existência de diversas etnias indígenas que já habitavam a região sul da província, como os Caiapó, Guaikuru e Kaiowa. Estas etnias tiveram participação decisiva nesse processo e deixaram vestígios nas fontes que são utilizadas pelos pesquisadores para entender o processo de ocupação não indígena da porção sul da província de Mato Grosso, como por exemplo, os relatórios de viagens da primeira metade do século XIX, como serão tratados adiante. Ver: Chamorro; Combès (2015, p.71). Sobre a colonização não indígena no sul da província de Mato Grosso e seus impactos para os Kaiowá ver: Crespe (2010).

que visitavam o território de forma esporádica, ou por indivíduos que passavam para atingir outras áreas da província e não tinham o objetivo de se estabelecer no local, o que fazia com que o planalto meridional servisse apenas como *área de passagem*.[8]

No entanto, a região apresentava potencialidades econômicas devido, entre outros fatores, às grandes pastagens propícias a criação bovina e à existência de gado bravio. João Antonio Botelho Lucidio, que abordou o tema da ocupação do planalto em sua dissertação de mestrado, enfatizou que a pecuária bovina e a agricultura de subsistência possibilitaram a produção da vida material das famílias provenientes de outras localidades do Brasil, que passaram a se apropriar de vastas extensões de terras na região (Lucídio, 1993). Seu estudo demonstrou que a partir de 1830 iniciou-se o primeiro momento do referido processo, quando começou a se consolidar um novo padrão de acumulação, tendo por base a exportação de gado em pé e a agricultura de subsistência. A partir dessa década, portanto, criaram-se várias fazendas por indivíduos vindos, sobretudo, das províncias de Minas Gerais e São Paulo que se afazendaram na região, animados pelas excelentes pastagens e a facilidade em se obtê-las. Segundo Vilma Saboya, as terras devolutas da província de Mato Grosso eram muitas, sendo "a posse garantida àqueles que conseguissem enfrentar os obstáculos naturais e os índios" estabelecidos na região (Saboya, 1995, p.122).

Em meados do século XIX, estava em andamento um projeto do Império, que promovia a criação de colônias militares em todo o território nacional, sobretudo em regiões de fronteira. Somente na década de 1850 foram criadas mais de vinte colônias militares no Brasil, as quais estavam dispersas em diversas províncias do Pará ao Rio Grande do Sul (Faria, 2009).

Este projeto imperial foi respaldado por três instrumentos legais: a lei orçamentária nº 555 de 1850, que autorizou o Poder Executivo a investir na construção de colônias militares; a chamada Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, que previa o uso de terras devolutas como propriedade pública; e o regulamento nº 1.318, de 1854, que normatizou a execução da Lei de Terras,

[8] Essa é expressão é apropriadamente utilizada por Corrêa (2006, p.56).

estabelecendo regras para a medição das terras das colônias que seriam criadas (Faria, 2009, p.2).

Esta iniciativa Imperial alcançou também a província de Mato Grosso. A fronteira com o Paraguai foi escolhida para a criação da colônia de Nioac, situada às margens do rio homônimo, e da colônia militar de São José do Monte Alegre, às margens do rio Brilhante. O decreto nº 1.578 de 10 de março de 1855, assinado pelo Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, criou conjuntamente as duas colônias[9]. Os relatos aqui analisados descrevem o período posterior à instalação da colônia militar de Nioac e do Brilhante, na localidade estabelecida por Joaquim Francisco Lopes.

Como o período estabelecido para nosso recorte temporal vai da década de 1850 à de 1880, e perpassa momentos históricos distintos, para melhor organizar e caracterizar os relatos de viagem/passagem, iremos dividi-los em três períodos distintos, conforme o quadro abaixo.

Tabela 1: Relatos de *Viagem/Passagem* que descrevem a região de Nioac (1850-1880)

Período e contexto da viagem	**Autor e publicação do relato**
Relatos de *viagem/passagem*. Período entre 1850-1864	- Epifânio Candido de Sousa Pitanga, IHGB, 1864. - Luiz Soares Viegas, IHGB, 1863.
Relato de Guerra 1866-1867	- Visconde de Taunay, 1867.
Relato da Freguesia 1886	- Cônego Bento Severiano da Luz, 1977.

Fonte: autor

Importante salientar que este recorte tem como finalidade apresentar de forma didática os relatos aqui analisados em relação ao seu contexto de produção e não deve ser lido como uma proposta de periodização das viagens ao sul da província de Mato Grosso ou mesmo do processo de constituição do núcleo populacional de Nioac no século XIX.

[9] A criação de colônias militares no território da província de Mato Grosso continuou ao longo do século XIX, como incentivo à ocupação de outras áreas da província. Ver Nogueira (2024. p.37).

Note-se que estes escritos narram viagens que “passaram” pela localidade de Nioac e não tinham o objetivo de ali “chegar”[10]. É relevante enfatizar isso, pois esse fato desencadeia pelo menos dois aspectos que nos falam diretamente do *lugar de produção*[11] destes escritos. O primeiro aspecto é que, embora estes relatos tenham sido publicados e divulgados em diferentes meios, os textos aqui analisados não foram redigidos especificamente para que pessoas que viviam naquela região procedessem à leitura daquele material. Dito de outra maneira, os autores destes relatos não se preocuparam primariamente com o que a população local iria “pensar” sobre como eles abordaram as informações trazidas e/ou suas opiniões pessoais explicitadas. O segundo aspecto é sobre a dimensão mesma da extensão que os autores dedicaram para a descrição da localidade de Nioac em seus escritos. Nos diversos relatos aqui analisados, veremos que a descrição se mostrou sucinta, curta e direta, pois estas viagens não tinham Nioac como o *destino final*.

2. OS RELATOS DE VIAGEM/PASSAGEM

Em 1857, o 1º tenente de engenheiros, Epifânio Candido de Sousa Pitanga, realizou uma viagem “comprehendendo os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brilhante, o Varadouro do Neoac, e os rios Neoac e Miranda” (Pitanga, 1864 p.183). Seu relato traz descrições minuciosas dos rios, ribeirões, quedas d’água, ilhas, trajetos de fácil e difícil navegabilidade, pontos de descanso etc. Descreve também, a passagem por “índios aldeiados” ao longo de boa parte do trajeto percorrido e faz algumas ponderações sobre a população indígena que ali vivia.

As descrições de Pitanga, em formato de diário, privilegiam claramente os aspectos naturais e topográficos do seu trajeto. Nesse sentido, o autor não faz descrições detalhadas, sobre as populações que viviam nestas fazendas, nem mesmo chega a relatar seus respectivos proprietários. Ele parece estar preocupado em trazer ao leitor uma espécie de mapa descritivo para futuras

[10] Aqui se justifica o uso da expressão *relatos de viagem/passagem* ao se referir aos escritos analisados.
[11] Tomo aqui esse conceito conforme trabalhado por Certeau (2010).

viagens, que seriam realizadas na região. Seu relato é um claro roteiro de viagem, trazendo apontamentos e alertas sobre a fauna e flora em geral.

Após passar pela fazenda Sete Voltas e porto dos Barbosas, Pitanga chega à "pequena fazenda ali existente", Fazenda de Santa Gertrudes, nas proximidades de um ribeirão homônimo (Pitanga, 1864 p.180). Ao descrevê-la, Pitanga diz:

> Falhei na dita fazenda à espera de cargas. Os seus recursos são diminutos, porém, e pode contar com mantimento, aguardente, rapadura, gado de pé ou xarque e meio de transporte, se se prevenir com antecedencia. Colocada em um lindíssimo campo de serra acima, não conserva ali a creação de gado pela completa falta de salinas (Idem).

A localização da fazenda Santa Gertrudes era próxima ao varadouro que ligava os rios Brilhante e Nioaque, já descrito anteriormente. Após a travessia desse varadouro, Pitanga afirma que passou por "excelentes campos de criação, e uma fazenda de gado meia legua distante do Neoac, onde cheguei a 7h da noite" (Pitanga, 1864 p.182). No dia 3 de fevereiro de 1858, o 1º tenente de Engenheiros assim descreve a localidade de Nioac:

> à margem direita do rio [Nioaque], é ele composto de ranchos de palha, havendo entre os tais um mais regular servindo de quartel. É completamente falto em tudo, não falando nas pequenas roças ali existentes, que, com quanto estejam em terrenos fertilíssimos, não garantem o sustento, sequer, a um só indivíduo. Os meios de transporte são ali totalmente nulos, e para poder transportar-me foi necessário que o comandante militar do lugar mandasse remendar uma prancha particular. Não obstante, é regularmente saudável e tem grande importância como ponto militar (Idem).

O tenente Epifânio Cândido Pitanga descreve um local carente de recursos e estrutura, tanto para os militares ali estacionados, quanto à população civil residente. Interessante notar que o autor não nomeia a localidade como colônia militar, trazendo apenas a descrição "ponto militar". Talvez porque carecia da informação ou mesmo pelas características do local, Pitanga parece não saber ao certo a origem daquele "ponto militar" ao afirmar que "deixou o destacamento ou pequeno arraial do Neoac às 12h 10".[12]

[12] Essa não foi apenas uma característica do relato de Pitanga, como veremos mais adiante.

Ao sair dali se dirige para a vila de Miranda. Nesse trajeto, passa pelo porto da fazenda Forquilha, que distava, segundo o autor, 4 léguas da margem do rio Nioaque e próximo a confluência deste rio com o Miranda, e possuía "10.000 cabeças de gado vacum e 200 do cavalar" (Pitanga, 1864 p.188). Ele ainda descreve outras fazendas com criação de gado vacum e cavalar antes de chegar ao seu destino, que era a vila de Miranda.[13]

Ao descrever esta vila, o autor afirma que ela não é "completamente doentia, como se tem apregoado"[14], e, apesar de possuir alguma lavoura, "ella pouco produz, pela indolencia de seus moradores" (Pitanga, 1864 p.191). Além disso:

> Seu clima, geralmente muito quente, apresenta transições bruscas, uma das causas mais frequentes das molestias do lugar. A instrucção primaria e o culto, fracamente representados, podem explicar a moral fragil e a falta de amor ao trabalho na mencionada vila. A vida comercial, [...] pareceu-me o facto mais importante e digno de honrosa menção no referido lugar, onde terminei a viagem que me foi imposta pelas instrucções que me foram dadas pela secretaria d'estado dos negocios da guerra (Idem).

A viagem de Epifânio Candido de Sousa Pitanga, em meados do século XIX, se insere num contexto de investida do governo imperial para melhor conhecer os territórios *distantes* da nação, a partir dos pressupostos científicos da época. Palmilhando estes *sertões*, aqueles viajantes produziram relatos que estão profundamente marcados pelas representações de um *outro geográfico*, como afirma Galetti (2012).

Este relato de Epifânio Pitanga, foi publicado originalmente pela revista do IHGB, no ano de 1864. Esta instituição teve papel sobremodo importante para a construção de uma ideia de nação e civilização nos trópicos, como já bem demonstrado por Guimarães (1988) e publicou ao longo do século XIX muitos relatos de viagens, os quais descrevem diversas regiões do Brasil, inclusive a província de Mato Grosso.

[13] Relata um local denominado Taquaral com "10 casas de palha, contando 50 moradores, com pequenos núcleos de criação de gado vacum e cavalar e pequenas roças". Além disso, passou pelo porto da fazenda Lalima "onde se pode contar com 5.000 cabeças de gado vacum e algum cavalar" e onde estão "aldeiados alguns índios guaycurús, e poucos da nação terena." (Pitanga, 1864, p.189 a 191)

[14] Mais adiante, veremos que a descrição da região de Miranda como insalubre foi reproduzida e enfatizada por Taunay, que passou por ali seis anos depois.

Concordamos com o que afirma Lylia Galetti quando diz que escritos como estes

> Não apenas buscam produzir/registrar um saber sobre as vastas porções desse território, ainda assinaladas nos mapas da nação como grandes manchas de terra incógnitas, mas que também se ocupam em propor todo um repertório de ações destinadas a romper as *trevas da barbárie* e irradiar pelos sertões as luzes da *civilização* (Galetti, 2012, p. 231) [grifo da autora].

Nesse sentido, é importante considerar que estes relatos não são meras observações da paisagem ou mesmo descrições precisas e neutras acerca de uma região, mas que estão também impregnados de sentidos que são elaborados e reproduzidos por seus autores. Ainda mais, como afirma Epifânio em citação anterior, estas viagens eram muitas vezes impostas por um órgão central do império, o que conferia um certo grau de missão a alguns de seus partícipes, sobretudo os sujeitos que estavam no comando.

Foi o que ocorreu com o militar Luiz Soares Viegas, que comandou uma viagem da Corte à vila de Miranda em cumprimento à ordem do ministro e secretário de estado dos negócios da guerra, brigadeiro Jeronimo Francisco Coelho. Sua viagem iniciou-se de forma oficial em 14 de julho 1858 e chegou ao seu destino somente em 1859.

> Eram cerca de duas horas da tarde, quando largou a monção, em cujo acto perguntou-me o Sr. Deputado – por conta de quem seguia a expedição? Respondi-lhe – por conta de sua Magestade o Imperador, e reponsabilidade do Dr. Deputado José Delfino de Almeida. Viva sua Majestade o Imperador! Viva a Família Imperial! Viva a nação brasileira! Viva o Sr. Deputado José Delfino de Almeida! (Viegas, 1863, p.462)

Em sua descrição, Luiz Viegas procurou detalhar, também em formato de diário, paisagens, características dos rios e córregos em que passaram, alimentação dos viajantes, o relacionamento dos camaradas[15], nomes de embarcações e de alguns sujeitos que encontrava durante a viagem. Diferentemente de Pitanga, Viegas fez um trajeto partindo de São Paulo para Mato Grosso, e elaborou uma narrativa com pretensões mais detalhistas e

[15] "Camarada era uma ocupação desenvolvida por homens livres ou libertos que eram contratados para desenvolver uma determinada atividade ou diversas, por meio de acordos de trabalho, temporários ou não" (Sena, 2010). Sena analisa, inclusive, a relação de Viegas com alguns de seus camaradas (Sena, 2010 p.86).

descritivas, tanto dos locais, quanto das pessoas com as quais entrava em contato.

Luiz Viegas fez uma “tormentosa viagem”, na qual comandou dezessete canoas e “quatro balsas que são dois batelões” que estavam “muito carregadas, levando, além das cargas immensos saccos de farinha, feijão, muitos caixões de toucinho, de carne seca e de vacca, assucar, café, barris de restilo” (Viegas, 1863, p.522). Seu relato descreve a fuga de muitos soldados e camaradas e as paradas de diligência para recapturá-los, além das privações de alimentos para toda a tripulação em muitos momentos da viagem, sobretudo quando adentram ao território da província de Mato Grosso.

Por ser uma viagem com muitas pessoas presentes, além de cargas e objetos diversos, o relato de Luiz Viegas caracteriza-se por acentuar as próprias relações dos viajantes entre si, seus conflitos, doenças[16], acidentes etc. Em muitos momentos o autor faz questão de enfatizar reclamações, como a que se segue:

> Quanto a mim, vivo a muito tempo e a todos os momentos combatido de desgosto, afflições e dissabores os mais profundos, por ver esta gente soffrer privações de que eu partilho, pois que todos que vêem n’esta monção, se alimentam quasí da mesma forma, por se achar de todo extincto o grande sortimento, que trouxemos de Piracicaba e por considerar que muitos que estão na côrte e outras povoações gozando de escolhidos alimentos e de outros commodos, terão talvez de censurar-me (Viegas, 1863, p.509).

Estes reclamos do autor aumentam ao longo do relato à medida que a viagem avança de forma lenta, o que se dá, sobretudo, quando navegam pelo rio Ivinhema, onde há expressiva falta de alimentos e proliferação de doenças, deserção e mortes de praças e camaradas.

Apesar de o destino do autor ser apontado no início como a vila de Miranda, o relato da viagem encerra-se quando chega ao posto militar de Nioac, no dia 24 de junho de 1859. Viegas não descreve com detalhes o que viu naquele destacamento militar de fronteira, nem suas características ou população. Porém, em sua conclusão, o autor se permite fazer considerações para futuras viagens, a partir de sua experiência. Nestas considerações, Viegas fornece

[16] Principalmente sezões, dores no peito, constipação e acidentes diversos.

algumas dicas de ordem prática sobre arregimentação de praças e camaradas e sobre a disciplina dos soldados. Apontou, ainda, a carestia dos preços de mantimentos fornecidos pelos afazendados que viviam nas proximidades do posto militar de Nioac.

> Os fazendeiros mais próximos estão situados a cinco ou mais léguas a margem do rio, dos quais para se obter quaisquer mantimentos (sempre por preço alto) passam-se dias, porque é preciso esperar que se procure as rezes no campo, e, muitas vezes, que se faça farinha. Vencido isso, ainda a demora de pegar os bois, para conduzirem os carros, único meio de transporte, consome ainda algum tempo (Viegas, 1863, p.534)

Esta situação é apontada com grande ênfase pelo autor em sua conclusão, e com um explicito desejo de intervenção por parte do estado imperial para que aquela situação fosse alterada. Em sua perspectiva, Viegas estava autorizado, como conhecedor *in loco* da região, a propor, ao governo imperial, medidas específicas para o destacamento militar ali estacionado em sua relação com as populações das fazendas próximas.

A missão dada a estes militares viajantes consistia em percorrer, palmilhar e descrever a região, fazendo apontamentos sobre aqueles *confins* do Império do Brasil, região inóspita, que deveriam ser integrados à nação, mas que eram considerados hostis à presença do homem civilizado. Os interesses do ministério dos negócios da guerra ao financiar e enviar estas viagens eram claros e tinham o objetivo de conhecer, esquadrinhar e, portanto, dominar a região de fronteira com o Paraguai, cujos limites, àquele momento, estavam em crescente litígio e em discussões diplomáticas.

Alguns anos depois das viagens de Pitanga e Viegas, em dezembro de 1864 ocorreu a investida paraguaia sobre a região sul da província de Mato Grosso, dando início a um conflito que duraria até o ano de 1870. Essa investida se propôs a adentrar ao território brasileiro por três eixos: um atingindo o Forte Coimbra e posteriormente Corumbá; outro eixo se dirigindo à Colônia de Miranda, chegando à Nioac e, por fim, a vila de Miranda; e um terceiro, que se desmembrou deste último para adentrar pela região de Ponta Porã e atingir a Colônia dos Dourados (Mello, 1969, p.61). Nos três casos, as forças paraguaias tiveram êxito e conseguiram se estabelecer em território brasileiro.

Segundo relatório que descreve a tomada do território brasileiro, escrito pelo coronel paraguaio Isidoro Resquin, ao marchar sobre a povoação de Nioac, as forças paraguaias “não encontraram mais que dois indivíduos, um espanhol e outro português europeu” (Moutinho, 1869, p.265). Ao mandar que verificassem o estado do local, Resquin afirma que:

> [...] Na comandância não se encontraram mais do que seis carabinas de caça e seis espadas de tropa, depois se encontraram os armamentos, caixões de bala, pólvora e papeis enterrados no fundo do curral da comandância, e também algum armamento e munições se encontraram nas casas que com efeito mandei visitar. [...] No mais, não se acharam senão comestíveis e trastes, que não puderam levar na fuga. [...] O povoado consta de 130 casas, sendo 30 principais, tendo um oratório e um espaçoso quartel, que cai ao oeste da praça sobre a rua Leverger. A comandância cai a leste da mesma praça sobre a rua de Santa Rita, podendo aquartelar 500 homens. (Resquin apud Moutinho, 1869, p.266) [17]

Esta descrição do coronel paraguaio, no início do conflito em dezembro de 1864, é ligeiramente distinta daquelas feitas por Pitanga e Viegas, citadas anteriormente. Também apontando a localidade como povoado, Resquin descreve com um pouco mais de detalhes a estrutura local, tanto no que diz respeito a casas da população civil, quanto ao destacamento militar. Não é possível precisar ou mesmo dimensionar o crescimento populacional e econômico de Nioac nesse contexto, porém, torna-se claro que na localidade ocorria, desde a criação da colônia militar em 1850, um sensível incremento populacional e militar ainda no período anterior à Guerra com o Paraguai (1864-1870). O conflito, portanto, foi danoso e destrutivo, na medida em que interrompeu um processo que já ocorria, além de causar diversas mortes.

Com o objetivo de recuperar o território sul da província de Mato Grosso invadido pelos paraguaios, em 1865 iniciou-se um movimento de resistência por parte do exército brasileiro, com a formação de uma coluna expedicionária que atuaria na região, para reforçar as tropas mato-grossenses. Sobre esse episódio temos, dentre outros, o relato conhecido de Alfredo D’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, que em sua *A Retirada da Laguna* descreve os percalços

[17] A citação foi feita com a ortografia atualizada. A estrutura descrita por Resquin como oratório, será chamada adiante de “Igreja de pitoresca aparência” por Taunay.

enfrentados pela expedição que procurava “reagir contra o inimigo” invadindo a parte setentrional do país vizinho (Taunay, 1952) [18].

Nesta obra, já um clássico da literatura brasileira, escrita em 1871, Taunay transita ora pelo Romantismo ora pelo Realismo, descrevendo personagens e paisagens que, em sua perspectiva, marcavam e eram típicos do *sertão* brasileiro. Embora haja grande discussão na crítica literária sobre a obra em questão, parece claro que ela é profundamente marcada por procedimentos narrativos que elaboram cenas, personagens e acontecimentos, cujo foco principal é criar uma verdadeira epopeia de guerra, o que insere o autor num processo mais amplo de construção da identidade da nação e do nacionalismo brasileiro. A narrativa, portanto, pode ser considerada, como pontuou Naira Nascimento, a partir da categoria de depoimento, tanto pelos propósitos do autor, como pela recepção contemporânea (Nascimento, 2002, p. 130). Considerando estes aspectos, nosso interesse aqui é o de evidenciar, também nessa importante narrativa de Taunay, suas descrições e elaborações sobre a região em questão.

Como bem salientado por Galetti, em *A Retirada da Laguna,* um dos elementos mais fortes “é a constatação de que o território de Mato Grosso era praticamente desconhecido dos brasileiros do litoral” (Galetti, 2012, p. 243). Nesse sentido,

> Mato Grosso é apresentado como um grande e remoto sertão, uma fronteira externa e interna do Brasil, um espaço privilegiado no qual se deveriam fincar marcos importantes da nacionalidade brasileira e da presença do Estado Imperial (Galetti, 2012, p. 243).

Sua passagem pela região em um contexto de guerra, de conflito militar em torno de uma causa, certamente contribuiu para que o autor elaborasse uma imagem do sul de Mato Grosso como palco de uma epopeia. Assim, em *A Retirada da Laguna* são descritos cenários hostis ao ser humano, que impuseram grande adversidade ao avanço da coluna brasileira, e, ao mesmo

[18] O autor trata deste mesmo evento em outras obras, como por exemplo em Taunay (1927). Para uma leitura sobre os usos, apropriações e reapropriações desse evento para constituição da memória sul mato-grossense ver Squinelo; Marin (2015).

tempo, apresentam-se quadros de uma natureza bucólica e idílica, de beleza singular.

Já no segundo capítulo, após um esforço de localização da região para o leitor, Taunay faz questão de enfatizar os aspectos negativos envolvidos na estada da coluna brasileira em Miranda. O autor atribui o agravamento de uma epidemia de beribéri na tropa, exatamente pelas condições insalubres daquela vila, que estaria “rodeada, numa extensão considerável, de depressões que a menor chuva, num instante, inunda, até mesmo na melhor estação”, e ainda que era “privada de boa água, pois a do Miranda é sempre agitada e lodosa” (Taunay, p.26, 1952), o que acabava por causar a morte e dispensa por doenças de muitos militares. Taunay parece reproduzir uma perspectiva que já foi utilizada por outros viajantes que passaram pela região de Miranda. Como vimos anteriormente, o relato de Pitanga, embora se assemelhe em parte com as características salientadas por Taunay, fez questão de afirmar que a vila de Miranda não era “completamente doentia, como se tem apregoado” (Pitanga, 1864, p.191).

Em contradição a esse cenário insalubre e adverso, o autor passa a narrar o deslocamento da coluna em direção à região do planalto. A “Marcha de Miranda para Nioac” ocupa boa parte do segundo capítulo da obra, descrevendo uma paisagem em que “[...] não mais pousávamos os olhos sobre as tristonhas perspectivas dos pântanos. Pelo contrário, nos comprazíamos agora em contemplar verdejantes campinas, trechos que apresentavam os mais poéticos aspectos, à sombra de poderosos contrastes luminosos” (Taunay, p.29, 1952). Segundo o autor, até mesmo a marcha da coluna foi realizada com maior organização e regularidade nesse trajeto.

Ao chegarem em Nioac, no dia 24 de janeiro de 1867, os militares brasileiros encontraram a localidade abandonada pelos paraguaios e parcialmente destruída, sendo assim descrita pelo autor:

> Poupadas, apenas, duas casas e uma pequena igreja de pitoresca aparência. À primeira vista agrada o aspecto geral do lugar. De um lado, o povoado e um ribeirão chamado Orumbeva; de outro o rio Nioac, cujas águas confluem cerca de 900 metros, para trás da igreja, deixando livre, em torno desta, à direita e à esquerda, um espaço duas vezes maior. Pequena colina fica-lhe em frente, a pouca distância (Taunay, p.30, 1952).

Referindo-se ao lugar como povoado, Taunay afirma, ainda, que Nioac passou a ser a base das operações da coluna brasileira (Taunay, p.158, 1952). A estada da coluna ali foi enfatizada pelo autor como um momento em que houve uma benigna influência do planalto "que fez desaparecer completamente a epidemia, reestabelecendo-se de pronto os doentes" (Taunay, p.31, 1952), muito embora a localidade não estivesse situada exatamente na região do planalto sul de Mato Grosso, mas sim em terrenos que, apesar de situados ainda na bacia do Paraguai, eram mais elevados, não estando, por isso, sujeitos às inundações periódicas que caracterizam o Pantanal.

A descrição do autor sobre Nioac constrói a imagem de um vilarejo distante numa região de *sertão/fronteira*, cuja população vivia apartada e distante da presença do estado e da civilização, mas que conservava aspectos da nacionalidade brasileira que o autor quis contemplar em sua obra[19]. Além disso, Taunay descreve, assim como os viajantes analisados anteriormente, a existência de diversas propriedades rurais que "pertenciam a famílias estimadas e bem conhecidas de fazendeiros das vizinhanças de Nioac: Barbosas, Ferreiras, Lopes [...]" (Taunay, p.44, 1952).

Ao retornarem da investida feita à região de Laguna, no Paraguai, a coluna brasileira procurou novamente se estabelecer em Nioac. Segundo Taunay, os militares brasileiros encontraram o local mais uma vez destruído pela Cavalaria paraguaia, a qual se adiantou aos brasileiros e alcançou o lugar evacuado pelo oficial encarregado de sua defesa, contra as ordens do comando da expedição. Nesse episódio, segundo a narrativa de Taunay, os paraguaios prepararam mais uma emboscada aos brasileiros depositando pólvora no interior da pequena igreja que existia na localidade, o que provocou uma grande explosão que fez várias vítimas, quando um soldado decidiu utilizar um isqueiro no interior do edifício (Taunay, p.161, 1952).

Concordamos com Squinelo e Marin, quando afirmam que:

> Na obra, Taunay assumiu o fracasso da coluna, entretanto, narrou o episódio de forma romântica, épica e honrosa. Assim,

[19] É o caso, por exemplo, da construção da personagem do guia Lopes, que era um proprietário de terra que vivia na região e que se tornou o guia da coluna brasileira. Na narrativa de Taunay, o guia Lopes foi apresentado possuindo características de um verdadeiro herói nacional: "coragem, força, lealdade, honestidade, ousadia e espírito guerreiro, recebendo por vezes o epíteto de 'intrépido velho'" (Nascimento, 2002, p. 131).

> o que se constituiu em um fracasso para o exército brasileiro adquiriu, nas sucessivas páginas de sua obra, outra dimensão, qual seja, a do patriotismo, da glória, da honra, da defesa e da entrega pela pátria (Squinelo; Marin, 2015, p. 386).

A localidade de Nioac parece ser representada por Taunay como um *povoado mártir,* que sucumbiu às agruras da guerra e pelo ódio do inimigo. O último capítulo da *Retirada da Laguna* descreve a destruição da "infeliz e bela Nioac", que foi "aniquilada com sua Igreja" (Taunay, p.161, 1952) Dessa forma, a obra inicia-se com a chegada da coluna àquela localidade e encerra-se com sua destruição.

Após o fim do conflito com o Paraguai, que se deu no ano 1870, foi instalado novamente em Nioac o comando do Distrito Militar de Miranda e a Parada da Guarnição de fronteira. Juntamente com o retorno do comando do distrito, segundo Miguel Palermo, que residiu em Nioac na década de 1890, houve a vinda de migrantes de várias províncias do Brasil e famílias provenientes do Paraguai que se dirigiram ao sul da província e se estabeleceram definitivamente ocupando os povoados de Campo Grande, Vacaria, Nioac, Ponta Porã e Bela Vista, "nos quais se contam mais de duzentos estabelecimentos pecuários de alguma importância" (Palermo, 2010, p. 38)[20].

Nesse contexto, segundo o artigo 1º da Lei provincial nº 506 de 1877, a localidade de Nioac foi "elevada à categoria de freguesia com a denominação de Levergeria e sob invocação de Santa Rita"[21]. Daquele ano em diante, a sua jurisdição eclesiástica ficaria desmembrada territorialmente da vila de Miranda, porém unida à comarca que esta vila constituía desde 1858.

O novo patamar adquirido, que é antes de tudo religioso, também deve ser entendido como sendo de cunho civil-administrativo, já que a nova paróquia passava a concentrar os registros dos eventos vitais (batismo, casamento, óbito) dos indivíduos residentes na sede da freguesia e região.

Em 1886, ocorreu a visita pastoral ao sul de Mato Grosso do bispo da diocese de Cuiabá, D. Carlos Luiz D'Amour. A partir desta viagem, foi elaborado

[20] Miguel Ângelo Palermo escreveu esta obra ainda em 1896, quando residia em Nioac. Nela, o autor narra as divergências políticas ocorridas no período republicano em Mato Grosso, particularmente sobre os incidentes ocorridos em 1892 na região sul do estado.
[21] O nome de Levergeria foi dado em homenagem a Augusto Leverger (1808-1880), o barão de Melgaço (Palermo, 2010, p.34.).

um relato descritivo pelo secretário particular do bispo, cônego Bento Severiano Luz (Luz, 1979)[22]. A narrativa dessa viagem, feita por um de seus participantes, constitui-se em importante fonte sobre a província de Mato Grosso em fins do século XIX, tanto no que diz respeito a informações sobre os diversos núcleos populacionais por onde passaram, quanto pelas próprias características do relato, que indicam as concepções e representações simbólicas do redator.

Bento Luz afirma que elaborou o relato "nas horas disponíveis dos múltiplos afazeres da visita", procurando sempre "oferecer a verdade no que expõem" (Luz, 1979, p.68-69). Seu relato está carregado de elogios ao bispo Dom Carlos, denominado de forma recorrente de "augusto pastor e apóstolo" (Luz, 1979, p.69). Ainda nas considerações iniciais, Bento Luz admite que "vacilava no que mais devia admirar", se "a ignorância das mais triviais regras de civilidade e dos termos mais comuns de tratar as pessoas" que, em sua visão eram a característica predominante daquela população, ou "a sublimidade e nobreza da paciência e prudência inimitáveis do Prelado, que tudo sofria, só para não desagradar a menor de suas ovelhas" (Luz, 1979, p.70). Neste relato, os membros da comitiva pastoral, e sobretudo o bispo Dom Carlos, eram os agentes de civilização em direção ao Mato Grosso inculto, incivilizado e composto, em sua maioria, de "gente miúda" (Luz, 1979, p.148)[23]. Ao dimensionar de forma superlativa os aspectos negativos do comportamento social e religioso da população de Mato Grosso, o cônego parece querer enfatizar as qualidades do bispo e sua abnegação em realizar o esforço de visitar uma população que ainda não havia se apropriado dos signos e práticas da civilização.

O cônego Bento Luz traz ainda observações de cunho político e econômico locais, registrando suas impressões e descrevendo cenas dos aspectos naturais, sociais e religiosos que encontrava nos lugares onde a comitiva pastoral passava. A viagem durou cinco meses e vinte e um dias, e foram percorridas cerca de 650 léguas (Luz, 1979, p.70). Sobre esse relato de Bento Luz, é importante salientar aqui, o que afirma Jérri Marin:

> O Mato Grosso que o cônego Bento Severiano da Luz representou aproximava-se da concepção do mundo e de

[22] O relato de Bento Luz foi transcrito e publicado em obra organizada por Luis Philippe Pereira Leite em 1979, e que se propõe realizar uma biografia do bispo Dom Carlos D'Amour.
[23] Bento Luz utilizou esse adjetivo para se referir à população em geral em muitas localidades aonde a comitiva chegava.

> homem que conhecia, embora redefinisse sua própria identidade ao incorporar novos elementos culturais e linguagens. Ao fazê-lo, através da intervenção modificadora e transculturadora, o sul da Província de Mato Grosso também recebeu modificações no seu caráter original ao incorporar essas representações à sua identidade (Marin, 2003, p.189).

Dessa forma, o olhar do autor do diário estava inclinado aos objetivos daquela viagem religiosa e evidencia, dentre outros fatos, a distância entre o ideal religioso proposto pela diocese e aquele encontrado nas visitas às paróquias. Vários casos de irreverência e falta de familiaridade com os rituais litúrgicos católicos foram enfatizados no diário. Bento Luz fez questão de relatar que a população dava “vários títulos a S. Exa. Rvma. relativamente a sua alta dignidade: paternidade, alteza, categoria, majestade e por aí a fora” (Luz, 1979, p.70).

Além disso, foi dedicado grande espaço às descrições dos aspectos naturais das regiões percorridas. Nesse sentido, o relato de Bento Luz se assemelha àqueles aqui já analisados, pois descreve a natureza de forma paradoxal, ambígua e contrastante. Para Luz, a natureza impressionou os viajantes por sua beleza e, ao mesmo tempo, foi importante motivo de incômodo e de enfado, tornando a viagem aflitiva e cansativa (Marin, 2003, p.189).

O relato de Bento Luz, diferentemente dos outros aqui analisados, por se tratar de uma viagem de cunho religioso, se debruçou um pouco mais sobre os aspectos sociais dos sujeitos que viviam na região. A visita pastoral percorreu uma extensa área da porção sul da província, onde existiam diversas propriedades localizadas dentro dos limites territoriais da circunscrição da freguesia Santa Rita de Nioac.

Além de percorrer estas áreas, a comitiva também passou pela sede de Nioac, onde se localizava a Igreja Matriz. Neste episódio, Bento Luz fornece algumas impressões acerca da realidade social e a dinâmica interna do povoado. Segundo o cônego, na sede da freguesia de Nioac residiam aproximadamente 300 pessoas, e “estas reunindo-se a dos campos adjacentes, das colônias e das serras ter-se-á uma população de 3000 almas” (Luz, 1979, p.162). Apesar da evidente imprecisão desses números, visto que não foi realizada uma contagem precisa, fica claro, a partir do testemunho do Cônego Bento Luz, que a maior

parte dos indivíduos residentes na freguesia Santa Rita de Nioac estavam localizados nos *campos adjacentes*.

A eminência política de alguns indivíduos que ocupavam cargos de destaque no âmbito militar e civil fica clara no relato. Bento Luz relata o nome daquelas pessoas que denomina as “mais gradas” que, segundo ele, eram o tenente coronel Pedro José Rufino, o vigário local, o negociante Vicente Anastácio, João Anastácio Monteiro de Mendonça, João Augusto da Fonseca, José Alves Sanches Surga e o capitão honorário do exército Manoel de Castro Pinheiro (Luz, 1979, p.162).

Ao chegar na localidade, Bento Luz relata que houve “muito fogo do ar e repiques de sinos” além de “música militar que rompeu com entusiasmo o hino da independência” (Luz, 1979, p.161). Assim, a chegada da comitiva em Nioac foi descrita utilizando-se de dois importantes símbolos do Império naquela região de fronteira, quais sejam, o sino da Igreja e a música militar entoando o hino à independência.

Dom Carlos Luiz D’Amour e sua comitiva passaram pela sede da freguesia Santa Rita de Nioac em dois momentos, a primeira vez em agosto e a segunda em outubro de 1886[24]. Na primeira passagem a comitiva permaneceu na sede da freguesia de Santa Rita de Nioac por nove dias, administrando sacramentos, visitando indivíduos proeminentes da região, além de vistoriar a confecção dos registros da paróquia, o cemitério, as condições de culto etc. (Luz, 1979, p.167). Bento Severiano da Luz assim descreve as características gerais da localidade de Nioac em agosto de 1886:

> O local em que se acha a povoação de Nioac é de agradável perspectiva, muito aprazível; está numa eminência à borda do rio de mesmo nome, e pode-se dizer que é já um prenuncio de que se vai adentrar nas ameníssimas plagas que se desenrolam além da serra do Maracaju. O clima é temperado, o terreno é enxuto, fértil e sadio. Quando chove as ruas cobrem-se de lamas escorregadias e penoso torna-se então o trânsito pela grande quantidade de barro que pega nos calçados fazendo volume e grande peso, de modo que o transeunte sente os pés como metidos em tamancos de chumbo. Há grande abundância de água. Além do rio que banha o povoado, passa muito perto um regato com o nome de Correguinho. As ruas propriamente ditas

[24] Isso se deu porque, após a primeira visita a Nioac, a comitiva se dirigiu às diversas propriedades rurais e localidades ao sul, e, pelo trajeto percorrido, era necessário passar pela sede da freguesia em Nioac também no retorno.

> são duas, formando um ângulo reto ao sul. Um lado deste ângulo corre ao nascente a abraça a praça, o outro lado segue para o norte. Estas ruas são cortadas por outras mais pequenas e não tem nomes. As melhores casas são a do honrado e muito estimado negociante Sr. D. Vicente Anastácio, e a do distinto S. Capitão do estado-maior de 2ª classe do exército desta, que serviu de paço episcopal; há um grande limeiral e goiabal, plantação do primeiro homem que ali estabeleceu-se (Luz, 1979, p.165-166).

As observações feitas por Bento Luz priorizaram aspectos naturais como clima, topografia e hidrografia, e indicam que o observador tinha seu olhar marcado pelos pressupostos cientificistas da época, que enfatizavam estes aspectos como determinantes da saúde e do progresso das populações. Nesse sentido, como bem frisado por Marin, o olhar do observador sugere uma reflexão, um diálogo constante com suas referências culturais e visão de mundo (Marin, 2003, p.189).

Além dos aspectos naturais, Bento Luz relatou as características da estrutura local, como ruas, praça, cemitério, quartel, Igreja e as “melhores casas”. Sobre a Igreja Matriz, Luz afirma que era “pequena, mas sofrivelmente decente” e tinha o “grande inconveniente de estar encravada no quartel” (Luz, 1979, p.164), embora o pároco local, padre Simão Moreira da Rocha, fosse um capelão tenente do corpo eclesiástico do exército.

O cemitério local foi descrito como não tendo paredes nem portão, existindo em um campo aberto (Luz, 1979, p.164). Interessante que já na segunda passagem da comitiva por Nioac, em 17 de outubro de 1886, Bento Luz relata o recebimento de um ofício por parte de uma comissão nomeada pelo bispo, quando da primeira passagem pela localidade em agosto. A função dessa comissão era “agenciar uma subscrição a fim de cercar-se o cemitério dessa paróquia com a máxima brevidade” (Luz, 1979, p.192). O ofício trazia uma relação de 46 assinaturas, cuja soma total era de 1:100$000.

Não sabemos se a obra foi realmente realizada ou se os valores foram realmente arrecadados e empregados para esse fim. No entanto, a própria descrição dessa organização dos moradores do local nos indica que Bento Luz fez questão de enfatizar que somente a partir da visita pastoral houve a mobilização para aquele fim.

Sobre a população local, o cônego fez também diversas observações e descreveu alguns acontecimentos que são elucidativos de um olhar etnocêntrico e hierarquizante sobre os sujeitos. Em uma descrição pitoresca, o cônego e secretário do bispo relatou o encontro de um morador de Nioac com sua santidade:

> À hora do almoço apareceu, querendo mapiar com S. Exa., um indivíduo que bem podia servir de estudo àqueles que buscam o valor intelectual de um homem no peso da massa cerebral. Entrou, sentou-se numa cadeira, dobrou uma perna sobre a outra e acendeu um cigarro. Conhecemos logo que pouco lhe pesavam os miolos embora fosse um colosso de matéria. O capitão Alencar fez-lhe ver que não podia ter ali a liberdade que quisesse, e depois mostrando-lhe no mapa da sala a serventia desta para a praça, deu-lhe voz de: direita volver, marche e rua. O sujeito desconcertou-se e foi-se para não mais (Luz, 1979, p.193).

O tom jocoso do relato é contrastado, já no parágrafo seguinte, com a admiração de Bento Luz por uma “grande reunião de senhoras e cavalheiros na residência episcopal” naquele mesmo dia à noite. Essa reunião era um “pequeno concerto organizado para obsequiar a S. Exa. Revma” (Luz, 1979, p.193). Na orquestra havia uma harpa e uma rebeca e a execução de variedades musicais. O cônego afirma que “mal expirava a última nota de cada trecho, os aplausos rebentavam em toda a sala”, e tece ainda mais elogios aos “Srs. Pedro Petroni e Roca Daniel” por possuírem “em grande dose todos os elementos de verdadeiros violinistas: alma, colorido, movimento correto de mãos etc.” (Luz, 1979, p.193).

O claro contraste entre o sujeito “em que pouco lhe pesavam os miolos” e aqueles que executavam variedades musicais e encantavam a todos aparece nessa narrativa enfatizando a ambiguidade civilizacional que Bento Luz percebia na população da província de Mato Grosso e, nesse caso, também na população de Nioac. Seu relato, portanto, reproduz significados, enaltece comportamentos e valores e ainda classifica os sujeitos verticalmente conforme seus referenciais e concepções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos considerar Viegas, Pitanga, Taunay e Bento Luz como *viajantes/autores,* que percorreram o Sul de Mato Grosso e a localidade de Nioac, espaços da nação considerados *desconhecidos e inóspitos,* elaborando descrições e imagens sobre essa região. Ao realizar suas viagens, estes autores não simplesmente descreveram a paisagem por onde passaram, mas construíram imagens, representações algumas vezes semelhantes e outras distintas, de acordo com os referenciais culturais e civilizacionais que traziam.

Não é perceptível nestes relatos uma diferenciação substancial, por exemplo, entre espaços *urbanos* e *rurais*. Os termos utilizados nos relatos são campos, fazendas, povoados, indicando que essa região por onde passaram era percebida como vasto sertão, distante da civilização e da modernidade.

Importante sublinhar também que alguns destes relatos aqui analisados, sobretudo a obra de Taunay, foram utilizados posteriormente por autores que se propuseram a "contar a história de Nioac" como uma "história que ocorreria na região, mas não existiria história da região" resvalando, assim, naquilo que Durval Muniz denominou *ilusão referencial* ou *ilusão objetiva,* ou seja, o aprisionamento à ideia de que a região é um dado da realidade, um objeto pré-existente e alheio às contingências dos processos históricos (Albuquerque Júnior, 2008 p.59)[25]. Assim, o surgimento do núcleo populacional de Nioac foi, muitas vezes, e por autores distintos, descrito de forma naturalizada, produzindo um regionalismo que acaba por engessar os processos, sem considerar as dinâmicas sociais próprias daquele contexto.

Os relatos de viagem/passagem, portanto, são importantes fontes que possibilitam análises que reconheçam as distintas construções e elaborações realizadas por aqueles *viajantes/autores*, e nos ajudam a compreender alguns elementos do processo de constituição daquela localidade. Portanto, faz-se necessário inserir o núcleo populacional de Nioac, num contexto mais amplo do Império, no sul da província de Mato Grosso durante segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

[25] Nesse sentido, ver as obras de Serejo (2008 e 1959) e Dalmolin (2004).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. **O objeto em fuga**: algumas reflexões em torno do conceito de região. Revista Fronteiras, Dourados: UFGD, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

CERTEAU. Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: História, cultura e transformações sociais. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá**: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso, 1870-1920. [Corumbá] 154f. Datilografado, 1981.

CORREA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943).** Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

CREMONESE-ADAMO, Camila. Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso. 177f. dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2010.

DALMOLIN, José Vicente. **Nioaque no contexto da história de Mato Grosso do Sul e do Brasil** – século XIX. CD-ROM [2004?]

FARIA, Regina Helena Martins de. Organização militar e formação do campesinato no século XIX*:* o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão. In. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PUBLICAS. 2009, São Luiz – MA, Anais... São Luiz: UFMA/PPGPP, 2009.

CRESPE, A. C. Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha. 428f. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados, 2015.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, Fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia**. Rio de Janeiro: Vértice, nº 1, p.5-27, 1988.

LOPES, Joaquim Francisco. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes, encarregado de explorar a melhor via de communicação entre a Provincia de S. Paulo e a de Matto Grosso pelo Baixo Paraguay. In. Revista Trimestral do IHGB: Rio de Janeiro, Typographia Universal, Tomo XIII, Segunda Edição, 1854.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1993.

LUZ, Bento Severiano da. Visita pastoral do sul. In: LEITE, Luiz P. Pereira. **Bispo do Império**. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 67-201.

MARIN, Jérri Roberto. Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour ao sul da diocese de

Cuiabá, 1886. In. MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs.). **História, região e identidades**. Campo Grande: UFMS, 2003.

MELGAÇO, Barão de. Apontamentos para o Diccionario Chorografico da Província de Mato Grosso pelo Barão de Melgaço. In. **Revista Trimestral do IHGB**: Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1854. Tomo XLVII, Parte II.

MELLO, Raul Silveira de. **A Epopéia de Antônio João**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

MOUTINHO. Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. São Paulo: Typografia de Henrique Shoroeder, 1869.

NASCIMENTO, Naiara de Almeida. A Retirada da Laguna: imagens sobrepostas do Brasil oitocentista. 160f. Dissertação (Metrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. **Uma freguesia ao sul de Mato Grosso**: famílias, ilegitimidade e compadrio em Santa Rita de Nioac (1877-1892). Campo Grande: Life Editora, 2024.

PALERMO, Miguel Ângelo. **Nioaque**: Evolução Política e Revolução em Mato Grosso. [1892] Série Memória Sul-Mato-Grossense. 3 ed. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

PITANGA, Epifanio Candido de Sousa. Diário da viagem do Porto do Jatahi à villa de Miranda: comprehendendo os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brilhante, o Varadouro do Neoac, e os rios Neoac e Miranda. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, e Ethnográfico do Brazil. Rio de Janeiro: Typografia de Domingos Luiz dos Santos, Tomo XXVII, p.149-192, 2 trimestre de 1864.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. In: Revista brasileira de História. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

SENA, Divino Marcos de. **Livres e pobres no centro da América do Sul**: Um estudo sobre os camaradas (1808-1850). Dourados: Ed. UFGD, 2013.

SEREJO, Hélio. **O homem mau de Nioaque** (crônica histórica). Presidente Venceslau, SP: 1959.

SEREJO, Hélio**. Nioaque**: Um Pouco de sua História. In. Obras Completas, Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2008.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. 150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da Laguna. **Revista História: Debates e Tendências**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 383-397, jul./dez. 2015.

TAUNAY, Visconde de. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Edições de Ouro, 1952.

TAUNAY, Visconde de. **Dias de Guerra e de Sertão**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1927.

VIEGAS, Luiz Soares. Itinerario da Viagem da Côrte à villa de Miranda, Província de Matto Grosso, feito em cumprimento de ordem do Exm. Ministro e secretário D'Estado dos negócios da Guerra Brigadeiro Jeronimo Francisco Coelho. In. Revista Trimestral do IHGB: Rio de Janeiro, Typographia de D. Luiz dos Santos, I Trimestre de 1863. Tomo XXVI.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e Catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.15, nº30, 1995.

Recebido em 14/04/2024.
Aprovado para publicação em 21/07/2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A CRÍTICA CINEMATOGRÁFICA E A REPRESENTAÇÃO DO *11 DE SETEMBRO*

"Voo United 93" (2006) e "As Torres Gêmeas" (2006)

FILM CRITICISM AND REPRESENTATION OF *09/11*

"United 93" (2006) and "World Trande Center" (2006)

DANIEL IVORI DE MATOS[1]

RESUMO

O presente artigo aborda os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA e sua representação como um novo *marco* que abalou a nação. O cinema tem uma importância significativa em meio à história dos EUA, constantemente estudada como forma de compreender os processos históricos e eventos que envolvem este país. De tal modo, buscou-se compreender através da linguagem fílmica, como os atentados de 11 de Setembro foram entendidos e representados, e como foram recepcionados pela crítica cinematográfica estadunidense. Entende-se que se torna imprescindível compreender o processo de recepção que envolvem as produções fílmicas, a fim de notar o seu diálogo com a sociedade e as distintas interpretações e significações. Para tal, a partir das perspectivas metodológicas da Estética da Recepção realizou-se a análise das críticas sobre os filmes *Voo United 93 (United 93, 2006)* e *As Torres Gêmeas (World Trade Center, 2006)* a fim de compreender a construção de sentidos frente aos *Atentados de 11 de Setembro* e na sustentação da *Guerra ao Terror*, de modo que problematiza-se a dimensão histórica do terrorismo e as ações dos EUA.

Palavras-chave: Cinema-História; Guerra ao Terror; Doutrina Bush.

ABSTRACT

This article addresses the terrorist attacks of September 11, 2001 in the United States and their representation as a new milestone that shook the nation. Cinema has a significant importance in the history of the United States, constantly studied as a way of understanding the historical processes and events that involve this country. Therefore, we sought to understand, through film language, how the September 11 attacks were understood and represented, and how they were received by American film critics. We understand that it is essential to understand the reception process that involves film productions, in

[1] Pós-doutorando pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor substituto no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC-São José). E-mail: danielmattos.historia@gmail

order to note their dialogue with society and the different interpretations and meanings. To this end, based on the methodological perspectives of Reception Aesthetics, an analysis was carried out of the reviews of the films United 93 (2006) and World Trade Center (2006) in order to understand the construction of meanings in the face of the September 11 attacks and in the support of the War on Terror, in such a way as to problematize the historical dimension of terrorism and the actions of the USA.

Keywords: Cinema-History; War on Terror; Bush Doctrine.

INTRODUÇÃO

Anos antes dos atentados de *11 de Setembro de 2001*, da "luta contra o terror", Edward Said apresentou a estereotipação e padronização cultural do Oriente através das mídias do Ocidente, como a TV e o cinema, tanto em moldes populares como acadêmicos do Oriente "misterioso".

> Um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia forçaram a informação para dentro de moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e a estereotipação cultural intensificaram o domínio da demonologia acadêmica e imaginativa do "Oriente misterioso". Em lugar algum isso é mais verdadeiro que nos modos como o Oriente Próximo é compreendido. Três coisas contribuíram para transformar até mesmo a mais simples percepção dos árabes e do islã em uma questão altamente politizada, quase áspera: uma, a história do preconceito popular antiárabe e anti-islâmico no Ocidente, imediatamente refletido na história do orientalismo; duas, a luta entre os árabes e o sionismo israelita, e os seus efeitos sobre o judeu americano, bem como sobre a cultura liberal e a população em geral; três, a quase total ausência de qualquer posição cultural que tornasse possível, seja identificar-se com os árabes e com o islã, seja discuti-los com isenção (SAID, 1990, p. 38).

Passados alguns anos da publicação de Said e os confrontos na década de 1990 e no pós-11 de setembro continua inegável a intensa estereotipação do Oriente Médio, tendo em conta que grande parte das representações do território está fortemente relacionado a assuntos que abarcam o terrorismo e o islã. Todo esse movimento não se constituiu espontaneamente, mas a partir de diversas construções discursivas como, por exemplo, a partir do uso de termos como o

"choque de civilizações", a princípio utilizado por Samuel P. Huntington em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* em 1993. Esse artigo expõe que o poder ocidental seria confrontado por não ocidentais, com planos de moldar o mundo sob suas perspectivas ideológicas.

Tais argumentos tornaram-se artifícios das mídias internacionais e de governantes, acentuando ideias generalizantes em relação ao terrorismo e o Oriente Médio. A espetacularização sobre o *11 de Setembro*, as próprias imagens registradas, incidiram no *marco* de um tratamento circunstancial de diversos temas complexos em direção a simplificações históricas – a favor dessa "nova" ameaça ao mundo democrático ocidental. O termo Oriente Médio implica inúmeras considerações, dentre as quais questões geográficas, étnicas, políticas, religiosas, econômicas. Assim, a definição de Oriente Médio remete-se a uma complexa rede de quais países constituem esse território, não se tratando de um termo objetivo, mas sim subjetivo, já que muitas vezes esteve associado a questões eurocêntricas e a contextos militares, sendo necessário, portanto, compreende-lo dentro de uma historicidade.

Neste sentido, a linguagem cinematográfica constitui um recurso indispensável para a análise e interpretação da história dos Estados Unidos. Através da análise de filmes, é possível desvelar as nuances e complexidades de eventos históricos como os ataques de 11 de setembro e seus desdobramentos. A compreensão da recepção através da crítica especializada e as diversas leituras que as produções cinematográficas suscitam revelam a dinâmica entre a cultura e os processos sociais, políticos e culturais mais amplos.

A crítica cinematográfica[2] contemporânea, especialmente durante o governo Bush, encontra-se intrinsecamente vinculada ao contexto histórico

[2] Torna-se importante tratar sobre as características das críticas cinematográficas e seus meios de divulgação, como apontou Alcides Freire Ramos, pois esses aspectos são essenciais para se compreender a diversidade da recepção e as diferentes *produções de significados* (2002, p. 53). As críticas selecionadas são oriundas de jornais de grande circulação nos EUA e, em alguns casos, de revistas de entretenimento (todos disponíveis em versão online), consequentemente são assinados por críticos influentes (aqueles que por vez são estampados em cartazes de divulgação ou capas do lançamento em DVD/Blu-ray) e que, em certos momentos, deixam nítidas as posturas políticas das mídias as quais estão ligados. Tais críticas são direcionadas ao grande público e, por isso, os críticos(as) "assumem" a postura do espectador comum, redigindo textos não muito extensos e que tendem geralmente a destacar/comentar: enredo; elenco; filmografia/estilo do diretor e/ou roteirista; cenas/sequências; pontos positivos e/ou negativos; aproximação com outras produções; veredito; possível recepção/indicação do/ao espectador; a perspectiva política (sobre determinadas produções). Evidentemente, não há uma ordem e nem

marcado pelos atentados de 11 de setembro e a subsequente Guerra ao Terror. A mediação televisiva dos ataques e a intensificação da presença militar norte-americana no Oriente Médio constituíram elementos cruciais para a formação de um imaginário coletivo que se refletiu nas produções cinematográficas da época. A profusão de filmes produzidos nesse período, que abordam de forma direta ou indireta os eventos históricos, exige uma análise minuciosa das relações entre a obra cinematográfica, a crítica e o público, a fim de compreender como o cinema se inscreve nesse contexto histórico e cultural.

Neste artigo, far-se-á o dialogo entre arte e sociedade, trazendo as críticas sobre os filmes *Voo United 93 (United 93, 2006)* e *As Torres Gêmeas (World Trade Center, 2006)* que tratam dos *atentados de 11 de Setembro,* em grande parte como *marco*[3] periodizador tanto para o cinema, como da luta contra o terrorismo internacional. Sobretudo, trata-se de notar o *horizonte de expectativas*[4] do cenário cinematográfico, e claro da *experiência estética*, pois não se trata de uma simples ruptura, iniciadas com as representações dos

sempre todos esses pontos estão presentes, mas muitos deles são constantes, como uma espécie de modelo para a forma de divulgação e apreciação.

[3] Para os objetivos aqui propostos, são de suma importância as apreciações teórico-metodológicas presentes no livro *A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*, do historiador Carlos Alberto Vesentini, publicado em 1997[3]. O que se compreende das exposições de Vesentini é que o *fato* é a adjetivação do *acontecimento*: um momento histórico que será preenchido por interpretações. Para o autor não basta apenas recuperar o processo histórico, deve-se descobrir como ele está amarrado ao *fato*. Nesse "Império do Fato", como aponta Vesentini, existe um *marco* periodizador que define o "pós" e o "pré". Ele se torna o ponto de transição, definidor e causativo, onde se instaura o *fato*, que seria a *revolução/marco*, ponto de origem da sua construção. A partir disso ocorre o que Vesentini chama de *transubstanciação*, num movimento em que a memória histórica incide sobre a memória individual. Compreende-se que a partir do *marco* periodiza-se, define-se uma temporalidade, e que, portanto, ele é capaz de refazer a memória (VESENTINI, 1997, p. 134).

[4] Para a análise das críticas cinematográficas são fundamentais os escritos da estética da recepção, em especial de Hans Robert Jauss, com destaque para dois conceitos-chave: horizonte de expectativa e experiência estética. O primeiro refere-se à compreensão anterior ao contato do leitor com a obra, ou seja, ao conjunto de conhecimentos que precedem a experiência estética, entendendo-se que esse horizonte é compartilhado pelo autor, já que coloca o leitor na estrutura formal do texto. O segundo, por sua vez, trata do efetivo encontro entre obra e receptor (ZILBERMAN, 1989; LIMA, 1979). Diante dessas considerações, deve-se também problematizar quanto uma obra se distancia ou se aproxima das expectativas de seu público, ou seja, a sua distância estética, a qual indica o caminho trilhado por tal obra, caracterizando o seu valor artístico. Como expõe Jauss (1994, p. 31), "[...] tal distância estética deixa se objetivar historicamente no espectro das relações do público e do juízo da crítica (sucesso espontâneo, rejeição ou choque, casos isolados de aprovação, compreensão gradual ou tardia)". Assim, Jauss opera a estética da recepção pesquisando as relações entre o contexto do autor/obra e o contexto do leitor, considerando a dimensão histórica da recepção, já que determinada obra existe em função de seu público.

eventos do dia 11 de setembro de 2001 ou mesmo do tratamento cinematográfico do terrorismo em suas diversas faces. A formação desse cenário se constituiu por décadas de modelos fílmicos que contribuíram para a sustentação da retórica pró-guerra e também pela defesa da nação.

Os filmes citados acima buscaram tecer alguns pequenos questionamentos, contudo, sem grande profundidade, já que seus objetivos eram trazer o evento com mais riqueza de detalhes possíveis ao espectador, principalmente com a ideia de representação dos bastidores dos atentados. Entretanto, com o agravamento da ação das forças militares estadunidenses no Iraque, ficou inevitável tratar dos efeitos da *Guerra ao Terror* até mesmo para os filmes favoráveis ao governo Bush, pois o público, ou seja, os cidadãos, estavam a mercê da grande mídia e da intensa cobertura do conflito no Iraque, bem como no Afeganistão.

Voo United 93 optou por contar a história do avião que não atingiu seu alvo e, apesar de pouco se saber sobre o que realmente ocorreu a bordo, mostra uma boa estratégia em exaltar o heroísmo dos passageiros seguindo a hipótese de que tomaram o controle da aeronave e evitaram um *11 de setembro* ainda mais trágico. Por outro lado, o filme de Oliver Stone, *As Torres Gêmeas*, se aproxima do que não foi transmitido na TV mostrando a perspectiva de dois socorristas, policiais da Autoridade Portuária, a fim de expor o seu heroísmo e drama dentro do WTC, ponto que o aproxima da comoção dos mais de trezentos socorristas que morreram em resgate. Em ambas as produções, o *11 de Setembro* é tratado como *marco* periodizador, onde aparentemente todas explicações estão fundadas.

1. A CRÍTICA CINEMATOGRÁFICA DE *VOO UNITED 93 (UNITED 93, 2006)*

Num primeiro momento, entre 2001 e 2002, quando uma obra de ficção, mesmo aos moldes hollywoodianos, é lançada e trata sutilmente da queda das Torres Gêmeas, causa desconforto. Essas diferentes recepções de representações do 11 de setembro, mostram o quão arenoso era o cenário fílmico do período. A partir do segundo mandato de Bush, o tratamento dos

temas sobre o terrorismo e o próprio *11 de Setembro* começaram a aparecer, e agora aos moldes *hollywoodianos*, reforçando a ideia de um *marco*, filmes como *Voo United 93 (United 93, 2006)* e *As Torres Gêmeas (World Trade Center, 2006)*. Grande parte dos críticos seguem uma linha mais pessoal sobre a recepção de tais filmes, trazendo o patriotismo em primeiro plano, do que resenhando o filme para os espectadores, mesmo que desse modo possam convencer mais pessoas a assistirem o filme.

O crítico David Denby, do *The New Yorker*, no trecho abaixo fez uma breve descrição do enredo da produção *Voo United 93*:

> O filme começa lentamente, com a oração matutina dos rapazes de olhar doce que se tornarão terroristas; a rotina no aeroporto de Newark, onde começou o voo 93 com destino a San Francisco; os passageiros se acomodam pacificamente no avião; a perplexidade no centro de comando da Administração Federal de Aviação quando o primeiro e depois outro voo saem fora do curso. Quando o voo 93 é sequestrado, os passageiros inicialmente responderam com pânico, enquanto os controladores de voo, em terra, quase sem acreditar, tentam (sem sucesso) alertar os militares. Constantemente, a edição se torna mais rápida, o diálogo se torna mais conciso e categórico, e começamos a pegar detalhes em flash, no canto do olho da câmera. Os sequestradores matam os pilotos, mas Greengrass [diretor] não mostra nossas mortes; nós apenas vemos seus corpos sendo arrastados pelo cockpit, do ponto de vista de um comissário de bordo no meio do avião. Rejeitando o padrão de encenação frontal e central, Greengrass trabalha com fragmentos que são parcialmente compreendidos. Quando os passageiros se revoltam, a violência não é falsa, artisticamente editada, mas uma corrida caótica, e não é realizada por tipos carismáticos que demonstram sua proeza. Em uma história de heroísmo coletivo e anônimo, não queremos que Denzel Washington assuma o controle ou Gene Hackman, furioso, peça para os militares interverem. Greengrass usa atendentes de voo reais, controladores de ar e pilotos e mistura-os com atores pouco conhecidos ou desconhecidos. Como um conjunto, os atores são distantes, mas de uma boa maneira – eles exibem uma combinação de incompreensão e inteligência, confusão e vigilância, que parece correta. Eles vivem dentro do momento sem defini-lo. A partida do voo 93, agendada para as 08 da manhã, foi adiada. Quando o avião saiu do chão, os ataques ao World Trade Center ficaram a poucos minutos de distância. No filme, uma vez que o voo está no alto, Greengrass adere ao tempo real e os minutos passados têm uma urgência quase demoníaca. Isto é o verdadeiro cinema existencial: existe apenas o instante seguinte, e um depois desse, e o que você vai fazer? Muitos filmes estimulam a tensão com astúcia e manipulação. Na medida do possível, este filme faz isso em linha

> reta. Algumas pessoas fizeram uso extraordinário desses minutos atormentados e “United 93” honra totalmente o que era original e espontâneo e corajoso, em sua recusa em ir silenciosamente (DENBY, 2006, s.p., tradução nossa).

David Denby exalta a qualidade técnica do filme sobre o voo 93, destacando aspectos como produção, edição, filmagem e atuação. Contudo, Denby menciona positivamente cenas que humanizam os terroristas, como a oração antes do sequestro, sem aprofundar em uma análise mais assertiva sobre essa escolha. A seleção do elenco, com atores menos conhecidos, diverge da prática hollywoodiana de utilizar grandes estrelas para atrair o público. O crítico acentua que essa decisão busca uma representação mais realista e autêntica dos eventos, baseada em investigações e relatos reais das vítimas.

Observa-se na crítica acima a proposta inicial de *Voo United 93* em apresentar ao espectador uma representação minuciosa do evento, com ênfase na exploração dos bastidores dos atentados. Contudo, a intensificação da atuação das forças militares estadunidenses no Iraque impôs uma inflexão na abordagem cinematográfica. Tornou-se, portanto, inevitável incorporar a análise dos efeitos da Guerra ao Terror, mesmo em produções que inicialmente manifestavam apoio à administração Bush. Tal necessidade decorreu da crescente exposição do público, imerso na cobertura midiática extensiva do conflito no Iraque e no Afeganistão.

Sobretudo, esses elementos de “realismo” e as fontes para a reconstituição dos eventos retratados no filme podem ser notados também na crítica de Claudia Puig publicada no *USA Today*:

> United 93 é um retrato incansável, poderosamente visceral e assustador dos trágicos acontecimentos a bordo de um dos voos sob controle de terroristas na fatídica manhã de 11 de setembro de 2001. Pesquisas minuciosas de relatórios de gravações de voos, dos controladores de tráfego aéreo e com funcionários da aviação, bem como chamadas de celular feitas aos membros da família por alguns dos passageiros, é inegavelmente o filme mais doloroso e cativante lançado este ano. O que o escritor/diretor Paul Greengrass recriou não é apenas o devastador drama humano a bordo do voo, mas também a reação das autoridades em terra à medida que se tornam cientes – e impotentes – frente ao horror dos acontecimentos. Filmado em tempo real e com câmeras de mão, ele tem a urgência e a qualidade de um documentário em vez de um filme de grande estúdio. Nunca saberemos exatamente o que aconteceu a bordo desse voo,

> mas o United 93 nos dá uma boa hipótese. A resposta dos passageiros nem sempre é corajosa e inspiradora; alguns choravam ou recuavam frente a atos de bravura. Mas sempre é fascinante. Embora o filme não tente suavizar o golpe doloroso, ele surge como um memorial plausível para as 44 pessoas a bordo, vários dos quais tentaram lutar contra os terroristas. O elenco é uma revelação. Greengrass escolheu sabiamente utilizar uma meia dúzia de profissionais reais para aumentar a sensação de verossimilhança. [...] A escolha do diretor por atores desconhecidos, em oposição às estrelas, para atuar como os passageiros e a equipe, também aumenta a sensação de que estamos assistindo pessoas reais lutando por suas vidas (PUIG, 2006, s.p., tradução nossa).

É perceptível o tom de exaltação da obra no escrito de Claudia Puig, pois faz sua resenha pautando-se nos elementos que valorizam os passageiros como heróis, com um elenco que traz veracidade e realismo para a reconstituição daquele evento. Parte dessa apreciação está estritamente ligada aos ataques terroristas em Nova Iorque e ao Pentágono, pois supostamente os passageiros do voo *United 93* evitaram que acontecesse algo semelhante ao que ocorreu às *Torres Gêmeas*.

Nas duas críticas citadas acima não há qualquer apreciação de cunho político ou frente à guerra ao terrorismo que seguiram nos dias seguintes aos ataques terroristas; o foco é o que possivelmente ocorreu naquele voo, e do heroísmo dos passageiros. Pode-se citar neste cenário fílmico outros exemplos dessa exaltação com *A Volta dos Bravos (Home of the Brave, 2006)* [lançado cerca de quatro meses após as película Voo United 93], produção que buscou seguir o tratamento heroico dos soldados que retornam para os EUA depois de seus esforços em uma guerra desgastante e traumática com forte teor patriótico e de apoio à guerra no Iraque.

Neste contexto bélico, o que está em jogo é se o público estaria preparado para assistir a estas imagens que não foram transmitidas ao vivo ou em qualquer outro lugar; imagens que vieram da imaginação dos roteiristas e do diretor da produção como base em ligações e dados posteriores, já na construção/definição do 11 de setembro de 2001 como *marco*.

Peter Travers da revista *Rolling Stone* traz exatamente a problemática da recepção do filme pelo público estadunidense, se o mesmo estaria preparado para vislumbrar esse momento.

> Não parece importar que o United 93, escrito e dirigido, com o brilho fulminante e compaixão, por Paul Greengrass, é uma conquista monumental que está acima de qualquer filme deste ano. De acordo com as pesquisas, o público pretende evitá-lo. É muito cedo, dizem-nos, para um filme sobre o 11 de setembro. É muito especulativo observar uma reconstituição do que poderia acontecer naquela manhã no voo 93 da United Airlines – partindo de Newark para San Francisco – quando trinta e três passageiros e sete membros da equipe se levantaram contra os quatro sequestradores, armados com faca, que mataram os pilotos e assumiram o controle do avião. É muito difícil assistir pessoas corajosas perderem suas vidas enquanto lutam para que o avião não chegue ao seu alvo presumido em DC, e sim cair em um campo na Pensilvânia. **Eu pergunto: o público americano deve sempre ser amedrontado pela fantasia? A dura realidade está fora dos limites no multiplex?** (TRAVERS, 2006, s.p., grifo do autor, tradução nossa).

Além dos elogios, Peter Travers elogiou a escolha do elenco, além de fazer referências à filmografia de Paul Greengrass – algo de praxe nas críticas que encontramos –, elogiando o diretor por *The Bourne Supremacy* e sua abordagem política, e por fazer exatamente o contrário em *Voo United 93*, exaltando a busca dele pela autenticidade e valorização dos passageiros. O trecho em negrito representa um questionamento sobre os limites da representação fílmica e claro, se o público está preparado para reviver os atentados.

O efeito das imagens transmitidas ao vivo no dia dos ataques terroristas ainda está presente no imaginário estadunidense e se faz presente no *horizonte de expectativas* dos espectadores, ou seja, ao conjunto de conhecimentos que precedem a *experiência estética*, entendendo-se que esse *horizonte* é compartilhado pelo autor – entenda-se diretor/roteiristas (JAUSS, 1989). As relações entre o conhecimento dos eventos, a ficção e o impacto das imagens "reais" pode ser notada na crítica de Marjorie Baumgarten do *The Austin Chronicle*:

> Desta vez não podemos nos confortar com as palavras "É apenas um filme". O conhecimento prévio da horrível realidade de 11 de setembro de 2001 torna United 93 uma proposta difícil para alguns espectadores que temem rever as emoções daquele dia. [...] Embora não exclua a coragem e o raciocínio rápido dos passageiros condenados, o United 93 evita transformá-los em heróis a serviço de despertar o espírito nacional à maneira de

> muitos de nossos políticos, que usaram esses indivíduos como exemplos do poder e da retaliação americana. O United 93 foi feito com o apoio das famílias dos falecidos, que, entre outras coisas, ajudaram os cineastas a apreenderem algumas coisas sobre as conversas finais com seus entes queridos. No entanto, tudo o que ocorreu no voo 93 é uma suposição. O que o escritor-diretor [Paul] Greengrass captura, melhor do que qualquer outra especulação que eu vi, é a sensação de caos e pânico que deve ter tomado os passageiros. O que testemunhamos não é tanto um contra-ataque organizado quanto o pânico, a última tentativa de autopreservação. A sobrevivência, em vez do nacionalismo, é o instinto trabalhado aqui, e a filmagem com câmeras à mão melhora nosso senso do caos fragmentado. [...] Embora a história contada no United 93 seja bastante específica, o foco do filme na confusão e na incompreensão, a torna a história de todos os americanos. Cada um de nós tem uma história para contar sobre onde estávamos ou como ouvimos as notícias no 11 de setembro. (BAUMGARTEN, 2006, s.p., tradução nossa).

Para Baumgarten o filme aparentemente é mais um documento do que uma obra de ficção sobre o 11 de Setembro, por se tratar da primeira obra ficcional de Hollywood sobre este novo *marco* histórico, e que evoca inúmeras lembranças e significados para os espectadores. No trecho citado acima, nota-se um tratamento bastante afetivo frente à representação dos passageiros, mesmo que Baumgarten tenha exposto que o filme não os trata como heróis. Com certo ar de objetividade em seu tratamento, a própria autora acaba por exaltá-los como tal. Sobretudo, fica evidente que na apreciação do evento deve, mesmo que isso não aconteça, se abster de abordagens ou posicionamentos políticos, para dar lugar a construção de uma espécie de memorial fílmico.

Um conjunto considerável das críticas sobre o Voo United 93 tomou a obra como o modelo fílmico ideal para o tratamento dos *11 de Setembro* e foi bastante exaltada, exatamente por "distanciar-se" do contexto político e social do período, já que os espectadores estavam em constante contato com os efeitos da guerra do Iraque através da TV, e claro ainda muito próximos temporalmente das exibições dos ataques em Nova Iorque. E neste aspecto *Voo United 93* surge como forma de retornar àquele dia e de forma a exaltar os passageiros/heróis que evitaram que outro alvo fosse atingido.

Evidentemente houve posições dissonantes tal como Mick LaSalle, do *The New York Post*, que foi mais enfático em sua crítica sobre a produção,

mesmo elogiando-a, acentuou determinados posicionamentos que atrapalharam a representação dos passageiros do voo *United 93*.

> Para falar sobre "United 93" em termos críticos impassíveis é quase que perder o ponto, porque ninguém vai assistir este filme em um estado de espírito insensível, não por muitos anos. As pessoas que veem este filme sobre o 11 de setembro – uma dramatização poderosa e reflexiva do acidente terrorista do voo United 93 – podem reagir de várias maneiras, mas eu suspeito que todos reagirão com mais paixão do que esperam. Eu fui da antecipação plácida à raiva fervente em menos de três minutos. A maior parte da minha raiva foi dirigida aos assassinos representados na tela, mas parte disso é em como eles foram inicialmente apresentados. O diretor-escritor Paul Greengrass faz algo no "United 93" que convida a controvérsia. Ele não começa seu filme com os passageiros, mas com os terroristas rezando em seus quartos. Então ele corta para um horizonte americano, enquanto as orações em árabe são pronunciadas em voz alta. Mais tarde, quando nos encontramos com os passageiros, é quase como se fosse pelos olhos dos terroristas. Este é um erro em todas as formas possíveis – um lapso estético, um lapso de gosto e julgamento, e algo que levanta a questão: será que Greengrass compreende a natureza moral do evento que ele está retratando? Afinal, o acidente do voo 93 de San Francisco, no qual os passageiros se levantaram e lutaram contra os terroristas, não era apenas uma coisa triste, mas interessante. Era uma história boa versus uma malvada, de cidadãos desarmados, que, em questão de minutos – enfrentando a situação mais aterrorizante imaginável – superaram seu medo, se organizaram e lutaram por sua única oportunidade de sobrevivência. No processo, eles pouparam ao país um trauma cataclísmico (a destruição da Casa Branca ou do Capitólio) e se tornaram heróis. Não falsos heróis, não uma criação de propaganda, mas essa coisa rara e real. Para fazer justiça a esse evento, a abordagem clínica e reservada de Greengrass é sobretudo correta. O tratamento clássico MGM ou o tratamento sentimental da Disney, teria sido degradante para a realidade dessas pessoas e o que elas fizeram. Mas uma representação adequada não requer, e não é reforçada, por uma tentativa de humanizar as motivações pessoais dos assassinos (LASALLE, 2006, s.p., tradução nossa).

Para LaSalle o filme é sobre e para os cidadãos dos EUA, um memorial aos passageiros/vítimas, verdadeiros heróis da nação, não heróis fabricados pela mídia, pela propaganda. Nota-se aqui uma espécie de modelo fílmico a ser seguido para as produções posteriores, no qual qualquer detalhe que dê espaço aos terroristas, seus ideias e princípios para o ataque, não serão bem recebidos. Isso se deve à forma como o terrorismo está relacionado aos ataques terroristas,

ou seja, o evento está amarrado à ideia do terrorismo, que conduziu os esforços nacionais, é um ponto sensível para explorar.,

Neste momento vem à tona a concepção de quando se trata dos EUA, não há espaço para representações favoráveis aos inimigos. Notamos aqui a própria estratégias da administração Bush, enfática em propagar representações midiáticas do terrorismo fundamentalista islâmico, "justificável" em vista das ações diplomáticas que exploraram o poder que o governo estadunidense possui em âmbito internacional. Sabe-se que o direito a guerra é um direito natural a qualquer país, a operação dos EUA no Afeganistão foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, pois houve grande envolvimento internacional, principalmente por uma espécie de direito de defesa dos EUA devido aos ataques terroristas ao país em 2001. Quanto ao Iraque não houve esse processo burocrático, tendo em conta a credibilidade dos argumentos utilizados pelo governo Bush para a intervenção.

O reconhecido crítico de cinema, Roger Ebert, foi mais direto em sua crítica, buscou mostrar o caminho percorrido pelos espectadores e seus objetivos:

> Toda a história, cada detalhe, é contada no tempo presente. Sabemos o que sabem quando eles sabem, e nada mais. Nada sobre a Al Qaeda, nada sobre Osama Bin Laden, nada sobre o Afeganistão ou o Iraque, apenas os eventos que se desenrolam. Este é um filme magistral e comovente, e honra a memória das vítimas. [...] O filme começa em uma tela preta, e ouvimos um dos sequestradores lendo em voz alta o Alcorão. Há cenas dos sequestradores orando, e em muitas ocasiões em que evocam Deus e se dedicam a ele. Esses detalhes podem ofender alguns espectadores, mas são quase certamente precisos; o sequestro e a destruição dos quatro aviões foram realizados como uma missão divina. Que a maioria dos muçulmanos desaprova o terrorismo, não faz diferença; no dia 12/9, houve uma vigília à luz de velas no Irã para os Estados Unidos. Que os terroristas encontram sua justificativa na religião, também não faz diferença. Grande parte das nações na maioria das vezes entra na batalha evocando a proteção de seus deuses. Mas o filme não descreve os terroristas como vilões. Não é necessário. Como todos os outros no filme, eles são pessoas de aparência comum, tratando de suas vidas. "United 93" é incomparavelmente mais poderoso porque retrata todos os seus personagens enquanto pessoas presas em um progresso inevitável em direção à tragédia. O filme não contém política. Nenhuma teoria. Nenhum bate-papo pessoal. Não há discursos patrióticos. Nunca vemos o grande quadro. [...] Assistir "United

> 93" é ser confrontado com a sombria realidade caótica desse dia de setembro de 2001. O filme é profundamente perturbador, e algumas pessoas podem ter que deixar o cinema. Mas teria sido muito mais perturbador se Greengrass o fizesse de forma convencional. Ele não explora, ele não tira conclusões, ele não aponta o dedo, ele evita "interesse humano" e "dramas pessoais", simplesmente observa (EBERT, 2006, s.p., tradução nossa).

Esses trechos da resenha de Roger Ebert, são semelhantes aos de Mick LaSalle no que condiz a qualidade e importância da película, mas destoa sobre a representação dos terroristas. Para LaSalle pouco lhe importa ver o lado "humano" dos sequestrados. Este filme é sobre os passageiros, nada mais. Já Ebert é mais "diplomático", levando em conta que estes possuem suas razões e justificativas, mas ao fim exalta o lado artístico, como se fosse uma observação real do evento, além da analogia dos passageiros como anjos, tal como o filme referenciado.

Dana Stevens, do *Slate Magazine*, analisa *Voo United* de maneira distinta dos críticos acima, LaSalle e Ebert, mesmo destacando a qualidade da produção como grande parte da crítica, não concebendo o filme como apolítico.

> A resposta ao United 93, a imaginação ao estilo docudrama de Paul Greengrass, sobre o que poderia ter ocorrido no condenado voo de 81 minutos, tem recebido elogios, quase que universalmente, em tons calmos e múrmuros, tanto da esquerda como da direita. O New York Post o chama de um filme "respeitoso e inspirador", "de forma alguma exploradora ou emocionalmente manipulador", enquanto o Village Voice elogia sua "discrição" e os cristãos chamam Greengrass de "o Maya Lin [artista estadunidense] do cine-memorialista". Esta curiosa ênfase crítica no gosto, que presume que a evocação mais bem-sucedida do 11 de setembro deve ser aquela que exerce a máxima restrição, expõe o desconforto que ainda sentimos sobre as representações desse dia terrível. Em que medida, em que nível de detalhes horríveis, podemos nos permitir revivê-lo? Em que medida queremos? E mesmo que alguém, digamos, Paul Greengrass, possa criar a representação ideal do 11 de setembro (com maior bom gosto, o mais meticulosamente pesquisado, o mais "verdadeiro"), o que aproveitaremos ao assistir isto? [...] Como se sentisse que o público americano precisasse de uma ruptura com esta claustrofobia enlatada, Greengrass constrói em sua história um ato catártico de violência antiterrorista que pode ou não ter ocorrido no voo real. Eu vou abster-me de descrever esse ato para preservar pelo menos um pedaço do suspense tradicional ao estilo fílmico. Mas vale a pena notar que este possível ataque imaginário é o único

> momento que permite aos espectadores trazerem à tona suas fantasias de vingança do 11 de setembro ("Tome isso, Osama!"). Em diversas outras cenas, Greengrass mantém uma neutralidade quase irritante – uma neutralidade que, às vezes, permeia o que poderia levar a alguns espectadores a entender como uma simpatia pelo demônio. Em uma cena final, Greengrass cruza as orações finais dos sequestradores ("Allahu Akbar") e as dos passageiros ("Pai nosso, que estais no céu"). A mensagem implícita da cena – que os terroristas e as vítimas se voltaram para o seu Deus nesses horríveis momentos finais – parece contrariar a missão aparente do filme: honrar os passageiros que se rebelaram e invadiram a cabine de comando. Greengrass não ousaria dizer, e pode não acreditar, que os quatro sequestradores demonstraram sua própria forma distorcida de coragem (uma afirmação de que, nos dias com-nós-ou-contra-nós pós-11/09, custou a Bill Maher seu trabalho na ABC[5]), mas a intercalação das orações sugere exatamente isso, talvez contrariamente a intenção do cineasta. É um dos momentos em que sua tentativa de cobrir todas as bases faz o filme não parecer complexo, mas simplesmente confuso (STEVENS, 2006, s.p., tradução nossa).

Stevens possui uma orientação bastante diversa – em partes pela orientação política do *Slate* –, não faz pontuações negativas quanto à representação dos terroristas/sequestrados, de um momento apenas dos estadunidenses, e não trata isso como algo natural, pela representação das ideologias dos opostos a bordo do avião, mas de certo modo, como algo que não foi totalmente intencional por parte do diretor. Tal qual, ela traz à tona um *horizonte de expectativas* do público, que busca rememorar os eventos de 11 de setembro aos moldes de valorizar o país e sua perda, mas dando destaque a um sútil tratamento do filme como uma vingança reconfortante para os espectadores.

Um ponto importante exaltado por Stevens é o que conduz a construção da imagem de heróis aos passageiros inserindo-os na sequência causal dos eventos. O voo 11 da *America Airlines* e o voo 175 da *United Airlines* colidiram com as Torres Gêmeas, em Nova Iorque, e o voo 77 da *United Airlines* atingiu o Pentágono, no estado da Virginia. Segundo dados oficiais, o voo 93 da *United*

[5] Segundo reportagem do jornal *San Francisco Chronicle*: "Pouco depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o comediante Bill Maher foi criticado por funcionários da Casa Branca por ter dito: 'Nós é que somos os covardes que lançam mísseis de cruzeiro a 2.000 milhas de distância. Isso é covarde. Permanecer no avião quando ele atinge o prédio, digam o que quiserem, não é covarde'". (GAROFOLI, 2005, s.p.).

Airlines, o quarto avião sequestrado, tinha como alvo a Casa Branca ou o Capitólio, mas com a ação dos passageiros os próprios terroristas teriam causado a queda do avião – no filme os passageiros lutaram contra os terroristas, assumiram o controle e tentaram, sem sucesso, estabilizar o avião. As imagens do choque do Voo 175 na segunda torre e a quedas das Torres Gêmeas foram amplamente divulgadas pela mídia. Esses aspectos em torno do destino dos passageiros, que se tornaram heróis nacionais, tinham uma ponta solta, o que ocorreu dentro do avião, o desfecho era de conhecimento do público, e a representação deste momento deveria ser a altura, não apenas uma homenagem, mas mostrando a bravura dos passageiros.

Esses elementos mostram como esse momento da história dos EUA é escrita através das imagens; o voo 93 não foi acompanhado ao vivo, os poucos registros do que ocorreu foram os telefônicos e a caixa preta do avião. De modo que inúmeras especulações surgiram sobre o que ocorreu e mesmo sobre quem provocou a queda, os terroristas ou os passageiros – e teorias conspiratórias de que foi o próprio governo dos EUA como sugere o documentário independente *Zeitgeist* (2007). Essa abordagem voltada à bravura dos passageiros compõem esse cenário fílmico do tratamento desse dia, tanto que os filmes sobre a *Guerra ao Terror* e seus efeitos não causam tanta comoção como se referir aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

2. A CRÍTICA CINEMATOGRÁFICA DE *AS TORRES GÊMEAS (WORLD TRADE CENTER, 2006)*

O filme *As Torres Gêmeas (World Trade Center, 2006)* causou certa preocupação devido ao histórico de seu diretor, que era conhecido por sua postura crítica e revisionista da história dos EUA, Oliver Stone, e de como seria o tratamento em torno do dia 11 de setembro, devido a sua linha autoral. Para surpresa de muitos o diretor entregou uma produção aos moldes desse *horizonte estético*, em partes próximo ao filme *Voo United 93*, um memorial aos *11 de Setembro*. Essa diferente abordagem do diretor em *As Torres Gêmeas* foi bastante destacada pela crítica, como muitos o cobrindo de elogios.

Toda essa movimentação em torno de Oliver Stone pode ser observada em diversas críticas, tal como a feita por Willian Arnold, do *Seattle Post-Intelligencer*:

> Quando foi anunciado no ano passado que Oliver Stone estava fazendo um filme sobre o 11 de setembro chamado "World Trade Center" [No Brasil: "As Torres Gêmeas"], o pressuposto era que seria outra das suas opiniões sombrias e revisionistas da história moderna, talvez algo da ordem de "JFK". Mas surpresa! A conquista de Stone em 11 de setembro não poderia ser menos política – ou controversa. É uma história de sobrevivência direta, respeitosa, bem animada e de homenagem às vítimas, sobreviventes e socorristas daquele dia, há cinco anos, que mudou o nosso mundo para sempre. [...] Não há nenhum subtexto e o roteiro não aspira ser mais do que um filme bem-feito para a televisão. Stone mobilizou todo seu talento cinematográfico para apresentar uma perspectiva sensível e elegante sobre os eventos de 11 de setembro, capturando momentos cruciais e o sacrifício do dia sem cair em clichês ou sentimentalismos hollywoodianos. [...] Os seguidores de Stone e muitos de seus defensores críticos provavelmente sentiram que ele tinha a responsabilidade de nos dar mais do que isso ou, pelo menos, retratar o evento no contexto de seus danos ao país e sobre o atoleiro que se tornou a guerra que surgiu disso tudo. Mas, em sua defesa, ele não é partidário, sua paixão pela história parece bastante sincera e ele trata o assunto com dignidade e inteligência, que faz do seu filme uma peça de complemento adequada ao outro drama de Hollywood sobre o 11/09, "Voo United 93" (ARNOLD, 2006, s.p., tradução nossa).

Esse tom imperou nas críticas sobre o filme *As Torres Gêmeas* e também sobre a improvável e elogiada direção de Oliver Stone, sobre sua visão de dois agentes portuários de Nova Iorque que ficaram presos em meio aos destroços das Torres Gêmeas e sobreviveram. Willian Arnold discute sobre o impacto das imagens transmitidas pela TV, bem como sobre a distância temporal necessária para ter uma representação hollywoodiana sobre o 11 de Setembro.

A veiculação televisiva desempenhou um papel fundamental na disseminação dos ataques terroristas, dada a acessibilidade da mídia e sua capacidade de transmitir ao vivo para uma audiência global de bilhões de indivíduos. Praticamente todas as emissoras de televisão americanas deram cobertura ao impacto do Voo 175 da *United Airlines*, às 09h03, na Torre Sul do *World Trade Center*, com essa vasta audiência testemunhando os eventos em tempo real. De maneira similar, as transmissões em tempo real ocorreram em

relação ao Pentágono (às 09h37, com o Voo 77 da American Airlines) e, subsequentemente, à queda do Voo 93 da United Airlines na Pensilvânia.

Um aspecto notável dessa sequência de eventos foi seu encadeamento, não somente no âmbito tático, mas também como um espetáculo planejado. Todas as redes de televisão interromperam sua programação habitual para levar ao ar a cobertura do que havia ocorrido na Torre Norte do *World Trade Center* momentos antes. Nesses instantes iniciais, não havia ainda declarações ou qualquer explicação definida; os repórteres comunicavam-se com seus correspondentes por telefone, ponderando se tratava-se de um ataque deliberado ou de uma explosão acidental

Outro aspecto relevante a ser considerado nessas transmissões televisivas reside na acentuação cinematográfica das imagens do World Trade Center. Dada a natureza ao vivo das filmagens, não houve preparação prévia ou adesão a um roteiro estabelecido, porquanto não se tratava de uma matéria jornalística planejada. Os imprevistos técnicos e o enquadramento das imagens em tempo real refletem a perspectiva do cinegrafista, que se torna o ponto de vista dos espectadores. Absorvidos pela necessidade de compreender e explicar a situação, poucos narradores perceberam a aproximação do Voo 175 no horizonte, tomando consciência do ocorrido apenas instantes após o impacto. Ninguém poderia conceber, naquele momento, uma sequência de ataques, o que ilustra a característica da linguagem televisiva que enfatiza a audição em detrimento da apreensão visual.

Conforme Pierre Sorlin, a linguagem televisiva não exige que o espectador permaneça incessantemente diante da tela, analisando as imagens a todo instante.[1] Embora empregue mais close-ups do que a narrativa fílmica, bem como planos médios (como nos telejornais), com o intuito de transmitir a seriedade dos apresentadores, o espectador concentra-se mais no elemento auditivo do que no visual. Em um evento que transcende a normalidade, como os atentados de 11 de Setembro, o que atrai a atenção do espectador é a manchete, a ênfase dada ao acontecimento.

A televisão opera com uma linguagem pragmática, através da qual o cidadão comum assimila os eventos – imbuídos de interpretação – de maneira informal, transcendendo o domínio educacional. A atribuição de classificações

como "momento histórico", "a história sendo escrita", "a história acontecendo", "primeira vez na história", entre outras expressões de impacto, sempre foram e continuarão a ser utilizadas pelos meios de comunicação; são jargões que capturam a atenção do espectador e definem o significado do que será noticiado.

Esta rememoração é presente, tal como na crítica veiculada no jornal *New York Daily News* por Jack Mathews:

> Quando assistíamos ao colapso das torres gêmeas na manhã de 11 de setembro de 2001, parecia um caso de vida imitando a arte – as imagens pareciam cenas de um filme de catástrofe. Agora, com o "As Torres Gêmeas" de Oliver Stone, a arte imita a vida e, ao completar o círculo, Stone mostra o poder transcendente do filme ao capturar o momento. "As Torres Gêmeas" não é o primeiro filme de qualidade sobre o 11 de setembro – essa distinção é feita para "Voo United 93", de Paul Greengrass, lançado no início deste ano, o primeiro a alcançar a emoção daquele dia. A política e a divisão vieram mais tarde; no 11 de setembro, os americanos estavam unidos na esperança de que os sobreviventes fossem encontrados. Como aconteceu, apenas 20 pessoas caminharam, rastejaram ou foram retiradas dos escombros e "As Torres Gêmeas" centra-se em dois dos últimos: os oficiais da Autoridade Portuária, John McLoughlin (Nicolas Cage) e William Jimeno (Michael Peña). Depois das cenas que mostram certa tranquilidade sob um céu azul em Nova York, "As Torres Gêmeas" nos mostra McLoughlin e Jimeno saindo de suas casas em Orange County, N. Y., e New Jersey, na rotina de seus empregos, e depois – como os primeiros socorristas – nas torres gêmeas. Assim como Jim [James] Cameron nos colocou a bordo do Titanic e nos levou para as profundezas, Stone nos coloca no WTC com John e Will e – exceto para visitas essenciais e comoventes com suas famílias em pânico e as tentativas de resgate –, nos mantém lá. É tão angustiante como aparece no filme; o som das torres implodindo é entorpecente e o medo que sentem os agentes presos, com milhões de toneladas de detritos ao redor deles, é realista. (MATHEWS, 2006, s.p., tradução nossa).

Jack Mathews fez uma crítica bastante favorável ao filme de Oliver Stone, exagerada de certo modo, já que declarou que o diretor "capturou o momento", como se fosse tão vivido como as imagens ao vivo transmitidas pela TV das Torres Gêmeas desmoronando. Para exaltar o novo filme de Stone, Mathews critica os anteriores, que possuem forte apelo político. Esse movimento de denegrir a filmografia de Oliver Stone, se tornou recorrente nas avaliações desse novo empreendimento do diretor – houve exceções, que serão apresentadas adiante –, por vezes tratando-a como a forma correta de representar a história

recente dos EUA. E neste ponto, surge também o debate e comparação entre *As Torres Gêmeas* com a primeira representação do 11 de Setembro, *Voo United 93*, muitas vezes referenciada como o modelo para os filmes subsequentes.

Anthony Oliver Scott, do *The New York Times*, faz avaliações entre as duas produções que analisamos neste artigo, nos apresenta o cenário fílmico e também outros elementos que envolvem o filme de Oliver Stone:

> O Sr. Stone, cujo filme ocorre no Ground Zero, não compartilha a estética clínica, quase documental do Sr. Greengrass. Sua sensibilidade é de um drama com grandeza visual, emoção arrebatadora e intensa, mas as vezes exagerada. Há muitas palavras que um crítico pode usar para descrever os filmes do Sr. Stone – irritante, brilhante, irresponsável, provocativo, longo –, mas sútil não estaria na lista. O que o torna o homem certo para o trabalho, já que não há nada de sútil nas emoções do 11 de setembro. Mais tarde, haveria complicações, nuances, temas tristes, pois o evento e suas consequências foram inevitavelmente levados ao redemoinho obscuro e furioso da política americana. Mas esse é o território que o Sr. Stone, de forma pouco característica, evita. [...] Mas o Sr. Stone e a Sra. Berloff [roteirista], como o Sr. Greengrass [diretor de *Voo United 93*], mantêm distância da política pós-11/09. Os dois homens [personagens do filme] enterrados sob o World Trade Center não sabem o que os atacou, e todos os outros estão muito ocupados para começar a aprender o vocabulário exótico, que todos nós acabaríamos adquirindo. Este filme não tem nada a dizer sobre Osama bin Laden, Al Qaeda ou a Jihad. Isso vem depois. No 11 de setembro de "As Torres Gêmeas", o sentimento transcende a política, a recriação surpreendentemente fiel do filme e a realidade emocional do dia produzem um tipo curioso de nostalgia. Não é que alguém deseje novamente reviver a agonia, mas o extraordinário aumento do sentimento de companheirismo que os ataques produziram parece valioso (SCOTT, 2006, s.p.).

Scott busca justificar a escolha de Oliver Stone por se afastar de questões políticas, pela simples prerrogativa de que tudo ocorreu antes da luta antiterrorista que seguiu aos ataques. Seus elogios recaem sob o realismo do filme e por trazer pontos positivos da tragédia, como a união dos estadunidenses, muito mais importante que a política, que soa como "é sobre nós!". Esse distanciamento da política, entenda-se, a *Guerra ao Terror*, as tropas no Iraque ou qualquer tema que circunde os atentados terroristas, se dá como uma espécie de censura implícita – ou mesmo explícita se levar em conta certos autores/críticos –, de que as representações do dia 11 de setembro devem ser

neutras e explorar o sentimento "americano", e não se trata de um campo livre para debates e críticas a história dos EUA.

Novamente trazemos o crítico Mick LaSalle, do *San Francisco Chronicle*, que faz uma apreciação do valor narrativo dos eventos em torno dos *11 de Setembro*, apresentando a ordem cronológica de como os estadunidenses, principalmente os nova-iorquinos, tiveram conhecimento dos ataques terroristas:

> Pergunte a alguém o que ele ou ela fez e pensou naquela manhã, e a história que você ouvirá sempre será interessante e dramática. Na verdade, o que torna uma história do 11 de setembro ainda melhor do que, digamos, uma história de terremoto ou a história do assassinato de [John F.] Kennedy, é que uma história do 11 de setembro tem cinco momentos distintos de compreensão: (1) ouvir sobre a primeira torre, (2) ouvir sobre a segunda torre, (3) ouvir sobre o Pentágono, (4) ver o colapso da primeira torre, (5) ver o colapso da segunda torre. Se isso soa como uma abordagem fria para a discussão de uma tragédia nacional, lembre-se de que o assunto aqui é drama, não a própria tragédia. [...] Stone faz tudo o que pode para fazer justiça às pessoas reais que ele está retratando e, no entanto, nada que ele faz pode encobrir as fraquezas únicas, mas globais do filme: a história pessoal que usa para retratar o evento macro é limitada em alcance e impacto. Pensaríamos que não deveria ter sido esse o caso. O que poderia ser mais surpreendente que a história de dois policiais da Autoridade Portuária, presos sob os escombros das torres gêmeas, lutando para se manterem vivos e acreditando que serão resgatados? Sem dúvida, essa é uma história notável. Infelizmente, não é dramática (LASALLE, 2006, s.p., tradução nossa).

LaSalle não destaca *As Torres Gêmeas* como um filme emocionante, nem dramático o suficiente para representar aquele dia, pois para ele o diretor falhou em apresentar o quadro geral. Pois a opção pela história dos dois policiais portuários não é interessante ou dramática o suficiente. Para o crítico havia outras histórias que serviriam para apresentar o todo, as várias camadas daquele evento, não está à altura de uma representação aos moldes de Hollywood, como declarou na conclusão de sua crítica (LASALLE, 2006, s.p.).

Ty Burr, do *The Boston Globe*, não se incomodou com a escolha de Oliver Stone em focar nos dois policiais e a destacou como patriótica e emocionante, alertando os espectadores de que não há nada de político no filme, pois foca no que realmente importa:

> Se você quer um drama do 11 de setembro que envolva os fundamentos políticos do evento – o que levou aos ataques, o que veio depois – você deveria procurar outro filme. [...] "As Torres Gêmeas", mal se refere ao terrorismo e trata do resto do mundo apenas através de cenas com multidões horrorizadas em outros países (é como se estivessem assistindo o mais recente e mais realista blockbuster de Hollywood) (BURR, 2006, s.p., tradução nossa).

Além do trecho acima, diversos outros momentos da crítica de Ty Burr exaltam o sentimentalismo do filme. Na medida em que comenta *As Torres Gêmeas*, nota-se sua aproximação com os críticos – citados na análise anterior –, que o comparou com *Voo United 93* e que elogiaram o filme como sendo um memorial emocionante dos dois policiais, suas famílias, dos socorristas, e por tabela outros eventos do dia 11 de setembro. E assim como outros, declarou que não parece um filme de Oliver Stone, "Aqui não há conspirações, não aponta culpados, apenas a crescente raiva dos perpetradores" (BURR, 2006, s.p.).

Muito além dessa preocupação/surpresa dos críticos com a escrita fílmica de Oliver Stone, distanciando-se da crítica política, é notável a grande quantidade de análises favoráveis a produção, o que diz muito sobre a recepção estadunidense, e claro, sobre a construção do 11 de Setembro como *marco*. Mas como na escrita histórica não há consenso, na escrita fílmica da história também não, e isso é perceptível pela análise da recepção pela crítica cinematográfica estadunidense.

Jonathan Rosembaun, *Chicago Reader*, busca compreender o posicionamento de seus colegas críticos, mesmo com as falhas e a abordagem estranha de Oliver Stone, para isso sustentando seu argumento citando a filmografia do diretor.

> O filme está sendo vendido como um drama humano não-ideológico e apolítico que fará os americanos patriotas se levantar e aplaudir. Críticos de todos os espectros políticos estão comprando essa ideia contraditória – o artigo de capa da Newsweek de David Ansen é um exemplo disso. O filme funciona muito bem como um thriller de aventura. Eu não questiono a legitimidade de comemorar a coragem desses indivíduos e suas famílias, e eu até posso tolerar a nostalgia artificial à épicos da Segunda Guerra Mundial. Mas estou preocupado com o fato de os cineastas terem omitido muito do sentido do que aconteceu naquele dia, como se fosse um tipo de cenário neutro. E estou preocupado que tantos críticos

> parecem pensar que essas omissões não são importantes. As coisas mais inquietantes que li até agora são alguns dos delírios. O colunista sindicalizado, Cal Thomas, chamou o filme de "um dos maiores filmes pró-americanos, pró-familiares, pró-fé, pró-homens, patriótico, Deus abençoe a América, que você nunca verá". O post do colunista Cliff May no site conservador National Review Online disse: "Palavras que eu pensava que nunca diria: Deus abençoe Oliver Stone". [...] Kathryn Jean Lopez contrasta o World Trade Center com outro tratamento recente do ataque de 11 de setembro, um filme sobre o voo da United [93] que caiu em um campo da Pensilvânia, depois que os passageiros lutaram contra os terroristas: "De bom gosto e bem-feito como foi United 93, mas algo neste filme me incomodou. Os cineastas exageraram na exposição dos terroristas. Ligar para casa. Sentindo-se mal. Rezando. Perdoem minha insensibilidade, mas não queria vê-los. Não me importa se um ou outro deles estivesse nervoso nos minutos anteriores ao ataque. Não é muito cristão de minha parte, mas eu realmente não me importo com eles – sobretudo, em um filme que deveria ser sobre os bons. Eu só queria ver nossos heróis do 11 de setembro. E a respeito disso, Oliver Stone entrega o que o Voo United 93 não entregou... [World Trade Center] é sobre nós. É exclusivamente sobre os bons. É sobre nós quando somos heroicos (aqueles de nós que somos). [...] Se Lopez queria um espelho, ela poderia ter ficado em casa e assistido a programas infantis sobre os mocinhos. Mas há razões além da caridade cristã em querer saber algo sobre os terroristas. E quem é que ela está vendo nesse espelho? Quem é esse "nós" que tem uma fé profunda e permanente em Deus, amor à família etc.? Ela apenas se indignou com os americanos assassinados, sem notar os estrangeiros e os estrangeiros ilegais, incluindo o serviço de pessoas que se levantaram no meio da noite e que talvez até tenham ouvido o WINS [estação e rádio]. [...] Ela simplesmente ignora as vítimas não americanas – a quem ela está tratando como todos os transeuntes inocentes, que os EUA alienaram ou mataram no exterior enquanto diziam estar melhorando suas vidas. Eu acho difícil acreditar que a seletividade de Stone não foi intencional. (ROSEMBAUN, 2006, s.p., tradução nossa).

Rosembaun argumenta que seus colegas críticos não notaram a contradição em Olive Stone, que o diretor mudou progressivamente seu posicionamento político. Rosembaun destoa desse fervor emotivo e altamente patriótico presente na maioria das análises sobre *As Torres Gêmeas* e isso fica claro em seu comentário sobre Kathryn Jean Lopez, que não leva em conta o que ocorre além do território EUA, nas guerras empreendidas para defender o seu país.

No jornal *The Washington Post*, Desson Thonson, também discutiu a questão da representação heroica dos dois policiais portuários em *As Torres Gêmeas*:

> Stone gasta suas energias na direção lutando com dois propósitos –expressar reverência a difícil situação de dois homens enquanto tentam criar uma história de heroísmo agradável às multidões – mas não esconde nada mais significativo do que o retrato literal da provação masculina. Essa abordagem contida pode ter sido a intenção de Stone, mas não necessariamente para uma experiência de filme satisfatória. A história tem uma falha de design básico: os dois oficiais são retratados como heróis – e é claro que são, à medida que lutam corajosamente –, mas logo eles são cobertos pelos escombros, praticamente indefesos pelo resto do filme. (Jimeno ficou preso por 13 horas, McLoughlin, 21 horas.) Outros filmes que retratam heróis modernos contra um pano de fundo de horror em grande escala – "A Lista de Schindler", "Hotel Rwanda" e outros – são eficazes porque passamos o filme assistindo-os em ação heroica. [...] O cineasta omitiu o contexto mais amplo – algo tão eminente por sua ausência quanto as próprias torres. Cinco anos depois, a maioria de nós entende esse dia como o primeiro capítulo de uma crônica persistente e agonizante. Nós esperamos perspectiva – mesmo de um filme que se limita especificamente a um canto claustrofóbico da história. Por que repetir esta história sem a retrospectiva do Afeganistão, Iraque, Madri e Londres? Uma das únicas alusões ao mundo pós-11/09 é o breve comentário de um fuzileiro naval de que devemos nos vingar – o que parece estranhamente irônico, dado o nosso fracasso em capturar Osama Bin Laden. E a tentativa dos cineastas em estabelecer uma perspectiva mais ampla, aparece na sequência rápida ao redor do globo mostrando pessoas de todas as raças, cores e crenças acompanhando os eventos ao vivo pela TV, mais uma demonstração dos índices da CNN pela Nielsen Ratings [sistema de medição de audiência] do que uma jornada para além dos policiais (THOMSON, 2006, s.p., tradução nossa).

Thomson, assim como Mick LaSalle, vê problemas na escolha de Oliver Stone em representar a história de dois policiais portuários que ficam grande parte do filme soterrados. A construção do heroísmo não é apresentada no filme, pois os heróis não estavam em ação. Além disso, Thomson questiona a supressão de temas políticos, tendo em vista as diversas consequências dos ataques terroristas. Novamente, o que transparece é que o *horizonte de expectativas* do diretor (e de Hollywood) era para rememorar o drama e a tragédia com elementos que não foram vistos ao vivo na TV. *Voo United 93* é

uma hipótese do que poderia ter ocorrido com os passageiros e os sequestradores/terroristas a bordo, já que não houve relatos de sobrevivente. A opção de Oliver Stone é intencional: mostrar algo que não foi “mostrado”, uma representação mais intimista.

Em relação a estas contradições na obra de Stone, deve-se também problematizar o quanto uma obra se distancia ou se aproxima das expectativas de seu público, ou seja, a sua *distância estética*, a qual indica o caminho trilhado por tal obra, caracterizando o seu valor artístico. Como expõe Jauss (1994, p. 31), “[...] tal distância estética deixa se objetivar historicamente no espectro das relações do público e do juízo da crítica (sucesso espontâneo, rejeição ou choque, casos isolados de aprovação, compreensão gradual ou tardia)”. Todavia, pode-se argumentar sobre as singularidades de cada leitor, afinal, os sujeitos são essencialmente diferentes mesmo compartilhando um mesmo período histórico. Pode-se notar isso nas apreciações das diferentes críticas cinematográficas.

A frase sobre a eventual vingança com os bons homens (cidadãos dos EUA), proferida por Dave Karnes, é uma prova do suporte feito por *As Torres Gêmeas* à guerra contra o terrorismo. Kenneth Turan, do *Los Angeles Times*, além de mostrar como Stone era visto nos EUA, cita essa aproximação feita com o Iraque:

> Ainda mais intrigante é que Stone, geralmente visto como o anticristo em círculos conservadores, fez um filme que os comentaristas de direita estão se debruçando para aplaudir. [...] Este tributo vem em parte porque “As Torres Gêmeas” faz uma conexão explícita entre o 11 de setembro e a guerra no Iraque, que fará com que a Casa Branca de Bush e o Comitê Nacional Republicano o abracem como sendo seu. [...] E então vem o golpe de misericórdia. “Eles vão precisar de alguns bons homens nos vingar”, diz [o fuzileiro naval Dave] Karnes, ameaçadoramente, e a próxima coisa que você verá, um intertexto que nos diz que ele se realistou nos fuzileiros e realizou duas incursões no Iraque. Até mesmo as teorias de conspiração com a quais Stone circundou em “JFK”, desaparecem ao lado deste suporte a grande mentira ligando o Iraque ao 11 de setembro. Entre os falsos momentos de emoção, numerosos demais para mencionar, a insistência de “As Torres Gêmeas” sobre o heroísmo imediato e pessoal a coloca no extremo oposto do espectro “austero” de Voo United 93, de Paul Greengrass (TURAM, 2006, s.p., tradução nossa).

O tratamento de Oliver Stone sobre o dia 11 de setembro, surpreendeu o público e a crítica, por ir contra uma postura sua a muito consolidada, tanto que observamos acima exemplos de críticos que consideraram seu filme apolítico e emocionante, com poucas exceções, também citadas anteriormente. A exposição de Kenneth Turan mostra-se contrária e exalta o posicionamento a favor dos republicanos. Em nosso levantamento das críticas, poucas foram incisivas e questionaram o posicionamento conservador de Oliver Stone nesta produção. A grande maioria das análises naturalizaram *As Torres Gêmeas* como sendo apolítica, mostrando os heróis do 11 de Setembro, e visualizando-a como uma homenagem, e comparando com *Voo United 93*, aqui já compreendido como uma obra de referência, que trouxe a melhor representação do 11 de setembro e um modelo a ser seguido.

Os ataques de *11 de Setembro* se tornaram *marco* no momento de sua transmissão ao vivo, somado ao drama público que se tornou a cobertura televisiva sobre o evento e das ações antiterroristas nos meses/anos seguintes. Se tornaram um *marco* periodizador e, nesse dia, alocou-se uma significação para os estadunidenses: o território foi atacado.

As explicações na grande mídia estadunidense sobre os atentados optaram por uma explicação factual, a priori não o "porquê", mas "quem?", o "autor". Essa forma de explanação se aproxima da feita por Jörn Rüsen em **Reconstrução do Passado**, no qual discuti o "Esquema de explicação intencional" de A. Donagan, dando o exemplo do assassinato de César por Brutus. Evidentemente que o Rüsen se atem aos aspectos referentes a teoria e o trabalho do historiador, mas tal exposição se aproxima ao tratamento da mídia e de muitas reconstruções do passado acerca do *11 de Setembro*, pensando-o enquanto *marco* para as interpretações e orientações que seguiram a apreciação dessa experiência temporal.

Em *As Torres Gêmeas* se vê o *marco* responsável por inúmeras seleções e significações. Em princípio, ao exaltar a história recente pela ótica dos EUA, houve um acontecimento e junto com ele o novo inimigo. Mas para rememorá-lo não seria ideal representar os terroristas, mas apenas as vítimas inocentes, desconsiderando todo um processo histórico – destacada por alguns críticos –, ou seja, impera apenas a intenção de retratar o drama vivido pelo EUA, numa

espécie de presentismo atrasado, já que Hollywood demorou a tratar do *11 de Setembro*, deixando de lado outros eventos desastrosos diretamente ligados ao evento, mas ainda contribuindo para um esforço de guerra, a exemplo do final de *As Torres Gêmeas*, e a vingança.

Segundo Rüsen, não se pode compreender os acontecimentos históricos como resultados apenas de intenções humanas, pois "[...] a maior parte das mudanças temporais que os homens provocam, em si próprios e em seu mundo, não correspondem às intenções que pudessem ter orientado as ações. Em geral, tudo acaba por ser diferente do que se tinha planejado a princípio" (2010, p. 36-37). O que não está presente nessa explicação intencional é justamente a experiência temporal que se torna fundamental para a constituição da identidade do pensamento histórico. Conceber o processo histórico como a sucessão cronológica de intenções e ações elimina a experiência do tempo e se esvai a produção de sentido da narrativa histórica.

Deve-se considerar dentro dessa experiência temporal que se formou: por um lado, temos toda a experiência histórica dos EUA, desde fins dos anos de 1970 interferindo progressivamente no Oriente Médio, no contexto da Guerra Fria; por outro, os vislumbres estéticos que os filmes hollywoodianos proporcionavam ao espectador, com cenas/sequências de ataques e explosões das mais inimagináveis possíveis eram "vivenciadas" na tela do cinema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo fílmico que estava no *horizonte de expectativas* é o da rememoração do trágico dia que assolou o território dos EUA, o que não se deve fazer de forma alguma, é usá-lo para questionamentos políticos. De modo, que muitos críticos (as) escreveram sobre como *Voo United 93* (United 93, 2006) honrou as vítimas com seu realismo, seu tom apolítico, e respeito pelas vítimas, tendo elogios de todas as correntes políticas, sem exploração ideológica ou de crítica a *Guerra ao Terror*. Como exposto, isso não foi uníssono, alguns críticos apontaram elementos que põe em dúvida esta representação, como a que diz respeito aos terroristas.

Optar por qualquer referência ao terrorismo, ou mesmo discutir sobre as ações posteriores, utilizando um evento com imagens recentes na memória do espectador estadunidense, como as imagens do choque do voo 175 na Torre Norte do *World Trade Center*, seria mal recepcionado. Ou seja, as representações do evento deviam seguir o teor da rememoração do que ocorreu aos EUA, ao drama nacional, e isso ficou nítido na produção que será tratada a seguir.

Através dessas duas produções, *Voo United 93* e *As Torres Gêmeas,* pode-se notar quais momentos e quais significados devem ser enaltecidos sobre os ataques terroristas de 11 de setembro. Observam-se alguns elementos presentes em ambos os filmes: o patriotismo; representações heroicas; o aparente distanciamento político; não explicitar a luta contra o terror (ao menos não em seus efeitos posteriores). Ou seja, minimizar outros momentos, outras interpretações que poderiam incitar a crítica a esse momento histórico. Mas após cinco anos do *11 de Setembro*, havia filmes que abordaram os efeitos da política externa do governo Bush pós-atentados.

Contudo, especificamente sobre o dia 11 de setembro, o sequestro dos quatro aviões, a queda das Torres Gêmeas, ainda não tinham sido abordados pelo cinema *mainstream*, a não ser pelas produções independentes como*: September 11* (2002); *WTC: the First 24 hours* (2002); *Underground Zero* (2002); *7 Days in September* (2002); *11 de setembro* (11'09"01 – September 11, 2002); *Collateral Damages* (2003); e pode-se citar uma das primeiras produções hollywoodianas a mostrar Nova Iorque após os atentados ao WTC – intencionalmente, sem ter sido gravada antes do acontecido –, *A Última Noite* (25th Hour, 2002), de Spike Lee.

Durante todo o governo Bush observar-se-á diferentes momentos e interpretações da crítica cinematográfica. Num primeiro momento com as grandes produtoras alterando/modificando vários filmes que fizessem referência direta ao evento, produções independentes e/ou estrangeiras que buscaram representar ou refletir sobre o ocorrido, e ainda os filmes que reforçaram o escapismo e/ou o esforço de guerra. Aos poucos, os filmes começaram a tratar as consequências e as críticas à política do governo Bush, tais produções

buscaram representar os jogos políticos e econômicos dos EUA em meio a *Doutrina Bush*, bem como retratar os conflitos no Afeganistão e no Iraque.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, William. Stone delivers a dignified and intelligent 9/11 film. **Seattle Post-Intelligencer**, Seattle, 08 Ago. 2006. Disponível em: http://www.seattlepi.com/ae/movies/article/Stone-delivers-a-dignified-and-intelligent-9-11-1211112.php. Acesso em: 01 jul. 2017.

BAUMGARTEN, Marjorie. United 93. **The Austin Chronicle**, Austin, 28 Abr. 2006. Disponível em: https://www.austinchronicle.com/calendar/film/2006-04-28/360527/. Acesso em: 01 jul. 2017.

BURR, Ty. Emotional rescue. **The Boston Globe**, Boston, 09 Ago. 2006. Disponível em: http://archive.boston.com/ae/movies/articles/2006/08/09/emotional_rescue/. Acesso em: 01 jul. 2017.

DARGIS, Manohla. Defiance Under Fire: Paul Greengrass's Harrowing 'United 93'. **The New York Times**, Nova Iorque, 28 Abr. 2006. Disponível em: http://www.nytimes.com/2006/04/28/movies/defiance-under-fire-paul-greengrasss-harrowing-united-93.html. Acesso em: 01 jul. 2017.

DENBY, David. Last Impressions – "United 93" e "The Death of Mr. Lazarescu". **The New Yorker**, Nova Iorque, 11 Maio 2006. Disponível em:http://www.newyorker.com/magazine/2006/05/01/last-impressions. Acesso em: 01 jul. 2017.

EBERT, Roger. United 03 Review. **Chicago Sun-Times,** Chicago, 27 Abr. 2006. Disponível em: http://www.rogerebert.com/reviews/united-93-2006. Acesso em 01 jul. 2017.

FOX, Ken. United 93. **TV Guide**, Radnor Township, 28 Abr. 2006. Disponível em: http://www.tvguide.com/movies/united-93/review/279908/. Acesso em: 01 jul. 2017.

HUNTER, Stephen. "September 11": Towers and Babble. **The Washington Post**, Washington, D.C., 05 Set. 2003. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2003/09/05/AR2005040200618.html. Acesso em: 28 jul. 2015.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

LASALLE, Mick. Agony, heroism of 'United 93' shown with nearly unbearable

realism. **San Francisco Chronicle**, São Francisco, 28 Abr. 2006. Disponível em: http://www.sfgate.com/movies/article/Agony-heroism-of-United-93-shown-with-nearly-2519698.php. Acesso em: 01 jul. 2017.

LASALLE, Mick. Two cops, two towers, one day we won't forget A personal look at a national disaster. **San Francisco Chronicle**, São Francisco, 09 Ago. 2006. Disponível em: http://www.sfgate.com/movies/article/REVIEW-Two-cops-two-towers-one-day-we-won-t-2491582.php. Acesso em: 01 jul. 2017.

LEE, Spike. 25th Hour: An Interview with Spike Lee. **Blackfilm.com**, Dez. 2002. Entrevista concedida a Wilson Morales. Disponível em: http://blackfilm.com/20021220/features/spikelee.shtml. Acesso em: 02 out. 2015.

LIMA, L. C. **A literatura e o leitor:** textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOWRY, Brian. Review: 'United 93'. **Variety**, Nova Iorque, 19 Abr. 2006. Disponível em: https://variety.com/2006/film/awards/united-93-2-1200516858/. Acesso em: 01 jul. 2017.

MATHEWS, Jack. Movie harrowing but heartwarming. **New York Daily News**, Nova Iorque, 04 Ago. 2006. Disponível em: http://www.nydailynews.com/archives/news/movie-harrowing-heartwarming-article-1.604845. Acesso em: 01 jul. 2017.

PRINCE, Stephen. **Firestorm**: American film in the age of terrorism. New York: Columbia University Press, 2009

PUIG, Claudia. Wrenching 'United 93' is harrowing in its realism. **USA Today**, McLean, 24 Abr. 2006. Disponível em: https://usatoday30.usatoday.com/life/movies/reviews/2006-04-24-united-93_x.htm#. Acesso em: 01 jul. 2017.

RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos Fracos**: cinema e história do Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 53.

RAMOS, Alcides Freire. Canibalismo dos Fracos: cinema e história do Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 53.

ROSENBAUM, Jonathan. It's All About Us. **Chicago Reader**, Chicago, 10 Ago. 2006. Disponível em: https://www.chicagoreader.com/chicago/its-all-about-us/Content?oid=922895. Acesso em: 01 jul. 2017.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado –** Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2010.

SAID, Edward W. **O Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SCOTT, Anthony Oliver. Pinned Under the Weight of Skyscrapers and History in 'World Trade Center'. **The New York Times**, Nova Iorque, 09 Ago. 2006. Disponível em: http://movies2.nytimes.com/2006/08/09/movies/09worl.html?ref=movies. Acesso em: 01 jul. 2017.

SORLIN, Pierre. Television and our understanding of history: a distant conversation. In: BARTA, Tony. (Org.). **Screening the Past: Film and the Representation of History**. Westport Ct: Praeger, 1998.

STEVENS, Dana. United We Fall. **Slate Magazine**, EUA, 27 Abr. 2006. Disponível em: http://www.slate.com/articles/arts/movies/2006/04/united_we_fall.html. Acesso em: 01 jul. 2017.

THOMSON, Desson. Oliver Stone's 'Trade Center' Is Two Stories Short. **The Washington Post**, Washington, 09 Ago. 2006. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2006/08/08/AR2006080801568.html. Acesso em: 01 jul. 2006.

TRAVERS, Peter. United 93. **Rolling Stones**, Nova Iorque, 28 Abr. 2006. Disponível em: http://www.rollingstone.com/movies/reviews/united-93-20060428. Acesso em: 01 jul. 2017.

TURAN, Kenneth. The easy way out. **Los Angeles Times**, Los Angeles, 09 Ago. 2006. Disponível em: http://articles.latimes.com/2006/aug/09/entertainment/et-wtc9. Acesso em: 01 jul. 2017,

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

XAVIER, Ismail. Cinema: revelação e engano. In: XAVIER, Ismail**. O olhar e a cena**: melodrama, Hollywood, cinema novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ZILBERMAN, R. **Estética da recepção e história da literatura.** São Paulo: Ática, 1989.

Recebido em 31-08-2024.

Aprovado para publicação em 21-07-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E REPRESENTAÇÃO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Diálogos entre ciência e ensino

HISTORICAL CONSCIOUSNESS AND THE REPRESENTATION OF THE INDUSTRIAL REVOLUTION

Dialogues between scholarship and education

LARISSA KLOSOWSKI DE PAULA[1]

RESUMO

A Revolução Industrial foi um processo iniciado na Inglaterra e que se espalhou pelo mundo, modificando toda a estrutura produtiva, social, cultural e política. Os impactos gerados impulsionaram uma série de estudiosos/as a pesquisar sobre essa temática, e, como exemplo, pode-se citar os clássicos Karl Marx e Friedrich Engels, Eduard Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Paul Mantoux, David Landes, Maurice Dobb, entre outros/as. Além disso, a temática faz parte dos objetos do conhecimento e possui habilidades específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo, assim, componente obrigatório para o ensino de história. Neste sentido, compreender como essa temática é representada no livro didático de história mais distribuído para a modalidade Ensino Fundamental Séries Finais torna-se importante, bem como relacionar essa representação com as produções da ciência de referência. Assim sendo, o objetivo desse artigo consistiu em analisar essa representação, utilizando, metodologicamente, das premissas criadas por Jörn Rüsen (2001; 2007a; 2007b; 2011) sobre a formação da consciência histórica.

Palavras-chave: Revolução Industrial; Livro Didático; Consciência Histórica.

ABSTRACT

The Industrial Revolution was a process that started in England and spread throughout the world changing the entire productive, social, cultural and political structure. The impacts generated have driven a number of scholars to research on this topic, as an example, one can cite the classics such as Karl Marx and Friedrich Engels, Eduard Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Paul Mantoux, David Landes, Maurice Dobb, among others. In addition, the theme is part of the objects of knowledge and has specific skills from the National Common Curricular Base (BNCC), thus being a mandatory component for the teaching of history. In this sense, understanding how this theme is represented in the most widely distributed history textbook for the Elementary's School's final grades, becomes important, as well as relating this representation with the productions of historical references in science. Therefore, the objective of this chapter was to analyze this representation, using, methodologically, the premises created by Jörn Rüsen (2001; 2007a; 2007b; 2011) on the formation of historical consciousness.

Keywords: Industrial Revolution; History Textbook; Historical Consciousness.

[1] Doutora em História. Professora da UniBF Centro Universitário e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como temporária. E-mail: larissa_klososwski@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O processo histórico denominado por Revolução Industrial teve início na Inglaterra e se espalhou pelo globo, impactando as formas de produção e vida social da população tanto desse período, quanto nos procedentes. Tamanho fora o impacto dessas modificações que não foram poucos/as historiadores/as que se dedicaram ao seu estudo e de seus reflexos na vida das pessoas. Dentre os/as estudiosos/as da temática, podemos citar os clássicos Karl Marx e Friedrich Engels, em, por exemplo “O capital”; Eduard Palmer Thompson, com “A Formação da Classe Operária Inglesa”; Eric Hobsbawm, com “A Era das Revoluções”; Paul Mantoux, em “A Revolução Industrial no Século XVIII”; David Landes, com “Prometeu Desacorrentado”; Maurice Dobb, em “A Evolução do Capitalismo”, entre outros/as.

Além disso, a indiscutível importância desse acontecimento para a humanidade também o tornou objeto de conhecimento a ser ensinado em sala de aula, podendo ser observado na unidade temática “*O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise”*, no objeto do conhecimento “*Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas*”, habilidade EF08HI03, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde se lê: “Identificar e relacionar os processos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas” (BRASIL, 2017, p. 425). Assim sendo, essa temática é componente de um dos disseminadores da cultura histórica escolar: o livro didático.

De acordo com Salles (2014), os didáticos escolares são alocados nessa categoria por permitirem a popularização do conhecimento a ser ensinado as escolas. Além disso, destaca Bittencourt (2008) que tais materiais acompanham a vida escolar dos/as estudantes brasileiros/as sendo, por vezes, o único livro consultado e de acesso facilitado disponível nos lares desses estudantes.

Neste sentido, compreender como a Revolução Industrial é representada nos livros didáticos mais consumidos no cenário educacional brasileiro permite a identificação de como a chamada cultura histórica escolar posiciona esse evento histórico e suas implicações na vida dos sujeitos. Assim sendo, neste texto objetivou-se, de maneira geral, identificar essas formas de representação,

tendo por suporte as premissas do pensamento histórico delimitadas por Jörn Rüsen. De maneira mais específica, buscou-se analisar se essas formas de representação dão suporte à formação de uma consciência histórica nos percalços da historiografia destacada anteriormente, em relação à Revolução Industrial.

Para tanto, primeiramente se identificou qual foi o livro didático mais adquirido no ano de 2020, de acordo com o relatório dos dados de Valores de Aquisição por Título, dispostos no portal do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)[2]. A coleção mais distribuída do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2020, *História Sociedade & Cidadania*, da Editora FTD S.A teve 852.861 exemplares adquiridos, contando com um investimento de R$ 7.314.135,94 – isso quando se analisa apenas os dados dos exemplares destinados aos/as estudantes. Vale destacar que a obra foi reeditada em 2022 para contemplar o PNLD de 2024, e que algumas modificações, que serão apontadas na análise, foram observadas[3].

Com o intuito de facilitar a categorização dos dados e a leitura, utilizou-se para o livro editado em 2020 a sigla LD1 (Livro Didático 1) e para o editado em 2022, LD2. O conteúdo sobre a Revolução Industrial está disposto no terceiro capítulo de ambos os materiais, entre as páginas 31 a 43 do LD1, e 41 a 56 do LD2. A metodologia inicial se deu por intermédio de leitura do conteúdo e catalogação do mesmo. Para tanto, levou em consideração Bardin (2020), de modo que a análise de conteúdo estruturou-se em três etapas principais: a pré-análise, envolvendo a seleção do corpus (os livros didáticos utilizados e o capítulo a ser analisado), a leitura flutuante e a definição de objetivos e indicadores; a exploração do material, em que se realizam a codificação e a categorização das unidades de análise; e o tratamento dos resultados, no qual se procedem às inferências e interpretações à luz do referencial teórico. Buscou-

[2] Esse relatório pode ser gerado pelo sítio https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/pesquisarRelatorioSumarizado (Acesso em 23/07/2025). Usando os seletores de “Ano do programa” (2020) e “Programa” (PNLD), é possível a geração de um relatório onde constam as obras didáticas de todos os componentes e a quantidade distribuída. O próprio portal fornece a opção de gerar o relatório em *excel* para posterior *download*. Após, é necessário filtrar as obras de história para se encontrar os números mencionados em corpo de texto.

[3] Até a data de 23/07/2025, não havia no portal do FNDE dados específicos sobre a distribuição dos didáticos por nome e editora referentes ao ano de 2024.

se também interligar tais categorias com experienciação da história, ou seja, com a possibilidade, de acordo com Rüsen (2011) de se aumentar os saberes sobre o passado e diferenciá-lo do presente.

Junto a isso, foi-se analisando o que os teóricos de referência sobre a temática descrevem como pontos de importância histórica da Revolução Industrial, com base nos referenciais mencionados anteriormente. Para se analisar os resultantes categoriais, fora utilizado o já mencionado arcabouço teórico proveniente de Rüsen (2001; 2007a; 2007b; 2011), principalmente no que se refere aos campos da *experiência*, *interpretação* e *orientação*, que são, de acordo com o autor, basilares para o desenvolvimento do pensamento histórico, que leva à formação de uma consciência histórica. Os resultados da análise seguem nas próximas seções.

1. A FONTE E A CIÊNCIA DE REFERÊNCIA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DIDÁTICOS COMO FORMA DE *EXPERENCIAR* A HISTÓRIA

> Todo professor tem de conciliar pelo menos duas vocações em seu coração: a da especialização, que adquire (com não pouco esforço) durante seus estudos, e a de ensinar, a pedagógica, sem a qual (pode-se supor) não conseguirá ter sucesso no ensino da sua especialidade. (RÜSEN, 2007b, p. 90).

E como se pode conciliar essas duas vocações? Quais são os recursos disponíveis? O que auxilia o/a docente no processo de ensino de história?

De acordo com Fonseca (2003, p. 36-37), “[...] é preciso reconhecer o óbvio: os professores de história não operam no vazio”. E um dos recursos que o/a docente possui em mãos é o disseminador da cultura histórica escolar, e que foi utilizado como fonte para esta pesquisa, a saber: o livro didático. Assim sendo, esses disseminadores, utilizados como recurso no processo de ensino e aprendizagem, “[...] devem incitar as percepções e experiências históricas.” (RÜSEN, 2011, p. 119), caso se almeje que tais materiais sejam úteis para o ensino de história de maneira significativa.

Para tanto, de acordo com Rüsen (2011), perceber o passado em suas particularidades temporais e conjunturais, através, no caso do ensino de história em sala de aula, de elementos que tornam possível essa percepção, é crucial

para o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica significativa. Neste sentido, o autor destaca a importância dos usos de fontes históricas imagéticas, documentos históricos escritos e materiais referenciados por historiadores como basilares para a experienciação da história nos livros didáticos escolares. Isso porque, de acordo com Rüsen (2007a, p. 136-137)

> O passado encaixa-se nessa concepção de história na medida em que seus vestígios no presente (fontes) sempre falam a linguagem do historiador-intérprete. O sentido da história reflete-se nos enunciados das fontes; eles pré-formam sua interpretação histórica com os sinais de sua relevância.

Não se trata, no entanto, de transformar o componente de história ensinado nas escolas uma reprodução daquele exercido nas universidades e faculdades. No entanto, Rüsen (2011) aposta na formação da consciência histórica como alicerce do ensino nas escolas, bem como na afirmação de sua cientificidade. E quando se trata da ciência, a fonte é o alicerce, posto que não há história sem fontes.

Além das fontes, um referencial teórico substanciado na ciência histórica também é de importância quando se trata de dar suporte tanto à historiografia, quanto à história ensinada. E nos materiais analisados nessa pesquisa, os seguintes dados puderam ser levantados:

Quadro 01: Campo da Experiência – Apresentação LD1

Material	***Imagens***	***Documentos Históricos Escritos***	***Materiais referenciados***
LD1	15	MICHELET apud CANÊDO, Letícia Bicalho. A Revolução Industrial. São Paulo: Atual, 1994. p. 50. (Discutindo a História) BRADSHAW (Org.) apud DE DECCA, Edgar. Fábricas e homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. São Paulo: Atual, 1999. p 47 HANNAH BROWN (child factory worker). Spartacus Educational. Disponível em: <http://spartacus-educational. com/IRbrown.htm>	HOBSBAWM, Eric. Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 106 NIVEAU, Maurice. História dos fatos econômicos contemporâneos. Rio de Janeiro: Difel, 1969. p. 25.
LD2	20	BROWN, Hannah. Child labour. [Entrevista cedida a] Michael Sadler e House of Commons Committee. [13 jun. 1832.]. Spartacus Educational. [S. l.], c1997-2020. Tradução nossa. Disponível em: https://spartacus-	SANTOS, Marco Aurélio. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. História, São Paulo, v. 36, p. 1-24, 2017. p. 4-

		educational.com/IRbrown.htm. Acesso em: 19 abr. 2022. NOGUEIRA, Antônio Carlos. A Sociologia das organizações. In: NOGUEIRA, Antônio Carlos; MENDES, Francisco Coelho; AGUIAR, Raquel Mayra van Tol. Sociedade e Organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010. p. 10*	5. HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções: 1789-1848. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 60.

* O trecho cita um anúncio anônimo que é utilizado pelo autor referenciado, por isso está alocado enquanto fonte.

Fonte: a autora (2025)

No que se refere às imagens, das 15 presentes no LD1, duas são registros fotográficos, sendo o primeiro retratando as *Famílias de imigrantes europeus chegando aos Estados Unidos*, em 1900, e o outro de intitulado *menina trabalhadora*, datado de 1910, também nos Estados Unidos; duas são obras de pintores, sendo a primeira a obra *As Fiandeiras*, de Diego Velázquez, a segunda do pintor Claes Jansz Visscher, intitulada *Londres no início do século XVII*, datada de 1616; 6 são ilustrações computadorizadas dos inventos aplicados às indústrias; uma é uma ilustração nomenclaturada *Mundo dos negócios*, de Phil e Jim Bliss; uma é gravura intitulada por *Vista de Sheffield*, na Inglaterra, de 1879; uma é um cartaz veiculado pela Central Geral dos Trabalhadores franceses de 1914; e duas são cenas de filmes que possuem a temática no enredo, a primeira do filme *Oliver Twist*, de Roman Polanski, de 2005, e a segunda, do filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, de 1936.

No LD2, notou-se um aumento da quantidade de imagens de 15 para 20. Destas 20, seis são registros fotográficos que contemplam: 1. uma cena da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012; 2. imigrantes nas ruas de Nova York em 1900; 3. uma costureira trabalhando em uma oficina dos Estados Unidos em 2018; 4. cena de uma fábrica alemã de iogurte em 2017; 5. esculturas em argila produzidas em Recife em 2018; e 6. uma família de imigrantes em Nova York em 1900. Duas são gravuras inglesas de autoria desconhecida e sem nomenclatura, uma datada de 1848 e outra, de meados de 1820. Duas são litografias/litogravuras, sendo uma retratando os ludistas destruindo uma máquina, e outra intitulada *Movimento Operário*, de 17 de março de 1886. Uma é um afresco suíço de 2010, retratando o filme *Tempos Modernos,* de Charles Chaplin. Duas são pinturas, sendo uma em guache retratando a torre

de Londres e a outra, a obra *As Fiandeiras*, de Giacomo Francesco Cipper. A ilustração de Phil e Jim Bliss e as seis imagens computadorizadas do maquinário são as mesmas em ambas as obras.

Tais imagens, de acordo com Rüsen (2011), podem ser independentes do conteúdo presente no texto base, principalmente aquelas que englobam a categoria de fonte histórica, com o intuito de despertar nos/as estudantes o "(...) desafio de uma compreensão interpretativa." (RÜSEN, 2011, p. 120). Além disso, quando se trata de imagens categorizadas enquanto fontes históricas, permite-se a demonstração de uma variabilidade de fontes para além dos documentos escritos. Em relação aos documentos históricos escritos, abordar-se-á mais adiante.

Para que a experienciação da história representada nos didáticos fosse mais dinâmica ao/a leitor/a, optou-se pela descrição da apresentação da temática como ela está disposta no material. Para atender a esse objetivo, segue-se a análise de página por página dos materiais em relação ao que é ressaltado na ciência de referência sobre a temática.

No LD1, imagem de uma cena do filme *Oliver Twist* inaugura o capítulo sobre a Revolução Industrial. Seguida por uma série de perguntas geradoras, ou seja, aquelas que buscam chamar a atenção para uma temática inicial, a utilização da imagem busca chamar a atenção do/a estudante para a articulação com a demonstração de uma possível realidade de um período histórico. No LD2, a imagem que inaugura o capítulo é uma cena de abertura dos Jogos Olímpicos ocorridos em Londres em 2012. Assim como no LD1, há uma descrição destinada ao/à professor/a sobre a cena. Nas questões geradoras que acompanham a imagem, pergunta-se sobre Elizabeth II, que estava presente na abertura dos jogos e sobre o conhecimento acerca da Revolução Industrial.

O uso da imagem do filme no livro didático, pode ser justificado diante da variabilidade das fontes históricas e de seus usos em sala de aula. De acordo com Bourdé e Martin (1983, p. 148, grifos próprios), "Uma estatística, uma curva dos preços, uma fotografia, *um filme* (...) são, para a história nova, documentos de primeira ordem". Segundo Valim (2011), não demorou para que a cinematografia chegasse à condição de fontes históricas e, de acordo com Caparrós-Lera e Rosa (2013), às salas de aula como um auxiliar ao trabalho do/a

professor/a. Assim sendo, a indicação de filmes para o conhecimento do/a docente permite maior experienciação de determinadas características da temática trabalhada.

Os dois didáticos indicam ainda ao/à estudante um vídeo sobre como as máquias tornaram possível a Revolução Industrial. No LD1, o vídeo indicado está legendado como “Vídeo sobre as máquinas que tornaram possível a revolução industrial”, mas quando se acessa o link disponível para consulta, se é remetido para um vídeo intitulado “As consequências da Revolução Industrial – Criando Maravilhas – EP 2”, vídeo este indicado e assim momenclaturado, em legenda, no LD2. Notou-se que, para o/a docente, há uma série de outros materiais audiovisuais indicados, que não foram trabalhados nesta proposta.

Na página seguinte, o texto base é o mesmo tanto para o LD1 quando para o LD2. O tema é situado ao/a estudante em sua periodicidade inicial por volta de 1760, e em seus impactos no modo de vida dos seres humanos. O texto base inicial, cujo título é *Do Artesanato à Manufatura*, aborda as motivações para a distinção das formas de produção manufatureira e a introdução do pagamento de um salário para tal propósito. E os sujeitos chamados por capitalista e trabalhador são introduzidos na narrativa do material, categorizados como, respectivamente, aquele que detém as ferramentas e a oficina e aquele que faz uma parte do trabalho desenvolvido. A obra de arte *As Fiandeiras*, no LD1, mencionada anteriormente, busca retratar a divisão do trabalho na fabricação de tapetes, situando a participação feminina na Revolução Industrial. A obra de mesmo nome no LD2, retrata também as mulheres costurando.

Identificar os diferentes sujeitos históricos representados no material didático torna-se de importância para a formação da consciência histórica, haja vista que:

> *História é sempre a história de alguma coisa* (de uma sociedade, de um conceito, de uma constituição, de uma pessoa, de uma relação social etc.). Ela *tem um sujeito de referência*. Hermeneuticamente, as mudanças temporais desse sujeito de referência são explicadas por processo em um plano no qual sejam compreensíveis, vale dizer: em suas características próprias, dependentes das intenções e interpretações dos homens que agem e sofrem. (RÜSEN, 2007a, p. 143, grifos próprios)

Outros sujeitos foram citados nas obras didáticas analisadas, a saber: sapateiros, artesãos, negociantes, trabalhadores, capitalistas, fiandeiras, patrões, camponeses, escravizados, ingleses, burgueses, operários, imigrantes, europeus, historiadores, entre outros. Embora o material didático não abra espaço para uma história de tais sujeitos, ele os situa na Revolução Industrial.

Em seguida, o texto base continua abordando a criação das máquinas a vapor e o surgimento das fábricas, bem como a figura do patrão. Em ambos os materiais, se introdus um novo subtítulo: *o pioneirismo inglês*. Nele, são abordados como elementos chave para esse evento o acúmulo de capital inicial: a mão de obra farta e barata, as minas de carvão e ferro, o puritanismo e a consolidação da Revolução Gloriosa. No LD1, obra *Londres no início do século XVII* acompanha o subtítulo e, nem sua legenda, incita o/a estudante a prestar atenção aos navios retratados na imagem trazendo ou levando mercadorias. Porém, não há navios na imagem. Já no LD2, a obra em guache mencionada anteriormente permite a visualização de navios. A legenda é a mesma, exceto pelo nome da obra.

Analisando essas informações do texto base do didático com o referencial teórico sobre a temática, de acordo com Hobsbawm (1985), pode-se identificar 1. questões referentes ao crescimento demográfico e do mercado consumidor interno; 2. melhorias nos transportes e na comunicação; 3. aumento das exportações; 4. papel do Estado na economia, entre outros; constituem aspectos que, em primeira mão, terminam por explicar como e porque esse processo teve início na Inglaterra.

Em relação ao primeiro ponto, o contexto inglês contribuiu com a geração do trabalhador livre, disposto a se assalariar para satisfazer suas necessidades e perpetuar a sua prole. Hobsbawm (1985, p. 47) destaca que a solução britânica para esta questão foi revolucionária. A terra já estava quase monopolizada por proprietários com espírito comercial e “[...] era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores”, ou seja, por semiproletários. Os decretos sobre os cercamentos – *Enclosures Acts,* 1760-1830 – trataram de remover “[...] verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior”. (HOBSBAWM, 1985, p. 47). Além disso, o autor destaca que quando isto ocorreu, a Inglaterra já estava preparada para dar conta de suas

três funções fundamentais para a industrialização:

> (...) *aumentar a produção e a produtividade* de modo a alimentar a população não agrícola em rápido crescimento; *fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias;* e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores modernos da economia. (HOBSBAWM, 1985, p. 47, grifos próprios).

Portanto, o processo de expropriação dos camponeses também foi um fator relevante para o fornecimento da força de trabalho livre para se assalariar. Assim como os antigos trabalhadores domésticos – artesãos –, os camponeses também foram expropriados dos meios de produção, dos equipamentos – as ferramentas – e, o mais importante, foram expropriados dos meios de subsistência. Assim, só lhes restava vender sua força de trabalho. Neste contexto, a indústria terminaria por absorver aqueles que foram expulsos de suas terras pelo processo de cercamentos, pois estes constituíam uma força de trabalho mais barata e abrangente em relação a dos artesãos mais qualificados, o que terminou por ocasionar uma desqualificação dessa classe diante da expropriação do "saber fazer" destes face a implementação do saber às inovações tecnológicas e em consonância com o excedente de mão de obra barata. Neste sentido, uma nova leva de desempregados, originários do processo de substituição da mão de obra qualificada dos artesãos e tecelões, originou-se, fazendo parte das origens da classe operária.

Em relação aos transportes e comunicação, implementações no sistema das carruagens postais, assim como o surgimento das ferrovias, além de acelerar esse sistema garantiu-lhe regularidade. Em relação ao transporte de pessoas e mercadorias, a utilização dos meios fluviais e marítimos substituía, gradativamente, o uso de mulas e cavalos, o que também regularizava e agilizava o processo. (HOBSBAWM, 1985).

Além disso, o crescente desenvolvimento da atividade agrícola propiciou "[...] um período de expansão demográfica, de urbanização crescente, de fabricação e comércio [que] encorajava a melhoria da agricultura e de fato a requisitava" (HOBSBAWM, 1985, p. 47), de modo que impulsionou a o comércio e as manufaturas. Neste sentido, o trânsito de mercadorias entre as diversas regiões fomentava os primórdios de um mercado consumidor interno. Esse

processo de comercialização impulsionou as atividades manufatureiras e comerciais em si, o que terminou por originar artesãos e tecelões, que, à medida em que aumentava a atividade comercial e a demanda por produtos, tinham possibilidade de fazer crescer sua produtividade assim como o número de pessoas envolvidas na produção.

Ainda assim, continua Hobsbawm (1985), na Inglaterra, diferentemente do que acontecia nas demais localidades como Irlanda, França, Rússia, Alemanha, etc., onde a agricultura se desenvolvia alicerçada no sistema feudal, os detentores de propriedades agrícolas (fazendeiros) terminaram por agir como empresários agrícolas, arrendando propriedades e/ou cultivando-as através de uma mão de obra advinda de um proletariado rural, caminhando, dessa forma, para uma produção que se aproximava do modo capitalista.

Neste sentido, as principais condições para a industrialização já existiam na Grã-Bretanha. Os estabelecimentos produtivos exigiam pouco investimento inicial e sua expansão podia ser financiada pela acumulação dos lucros, e tais investimentos visavam não somente o rendimento aos compradores ricos, mas também os pobres que necessitavam de subsídios e produtos de subsistência para viver, de modo que o mercado interno inglês se fundamentava no atendimento da demanda. Três fatores estão relacionados com a revolução de produção industrial britânica: o mercado interno, o mercado externo e o governo. (HOBSBAWM, 1985)

O autor destaca também a importância das mudanças sociais empreendidas pela população em crescente expansão demográfica, assim como a estruturação em famílias. Mais gente significa mais mão de obra e mais barata, porém sem uma economia dinâmica a mão de obra terminaria por não ter utilidade. O mercado interno proporcionou amplos fundamentos para uma economia industrial generalizada à medida que favorecia o crescimento econômico e protegia as atividades exportadoras.

Em relação às atividades de exportação, destaca Hobsbawm (1985) que cresciam de forma acentuada à medida em que havia a conquista dos mercados de exportação e destruição da concorrência interna em determinados países. Esses fatores, por sua vez, estavam diretamente ligados ao governo, que fornecia o auxílio sistêmico e agressivo necessário, além de incentivar inovações

técnicas para o desenvolvimento da indústria. Logo, a explicação do porquê esse fenômeno ocorreu primeiro na Grã-Bretanha, segundo Hobsbawm (1985), consiste nos fatos do surgimento de um mercado para produtos ultramarinos de uso cotidiano, da criação de sistemas econômicos para a produção desses bens de consumo (isso no exterior - colônias) e de conquista de colônias para servir estes interesses. Assim sendo, as fontes didáticas analisadas vão ao encontro da ciência de referência na explicação do pioneirismo inglês.

A utilização das máquinas e inventos dá procedência ao conteúdo das fontes didáticas, ressaltando a primazia do setor têxtil dada a procura pelos tecidos de algodão no mundo. Também é ressaltada a substituição das máquinas de madeira pelas de ferro, movidas a vapor, bem como a criação do barco e da locomotiva movidas por esse tipo de energia. Em seguida, os livros didáticos apresentam ao/a estudante um infográfico de duas páginas com 6 ilustrações sobre os inventos utilizados para otimizar a produção.

E sobre o setor têxtil, Hobsbawm (1985) afirma que quando se fala da Revolução Industrial fala-se também do algodão, que impulsionou a indústria e movimentou o comércio entre a metrópole inglesa e as colônias, ainda mais após a invenção do “filatório” em 1760, do tear hidráulico em 1768, da mula em 1780. Dentro desse contexto, os teares propiciaram impulso à atividade têxtil, continuando com essa forma simples de fabricação até que a demanda exigisse maiores quantidades de produtos e mais dinamização e agilidade do processo. Assim, os primórdios da Revolução Industrial se deram de forma simples porque utilizava de ideias e de dispositivos simples. Com as melhorias no sistema de produção (como o vapor) houve uma combinação entre o novo e o tradicional, resultando no aumento da produção e na sua otimização, diminuindo a necessidade de mão de obra especializada e deixando grande parte dos tecelões manuais sem a atividade.

Em seguida, os materiais didáticos seguem abordando as mudanças socioeconômicas ocorridas durante a Revolução Industrial, tais como a consolidação do capitalismo, a divisão social (burguesia e proletariado), bem como a perda, por parte do trabalhador, do conhecimento sobre o processo produtivo. Essa última, vem ilustrada, em ambos os materiais, com referências ao filme *Tempos Modernos*, de modo que no LD1 visualiza-se o protagonista

perdido entre as engrenagens da máquina que opera. No LD2, o afresco também retrata o protagonista nas engrenagens.

Com a crescente utilização dos meios de produção no contexto da Revolução Industrial da Grã-Bretanha, nos anos de 1780-1850, houve a gradativa modificação das relações sociais, de modo que estas estruturavam a consciência de classe e as formas de organização política e industrial no mesmo contexto, perfazendo a diferenciação entre os detentores dos meios de produção e aqueles que trabalhavam como meio de sobrevivência. Em relação à classe trabalhadora, vale ressaltar que ela se constituiu no processo de expropriação decorrente do desenvolvimento das trocas e da divisão social do trabalho que promoveu a separação do trabalho e do capital. No desenvolvimento do trabalho da forma doméstica e artesanal para o sistema de manufaturas o trabalhador artesão perdeu primeiro a matéria prima e, posteriormente, o saber fazer sobre o processo produtivo. Na evolução das trocas e da divisão do trabalho, o artesão, uma vez arruinado, passa a dever para o mercador, ao contrair o empréstimo junto a este, penhora seu tear, "[...] aquele tear já convertido em instrumento de trabalho assalariado e que deixava então de pertencer ao produtor. Assim, após a matéria prima, era a ferramenta que caía nas mãos do capitalista." (MANTOUX, 1957, p. 43).

Nesse sentido, Mantoux crava a sentença:

> [...] do fim do século XVII ao início do século XVIII ocorreu essa apropriação lenta e imperceptível em quase todas as partes onde o sistema doméstico sofreu um primeiro ataque. De modo que o mercador manufatureiro acabou por possuir a lã, o fio, o tear, o tecido, com o moinho de pisoar o tecido e a loja onde ele era posto à venda. Em certos ramos da indústria lanífera, onde os instrumentos eram mais complicados, portanto mais caros, a apropriação capitalista foi mais rápida e mais completa. Os tricotadores de malhas, em Londres e Nottingham, pagavam um aluguel – *frame-rent* – pelo uso dos teares de tricotar: quando ficavam descontentes com seus patrões, uma de suas formas de luta consistia em quebrar os teares. Assim, pouco a pouco, o produtor, despojado de todo o direito de propriedade sobre os instrumentos de produção, só podia vender seu trabalho e só tinha seu salário para viver. (MANTOUX, 1957, p. 43).

Na evolução da divisão do trabalho, o trabalhador doméstico – artesão – perde a matéria, o mercado consumidor dos produtos por ele produzidos, os instrumentos de trabalho. Com o desenvolvimento técnico ele perde o saber

fazer, pois este acompanha a ferramenta que é acoplada à máquina.

O conhecimento do processo produtivo proveniente dos artesãos acabou incorporado à maquinaria utilizada na produção, assim como à linha produtiva, o que terminou por intensificar a produção e minimizar a necessidade de mão de obra especializada para a realização de tal atividade. Essas medidas otimizaram o processo de produção, deixando-o mais barato e ocasionando crescente no número de desempregados. Ao mesmo tempo, o aparato estatal se movimentava em prol da iniciativa privada no que concerne ao fomento do mercado consumidor interno, impondo taxações sobre os preços dos alimentos, moradias e vestuários.

As formas de coerção impostas aos trabalhadores também se alargavam para atingir o aparato ideológico, de forma que, por meio da religião, do controle das relações pessoais e de lazer, costumes e imposição de uma moral, constituía mais uma base para o respaldo da atividade de exploração. No que concerne à religião, ela doutrinava o operário a compreender a atividade laboral como uma necessidade primordial à salvação e garantia do “reino dos céus”, exaltando, para tal, uma moral que se fazia necessária ao indivíduo. Em relação ao lazer e as relações pessoais, houve a gradativa influência da ordem do capital com intenção doutrinária proveniente da ordem econômica, de modo que manifestações festivas eram entendidas como imprudentes e proibidas face à preservação do trabalhador para a atividade laboral. (THOMPSON, 1987).

Logo, os pressupostos abordados até então demonstram como a ordem do capital no âmbito da Revolução Industrial na Grã-Bretanha terminaram por constituir um aparato econômico, social e ideológico em prol das aspirações capitalistas, de modo que

> Todo processo de industrialização é necessariamente doloroso, porque envolve a erosão de padrões de vida tradicionais. Contudo, na Grã-Bretanha, ele ocorreu com uma violência excepcional, e nunca foi acompanhado por um sentimento de participação nacional num esforço comum, ao contrário do que se pode observar em países que atravessam uma revolução nacional. Sua única ideologia foi a dos patrões. (THOMPSON, 1987, p. 344).

Dentre as mudanças citadas nos materiais didáticos como de maior

impacto durante a Revolução Industrial, pode-se destacar: o aumento da população mundial, o crescimento dos transportes terrestres, o desenvolvimento dos transportes aéreos e marítimos, bem como as imigrações, sendo a última ilustrada por intermédio de fotografias dos imigrantes europeus chegando aos Estados Unidos, em meados de 1900. A mudança nas formas de se perceber o tempo também são ressaltadas no texto base do/da estudante em ambos os materiais, já que o texto não se altera de um para outro.

Na seção *Para Refletir*, por intermédio da discussão estabelecida por Thompson sobre a reconfiguração do uso do tempo com o advento da Revolução Industrial, o material estimula a interpretação do conceito de tempo na vida dos sujeitos desde a introdução do relógio e das fábricas como medidores de tempo. Esse *box*, além de conter um texto e uma imagem para interpretação, conta ainda com três atividades que estimulam o pensamento sobre esse conceito.

E sobre essa temática, vale ressaltar que, de acordo com Thompson (1987), a imposição do ritmo de trabalho para o aumento da produção era uma realidade. Além disso, os salários, entendidos como o necessário para a continuidade e reprodução da mão de obra, oscilavam, variando de acordo com a região onde a indústria estava localizada, com a época do ano, com a necessidade ou não de mais ou menos mão de obra e com o seu fornecimento. Diante disso, as reivindicações operárias eram enviadas ao governo em forma de petições, o que terminou por intensificar a oposição entre patrões e empregados, caracterizando a luta de classes, formação de organizações trabalhistas, entre ouros aspectos. Essa característica da Revolução Industrial somente é ressaltada nas atividades de fim de capítulo, como será analisado a seguir.

No LD1, após a seção *Para Refletir*, o capítulo com descrição de conteúdo sobre a Revolução Industrial se encerra, e inicia-se a seção de *Atividades*. No LD2, o texto base que até então permanecia o mesmo, é acrescido por mais uma seção intitulada *A Luta dos Trabalhadores*, na qual aborda-se, brevemente: a não passividade da classe trabalhadora frente às péssimas condições de trabalho; o movimento ludista; a formação das associações operárias; a elaboração da Carta do Povo em 1838; e inclui-se, na seção *Para Saber Mais*, uma litografia sobre a luta pela jornada de oito horas e lista-se algumas

conquistas trabalhadoras entre os séculos XIX e XX.

Assim sendo, em relação ao campo da *experiência*, pode-se afirmar que é contemplado no capítulo da obra didática analisada. Há alinhamento entre os conteúdos do didático e da ciência de referência, e a articulação entre imagem e texto base é realizada, sendo possível compreender os impactos da Revolução Industrial e seus principais aspectos históricos.

2. OS CAMPOS DA *INTERPRETAÇÃO* E *ORIENTAÇÃO*: ANÁLISE ATRAVÉS DAS ATIVIDADES

> O sujeito não se constituiria somente se aprendesse a história objetiva. Ele nem precisa disso, pois já está constituído pela e nela previamente (concretamente: todo sujeito nasce na história e cresce nela). O que o sujeito precisa é assenhorar-se de si a partir dela. Ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo. (RÜSEN, 2007b, p. 107)

Além da *experiência*, destaca Rüsen (2011) que a *interpretação* e a *orientação* são dimensões circunstanciais quando se trata da formação da consciência histórica. No que se refere à *interpretação*, trata-se de conferir sentido ao que foi experenciado anteriormente, compreender as intencionalidades implícitas, as modificações estruturais, a diversidade de análises possíveis, entre outros. Para tanto, é necessário que esse exercício interpretativo seja realizado nas premissas da história enquanto ciência, se se deseja que o ser humano se oriente de acordo com esse pressuposto.

Já em relação à *orientação*, esta compreende, como o próprio nome supõe, orientar o agir humano, mas, neste caso, mediante o que fora experenciado e interpretado, no intuito de de desenvolver, historicamente, a capacidade para “[...] aplicar este modelo [da interpretação], [...], para situações da vida e para formular, assim como refletir, sobre o próprio ponto de vista na vida presente.”. (RÜSEN, 2011, p. 88). No desenvolvimento desta dimensão, é possível ao/à estudante assenhorar-se do passado e dotá-lo de sentido.

No que se refere aos didáticos, na resolutiva das atividades tanto a *orientação* quanto a *interpretação* podem ser melhor observadas, haja vista que nestas propostas o/a estudante é incitado/a a refletir e registrar suas reflexões.

No entanto, como o foco aqui recai sobre a narrativa dos didáticos, pode-se apenas inferir sobre as possibilidades de desenvolvura dessas dimensões, haja vista que não se tem acesso às atividades resolvidas.

De acordo com o autor, para a completa desenvoltura *interpretativa*, é necessário que as normas científicas da história enquanto ciência sejam cumpridas, que as capacidades metodológicas sejam fomentadas, que o caráter de processo e de perspectiva sejam contemplados, e, por fim, que a força da exposição esteja presente. Nos didáticos, ainda de acordo com Rüsen (2011), embora não se tenha a premissa de se apresentar a história tal qual a historiografia, algumas normativas são seguidas, à medida em que os crivos da avalição do PNLD assim o exigem. Além disso, a força da exposição, que, de acordo com o autor, deve ser desvencilhada de paixões que comprometam os conteúdos, tornando-os tendenciosos, também é atendida mediante a avalição desenvolvida pelos/as avaliadores/as do PNLD. Neste sentido,

> [...] o livro didático deve sugerir um tratamento interpretativo da experiência histórica que corresponda aos *princípios metodológicos mais importantes do pensamento histórico* produzidos pela história como ciência especializada. Tem que *apresentar os procedimentos mais significativos do pensamento histórico*, e de tal modo que possa se *exercer na prática: o desenvolvimento de problemas, o estabelecimento e a verificação das hipóteses, a investigação e análise do material histórico, aplicação crítica de categorias e padrões de interpretação globais.* Deve *oferecer explicações inteligíveis e verificáveis*, sem se limitar, entretanto, a meras afirmações de fatos, bem como *evitar por princípio argumentações monocausais* [...] (RÜSEN, 2011, p. 123, grifos meus)

Sobre essa forma de desenvolvimento da dimensão interpretativa, as fontes analisadas contam com páginas de atividades ao final do capítulo, além de algumas outras incluídas em meio ao texto base. Elas podem ser identificadas nas seções *Retomando*, *Leitura e escrita em História*, *Integrando com Ciências* e *Você cidadão*, no LD1; e *Retomando* e *Leitura e escrita em História*, no LD2.

Destas atividades, a primeira do LD1 orienta o/a estudante a completar um quadro com informações sobre a Revolução Industrial. Para completá-lo, é necessário indicar onde e quando aconteceu, as razões do pioneirismo inglês, a máquina que se tornou o marco da Revolução Industrial, os inventos referências

nos transportes e os grupos sociais que se formaram durante esse processo. No LD2, a primeira atividade utiliza-se de um trecho de Hobsbawn para introduzir aos/às estudantes questões sobre o que foi a Revolução Industrial, quais foram suas mudanças e quais destas mudanças os/as estudantes consideram como a mais importante. Tanto o quadro do LD1, quanto as atividades do LD2, podem ser resolvidas utilizando-se das informações disponíveis no material. Além disso, a atividade contempla pontos relevantes da Revolução Industrial, haja vista que estes também são discutidos na ciência de referência, como foi possível observar nos autores utilizados na seção anterior.

A segunda do LD1 atividade, que é a sexta do LD2, está fundamentada na obra *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*, de Eric Hobsbawm (1979). Nela, é solicitado ao/a estudante que analise uma tabela intitulada *Construção mundial de estradas de ferro (em milhas)*, na qual os dados dispostos correspondem aos países do Reino Unido, Estados Unidos, Europa (com o Reino Unido) e restante do mundo. A tabela abarca os anos de 1840 até 1880, dividindo essa temporalidade em décadas. Cobra-se do/a estudante, em atividades, que indique qual a temática da tabela, se há um crescimento progressivo na construção de ferrovias, e, por fim, que analise as diferenças entre o crescimento ocorrido no Reino Unido e nos Estados Unidos na temporalidade abordada. A atividade pode ser respondida buscando-se as informações e interpretando o gráfico. A segunda atividade do LD2 se estrutura solicitando ao estudante que analise três imagens (uma costureira trabalhando em uma oficina, uma fábrica de iogurte e algumas esculturas em argila), e responda a qual tipo de forma de produção cada uma delas se associa, qual dessas formas é a mais antiga e a mais recente, e se, com o advento da maquinofatura, o artesanato e a manufatura desapareceram.

No que se refere aos documentos históricos escritos mencicoados na seção anterior, em ambos os materiais, estes estão vinculados às atividades de fim de unidade. O primeiro deles, em relação ao LD1, consiste em um excerto de Michelet *apud* Letícia Bicalho Canêdo, na obra *Revolução Industrial*, no qual há a descrição de uma viagem de trem no século XIX, no trecho entre Londres e Liverpool, e faz parte da proposta que compõe a terceira atividade do material. Na atividade, pede-se que o/a estudante responda o que se pode concluir com

a leitura do excerto e de que forma que invenção do trem afetou a vida das pessoas e o transporte de mercadorias, naquele período. Já no LD2, a terceira atividade está estruturada em múltipla escolha, questionando ao/à estudante sobre o pioneirismo inglês e solicitando que assinale a alternativa correta. Ambas as atividades podem ser respondidas tanto com a análise do texto fonte, no caso da do LD1, quanto com as informações angariadas com o estudo do capítulo.

Na quarta atividade do LD1, sétima do LD2, por intermédio de uma análise do gráfico intitulado *Crescimento demográfico na Grã-Bretanha (em milhões de habitantes)*, solicita-se que os/as estudantes respondam o que se pode concluir com a leitura do gráfico, e quais os possíveis fatores que levaram ao crescimento demonstrado. O gráfico em questão fora retirado da obra *História dos fatos econômicos contemporâneos*, de Maurice Niveau. E com base no que fora estudado no decorrer do capítulo, é possível responder ambas as questões, haja vista o suporte dado no material. A quarta atividade do LD2 solicita ao estudante que pense e escreva sobre o encadeamento de invenções e melhorias de maquinários para otimização do processo produtivo, utilizando um exemplo de uma dessas invenções.

Na última questão do bloco *Retomando* no LD1, pede-se que o/a estudante explique qual a relação entre o desenvolvimento dos transportes e os desdobramentos da Revolução Industrial. Já o LD2, que possui um total de nove atividades para esse primeiro bloco (algumas já mencionadas anteriormente), na quinta atividade, solicita-se aos/às estudantes que abordem sobre os impactos da máquina a vapor nos meios de transporte, e sobre o que mudou com o advento da locomotiva e do barco a vapor. Na oitava questão, que compreende uma análise de imagem, pede-se aos/às estudantes que identifiquem o local onde a cena de trabalho ocorre, que descrevam quem realiza o trabalho e como ele é realizado[4], e que ressaltem o porquê da preferência pelo trabalho feminino e infantil durante a Revolução Industrial. Na última atividade da seção *Retomando* do LD2, por intermédio de um trecho de autoria desconhecida, mas mencionado na obra de Antônio Carlos Nogueira, *Sociedade*

[4] Na cena há uma mulher e uma criança trabalhando em uma mina de carvão, de modo que a mulher está à frente, conectada por uma corrente ao carrinho de carvão que busca movimentar dentro de um túnel, com auxílio da criança que emburra o carrinho na parte traseira.

e Organizações, pede-se que os/as estudantes façam a leitura do trecho e assinalem a alternativa correta[5]. Em todos os casos, as atividades são passíveis de realização, como o próprio nome do bloco de atividades supõe, "retomando" os conteúdos do texto base do didático ou pela análise de imagem ou texto fonte que as acompanham.

A segunda seção de atividades do LD1, *Leitura e escrita da História*, possui uma característica um tanto distinta da primeira. Nela, o/a estudante terá contato com duas tipologias distintas de fontes: imagética e escrita. A imagética consiste, no LD1, no cartaz produzido pela Central Geral dos Trabalhadores da França em 1914. Cinco atividades de interpretação acompanham a imagem. Na primeira delas, pergunta-se ao/a estudante quem são os grupos sociais representados na imagem; na segunda, como foi possível chegar a essa conclusão; na terceira, o que esses grupos representados estão fazendo; na quarta, que levantem hipóteses sobre o que possivelmente significa a frase "*Appliquera les 8 heures*"; e, na última, se é possível saber o contexto de elaboração do cartaz. Na mesma seção no LD2, há uma gravura de 1820, acompanhada de quatro questões, sendo a primeira delas questionando quem são as crianças da imagem e o que estão fazendo; a segunda, quem seria o homem de cartola; a terceira, quem seria a mulher adulta representada na imagem; e a quarta, o que a imagem sugere sobre o ambiete das fábricas.

Nota-se que, no LD1, todas as questões se remetem ao que fora exposto no texto base sobre a classe trabalhadora, sua condição e luta, bem como na divisão de classes e de interesses de classes inaugurada e acentuada com a Revolução Industrial. No LD2, a preopação centra-se na questão do trabalho infantil e feminino, também abordados no texto base do didático. O uso da fonte como recurso para interpretação torna-se, nesse sentido, uma forma de resguardar o caráter científico da história haja vista que tanto o documento (a imagem), quando o texto base (uma espécie de referencial teórico que o estudante dispõe) caminham para a possiblidade interpretativa. Isso pode ser inferido mediante a citação de Rüsen (2011, p. 123) supramencionada, principalmente na parte onde o autor destaca que o livro didático deve ter meio

[5] O trecho é sobre um anúncio do movimento ludista, em tom de ameaça, exigindo a retirada de maquinário e empregabilidade de pessoas desempregadas.

para se "[...] se exercer na prática: o desenvolvimento de problemas, o estabelecimento e a verificação das hipóteses, a investigação e análise do material histórico [...]". Neste sentido, as dimensões da *experiência*, pelo uso da fonte, da *interpretação*, pelos questionamentos levantados e possibilidades de resolução, podem *orientar* a resolução da situação problema ditada pelo material.

A segunda atividade da seção *Leitura e escrita da História* do LD1, que vem com a titulação *Vozes do Passado*, possui um trecho da descrição da cidade de Manchester, de William Cooke Taylor, *apud* Edgar de Decca, na obra *Fábricas e Homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores*. Na atividade, solicita-se, primeiramente, que o/a estudante transcreva o que foi visto pelo testemunhante ocular; a relação entre o que fora visualizado e os problemas ambientais atuais; se atualmente as fábricas ainda ocupam os centros das cidades; e, por fim, o que fazer para diminuir a poluição do ar. Essa atividade, que, aparentemente, adentra nos preceitos de interdisciplinaridade, colabora para a formação da consciência histórica ao passo em que se utiliza da representação de um recurso do passado (o excerto de testemunho ocular) e o relaciona com aspectos da vida do/a estudante na atualidade, respeitando a historicidade do fato. Nesse sentido:

> A formação histórica organiza sua autocompreensão mediante a memória histórica: engaja a definição histórica de seu próprio ponto de partida na vida social presente; vincula o direcionamento da vida prática às representações de processos temporais significativos; projeta as perspectivas do agir futuro pelas formas discursivas que vivem do espírito da ciência. (RÜSEN, 2007b, p. 101-102)

Na seção *Integrando com as Ciências*, presente apenas no LD1, a atividade versa sobre os casos de tuberculose que aumentaram com a Revolução Industrial. Nela, questiona-se o que é essa doença, como ela é transmitida, quais são seus sintomas, por que a Revolução Industrial colaborou para aumentar os casos e se ela ainda ocasiona mortes no Brasil. Nota-se, nessa seção, uma proposta menos alicerçada na ciência histórica que a mencionada anteriormente, haja vista que a resolução das questões trabalha mais com conceituações da área das ciências (o componente de ciências do currículo

escolar) que necessariamente da história. Também o direcionamento da proposta não vem acompanhado de nenhuma fonte histórica ou de resolução pelo referencial deixado pelo texto base do livro didático estudado pelo/a aluno/a anteriormente. Se o alinhamento da proposta, desta maneira, for proposital, pode-se incorrer a uma descaracterização da história enquanto ciência, haja vista que não existe história sem fontes.

Por fim, na última seção de atividades que compõe o capítulo sobre a Revolução Industrial do LD1 é intitulada *Você cidadão,* também ausente no LD2. Porém, a mesma atividade compõe a subseção *Vozes do passado* no LD2. Em ambos os materiais*,* há um trecho da entrevista concedida por Hannah Brown para o Comitê da Câmara dos Comuns, em 1832. No trecho, a entrevistada afirma ter iniciado o trabalho nas fábricas de fiação aos nove anos, com uma carga horária de mais de dez horas diárias, sem horário para refeições, de maneira insalubre (posto que ela relata ter problemas nos joelhos ocasionados pelo trabalho). Além disso, Hannah ainda relata ter sofrido castigos físicos do patrão, e que isso fazia parte do cotidiano da fábrica. Nas atividades que seguem o relato, solicita-se que o/a estudante indique: a) quem é a pessoa "falando" no texto – pois como se trata de uma entrevista, a narrativa é composta por perguntas e respostas; b) de que tempo ela está "falando"; c) como era o seu cotidiano; d) o que levava os empregadores a optarem pelo trabalho infantil; e, e), que se faça uma pesquisa sobre trabalho infantil, ressaltando que é considerado crime. Exceto pelas alternativas "d" e "e", a atividade é exatamente a mesma do LD2, com a diferença que, neste último, não há alternativa "e", e a "d" questiona se há trabalho infantil na atualidade e solicita ao/à estudante que escreva um texto sobre isso.

O LD2 conta ainda com mais um subseção dentro da seção *Leitura e escrita da História*. Nomenclaturada de *Vozes do presente*, a seção é composta por um trecho do texto *Migrações e trabalho sob contrato no século XIX*, de Marco Aurélio Santos, e de uma fotografia que retrata uma família de imigrantes de Nova York em 1900. Além de sugerir a leitura do texto, essa seção solicita aos/às estudantes que selecionem a alternativa correta acerca da expansão do capitalismo; pergunta quais fatores contribuíram para o crescimento das imigrações durante esse período; e também, que os/as estudantes leiam

informações sobre sobre os possíveis motivos das imigrações e reproduzam em seus cadernos aquelas que estão corretas.

Em todos estes casos, infere-se, há a possibilidade de maior articulação dos preceitos da ciência da história e da dimensão da *interpretação* destacada por Rüsen (2011), haja vista que é possível ao/a estudante basear-se em um documento para a resolução das atividades, pensar sobre o contexto de produção levando em consideração o que fora ressaltado no "material de referência" que possui e, ainda, ampliar esse estudo para a realidade que o cerca por meio da ressignificação do trabalho infantil na atualidade. Nessa atividade, o/a estudante exercita a *interpretação* e a *orientação*, à medida em que volta seu olhar de maneira fundamenta ao passado e pode articulá-lo com o presente.

Assim, no que se refere à *interpretação*, campo que permite ao/a estudante se apropriar da história e ressignificar sua importância, conferindo sentido ao passado, compreendendo as intencionalidades dos sujeitos históricos e as permanências e rupturas históricas, foi possível identificar que, por intermédio das atividades, suscita-se o desenvolvimento do pensamento histórico. Partindo de atividades que têm por objetivo retomar o que fora estudado, para àquelas que incitam a análise de fontes, o material sumariamente incentiva a nascença de um pensamento histórico, que, se somado ao esforço docente e às condições de trabalho adequadas para tal propósito, podem resultar no desenvolvimento da *orientação*, último campo da consciência histórica, no qual o/a estudante utiliza do conhecimento do passado para a compreensão do presente e perspectivação de um futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que fora empreendido nessa análise, pode-se considerar que a forma como o objeto de conhecimento é encaminhada nos didáticos escolares analisados, pelo menos no capítulo sobre a Revolução Industrial, se alinha com a formação do pensamento histórico que leva à consciência histórica, levando-se em consideração o que fora abordado nas seções anteriores e em consonância com os campos da *experiência*, *interpretação* e *orientação* dispostos por Jörn Rüsen (2011).

Isso porque, como destacado anteriormente, é possível se experenciar pontos chave da Revolução Industrial por intermédio do conteúdo do texto base do didático, que está alinhado com os referenciais sobre a temática (Hobsbawm (1985), Mantoux (1957) e Thompson (1987), por exemplo); há fontes escritas e imagéticas sendo interpeladas enquanto tais no material; bem como, em alguns pontos, uma ligação com o presente do/a estudante em recorrência ao passado (principalmente na temática do trabalho infantil).

Alguns dos pontos chave da Revolução Industrial, tais como o trabalho infantil e feminino, a exploração acentuada da força de trabalho, o pioneirismo inglês, a divisão de classes e do trabalho social, a dinamização da produção pelo uso de maquinário, entre outros, estão presentes no texto base do didático, e seguem na mesma linha da ciência de referência quando se usa de referencial. Mas vale ainda destacar que condições de trabalho dignas e que nos permitam a exequibilidade das propostas são imprescindíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 10 Jun. de 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Materiais Didáticos: Concepções e Usos. In: **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

BOULOS Júnior, Alfredo. **História sociedade & cidadania** : 8o ano : ensino fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Júnior. — 4. ed. — São Paulo : FTD, 2018.

BOULOS Júnior, Alfredo. **História sociedade & cidadania** : 8o ano : ensino fundamental : anos finais / Alfredo Boulos Júnior. — 1. ed. — São Paulo : FTD, 2022.

BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Portugal : Publicações Europa-América/Fórum da História, 1983.

CAPARRÓS-LERA, Josep María; ROSA, Cristina Souza. O cinema na escola: uma metodologia para o ensino de história. **Educ. foco, Juiz de Fora**, v. 18, n. 2, p. 189-210, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática do Ensino de História**: Experiências, Reflexões e Aprendizado. Campinas, SP. Papirus, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções** (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MANTOUX, Paul. **A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra**. Hucitec, 1957.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história. Brasília ; Ed. Unb, 2001.

RÜSEN, Jörn**. Reconstrução do Passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília ; Ed. Unb, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História Viva.** Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília ; Ed. Unb, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Orgs: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SALLES, André Mendes. Ensino de História, Livros Didáticos e Cultura Histórica. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa, Editora da UFBP, p. 39-64, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. V. 1, 2 e 3Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

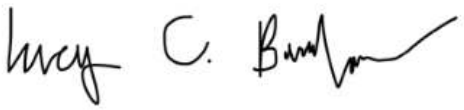
VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2011

Recebido em 03/09/2024.
Aprovado para publicação em 21/07/2025.

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRADUÇÃO

Autorizo a publicação da tradução do artigo de minha autoria intitulado “SEXO, POLÍTICA E RELIGIÃO: ENSINANDO MEDIEVALISMOS DESAFIADORES COM *BECKET* (1964) E *O LEÃO NO INVERNO* (1968)” na seção “traduções” da Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

24 de setembro de 2024.



Lucy C. Barnhouse

Assinatura

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

SEXO, POLÍTICA, RELIGIÃO[1]

O ensino de medievalismos desafiadores com *Becket* (1964) e *The Lion in Winter* (1968)

SEX, POLITICS, RELIGION

Teaching challenging medievalism with *Becket* (1964) and *The Lion in Winter* (1968)

LUCY BURNHOUSE[2]

DEBORAH FRITSCH[3]

RESUMO

Este artigo explora como os filmes *Becket* (1964) e *The Lion in Winter* (1968), ambos protagonizados por Peter O'Toole no papel de Henrique II, podem fomentar discussões sobre sexualidade, política e religião no medievo em contextos de ensino de graduação. Tais temas são frequentemente concebidos pelos estudantes como imutáveis no período medieval; sexo e sexualidade, por exemplo, costumam ser reduzidos a práticas heterossexuais rigidamente reguladas pelas normas da Igreja. Os estudantes tendem a perceber os sistemas políticos medievais como estritamente hierárquicos e inescapavelmente opressivos. A religião medieval – frequentemente o Cristianismo – também é muitas vezes lembrada como um instrumento de opressão e controle. Este estudo explora como os filmes analisados constituem ferramentas eficazes de ensino, tanto em disciplinas voltadas ao estudo da Idade Média no cinema quanto em cursos introdutórios sobre pesquisa em História Medieval. *Becket*, com sua temática Anouilhiana centrada no embate entre realismo e idealismo, oferece um ponto de partida para se discutir as complexidades das normas medievais, da política e das funções sociais da Igreja. Além disso, ambas as obras permitem introduzir debates relevantes sobre a visibilidade – ou ausência – das mulheres medievais nas representações cinematográficas. Por fim, os dois filmes retratam sexualidades queer de formas que desafiam os pressupostos dominantes nos medievalismos populares. Seja por meio dos múltiplos relacionamentos sexuais transgressivos em *The Lion in Winter*, seja na tensão erótica explícita entre a representação de Becket por Richard Burton e a de Henrique II por O'Toole, o estudo examina como essas obras desafiam as

[1] Tradução de artigo originalmente publicado na Open Library of Humanities Journal. Disponivel em: Barnhouse, L. C., (2023) "Sex, Politics, Religion: Teaching Challenging Medievalisms with *Becket* (1964) and *The Lion in Winter* (1968)", *Open Library of Humanities* 9(1). doi: https://doi.org/10.16995/olh.9347

[2] Professora Assistente do Departamento de História da Askansas State University: lbarnhouse@astate.edu.

[3] Tradutora. Mestranda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: deborah.fritsch5@gmail.com.

concepções prévias dos alunos sobre o período e oferecem oportunidades para a análise crítica de fontes primárias medievais.

Palavras-chave: Cinema e História. História Medieval. Ensino de História. Medievalismos.

ABSTRACT

This essay explores how the films *Becket* (1964) and *The Lion in Winter* (1968), both starring Peter O'Toole as Henry II, can start conversations about medieval sexuality, politics, and religion in the undergraduate classroom. All three of these topics are frequently imagined by students as monolithic in the medieval period; sex and sexuality, for example, can be reduced to heterosexual practices joylessly regulated by church law. Insofar as students have a conception of medieval political systems, these are usually imagined as both strictly hierarchical and inescapably oppressive. Medieval religion — usually Christianity — is also often imagined as an instrument of oppression and control. This essay explores how the films are useful teaching tools, both in an undergraduate course on the Middle Ages in cinema, and in a general medieval survey course. *Becket*, with its characteristically Anouilhian theme of realism vs. idealism, is a good starting point for discussing the complexities of medieval law, church politics and the church's social functions with students. The films also help to start useful conversations on the visibility and invisibility of medieval women in film. Finally, both films depict queer sexualities in ways that are at odds with much popular medievalism. Whether in *The Lion in Winter*'s multiple transgressive sexual relationships, or in the visually explicit erotic tension between Burton's portrayal of Becket and O'Toole's Henry II, this essay examines how these films challenge students' preconceptions and create opportunities for analyzing relevant primary sources.

Keywords: Cinema and History. Medieval History. History teaching. Medievalisms.

INTRODUÇÃO

> Hoje em dia, são os padres que escrevem toda a história, e eles farão justiça a mim. Henrique, eles dirão, foi um bastardo brilhante.
> – Henrique II, *The Lion in Winter* (1968)

"Reis ressurgem" (Anouilh, 2004, p. 47), diz Thomas Becket no segundo ato da peça *Becket,* ou *A Honra de Deus,* de Jean Anouilh. Henrique II (r. 1154-1189), o primeiro rei Plantageneta[4], provou ser particularmente propenso a tal ressurreição metafórica. Os filmes *Becket* (1964) e *The Lion in Winter* (1968),

[4] De origem normanda, a dinastia Plantageneta governou a Inglaterra de 1154 a 1485, iniciando com Henrique II e encerrando com Ricardo III. (Nota da tradutora).

ambos protagonizados por Peter O'Toole e pertencentes ao que pode ser chamado de "Universo Cinematográfico Plantageneta", podem ser utilizados para fomentar discussões abertas e produtivas em cursos de graduação. O foco principal de ambos os filmes recai sobre a vida de indivíduos inseridos em seus contextos históricos, e não sobre o mundo Angevino[5] em si. Ainda assim, essas obras buscam evocar este contexto, ainda que de graus variados: políticas internacionais são discutidas na corte natalina ficcionalizada de *The Lion in Winter*, e *Becket* apresenta mais travessias pelo Canal da Mancha — e maior reconhecimento das relações internacionais – do que muitos filmes ambientados na Inglaterra medieval. Ambos filmes oferecem bons pontos de partida promissores para discutir política, sexualidade e religião no medievo — três temas que frequentemente são percebidos pelos estudantes como aspectos monolíticos do período. Como argumenta Scott Alan Metzger, a história medieval, em particular, tende a ser reduzida por muitos estudantes a "declarações simplificadas, histórias coloridas e atividades desconectadas" (Metzger, 2010, p. 346).

Os alunos costumam chegar às disciplinas de história medieval com pouco conhecimento concreto sobre o período, mas eles quase sempre carregam uma imaginação robusta de como a Europa medieval era. Essas impressões são moldadas pela longa história do medievalismo, que imagina o passado medieval como um contraponto ao presente (Brown, 2000; Pugh; Aronstein, 2021). Embora os alunos de graduação possuam uma compreensão genérica dos sistemas políticos medievais, estes são geralmente imaginados como estritamente hierárquicos e inescapavelmente opressivos. Sexo e sexualidade podem ser reduzidos a práticas heterossexuais rigidamente reguladas pela Igreja. A religião, geralmente o cristianismo, é frequentemente imaginada como impondo ensinamentos estritos e reprimindo o pensamento independente. Ainda que nem todos esses medievalismos[6] negativos sejam diretamente contestados pelos filmes analisados, todos podem ser produtivamente interrogados a partir deles. Ao evocarem comparações entre o

[5] A expressão "mundo Angevino" designa os vastos territórios governados pelos Plantagenetas, incluindo a Inglaterra e diversas regiões da França, como Anjou e Aquitânia. O termo destaca o caráter híbrido do poder real no século XII. (Nota da tradutora).

[6] O termo "medievalismo" refere-se às formas pelas quais a Idade Média tem sido reinterpretada ou apropriada por períodos posteriores. (Nota da tradutora).

medieval e o moderno, *The Lion in Winter* e *Becket* alternam entre entre o tom sério e cômico. Quando comparados com fontes medievais primárias, eles podem desestabilizar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre a Idade Média, e ajudar a cultivar o que Tanya Clement chama de “multiletramentos”, incentivando os estudantes a se tornarem criadores, ao invés de meros consumidores de conhecimento (Clement, 2012, p. 376–80; Dotolo; Nicolay, 2008).

Ainda que pareça óbvio, a visão da Idade Média apresentada por esses filmes é altamente estilizada e, por vezes, assumidamente artificial. Isso não apresenta um impedimento. Pelo contrário, abre espaço para discussões teoricamente ricas sobre o trabalho da interpretação histórica e sobre o que é incluído — e excluído — no imaginário popular sobre o período medieval. Com os personagens em ambos os filmes refletindo sobre suas histórias e legados, a audiência é implicitamente convidada a fazer o mesmo. Embora a influência dos trabalhos de Jean Anouilh sobre as reputações populares de Henrique II e Becket já tenha sido sido examinada criticamente, dos dois filmes, *The Lion in Winter* foi o que mais atraiu a atenção de medievalistas e estudiosos do cinema (Jones, 1978; Sobchack, 1997; Williams, 2010). O objetivo aqui é considerar que ambos os filmes possam contribuir para o que Geraldine Henf chamou de uma “reeducação do desejo” dos estudantes, envolvendo uma expansão e revisão das fantasias sobre a Idade Média, e questionando a quem essas fantasias se destinam (Heng, 2019, p. 275–90).

A Idade Média é frequentemente reinventada em diversos formatos midiáticos, a despeito de as disciplinas vinculadas aos Estudos Medievais ocuparem um espaço cada vez mais disputado nos currículos universitários, especialmente nos Estados Unidos (Eisenberg *et al*., 2021). Abordar o medievalismo no ensino pode facilitar um engajamento mais cuidadoso e rigoroso com o passado medieval (Barnhouse, 2020). Tal cenário representa uma oportunidade especialmente rica no caso dos Angevinos, cuja história foi ricamente documentada, amplamente estudada e coloridamente representada no cinema. Os filmes em discussão aqui, ao lidarem com ansiedades tanto medievais quanto modernas, oferecem representações vívidas de debates sobre a política Angevina, gênero e sexualidade, e o papel da Igreja no século XII. Ao fazer isso, eles passam a integrar discursos historiográficos complexos

(Sobchack, 1997).

1. MEDIEVALISMOS POLÍTICOS E POLÍTICA ANGEVINA NO CINEMA

Tanto *Becket* quanto *The Lion in Winter* apresentam Henrique II como um inovador político, que busca ressignificar o papel do rei. Até que ponto isso de fato ocorreu — e as formas pelas quais o papel régio angevino foi debatido e apresentado durante seu reinado — constituem tópicos de rica tradição historiográfica (Slater, 2018; Ashe, 2013). Apresentar essas discussões aos alunos pode funcionar como uma introdução eficaz ao debate historiográfico (Dotolo; Nicolay, 2008). O temperamento Angevino de Henrique, infame nas fontes primárias[7] e amplamente analisado pelos historiadores, é visível em ambas as interpretações de O'Toole no papel de rei. O desejo de Henrique de ser reconhecido por Felipe da França (r. 1180-1223) em *The Lion in Winter* é também constitui um ponto frutífero de análise (Keefe, 2003). O clímax dramático do filme gira em torno da compreensão que Henrique tem de sua própria autoridade régia: "Quem pode dizer que isso é monstruoso?", pergunta ele, referindo-se ao assassinato que planeja contra seus filhos rebeldes. "Eu sou o rei e chamo isso de justiça" (Harvey, 1968).

As inovações legais e reformas de Henrique, embora compreendidas pelos estudiosos como vitais para seu legado, constituem uma lacuna nos filmes, permitindo uma boa ilustração dos fatores que afetam o medievalismo político ou a construção de um imaginário da política medieval. Em *Becket*, Henrique chega atrasado e abatido ao seu próprio conselho matinal, deixando os deveres burocráticos a cargo de seu chanceler. Já em *The Lion in Winter*, o rei reserva um momento para refletir sobre o seu trabalho, ao tentar forjar uma visão da realeza na qual as facas possam ser abaixadas e reis, liberados de suas obrigações perpétuas de guerra, possam "julgar qual camponês fica com a vaca" (Harvey, 1968; Goldman, 1981, p. 19). No entanto, as reformas legais não fazem um bom espetáculo teatral.

As dinâmicas políticas de *The Lion in Winter* são claramente influenciadas

[7] *Constituições de Clarendon* (1164), *De Instructione Principis* (c. 1190), de Geraldo de Gales, *Historia rerum Anglicarum* (c. 1200), de William de Newburgh. (Nota da tradutora).

pela Guerra Fria, e o conflito imaginário de Anouilh entre normandos e saxões na sua peça *Becket*, que influenciou o filme, baseou-se em uma teoria já desatualizada antes mesmo de a peça ser apresentada pela primeira vez, em 1959. Ambos os filmes oferecem uma visão sublime do medievalismo político como expressão de ansiedades modernas, apresentando o medieval como aquilo a que Jeffrey Jerome Cohen se refere como "meio excluído no coração pulsante da modernidade" (Cohen, 2000, p. 5). Quando Katherine Hepburn, no papel de Eleanor, fala de sua família em conflito constante: "nós somos todos criaturas selvagens", os alunos geralmente tendem a assumir isso como representativo de quão violentas e caóticas eram as coisas "antigamente". Pode-se convidar os alunos a considerar o que essa renúncia elegíaca pode significar para o público norte-americano da Era Espacial, cercado pelos sucessos científicos auto gratificantes da modernidade e confrontado com as realidades do conflito intergeracional e das guerras estrangeiras impopulares.

Uma das falas mais marcantes do filme é: "É claro que ele tem uma faca, todos nós temos facas; estamos em 1183 e somos todos bárbaros!" Embora cômica, essa frase também oferece a oportunidade de refletir sobre o que acontece se substituirmos a faca por "bomba nuclear". Afinal, *The Lion in Winter* é um filme realizado no auge da Guerra Fria, e trata, entre outras coisas, dos riscos da paz e do perigo de ser o primeiro a baixar a faca. Laurie Finke e Martin Shichtman interpretam o filme como como uma representação de uma visão política psicanalítica e redutiva, que opõe uma Idade Média hereditária à subjetividade liberal imaginária e à liberdade da modernidade (Finke e Shichtman, 2009, p. 71-108). Meus alunos costumam concordar com essa leitura antes de assistir ao filme, mais do que depois, e debater essa interpretação é uma das atividades que proponho em aula. É certo que *The Lion in Winter*, embora seja um filme intensamente político, também está inexoravelmente centrado na política como questão familiar. O enredo ilustra tanto as tensões notórias entre Henrique II e seus filhos quanto aquilo que Elizabeth A. R. Brown descreve como o "controle determinado de Eleanor sobre sua prole" (Brown, 1976, p. 19). O dramaturgo James Goldman afirmou que havia "um sentido em que [*The Lion in Winter]* é uma peça de família", além de outras classificações (Goldman, 1981, p. iv).

As infames tensões dinásticas dos Angevinos forneceram,

compreensivelmente, um material dramático irresistível. As personalidades grandiosas evocadas na tela podem ser comparadas àquelas descritas em fontes primárias (Internet Medieval Sourcebook, 1996c). Um estudioso, citando a avaliação contemporânea de Geraldo de Gales, observa de forma irônica que o relacionamento de Henrique com seus filhos "não poderia estar mais distante de um idílio familiar" (Plassmann, 2014, p. 149–150; Internet Medieval Sourcebook, 1996b). Outro chega a afirmar que o fracasso de Henrique em administrar sua relação com os filhos comprometeu seu sucesso na manutenção do Império Angevino (Trimble, 1958).

The Lion in Winter, por sua vez, mostrou-se irresistível aos historiadores que dissecam a história dessa família (Brown, 1976; Bachrach, 1984; Nakashian, 2014). Historicamente, os filhos de Henrique lutaram por diversos poderes e, acima de tudo, por independência. Como Laura Ashe observa, nenhum rei da Inglaterra pós-Conquista até Eduardo I (r. 1271-1307) ascendeu ao trono sem contestações e disputas (Asche, 2013). No filme, Henrique se recusa a dividir seu império considerável; todos os seus filhos sobreviventes são — para ele — insatisfatórios, e ele sabe que estão lutando pela coroa (Plassmann, 2014). Aspectos do poder político que, em representações populares da Idade Média, costumam parecer demasiado obscuros para prender o interesse do público, são aqui dramatizados como elementos centrais — tanto para o futuro político quanto para as dinâmicas interpessoais dessa família conturbada. O papel de Ricardo como duque da Aquitânia, a importância de províncias específicas para alianças matrimoniais dinásticas e as obrigações diferenciadas da diplomacia real são constantemente tratados como elementos significativos — ainda que não aprofundados em detalhe — no filme.

Em *Becket*, Henrique deseja que sua família seja entregue ao diabo, de quem se diz que descende (Glenville, 1964; Internet Medieval Sourcebook, 1996b). No caso desse filme, o contraste entre o conflito central apresentado na narrativa e o que é evidenciado nas fontes primárias oferece um ponto de partida produtivo para discussão. Após a leitura das *Constituições de Clarendon* (Internet Medieval Sourcebook, 1996a) — documento que representou uma tentativa de definir os limites entre a autoridade real e a autoridade clerical sob a lei inglesa — proponho aos estudantes um debate sobre as diferentes perspectivas em torno do privilégio real e as formas pelas quais a Igreja garantiu

liberdades aos seus membros, minando, assim, as hierarquias de poder real perante a lei. Neste ponto, costumo destacar a existência de sistemas jurídicos múltiplos que ofereciam liberdades potenciais àqueles que reivindicavam o benefício do clero: o direito, concedido a todos os que estavam em ordens sagradas, de serem julgados por um tribunal eclesiástico em vez de um tribunal secular — o que, em teoria, poderia servir como salvaguarda contra abusos aristocráticos. Esse aspecto frequentemente confunde os alunos, acostumados a pensar na Igreja medieval apenas como tirânica e abusiva, e, portanto, presumivelmente inclinada a acumular privilégios. No filme, é claro, o debate jurídico aparece apenas de forma esporádica. Em termos políticos, somos informados, desde o primeiro letreiro e depois repetidamente, de que o ponto central é o conflito pós-conquista entre normandos e saxões.

Também formulamos, de maneira anacrônica, o conflito entre Igreja e Estado. Embora a representação da Igreja como instituição seja, em sua maioria, hostil, o tema anouilhiano característico do embate entre idealismo e realismo, dramatizado em *Becket*, é central. Podemos interpretar o irmão João — ativista político e aspirante a assassino que se torna monge — como o verdadeiro idealista, alguém que consegue permanecer fiel a seus ideais em um mundo adverso, enquanto Thomas Becket precisa negociar sua honra. Como a sequência ambientada na França demonstra de forma particular, essa negociação exige compromissos tanto políticos quanto religiosos — compromissos que, inevitavelmente, o impedem de evitar sua morte pelas mãos dos cavaleiros de Henrique.

As realidades e contingências históricas do conflito entre Becket e seu rei, embora ricamente documentadas, são também difíceis de analisar. Essa ambiguidade — somada às personalidades vívidas envolvidas — torna o episódio um excelente estudo de caso para introduzir aos alunos os desafios da interpretação histórica. Muitos estudantes iniciam sua trajetória na pesquisa com a expectativa de alcançar certezas sobre os acontecimentos do passado e suas implicações mais amplas. Ao perceberem que tais certezas muitas vezes não são possíveis, tendem a afirmar, com certa desesperança, a incognoscibilidade da história — especialmente da história medieval. Navegar entre esses dois extremos apresenta desafios que podem ser enfrentados por meio do ensino conjunto de narrativas históricas e cinematográficas. Essa abordagem permite

que os alunos desenvolvam e exercitem suas próprias habilidades de interpretação, à medida que analisam obras fílmicas como produtos de leituras históricas e aprendem a se aproximar do passado medieval com mais confiança. Trabalhar com fontes traduzidas sobre a vida de Thomas Becket, por exemplo, pode tornar mais claro o processo de seleção e construção narrativa por parte de dramaturgos e cineastas (Staunton, 2001).

A tensão entre honra clerical e honra masculina, tema de uma historiografia cada vez mais rica desde os anos 1990, pode também ser produtivamente explorada usando *Becket* e de seu roteiro (McNamara, 1994; Elliott, 1999; Cullum and Lewis, 2004; Rasmussen, 2019). A peça de Anouilh contém mais discussões sobre jurisdição eclesiástica e secular do que o filme. Em ambas as versões, Becket é o negociador por excelência — descrito, na formulação de Henrique, como um "colaborador" (Anouilh, 2004, p. 10; Glenville, 1964). Ao falar de si, Becket diz que "ele deve improvisar a sua honra dia após dia" (Anouilh, 2004, p. 36). E, no nível textual, um dos conflitos centrais do filme é o que acontece quando ele se depara com algo sobre o qual não está disposto a negociar: "O que aconteceria", pondera em voz alta, "se Becket ficasse cara a cara com a honra de Deus?" (Glenville, 1964). Antes da excomunhão fatídica do lorde que havia condenado um padre segundo a lei comum, Becket afirma aos bispos hesitantes que "o reino de Deus deve ser defendido como qualquer outro" (Anouilh, 2004, p. 72–75; Glenville, 1964; Nakashian, 2016). No filme, o conselheiro que se torna arcebispo é visto assumindo, sucessivamente, diversas funções — inclusive afastando-se da política ao se retirar temporariamente para um mosteiro — e parece até encontrar prazer em assumir papéis variados. No entanto, o custo potencial dessa negociação nunca lhe escapa completamente. Henrique, por sua vez, atua com um objetivo duplo: trazer Thomas de volta para o seu lado e reconquistar o controle sobre ele. Hugh M. Thomas argumenta que Henrique "se envolveu em uma forma de ousadia de alto risco na controvérsia de Becket" (Thomas, 2012, p. 1075). Embora a raiva, por vezes explosiva, do Henrique interpretado por Peter O'Toole pareça frequentemente mais reativa do que calculada, sua performance oferece um excelente ponto de partida para discutir o que se espera da representação do papel régio medieval no cinema (Elliott, 2011, p. 86–112). Como Roger Ebert observou com perspicácia, o Henrique de O'Toole governa um mundo no qual reis ainda chutavam galinhas

no caminho até o pátio e usavam vestes que pareciam feitas para serem vestidas em novembro e retiradas camada por camada ao longo de abril (Ebert, 1968).

Enquanto o primeiro conflito no filme *Becket* diz respeito à forma como o próprio Becket negocia sua posição, o segundo conflito central se dá entre Thomas Becket e Henrique II. O grau em que o embate entre essas duas personalidades fortes influenciou as complexas lutas políticas em que estavam envolvidos tem gerado, com razão, intensos debates historiográficos. No contexto do filme, a intimidade entre os dois homens — suas tensões mal resolvidas e promessas não ditas — constitui uma dimensão vital do drama. As primeiras palavras de Henrique no filme, enquanto se ajoelha na cripta de Canterbury, são dirigidas a Becket. As últimas palavras de Becket, já deitado nos degraus do altar, são endereçadas a Henrique — ou, ao menos, são sobre ele —, abandonando, ao fim, sua honra e até mesmo a honra de Deus para pensar no homem que foi seu rei. Essa liberdade narrativa é em parte possibilitada por um distanciamento da realidade histórica amplamente documentada sobre as circunstâncias do assassinato. Assim, é possível interpretar o martírio culminante como um desfecho da relação entre Becket e Henrique, enfatizando suas divergências pessoais mais do que o sacrifício religioso de Becket ou o sacrilégio dos cavaleiros (cf. Hayes, 2004, p. 190–215). Uma ênfase semelhante ocorre na cena em que Henrique, em voz alta, se pergunta se ninguém o livrará do padre ingrato que outrora foi seu amigo — o homem que, confessa, ainda ama (McGovern, 2021, p. 266).

2. MEDIEVALISMO DE GÊNERO E O PODER ANGEVINO QUEER

Como Carolyn Dinshaw observa, “o medieval” é frequentemente imaginado, de forma equivocada, como um tempo e um espaço em que gênero, sexualidade e corpo seriam imediatamente visíveis e inteligíveis (Dinshaw, 1999, p. 183–206). Contra essa fantasia medieval — reforçada em *Becket* por uma cena de caráter cômico e erótico que antecede o quadro narrativo da penitência pública de Henrique — a relação entre Thomas e Henrique é apresentada, desde o início, como queer (Dinshaw, 1999, p. 39). Os dois compartilham uma intimidade espontânea, mas também — como se revela no primeiro diálogo entre eles — considerada imprópria. O relacionamento queer de Henrique e Becket é

reforçado no filme quando a Imperatriz Matilda[8] diz ao seu filho que ele não deveria se comportar diferente se Becket fosse uma mulher que provou ser uma amante infiel. Na mesma cena, Eleanor diz a ela que não tolerará a relação de Henrique com Becket como ela tolerou as suas amantes (Glenville, 1964). Esse enquadramento da relação entre o rei e seu conselheiro é fortalecida pelas formas como é explicitamente contrastado com a relação de Henrique com a sua esposa. Vale notar que *The Lion in Winter* também apresenta Eleanor comparando Becket com a Bela Rosamund [9], tratando-o como mais uma rival por sua afeição e atenção (Goldman, 1981, p. 29).

Eleanor é uma figura cuja representação tem sido marcada por uma intensa interdependência entre interpretações acadêmicas e populares; a conhecida — e apócrifa — história de que ela teria cavalgado nas Cruzadas vestida como uma amazona é apenas um exemplo ilustrativo desse entrelaçamento (Harvey, 1968; Brown, 1976, p. 10; Evans, 2009, p. 252–55; Evans, 2014, p. 19–44). Tão magnificamente presente em *The Lion in Winter*, ela aparece raramente em *Becket*. Neste último, Eleanor é representada como uma figura petulante, mesquinha e assexuada — um retrato que contrasta fortemente tanto com a imagem acadêmica quanto com a imagem popular da rainha como uma mulher de poder. Esse contraste merece ser explorado pelo que revela sobre os imaginários de meados do século XX a respeito da domesticidade feminina e pelas particularidades dessa representação no conjunto mais amplo das releituras culturais de Eleanor. Como observou ironicamente Michael Evans, ela é geralmente apresentada como "uma figura notável, cuja carreira marcante se distingue de qualquer outra mulher em uma era considerada atrasada e misógina" (Evans, 2009, p. 244).

O *queenship*[10] medieval mal afeta as representações de autoridade política de Hollywood, apesar da presença generalizada de senhoras na Europa medieva iIntrinsecamente envolvidas no fazer político (LoPrete, 2007; Duggan, 2002; Wheeler and Parsons, 2003; Evans, 2009). Andrew Elliott, em *Remaking*

[8] Mãe de Henrique II e antiga pretendente ao trono da Inglaterra durante o período de guerra civil conhecido como Anarquia. (Nota da tradutora).
[9] Rosamund Clifford, uma das amantes mais conhecidas de Henrique II. (Nota da tradutora).
[10] *Queenship* é o estudo do papel político, simbólico e social das rainhas, especialmente na Idade Média. Examina como elas exerceram poder e influência em contextos tradicionalmente masculinos. (Nota da tradutora).

the Middle Ages, sugere que as dificuldades em teorizar o *queenship* medieval podem ter um papel em sua relativa exclusão (Elliott, 2011, p. 83). No entanto, essa hipótese é enfraquecida pelo fato de que as rainhas medievais continuam sendo figuras marginais nas telas, mesmo com a expansão e diversificação dos estudos sobre rainhas e *queenship* (Mitchell, 2018; Beem, 2016). Além disso, as realidades da autoridade feminina na Idade Média não se ajustam facilmente ao que Nickolas Haydock chamou de "imaginário medieval de Hollywood" (Haydock, 2014, p. 5–35). A cena mais longa de *Becket* com Eleanor se passa no que parece ser seu quarto privado, onde ela borda — uma atividade tipicamente feminina em um espaço feminilizado (cf. Brown, 1976, p. 12–24). Para além disso, essa cena opõe diretamente a relação de Henrique com Becket às "alegrias da vida familiar" (Glenville, 1964). Devo observar que meus alunos frequentemente não percebem a natureza sexualmente carregada da relação entre Henrique e Becket (ou talvez não estejam dispostos a percebê-la). Já tive estudantes que expressaram abertamente repulsa diante da minha explicação de como esse relacionamento pode ser lido como eroticamente carregado ou "queer". Ainda assim, acredito que essa análise é suficientemente produtiva para ser levada adiante, em parte porque os efeitos visuais do filme — e as escolhas de atuação — tornam a tensão sexual mais explícita e insistente do que no roteiro. Ademais, o reconhecimento das reações emocionais dos alunos pode ser um ponto de partida para promover o engajamento com o trabalho proposto (Lang, 2016).

Utilizar perguntas para guiar as discussões dos estudantes, organizando-os de forma individual ou em pequenos grupos, pode ser uma estratégia eficaz para direcionar a análise de um tema pouco familiar. Propor exercícios que incentivem a formulação de hipóteses, ou promover discussões em pequenos grupos com essa finalidade, pode cumprir esse papel (Bean, 2011). O uso de personagens femininas como pretextos narrativos velados para relações semi-eróticas entre homens não é incomum em Hollywood, embora raramente essas situações sejam tão explícitas quanto em *Becket*. Nesse caso, a sugestão da tensão homoerótica é mais evidente nos recursos visuais do que no texto. A primeira fala do roteiro, por exemplo — que omite diversas linhas da peça original —, é de Henrique dizendo: "Bem, Thomas Becket? Você está satisfeito? Aqui estou, despido" (Glenville, 1964; Anouilh, 2004, p. 7).

Em várias cenas de *Becket*, os corpos das mulheres são interpostos entre os dois homens ou, por vezes, obstruídos pela proximidade entre Thomas e Henrique. Primeiro, há a filha de pais respeitáveis que claramente se divertiu com os dois homens, talvez simultaneamente. Aparece também a alegre prostituta francesa, inicialmente invisível, que posteriormente é esmagada pela roupa de cama. Há ainda a camponesa anônima, cujo destino é servir como peça no jogo entre os dois homens, enquanto Henrique finge não compreender as tentativas de Thomas de conceder-lhe um grau de autonomia do qual ela é triplamente excluída — por gênero, classe e etnia. E, claro, há Gwendolyn, a amante galesa fictícia de Becket, interpretada por Siân Phillips. A peça trata explicitamente o relacionamento dela e de Henrique com Becket como paralelos (Williams, 2010). O suicídio de Gwendolyn conduz Henrique — um Henrique belo, disperso e sensual — diretamente para a cama de Thomas Becket. Tanto *Becket* quanto *The Lion in Winter*, embora narrativas distintas, exigem que os espectadores contemplem o que Helmut Puff denominou “possibilidades do mesmo sexo” no mundo medieval (Puff, 2013). Mais de 50 anos após a produção desses filmes, tais possibilidades permanecem muito mais raras na Idade Média hollywoodiana do que na Idade Média histórica.

Em contraste, *The Lion in Winter* explora os desejos sexuais como questões políticas centrais. O mesmo ocorre na representação da dissolução do consentimento e na diminuição do desejo. Na cena inicial da peça, Alais — um peão político e sexual, mas nunca meramente submissa — questiona: “Se eu decidisse causar problema, Henrique, quanto problema eu poderia causar?” (Goldman, 1968). Ao longo da peça, todos os personagens se fazem essa mesma pergunta, dirigida a si mesmos e aos outros. A troca final, nada simples como uma reconciliação, ocorre entre Henrique e Eleanor. Após um filme inteiro de ameaças mútuas, eles discutem as perdas que sofreram como irreparáveis, e Henrique descreve a sobrevivência do relacionamento como a coisa mais próxima que têm da esperança. A natureza do que desejam um do outro permanece ambígua, mas a intensidade apaixonada desse desejo é inconfundível (Harvey, 1968).

Na minha experiência docente, o relacionamento mais complexo para os estudantes analisarem é o intensamente íntimo entre o Henrique interpretado por O’Toole e a Eleanor interpretada por Hepburn. A dinâmica pesada e

nitidamente queer entre o Ricardo de Anthony Hopkins e o Filipe da França de Timothy Dalton é mais acessível para análise, em parte porque as fontes primárias relativas às suas relações diplomáticas e interpessoais podem ser consultadas e utilizadas para examinar a dimensão irredutivelmente pessoal da política medieval. Por exemplo, o relato de Roger de Howden sobre a visita diplomática em que discutem o início do suposto relacionamento foi editado e traduzido (Riley, 1853). Embora, no filme e na peça, Filipe se refira à "sodomia" como algo a ser excluído do corpo político, as categorias históricas frequentemente resistiam a essa imposição rígida de classificações (Burgwinkle, 2004; Karras, 2017).

3. MEDIEVALISMO RELIGIOSO: VENDO E OUVINDO O CRISTIANISMO MEDIEVAL

A questão de como a política está — ou poderia estar — relacionada à religião medieval e suas estruturas é explorada em ambos os filmes, embora com maior ênfase em *Becket*. A natureza e os significados das sucessivas penitências de Henrique em Canterbury — tanto para o rei quanto para seu público — constituem um tema delicado, e a teatralidade desses atos não passou despercebida pelos contemporâneos (Internet Medieval Sourcebook, 1996d; Keefe, 2003; Duggan, 1998). Ademais, a penitência pública retratada na sequência de abertura de *Becket* ocorreu no contexto das guerras de 1173–74, nas quais os filhos de Henrique se aliaram a monarcas rivais em uma rebelião, no que Anne J. Duggan descreveu como "o desafio mais abrangente à sua autoridade". Em outras palavras, "o 'Império Angevino' entrou em colapso diante de seus olhos" (Duggan, 1998, p. 282; cf. Riley, 1853). Tais pressões externas são reconhecidas na peça de Anouilh, mas são omitidas na adaptação cinematográfica (Anouilh, 2004, p. 8). "Oh, Thomas", declara Henrique de O'Toole, ajoelhado diante do túmulo do arcebispo enquanto se prepara para ser flagelado, "Sinto vergonha de toda essa farsa solene" (Glenville, 1964). Apesar da forma como o filme apresenta a penitência e a atitude de Henrique diante dela, o reconhecimento real da santidade do arcebispo serviu, sobretudo, para reforçar a reputação do próprio rei (Oppitz-Trotman, 2014; Internet Medieval Sourcebook, 1996d). Argumenta-se que a legitimação e a promoção do culto a

Becket permitiram a Henrique consolidar sua imagem como o soberano angevino ideal. Como rei capaz de humilhar-se perante Deus e a Igreja, Henrique podia ser comparado a figuras como o rei Davi e Carlos Magno — este último particularmente valorizado como modelo de autoridade entre os governantes anglo-normandos (Oppitz-Trotman, 2014, p. 214–16). Thomas Keefe observou de maneira provocativa que, após a rebelião de 1173, Henrique "encontrou seus momentos mais gratificantes de afirmação [...] no santuário de Thomas Becket" (Keefe, 2003, p. 115).

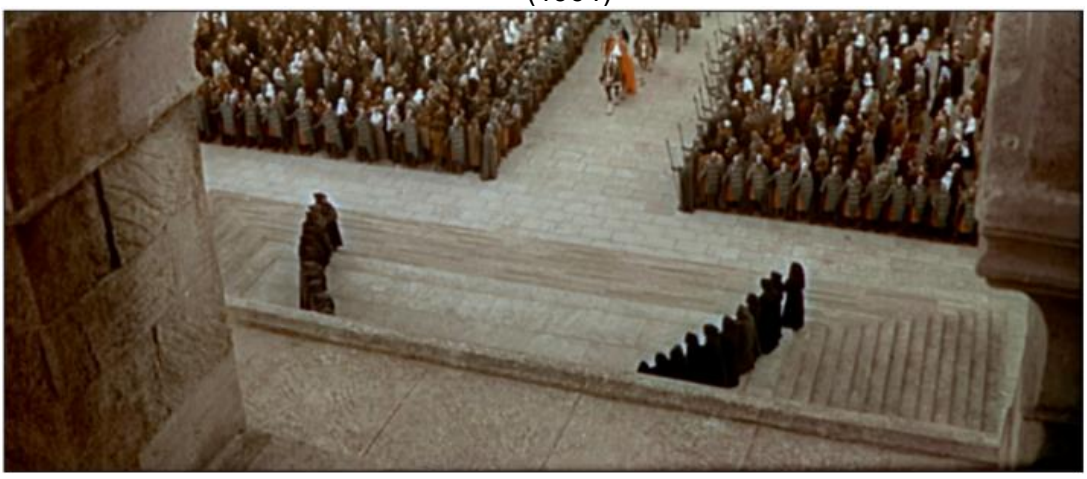
Em *The Lion in Winter*, a religião ocupa um papel marginal e subordinado à política. Isso se evidencia, por exemplo, quando Henrique exclama: "Alguém encontre um padre para mim! Me arranjem um bispo", ao tentar improvisar uma cerimônia de casamento — canonicamente questionável, na melhor das hipóteses — no calor de uma disputa (Harvey, 1968). A presença do clero convocado às pressas na cena seguinte é explorada como recurso cômico: o bispo de Durham, apesar da pompa de seus trajes e do cargo que ocupa, é reduzido a mero espectador das intensas disputas familiares entre os Plantagenetas. Até mesmo o papa é mencionado como uma peça manipulável no tabuleiro político da sucessão angevina (Harvey, 1968). Além disso, a maioria dos personagens demonstra relativa indiferença em relação ao julgamento divino ou à salvação de suas almas. Quando Filipe, tomado de amargura, afirma a Ricardo: "Procurei por você em cada estrada do inferno", o tom é o de um amante ressentido, não de um crente evocando tormentos eternos. A ausência de qualquer sugestão de culpa é reafirmada quando a resposta igualmente mordaz de Ricardo resulta em algo próximo de uma reconciliação (Harvey, 1968). Na cena final do filme, Henrique e Eleanor planejam, quase com alegria, viver indefinidamente — em uma postura que parece zombar de Deus, do diabo e, não menos significativamente, de seus próprios filhos.

A análise dos distintos relacionamentos que os protagonistas mantêm com as crenças e práticas religiosas pode oferecer perspectivas instrutivas. Em uma cena decisiva de *Becket*, Henrique inicia uma reunião do conselho com a provocadora declaração: "Devemos chegar a um consenso sobre quem governa este país: a Igreja ou eu?" (Glenville, 1964). Sua fala é interrompida pela entrada do arcebispo idoso de Canterbury, intensificando a tensão da cena. Ainda nesse momento, Henrique afirma – com um tom seco, porém sereno – que "ninguém

está questionando a autoridade de Deus". Em contraste, Thomas Becket declara que Deus "tem assuntos mais importantes" do que intervir nas disputas dos homens e dos reinos (Glenville, 1964). Essas cenas revelam nuances nas concepções de autoridade espiritual e temporal, sendo especialmente eficazes para fomentar debates em sala de aula. Estudantes frequentemente partem da suposição de que todos na Europa medieval eram profundamente devotos em todos os aspectos da vida cotidiana, e que qualquer desvio dessa norma seria rapidamente e severamente reprimido. Confrontar essas suposições permite refletir sobre a complexidade das relações entre fé, poder e comportamento individual no período.

A análise da catedral e das cenas ambientadas em seu interior pode estimular reflexões relevantes sobre a cultura material e o ritual corporificado no cristianismo medieval. A cerimônia de consagração de Becket como arcebispo — filmada nos cenários construídos dos Shepperton Studios, em Surrey, que substituem a Catedral de Canterbury — apresenta-se como uma encenação visualmente suntuosa, assim como a impressionante cena da excomunhão. As imagens internas e externas desses cenários também são utilizadas no encerramento do trailer promocional do filme, sugerindo que a arquitetura da catedral funciona como um marcador visual de autenticidade histórica (Imagem 1).

Imagem 1: Canterbury via shepperton: Henrique chega para fazer sua penitência (1964)



Fonte: Trailer Paramount para Becket, 1964 [video]. https://www.youtube.com/watch?v=GFQi8tD-NeU. Acesso em 13 março 2023.

Quando Becket é coroado na nave, o espaço resplandece em luz e cor,

em meio a uma cerimônia repleta de espectadores e participantes ricamente trajados. Já a cena da excomunhão — na qual Becket afirma o poder da Igreja frente à autoridade real e à elite política da Inglaterra — ocorre no mesmo local, agora vazio e mergulhado na penumbra. Essa escuridão é rompida apenas pela iluminação (artificial) que incide sobre o altar-mor, enquanto o silêncio do ambiente é quebrado unicamente pelo canto dos cônegos entoando a *Tuba Mirum*, evocando a trombeta apocalíptica que anuncia o julgamento final de Deus. Becket e irmão João descem, inicialmente, da sacristia para o coro da igreja. No percurso, são interceptados por bispos que ainda se opõem às suas políticas, os quais o alertam de que o bispo de Londres aguarda para prendê-lo. Sem os símbolos tradicionais de seu ofício eclesiástico, esses prelados — trajando apenas vestes escuras e cruzes peitorais — assemelham-se a figuras extraídas de uma pintura alegórica medieval. Em nítido contraste, Becket está paramentado com uma alva (túnica branca), estola, manto, mitra, anel episcopal e báculo — insígnias que ressaltam sua autoridade e função pastorais (Imagem 2).

Imagem 2: Burton interpretando Becket como padre e bispo (1964)



Fonte: Trailer Paramount para Becket, 1964 [video]. https://www.youtube.com/watch?v=GFQi8tD-NeU. Acesso em 13 março 2023.

Essa cena, de atmosfera opressiva, contrasta de forma marcante com os longos planos panorâmicos que acompanham os cônegos e Becket em sua marcha solene pela nave em direção ao altar-mor, onde será iniciada a cerimônia de excomunhão do responsável pelo assassinato de um clérigo. No momento em que Becket profere a fórmula da excomunhão, a câmera o enquadra a partir do nível do clerestório, antes de se aproximar em um close-up. Esse movimento

sugere simultaneamente uma perspectiva de onisciência e um olhar de inspeção divina, reforçando a gravidade espiritual e política do rito.

Como o roteiro de *Becket* demonstra uma preocupação explícita tanto com a fé quanto com as estruturas religiosas, concluímos com a análise de elementos audiovisuais de ambos os filmes que evocam o cristianismo medieval. Na cena em que Henrique propõe a nomeação de Thomas como arcebispo, os dois estão posicionados em um claustro adornado com afrescos. As imagens visíveis ao fundo representam: a Anunciação – a proclamação surpreendente da vontade divina e sua aceitação imediata; São Pedro, o primeiro entre os bispos, segurando as chaves da Igreja concedidas por Cristo; a queda do demônio no inferno; e um anjo julgando as almas. Henrique expressa plena confiança em um futuro no qual será auxiliado por seu amigo mais próximo, um homem notável por não temer a Deus. Becket, em contraste, enquadrado por essas imagens de julgamento e transcendência, revela-se visivelmente menos convicto. Na primeira cena em que é chamado a exercer autoridade arquiepiscopal, a pintura mural em seu escritório retrata Pedro – anacronicamente vestido como bispo – sendo libertado da prisão por um anjo. É diante dessa mesma imagem que ocorre o primeiro encontro e confronto entre Henrique e Becket após sua eleição como arcebispo. Esculpida na lareira diante da qual se sentam lado a lado está a inscrição: “Assim passarão todas as glórias do mundo”. Nessa cena decisiva, imediatamente anterior ao intervalo do filme, Becket também devolve o anel de conselheiro da Inglaterra.

Notavelmente, essa cena é uma invenção do filme; a peça mostra Becket enviando o anel a Henrique por um mensageiro, e a expressão de arrependimento de Henrique – “Eu te amo; e você não me amou” – é pronunciada em solilóquio (Anouilh, 2004, p. 64). Nas cenas do filme de concessão e remoção do anel, e na cena é comentado pelo bispo de Londres, o anel é tratado visual e tematicamente como equivalente a uma aliança de casamento, sugerindo votos feitos diante de Deus.

Em *The Lion in Winter*, os bispos são convocados apenas em situações emergenciais — assim como qualquer outro personagem, a depender da vontade de Henrique — e as orações antes das refeições são breves e protocolares. Por outro lado, os rituais natalinos representados no filme mesclam elementos medievais e modernos. Em uma cena anterior, uma árvore de Natal

de grandes proporções é carregada pelos jardins do castelo de Chinon. Posteriormente, Henrique e Eleanor preparam presentes ao redor dessa árvore, cuja estética remete claramente ao estilo vitoriano, enquanto discutem seus passados e futuros. “O que deveríamos pendurar na árvore? O azevinho ou um ao outro?”, questiona Henrique com ironia. Ainda assim, a canção entoada por Alice faz alusão à prática tardomedieval de troca de presentes natalinos, mencionando que “Passaremos o dia como os amantes / abrindo todos os nossos presentes na cama” — uma possível referência aos gestos festivos entre Henrique VI (r. 1422–1461; 1470–1471) e Margarida de Anjou (1430–1482).

A trilha sonora também fornece aspectos ricos para discussão. Embora o esplêndido tema de abertura de John Barry para *The Lion in Winter* comece com um jogo latino idiossincrático das palavras “rei” e “justiça”, os alunos geralmente assumem que, pelo fato de ser cantada em latim, a música deve ser religiosa. Essa suposição não está inteiramente sem embasamento; os usos dramáticos de metais em tons menores evocam cenários pós-medievais de *Dies Irae*, da missa de réquiem. O texto é de um poema medieval anterior atribuído a São Cuteberto, o qual foi editado e traduzido (Waddell, 1948). No entanto, ao omitir a *stanza* final, o texto se recusa propositalmente a antecipar o fim dos conflitos mundanos (Composição de John Barry, 2015; Waddell, 1948; cf. Ifft-Decker; Morales, 2019). Pergunto, então: o que acontece quando o dia da ira que se aproxima está ligado, não ao julgamento final, mas às paixões de reis terrenos? Por outro lado, o tema principal de Laurence Rosenthal para *Becket* contém de fato tanto um hino quanto uma parte da missa. O *Veni creator spiritus*, um hino do século IX que evoca o Espírito Santo, é tocado durante os créditos. Isso poderia ser interpretado como proporcionando uma atmosfera medieval genérica, ou poderia ser lido como uma meditação provocativa sobre a inspiração divina e um comentário sobre as consequências potencialmente caóticas de um homem permitir que sua mente seja transformada por Deus. O mesmo hino é cantado depois no momento da investidura e entronização de Becket como arcebispo. Cristo no julgamento também é centrado na conclusão daquela cerimônia, como o coral canta “Sacerdos et pontifex”, significando “padres e bispos” (Montani, 1920).

Visualmente, o filme sugere que a saída de Becket da catedral, esplendidamente paramentado como arcebispo, constitui o contraponto

simbólico à entrada de Henrique, semi despido sob um manto escarlate que evoca a dignidade real. Ambas as cenas utilizam o trabalho do departamento de pintura fosca dos Shepperton Studios para compor um pano de fundo que remete ao imaginário medieval da catedral (NZPete, 2011). A narrativa da luta, marcada por incredulidade e ressentimento, de Henrique diante das ações de Becket enquanto arcebispo — e da construção posterior de sua santidade — é amplamente documentada e objeto de extensa análise acadêmica, o que permite uma rica interlocução entre história e representação fílmica (Duggan, 2016). Na cena de abertura do filme, quando Henrique adentra a catedral para cumprir sua penitência, o coro entoa o julgamento final sob o olhar de um Cristo pintado na abside: o triunfo litúrgico coincide com a inauguração do drama. Essa justaposição funciona como um comentário sugestivo sobre as formas como o medievalismo opera, sobrepondo tempos históricos distintos e produzindo significados em camadas (Eco, 1990; Dinshaw, 1999; Lees e Overing, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos recursos de medievalismo mais eficazes presentes nessas obras cinematográficas é a preocupação explícita com o legado histórico — e, possivelmente, com uma forma de imortalidade simbólica no âmbito da memória. Embora Charles Tashiro tenha comentado sobre a suposta “estranheza insondável” do medievo ao analisar os usos de iluminação, figurino e cenografia nos filmes, destacando seus anacronismos, proponho que ambas as obras incentivam tanto a imaginação quanto a análise histórica (Tashiro, 2004, p. 41). *Becket* dramatiza as formas pelas quais narrativas concorrentes se entrelaçam em torno de figuras historicamente complexas. O próprio Becket se revela, ao mesmo tempo, moldado por narrativas medievais — de honra, realeza e santidade — e levemente deslocado em relação a elas, mantendo uma autoconsciência persistente até o fim. Henrique, enquanto aconselhado por Becket, demonstra resistência diante das expectativas do exercício pleno da autoridade régia. O filme sugere que tal resistência representa uma tentativa de consolidar seu poder, mas também evidencia, de maneira contundente, os limites dessa autoridade. *The Lion in Winter*, ambientado cerca de uma década depois no mesmo reinado e lançado apenas quatro anos após *Becket*, apresenta

um Henrique mais endurecido: agora envolvido em intrigas e manobras voltadas à manutenção de seu império, ao mesmo tempo em que, com Eleanor, expressa o desejo amargo de permanecerem “presa com presa por toda a eternidade” (Goldman, 1981).

As fotografias promocionais dos filmes, que apresentam a efígie da tumba de Fontevraud e sua emulação por Katharine Hepburn e Peter O’Toole, colaboram para a construção de uma imagem dos reinados representados como — senão eternos — ao menos passíveis de uma ressurreição cíclica (Imagem 3).

Imagem 3. O’Toole e Hepburn, fotografia de divulgação, sem data.



Fonte: coleção da autora.

Essa insistência determinada na resistência da era medieval e no poder de nossas intervenções na construção da imaginação histórica contribui para que *The Lion in Winter* e *Becket* possam ser utilizados para introduzir os estudantes tanto ao medievalismo quanto à Idade Média. Esses filmes podem ser abordados no ensino de diversas maneiras: vinculados a tópicos distintos em um curso sobre cinema medieval ou inseridos em um universo cinematográfico

Plantageneta mais amplo, que abrange desde as rivalidades reais em *As Cruzadas* de Cecil B. DeMille até a política internacional envolvendo Ricardo e João em *Robin Hood*, de Ridley Scott (DeMille, 1935; Scott, 2010). Ambos os filmes, assim como as obras anteriormente discutidas, apresentam um medievalismo político rico, relações abertas a leituras queer e retratos complexos de uma Igreja medieval frequentemente imaginada como monolítica. Considerando que *Becket* e *The Lion in Winter* — e as peças que os inspiraram — pertencem à mesma década ansiosa do século XX, sua abordagem conjunta pode ser especialmente produtiva. Refletir sobre o significado de a Idade Média ser representada por meio de determinados discursos em contextos históricos e culturais específicos possibilita a construção de um estudo de caso aprofundado sobre obras do medievalismo, utilizando as complexas histórias dos Angevinos.

REFERÊNCIAS

ANOUILH, Jean. **Becket, or the Honor of God**. Trad. RAPHAEL, F e RAPHAEL, S. London: Methuen, 2004.

ASHE, Laura. The Anomalous King of Conquered England. In: MITCHELL, Lynette; MELVILLE, Charles (eds.) **Every Inch a King:** Comparative Studies on Kings and Kingship in the Ancient and Medieval Worlds. Leiden: Brill, 2013, p. 173–193.

BACHRACH, Bernard S. Henry II and the Angevin Tradition of Family Hostility. In: **Albion:** A Quarterly Journal Concerned with British Studies, vol. 16, p. 111–130, 1984.

BARNHOUSE, Lucy. The Reality of Joan of Arc: Teaching Movie Medievalism. In: **Perspectives on History**, 2020. Disponível em: https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/march2020/the-reality-of-joan-of-arc-teaching-movie-medievalism. Acesso em 31/01/ 2023.

BEEM, Charles.'Greatest in her offspring': Motherhood and the Empress Matilda. In: FLEINER, Carey; WOODACRE, Elena (eds.) **Virtuous or Villainess? The Image of the Royal Mother from the Early Medieval to the Early Modern Era**. New York: Palgrave Macmillan. 2016, p. 85–99.

BROWN, Catherine. In the Middle. In: **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, vol. 30, n. 3, p. 547–574, 2000.

BROWN, Elizabeth A. R. Eleanor of Aquitaine: Parent, Queen, and Duchess. In: KIBLER, William W. (ed.) **Eleanor of Aquitaine:** Patron and Politician. Austin,

Texas: University of Texas Press, 1976. p. 9–34.

BURGWINKLE, William E. **Sodomy, Masculinity and Law in Medieval Literature:** France and England, 1050–1230. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CLEMENT, Tanya. Multiliteracies in the Undergraduate Digital Humanities Curriculum: Skills, Principles, and Habits of Mind. In: HIRSCH, Brett D (ed.) **Digital Humanities Pedagogy:** Practices, Principles and Politics. Cambridge: Open Book Publishers, 2012. p. 365–388.

COHEN, Jeffrey J. **The Postcolonial Middle Ages**. New York: St. Martin's Press, 2000.

CULLUM, Patricia; LEWIS, Katherine J. (ed.) **Holiness and Masculinity in the Middle Ages**. Cardiff: University of Wales Press, 2004.

DEMILLE, Cecil B. (dir.) **The Crusades**. Paramount Pictures, 1935.

DINSHAW, Carolyn. **Getting Medieval:** Sexualities and Communities, Pre- and Postmodern. Chapel Hill, North Carolina: Duke University Press, 1999.

DOTOLO, Frederick; NICOLAY, Theresa. Approaching History through Literature: Generating Knowledge through Writing and Inquiry in a Cross Disciplinary First-Year Learning Community. **The History Teacher**, vol. 42, n. 1, p. 25–34, 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40543771. Acesso em 01/03/2023.

DUGGAN, Anne J. Becket is Dead! Long Live St Thomas. In: WEBSTER, Paul; GELIN, Marrie-Pierre (eds.) **The Cult of St Thomas Becket in the Plantagenet World, c.1170–c.1220**. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2016, p. 25–52.

DUGGAN, Anne J. Diplomacy, Status, and Conscience: Henry II's Penance for Becket's Murder. In: BORCHARDT, Karl; BUNZ, Enno (eds.) **Forschungen zur Reichs-, Papst- und Landesgeschichte:** Peter Herde zum 65. Geburtstag von Freunden, Schülern und Kollegen dargebracht. Stuttgart: Anton Hiersemann, 1998, p. 265–290.

DUGGAN, Anne J (ed.) **Queens and Queenship in Medieval Europe**. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2000.

EBERT, Roger. **The Lion in Winter.** Chicago Sun-Times, 1968. Disponível em: https://www.rogerebert.com/ reviews/the-lion-in-winter-1968. Acesso em 19/02/2023.

ECO, Umberto. 'Dreaming of the Middle Ages': An Unpublished Fragment. In: WEAVER, W (trand.) **Travels in Hyperreality:** Essays. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich,1990, p. 61–85.

INTERNET MEDIEVAL SOURCEBOOK. **Constitutions of Clarendon, 1164**. New York: Fordham University Center for Medieval Studies, 1996a. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/source/cclarendon.asp. Acesso em 01/12/2022.

INTERNET MEDIEVAL SOURCEBOOK. **Gerald of Wales:** The Death of Henry II and Comments on the Angevin Family, from De Instructione Principis (On the Instruction of a Prince). New York: Fordham University Center for Medieval Studies, 1996b. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/source/geraldwalesdip1.asp. Acesso em 01/12/2022.

INTERNET MEDIEVAL SOURCEBOOK. **Gerald of Wales:** On Henry II and his sons, from The Topography of Ireland, Chapters 49–50. New York: Fordham University Center for Medieval Studies, 1996c. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/source/geraldwales-ire1.asp. Acesso em 31/01/2023.

INTERNET MEDIEVAL SOURCEBOOK. **William of Newburgh:** Becket and Henry, Selections from Book II of his History (c. 1200). New York: Fordham University Center for Medieval Studies, 1996d. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/source/williamnewburgh-becket1.asp. Acesso em 31/01/2023.

RILEY, H (ed.) **The Annals of Roger de Hoveden:** Comprising the History of England and of Other Countries of Europe from A.D. 732 to A.D. 1201. Vol 2. London: H.G. Bohn, 1853. Disponível em: https://archive.org/details/annalsofrogerdeh02hoveuoft. Acesso em 01/03/2023.

STAUNTON, Michael (ed.). **The Lives of Thomas Becket.** Manchester Medieval Sources Series. Manchester: Manchester University Press, 2001.

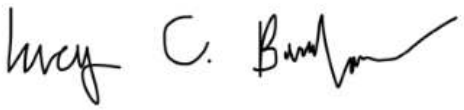
Recebido em 22-09-2024.

Aprovado para publicação em 12-08-2025.

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRADUÇÃO

Autorizo a publicação da tradução do artigo de minha autoria intitulado “SEXO, POLÍTICA E RELIGIÃO: ENSINANDO MEDIEVALISMOS DESAFIADORES COM *BECKET* (1964) E *O LEÃO NO INVERNO* (1968)” na seção “traduções” da Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

24 de setembro de 2024.



Lucy C. Barnhouse

Assinatura

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

NARRATIVA E ARGUMENTOS RETORICOS NO *CORPUS* APICIANO

Legitimidade e convencimento na gastronomia romana

NARRATIVE AND RHETORICAL ARGUMENTS IN THE APICIAN *CORPUS*

Legitimacy and persuasion in roman gastronomy

ADRIANO FAGHERAZZI[1]

CARLOS EDUARDO DA COSTA CAMPOS[2]

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar nas receitas de *Marcus Gavius Apicius* argumentos que comprovem a utilização da retórica na prática da escrita e propor uma leitura do discurso como narrativa no compêndio culinário *De Re Coquinaria* cuja datação inicial remete ao final do século I AEC. Proporemos um breve debate sobre a arte da retórica, o discurso narrativo e métodos de aplicação de conceitos que se aliam para a nossa análise desse manual culinário. Para este fim, utilizar-nos-emos de excertos selecionados em um levantamento quantitativo e qualitativo do *De Re Coquinaria*, que, em nosso ponto de vista, exemplificam a utilização da arte de persuadir do autor e fazem possível que sejam abordados aspectos narrativos como no documento.

Palavras-chave: Apício; Retórica; Narrativa; De Re Coquinaria.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze in *Marcus Gavius Apicius'* recipes arguments that prove the usage of rhetoric in the practice of writing and to propose a discourse reading as a narrative in the culinary compendium *De Re Coquinaria*, initially dated to the late 1st century BCE. We will present We will present a brief discussion on the art of rhetoric, narrative discourse, and methods for applying concepts that align with our analysis of this culinary manual. For this purpose, we will use selected excerpts in a quantitative and qualitative analysis of *De Re Coquinaria*, which, in our view, exemplify the author's usage of the art

[1] Discente de doutorado em Estudos Clássicos pela Universidade de Coimbra sob orientação do Prof. Dr. José Luís Brandão – UC. Bolsista pela FCT e membro do Laboratório ATRIVM / UFMS E-mail do autor: adrianofagherazzi8@gmail.com

[2] Professor de Arqueologia e História Antiga da FACH e PPGAS / UFMS. Membro do PROFHIST/UEMS, coordenador do Laboratório e coleção científica de numismática do ATRIVM / UFMS e Bolsista de Produtividade PQ2. E-mail do autor: carlos.campos@ufms.br

of persuasion and allow to be possible to explore narrative aspects as in the

Keywords: Apicius; Rhetoric; Narrative; De Re Coquinaria

INTRODUÇÃO

Nossa proposta consiste na análise das narrativas encontradas no *De Re Coquinaria*, uma obra literária gastronômica latina que é datada do século I EC e que teve sua autoria atribuída a *Marcus Gavius Apicius*. Ademais, propomos uma reflexão sobre as construções retóricas contidas nos discursos apicianos. Por conseguinte, definimos o nosso interesse em três grandes áreas: a hermenêutica, a literatura gastronómica latina e a retórica.

Após essa breve introdução, discorreremos sobre o contexto de produção do *De Re Coquinaria*, a sua autoria e a forma com que a obra foi organizada. Enfim, um panorama relativo à nossa fonte documental para apresentarmos e justificarmos a necessidade de estudos científicos sobre a obra. Na sequência, apontaremos conceitos pontuais que fazem possível com que sejam estabelecidas as relações entre o discurso narrativo, literatura, história e retórica. Esse momento será utilizado para estabelecermos os conceitos cruciais que nos fornecem embasamentos teóricos para a construção posterior de nossas análises. Por fim, proporemos análises narrativas e retóricas de algumas receitas do corpus apiciano que se enquadram ao nosso objetivo temático.

1. APÍCIO E A CULINÁRIA ROMANA

Estudar Antiguidade é um exercício de criatividade. Logo, notamos a necessidade de reconhecer, no presente, diversos elementos que têm origem no Mundo Clássico. Essa realidade, segundo Pedro Paulo Funari (2006), é vista no próprio mundial, em que a historiografia passou a interagir cada vez mais profundamente com as outras Ciências Humanas e Sociais, em um movimento científico interdisciplinar que justifica a necessidade constante de se trabalhar cada vez mais os documentos Antigos a partir reflexões plurais (FUNARI, 2006, p. 97).

O texto de Apício é uma das obras que chegaram até nós de forma incompleta e ressignificada. Esse problema documental é recorrente quando se busca historicizar o Mundo Clássico, e Joseph Dommers Vehling lamenta essa realidade:

> Grande parte da vida antiga ainda está encoberta e será escondida para sempre por forças invejosas que encobriram a glória e a grandeza passadas. Chão em pó sob os cascos de exércitos bárbaros! Re-modelado, reutilizado cem vezes! Descartado sem valor por mãos desajeitadas! (VEHLING, 1977, p.6)

As poéticas palavras de Vehling transmitem, além de um sentimento, uma realidade dura para os pesquisadores contemporâneos. Isso pois, ao se voltarem aos povos antigos, sofrem e muitas vezes se encurralam em possibilidades extremamente limitadas de documentação – tanto literária quanto da esfera da cultura material – para a prática de seu ofício.

De acordo com Massimo Montanari (2013, p. 93-154), há uma busca atual pela "cozinha histórica", que pretende reconstruir e resgatar o Patrimônio Culinário da Antiguidade. Porém, reconstruir essas sensações do tempo é tecnicamente impossível por diversas variáveis, mas, principalmente**,** pela questão humana, na qual o sujeito não é mais o mesmo em sua educação sensorial. Em nossa visão, os gostos e predileções variam no tempo e no espaço e ajudam a desenvolver os valores da sociedade.

Quando analisamos o meio científico, notamos que houve um crescimento dos estudos sobre as práticas alimentares nas últimas décadas[3]. Desse modo, com a interdisciplinaridade, o campo da alimentação ganhou espaço, buscando compreender os diferentes meios que envolvem a ação de alimentar-se. Os escritos de Carmen Isabel Soares (2014, p. 17) complementam o estudo de Montanari (2013), pois percebemos que as práticas alimentares, tanto na atualidade quanto na Antiguidade, fornecem um manancial de evidências socioculturais que são fundamentais para o debate acerca da cultura clássica. Logo, por meio das leituras de Montanari (2013) e Soares (2014),

[3] Regina Maria da Cunha Bustamante (2005, p. 2) destaca que a partir da relação dialógica entre as ciências, impulsionada pela terceira geração dos Annales, a datar 1974, o estudo das práticas alimentares pelas perspectivas culturais começa a encontrar espaço na historiografia brasileira e deixa de ser considerada um campo periférico e sem importância.

podemos concluir que, por ser o primeiro registro completo de receitas latinas clássicas, o compêndio nomeado *De Re Coquinaria* é um documento que necessita de problematização na ciência contemporânea por sua relevância – o que justifica nosso interesse em elaborar uma análise hermenêutica e retórica da forma com que o autor praticou a sua poética na obra.

A identificação e contextualização dos escritores do período clássico latino é, costumeiramente, lacunar – o que gera várias controvérsias no campo histórico-literário. Sobre a autoria do manual *De Re Coquinaria*, houve a atribuição ao gastrônomo romano Apício – ou pelo menos de uma parte dela –, no século I EC. Miguel Ibáñez Artica (1995) aponta que não se conhece muito sobre Marco Gavio Apício, que, possivelmente, tudo a que temos acesso da produção desse autor são partes da obra que chegaram por intermédio de alguns códices medievais do século IX, que foram compilados no século XV (ARTICA, 1995, p. 5).

A figura de Apício é bastante discutida pela historiografia e Sally Grainger (2006), ao buscar um panorama histórico sobre Apício, aponta-nos algumas características interessantes desse homem romano. Grainger chega à conclusão de que ele certamente não era cozinheiro e sim alguém com uma percepção elevada sobre os hábitos alimentares (GRAINGER, 2006, p.11) – visão essa com a qual partilhamos. As referências literárias nas fontes antigas apontam que o *gourmet* chamado Marco Gávio Apício teria vivido entre 14 AEC e 37 EC, época que remete aos governos dos *principes* Augusto e Tibério em Roma (GRAINGER, 2006, p.12). Ainda segundo Grainger, as receitas que são tratadas no *De Re Coquinaria* eram principalmente colocadas em prática por escravos – estes sim cozinheiros –, e não produzidas por um seleto grupo que é considerado modernamente como “colarinho azul culinário”, ao qual Apício deveria pertencer.

A obra é conhecida por meio de testemunhos que datam do século IX e que foram compilados no século IV. Assim, os textos apresentam características que são comuns àqueles datados desse século[4], além de ser acrescentado um excerto datado do século VI, que é conhecido como *Excerpta a Vinidario*[5]

[4] Jacques André salienta a semelhança na língua utilizada nessas compilações medievais com as obras de *Mulomedicina Chironis* e a *Peregrinatio Aetheriae* ambos datados também do século IV (ANDRÉ, 2002, p. xii)

[5] Esse capítulo é o manuscrito de uma lista de especiarias e trinta e uma receitas intitulado *Extraits d’Apicius*

(ANDRÉ, 2021, p. xii). As receitas que são apresentadas na obra de Apício são uma espécie de manual prático para a cozinha. Logo, não é o que tradicionalmente se tem de material quando falamos em culinária romana, pois esses se direcionavam em apresentar o requinte da culinária romana e não a sua forma de produção (GRAINGER, 2006, p.12). O livro foi, como já ressaltado previamente, resultado de uma série de compilações que deram forma a esse compêndio aceito pela historiografia de modo geral.

O que a historiografia comprova é que, de fato, os dotes culinários da figura de Apício são evidentes, tendo em conta que os autores da literatura latina que se propuseram a apontar seu nome fizeram alusão, de forma direta, às práticas culinárias. A partir do entendimento de Apício, como sendo esse sujeito que detém alto conhecimento das práticas culinárias, e com a percepção de que o compilado de receitas *De Re Coquinaria* teve seu início por meio dessa figura, é importante fazer um recorte mais abrangente para entender o que significam as práticas alimentares e a figura do gastrófilo[6]. É importante enfatizar que, para as pessoas que viviam nesse período de intensa expansão do território e disseminação da cultura romana, as práticas cotidianas estão em constantes transformações, o que altera de forma paulatina todo o dia a dia da população. Entendemos, então, que a obra retrata de forma bastante ampla as práticas alimentares do cotidiano clássico de Roma, no período do Principado – que é justamente a temporalidade histórica em que viveu Apício.

O Principado é um período de transição entre as políticas republicanas e imperiais, logo, trata-se de um diálogo constante entre o antigo e o novo**,** em que diversas práticas são adotadas, ressignificadas ou apenas recuperadas para abarcar a necessidade política desse período de transformação do cotidiano romano (CAMPOS, 2013, p.52). As mudanças nas práticas alimentares que ocorrem nesse período da história romana, e que são amplamente documentadas no *De Re Coquinaria*, atentam, em nosso ponto de vista, para

faits par Vinidarius, podendo o seu autor, de nome germânico, ter feito a cópia na Itália do Norte (ANDRÉ, 2002, p. xvi). Em "O livro de cozinha de Apício: Um breviário do gosto imperial romano" de Inês de Ornellas e Castro, lançado em 1997, o qual utilizamos como referência tradutória, a autora opta por seccionar esta lista de receitas dos demais livros e apresentá-la no final em um capítulo a parte denominada "Lista de Pratos" (CASTRO, 1997, p. 237-247).

[6] A palavra gastrófilo tem sua origem no mundo grego e seus componentes léxicos são: *gaster* (estômago) e *philos* (amigo/amante), mais o sufixo -o que índica a ação do agente. O significado seria então "aquele que gosta de comer bem" (CASTRO, 2015, p. 13).

como a sociedade se moldou a uma realidade expansionista adotada pelo povo romano, bem como sinalizam a importância de levar em consideração esse documento para a escrita da história cultural romana. É interessante apontar que o *De Re Coquinaria* é um documento bastante abrangente. Sua temática abarca diversos temas, como receitas que tratam desde pratos simples, como papas[7], até pratos refinados, em que se utilizam línguas de flamingos[8] e calcanhares de camelos na sua preparação.

A partir de um levantamento quantitativo feito na obra *"O livro de cozinha de Apício: um breviário do gosto imperial romano"*, de Inês de Ornelas e Castro, publicada em 2015, ressaltamos que a versão atual consta com 468 receitas que são dividias em dez livros, organizados de acordo com a temática contida. Além dos dez livros, a edição de Castro possui, ainda, uma listagem de pratos contendo outras 31 receitas que não entram em nosso levantamento, pelo fato de se tratar de uma adição posterior à obra.

A literatura no mundo antigo ocupa, como conceito, um papel diferente da nossa percepção de literatura contemporânea. No século I EC, podemos ver a literatura sendo formada sob diversas perspetivas que hoje em dia não são compreendidas como parte do escopo comum, como é o caso das receitas. Voltando ao século I EC, enquanto os poemas épicos de Lucano estavam falando sobre a guerra civil final da república, Marcial escreve sobre a vida cotidiana da cidade, Suetónio relata biografias e Apício registra receitas gastronómicas. A partir da perspetiva de Castro (2015, p. 16), salientamos que, ao fazer o movimento de arrolo gastronómico, o autor produz literatura a partir da perspetiva clássica de literatura. Logo, quando narra as receitas, tem um objetivo que é, ao nosso ver, de registar o seu cotidiano. Por esse motivo, se a obra de Paul Ricoeur (1994) é lugar privilegiado para examinar questões

[7] O principal alimento consumido no período monárquico eram as *puls*, que são conhecidas atualmente como papas. Estes alimentos eram feitos a partir de grãos de trigo torrados e umedecidos e, no processo de produção, estes grãos eram cozidos na água e sal ou leite. Posteriormente, passaram a ser feitos com farinha branca, mas, inicialmente, acredita-se que os principais tipos de grãos moídos utilizados eram o *milium*, conhecido atualmente como milho, painço e o grão de cevada, denominado na língua latina de polenta. Algumas vezes, estes papas eram incrementados com hortaliças, favas ou lentilhas, mas essa prática não se tratava de uma regra, mas de uma causalidade (CASTRO, 2015, p. 18).

[8] Receita bastante exótica de molho de flamingo, que era preparado depenando a ave e cozinhando no mosto cozido com tâmaras de Cárias. Segundo Castro (2015, p. 28), Apício terá sido um dos primeiros gourmets a lançar receitas que utilizassem a carne do flamingo como ingrediente principal

relacionadas à construção da narrativa histórica, podemos utilizar as suas premissas para pensar em como as construções apicianas geram um conhecimento – tanto histórico quanto retórico – bastante importante para a melhor compressão da realidade de sua época.

Tanto em Roma como atualmente, a literatura é viva e ela se perpetua a partir da identificação do leitor com a obra. Justificamos esse argumento afirmando que a Literatura Latina Clássica, enquanto gênero, perpetua-se a partir da verossimilhança (ESTEVES, 2015, p. 19). Logo, supomos que havia a compreensão do que era lido, ou seja, as narrativas contidas nas recitas apicianas não ultrapassavam as linhas do entendível, o que corrobora mais uma vez para a compreensão da obra também como o registro do tempo vivido.

O *corpus* apiciano consta com mais de 400 receitas e, para a elaboração deste artigo, selecionamos algumas que fossem capazes de indicar tanto o posicionamento contextualizado de Apício quanto a presença de elementos narrativos e retóricos.

2. O DISCURSO E A RETÓRICA NO COZINHEIRO

Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa* (1994), elabora um caminho hermenêutico para estabelecer ligações entre a narrativa da história e a da ficção. Essa ação discursiva figura como pauta atual para reflexões sobre o romance e a historiografia contemporânea. Tais debates suscitam questões a respeito do que é real ou inventado e suas formas de captação e transmissão. Essa reflexão acerca da operação historiográfica começa a aparecer em 1950, mas foi a partir de Ricoeur que se acentuou no círculo hermenêutico, tornando-se, assim, de alta importância para pensarmos a relação entre a história e a escrita narrativa (PELLAUER,2009, p.18-20). Sobre este último ponto, destacamos o seguinte excerto:

> [...] a propriedade especificamente histórica da narrativa histórica é preservada pelos laços, por mais tênues e ocultos que estejam, que seguem ligando a explicação histórica à nossa compreensão narrativa, a despeito da ruptura epistemológica que separa a primeira da segunda (RICOEUR, 1994, p. 228).

O conhecimento histórico deve ser percebido como um percurso, ou seja, um "estudo da ação". Essa ação constrói e significa a história, o que implica, para Ricoeur (1994), em

> [...] compreender uma sucessão de ações, de pensamentos, de sentimentos que apresentam ao mesmo tempo determinada direção, mas também surpresas (coincidências, reconhecimentos, revelações). A partir desta perspectiva, a conclusão de um enredo histórico nunca é dedutível ou previsível (RICOEUR, 1994, p. 177).

Partilhamos da visão de Ricoeur (1994) de que "toda história é narrativa" e nos utilizamos dessa perspectiva para afirmar que, potencialmente, toda narrativa contém traços de história. Segundo José Carlos Reis (2006, p. 18-20), há uma potencialidade temática na construção de Ricoeur acerca da construção da narrativa em relação a como é estabelecido o círculo hermenêutico. A partir das leituras sobre Reis e em diálogo com os escritos de Ricoeur, tecemos uma perspectiva analítica que permite entender as receitas preservadas no *De Re Coquinaria* como um registro narrativo literário, em que podemos perceber como as relações narrativas fazem um percurso de compilação histórica. Ademais, precisamos de instrumentos metodológicos para lidar com um documento de época. Em nosso caso, elencamos a retórica como chave analítica acerca do potencial narrativo das receitas apicianas. Acreditamos que essa aproximação seja possível, pois, segundo Portocarrero, a hermenêutica e a retórica partilham de similaridades fundamentadas, principalmente dadas mediante um instrumento comum entre ambas: a língua.

A língua e a forma com que ela é aplicada pela hermenêutica, em concomitância com a retórica, permitem com que a intriga narrativa exponha o mundo da *práxis*. Para Maria Luísa Portocarrero (2021, p. 82), a descrição do real é capaz de expor o mundo "a nível de seus valores sensoriais, sentimentais estéticos e axiológicos". Portocarrero frisa que essa relação é capaz de afirmar o discurso narrativo como pertencente a uma temporalidade intencional. Partilhamos da perspectiva de Portocarrero, ao percebermos na narrativa gastronómica de Apício uma intencionalidade discursiva que é construída na relação entre o autor e o mundo qual ele habita. Essa relação na obra apiciana pode ser notada na forma com que o autor se utiliza da língua para expor o seu

"universo gastronómico", ou seja, a forma com que ele expressa os seus argumentos retóricos de legitimação. Antes de seguir com os dados gerados pelo nosso levantamento e análises documentais, faz-se necessário apresentar algumas definições conceituais relacionadas à retórica e ao discurso enquanto narrativa.

A palavra "retórica" é originada do grego *rhetoriké* ou "arte da retórica" e tem sua significação ligada ao substantivo *tékhne* que, historicamente, passou por diversas acepções. Optamos por seguir a definição aristotélica de retórica, ou seja, como a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão**,** isto é**,** "a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir" (Aristóteles, *Retórica* 1356a). O enunciado é fundado na invocação de *topoi,* que corresponde a pontos de vista, lugares-comuns, princípios argumentativos e pressupostos fundamentais, dotados de força persuasiva. Para Oswald Ducrot (1990, p. 149), a força persuasiva é inerente à própria palavra e está relacionada ao instrumento linguístico *topos*, que, por sua vez, liga-se ao discurso, garantindo sua coerência.

Segundo Moisés de Lemos Martins (1998, p.120), informalmente, os *topoi* vêm de uma sabedoria comum e que é admitida e aceita justamente pelo fato de circular e possuir uma aceitação generalizada. Compactuamos com as premissas de Martins e, a partir delas, entendemos a retórica como uma prática discursiva que pode ser aplicada às mais diversas disciplinas, pois dialoga, principalmente, com a forma, a gramática e a cultura de modo geral e não apenas com o conteúdo abordado. É fundamental fazermos alguns apontamentos sobre as características básicas da retórica que servirão como premissas em nosso estudo. Para Chaim Perelman (1987, p. 235), a retórica exerce a persuasão sempre por meio do discurso, buscando ganhar a adesão intelectual a partir do bom uso da argumentação. Essa adesão parte do princípio de que a audiência é capaz de compactuar com o que foi dito pelo orador, independentemente de sua veracidade, ou seja, um orador não está preocupado com a verdade e sim com a adesão de seu público.

Martins (1998) demonstra a mesma preocupação de Perelman e aponta que a argumentação é uma relação discursiva capaz de ligar vários elementos e gerar uma conclusão. Logo, não existe a busca por uma verdade, mas por fazer-

se admitir a conclusão por meio de argumentos que justifiquem o posicionamento, seja ele a favor ou contra (MARTINS, 1998, p. 119). Ainda para Martins, há uma fundamentação em que a própria concepção argumentativa da linguagem se opõe à sua descrição. Logo,

> Em termos argumentativos, a linguagem não é objetiva, não espelha o mundo, não aponta para um referente (sujeito ou objeto). A linguagem é intencional e é interpretativa, mas o seu sentido argumentativo não é psicológico. Consiste apenas em indicar um sentido, em colocar as coisas em certa perspectiva, em as orientar e orientar a relação de um locutor com o destinatário (MARTINS, 1998, p. 120).

Assim, um ponto para o convencimento é conhecer o público com o qual se dialoga. Portanto, não se pode compreender os discursos como noções neutras, pois há, nas mensagens emitidas, elementos de persuasão que buscam modificar algum contexto ou afirmar convicções do emissor. Concordamos com Perelman (1987, p. 243) quando este propõe que a retórica atua diretamente sobre os indivíduos e sobre a opinião deles**.** A partir disto, a questão linguística é muito mais que uma atribuição estética, pois sua elaboração argumentativa corresponde intencionalmente ao jogo discursivo entre o emissor e o receptor.

Ao olharmos para o texto de Apício, buscando o diálogo com os pontos de reflexão propostos por Perelman, salientamos que, como qualquer pessoa que tivesse passado por algum tipo de educação formal no mundo romano, o conhecimento da retórica é habitual para o autor e foi empregado em uma série de argumentos retóricos na escrita de seu texto. A partir disso, fizemos um levantamento que resultou em um recorte de 14 receitas, nas quais o autor tenta influenciar os seus leitores utilizando argumentos retóricos de forma clara. A partir dessa seleção, categorizamos as receitas de acordo com os dados historiográficos.

3. UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA NO DISCURSO NARRATIVO APICIANO

A partir do que foi apontado anteriormente, analisaremos três receitas que ilustram os aspectos retóricos em Apício. Lembramos que a análise retórica,

segundo Ducrot (1990, p. 151), só pode ser feita mediante a identificação das relações entre as sentenças desses textos. Por conseguinte, em nosso ponto de vista, os excertos selecionados são os que melhor permitem identificar essas relações. Assim, procuraremos esmiuçar como o autor utiliza argumentos de convencimento em seu texto.

A primeira receita selecionada é um vinho melado feito a partir de uma descrição de matriz grega. Esse tipo de vinho condimentado teria sido famoso na Antiguidade Clássica e passava por um processo de fermentação no qual vários ingredientes aromáticos eram misturados no intuito de mesclar os sabores do vinho aos das especiarias. Essa receita em especial é interessante, pois se adicionam sementes de tâmara torradas e mel, o que, segundo Castro (2015, p. 64), evidencia como a culinária incorporava caráter medicinal, levando-se em conta que tanto a tâmara quanto o mel possuem propriedades terapêuticas. Além de medicinal, a utilização de três escrópulos de mástique[9] tem a função de reduzir a acidez do vinho, podendo enquadrar esse tipo de vinho dentre as bebidas afrodisíacas:

> VINHO COM ESPECIARIAS MARAVILHOSO:
>
> Colocar 15 libras de mel são lançadas num vaso de bronze, colocados antes dois sextários de vinho, para que no cozimento do mel reduzas o vinho, aquecido no fogo lento e na lenha seca, mexido com varinha enquanto cozinha, se começar a ferver, ele é contido com o orvalho do vinho, além disso, retirado do fogo volta a si. Quando resfriar, novamente é posto no fogo. Que isso seja feito uma segunda e terceira vez, e então finalmente é removido do fogo. No dia seguinte ele é despumado. Então adicionar 4 onças de pimenta moída, 3 escrópulos de mástique, folha de nardo e uma dracma de açafrão, 5 caroços de tâmara torrados e as mesmas tâmaras amolecidas no vinho, intercedendo antes de colocá-las no vinho de seu modo e jeito, para que tenha uma tritura suave. Isso feito, derrama sobre 18 sextários de vinho suave. Juntar carvões depois de acabar (APÍCIO, *De Re Coquinaria*, I. 1. 1).[10]

Não temos referências sobre a forma com que foi originalmente organizada a obra, porém, nos códices medievais e nas traduções atuais, a forma de preparar esse vinho também é apresentada como a primeira receita do livro. O “vinho com especiarias maravilhoso” segue um padrão encontrado em

[9] Tipo de goma resinosa de almecega.

[10] Todas as traduções utilizadas nesse artigo partem do texto estabelecido no latim por Miguel Ibañez Artica (1995).

muitas receitas do *De Re Coquinaria*, nas quais a enumeração dos ingredientes é quase sempre seguida de um verbo de ação. A estrutura textual é bastante clara e detalhada, guiando o cozinheiro passo a passo no preparo da receita por meio de uma metodologia descritiva que regula os processos. Quando fazemos a leitura da receita acima, deparamo-nos com uma narrativa culinária na qual, ao mesmo tempo em que as ações são dadas pelo autor, os ingredientes são adicionados à preparação. Diferentemente da forma de apresentação atual das receitas, visto que, primeiramente, há a listagem dos ingredientes e somente na sequência é apresentado um "modo de preparo", Apício desvenda, a cada frase, como o vinho é elaborado, em uma narrativa que interage diretamente com quem a está lendo e preparando a receita dessa leitura.

Deixando de lado o aspecto narrativo – que é, a nosso ver, bastante específico –, o que nos interessa é uma palavra que está localizada justamente no título da receita: "maravilhoso". Em toda a obra, os adjetivos foram utilizados em apenas cinco receitas, o que salienta como a prática da escrita desse compêndio não segue um modelo linear, mas sim variações, que vão de acordo com as intenções do autor. Além de os adjetivos serem raros na obra de Apício, essa receita é a única que traz essa forma de apresentação em seu título.

Em nosso entendimento, quando a escolha das palavras marca, de forma tão evidente logo no título, um posicionamento do autor em ressaltar alguma característica, entender como a linguagem foi utilizada é fundamental para uma leitura analítica do texto. A partir da escolha do adjetivo *paradoxus, -a, -um* – que por nós foi traduzido como "maravilhoso" –, tem-se o estabelecimento de um diálogo entre o autor e o leitor, no qual o primeiro busca demarcar o quanto essa receita seria uma escolha favorável a quem a fosse preparar, sendo um marcador de diferenciação das demais. Acredita-se que essa receita seja uma das muitas que tenha chegado ao mundo romano a partir de uma matriz grega e que tenha sido amplamente difundida nesse meio (CASTRO, 2015, p. 66).

Quanto à utilização desse adjetivo, pode-se notar, também, a relação dialógica entre tempo e narrativa de Ricoeur. As adjetivações pressupõem, de modo geral, uma experimentação empírica. Logo, ao adjetivar o vinho com especiarias como "maravilhoso", o autor evidencia a construção do momento vivido, ou seja, a ideia de "experiência" e "consciência" que constrói a narração,

segundo a percepção e Ricoeur. A segunda receita que foi selecionada para buscar a retórica em Apício foi a de um purê, que tem sua atribuição justamente ao autor:

> PURÊ À MODA DE APÍCIO:
>
> Pegue um vaso de Cumas limpo para cozer as ervilhas, junte salsichas da Lucânia cortadas, almôndegas de carne de porco, carne e presunto. Moa pimenta, ligústica, oréganos, aneto, cebola seca e coentros frescos, regue com *liquamen*, misture vinho e *liquamen*. Coloca no vaso de Cumas, acrescente azeite e pique para que o azeite se introduza bem. Cozinhe em fogo brando até ferver e sirva (APÍCIO, *De Re Coquinaria*, V, 4. 2)

Essa receita faz parte de um recorte no *corpus* apiciano de seis receitas que utilizam como referência a figura de Apício para apresentar o método de preparação do alimento. Apesar de trazermos apenas essa receita como exemplo, a partir de nosso levantamento documental, é identificado que, em todas as receitas nas quais o nome do gastrônomo está relacionado, a preparação e os ingredientes são altamente sofisticados[11]. Notamos aqui que há especificações para o preparo: essas vão desde a escolha da salsicha – que deve ser a da região da Lucânia[12] – até mesmo ao tipo de vaso no qual ela deve ser preparada – que é o vaso de Cumas[13]. A partir dessas informações, nota-se que há toda uma metodologia dominada pelo autor, quem indica os materiais e insumos específicos para a melhor preparação do prato. Essa informação mostra a existência de uma intertextualidade presente na forma com que a receita é narrada.

Notamos, também, que a receita segue um padrão regulador dos processos para indicar, de forma bastante rígida, os métodos que devem ser utilizados para a preparação do purê. Salientamos, ainda, para outros ingredientes que são mencionados na receita, os quais são bastante

[11] No total, as receitas que abordam o nome de Apício, são poucas se compararmos quantitativamente com todo o corpus do *De Re Coquinaria*, porém, em nosso levantamento, nos baseamos apenas nas receitas que levam o nome de Apício e não nomes de outras personalidades como Tiberio, Tarpeio, Flaco etc,. que são também citadas na obra.

[12] A região da Lucânia fica no Golfo de Tarento, na Península Itálica, não muito longe do mar, entre os rios Aciris e Siris. Foi primeiramente habitada por gregos que formaram, ali, colônias e, posteriormente, conquistada pelos romanos.

[13] A cidade Cumas ficou famosa pela simbologia religiosa na cultura grega e romana. Foi conquistada por Roma em 338 AEC. e tem sua cerâmica muito valorizada por sua qualidade.

interessantes, como: almôndegas de carne de porco, cebola seca, coentros frescos, ervilhas etc. Junto de tudo isso, frisamos que, nessa receita, não são indicadas as quantidades de cada ingrediente, o que pode indicar qual público era o alvo da maioria dessas receitas contidas no *corpus* apiciano: os cozinheiros.

A composição narrativa que envolve a preparação do "Purê à moda de Apício" é extremamente elaborada e, em nosso entendimento, o argumento de autoridade apresentado por Perelman, como um recurso de argumentação no qual se busca sustentar determinado posicionamento citando uma fonte confiável, é aplicável nessas receitas que usam o nome de Apício para validar uma posição. Para Perelman (1987, p. 256), o argumento de prestígio mais claramente caracterizado é o argumento de autoridade, que se utiliza de atos ou de juízos de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas, como meio de prova a favor de uma proposição. Nesse caso, a receita é representada como extremamente requintada e a referência gastronômica que dá nome a ela é o ícone culinário da época. O nome de Apício é, nesse e nos outros cinco casos semelhantes, um selo de qualidade, uma marca que qualifica a receita como requintada. Marca essa que é apresentada na narrativa e timbrada pela utilização do argumento de prestígio retórico no texto.

A terceira e última receita que escolhemos para apresentar é bastante curiosa. Ela entra em uma categoria que entendemos como receitas que buscam imitar sabores, mascarar o que vai ser servido e convencer quem vai comer de que está consumindo outra coisa:

> PEIXE SALGADO SEM PEIXE SALGADO:
>
> Coza um fígado, triture, coloca pimenta ou *liquamen* ou sal. Acrescente azeite. Arranje um fígado de lebre ou de cabrito ou de carneiro ou de frango e, se quiser, dê-lhe a forma de peixe numa forma. Coloque por cima azeite verde. Sirva e passara por peixe salgado (APÍCIO, *De Re Coquinaria*, IX, 10. 10)

A alimentação romana do período do Principado é marcada pela criatividade e aqui está mais um exemplo de como os romanos poderiam utilizar as mais diversas técnicas para ir ao encontro da nova realidade de luxo e requinte importados de diversas culturas, tais como: a grega, do norte da África,

da Arabia Felix, e mesmo da Índia e da China, via Rota da Seda. Quando Apício iniciou o compilado de receitas, a cozinha romana passava por uma modificação que ia desde a política, o exército e a culinária. Alguns alimentos eram considerados melhores que outros e o peixe salgado era um desses pratos muito solicitados pela alta sociedade romana. A curiosidade em torno dessa receita surge por uma série de fatores que vão desde o título até a forma como se sugere a apresentação do prato.

O peixe em salga passava por todo um processo de transformação para ser obtido e, por ser um alimento muito perecível, sua conservação se tornava complexa. Aqui, vemos que Apício se utiliza do discurso para ensinar a transformar ingredientes que não são originalmente o peixe, porém, a partir da mistura certa, pode-se simular o alimento buscado. É a partir desse exemplo que conseguimos entender como Apício dialoga diretamente com o leitor, afirmando sua posição e deixando um canal comunicativo bastante claro, em que há a intencionalidade por parte do autor de influenciar o leitor. Destacamos, também, o trecho que diz "*in formella piscem formabis"*, isto é, "dê-lhe a forma de peixe numa forma". Desse modo, o autor ensina a quem irá preparar a receita a utilizar técnicas de convencimento que fazem com que a pessoa que irá comer acredite que o alimento servido é, de fato, peixe salgado. Nesse pequeno fragmento, observa-se que comer, para o homem romano, é uma experiencia que envolve mais do que apenas o paladar, há todo um complexo conjunto de relações culturais e sensoriais que guiam a prática alimentar e a cozinha, de forma a legitimar quem produz e o que é comido.

A narrativa é, segundo Ricoeur (1994, p. 315-317.), constituída de uma história (ou de histórias entrelaçadas) não apenas sobre a "ação humana", mas também sobre os seus significados. Mesmo se tratando de uma receita, tem-se uma história acontecendo. Nesse caso, valemo-nos da ideia ricoeuriana de a narrativa ser composta por uma trama em episódios que criam ligação entre si, resultando em um final (total) significativo. Essa história tem seu início no título e o *gran finale* em forma de "evento", em que o narrador se utiliza de práticas retoricas persuasivas para afirmar o que seria um "bom final", no qual a receita atingiria o êxito proposto.

Lembramos que Ricoeur (1994, p.26) define “evento” como tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa . Pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais movimento a um processo em andamento, estancar esse processo, ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo. Pode-se dizer, então, que o discurso persuasivo construído nessa narrativa da receita permite uma melhor aceitação por parte do cozinheiro, fazendo com que haja uma maior probabilidade de dar certo. A lembrar, Ricoeur defende que, para a construção narrativa, os materiais já estão propostos na própria linguagem (configurações pré-narrativas da ação), o que justifica a necessidade de Apício de aplicar palavras de convencimento para a comprovação de que sua “narrativa” (aqui em forma de receita) é crível, além de fundamentar a rede conceitual do potencial narrativo. Em nosso entendimento, Apício aplicou, nesse caso e em outras receitas que seguem esse mesmo padrão de persuasão e convencimento, técnicas de retórica que atingem três públicos ao mesmo tempo: os que irão comer, os cozinheiros e os apaixonados pela gastronomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a alimentação romana clássica é muito mais do que olhar para o passado, é olhar para o presente, entendendo como as pessoas hoje, do século XXI, alimentam-se e quais são as suas inspirações e aspirações. Cada vez mais a alimentação vem se adaptando a novos estilos e buscando substituições. A valorização da alta gastronomia é uma realidade em nosso mundo contemporâneo, e esse reflexo se dá quando notamos vários aplicativos de celular ou programas de televisão que se valem da prática culinária, a fim de sanar um nicho da população que demanda da “alta culinária”. A partir de nosso contato com o texto *De Re Coquinaria*, entendemos que essa prática já era notada quando voltamos os nossos olhares para a cultura romana clássica. Assim, olhar para a alimentação e para a figura de um *gourmet* romano clássico – como foi Apício – é, de modo geral, olhar para o nosso mundo contemporâneo.

O autor das receitas que selecionamos salienta, ao nosso ver, um alto conhecimento cultural, no que diz respeito à alimentação. Sua figura ficou

marcada como gastrônomo e se tornou sinônimo para a arte de comer bem. A ideia de analisar a retórica apresentada por Apício em suas descrições de receitas, ao mesmo tempo que permite um aprofundamento da linguística utilizada pelo autor, confirma esse lugar social que era por ele ocupado. Cabe lembrar que, por ser uma figura que pertencia à elite, é de se pressupor que fosse intimamente conhecedor das práticas retóricas, pois, além de possuir a educação de um recorte social pertencente à alta sociedade, a arte de falar bem – ou, como apontado por Quintiliano, de ser persuasivo –, também desempenhou um papel fundamental na construção da identidade social do romano, além de influenciar diretamente as práticas literárias (DOMINIK; HALL, 2007, p. 3).

Buscar, na análise retórica, uma saída para identificar especificidades em obras que não estão hoje ligadas a gêneros literários, como é o caso de manuais de receitas culinárias, não é uma prática muito comum para os historiadores. As principais obras que traduziram de forma integral o *De Re Coquinaria* buscam apenas elaborar traduções ou fazer debates sobre a recepção da obra, ainda que, em nossa percepção, a forma com que algumas receitas redigidas por Apício apontem uma preocupação com o convencimento do leitor, o que permite que outras possibilidades de análises sejam elaboradas.

Valendo-nos dos conceitos de Ricoeur, guardadas as devidas proporções, percebemos como pode ser pensado um terceiro tempo de diálogo na mediação do tempo vivido e cósmico. Quando o autor registra as receitas da forma com que faz, aplicando figuras narrativas de convencimento, é criada uma estrutura narrativa que está entre o “feito” e o “não feito”. Nesse hiato, a construção do prato de acordo com a receita narrada estabelece relações entre quem está lendo e quem a registrou. Essas estruturas supratemporais, no caso do *corpus* apiciano, são criadas pela forma com que a língua e a retórica são aplicadas na construção da narrativa.

A partir da análise retórica da obra, em diálogo com a historiografia, entendemos que Apício não era um cozinheiro, mas alguém altamente versado na arte da culinária e na arte da escrita e da retórica. À época de Tibério, romanos que não eram ricos, em geral, sabiam ler e escrever. Tratava-se de uma sociedade letrada. Por fazer parte, como dito anteriormente, de uma elite social, tendo sido bastante próximo à corte do imperador Tibério, como foi

lembrado por Dião Cássio em *História Romana* (57.19), seria incomum imaginar que o autor não tivesse tido contato próximo com a leitura e a escrita. Essa característica nos interessa, pois é justamente nessas práticas retóricas empregadas, muitas vezes quase imperceptíveis, que Apício guia a sua audiência por um mundo extremamente complexo e amplo, que é o da culinária, e, ao mesmo tempo, deixa suas preferências e exibe o seu refinamento. Notamos que, nas receitas analisadas, há uma intencionalidade em demonstrar o caminho apropriado para a preparação. Essa informação é óbvia, já que o esperado, ao se ler uma receita, é que haja direcionamentos, mas, a partir do levantamento quantitativo e da análise das receitas, com base em um *corpus* amplo, como é o da obra citada, fica evidente que muito do que foi escrito se perdeu.

Os dez livros chegaram até nós por intermédio de uma série de transcrições e nos parece bastante plausível que, além de perdas, houve "preferência" na hora da reprodução de algumas receitas. A partir dessa informação, faz-se necessário lembrar que a cópia desses manuscritos que permitiram a organização da obra vem de uma datação posterior, do mundo do medievo, em que as crenças e as práticas cotidianas pouco lembram a do mundo de Apício. Algumas descrições das receitas contidas nos livros estão fragmentadas, talvez pelas ações do tempo ou do homem, e isso deve ser considerado. Ainda assim, entendemos que, em certas receitas, há a busca para ir além da listagem, apresentando um método específico para a obtenção do alimento de forma bastante didática.

Quando há a utilização do nome do *gourmet*, a adjetivação ou a transformação/adulteração de um prato, o autor se utiliza da retórica e é bastante pontual e descritivo, não deixando margens para erro no que diz respeito ao preparo e à garantia da qualidade do prato a ser preparado. Ele defende sua receita, ou seu nome, utilizando-se de argumentos que marcam a distinção de outros pontos na obra, como, por exemplo, a descrição de insumos – o que compreendemos como uma ação retórica. Ao buscarmos em Perelman como essa identidade se afirmou em sua posição hierárquica, ressaltamos que, ao se utilizar de argumentos retóricos, Apício estabelece um acordo com seu auditório que institui ordem e é de natureza profissional (PERELMAN, 1987, p. 243).

O *De Re Coquinaria* é, sem dúvida, um demonstrativo de como a cultura alimentar de outros povos foi se fundindo à realidade romana. Basta folhear as páginas superficialmente para entender que as pessoas que estavam interessadas nessa culinária descrita por Apício eram altamente urbanas e cosmopolitas, com gostos exóticos e transversais que dialogam constantemente entre o luxo, o requinte e a frugalidade.

Mais do que uma realidade imersa em seu tempo, o mundo romano do século I EC faz parte de uma realidade que está sendo representada pelas práticas ligadas ao discurso narrativo. Partir de Ricoeur e de Perelman para a compreensão narrativa, retórica e de instrumentos linguísticos de um livro gastronômico significa demonstrar como a escrita histórica passou, e está a passar, por um processo interdisciplinar e plural capaz de trazer novas perspectivas para a construção da ciência contemporânea. A construção deste artigo demonstra a importância dessas novas perspectivas para a escrita científica e nos revelou um retrato de uma sociedade que, seja pela narrativa, discursos retóricos ou por sua alimentação, inventou-se e se reinventou pela boca.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, J. **L'alimentation et la cuisine a Rome**. Paris: Ed Les Belles Lettres, 2021.

APICIUS**. De Re Coquinaria. Gastronomia en la Antigua Roma Imperial**. Trad.: Miguel Ibañez Artica. Lima: R&B Ediciones, 1995.

APICIUS. **Cooking Apicius.** Transl.: Sally Grainger. Blackawton: David Brown book co. 2006.

APICIUS. **O livro de cozinha de Apício: um breviário do gosto imperial romano.** Trad.: Inês de Ornellas e Castro. Sintra / Coimbra: Colares, 2015.

ASFORA, Wanessa. **Apício. História da incorporação de um livro de cozinha na Alta Idade Média**. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

ARISTOTLE. **The "Art" of Rhetoric.** English Translation by John Henry Freese. Massachusetts: Harvard University, 1926.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Banquete romano, comensalidade em tempo de paz. In**: Anais suplementar do XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH Nacional**, v. 2. p. 1-20, Londrina, 2005.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. "Diz-me o que comes e te direi quem és": uma representação musiva de xenia na África Romana. In: SOARES, Carmen; MACEDO, Irene Coutinho de. (Org.). **Ensaios sobre património alimentar luso-brasileiro.** 1ed.Coimbra:Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, v. 1, 2014, p. 51-68.

CAMPOS, Rafael da Costa. **Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado.** Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DIÃO CÁSSIO. **Roman History**. Volume VI: Books 51-55. Tradutores: Earnest Cary e Herbert B. Foster. Loeb Classical Library 83. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1917.

DOMINIK, William; HALL, Jon. **A Companion to Roman Rhetoric**. Malden: Blackwell, 2007.

DUCROT, Oswald. **Polifonie e argumentacion.** Cali: Universidad del Valle, 1990.

ESTEVES, Anderson Araujo Martins. Os textos literários antigos e o historiador: desafios e abordagens. **Cadernos do LEPAARQ**, Vol. XII, n°24, 2015, p.200-210.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GARRAFFONI, Renata Sena; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Alimentação, História e Arqueologia: breve análise acerca do consumo de azeite no início do Principado romano. In: CANDIDO, Maria Regina. (Org.). **Práticas alimentares no Mediterrâneo Antigo.** 1ed. NEA/UERJ, v. 1, 2011, p. 278-295.

MARTINS, Moisés de Lemos. A análise retórico-argumentativa do discurso. In: ESTEVES, António; AZEVEDO, José. (Org.). **Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais.** 1ed.Porto: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 1, 1998, p. 115-132.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PELLAUER, David. **Compreender Ricoeur**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

PERELMAN, Chaim. "Analogia e Metáfora", "Argumentação". In: ROMANO, Ruggiero (dir.) **Enciclopédia Einaudi***: Oral/Escrito*. Vol. 11. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Porto:1987.

PORTOCARRERO, Maria Luísa. **Testemunho, Atestação e Conflito. Balizas da Antropologia Hermenêutica de Paul Ricoeur**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.

PORTOCARRERO, Maria Luísa. A via longa na hermenêutica de Paul Ricoeur. In: Leão, Paula Ponde; Melo, António (Ed.). **Paul Ricoeur: uma homenagem.** Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2002, p. 43-61.

PORTOCARRERO, Maria Luísa. **Horizontes da Hermenêutica em Paul Ricoeur.** Coimbra: Ariadne Editora, 2005.

REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. **Locus: Revista de História**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa I e III**. Trad.: Constança Marcondes César. São Paulo: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Castoriadis, Cornelius, Diálogo sobre a história e o imaginário social**. Lisboa: ed. 70, 2016.

VEHLING, Joseph Dommers. **Cookery and Dining in Imperial Rome**. New York: Dover Publications, 1977.

Recebido em 22-09-2024.
Aprovado para publicação em 12-03-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

OLHARES ISLAMISTAS À "MODERNIDADE"

Uma crítica historiográfica sobre o "ressurgir do religioso" com o estudo de Sayyid Qutb

ISLAMIST VIEWS OF "MODERNITY"

A historiographical critique on the "religious revival" through the works of Sayyid Qutb

LUISA PASTORINI DE CASTRO[1]

RESUMO

Nos estudos sobre o Oriente Médio, discursos e movimentos que levantavam a bandeira do *Islam* como uma solução para os dilemas modernos foram postulados como sintomas da "crise da modernidade". A historiografia hegemônica compreendeu como indevida, ideológica e tradicionalista o uso da linguagem religiosa para criticar os modelos modernos, e principalmente, considerou o uso do conceito de "modernidade" pela intelectualidade islâmica como uma prova da centralidade europeia (em sua negação ou afirmação) nos debates terceiro-mundistas. Por meio de análises discursivas, com o auxílio da teoria do construtivismo islâmico de Shahab Ahmed, o trabalho busca compreender o conceito de "modernidade" no discurso de Sayyid Qutb, influente intelectual muçulmano. O trabalho visa demonstrar como esse conceito refletia um debate interno com o legado islâmico, e não mera "reação" à visão ocidental. Qutb utilizou dos conceitos corânicos como "soberania" e "servidão" e dos debates históricos do *Islam* como os limites e usos da razão e da revelação na sua conceituação de "modernidade". Portanto, a análise discursiva de Qutb nos permite vislumbrar o amplo debate em que o conceito de "modernidade" foi inserido na intelectualidade muçulmana do século XX. Um trabalho essencial para a crítica da hegemônica historiografia defensora do suposto caráter central e endógeno da conceituação ocidental sobre "modernidade" que se "impõe ao oriente" e, consequentemente, viabilizou a categorização dos movimentos islâmicos como sintomas da "crise da modernidade". Adentrar a composição discursiva de "modernidade" na obra de Qutb nos permite questionar como a constante centralidade do viver europeu implica no apagamento histórico e na desumanização de outros saberes.

Palavras-chave: Sayyid Qutb; Irmandade Muçulmana; Reviver Islâmico; Crise da modernidade; historiografia.

ABSTRACT

[1] Graduanda em História pela Universidade Estadual de Maringá (2022-2026).

In Middle East studies, discourses and movements that raised the banner of Islam as a solution to modern dilemmas have been postulated as symptoms of the "crisis of modernity." Hegemonic historiography has grasped the use of religious language to criticize modern models as inappropriate, ideological, and traditionalist. Above all, they have judged the use of the concept of "modernity" by Islamic intellectuals as proof of European centrality (in its denial or affirmation) in Third World debates. Through discursive analysis, guided by Shahab Ahmed's theory of Islamic constructivism, this work seeks to understand the concept of "modernity" in the discourse of Sayyid Qutb, an influential Muslim intellectual. The work aims to demonstrate how this concept reflects an internal debate with the Islamic legacy, rather than merely being a "reaction" to the Western view. Qutb used Quranic concepts such as "sovereignty" and "servitude," as well as historical debates in Islam regarding the limits and uses of reason and revelation, in his conceptualization of "modernity." Therefore, the discursive analysis of Qutb allows us to view the broad debate in which the concept of "modernity" was situated within 20th-century Muslim intellectualism. This work is essential for critiquing the hegemonic historiography that defends the supposed central and endogenous character of the Western concept of "modernity," which "imposes itself on the East" and, consequently, enables the categorization of Islamic movements as symptoms of the "crisis of modernity." Delving into the discursive composition of "modernity" in Qutb's work allows us to question how the constant centrality of European life implies the historical erasure and dehumanization of other forms of knowledge.

Keywords: Sayyid Qutb; Muslim Brotherhood; Islamic revival; Crisis of modernity; historiography.

INTRODUÇÃO

> Se você apenas pronunciar a palavra *"Islam"*, tudo é possível". (Al-DAHAYYAN, p.77, 2011, tradução nossa)

A historiografia sobre os movimentos político-religiosos na contemporaneidade ainda articula o termo "crise do religioso" como uma importante chave conceitual e analítica. Uma linha interpretativa que determina a aversão à mudança e o receio de perda política e de dominação das "instâncias tradicionais" como situações elementares para a formação do ativismo religioso e político no ambiente contemporâneo (SABET, 2008). A limitada teoria sobre os estudos das religiões envolta sobre o termo "crise do religioso" delimita e condiciona a extensão da linguagem do sagrado, nos impossibilitando de compreendê-lo como um fenômeno em si.

As conclusões de estudos daqueles que se baseiam na teoria da "crise do religioso" na análise da ação e pensamento de movimentos político-religiosos contemporâneos determinam a premissa unilateral da historicidade intelectual e conceitual europeia. Isso acarreta estudos articulados sobre o binarismo excludente de "sagrado" e "profano"; "tradicional" e "moderno". O tradicional estaria fadado à perda de espaço e relevância para os "inevitáveis avanços da racionalidade moderna", uma transformação que levaria à insurgência dos defensores da tradicional hierarquia de poder e conhecimento (LEWIS, 1993).

A modernidade seria esse inevitável tempo de, simultaneamente, aproximação e disparidade, disputas e convenções sobre o futuro e o passado. Quando o estudo é concentrado sobre as dinâmicas dos movimentos políticos-religiosos oriundos do antigo mundo colonial as problemáticas teóricas se multiplicam. Analiticamente, o conceito de "crise do religioso" acompanha o "chamado à modernidade" que marcam, para uma hegemônica historiografia, as convulsões intelectuais e sociais das antigas colônias. A suposta "decadência" do mundo árabe moderno marcada, especialmente, pela dissolução interna da queda do califado otomano em 1924 seria um sintoma da erosão sistêmica frente ao ocidente.

Trabalhos referenciados no tema como os de Emmanuel Sivan (1997), Bernard Lewis (2002) e Armando Salvatore (2016) reproduzem essa problemática teórica ao analisarem a emergência dos movimentos políticos islâmicos: presumir a produção de sua contemporaneidade intimamente ligada às dinâmicas europeias. Diante às erosões políticas e as convulsões sociais no Oriente Médio, o "chamado à modernidade" marcaria as disputas dessas sociedades. A dinâmica e anseios dessas populações passariam a ser, inevitavelmente para os estudiosos citados acima, envolvidas pela linha histórica da centralidade europeia e seus conceitos. Assim, os discursos e movimentos ao defenderem uma liderança política e cultural por uma linha "não ocidental" ou "secular", são anexados enquanto "sintomas" da "crise mundial da modernidade". (ZEPEDA, 2010). Ou seja, parte de um fenômeno de descrença nos projetos "emancipadores" e "progressistas" do "ser moderno", pautados no secularismo e na teoria do desenvolvimento.

Tal base teórica e produção historiográfica, pautada na visão dicotômica entre o "sagrado e o profano" numa análise que evidencia o papel de destaque

do aparato estatal e socioeconômico, são empecilhos para uma crítica analítica compreensiva e crítica (AHMED, 2016). A categorização dos discursos religiosos como reações aos "avanços da modernidade" leva a uma perigosa narrativa histórica: considerar as ações e pensamento ocidental como causadores/centrais para a construção e dinâmica de processos médio-orientais.

Nosso trabalho, amparado nas contribuições teórico-metodológicas de Shahab Ahmed (2016) sobre o movimento histórico e contínuo da construção do *"Islam*" para as comunidades muçulmanas, consideramos essencial criticar os usos e amplitude analítica dos postulados da "crise da modernidade" e "ressurgir do religioso" para o estudo da dinâmica intelectual muçulmana do século XX. Torna-se necessário o estudo da linguagem do *Islam*, como legítima e histórica, na construção de identidades e da própria realidade do Oriente Médio. É preciso olhar o muçulmano como "uma figura diversa, diferenciada pelo nacional, transnacional, sectário, ético, racial. O muçulmano é uma figura transmigratória e global que existe multiplamente" (RANA, 2011, 27). Nos permitindo vislumbrar a questão essencial, para se compreender a "modernidade" no discurso islamista: um estudo de suas significações internas visando perceber os debates endógenos, amparados na linguagem do *Islam* na construção do discurso islâmico contemporâneo. Assim, propomos uma análise dos significantes internos, e consequentemente a relação com o próprio legado islâmico, de Sayyid Qutb, um importante intelectual muçulmano, considerado um dos mais influentes do século XX, e sua visão (e projeto) de "modernidade".

Com o estudo da linguagem do sagrado islâmica e sua potencialidade política e intelectual no Egito do século XX, mais especificamente da Irmandade Muçulmana, nosso trabalho propõe a compreensão das articulações islâmicas como elemento central na conceituação da visão e projeto da "modernidade". Por meio dos escritos de Sayyid Qutb e seus antecessores ligados à Irmandade Muçulmana, ambos defensores da releitura das fontes islâmicas para a busca de soluções para as problemáticas contemporâneas, buscamos a análise da sua articulação do conceito de "modernidade". Concebemos que para esses intelectuais, "modernidade" foi mais influenciada pelo legado intelectual islâmico, do que por formulações "endógenas/espontâneas" europeias. Portanto, ao contrário do dito pela historiografia ocidental, as "certezas" liberais europeias influenciam menos os movimentos no "sul global" do que a própria historicidade

desses movimentos.

1. O SÉCULO XX E A FORMAÇÃO DA IRMANDADE MUÇULMANA

No início do século XX, devido à euforia dos sonhos desenvolvimentistas, o "chamado para a modernidade" seria, para muitos estudiosos europeus, o inevitável caminho para as sociedades integradas no sistema mundo capitalista. Quando o debate é voltado para os movimentos sociais no Oriente Médio, a conceituação de "modernidade" é, também, investida das relações e simbolismos do conteúdo intelectual e histórico europeu. A questão da modernidade foi plural nas argumentações, de teóricos e estudiosos do Oriente Médio, e um ponto comum de apropriação e reformulação, por pensadores islamistas. (TIBI, 1990). O conceito de modernidade esteve presente no discurso de pensadores muçulmanos do início do século XX das mais variadas posições políticas, e isso permitiu uma fluidez de seu significado.

Os movimentos do "reviver islâmico", ou seja, movimentos políticos construídos sob o discurso islâmico nos séculos XIX e XX, foram descritos pela historiografia como frutos das contradições do período da consolidação do mercado mundial e, por consequência, da afirmação, também, das narrativas sobre a universalidade da modernidade, da razão e ciência europeia. Ao encararem a produção intelectual muçulmana desse período, muitos estudiosos evidenciaram o peso dos determinismos do fim do século XIX, os quais postulavam a necessidade do "pensamento islâmico" e da sociedade muçulmana em absorver os preceitos da modernidade (ou seja, a herança iluminista/humanista aliada aos interesses do capital). Para, assim, saírem da estagnação, segundo os orientalistas, que caracterizavam seus estados e filosofia, visando atingir os "altos níveis do desenvolvimento, da razão e da ciência". (SABET, 2008).

Muitos estudos passaram a procurar uma absorção/aceitação dos conceitos e benefícios da modernidade no discurso de pensadores islâmicos. Um movimento analítico que, inevitavelmente, sustenta as teorias da "crise do religioso"; "ressurgir do religioso" e "crise da modernidade" para a explicação e categorização de diversos movimentos e discursos muçulmanos. Isso acarreta a visível problemática de negar os debates e dinamismo interno nas

rearticulações contemporâneas do discurso religioso, levando a conclusões simplistas desses processos como "reacionários", "fundamentalistas" e "tradicionais".

O debate sobre a questão da modernidade, a formação e uso desse conceito por intelectuais muçulmanos do século XX, necessita ser encarado para além de uma busca de uma resposta definitiva sobre a correspondência/aliança entre *Islam* e "modernidade". Nosso trabalho considera essencial compreender "modernidade" enquanto retórica que nos permite visualizar a historicidade dos movimentos islamistas, e suas críticas/reformulações conceituais. A "modernidade" assumiu diferentes simbolismos, provocando atitudes correspondentes. (ABU-RABI, 1995), e a articulação deste conceito pelos movimentos islamistas precisa ser analisada mais criticamente invés de simplesmente postulada como o "ódio, negação ou cópia do ocidente moderno".

A Irmandade Muçulmana, movimento político social egípcio fundado em 1929 por Hassan al-Banna (1906-1949) é considerado um dos mais influentes discursos muçulmanos da era contemporânea. Inserido na luta anticolonial e na defesa de reformas sociais, a Irmandade Muçulmana integrou intelectuais críticos às ideologias e sociedades capitalistas, liberais e nacionalistas. Para Hassan al-Banna, a questão da modernidade vai além das considerações técnicas e tecnológicas, para uma crítica quanto ao ponto de normatividade que esta passa a conferir. Para ele, a "modernidade" deveria ser pensada não apenas quanto às técnicas, inovações, valores e práticas, mas como um ponto discursivo notório para a formulação dos desejos, das expectativas e daquilo que seria permitido para o futuro mundial.

Outro intelectual membro da Irmandade, Sayyid Qutb (1906-1966), questionou a centralidade dos conceitos europeus para a delimitação do campo de ação islâmico. Ele utilizou dos conceitos corânicos para a crítica de "modernidade" (considerada monolítica e necessária), compreendendo a pressão imperialista implícita na retórica da modernidade e da própria perseguição aos movimentos islamistas. Assim, a "modernidade" que para al-Banna deveria ser investida dos arranjos islâmicos, para Qutb deveria representar um ponto de superação da velha pressão (que reinava sobre as mentes) imperial.

Nosso trabalho buscou demonstrar como o conceito de "modernidade" foi

utilizado no discurso muçulmano do início do século passado não preso às considerações europeias sobre o desenvolvimento mundial, tecnologia, da valorização do homem, da ciência e do racional. Mas como ponto retórico, cuja conceituação influenciou a intelectualidade e a ação de movimentos, como a Irmandade Muçulmana. Para tal utilizamos das contribuições teórico-metodológicas Shahab Ahmed (2016) para o estudo do discurso islâmico. Ahmed (2016) propôs um questionamento teórico sobre “o que é o *Islam*?” com uma ênfase sobre a composição plural, construtiva e dinâmica do termo “islâmico”. Para o autor, a pluralidade discursiva e prática visualizada nas sociedades muçulmanas em diferentes temporalidades e espaços se deve a operação, intrinsecamente islâmica, de composição e conexão de bases normativas comuns com particularismos, leituras e desejos contextuais. Logo, o uso do conceito de modernidade (ao contrário da posição de muitos estudiosos do pensamento islâmico) não exemplifica uma distorção das diretrizes islâmicas. Na verdade, a análise do uso do conceito de “modernidade” em Sayyid Qutb nos permite adentrar a conceituação e prática contextual do *“Islam*” nesse momento histórico, e demonstra, também, a historicidade desse fenômeno multifacetado chamado *“Islam”.*

Nosso estudo não considera o reviver islâmico como fruto (apenas) do avanço imperialista, mas resultante das leituras, articulações e debates internos de intelectuais muçulmanos com a noção e prática do *Islam*. Diversos movimentos nortearam a ação desses intelectuais, como as críticas ao governo; a necessidade do “retorno às bases” e dos debates envolvendo “razão” e “revelação". O ocidente não é colocado aqui como “gerador” das contradições no mundo islâmico, mas como mais um ator, em uma ampla e histórica rede de debates. Agora, precisamos adentrar ao universo discursivo de Sayyid Qutb quanto ao seu uso do conceito de modernidade visando demonstrar como tal conceito foi influenciado (e influenciou) dentro do campo das diretrizes conceituais islâmicas. Uma operação essencial para superarmos a simplista teoria da “crise do religioso” na contemporaneidade, e observar o protagonismo e implicações internas do discurso religioso na composição intelectual e na ação concreta de movimentos sociais no Oriente Médio do século XX.

É importante esclarecer que esse trabalho não considera a “modernidade”, ou o ocidente como o ponto central da argumentação dos

movimentos islâmicos. No decorrer do trabalho, será apresentado como o conceito de modernidade não era sempre vinculado às preposições ocidentais, demonstrando como os islamistas diferenciaram "modernidade" enquanto ideologia ocidental ligada ao capitalismo, e uma "essência ou retórica" de transformação. Entretanto, este conceito, "modernidade", não é o único, nem o mais importante dentro do quadro islamista. Mas levando em consideração o propósito do trabalho, em ponderar sobre a crítica historiográfica ocidental sobre a teoria do "ressurgir do religioso", os usos islamistas do conceito seriam imprescindíveis. Não cabendo ao trabalho conseguir expor toda a linguagem, conceitos e a amplitude do movimento islamista.

2. SAYYID QUTB , A "MODERNIDADE" E O *ISLAM*

As formulações islamistas dos séculos XIX e XX conceberam a "modernidade" para além do paradigma da liberdade e da razão responsáveis por conduzir a Europa ao pioneirismo dos avanços tecnológicos. Para eles, a retórica da modernidade foi incluída dentro do universo de respostas islâmicas que ultrapassaram os limites de autoridade e normatividade do repertório dos intelectuais prestigiosos (*'ulemas)* e da centralidade otomana. Os reformistas islamistas articulavam, por vezes, aspectos da modernidade como inerentes ao próprio *Islam* (das bases corânicas). Ao recusar a "modernidade" como algo intrínseco europeu, esses reformistas vislumbraram a "essência" desses avanços que poderiam ser encontrados na intelectualidade e na prática islâmica.

Diante a compreensão do *Islam* como um fato espiritual, filosófico e político, os reformistas islâmicos do século XIX consideravam a emancipação humana um projeto (também) para a razão. Um fato que não iria contradizer ou enfraquecer o *Islam*, já que esse sintetizaria, organizaria e seria a ampla e máxima expressão da razão. Reformistas como Rifa'a al-Tahtawi (1801-1873), Jamal al-Din al-Afghani (1838-1897), Muhammad Abduh (1849-1905) e Sayyid Muhammad Rashīd Rida (1865-1935) buscaram (apesar de claras distinções) a conciliação das disparidades no pensamento islâmico como uma alternativa para a "crise" do pensamento islâmico e da legitimidade do estado otomano. Tais reformistas reafirmaram a linguagem do *Islam* como um passo necessário para adentrar a sociedade moderna. Ou seja, pelo incentivo à releitura das fontes islâmicas, esses reformistas visualizaram na palavra divina as diretrizes para

conduzir uma sociedade voltada ao desenvolvimento progressivo e valorização de direitos.

O momento da afirmação hegemônica do mercado-mundo e das transformações técnicas influenciando o cotidiano da massa populacional, a valorização dos princípios da modernidade europeia era objeto de reapropriação. Al-Afghani foi um dos estudiosos que alertou para o perigo da tentativa de assimilação completa da ideia de pressupostos eurocêntricos. Para ele, o discurso da ciência e da razão para o melhoramento do bem-estar humano já estaria contido na mensagem corânica:

> Os muçulmanos não devem entregar-se à pura imitação dos europeus, pois isso abrirá os seus países à aceitação do domínio europeu. Em vez disso, devem encontrar a inspiração para a reforma e a ciência nos seus próprios textos religiosos, especialmente no Corão. Este último, se for corretamente interpretado, será compatível com os valores modernos e até os prevê (Kedde, 1968. In: Adam, 2014, p.596, tradução nossa).

Para os reformistas do século XIX, os símbolos da modernidade, a razão, a liberdade e o desenvolvimento, se configuram não como projetos europeus endógenos e impostos aos demais povos em busca da perfeição social. O processo conceitual de modernidade deveria passar por uma reflexão em conjunto com o próprio legado histórico e intelectual islâmico. Essa leitura, defendida pelos reformistas, seria benéfica à nível da luta anticolonial pela negação da centralidade histórica e conceitual europeia, e à nível da prática concreta da "essência" moderna. Para os reformistas islâmicos, somente o projeto do *Islam* pela união elementar entre as esferas imateriais e materiais; eternas e finitas; universal e particular fomentaria uma prática geral, real e benéfica dos valores essenciais da modernidade.

. Os reformistas do século XIX influenciaram a geração intelectual seguinte, a qual diante novas problemáticas sociais levantaram diversas questões sobre as conclusões da geração do século XIX (ABU-RABI, 1995). A criação da Irmandade Muçulmana, em 1929, seria um exemplo desse processo de maior questionamento sobre as conclusões de autores como Abduh, e da centralidade conceitual europeia na valoração do mundo. A Irmandade desenvolveu uma ação ampla (intelectual e da prática social) de valorização da

comunidade (*ummah)* e do discurso corânico diante a constante ocidentalização de estudiosos islâmicos e instituições governamentais. Não foi abandonada a retórica do *Islam* como promotor de racionalidade, mas foram incluídos outros conceitos do universo corânico para compor o quadro conceitual da reforma islâmica para a solução das mazelas sociais. A característica inerentemente libertadora e revolucionária da ‘*Aquidah* (crença; certeza; convicção) foi introduzirda pelo fundador da Irmandade, Hassan al-Banna, visando evidenciar o dever de se conduzir o debate islâmico para além das determinações estatais e sociais. Al-Banna defendia a primordial necessidade da reapropriação muçulmana de sua fé e seu histórico. Uma “revolução nos corações” seria, para al-Banna, primordial para provocar qualquer virada política.

O *Islam “*compreensivo” de Hassan al-Banna, teria o objetivo de levar a verdade, estabilidade, justiça e liberdade prometidos pela modernidade europeia, mas sem os componentes destrutivos dessa última, o materialismo e a hierarquização. Al-Banna demonstra como a comunidade do *Islam* necessita continuar o trabalho de reviver as bases corânicas e liderar aspectos para a reforma (intelectual e política), como acontecia desde os princípios do *Islam*. A historicidade islâmica revela, para al-Banna, o anseio por renovação e crítica, se conferindo, acima de tudo, como um modo de vida e discurso com determinações eternas e mutáveis.

O reviver Islâmico, em Banna, se caracterizou pelo reviver da *Ummah* e de suas necessidades materiais e espirituais, para satisfazer as necessidades da modernidade frustradas de forma global. Questiona-se, então, a universalidade das “conquistas” europeias, argumentando poder o *Islam* se articular enquanto mecanismo para a conquista das independências e da liberdade. Desse modo, um aprofundamento da modernidade deveria se dar em linguagem islâmica, por sua mensagem (a única verdadeiramente universal) de justiça e liberdade (em seus sentidos plenos).

Nesse cenário, o debate da “modernidade” aí se insere, conferindo a questão ocidental, condição de mais um ator. Uma questão primordial para esses islamistas, até a metade do século XX, seria a crítica da posição do ocidente como fruto do pensar “emancipado”, como se tais ideias de liberdade e independência tivessem se iniciado com a formação do mercado-mundo, e consequentemente expansão dos ideais europeus (SABET, 2008). Fazia parte

da agenda islamista demonstrar como os princípios de liberdade e independência, representados, principalmente pela declaração islâmica da soberania de Allah e, consequentemente, da negação de servidão entre os homens, eram inerentemente islâmicos.

Autores como al-Banna buscaram demonstrar como a fé islâmica continha um caráter revolucionário por seus princípios voltados à manutenção social e capazes de lidar com as contradições contemporâneas e injustiças geradas pelo sistema eurocêntrico (KHATAB, 2006). O sistema europeu foi caracterizado como incompleto por estar fundado em bases materialistas e sob “leis/perspectivas humanas”, ou seja, sob premissas raciais e/ou de grupos. Para al-Banna, o valor da “modernidade” para a Europa tinha uma característica predominantemente retórica para influir nas demais sociedades diretrizes particulares e hierárquicas com uma falsa roupagem universal. O valor da “modernidade” em al-Banna era fundamentado pela necessidade de reconectar o homem àquilo que o constitui. Para ele, o *Islam* seria o caminho para unir sociedades muçulmanas divididas pelas premissas humanas (endossadas pelo ocidente); unir terra e transcendente em uma única visão da história e realizar os anseios humanos por equidade e justiça, sem perder os atributos morais e sem perder a consciência que, no fim, o retorno será sempre à Allah:

> Tal como as nações precisam de poder, também precisam da ciência para apoiar esse poder e dirigi-lo da melhor maneira possível, fornecendo-lhes tudo o que precisam em termos de invenções e descobertas. O Islão não rejeita a ciência; na verdade, torna-a tão obrigatória como a aquisição de poder, e dá-lhe o seu apoio... O Alcorão não faz distinção entre as ciências naturais e as ciências religiosas, mas defende-as a ambas. Resume as ciências naturais num só versículo, encorajando o homem a estudá-las. Compreender e conhecer o universo uma forma de O venerar e um caminho para O conhecer... Não há nenhum agente como o Islão, que possa despertar a consciência, despertar os sentimentos e colocar uma guarda sobre o eu. É o único que pode regular os segredos mais profundos e ocultos. (AL-BANNA, 1997 (C), p.5-6, tradução nossa)

A problemática não seria a modernidade em si (no caso, seus efeitos), mas suas ações pautadas no materialismo/no racial que acabaria levando à contradições às quais a modernidade se propunha a acabar, a falta de liberdade, o totalitarismo:

> Ninguém pode ignorar que a liberdade foi assegurada aos povos

> e nações, e a justiça introduzida na mente humana, permitiu pensar livremente, e ao ser humano, no seu conjunto, permitiu-lhe a liberdade de se realizar livremente; e, aparentemente, dando poder aos povos. De facto, as relações internacionais após a Primeira Guerra Mundial vieram comprovar a legitimidade destas ideias e a maior parte do mundo virou-se para elas. No entanto, não tardou muito para que as pessoas perceberem que a individualidade e a liberdade ilimitada podem conduzir ao caos e muitas outras deficiências, que acabaram por conduzir à fragmentação da estrutura social e dos sistemas familiares, e ao eventual ressurgimento do totalitarismo... Esta evolução social e o confronto aparentemente inevitável despertaram a inspiração dos pensadores muçulmanos, e os motivaram a começar a avaliar e a comparar todas as opções disponíveis e acabaram, depois de muita contemplação, por chegar à conclusão final: a necessidade de seguir o caminho da liberdade independentemente de todos estes sistemas estrangeiros, e a necessidade absoluta de um regresso ao Islão. (AL-BANNA, 1997 (B), p.7-8, tradução nossa)

A partir da segunda metade do século XX, o pensamento de Sayyid Qutb ganhou força entre a Irmandade Muçulmana e nos movimentos do reviver islâmico por sua análise do conceito de “modernidade” como uma questão, primeiramente, mental. Qutb escreveu em um momento histórico o qual o nacionalismo árabe foi direcionado, ao ganhar complexidade com o governo de Nasser, como um caminho para a era pós-colonial. A ideologia nacionalista concluía ser capaz de conduzir o “moderno” ocidental como um “fenômeno” com potencial moldável e, inclusive, melhorado pelo povo árabe, em direção ao progresso (SELIM, 2016). Um pensamento, considerado por Qutb extremamente materialista, e por isso hierárquico e pouco benéfico.

Nesse cenário, Qutb bifurcou o conceito de modernidade. Existindo o 1. Aparato da modernidade enquanto meios e técnicas que levam à necessidade da constante inovação (daí a questão valorativa da ciência e da razão). E haveria, ainda, 2. A modernidade enquanto retórica discursiva, pautada em princípios hierárquicos e segmentados, os quais seriam levados à potencialidade de “razão de ser” para dada sociedade. Quanto à primeira questão, Qutb salienta a importância do *Islam,* dos cientistas muçulmanos e do modo islâmico de conceber ciência, para a fomentação moderna da tecnologia e a valorização da razão. Há a confirmação do *Islam* como um sistema que prevê o uso da razão e da busca pelo desenvolvimento. Porém, o materialismo não deveria ser o guia nesses segmentos:

> Por isso, temos de ter uma outra qualidade, aquela qualidade que a civilização moderna não possui. Mas isto não significa que devamos negligenciar o progresso material. Devemos também dar toda a nossa atenção e esforço nesta direção... Para alcançar a liderança da humanidade, temos de ter algo a oferecer para além do progresso material, e essa outra qualidade só pode ser uma fé e um estilo de vida que, por um lado, conserve os benefícios da ciência e da tecnologia moderna e, por outro lado, satisfaça as necessidades humanas básicas ao mesmo nível de excelência, tal como a tecnologia as satisfez na esfera do conforto material. (QUTB, 2006, p. 26, tradução nossa)

Desse modo, é a segunda questão que revela o caráter prejudicial do sistema ocidental: a busca pela independência de valores absolutos. Para Qutb, o pensamento ocidental se caracteriza pelo desejo de conferir poder de normatividade ao materialismo e a intelectualidade presos em um tempo e grupo. Qutb argumenta que tal retórica ocidental de "modernidade" como uma obrigatoriedade racional para adentrar aos "novos tempos" os quais amadureceriam os valores ocidentais seria sinônimo da era da ignorância (Jahilliyah). Ignorância pelo fato de suspender a primazia do conceito islâmico: a soberania de Deus (Hakimiyyah), e se pautar a vida, os princípios e os discernimentos sobre o bem, a verdade e o necessário, em proposições humanas, e logo, nunca universais:

> Essa sociedade islâmica atual não é islâmica em nenhum sentido da palavra... Na nossa sociedade moderna, não julgamos de acordo com o que Alá revelou; a base da nossa vida económica é a usura; as nossas leis permitem a opressão em vez de a punirem; o zakat não é obrigatório e não é gasto da forma devida. (QUTB, 2000, p. 262, tradução nossa)

O *Islam* foi descrito por Qutb como um chamado divino para a união de todos os campos da vida; uma mensagem compreensiva ao se estender e dirigir a sociedade, o espaço, tempo e existência. O chamado divino e a noção da existência com propósito direciona, na visão de Qutb, a necessidade de um modo de vida ativo e que lute, primeiramente, pela iluminação das mentes da corrosividade das ideologias materialistas, de grupo ou raciais. Nesse sentido, "modernidade" é compreendida em Qutb como a corrosividade e distanciamento do conhecimento sobre o que compõe toda a existência.

Sayyid Qutb sinalizou seu desejo em dar "continuidade" à visão do *Islam* como uma bandeira de crítica à instrumentalização da essência da mensagem divina. A busca por compreender o real "espírito do *Islam*" seria um movimento essencial para que a mensagem fosse articulada de modo prático e comunitário, instigando transformações reais e universais no cotidiano das comunidades muçulmanas:

> O que é verdadeiramente notável é que o espírito do Islão sobreviveu a todos estes ataques que lhe foram lançados desde o período mais antigo da sua vida até ao presente. Persistiu apesar dos ataques súbitos e do efeito que estes tiveram na sua vida; perdurou, apesar da conquista moderna pela civilização ocidental com as suas armas materiais e culturais, que transformaram alguns muçulmanos em instrumentos para quebrar e destruir o Islão sob a direção de potências imperialistas. (QUTB, 2000, p. 275, tradução nossa).

Para sair do uso retórico de "modernidade" seriam necessárias, para Qutb, duas operações. A primeira, o contato com o legado intelectual islâmico para compreender as conexões entre razão e revelação, destruindo esse binarismo esquemático ocidental entre o "moderno" e o "tradicional". E, assim, visualizar a relação intrínseca pela busca das "necessidades da modernidade" (a ciência, a razão, a inovação) por dentro do sistema islâmico (precursor de tais demandas).

A segunda operação seria a crítica à caracterização do prático, do humano, do efémero e do inconsistente como um ponto de normatividade para a conquista de algum tipo de bem-estar, ou pior, de caracterização da própria era da modernidade:

> O pensamento europeu moderno, em geral, deixa o absoluto fora do seu esquema de considerações práticas - embora tolere a religião e, por vezes, possa mesmo afirmar que se trata de uma convenção social. A civilização ocidental não renega irrevogavelmente Deus, mas não vê nenhum significado para Ele no seu atual sistema intelectual. Ela transformou em virtude uma incapacidade filosófica do homem, ou seja, a sua incapacidade de ter uma visão abrangente de todo o campo da vida. É por isso que a Europa moderna tende a atribuir a maior importância prática aos valores que derivam das ciências experimentais, ou pelo menos daquelas ciências das quais se pode esperar alguma influência perceptível nas relações sociais humanas. E porque a questão da existência de Deus não se enquadra em nenhuma destas categorias, a mente europeia tende a retirar o conceito de Deus da esfera das considerações práticas. (QUTB, 2000, p. 281, tradução nossa).

Rever a retórica da modernidade, para Qutb, significava rever as razões do porquê o religioso, o transcendental, a operação de conectar mundos e obter um olhar unificado para os princípios e as práticas de existência era tão negado pela lógica ocidental. Qutb questionava, também, qual papel o religioso deveria assumir; e por que não uma forma prática e renovadora. Qutb direcionou essas críticas não apenas ao universo conceitual europeu, mas à diversos grupos (políticos e intelectuais) da história islâmica que reduziram, segundo sua visão, o potencial unificador do *Islam* e seu papel na sociedade. Uma operação que apagou diversos princípios, principalmente quanto ao modo de ação prático e renovador do *Islam*.

Para Qutb, o primeiro passo para a independência e para provocar a verdadeira liberdade, justiça e igualdade (prometidas pela modernidade) seria uma mudança epistemológica, compreendendo a prática da fé como um agente revolucionário e elucidador da situação da *ummah* que trouxe benefícios durante toda a história islâmica:

> O que estas pessoas querem é que o Islão mude o seu carácter, o seu método e a sua história e seja reduzido ao nível das teorias e leis humanas comuns. Querem uma solução de atalho para satisfazer os seus desejos imediatos, que são apenas produto da mentalidade derrotista dos seus espíritos face a leis sem valor, feitas pelo homem. Querem que o Islão se torne uma mera coleção de abstracções e teorias, cujo objeto de aplicação são condições inexistentes. Mas o curso prescrito por Alá Todo-Poderoso para esta religião é o mesmo que era anteriormente. Primeiro, a crença deve ser impressa nos corações e dominar as consciências - essa crença que exige que as pessoas não se curvem perante ninguém, exceto Alá Todo-Poderoso ou derivar leis de qualquer outra fonte... Os que apelam ao Islão devem compreender que, quando convidam as pessoas para o para o renascimento da religião, devem convidá-las a aceitar a crença fundamental do Islão... As pessoas devem saber que o Islão significa aceitar o credo "La ilaha illa Allah" no seu sentido mais profundo, que é o seguinte: que todos os aspectos da vida devem estar sob a soberania de Alá, e aqueles que se rebelam contra a soberania de Alá e a usurpam para si próprios devem ser combatidos; esta crença deve ser aceite pelos seus corações e mentes e deve ser aplicada nos seus modos de vida e nas suas práticas. (QUTB, 2006, p.47-48, tradução nossa).

O modo de vida moderno seria caracterizado pela ignorância e pela rebelião da soberania de Deus na terra. Portanto, o espírito moderno não estaria

preso ou seria originário dos dinamismos europeus (já que a ignorância caracteriza inclusive e principalmente governos que se dizem islâmicos) mas seria um sintoma do distanciamento prático de relação com a verdade transcendental. Esse, segundo Qutb, um comportamento histórico que, inclusive, tornou necessária o envio de profetas para a Terra. A rebelião a soberania de Deus teria como principal elemento a falsa ideia de ser plausível uma emancipação por meio dos sistemas mutáveis e limitados dos homens, e não pelo sistema de Deus.

A retórica de Modernidade foi articulada em Qutb como uma ideia ligada à ignorância e à arrogância do homem, compatível com várias ideologias europeias e orientais. Ainda que se posicione contendo bons preceitos como a busca pela ciência ou pela liberdade, estes foram corrompidos pela busca do progresso ilimitado, material e hierárquico. É evidente, no tratamento de Qutb, como a conceituação e análise dos usos de "modernidade" foram relacionados com as diretrizes e debates conceitos corânicos. Possibilitando Qutb direcionar sua teoria da decadência (não ao ocidente secular como consta em grande parte da bibliografia) mas a ignorante ruptura epistemológica com a verdade transcendental. Verdade essa que implica a visão do comando divino como algo que necessita de um constante engajamento prático, comunitário e intelectual.

A "modernidade" em Qutb foi relacionada com diversos conceitos corânicos visando uma crítica não apenas das questões materiais ou institucionais, mas aprofundando-a no estudo sobre a mentalidade e prática humana da falsa sensação de avanço e liberdade distante do universalismo que integra o próprio homem. A questão da soberania (*al-Hakimiyyah*), tornar Allah soberano, revela, em Qutb, um caráter escatológico e revolucionário para a dissolução de mentiras, associações e estagnações do pensamento islâmico. Reconhecer a soberania de Allah permeia, para Qutb, o reconhecimento do Corão como regulador da vida e símbolo da justiça e visando assegurar sua aplicabilidade e renovação em todos os tempos e lugares.

A servidão (*al-Ubudiyyah*), reconhecer algo além de si (ou das criações humanas) como detentor de autoridade, revela uma operação essencial para a remoção de aparatos tirânicos e opressivos, pois impede os particularismos e os desejos temporariamente limitados de se configurem como ponto de normatividade social. A mensagem corânica já expressará: "não adorais, em vez

dEle, senão nomes de ídolos que nomeastes vós e vossos pais, dos quais Allah não fez descer comprovação alguma” (Corão, 12-40). A submissão a Allah e a certeza dos preceitos corânicos como norteadores de todas as instâncias da vida, impediriam, para Qutb, a submissão do homem pelo homem, característica essencial do tempo de ignorância.

O conceito de ignorância (*al-Jahiliyyah*) marca a teoria da decadência de Qutb. Ele considera que a submissão da consciência a princípios não corânicos direciona a sociedade à um falso sentimento de independência, segurança e uma falsa compreensão do próprio *Islam*. A ignorância seria uma condição com potencial de permear qualquer sociedade com tamanha arrogância em pretender abandonar e distorcer a concepção unificadora do chamado islâmico.

A intelectualidade de Qutb evidencia a necessidade uma reconexão com o legado islâmico e uma leitura sistemática das bases islâmicas visando a compreensão da magnitude da universalidade *(al- Kawniyyah*) do *Islam* (SELIM, 2016). O *Islam* seria o único, para Qutb, com as premissas, verdadeiramente, universais, por se pautar na construção ontológica entre o homem e o sagrado. De modo que seus princípios e objetivos não provêm de particularismos, ao contrário, são tão extensos e íntimos que permitem uma real pluralidade, sem deteriorar a dignidade humana. Compreender o *Islam* como aquilo aplicável à política, economia, moral, às relações familiares... e cuja união dos princípios auxilia na união da comunidade em objetivos comuns revela a própria natureza do *Islam* em questionar as arbitrariedades humanas. Por isso, Qutb entende o *Islam* como uma base cognitiva que nos alerta contra os instrumentalismos ligados à manutenção do poder, ganhos econômicos e defesa de particularismos.

Desse modo, Qutb ao formular sua conceitualização de “modernidade”, revela um estudo e argumentação ligados aos conceitos corânicos e em debate com intelectuais islâmicos de sua geração e de gerações anteriores. Seu pensamento não se caracteriza como mera assimilação ou negação da visão ocidental do conceito de “modernidade” como meio de “retroceder os avanços modernos”. Sua compreensão sobre “modernidade” permeia uma análise mais ampla que as tecnologias ou a questão imperialista, e adentra as relações entre humanidade e poderes universais e as dinâmicas da *Fitrah* (disposições originais/ distribuições naturais), sobre a essência do homem, da sociedade e da

natureza. Qutb explora, para além de questões institucionais, os debates históricos islâmicos da origem e extensão do intelecto, da força da sociedade e das relações entre uma sociedade mutável e preceitos eternos. Vislumbrando "modernidade" ontologicamente (ALI, 2022).

3. A HISTORIOGRAFIA, A "CRISE DA MODERNIDADE" E O "RESSURGIR DO RELIGIOSO"

Recebe destaque, na historiografia sobre o Oriente Médio contemporâneo, os estudos sobre os movimentos islâmicos contemporâneos e sua produção intelectual. A historiografia ocidental enfatiza a elaboração social do *Islam* como solução política e cultural para os "problemas modernos". Há, ainda, em estudos, a preocupação quanto ao "ressurgir do religioso" na modernidade como uma forma de "revanchismo" e de "aversão ao ocidente", por parte dos movimentos islâmicos. (DA COSTA, 2014). A caracterização do *Islam* não como um discurso (também) político, mas apenas coletivo moralista, contribui para o olhar aos movimentos modernos como uma "instrumentalização do *Islam"* para ganhos de poder. Para tais pesquisadores, "modernidade" seria aspirar pelo conquistado pelas sociedades ocidentais modernas, provocando uma visão unidirecional do conceito.

Nessas interpretações, ao enfatizarem os movimentos islamistas como sintomas da "crise da modernidade", o binarismo tradição/moderno ganha atributos extremos, essencializados e ganham o destaque analítico como norteadores das problemáticas islâmicas. Visões orientalistas, do *Islam* estagnado, contribuem para as problemáticas teóricas do estudo dos movimentos islâmicos pois indicam a "imobilidade intelectual do período moderno como a "responsável por incendiar o cenário intelectual e provocar as contradições políticas. (SAID, 1995). Logo, a conceitualização de "modernidade" é postulada, por tal parte da historiografia, como unidirecional e formada endogenamente pela absorção ou negação do pensamento liberal ocidental. Assim, a historicidade do projeto de modernidade se esvazia de sentido, convertendo-a em realidade neutra e imutável, e os atores islâmicos em meros "testes" deste projeto.

É prevista, na argumentativa da historiografia hegemônica ocidental, uma quebra histórica com o passado não colonizado. (MASUD, 2009). Agora, todas

as significações da realidade deveriam se pautar no modelo ocidental e, em consequência, desse modelo, postulando as "verdades" do futuro secular e capitalista como movimentos naturais e unidirecionais na era moderna: "a natureza desordenadamente incompleta do capitalismo nas sociedades muçulmanas foi o que interrompeu o caminho pela plena adoção de valores e sentimentos burguês e não o islã como sistema de crenças" (AYUBI, 1996, p.92). A origem do "Islã político" se daria, segundo Ayubi, pela crise de desenvolvimento nos países islâmicos. Sendo o reviver islâmico, uma chamada simples e abstrata do moralismo temeroso quanto às perdas políticas para o dinamismo moderno. Usando da "repetição de palavras divinas sobre premissas eternas e com um sonho nostálgico de recuperar a idade dourada" (ibid, p.178).

Essa definição do reviver islâmico como propostas "frustradas"; "essencialmente defensivas" (SIVAN, 1997); de mensagens "radicais" e "inventoras de tradições" (OLIVEIRA, 2015); e objeto de questionamentos quanto ao seu "pluralismo" e "autossuficiência" (DE CASTRO VIEIRA, 2022), levam a uma busca por enquadrar e avaliar o "grau de modernidade" e a plausibilidade dos movimentos islamistas. Argumentos sobre a essencialização de culturas e a existência de distinções fundamentais entre elas, contribuem para tal tinha historiográfica. O choque de civilizações (culturas) que conduziria os conflitos contemporâneos deveriam, pois, serem conduzidos pelo debate "humanitário". Já que as "verdades" europeias logicamente encontrariam obstáculos com o crescente "fundamentalismo islâmico". (SAMUEL, 1996).

Tais argumentações sobre os discursos sintomáticos da "crise da modernidade" provocam um ressentimento intelectual sobre o "ressurgir do religioso", representado pela absorção acrítica do binarismo tradição/modernidade e uma compreensão literal do sagrado e orientalismo ocidental como fonte das contradições e da história. Portanto, se torna fundamental uma crítica à 1. Realidade hegemônica ocidental e seu "poder" de normatização, 2. Essa construção "endógena, espontânea e secular" dos referentes de "modernidade" no ocidente e 3. Uma leitura ampla do aparato sagrado como forma de simbolizar a realidade, indissociável de qualquer movimento histórico.

Um estudo crítico sobre o reviver islâmico, prevendo a natureza partilhável e mutável entre "tradição/modernidade" possibilita observar a retórica

colonialista contida no binarismo ocidental, e destacar o ativo papel da linguagem do *Islam* para o estudo das significações discursivas islamistas. Analisar como autores como Sayyid Qutb articularam e promoveram o conceito de "modernidade" numa intima relação com o legado intelectual islâmico nos possibilita a visualização do papel ativo, histórico e legítimo dos atores muçulmanos. A compreensão da existência do quadro de "modernidades em disputa" (BERIAIN RÁZQUIN, 2004) é essencial para desqualificar o papel do ocidente como condutor da história e demonstrar como as formulações "terceiro-mundistas" (aqui, os islamistas) possuem importante papel nos "embates conceituais".

É perigosa a direta associação entre *Islam* e a "revolta ao moderno" quando (como previamente aqui apresentado) as categorias do "moderno", nos movimentos islâmicos, se deram de modo a formular e apresentá-lo em relação ao ambiente intelectual/político endógeno e ao legado filosófico islâmico. São evidentes as críticas islamistas aos argumentos secularistas e materialistas ocidentais e suas reproduções em movimentos endógenos como o nacionalismo. Porém, essas críticas são enquadradas, primeiro, em um pensamento crítico mais amplo, promovido por intelectuais como Sayyid Qutb, sobre a origem do conhecimento, da autoridade e da verdade. Debates que, como apontou Qutb, remetem desde os tempos proféticos.

Além disso, quanto à conceitualização de "modernidade", esta não possuía o repertório "neutro, único e ocidental", como mencionado na historiografia, mas ganhou diversos sentidos e amplitude para as metanarrativas contemporâneas. É evidente, também, que o peso colocado à questão da "modernidade", muitas vezes como retórica de legitimação, possui ligações com o aparato imperialista. O que Sibai (2018) chamou de colonialidade do ser, ou seja, o ex-colonizado ainda movido, epistemologicamente, por problemáticas de legitimidade do imaginário ocidental.

Porém, é importante salientar a continuidade, dos movimentos do reviver islâmico, a série de debates jurídicos e teológicas, recorrentes das tradições de Ibn Taymiyyah (1263-1328) e Ibn Khaldun (1332-1406), cada um com visões e propostas diferentes, que buscaram questionar o que de fato é o *Islam* e quais conceitos e práticas o norteiam. O movimento de "volta das bases", a importância política da escatologia islâmica, a questão da renovação, da crítica ao governo,

dos debates acerca amplitude da revelação e da razão... longe de serem "instrumentalizadas" pelo "*Islam* político" na crítica ao ocidente, representam longos debates intelectuais, jurídicos e teológicos, com diversos atores. Assim, a falsa premissa de "ressurgência do religioso" no ambiente islâmico, simboliza a inserção nos debates, as questões relacionadas ao ocidente e ao imperialismo, como mais um ator nessa rede de conexões críticas do *Islam* como significante da existência.

Logo, vislumbrar os argumentos islamistas como "modernidades não autênticas" pela "busca, simples e pragmática, de modernizar o islã, trazendo os recursos da modernidade" (DE CASTRO VIEIRA, 2022), representa, tanto, a essencialização e redução do debate sobre "modernidade", quanto a redução da questão islâmica a um "debate sobre como lidar com o ocidente". Para além do poder, o movimento islamista representa a busca pela afirmação da identidade (SABET, 2008) e a continuidade dos debates sobre a construção do *Islam* na sociedade mutável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recorrentes formulações teóricas e históricas ao identificarem os discursos que utilizam da linguagem do religioso como sintomáticos de uma "crise da modernidade", e um "ressurgir do religioso" contra os avanços modernos, representam o choque historiográfico com o real em detrimento do imaginário. A mesma arrogância universalista do século XIX, ocidental, encontra amparo nas redes teóricas das ciências humanas ao imaginar o particularismo histórico ocidental ser o centro irradiador das disparidades, conflitos, movimentos e, portanto, da história global.

Para uma efetiva crítica desses pressupostos historiográficos, é essencial a compreensão das significações internas de representantes de movimentos islamistas, como Sayyid Qutb. Vislumbrando como, nesse caso, o conceito de "modernidade" se insere como mais um elemento em diálogo com as problemáticas da intelectualidade islâmica. Propomos o rompimento com uma visão monolítica e unidirecional de "modernidade"; uma questão teórica essencial para uma reescrita historiográfica que não nomeie os movimentos islamistas como sinônimos de uma "crise da modernidade".

Sendo, então, possível compreender a amplitude do *Islam* na era

moderna, a importância dos conceitos islâmicos e das dimensões do *Fitrah:* o uso do conceito de soberania; o debate sobre razão e revelação; o lugar da consulta e o entendimento da unicidade corânica. Pela análise dos escritos de Sayyid Qutb e seus contemporâneos esperamos ter esclarecido a complexa crítica intelectual em que o conceito de "modernidade" foi articulado pelos intelectuais ligados à Irmandade Muçulmana. Com o auxílio teórico de Shahab Ahmed (2016) propomos que o uso conceitual de "modernidade" foi composto e articulado dentro dos apontamentos islamistas sobre como derivar o conhecimento, a autoridade e a verdade (debates com longo histórico na tradição intelectual islâmica). Portanto, "modernidade" compõe (em junto com uma série de conceitos não explorados em apenas um artigo a rede de elementos utilizados por essa comunidade para refletir sobre sua identidade no período contemporâneo. Compreender a história, a legitimidade, os usos e a importância do aparato do *Islam* para os que creem Allah apresentar em parábola a verdade e a falsidade é essencial para a quebra da colonialidade do saber historiográfico.

REFERÊNCIAS

ABU-RABI, Ibrahim M. **Intellectual origins of Islamic resurgence in the modern Arab world**. State University of New York Press, 1995.

ADAM, Abba Idris. Islamic civilization in the face of modernity: The case of Jamal Al-Din Al-Afghani and Muhammad Abduh. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 7, n. 6, 2017.

AHMED, Shahab. **What is Islam?**: The importance of being Islamic. Princeton University Press, 2016

AL-BANNA, Hasan. **Between Yesterday and Today**. 1997 (A). Traduzido por Islambasics in: https://islambasics.com/wp-content/uploads/Books/yesterday.pdf. Acessado em: 21/06/2024

AL-BANNA, Hasan. **Peace in Islam**. London: Prelude Ltd, 1997 (B).

AL-BANNA, Hassan. **Toward the light.** 1997 (C). Traduzido por Islambasics in: https://islambasics.com/wp-content/uploads/Books/light.pdf. Acessado em: 21/06/2024.

AL-DAHAYYAN. Entrevista in: Laroix, S. **Awakening Islam**. Havard University Press, 2011

ALI, Jan A. Modernity, its crisis and Islamic revivalism. **Religions**, v. 14, n. 1, p. 15, 2022.

AL MASSERI, Abdulwahab et al. The imperialist epistemological vision. **American Journal of Islam and Society**, v. 11, n. 3, p. 403-415, 1994.

AMIR, Ahmad Nabil. Muhammad Abduh and His Epistemology of Reform: Its Essential Impact on Rashid Rida. Hermeneutik: **Jurnal Ilmu Al Qur'ān Dan Tafsīr,** v. 15, p. 61-89, 2021.

AYUBI, Nazih NM. **El Islam político:** teorías, tradición y rupturas. Edicions Bellaterra, 1996.

BERIAIN RÁZQUIN, Josetxo. Formas modernas de resacralización en disputa. La nación y la persona. **Revista Internacional de Sociología (RIS),** vol. 74 (3): e037, 2016.

BORI, Caterina et al. Ibn Taymiyya wa-jama'atuhu: authority, conflict and consensus in Ibn Taymiyya's Circle. In: **Ibn Taymiyya and his times**. Oxford University Press, 2010. p. 23-52.

CHOUDHURY, Masudul Alam. **Universal Paradigm And The Islamic World-system, The: Economy, Society, Ethics And Science**. World scientific, 2007.

CROOKE, Alastair. **The essence of the islamist revolution**. NY. Pluto Press, 2009 DA COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues. Das relações entre modernidade e o fundamentalismo religioso. **Teocomunicação**, v. 44, n. 2, p. 220-246, 2014.

DE CASTRO VIEIRA, Danilo Porfírio. **Irmandade Muçulmana:** Seu Projeto de Modernidade Autêntica e a Viabilidade. Editora Appris, 2022.

KHATAB, Sayed. **The power of sovereignty:** The political and ideological philosophy of Sayyid Qutb. Routledge, 2006.

LEWIS, Bernard. **Islam and the West**. OUP USA, 1993.

LEWIS, Bernard. **What went wrong?:** the clash between Islam and modernity in the Middle East. London: Weidenfeld & Nicolson, 2002.

MASUD, Muhammad Khalid (Ed.). **Islam and modernity:** key issues and debates. Edinburgh University Press, 2009.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, Alaor Souza. Nação islâmica e nacionalismo no Islã político. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso.

4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

QUTB, SAYYID. **Social justice in Islam** (Adalah al-ijtima iyah fi al-islam [1949]). Translated by John B. Hardie. Oneonta, NY. Islamic Publications International, 2000

QUTB, SAYYID. **Milestones** (Ma´alim fi´l - tareeq [1964]). Birmingham, England. Maktabah Booksellers and publishers, 2006

RANA, Junaid. **Terrifying Muslims:** Race and labor in the South Asian diaspora. Duke University Press, 2011.

SABET, Amr. **Islam and the political:** Theory, governance and international relations. Pluto Press, 2008.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALVATORE, Armando. **The sociology of Islam**: Knowledge, power and civility. Oxford: John Wiley & Sons, 2016.

SAMUEL, Huntington. **The clash of civilizations**. Foreign Affairs, v. 72, n. 3, p. 22-49, 1993.

SELIM, Gehan. Between order and modernity: resurgence planning in revolutionary Egypt. **Journal of Urban History**, v. 42, n. 1, p. 180-200, 2016.

SIBAI, Sirin Adlbi. **La cárcel del feminismo**: hacia un pensamiento islámico decolonial. Ediciones Akal, 2018.

SIVAN, Emmanuel; MERINO, Isabel. **El islam radical:** teología medieval, política moderna. Bellaterra, 1997.

TERRA, Kenner Roger Cazotto. Teorias da linguagem e estudos do discurso: apontamentos metodológicos para uma análise do discurso religioso. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 1085-1085, 2018.

TIBI, Bassam. Islam, Modern Scientific Discourse, and Cultural Modernity: The Politics of Islamization of Knowledge as a Claim to De-Westernization. **Middle East Studies Association of North America**, 1990.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, p. 129-141, 2010.

Recebido em 09-12-2024.
Aprovado para publicação em 09-03-2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A "*GRANDE LIVRARIA PAULISTA*" POR MEIO DOS ANÚNCIOS DO JORNAL *A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO* (1878)

THE 'GRANDE LIVRARIA PAULISTA' THROUGH THE ADVERTISEMENTS IN THE NEWSPAPER *A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO* (1878)

EMMANUELLE CAETANO DE ALMEIDA[1]

RESUMO

O livro era visto como forma de status social no século XIX. Desta forma, o presente artigo, quer trazer a popularização da cultura literária na São Paulo Oitocentista, através dos anúncios da "Grande Livraria Paulista", passando a se chamar "Livraria Teixeira e Irmão", através dos anúncios do maior jornal do período conhecido como "A Província de São Paulo" (atualmente chamado O Estadão). O nosso objetivo é entender o espaço que o jovem livreiro português Antônio Maria ocupava na cidade de São Paulo no momento da abertura de seu comércio. Além de se preocupar com os grandes títulos literários, se preocupou com o idioma comercializado, mostrando um comércio de fácil acesso para a população alfabetizada apenas no português, diferente de outras livrarias, como a Garraux, que focavam em livros com idiomas franceses. Com a respectiva pesquisa é notória a influência do popular europeu na literatura de São Paulo, de títulos traduzidos para o português e a comercialização de autores prestigiados na Europa, como Enrique Perez e autores brasileiros do Romantismo, como Joaquim Manuel de Macedo, Casimiro de Abreu e José do Patrocínio.

Palavras-chave: Livraria Teixeira e Irmão. História do Livro. São Paulo. Antônio Maria Teixeira.

ABSTRACT

The book was seen as a form of social status in the 19th century. In this way, the present article aims to highlight the popularization of literary culture in 19th-century São Paulo through the advertisements of the "Grande Livraria Paulista," which later became known as "Livraria Teixeira e Irmão," as advertised in the leading newspaper of the period, known as "A Província de São Paulo" (currently called O Estadão). Our goal is to understand the space that the young Portuguese bookseller Antônio Maria occupied in the city of São Paulo at the time of the opening of his business. In addition to focusing on major literary titles, he was concerned with the language of the books being sold, aiming to offer a

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina. e-mail: caetano.manu95@gmail.com

business accessible to the population literate only in Portuguese, unlike other bookstores like Garraux, which focused on books in French. This research highlights the European popular influence on São Paulo's literature, with titles translated into Portuguese and the commercialization of prestigious European authors such as Enrique Perez, as well as Brazilian Romantic authors like Joaquim Manuel de Macedo, Casimiro de Abreu, and José do Patrocínio.
Keywords: Livraria Teixeira e Irmão. History of the Book. São Paulo. Antônio Maria Teixeira.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar o início da Grande Livraria Paulista, fundada por Antônio Maria Teixeira na cidade de São Paulo em 1878, do qual viera a ser conhecida, posteriormente, como *Livraria Teixeira & Irmão* após a vinda de seu irmão, José Joaquim Teixeira, no início da década de 1880. Utilizaremos suas propagandas no jornal *A Província de São Paulo*[2] de 1878, por serem os primeiros anúncios de seu comércio, partindo da primeira publicação no mês de agosto até o mês de dezembro, do respectivo ano. Dessa forma, tentamos recriar um simples catálogo do rol de livros anunciados pelo livreiro na cidade, principalmente, em sua abertura. Como Cláudio DeNipoti (1999. p. 131) diz: “Tudo o que o historiador pode fazer, com as exceções de praxe, é indicar tendências daquilo que poderia ser apreendido a partir da leitura daqueles livros que estavam à disposição dos leitores em determinado momento.”

Como o livro passou de um objeto de autoridade, como diz Roger Chartier, para um objetivo popular, os livreiros viram nesse material uma forma de

[2] O Jornal A Província de São Paulo foi o nome inicial dado ao atual O Estado de S. Paulo, conhecido como O Estadão. Esse veículo de comunicação teve sua primeira publicação no dia 04 de janeiro de 1875 na cidade de São Paulo, com uma tiragem de 2.025 exemplares de 4 páginas – formato mantido no recorte temporal dessa pesquisa – sendo impressos na sua própria tipografia, conjugada a seu escritório, localizado na Rua de Palácio N. 11 Deve-se ressaltar que sua circulação era diária e os valores apresentados de cada exemplar custavam $200 réis; 14$000 réis sua assinatura anual e 7$000 réis o semestral. Segundo a capa do dia de sua inauguração, o jornal disponibilizou a lista dos 21 sócios com suas ocupações e as cidades em que residiam, para fazer a apresentação formal do jornal à sociedade paulista e de toda a Província – sua circulação abrangia a região provincial.
O valor do capital do jornal, como divulgado em sua primeira capa era de 50.000$000, na qual foi dado destaque a dois homens que investiram em maior quantidade, se tornando os “responsáveis pelos actos praticados em nome da sociedade, que girará sob a firma - PESTANA, CAMPOS & C.” Esses homens eram Francisco Rangel Pestana, advogado da cidade de São Paulo, Américo de Campos, jornalista, também residente da cidade de São Paulo e seu administrador era o português residente no Brasil José Maria Lisboa.

comércio lucrativo, como já discutia Walter Benjamin sobre o cinema e retomado por Chartier (1999. p. 82) em *A Aventura do Livro*, pois "[...] ligam-se ao homem comum e permitem uma abertura mais ampla para o mundo social". Com o aumento da alfabetização básica, o livro se tornou uma peça popular entre o público leitor, havendo necessidade de comércios que focalizariam nesse público, como Abílio A. S. Marques com a *Livraria Popular* e Antônio Maria ao abrir seu estabelecimento, entre outros, contrastando com a *Casa Garraux*[3].

Teixeira, além de trabalhar com a popularização do livro, pelos seus preços mais baixos e títulos traduzidos em português, consegue apresentar as leituras mais populares em Lisboa, pois, segundo Paulo Simões Pina, Antônio possuía uma ligação comercial com o português Avelino Tavares Cardoso, seu ex-chefe, futuro sogro e proprietário da Livraria Internacional Tavares Cardoso & Irmão em Lisboa. Seu irmão, Eduardo Tavares Cardoso, cuidava da matriz em Belém no Estado do Pará. Surgindo, futuramente, uma necessidade em comparar os livros comercializados por Avelino e Antônio no mesmo período para comprovar a relação comercial entre os livreiros.

O trabalho foi dividido em duas partes, o primeiro sendo mais teórico, apresentamos brevemente os *mediadores culturais*, partindo de uma linha teórica baseada em Robert Darnton e Roger Chartier, além da cidade de São Paulo, tendo como ponto central a *Rua de São Bento*, endereço da livraria e um dos pontos mais conhecidos da cidade. Na segunda parte, apresentamos parte dos resultados obtidos das pesquisas feitas nos recortes do jornal. Os dados foram expostos em uma tabela, com as nacionalidades dos autores mais anunciados, os títulos e a quantidade de vezes que os livros formam ofertados. Por conseguinte, conseguimos apresentar alguns autores e o tipo de leitura que Antônio estava oferecendo à cidade de São Paulo no período de sua comercialização, anterior a sua inauguração como livreiro-editor, assunto não abordado nessa pesquisa.

[3] A *Casa Garraux* foi um comércio livresco fundado no ano de 1860 na cidade de São Paulo. Diferente de outras casas livrescas, como a *Grande Livraria Paulista* e *Livraria Popular* que focaram seu comércio apenas nas vendas de livros, Garraux comercializava diferentes artigos de consumo, como charutos Havana, bengalas, luvas, entre outros produtos de utilidade básica, além de itens de papelaria, como blocos de anotações, canetas, cadernos e os livros em francês.

OS CAMINHOS ATÉ A LIVRARIA PAULISTA

1. MERCADORES DE CULTURA

Os livreiros foram importantes mediadores culturais, pois eram a conexão entre a cultura letrada e o restante da população, independentemente de sua localização. A arte de impressão móvel inicia-se no século XV com o alemão Johannes Gutenberg, sendo aprimorada com o passar dos séculos. Será necessário entender a função dos mediadores culturais e um pouco de sua história com os livros para compreender a importância de estudar os livreiros como Antônio Maria e José Joaquim Teixeira, proprietários da *Grande Livraria Paulista* que será conhecida como *Livraria Teixeira & Irmão*.

Mediadores Culturais são pessoas que realizam transferências de cultura para populações de diversas regiões. No caso das *transferências literárias*, essa troca intelectual, acontece através dos livreiros, editores ou livreiros-editores. Robert Darnton (2010), ao escrever sobre a História do Livro, nos apresenta um *circuito de comunicações*. Seu circuito, juntamente com as pesquisas de Roger Chartier, conectam o gosto literário da população.

Seu circuito mostra a interação de diversos segmentos para mostrar que os mediadores culturais não são apenas os livreiros, pois envolve os passos de confecção de um livro. Darnton (2010) inicia seu circuito apresentando o autor e editor. Segundo Chartier (1999), o mediador pode também ser um livreiro, o qual Darnton (2010) apresenta em seu circuito como uma das etapas que passará o livro até chegar nas mãos dos leitores. Após o crivo do editor, a matriz literária é encaminhada para a gráfica, envolvendo os fornecedores da matéria prima, como o papel e a tinta, para a impressão desse livro junto com o recorte de tamanho, como *in-octavo* ou *in-quarto*[4]. Os próximos mediadores serão os distribuidores, que levam as obras para os livreiros comercializarem para os leitores que podem levar aos encadernadores para modificarem a forma de encadernação da obra adquirida. Por fim, Darnton retorna ao autor, mostrando que ele se torna leitor de sua própria obra.

O papel dos livreiros toma destaque, pois são os encarregados em comercializar o produto final. São esses homens que disseminam a cultura da leitura para seu público consumidor. Nessa etapa do circuito envolvem as formas

[4] São formatos de dobra de folha determinando a quantidade de páginas do livro e seu tamanho

de anúncios desses produtos, como forma de atrair os leitores para seu estabelecimento. Alguns livreiros utilizavam de imagens e grafia requintada como forma de atrair esses leitores, visto que, quanto mais chamativo seu anúncio, melhor seria sua divulgação e maior eram as chances de chamar a atenção do público letrado.

Com a popularização do livro, Robert Escarpit (1979, p. 10) diz que “[...]cada vez mais o livro penetra nas camadas sociais que lhe abrem os progressos da educação, através do gabinete de leitura, do romance-folhetim, da biblioteca de empréstimos”. Escarpit nos mostra a realidade europeia na primeira metade do século XIX, principalmente a Inglaterra, mas, aqui no Brasil, o processo da construção de gabinetes de leituras – lugares onde a população letrada poderia alugar livros e se reunir para leitura – é algo que vemos com muita recorrência na segunda metade do século XIX, a partir da década de 1870. O autor continua dizendo que os leitores desse século nacionalizaram as obras, impondo “a língua nacional ao livro” (ESCARPIT, 1979, p. 10), diferente dos séculos XIV e XV havendo uma mudança de linguagem clerical (latim), para uma linguagem mais vulgar. Dessa forma, a população do século XIX começa a ter acesso à educação mais formalizada, dado que, o livro, segundo os estudiosos da História do Livro e da Leitura, passou a ser visto como uma forma de comércio lucrativa a partir da nacionalização do idioma dos livros.

Antes do livro alcançar casas de classes mais baixas, os livreiros voltavam seu comércio para o público abastado, uma vez que essas pessoas tiveram uma educação letrada, não somente no idioma português, mas, principalmente, no francês, visto que a França era tida como exemplo de cultura, educação e bons modos. Dessa forma, podemos exemplificar alguns livreiros que se tornaram referência nesse nicho, além da importância de ambos em edição. Baptiste Louis Garnier, proprietário e fundador da Casa Garnier na cidade do Rio de Janeiro e Anatole Louis Garraux, fundador da Casa Garraux na cidade de São Paulo. Além dos livreiros que focaram seu comércio para as classes mais baixas, com a propaganda de “Livros Baratíssimos”.

Como mencionado, existiam as livrarias focadas em um público mais popular, como a *Livraria Popular* de Abílio A.S Marques e, posteriormente, na década de 1880 em diante, a *Livraria Teixeira & Irmão*, onde começou a dar

destaque para os livros com menor valor. Ambas as livrarias trabalhavam com livros em idioma português, devido a sua nacionalidade portuguesa. Segundo Ricardo Cavaliere (2016, p. 99), Abílio era um jornalista e editor português que se mudou para o Brasil. Infelizmente pouco se sabe sobre esse editor, mas em 1878 há anúncios da criação de *Gabinetes de Leitura* por Abílio em sua livraria. *Os Irmão Teixeira* retrataremos adiante.

Ao exemplificar alguns livreiros como mediadores culturais, fica mais clara a ideia de disseminação cultural quando falamos desses homens que faziam conexão entre os livros e a população, além dos meios escolhidos para esse vínculo. Muitos foram os primeiros a comercializar artigos de leitura, outros utilizaram os aluguéis de livros e preços mais baixos para um alcance maior do comércio lucrativo que se tornara. Claro, houve mediadores anteriores ao mencionados, como Antônio Isidoro da Fonseca apresentado por José Veríssimo, segundo Aníbal Bragança (2010, p. 25), como "patriarca da imprensa no Brasil", além de Paulo Martin, Silva Serva, Plancher, Paula Brito, entre outros nomes, com métodos de abordagens diferentes, passando por diferentes momentos do avanço da leitura. Todos esses mediadores foram importantes no processo de erudição do país que estava dando os primeiros passos ao rumo de uma cultura letrada.

2. SÃO PAULO DA SEGUNDA METADE DO XIX

São Paulo era a capital da Província de São Paulo e uma pequena cidade, comparada com a capital brasileira do período: Rio de Janeiro. Tomando como base Laurence Hallewell em seu livro *O Livro no Brasil* (1985), São Paulo no ano de 1860, possuía 21.900 habitantes, enquanto a capital estava com 215.000 mil habitantes. No senso de 1872, São Paulo apresentava 31.385 habitantes, enquanto o Rio de Janeiro contava 230.454 habitantes.

> Em meados do século XIX e até 1880, era São Paulo como que uma cidade "heidelbergiana", verdadeiro burgo de estudantes, com toda a exação observa Ernâni da Silva Bruno. "Os estudantes, instalados alguns em chácaras dos arredores, outros em celas de conventos, mas a maioria em pequenas 'repúblicas', numerosas em certos bairros, praticamente tomaram conta da cidade. Foram os maiores freqüentadores dos seus primeiros hotéis, restaurantes e cervejarias, os animadores mais freqüentes de suas festas de rua, os dinamizadores do seu teatro.(TAUNAY, 2004, p. 337 – 338)

Segundo Hallewell, em 1872 começou o desenvolvimento econômico paulista. Nesse período, em diante, foram chegando ferrovias e as ligações férreas foram construídas, além da fundação da Companhia Cantareira que cuidava do esgoto e distribuição de água; transporte coletivo, fornecimento de gás também se tornaram realidade em uma cidade como São Paulo. Também é preciso lembrar a formação urbana no período.

A cidade era constituída por imigrantes e comerciantes rurais, visto que muitos vieram trabalhar nas fazendas de cana de açúcar e, posteriormente, café, sendo essa a economia que impulsionou São Paulo ao crescimento de forma significativa. Tais imigrações foram essenciais para o comércio paulista e para o comércio livreiro, devido ao crescimento e estabilidade econômica que estava se formando na região.

2.1. O Triangulo Paulista

O Triangulo Paulista, ou Centro Velho, fazia parte do “coração” da cidade. Nessa região localizava-se o mais fino comércio da região. O Triângulo formado pelas Ruas de São Bento, Direita e Imperatriz (atual XV de novembro). A Rua de São Bento liga o Largo de São Bento com o Largo de São Francisco. Nessa rua localizava-se o Grande Hotel, um dos estabelecimentos mais sofisticados no período, sendo demolido no século XX.

> [...] Em 1878, funcionou na Rua São Bento, esquina com o Beco da Lapa (atual rua Dr. Miguel Couto), o “Grande Hotel”, que chegou a ser considerado o melhor do Brasil, e, onde as personalidades (políticos e artistas) em visita à cidade, se hospedavam. Era nesta rua, que, no século XIX, habitavam os moradores mais abastados, os famosos “barões do café”, a nascente elite industrial, e a então nobreza titulada. (RIOS, 2015)

Usaremos o Grande Hotel como base para o demonstrativo do alto valor empregado a sua localização. Tomando como base Affonso de Taunay (2004. p. 347) os valores salariais da população são baixos comparados ao valor de hospedagem do hotel e as refeições servidas no local, ultrapassando a realidade da grande maioria da população. Os trabalhadores recebiam de 7$600 a 2$500, podendo ser menor. Vejamos o anúncio do Grande Hotel

Figura 1: Anúncio do *Grande Hotel* no jornal A Província de São Paulo no ano de 1878



GRANDE HOTEL

S. PAULO

53-RUA DE S. BENTO-53

Para sciencia do publico, abaixo transcrevo os preços correntes deste estabelecimento.

Os srs. passageiros pagarão por dia . . . . . 5$000
Os srs. pensionistas externos pagarão mensalmente . . . . 50$000

AVULSOS :

Almoço por pessoa . . . . . 1$500
Jantar » » . . . . . 2$000
Chá » » . . . . . 1$000
Cama por noite . . . . . 2$000

Vinhos á parte

Além disso, este estabelecimento possue alguns commodos especiaes com diversas peças para familias de tractamento, por preços que se convencionar.

S. Paulo, 9 de Julho de 1878.

O GERENTE,
Guilherme Lebeis Junior.

FONTE: Jornal Estadão (Acervo)

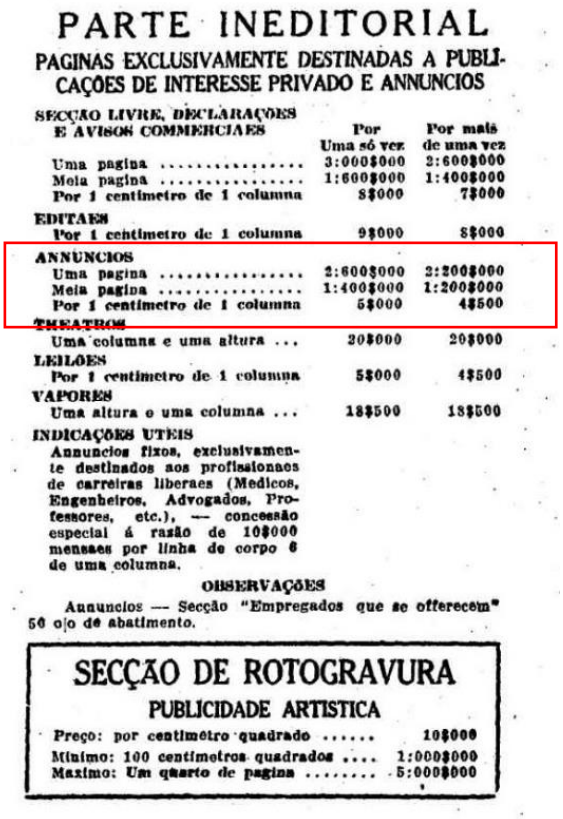
Devemos nos recordar que o desenvolvimento paulista é referente aos anos de ouro de São Paulo com a economia cafeeira, tornando-se ponto temporário ou fixo de empresários estrangeiros e compradores, além dos estrangeiros que vieram investir na cidade, não só na cafeicultura, mas em outros comércios, como os livreiros. Como dito, o Triângulo era um lugar de requinte e referência para as pessoas afortunadas

> Nelas se havia concentrado o comércio mais fino e as agências e sedes dos maiores Bancos. Foi assim vários decênios, mormente na década de 20, com café e casas de chá com orquestras. [...] O Triângulo era imensa vitrina do que melhor possuía a capital paulista e concentrado no miolo do bairro da Sé. Tinha uma imensa população flutuante e transitória. Requintada, que fazia ponto e marcava encontro nos seus estabelecimentos maravilhosos para um maravilhoso mundo feminino (FERREIRA, 1971, p. 127).

Utilizando o jornal *A Província de São Paulo,* era comum anúncios de comerciantes cujo estabelecimento estava localizado no “coração paulistano”, como as livrarias, hotéis, chapelaria, salões de cabeleireiro, entre outros tipos de comércio. A grande maioria dos comerciantes localizavam-se na rua de São Bento, ou, pelo menos, eram os que mais anunciavam. Como era uma área

nobre, acreditava-se que esses comerciantes já possuíam um certo capital para investir em seu negócio, pela sua localização. Uma rápida busca no jornal mencionado, foi encontrado um anúncio em 1929 – meio século a frente do recorte temporal – sobre os valores de publicação.[5] Usando essa tabela de alteração dos custos de publicações, podemos tentar compreender dos valores no ano de fundação do jornal.[6]

Figura 2: Augmento da Tabella de Preços das Publicações, publicada pelo jornal A Província de São Paulo em 13 jun. 1929.



PARTE INEDITORIAL

PAGINAS EXCLUSIVAMENTE DESTINADAS A PUBLICAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO E ANNUNCIOS

SECÇÃO LIVRE, DECLARAÇÕES E AVISOS COMMERCIAES	Por Uma só vez	Por mais de uma vez
Uma pagina	3:000$000	2:600$000
Meia pagina	1:600$000	1:400$000
Por 1 centimetro de 1 columna	8$000	7$000
EDITAES		
Por 1 centimetro de 1 columna	9$000	8$000
ANNUNCIOS		
Uma pagina	2:600$000	2:200$000
Meia pagina	1:400$000	1:200$000
Por 1 centimetro de 1 columna	5$000	4$500
THEATROS		
Uma columna e uma altura ...	20$000	20$000
LEILÕES		
Por 1 centimetro de 1 columna	5$000	4$500
VAPORES		
Uma altura e uma columna ...	18$500	18$500

INDICAÇÕES UTEIS

Annuncios fixos, exclusivamente destinados aos profissionaes de carreiras liberaes (Medicos, Engenheiros, Advogados, Professores, etc.), — concessão especial á razão de 10$000 mensaes por linha de corpo 6 de uma columna.

OBSERVAÇÕES

Annuncios — Secção "Empregados que se offerecem" 50 o|o de abatimento.

SECÇÃO DE ROTOGRAVURA

PUBLICIDADE ARTISTICA

Preço: por centimetro quadrado	10$000
Minimo: 100 centimetros quadrados	1:000$000
Maximo: Um quarto de pagina	5:000$000

FONTE: Jornal Estadão (Acervo)

Notamos que os valores para publicação de anúncios em 1929, por mais de uma vez, em meia página, era de 1:200$000 réis. Valor alto para um comerciante mais humilde e sem a carreia consolidada no mercado, independente do foco da comercialização. Com esses valores e a localização de sua loja, podemos tomar como base o capital e o prestígio que o comércio e seus

[5] Nesse período o jornal *A Província de São Paulo* mudou seu nome fantasia para *O Estado de São Paulo*.

[6] Como se trata de uma tabela informada no jornal *A Província de São Paulo* no ano de 1929, passando 54 anos da fundação, os valores apresentados servirão apenas de base para uma percepção de preços pagos pelos comerciantes para ter um anúncio no respectivo jornal.

donos se encontravam na cidade. Segundo o *Mapa da Cidadania, São Paulo, 1881,*[7] a grande maioria dos imóveis da Rua de São Bento possuíam renda anual entre 1:600$000 réis e alguns outros no valor de 800$000 réis a 1:000$000 réis. Dessa forma podemos ver o capital elevado que o comerciante deveria possuir para se estabilizar nesse endereço.

Figura 3: Mapa da Cidadania de São Paulo de 1881



FONTE: Unicamp

Um fato curioso é o estabelecimento ao que julgamos ser vizinho – sinalizado no mapa – da *Grande Livraria Paulista*. Segundo a planta, esse empreendimento possuía renda anual entre 1:600$000, como mencionado acima, pertencendo na média de renda dos comerciantes da Rua de São Bento. Para nós, é importante conhecer a localidade da livraria, como forma de compreender o rendimento anual do comércio, mas, também, para entender qual o momento financeiro que Antônio Maria, fundador da *Livraria Paulista*, se encontrava ao chegar ao país e ao abrir seu estabelecimento, pois, muitos dos comerciantes estrangeiros começariam seu negócio em uma localização não tão privilegiada pela escassez de capital, não sendo o caso, aparente, de Antônio.

[7] O *Mapa da Cidadania, São Paulo, 1881* foi uma pesquisa de Jefferson Cano, bolsista Fapesp de pós-doutorado.
Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/cidadanianet/abertura.html. Acesso em: 21 abr. 2026.

3. SÃO PAULO E O COMÉRCIO DE LIVRO

Como falamos anteriormente, o coração paulista se encontrava no bairro da Sé, com comércios de vários tipos e, principalmente, no Triângulo Paulista. Ali localizavam-se os grandes estabelecimentos de luxo e mais bem quistos pela sociedade mais abastada, além dos turistas que se hospedavam no *Grande Hotel*. Nesse centro de movimento, começaremos a adentrar os livreiros populares. Precisamos falar sobre *Anatole Louis Garraux*, fundador da *Casa Garraux*, do qual era uma filial de Garnier na cidade de São Paulo. Em 1863 Garraux encerrou sua ligação com o livreiro e fundou a *Livraria Acadêmica* juntamente com *Guelfe de Lailhac* e *Raphael Suàres*, mas o público consumidor mencionava a livraria com o nome de fundação, mantendo sua grande referência.

Segundo Marisa Midori Deaecto (2008), Garraux seguiu a ideia de Garnier em comercializar artigos de papelaria e artigos de luxo, além dos livros. Os anúncios de Garraux sempre foram muito requintados e espaçosos. Como Garnier, Garraux imprimia seus catálogos e livros na França, pois, segundo Hallewell (1985), os impostos sobre a importação do papel para encadernação eram mais elevados do que as taxas de importação do livro pronto, visto que o gasto não ficaria apenas na importação da matéria prima, uma vez que haveria gastos com as tipografias. Segundo Martyn Lyons (2011, pp.133–134) com a fabricação de papel mecanizada, a partir da construção de uma máquina que produzia rolos de papel, feitos através da polpa da madeira, o valor do papel diminuiu, barateando o custo de produção do livro. Segundo Lyons, em entre 1840 e 1870, na França, o custo do médio do livro foi reduzido em 50%

Para falar da riqueza e do tamanho da *Casa Garraux,* é necessário conhecer, em números, a quantidade da população era letrada na cidade de São Paulo. Segundo Hallewell (1985, p. 228), a população paulista no ano de 1872 era 30% alfabetizada, contra 5% em 1836, posto houve a inauguração da Faculdade de Direito há quase 10 anos, e o incentivo à alfabetização nacional com as comercializações de cartilhas educativas. Mesmo com o acréscimo lento da alfabetização populacional, no ano de 1878, havia 4 livrarias anunciantes no jornal – cuja maioria anunciavam livros populares – criando-se uma ideia de desenvolvimento, não só econômico, mas educacional na cidade de São Paulo,

indicando aumento da população menos abastada no meio literário.

Passaram a existir livreiros que começavam a incluir de alguma forma a população mais humilde no mundo da leitura. Mencionamos Abílio A.S. Marques com a *Livraria Popular* – outro marco no comércio livreiro na cidade de São Paulo. Segundo os anúncios de sua livraria no jornal *A Província de São Paulo*, Abílio criou um *Gabinete de Leitura* no ano de 1878, local para população alugar livros mediante pagamento adiantado, mais uma quantia como seguro de extravio ou dano ao livro. Poderiam ser feitas assinaturas semestrais no valor de 12$000 ou 10$000, mas, quem quisesse assinar até o final do mês, pagaria 1$000 réis, esse valor era muito comum nos preços dos livros para compra na maioria dos anúncios de algumas livrarias, incluindo a dele.

Outra livraria conhecida foi a de Ricardo Matthes, localizada na Rua da Imperatriz nº 43. Matthes era um representante de seu comércio na cidade do Rio de Janeiro, abrindo uma filial em 1875 cuja gerência era feita por Guilherme Kroenlein. Alguns anúncios trazem a nomeação de *Livraria Brasileira e Allemã*, havendo, também, a comercialização de livros franceses em seu catálogo de anúncio no jornal. Pouco se sabe sobre Ricardo Matthes.

É notório como São Paulo, tanto como província, quanto como cidade, se tornou um polo do comércio livreiro e de seus representantes, graças a Faculdade de Direito de São Paulo e a chegada das linhas férreas. São Paulo e sua população estavam começando a se tornar uma cidade letrada e desenvolvida eruditamente como a capital Rio de Janeiro. Como apresenta DeNipoti (1999. p. 132), para reconstruir uma História da Leitura é necessário o registro de leitores. No caso da Livraria de Antônio podemos apenas identificar o tipo de leitura que ele, como comerciante, oferecia aos seus clientes, não podendo direcionar quais títulos eram comprados pelos leitores de sua livraria, pela ausência de documentos, como livro caixa ou controle de vendas.

4. ANTÔNIO MARIA E SUA TRAJETÓRIA NO COMÉRCIO LIVREIRO

Antônio Maria Teixeira foi um português da freguesia de Malpartida, distrito da Guarda no Conselho de Almeida, nascido em 1859, filho de Manoel Antônio Teixeira e Maria de Jesus e casado com Júlia Amélia Cardoso – filha do

proprietário da *Livraria Tavares Cardoso*[8], Avelino Tavares Cardoso. Segundo Paulo Simões de Almeida Pina (2015), Antônio Maria, ainda adolescente, trabalhava como caixeiro na *Livraria Universal Tavares Cardoso & Irmão* na cidade de Lisboa, cuja livraria também era existente na cidade de Belém, no Estado do Pará[9]. Então, se torna necessário compreender, brevemente, história dos Tavares Cardoso para entender a fundação da livraria de Antônio na cidade de São Paulo.

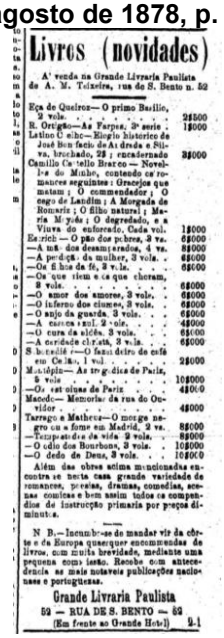
Segundo Izenete Nobre Garcia (2019, p. 3) e Pina (2015, p. 44), Belém estava em desenvolvimento em virtude ao ciclo da borracha, encantando muitos comerciantes no campo livresco e de impressos, chamando a atenção de portugueses para a região, entre eles Henrique d'Araujo Godinho Tavares, proprietário da *Godinho Tavares & Cia* e sócio de João Baptista Mattos Moreira[10]. Além do tio, os irmãos Avelino e Eduardo Tavares Cardoso foram atraídos por Henrique a se mudar para Belém e ingressar no comércio de livros. Após os êxitos obtidos com o ramo livresco, Eduardo fundou a *Livraria Tavares Cardoso & Irmão* com seu irmão.

Segundo Garcia (2019), a dissolução da sociedade entre Henrique d'Araujo Godinho Tavares e João Baptista Mattos Moreira aconteceu em 1868, quando a empresa Mattos Moreira & Cia foi anexada, no mesmo ano, pelos irmãos Tavares Cardoso em sua livraria. No ano de 1872, Avelino voltou a Portugal, direcionado à Lisboa, e fundou uma filial da livraria com o mesmo nome da fixada em Belém, livraria que Antônio Maria Teixeira iniciou seus trabalhos como caixeiro e, acredita-se que esse contato aflorou seu gosto pelo comércio livreiro.

Podemos supor que a *Grande Livraria Paulista* foi fundada em 1878, porém, para alguns autores, como Márcia de Paula Gregório Razzini, Alessandra El Far e algumas reportagens atuais sobre a livraria, a data de fundação é apresentada como sendo em 1876. Os primeiros anúncios no jornal *A Província de São Paulo*, publicados no dia 28 de agosto de 1878, nas páginas 2 e 3, endereçado a Rua de São Bento nº 52, indicam que sua abertura foi no ano de 1878.

[8] Informações obtidas através da certidão de casamento de Antônio Maria com Júlia Amélia, localizada na Torre do Tombo, em Lisboa.
[9] A *Livraria Universal* na cidade de Belém se tornou patrimônio da cidade, incluindo os bens imóveis de Eduardo, como seu casarão de veraneio, se tornando, atualmente, a Biblioteca Municipal de Icoaraci.
[10] Segundo Pina, Moreira Mattos era um editor português.

Figura *4*: Primeiro anúncio localizado no jornal A Província de São Paulo do dia 28 de agosto de 1878, p. 2.



Livros (novidades)

A' venda na Grande Livraria Paulista de A. M. Teixeira, rua de S. Bento n. 52

Eça de Queiroz—O primo Basilio, 2 vols. . . . . 2$500
R. Ortigão—As Farpas, 3ª serie . 1$000
Latino Coelho—Elogio historico de José Bonifacio de Andrada e Silva, brochado, 2$; encadernado 3$000
Camillo Castello Branco — Novellas do Minho, contendo os romances seguintes: Gracejos que matam; O commendador; O rego de Lamalim; A Morgada de Romarís; O filho natural; Maria Moysés; O degredado, e a Viuva do enforcado. Cada vol. 1$000
Enrich — O pão dos pobres, 2 vs. 6$000
—A mãe dos desamparados, 4 vs. 8$000
—A perdição da mulher, 3 vols. . 6$000
—Os filhos da fé, 3 vols. . . . 6$000
—Os que riem e os que choram, 3 vols. . . . . 6$000
—O amor dos amores, 3 vols. . 6$000
—O inferno dos ciumes, 3 vols. . 6$000
—O anjo da guarda, 3 vols. . . 6$000
—A carcova, 2 vols. . . . . 4$000
—O cura da aldêa, 3 vols. . . 6$000
—A caridade christã, 3 vols. . . 6$000
Schmidt—O fazendeiro do engenho Celeste, 1 vol. . . . . 2$000
Montepin—As tres gloria de Paris, 5 vols . . . . . 10$000
—Os estudantes de Paris . . . 4$000
Macedo—Memorias da rua do Ouvidor . . . . . 4$000
Tarrago e Mathez—O monge negro ou a fome em Madrid, 2 vs. 8$000
—Extravagancias da vida, 3 vols. . 8$000
—O odio dos Bourbons, 3 vols. . 10$000
—O dedo de Deus, 3 vols. . . 10$000

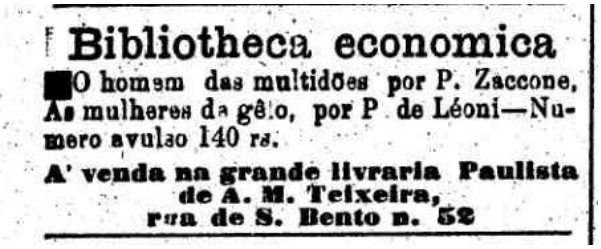
Além das obras acima mencionadas encontra-se nesta casa grande variedade de romances, poesias, dramas, comedias, scenas comicas e bem assim todos os compendios de instrucção primaria por preços diminutos.

N. B.—Incumbem-se de mandar vir da côrte e da Europa quaesquer encommendas de livros, com muita brevidade, mediante uma pequena commissão. Recebe tambem assignatura as mais notaveis publicações nacionaes e portuguezas.

Grande Livraria Paulista
52 — RUA DE S. BENTO — 52
(Em frente ao Grande Hotel) 9-1

Fonte: Jornal Estadão (Acervo)

Figura *5*: Segundo anúncio da Grande Livraria Paulista do dia 28/08/1878 p. 3.



Bibliotheca economica

O homem das multidões por P. Zaccone, As mulheres da gêlo, por P de Léoni—Numero avulso 140 rs.

A' venda na grande livraria Paulista de A. M. Teixeira, rua de S. Bento n. 52

Fonte: Jornal Estadão (Acervo)

Razzini (2010), em seu artigo, menciona que a livraria foi fundada na Rua de São Bento nº 65. Isso nos leva ao seguinte questionamento: Por que Antônio Maria demorou aproximadamente 2 anos para realizar a primeira publicação no jornal? Uma hipótese que pode ser levantada, considerando o anúncio da página 2, além de trazer os títulos comercializados, apresenta certa necessidade de apresentação da livraria para o público leitor do jornal, incluindo o nome de seu dono: “*[...] Grande Livraria de* ***A.M. Teixeira***”, afirmando sua localização: “*Em frente ao* ***Grande Hotel***” e as importações que seriam feitas de Portugal. Alguns estabelecimentos utilizavam anúncios de inauguração com os mesmos detalhes que aparecem no anúncio da Livraria com os títulos e a descrição, nos indicando que esse seria seu anúncio de abertura de seu estabelecimento.

Outra questão levantada sobre sua abertura foi o endereço da livraria no

ano de 1889: Rua de São Bento, nº 65. Considerando a informação apresentada por Razzini (2010), mencionada no começo dessa discussão, pensamos qual motivo os livreiros teriam para voltar ao endereço inicial da empresa. As hipóteses sobre a data e localidade da fundação da livraria surgiram pela ausência de documentação sobre a empresa na *Junta Comercial de São Paulo*. No Órgão Público constam apenas algumas documentações, apresentando as mudanças de sócio proprietário desde 1934, com passagem da livraria para o nome de *José Vieira Pontes* após a morte de *José Joaquim Teixeira*[11], até a data de 1998.

Sua localização era uma via comercial muito popular, na qual, o comerciante, precisava de uma estabilização financeira para manter um negócio na região, mesmo que seja de apenas 1 porta, caso que ocorre com *A Grande Livraria Paulista de A.M. Teixeira.* Como sabemos, Antônio trabalhou para *Avelino Tavares* em Lisboa antes de se mudar para São Paulo e fundar seu comércio. Considerando o prestígio da localização, supomos que Antônio veio ao Brasil com uma reserva financeira e um repertório livreiro português, pois, Pina (2015) acredita que Avelino auxiliou Antônio Maria com o rol de livros a ser comercializado, uma vez que o comércio livresco de seu sogro tenha se tornado popular na cidade de Lisboa. Infelizmente não se sabe quanto tempo Antônio e Avelino mantiveram uma relação comercial após a abertura da livraria em São Paulo.

Nos primeiros meses de anúncios, sendo mais escassos, vemos volumes de livros traduzidos para o português de autores espanhóis e franceses, além da comercialização de autores brasileiros e portugueses. Seu comércio ganhou destaque no ano de 1880 em diante, não só com a chegada de seu irmão José Joaquim Teixeira,[12] mudando o nome para *A Grande Livraria Paulista de Teixeira & Irmão* e, posteriormente, *Livraria Teixeira & Irmão*. Nesse período, a popularização do livro começou a se expandir entre as diversas camadas da sociedade paulista e, sua livraria, segundo alguns autores, era ponto de

[11] O assunto também foi abordado por Pina em sua dissertação, se tornando anúncio no *Correio Paulistano* do dia 03 de set. 1929.

[12] Infelizmente não foi encontrada documentação sobre José Joaquim Teixeira. Ao entrar em contato com os familiares de Antônio Maria, eles não possuem informações sobre o tio-avô e tio-bisavô. Em algumas procuras em fóruns de genealogia, surgiu a informação de que José Joaquim se encontra enterrado no cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo.

referência, pois, como Garraux, os Irmãos Teixeira sempre tentavam obter as novidades europeias com antemão e com preços baixos.

Segundo Pina (2015), no ano de 1889 e 1890, a livraria abriu seu capital para negócios passando a ser uma sociedade anônima denominada *Empresa Livraria Paulista,* na qual José Joaquim seria o gerente negociante no Brasil e Antônio Maria o representante no exterior.[13] Segundo Razzini (2010), a livraria chegou a ganhar uma solicitação para impressão de livros didáticos para a Província de São Paulo, mas, no dia 22 de dezembro de 1893 a Empresa decretou falência e em 1894 foi adquirida por um comerciante de sapatos chamado Miguel Mellilo. Antônio, segundo Pina, tentou comercializar os restantes dos livros com o timbre *Livraria Teixeira & Irmão – Editores*, mas, após a compra da livraria feita por Mellilo, o novo proprietário possuía totais direitos sobre o restante do estoque.

Segundo Hallewell (1985), Razzini (2010) e Pina (2015), Antônio fundou a *Livraria Clássica* em Lisboa.[14] Não sabemos o ano exato de sua fundação, mas acreditamos que tenha sido aberta como filial da empresa brasileira, mas, após a falência, mudou seu nome para *Livraria Clássica de A.M Teixeira*, vendida na década de 1980 para uma editora portuguesa, da qual ainda utiliza o timbre em suas edições[15].

José Joaquim tentou reestabelecer seu negócio como livreiro. Pina (2015) diz que foi necessário o registro da nova livraria no nome de Ermelinda Augusta Teixeira. Acreditava-se que poderia ser esposa de José Joaquim, mas em sua certidão de nascimento, sua filiação é a mesma de Antônio Maria, seu irmão[16]. Em 1902 José Joaquim registrou a livraria em nome de sua esposa Carolina de Moura Teixeira, como C. Teixeira, da qual ficou registrada até a morte de José Joaquim em 1929 na cidade de Coimbra[17], passando em 1934 para seu funcionário José Vieira Pontes, assim sucessivamente, até seu fechamento definitivo no ano de 1999 por falência.[18]

[13] Ver: Correio Paulistano. 17 set. 1890. p. 2. Ed. 10210.
[14] Antônio Maria foi procurado por Lima Barreto para a publicação de seu primeiro livro: *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.
[15] Informação adquirida com o bisneto de Antônio Maria, o qual seu avô, Manuel Antônio Teixeira, era responsável pela livraria até a data de sua morte.
[16] Sua certidão de nascimento se encontra disponível na Torre do Tombo, em Lisboa.
[17] Ver: Correio Paulistano. 03 set. 1929. p. 10.
[18] Documentos se encontram disponíveis na Junta Comercial de São Paulo.

5. O REPERTÓRIO LIVREIRO

Nós analisamos o repertório da *Grande Livraria Paulista* anunciado nos últimos 5 meses do ano de 1878 no jornal *A Província de São Paulo*. Abaixo observaremos os livros mais anunciados pelo livreiro. Quando falamos em **quantidade** (qtd.) devemos entender que são as quantidades de vezes que o título apareceu no período dos 5 meses analisados.

Tabela 1: Autores e títulos ofertados nos anúncios do jornal *A Província de São Paulo*. 08/1878 a 12/1878

País	Autores	Obras	Qtd
PT	Eça de Queiroz	O Primo Basílio	4
ESP	Enrique Pérez Escrich	Os que riem e os que choram	4
ESP	Enrique Pérez Escrich	A mãe dos desamparados	4
ESP	Enrique Pérez Escrich	O pão dos pobres	4
BR	França Junior	Folhetins	4
BE	Hendrik Conscience	Andarilho das praias	4
PT	João de Deus de Nogueira Ramos	Cartilha Maternal	3
BR	Joaquim Saldanha Marinho - Ganganelli	Egreja e o Estado	3
FR	Paulo de Kock	Obras completas	3
-	-	Folhinha brazileira para 1879	3
-	-	Almanach de Lembranças Luso-brasileiros para 1879	3

Fonte: O Estadão (Acervo) – Montada pelo autor

Os anúncios da livraria, nesse curto período, eram escassos, quando anunciados, muitas vezes ocupavam um local visível da paginação do jornal e anúncios nas páginas 2 e 3, dando a entender que Antônio Maria veio para o Brasil com uma situação financeira estável, mas não exorbitante, como já foi mencionado. Tomando como base a quantidade de vezes que alguns títulos eram anunciados, levantamos algumas hipóteses, como: *Esses livros realmente eram os mais vendidos no Brasil ou em Portugal? Os livros mais anunciados vieram em maior estoque?*

Analisaremos a partir da ideia de que Avelino assistiu Antônio, dessa forma, um dos mais anunciados foi *Primo Basílio* de Eça de Queiros, autor

português. Considerado um “romance só para homens”, Alessandra El Far (2004) trabalhou a narrativa de Eça de Queiros em seu livro *Páginas de Sensação*. A autora menciona que as histórias pornográficas levaram Rousseau a “escrever, em suas confissões, que os livros obscenos e licenciosos apenas poderiam ser lidos com uma única mão” demonstrando o objetivo desses romances.

Os “romances só para homens” eram narrativas românticas com teor pornográfico, acreditando ser proibido para o público feminino, pois havia os livros voltados a boa conduta feminina. O objetivo com os livros femininos era instruir a mulher nas maneiras em como cuidar do seu lar, seu marido e seus filhos. Os romances masculinos, em sua grande maioria, eram sinalizados em alguns anúncios. Essas sinalizações eram feitas entre parênteses com a escrita *Romance Para Homens*, deixando claro que uma mulher não poderia ler tal obra, por entender que feriria a moral feminina.

Levando em consideração a criação da mulher nesses casos, pois, no século XIX, a figura feminina ainda era vista como dona de casa, mãe, esposa e não como parte de uma sociedade como eram os homens. Com essa visão sobre a mulher, muitos autores designaram seus escritos para esse público, como, por exemplo: *Arte de conservar a belleza e a saude* de Debay, entre outros. Segundo El Far (2004, p. 184) “[...] salientavam o fato de esses textos serem direcionados exclusivamente ao público masculino, em função dos possíveis efeitos perniciosos sobre o *caráter das senhoras e das moçoilas de boa família*” (grifo nosso).

> Arte de conservar a Belleza e a saúde e de corrigir os defeitos physicos. Theoria e pratica scientifica dos melhores processos conhecidos para realçar e aperfeiçoar as graças naturaes, impedindo sua prematura decadencia. Obra dirigida ao bello sexo, Extrahida de vários auctores, e especialmente da Encyclopedia Hygienica da Belleza por... precedida d’uma ideal geral da Belleza e acompanhada d’um Formulario d’excellentes receitas (DEBAY, 1877)

Esse trecho nos mostra a divisão literária que surgiam entre os gêneros, prezando a boa conduta da mulher, por ser considerado um sexo frágil e não podendo ser corruptível com as tentações mundanas, da qual os homens estavam expostos. Diferente do que muitos pensam, tal ato era criminalizado

pela Igreja, por pregar a fidelidade do casal e o ato sexual com intuito de procriação, dessa forma, o homem também estava sendo exposto a tentação carnal, mas a mulher, por ser o espelho da família, deveria ser protegida do pecado. DeNipoti (1999) mostra que livros que trabalham com o sexo, como os romances e até mesmo os livros dedicados a Medicina, eram consumidos, no início do século XX, como forma de suprir a curiosidade pela sexualidade. Visto que no final do século XIX, sexo e sexualidade eram vendidos como pecado e algo a se manter longe das boas famílias, como já mencionado.

Escrich era um autor de costumes, mas influenciado pela questão religiosa em seus escritos. Começou escrevendo dramas e em 1863 com apoio de alguns autores passou a se dedicar às *novelas por entrega*, do qual conhecemos como *folhetins*, publicados em sua totalidade, periodicamente ou diariamente em jornais ou pequenos livros. Os folhetins foram responsáveis pelo seu renome como escritor, tanto na Europa, quanto no Brasil. Escrich é um dos autores com maior destaque nos anúncios. Somados, seus livros foram anunciados 42 vezes em 5 meses, sendo 3 livros mais anunciados: *Os que riem e os que choram, A mãe dos desamparados*, *O pão dos pobres.*

A Livraria comercializava também autores que fazia parte da *Geração de 70* em Coimbra, movimento também conhecido como *Questão Coimbrã*, onde esses escritores prezavam por um romance realista e naturalista. Para Rômulo de Jesus Farias Brito (2015), os autores da *Geração de 70* ou *Geração Nova* em Portugal. Segundo Brito, esses autores começaram a questionar como Portugal era retratada. O movimento Realista se fez presente no período, onde autores politizados se envolveram com questões sociais e começaram a reescrever a história de seu país, deixando de lado o romance egocêntrico e dramático, fazendo a sociedade refletir sobre a sua realidade.

Enquanto em Portugal e Espanha o movimento literário era o Realismo/Naturalismo, no Brasil ainda estávamos no Romantismo. Antônio Maria também comercializou no ano de 1878 autores românticos brasileiros, como *Joaquim Manuel de Macedo, França Júnior, Casimiro de Abreu, Araripe Júnior, José do Patrocínio* e *Joaquim Saldanha Marinho*. O Romantismo no Brasil, diferente do Realismo, procurava tratar de assuntos nacionais divididos em 3 gerações, respectivamente: *Indianismo* com Joaquim Manuel de Macedo,

Ultrarromantismo com Casimiro de Abreu e *Condoreira* com José do Patrocínio.[19]

Antônio Maria anunciou títulos que hoje são considerados clássicos, mas o que nos chama a atenção, ao analisar os títulos comercializados, são os romances de costumes, e os demais títulos de Escrich e títulos dos representes da *Questão Coimbrã*, representando o momento literário europeu, do qual se iniciou no Brasil, posteriormente.

Antônio, ao fundar sua livraria, possibilita a leitura dos não alfabetizados em outros idiomas a lerem os *best-sellers* do período e as novidades europeias e brasileiras, a partir as traduções dos livros comercializados por Avelino e Antônio. Grande exemplo são os livros do Belga Hendrik Conscience; dos franceses, em sua grande maioria, como Xavier Montepín, Octave Feuillet; dos espanhóis, como Escrich, já mencionado, Tarrago e Matheus e o inglês Ebenezer Cobham Brewer.

Mesmo visando ao lucro com a população alfabetizada em diversos idiomas, especialmente o português, e enfatizando o comércio lucrativo de livros, como Robert Darnton descreve em seu estudo sobre os circuitos de comunicação e Roger Chartier, em *Escutar os mortos com os olhos*, que aborda a popularização do livro até a criação dos e-books, Antônio adentrou um comércio em crescente expansão. Esse mercado se tornou mais acessível com o barateamento dos livros, impulsionado pela mudança na matéria-prima e nas formas de encadernação. Os livros deixaram de ser produzidos com brochuras de melhor qualidade para versões com materiais mais baratos, sem detalhes ou ilustrações nas capas, além de se traduzirem para o idioma popular local, facilitando a disseminação do conhecimento.

O avanço da leitura fez com que a construção do livro se adaptasse ao comércio do momento e as necessidades dele, com isso, Antônio conseguiu trazer um pedaço da literatura lisboeta para a pequena São Paulo do século XIX, criando uma ligação cultural entre as duas cidades e as duas culturas, além de comercializar autores brasileiros, aproximando seus leitores das obras

[19] Não mencionamos todos os nomes representantes de cada fase, apenas os publicados pela livraria no período analisado. Para verificar a lista completa, acessar: Catálogo Livraria Teixeira e Irmãos 1878.xlsx. Tabela desenvolvida pelo autor e acessada em 23 de jul de 2025

nacionais. Com essa aproximação, podemos dizer que Antônio auxiliou o desenvolvimento literário português e brasileiro na cidade, dando oportunidade das classes populares se aproximarem do intelecto e do *status* social que o livro agregava, e ainda agrega. Como Escarpit (1976. p. 18) diz: “[o livro] pode ser um investimento, ou um elemento de decoração, ou o que se chama um *status symbol*, um sinal de que se pertence a uma determinada categoria social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos títulos comercializados pela livraria de Antônio Maria e a nossa preocupação inicial em criar um cenário de São Paulo do século XIX para o leitor, é visível o crescimento da popularização literária em uma cidade pequena, comparada com a capital, Rio de Janeiro. Inicialmente, ao verificar rapidamente os anúncios na fundação do jornal utilizado como objeto de pesquisa, no ano de 1875, são raríssimos os anúncios de livrarias, com exceção de *Garraux* que se fixou na década de 1860 em São Paulo, não focando apenas no comércio livresco, sendo necessário comercializar artigos de papelaria e outros utensílios.

Com a fundação da Faculdade de Direito em 1827, a chegada de ferrovias e a criação da companhia Cantareira de água e esgoto, como mostramos no corpo da pesquisa, São Paulo se tornou atrativa aos comerciantes, possibilitando o avanço da cidade em diversas áreas, como a hotelaria e o comércio livresco, incluindo Antônio Maria Teixeira, o jovem português que se aventurou em um país desconhecido para abrir sua livraria; um comércio que deixou de ser luxuoso para ser fonte de lucro.

Acreditamos que Antônio obteve ajuda de Avelino, seu futuro sogro, para a fundação dessa livraria, pela quantidade de livros traduzidos para o português que ele anunciava. Os títulos, em sua grande maioria, foram de autores mais comercializados na Europa no século XIX, incluindo 2 exemplares comercializados por ele que foram editados na *Typographia de Mattos Moreira*, sócio de Avelino Tavares após a fundação da *Tavares Cardoso* em Lisboa. Podemos ver, de forma singela, a relação Brasil-Europa e o não atraso do desenvolvimento literário no país comparado com a Europa, como se acreditava antigamente, mostrando uma São Paulo atualizada com Lisboa nos gêneros

literários, além do comércio de autores brasileiros, considerados clássicos na atualidade.

Podemos notar a maioria dos títulos de autores franceses, espanhóis e portugueses, por serem as referências livrescas do período, mas não podemos deixar de notar a comercialização de autores de nacionalidade belga, italiana e inglesa, além da preocupação em comercializar títulos brasileiros. Seus livros foram anunciados de 2 a 3 vezes, salvando raríssimos títulos com 4 anúncios. Podemos dizer que esses títulos tiveram maior destaque por serem *best-sellers* europeus, como *O Primo Basílio*, *Os Que Riem E Os Que Choram*, *A Mãe Dos Desamparados, O Pão Dos Pobres*, *Folhetins* e *Andarilho Das Praias*, comercializados por Antônio em sua abertura comercial no Brasil.

Inicialmente, Antônio auxiliou a propagação dos títulos traduzidos em português e mais baratos na São Paulo Oitocentista, evidenciando seu futuro sucesso, talvez pela inauguração em uma rua comercial conhecida e pelos títulos trazidos pelos proprietários, mas, a relação literária Brasil-Portugal no momento de popularização livresca, fez com que seu comércio se tornasse famoso, sendo encerrado em 1999, após decretar falência definitiva. Com a História do Livro é possível retomar momentos de prestígios de um comércio livresco, conhecer a trajetória do estabelecimento até seu fechamento, cujo intuito é compreender as leituras oferecidas pelos comerciantes, nos possibilitando entender o movimento de uma sociedade, independentemente de seu tamanho e complexidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. M. Casimiro de. **As primaveras**. Rio de Janeiro: Typ. de Paula Brito. 1859. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/view/?45000019154&bbm/4830#page/1/mode/2up Acesso em: 23 de Jul 2025.

BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca e Frei Mariano da conceição Veloso: Precursores. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal. **Impressos no Brasil:** Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHAPARRO, Manuel; FORTES, Cinta GORDILLO, Martín; FERIA, Pedro; VILLAREJO, Pilar. *MUJERES EN LA HISTORIA*. Produção: Onda Local Andalucía TV. Andalucía: EMA-RTV, 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uo0ezd3heYI. Acesso em 23 de Jul 2025.

CHARTIER, Roger. O Texto Entre Autor e Editor. In: **A Aventura do Livro**: do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP Imprensa Oficinal do Estado, 1999.

DARNTON, Robert. **"**O que é a história do livro?" _____. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori. Anatole Louis Garraux e o comércio de livros franceses em São Paulo (1860-1890). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

DEBAY, A**. Arte de conservar a belleza e a saude e de corrigir os defeitos physicos**. Traducção por A. A. Leal. Porto: Typ. Occidental, 1877.

DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de Prazer**: A sexualidade através da leitura no início do século. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

DEUS, João de. **Cartilha maternal ou arte de leitura**, approvada pelo governo. 4a ed. correcta e augmentada. Lisboa: Imp. Nacional, 1878.

EL FAR, Alessandra. **O Livro e a Leitura no Brasil.** Rio De Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação**: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ESCARPIT, Robert. **A Revolução do Livro**. Tradução Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas/ Instituto Nacional do Livro, 1976.

FARIAS BRITO, Rômulo de Jesus. "Questão Coimbrã": a problematização sobre Portugal através de uma polêmica literária pela Geração de 70 (1865-1866). **Revista Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/20124/13785 Acesso em: 23 de Jul 2025.

FERREIRA, Barros. **O Nobre e Antigo Bairro da Sé.** Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Munícipio de São Paulo, 1971.

GARCIA, Izenete Nobre. **A circulação transatlântica de obras literárias entre Belém e Lisboa: o caso da livraria e editora de Tavares Cardoso & Irmão.** Disponível em: http://livrozilla.com/doc/859879/o-caso-da-livraria-e-editora-de-tavares-cardoso---iel. Acesso em: 23 de Jul 2025.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro No Brasil**. 2.Ed. São Paulo: Edusp, 1985.

HARBOUR, Berna González. *¿Por qué son desgraciadas las mujeres sabias?* ***Jornal El País***, Madrid, 05 abr. 2019. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2019/04/05/actualidad/1554451707_966586.html. Acesso em: 23 de Jul de 2025.

LYONS, Martyn. **Livro:** uma história viva. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

MEYER, Marlyse. **Folhetim:** *uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PINA, Paulo Simões De Almeida. **Uma História De Saltimbancos: Os Irmãos Teixeira, O Comércio E A Edição De Livros Em São Paulo, Entre 1876 E 1929**. 2015. Dissertação (Mestrado Em História Social) - Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2015.

RAZZINI, Marcia De Paula Gregório. São Paulo: Cidade Dos Livros Escolares. In: Abreu, Márcia; Bragança, Aníbal (Org.). **Impresso No Brasil**: Dois Séculos De Livros Brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIOS, Gilberto Calixto. **Rua São Bento**. São Paulo, 2015. Disponível em: https://saopauloesuasruas.wordpress.com/2015/05/13/rua-sao-bento/. Acesso em: 23 de Jul 2025.

TAUNAY. Affonso de E. A Imprensa Paulistana Sob O Império. A Extraordinária Influência Cultural Da Faculdade De Direito. In: _____. **História da Cidade de São Paulo**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 23. 2004.

VALIS, Noël. ***The Culture of Cursilería: Bad Taste, Kitsch, and Class in Modern Spain.*** *Durham: Duke University Press Books*, 2003.

Recebido em 24-08-2024.

Aprovado para publicação em 21-07-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

MARINHEIROS E PORTUÁRIOS NO PORTO DE ITAJAÍ (1862 – 1908)

SAILORS AND PORT WORKERS IN THE PORT OF ITAJAÍ (1862 – 1908)

VINÍCIUS BONSIGNORI[1]

RESUMO

Este artigo, resultado parcial de uma pesquisa mais ampla de mestrado em História, traça o perfil dos trabalhadores marítimos e portuários de Itajaí, em Santa Catarina, no recorte temporal analisado, definido pela disponibilidade dos processos-crime no acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica da cidade (CDMH). A análise de 70 processos-crime, por meio de leitura, transcrição e tabulação dos dados, permitiu identificar pelo menos 164 indivíduos vinculados ao trabalho em navios e na orla portuária local. A partir desses registros, foi possível levantar informações detalhadas como nomes, faixas etárias, condição social, estado civil, profissão, naturalidade ou nacionalidade, local de residência, grau de alfabetização, entre outros dados relevantes para a compreensão do universo social desses trabalhadores.

Palavras-chave: História. Marinheiros. Portuários. Trabalho. Perfil.

ABSTRACT

This article, a partial result of broader Master's research in History, outlines the profile of maritime and port workers in Itajaí, Santa Catarina, within the analyzed timeframe, defined by the availability of criminal case records in the collection of the city's Center for Documentation and Historical Memory (CDMH). The analysis of 70 criminal cases, through reading, transcription, and data tabulation, made it possible to identify at least 164 individuals connected to work on ships and along the local waterfront. From these records, it was possible to gather detailed information such as names, age ranges, social condition, marital status, occupation, place of birth or nationality, place of residence, literacy level, among other data relevant to understanding the social universe of these workers.

Keywords: History. Sailors. Port workers. Work. Profile.

[1] Professor de História na rede municipal de Navegantes (SC). Graduado e mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura (LABHSTC/UFSC) e o Laboratório de Didática da História (LADIH/FURB). E-mail: viniciusbonsignori@gmail.com

O PORTO DE ITAJAÍ E SEUS TRABALHADORES: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da vila de Itajaí e do seu porto está intimamente conectada. As primeiras menções a um embarcadouro localizado na foz do rio Itajaí são do começo do século XIX. A razão do surgimento desse pequeno porto seria a crescente demanda das atividades econômicas exercidas pelos povoadores que ali se estabeleceram. Entre elas, estavam a agricultura, a exploração de madeira e a carpintaria da ribeira, que contribuíam para a consolidação de um pequeno comércio costeiro entre Itajaí e localidades litorâneas adjacentes (MOREIRA, 1995; MACHADO, 1979).

Contudo, quando comparada à atuação de portos como os de São Francisco, Desterro e Laguna, a inserção do porto do rio Itajaí no cenário do litoral catarinense pode ser entendida como “atrasada”. Não meramente pelo aspecto cronológico, mas pelas limitações naturais que o cercavam. Durante todo o século XIX – e até o início do século XX – havia em sua foz um banco de areia que dificultava o acesso de determinadas embarcações e navios, cuja situação se agravava durante as enchentes, corriqueiras no Vale do Itajaí. Em termos práticos, isso ocasionou a “formação tardia de um grupo social cujos empreendimentos se acham interligados ao porto” (MOREIRA, 1995, p. 70).

A partir de meados do século XIX, a área portuária começou a se consolidar como um ponto crucial de acumulação de capital, principalmente impulsionada pela criação das colônias de Blumenau e Brusque (GOULARTI FILHO, 2013; HERING, 1987; MOREIRA, 1995). Essas colônias aumentaram a produção e o fluxo de mercadorias tanto no transporte fluvial quanto marítimo no Vale do Itajaí. A historiadora Maria Luiza Renaux Hering destaca que, no século XIX, os comerciantes do Vale – principalmente os alemães – expandiram seus negócios além das rotas coloniais, estabelecendo grandes casas comerciais no centro das colônias (*Stadtplatz*). Esses comerciantes, conectados ao porto de Itajaí, que ficava a cerca de 40 km de Blumenau e 38 km de Brusque, foram fundamentais para o comércio regional. Representando companhias de navegação e bancos estrangeiros, controlavam a distribuição de produtos importados e o transporte de mercadorias locais, além de facilitar as importações industriais e suprir as deficiências do sistema financeiro local (HERING, 1987, p.

60-63).

À medida que a colonização avançava vale adentro, crescia a orla portuária e o núcleo urbano de Itajaí. Cervejarias, olarias, padarias, hotéis e casas comerciais "brotavam" próximas às margens do rio Itajaí-Açu, consolidando a classe da burguesia local (SILVA, 2004, p. 58).

Ora, se a colonização propiciou o fortalecimento de uma elite econômica ligada ao cais durante a segunda metade do oitocentos, como consequência, o aumento da demanda pelo serviço portuário ampliou a diversidade de ofícios e a circulação de trabalhadores no porto. Embora a historiografia regional reconheça a importância da zona portuária como um dos espaços propulsores do desenvolvimento econômico da região, parte significativa dela ainda persiste em considerar o porto de Itajaí apenas como um entreposto econômico entre as colônias do Vale do Itajaí e seus compradores/fornecedores nacionais ou estrangeiros. Desconsidera-se, dessa forma, as dinâmicas próprias do complexo portuário, a circulação de mercadorias e pessoas – para além dos colonos – e os diversos sujeitos que faziam desse espaço os seus "mundos do trabalho".[2]

Nesse sentido, podemos nos perguntar: quem era quem no porto de Itajaí? Quem eram aqueles que trabalhavam nos trapiches? Quais as funções que existiam nos navios que atracavam na cidade? De onde provinham? Sabiam ler e escrever? Movido por perguntas como essas, neste artigo tive por objetivo traçar o perfil desses trabalhadores ligados à faina marítima e portuária, atentando para informações como: faixa etária, estatuto social, estado civil, profissão, naturalidade/nacionalidade, local de residência, alfabetização, entre outras informações relevantes.

Ao leitor, informo de antemão que, em minha pesquisa, diferente de outros colegas historiadores, não localizei qualquer censo ou tipo de listas específicas acerca desses trabalhadores para Itajaí, elaborada pela Capitania dos Portos. Por conta dessa ausência, tive que recorrer a outros documentos. Das fontes disponibilizadas no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH), elegi o fundo do poder judiciário, especificamente os processos-crime, para levantar dados relacionados aos perfis desses trabalhadores. O recorte temporal da pesquisa foi definido pela própria disponibilidade das fontes no

[2] Entre esses trabalhos, estão: D'Ávila (2018), Goularti Filho (2013), Hering (1987) e Moreira (1995).

CDMH, iniciando-se na década de 1860, quando foi instituído o juizado local, e estendendo-se até a década de 1910, momento em que se encerra o acervo de processos-crime da instituição e, coincidentemente, surgem as primeiras associações operárias na cidade.

Reconheço que a razão primeira dessa tipologia documental não era a de levantar dados demográficos ou listar os moradores/trabalhadores da vila de Itajaí. Mas, ainda que de forma direcionada – tendo em vista que só apareceram nesses processos pessoas que tiveram quaisquer tipos de relações com o poder judiciário local, seja como autores, réus, testemunhas ou apenas mencionados – quando interrogadas, oportunizam a reconstituição de dados importantes acerca desses sujeitos históricos. Esses processos foram lidos e transcritos, de modo a extrair informações como nomes, faixas etárias, condição social, estado civil, profissão, naturalidade ou nacionalidade, local de residência, grau de alfabetização, entre outros dados. Posteriormente, tais informações foram agrupadas e sistematizadas em uma tabela, o que permitiu processar essa documentação a partir de uma leitura crítica.[3]

1. PROFISSIONAIS & PROFISSÕES

Dentro dos 70 processos consultados nesse trabalho referente aos anos de 1862 até 1908, consegui identificar a existência de pelo menos 164 pessoas ligadas ao trabalho portuário e marítimo em Itajaí. Diferente dos documentos de outra tipologia, é importante mencionar que os envolvidos nos processos eram, na maior parte das vezes, quem declaravam as informações relativas à sua vida, como: nome, idade, filiação, profissão, naturalidade, local de residência, etc. Em virtude disso, mantive, num primeiro momento, os próprios termos e expressões utilizados por essas pessoas quando questionadas sobre as suas profissões e, posteriormente, aglutinei expressões diferentes para a mesma função ao longo do texto.

Alguns trabalhadores, por aparecerem mais de uma vez em distintos processos, declararam-se com profissões diferentes. Este é o caso de Antonio Ignacio de Medeiros, por exemplo, que em 1862 informou ao tribunal local ser

[3] No campo metodológico, utilizei as sugestões de tratamento das fontes e análise propostas por Keila Grinberg (2020) para o uso de processos oriundos do poder judiciário na pesquisa histórica.

"arte marítima" e, em outra oportunidade, no ano de 1879, afirmou ao mesmo órgão ser "remeiro da catraia da barra".[4] Por essa razão, considerei no Quadro 1 o número de vezes em que foram mencionadas as respectivas profissões (182 vezes), não limitando apenas ao número de profissionais encontrados (164 trabalhadores).

Numa leitura macroscópica, isto é, categorizando todas essas funções e profissões em apenas duas, as "do mar" e as "do porto", infere-se que 83% das vezes em que os trabalhadores declararam a sua profissão atrelaram-na à faina marítima, enquanto 17% ligaram sua profissão ao trabalho portuário ou terrestre. Considero, pois, a partir das fontes analisadas, enquanto portuários, os profissionais: capataz do porto, prático, jornaleiro (estivador), remeiro, passageiro e patrão da catraia da barra. Por outro lado, entendo os trabalhadores marítimos como aqueles que se autodeclararam: marítimo, marinheiro, embarcadiço, trabalhador a bordo, arte marítima, comandante, coronel da artilharia, imediato, piloto, segundo piloto, contramestre, mestre de navio, patrão da lancha, foguista, cozinheiro e taifeiro.

Quadro 1 – Profissões e o respectivo número de vezes declaradas nos processos (1862-1908)

Profissão	**Nº**	**Profissão**	**Nº**	**Profissão**	**Nº**
Marítimo	93	Contramestre	4	Capataz do porto	5
Marinheiro	22	Patrão da lancha	1	Remeiro da catraia da barra	3
Capitão	16	Piloto	2	Prático da barra	5
Arte Marítima	1	Comandante	2	Jornaleiro	7
Trabalhador a bordo	1	Coronel da Artilharia	1	Passageiro	3
Marítimo de todo serviço	1	Imediato	1	Primeiro prático da barra	1
Embarcadiço	1	Foguista	1	Segundo prático da barra	1
Cozinheiro	1	Mestre carpinteiro da ribeira	1	Carpinteiro da ribeira	3
Calafate	1	Segundo piloto	1	Patrão da catraia	1
Taifeiro	1	Mestre de navio	1	**Total**	**182**

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos judiciais custodiados no CDMH de Itajaí, do ano de 1862 a 1908.

[4] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 1, ordem: 12, número: 184, ano: 1862; CDMH. Fundo: judiciário, série: processo policial, caixa: 15, ordem: 06, número: 350, ano: 1879. A catraia é uma pequena embarcação responsável pelo transporte de pessoas.

Comecemos, então, com os trabalhadores portuários. Podemos separá-los em dois grupos, aqueles empregados da administração portuária, e os que trabalhavam de maneira autônoma ou sem vínculo direto com a administração do porto. No primeiro caso, refiro-me ao capataz do porto, primeiro e segundo práticos da barra, e ao remeiro da catraia da barra.

O que fazia um capataz do porto? No âmbito das pesquisas acerca dos trabalhadores portuários, encontram-se algumas explicações das atribuições desse profissional. Tanto o historiador Rafael Davis Portela, quanto Davi Costa Aroucha, apontam que os "capatazes" e "subcapatazes", juntamente com os capitães do porto – maior autoridade dentro da Capitania dos Portos –, eram os responsáveis por listar e registrar os trabalhadores náuticos e marítimos de suas respectivas províncias durante o século XIX (PORTELA, 2012, p. 31; AROUCHA, 2017, p. 143). Mas, para além de auxiliar o capitão do porto, os capatazes tinham outras funções.

Na província de Pernambuco, observa Aroucha, o capataz desempenhava funções específicas voltadas à manutenção da disciplina e controle sobre cativos e libertos que trabalhavam em serviços portuários. Na prática, esse profissional exercia um papel de liderança e mediação fundamental para os trabalhadores locais, atuando na resolução de conflitos internos, na intermediação entre as demandas das corporações e o poder público, e na defesa ou punição de seus subordinados, conforme julgasse necessário (AROUCHA, 2017, p. 254).

Na Bahia, os capatazes também desempenharam um papel importante na política de controle dos trabalhadores de ganho na cidade de Salvador, conforme percebeu João José Reis em uma de suas últimas obras acerca dos "ganhadores". Contudo, a diferença do caso pernambucano é que os capatazes eram nomeados pela Câmara Municipal e não pela Capitania dos Portos. Por esse motivo, seu trabalho não se limitava ao âmbito da zona portuária, expandia-se para todo o espaço urbano (REIS, 2019, p. 102).

Em Itajaí, o capataz atuava como um "braço da polícia" dentro do porto, podendo requisitar a prisão daqueles que porventura se envolvessem em problemas que tumultuassem a ordem e disciplina no cais. Em 1870, por exemplo, Ernesto Augusto de Bustamante Guilhoubert, capataz do porto, auxiliou na prisão do americano e cozinheiro de navio Ricardo Eduardo por crime

de insubordinação em relação ao capitão da sua embarcação, e ofensas físicas a um colega marinheiro. Dois anos depois, foi a vez da prisão do marinheiro Miguel Carline, solicitada pelo então capataz do porto, Antonio Joze Bastos. O que Bastos não esperava é que o marinheiro português iria recorrer impetrando um *habeas corpus* alegando a ilegalidade da sua prisão, pois não entendia ter existido crime especificado nem ordem de prisão adequada.[5]

Cabia também aos capatazes informar às autoridades superiores quando ocorresse qualquer avaria no porto. Foi isso que fez o capataz Manoel José Pereira Máximo, em 1869, quando o Patacho Nacional Delfina arrancou o cabo telegráfico devido à correnteza e tranqueiras que desciam pelo rio Itajaí-Açu durante o período de cheias.[6]

Em suma, como disse Maria Cecília Velasco e Cruz, a função do capataz estava para o porto da mesma forma que a função de feitor estava para a cidade (CRUZ, 2000, p. 260). Todavia, engana-se quem pensa que ela não existe mais. Ainda hoje, nos portos brasileiros, é comum encontrar pessoas empregadas em tal serviço, mas não necessariamente com as mesmas atribuições do século XIX. Seja como for, o certo é que o capataz do porto era o responsável pelo controle, listagem e registro dos trabalhadores náuticos e marítimos. Ao prático da barra cabia a pilotagem de embarcações nas áreas de ancoragem do porto. Na literatura, observa-se que os práticos eram, em geral, pessoas com profundo conhecimento dos acidentes hidrográficos e topográficos de áreas marítimas e fluviais, responsáveis por guiar embarcações com segurança nessas regiões (AROUCHA, 2017, p. 115; GOMES, 2016, p. 392).

Para a década de 1860 e início do século XX, Itajaí contou com pelo menos três práticos, a saber: Jacintho José dos Santos, itajaiense; José Maria do Couto, catarinense; e Manoel Francisco de Oliveira, português naturalizado brasileiro. O primeiro deles, Jacintho, em parte de sua trajetória, no ano de 1868, além de ser prático, afirmou ser também capataz do porto.[7] Embora se trate de funções distintas e a acumulação desses ofícios possa até ser considerada rara,

[5] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 06, ordem: 12, número: 150, ano: 1870; CDMH. Fundo: judiciário, série: recurso crime, caixa: 09, ordem: 04, número: 207, ano: 1872.
[6] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário crime, caixa: 06, ordem: 05, número: 140, ano: 1869.
[7] CDMH. Fundo: judiciário, série: auto de perguntas, caixa: 14, ordem: 17, número: 340, ano: 1878; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário crime, caixa: 06, ordem: 05, número: 140, ano: 1869.

encontram-se outros casos similares, como aquele constatado pelo pesquisador Alessandro Gomes, qual seja, a do capataz pernambucano de nome Antonio Rodrigues de Oliveira, que por mais que não fosse do quadro oficial da praticagem daquela província, possuía uma carta de prático e assumia a direção de navios no porto de Recife (GOMES, 2016, p. 58). Quiçá, a acumulação dessas funções se desse por questões orçamentárias ou por conta da ausência de trabalhadores habilitados para tal função.

Ainda a respeito da administração portuária, faziam parte do serviço da praticagem em Itajaí os "remeiros da catraia". Tais trabalhadores estavam subordinados ao "patrão da catraia", função compartilhada pelo prático da barra. A catraia era a embarcação oficial utilizada por esse serviço, e o "patrão" era o encarregado de conduzi-la e liderar os remeiros (OLIVEIRA, 2013, p. 127). É preciso informar que esses trabalhadores se diferenciavam dos remeiros "convencionais". Embora não localizados no levantamento em questão, sabe-se que, diferente daqueles específicos à catraia, os remeiros tinham um papel de transporte de pessoas e objetos e praticavam a pesca de forma rudimentar. Na maioria das vezes, eram pequenos lavradores livres que eventualmente atuavam como marítimos, tal qual identificou José Augusto Leandro em pesquisa referente a Paranaguá (LEANDRO, 2003). Dado esse distinto daqueles encontrados em pesquisas acerca da Marinha de Guerra, cujos remadores eram quase sempre homens negros (MELLO, 2009).

Os remeiros da catraia eram os trabalhadores com os menores salários na capitania dos portos de Santa Catarina, apesar de serem os que mais se exigia esforço físico para realizar tarefas, como constatou Schibelinski (2020, p. 77). Segundo dois processos do ano de 1879, entre os remeiros da catraia encontravam-se: Sebastião Thomaz de Siqueira, de 26 anos, casado, natural da província; Ventura Constantino da Costa, de 20 anos, natural do Pontal (Itajaí), solteiro; e Antonio Ignacio de Medeiros, de 45 anos, casado, também natural da província de Santa Catarina.[8]

Entre os profissionais que trabalhavam no porto, mas que não tinham vínculo com a Capitania dos Portos ou com o Ministério da Marinha, estão os construtores navais – calafates e carpinteiros da ribeira –, os passageiros e os

[8] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 16, ordem: 02, número: 359, ano: 1879.

jornaleiros. Dos carpinteiros, aparecem nos documentos consultados: o português Manoel Francisco Ferreira Touguinha, em 1868; o americano Nickerson Moody, também em 1868; o catarinense Francisco Bazilio da Silva, em 1898; e João Lopes Fagundes de Azevedo, em 1885, cuja nacionalidade não é revelada. Quanto à profissão de "calafate", somente consta a do catarinense João Antônio Martins, em 1871.[9]

Por mais que tivessem atribuições semelhantes, carpinteiros e calafates desempenhavam papéis distintos na labuta diária. Era função dos carpinteiros construir as embarcações, que ia do corte da madeira até a montagem final da embarcação. Quanto aos calafates, restava vedar as frestas do costado e do convés. Embora atuassem geralmente em portos e estaleiros, também podiam trabalhar a bordo, como Nickerson Moody, carpinteiro do vapor americano Lamego, que chegou a Itajaí nesse navio em 1868.[10] Mesmo trabalhando principalmente em terra, esses profissionais precisavam ser registrados pela Capitania dos Portos, conforme o Decreto Imperial nº 447 de 1846, que regulamentava tal instituição no Brasil. Contudo, é observado na historiografia que houve resistência inicial ao registro por esses trabalhadores, pois um dos artigos desse decreto, especificamente o 68, que isentava os trabalhadores do mar do serviço na Guarda Nacional, não incluía os construtores navais claramente. Dessa forma, carpinteiros e calafates não viam vantagem em se registrar. A resistência às matrículas só desapareceu quando de fato esses passaram a ser isentos de prestarem serviço à Guarda Nacional (PORTELA; 2012; OLIVEIRA, 2013; SCHIBELINSKI, 2020; SILVA, 2001).

Ainda sobre os trabalhadores portuários, no rol de processos consultados, não localizei menções à expressão "estivador", pelo menos de forma explícita. No entanto, em alguns documentos, aparecem "jornaleiros" que, no momento da instauração do processo, afirmaram trabalhar na carga e descarga no porto. A ausência da categoria "estivador" é comum em outros lugares neste período histórico e mesmo em documentos censitários. Cruz, ao examinar os

[9] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 05, ordem: 05, número: 112, ano: 1868; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 4, ordem: 18, número: 106, ano: 1868; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 24, ordem: 07, número: 569, ano: 1898; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 20, ordem: 13, número: 451, ano: 1885; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 08, ordem: 08, número: 187, ano: 1871.

[10] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 4, ordem: 18, número: 106, ano: 1868.

trabalhadores em trapiche e café do Rio de Janeiro, verificou que os censos demográficos da época não especificam as ocupações operárias existentes no porto. Categorizando tais operários em profissões genéricas, ligadas aos transportes marítimos e fluviais ou classificadas de profissões mal definidas (CRUZ, 2000, p. 269).

Mas, o que seria um jornaleiro? Jornaleiro é uma categoria de trabalhador "esponja", ou seja, que engloba inúmeros ofícios, e já muito conhecida pela historiografia do trabalho. Em linhas gerais, os jornaleiros eram aqueles que trabalhavam por jornada (diária), seja no mundo rural ou nos centros urbanos (SARMIENTO e AZEVEDO, 2022, p. 356). Quanto aos jornaleiros que trabalhavam na estiva em Itajaí, encontrei: Manoel Antonio dos Santos, João Zeferino Martins, João Gonçalves da Maia, José Dias de Oliveira, Bellarmino Silveira, Antonio Pereira da Costa e Generozo Ignacio de Toledo. Todos eram brasileiros, homens que, em 1873, trabalhavam "em descabeçar madeiras para carregar o Brigue Nacional S. Jeronymo" no rio Pequeno (rio Itajaí-Mirim), e contratados pelo proprietário da embarcação, conforme se depreende da fonte.[11]

Em Itajaí, José Bento Rosa da Silva identifica em suas pesquisas que, no início do século XX, vários dos estivadores eram afrodescendentes – como "tio Marcos" e Sebastião Lucas Pereira – inclusive alguns ex-escravizados – como Silvério Joaquim Ramos, alcunha "tio Silvério". Mas, quando se trata dos trabalhadores "jornaleiros" do século XIX encontrados, aqueles responsáveis pelo carregamento de madeiras, a cor não aparece nos autos do processo e presume-se que fossem livres. Apesar disso, a ausência dessa informação não impede de terem origem africana, pois poderiam ser filhos de escravizados e ex-escravizados da região (SILVA, 2004, p. 83). Como mostram pesquisas desenvolvidas acerca do Rio de Janeiro, Santos e Recife, a estiva era um lugar absorvedor de egressos do cativeiro no final do período monárquico e início do republicano (ARANTES, 2010; CRUZ, 2000; GITAHY, 1992; LIMA, 2021).

A despeito dos trabalhadores ligados à faina portuária, ainda se encontra o "passageiro". Na vila de Itajaí, o passageiro era o profissional responsável pela travessia de pessoas e pequenas mercadorias de ambos os lados do rio Itajaí-Açu. Este serviço era concedido pela Câmara Municipal a particulares mediante

[11] CDMH. Fundo: judiciário, série: processo crime, caixa: 10, ordem: 15, número: 234, ano: 1873.

leilão público, e era vedado a qualquer outro particular que o quisesse fazer. Pelo menos é o que se depreende do edital redigido pelo fiscal da Câmara Municipal da cidade, em 4 de maio de 1882. Determinava o fiscal que, "é expressamente proibido a qualquer particular que não seja o passageiro dar passagem a qualquer viandante [...] sob pena de ser multado na importância porque forem arrematadas as passagens dos rios" (D'ÁVILA, 2018, p. 124).[12]

Afinal, quem eram esses "passageiros"? E como funcionava a prestação desse serviço? Entre os profissionais, localizei: Serafim João Pereira e José Florentino Cardozo, em 1868, com 19 anos e 18 anos, respectivamente; e em 1891, Hirino Machado de Souza, com 40 anos. Sendo o primeiro filho de João Máximo Pereira, arrematante da passagem do rio naquele ano de 1868.[13]

As funções e profissões exercidas entre os trabalhadores portuários em Itajaí eram, como visto, diversas, e de certa forma distribuídas, pois não variavam significativamente o número de profissionais de uma área para a outra encontrada. Similarmente, eram diversas também as profissões identificadas aos trabalhadores "do mar", apesar de a diferença do número de trabalhadores de uma função para a outra ser muito maior. Conforme o Quadro 1, juntas, as expressões "marítimo" e "marinheiro" representaram aproximadamente 63% de todas as profissões citadas ao longo da série documental analisada, 93 e 22 vezes, respectivamente. Ao passo que as demais profissões envolvidas no trabalho no mar constituíam cerca de 20% do total.

Existem diferenças entre ser "marinheiro" e ser "marítimo"? Em Itajaí, do que se interpreta das fontes, não. As duas expressões são usadas como sinônimos. Um exemplo disso é o processo instaurado em 1874, onde o réu João Fernandes, ao ser questionado pelo juiz municipal, afirmou ter "idade vinte e trez annos, solteiro, filho de Luiz Fernandes, natural da Villa de Matozinhos do Reino de Portugal, [profissão] maritimo [e] actualmente marinheiro do brigue Nacional S. Jeronimo".[14] Além dessas duas expressões empregadas pelos trabalhadores do mar, sobretudo da marinha mercante, outras formas de se referir a tais atividades também foram citadas nos processos consultados. Entre elas

[12] CDMH. Fundo: Câmara Municipal, série: livro de correspondências oficiais (1880 – 1882), caixa: 02, ano: 1882, fl. 79.
[13] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 18, ordem: 08, número: 394, ano: 1881.
[14] CDMH. Fundo: judiciário, série: processo crime, caixa: 10, ordem: 15, número: 234, ano: 1873.

apareceram menções generalizantes, como “trabalhador a bordo” e “marítimo de todo serviço”, uma vez cada. Ou ainda, outros modos de se referir ao trabalho em navios, como “embarcadiço” e “arte marítima”, também uma vez cada.

Mesmo que percentualmente em menor número, alguns trabalhadores, quando inquiridos acerca da sua profissão, responderam de forma mais específica, isto é, detalhando a função que tinham dentro dos navios, como: capitão, comandante, coronel de artilharia, imediato, piloto, segundo piloto, contramestre, mestre de navio, patrão da lancha, foguista, cozinheiro e taifeiro. Entre eles, os que têm o maior número são os capitães e contramestres, com 16 e 4 menções, respectivamente.

O leitor pode perguntar-se: quais eram as funções numa embarcação? Existia uma classificação a bordo? Como disse o pesquisador Paul Gilje ao investigar a cultura marítima americana na “Era da Revolução”: “no mar deveria haver uma hierarquia clara, com o capitão no topo, seguido por seus oficiais, seguidos por sua vez pelos marinheiros comuns” (GILJE, 2004, p. 84). Aqui, nas águas do sul do Atlântico, não era muito diferente, pois a divisão do trabalho dentro de um navio, como escreveu Rodrigues, “determinava as responsabilidades de cada profissional e definia as relações entre a tripulação” (RODRIGUES, 2005, p. 163). No caso da marinha mercante, onde a grande maioria dos marítimos que viviam ou cruzaram Itajaí se empregavam, os historiadores têm observado uma estrutura hierárquica comum. No topo dela estavam os capitães, mestres, patrões e comandantes, todos representando o cargo de alto comando de uma embarcação. Geralmente, a diferença de um para outro residia no curso praticado pela embarcação, sendo os termos “capitão” e “comandante” para se referir à navegação de longo curso, “mestre” na cabotagem e “patrão” na pequena cabotagem. Esses profissionais eram normalmente contratados pelos donos da embarcação. Dentre suas funções estavam o zelo, a administração da disciplina e o comando dos membros da tripulação (OLIVEIRA, 2013, p. 127).

Abaixo do autocomando estavam os contramestres. Esses eram os encarregados pelo cuidado dos cabos, vergame e demais elementos fixos de uma embarcação. O contramestre, em nome do capitão, liderava os marinheiros e organizava a operação de carga e descarga de mercadorias em um navio. Na ausência do capitão, tornava-se ele o responsável pelo navio (OLIVEIRA, 2013,

p. 128).

Enquanto isso, na base da hierarquia a bordo estavam os pilotos e os marinheiros. Os pilotos eram os sujeitos com vastos conhecimentos náuticos, responsáveis pela condução das embarcações. Ao passo que poderiam ser substituídos pelos capitães, mestres, patrões e comandantes, se não existisse piloto na tripulação ou por algum motivo precisasse ser substituído. Um desses casos foi o do capitão do *Brigue Nacional Siqueira*, Joaquim José dos Santos Rosa, que além da função de comandante, era também o piloto responsável pela condução da embarcação que desembarcou em Itajaí no ano de 1878.[15]

Quanto aos marinheiros, cabiam as tarefas de preparar o velame, governar o leme e demais serviços braçais necessários a bordo, como o de cozinheiro e taifeiro, por exemplo. A historiografia ainda observa que o estatuto desses trabalhadores, bem como a nacionalidade, interferia diretamente no espaço ocupado dentro do navio, pois um marinheiro livre possuía alguns privilégios face aos marinheiros escravizados, ou um marinheiro estrangeiro poderia ser visto como *persona non grata* pelos nacionais. Ao segmentar os trabalhadores com base em raça ou nacionalidade, certos sujeitos ou grupos conseguiam manter uma vantagem competitiva, assegurando melhores condições para si, enquanto perpetuavam disparidades dentro do ambiente de trabalho a bordo (OLIVEIRA, 2013, p. 128; JEHA, 2011, p. 195).

Em menor número, outras funções foram mencionadas nas fontes, em especial aquelas destinadas à Marinha de Guerra e ao trabalho específico em vapores. No âmbito dos militares, encontramos Allen R. Crawford, coronel da artilharia dos EUA, e o inglês Hebert H. Henne, imediato, ambos do vapor americano Lamego, que no ano de 1868 envolveram-se num processo também relacionado ao rompimento do cabo submarino telegráfico submerso no rio Itajaí-Açu. De outro lado, temos o português José Francisco Monteiro, foguista do Paquete Nacional Desterro, responsável pelo abastecimento das fornalhas do navio que desembarcara no porto da cidade em 1897 (OLIVEIRA, 2006, p. 72).[16]

Certamente, o universo de trabalhadores marítimos e portuários durante

[15] CDMH. Fundo: judiciário, série: autos crime, caixa: 12, ordem: 07, número: 296, ano: 1876.
[16] Refiro-me aos processos: CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 4, ordem: 18, número: 106, ano: 1868; CDMH. Fundo: judiciário, série: processo crime, caixa: 24, ordem: 02, número: 565, ano: 1897.

o período estudado foi maior. Apesar disso, as fontes analisadas dão uma dimensão das profissões e funções que circulavam no porto e nos navios que desembarcavam na cidade. Elas ainda ajudam a identificar as origens étnicas, nacionais e raciais desses trabalhadores que mourejavam nesse crescente porto localizado no Atlântico Sul.

2 ORIGENS, ESTATUTOS SOCIAIS & LOCAIS DE RESIDÊNCIA

Dentro dos navios que adentravam a barra do Itajaí, encontravam-se homens livres e escravizados trabalhando lado a lado. A vida no mar não era fácil para ambos os trabalhadores, e a liberdade era muito mais complexa do que se costuma imaginar. A labuta no mar, ao mesmo tempo que poderia oferecer uma certa "liberdade" para o marinheiro escravizado, porque oportunizava um oceano de possibilidades que eram restritas aos seus companheiros de cativeiro em terra, poderia significar uma experiência parecida à da escravidão para o marinheiro livre. A esses últimos, a distância da sua família, o trabalho duro no convés e a relativa ausência de controle sobre o trabalho poderiam se assimilar à condição do cativeiro. Ou ainda, do ponto de vista do marinheiro cativo, quiçá o trabalho no mar intensificasse ainda mais a vigilância do seu senhor, pois não raro eram os capitães e donos de embarcações que a bordo de seus navios empregavam os seus escravizados (GILJE, 2004, p. 69; RODRIGUES, 2023, p. 140-141).

No caso de Itajaí, das 126 pessoas encontradas durante a vigência da escravidão, 117 eram livres (93%) – explicitamente nenhuma se identificou como liberta –, ao passo que nove delas se declararam escravizadas (7%). Quando filtrados somente os trabalhadores portuários, o número cai para zero. Nenhum dos portuários aqui investigados estava sob o jugo do cativeiro. Isso me chama a atenção, pois numa sociedade racializada como a brasileira, e tendo em vista trabalhos relacionados a outros lugares, como já citado, o trabalho portuário também era ocupado por mãos escravas. De qualquer forma, essa peculiaridade talvez esteja relacionada à amostragem das fontes seriais examinadas.

Já os da faina marítima, pouca coisa muda em relação ao quadro geral de trabalhadores, permanecendo o número de escravizados menor do que 10%. Entre os cativos, especificamente, dois disseram às autoridades judiciárias locais

ser africanos: Manoel, de nação Congo, em 1878, e Joaquim, da Costa da África, em 1882; enquanto sete afirmaram às mesmas autoridades serem "crioulos", isto é, nascidos no Brasil, entre eles: Domingos, em 1871 e 1872, Pedro, Sérgio e Silvério, todos de 1878, Raimundo e Valentim, ambos em 1880, e Fernando, em 1882.[17]

À vista dos trabalhadores "do mar" residentes em Itajaí, segundo o recenseamento imperial de 1872, esse número sobe um pouco. Dos 66 homens de ofício "marítimo", 10 deles (15%) eram escravizados.[18] Mesmo que menor, não significa que entre os livres não houvesse pessoas de origem africana, dado que a informação da cor é suprimida tanto no censo quanto nos processos analisados em questão.

De qualquer modo, a presença de escravizados na zona portuária durante o século XIX, sobretudo atrelada ao labor marítimo, era existente. Mas menor do que aquelas observadas na maioria dos outros portos do litoral brasileiro. No porto de Rio Grande, província do Rio Grande do Sul, por exemplo, o número de escravizados dentro das tripulações que por lá acostavam era maior do que o encontrado para Itajaí. Num balanço entre os anos de 1846 e 1857, o percentual de marítimos escravizados estava entre 35% e 40% da tripulação de cabotagem, segundo identificou o historiador Vinícius Oliveira (2013, p. 89-90).

Sob outro aspecto, Luiz Geraldo Silva, quando analisou a entrada dos navios aos portos de Pernambuco durante o século XIX, constatou que as embarcações provenientes do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul eram as que possuíam uma significativa tripulação escravizada. Em contraste, os navios oriundos do Norte (Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) possuíam mais tripulantes livres (SILVA, 2001, p. 183-184). A partir dessa constatação, Silva chegou a afirmar que "são sobretudo as embarcações do sul e do centro-sul as que mais demandavam e empregavam escravos na navegação de cabotagem" no Brasil.

[17] CDMH. Fundo: judiciário, série: auto de interrogação, caixa: 14, ordem: 16, número: 338, ano: 1878; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 18, ordem: 20, número: 405, ano: 1882; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 08, ordem: 08, número: 187, ano: 1871; CDMH. Fundo: judiciário, série: processo de responsabilidade, caixa: 08, ordem: 13, número: 191, ano: 1872; CDMH. Fundo: Judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 17, ordem: 01, número: 372, ano: 1880; CDMH. Fundo: Judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 19, ordem: 09, número: 425, ano: 1882.

[18] BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**: Santa Catharina. Rio de Janeiro: Typ. Commercial, 1872. p. 66.

A exceção desses dados, na literatura, encontrei um único lugar com um percentual muito similar ao de Itajaí. Trata-se de Paranaguá, cujo número de marinheiros escravizados residia na casa dos 11% dos trabalhadores do mar. Tais dados foram obtidos com base em autos de ratificação de protesto marítimo, referentes ao período de 1852 a 1883 (LEANDRO, 2003). E, se cotejados com os de Itajaí, colocam em dúvida a afirmação anterior de Luiz Geraldo Silva, que generaliza para o sudeste e sul do Brasil um grande emprego de marítimos sob o estatuto jurídico do cativeiro. Embora essa afirmação seja verdadeira para o porto de Rio Grande, não condiz para os portos de Paranaguá e Itajaí, situados em Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

Além do mais, de onde provinha toda essa gente? Na zona portuária de Itajaí, convivia um grupo de trabalhadores marítimos e portuários diverso, com nacionalidades e identidades variadas. Entretanto, apesar de variado, esse grupo não era tão "internacionalista" ou "heterogêneo" quanto aqueles encontrados nos portos e navios do hemisfério norte (LINEBAUGH e REDIKER, 2008; SCOTT, 2018). Numa cidade que, a partir de 1850, vai receber cada vez mais imigrantes europeus, em razão da colonização e branqueamento da população no interior de Santa Catarina, os brasileiros continuavam mantendo uma forte presença no trabalho portuário e marítimo local, conforme se nota no Quadro 2.

Quadro 2 – Nacionalidade por número absoluto e porcentagem (1862-1908)

Nacionalidade	**Números absolutos**	**Porcentagem (%)**
Africana	2	1,4%
Alemã	2	1,4
Brasileira	86	61,5
Estadunidense	5	3,6
Francesa	1	0,7
Galega	1	0,7
Inglesa	3	2,1
Portuguesa	39	27,9
Suíça	1	0,7
Total	**140**	**100%**

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos judiciais custodiados no CDMH de Itajaí, do ano de 1862 a 1908.

Das 164 pessoas encontradas, 24 delas não declararam em nenhum momento a sua nacionalidade, em razão disso, removi-as do cálculo. Talvez, por algum motivo, quisessem suprimir tal informação das autoridades judiciárias.

Seja como for, mais da metade dos trabalhadores citados nos processos judiciais pesquisados, que informaram a sua nacionalidade, disseram ser brasileiros, seguidos por 27,9% de portugueses. Inclusive, em alguns casos foi possível identificar de onde provinham, como o do prático Manoel Francisco de Oliveira, cuja naturalidade era São Cristóvão; o marinheiro Francisco Maria Rodrigues, da Ilha das Flores; o marítimo José Joaquim da Silva, de Lisboa; os irmãos e companheiros de navios José Luiz da Rocha e Francisco José da Rocha, de Viana do Castelo; o marítimo Antonio Pinto da Silva, do Porto; o marítimo João Fernandes, de Matosinhos; entre tantos outros.[19] A propósito, acerca desse último lugar, a historiografia portuguesa já se debruçou para investigar as suas particularidades. Em Matosinhos, segundo João Augusto Neves Baptista, havia durante o final do século XVIII o costume de transmitir a profissão marítima dos pais para os filhos. Os filhos, como primeira profissão, seguiam o exemplo do pai, e, mais tarde, adotavam ou não outra profissão que não tivesse ligação com o mar (BAPTISTA, 2000, p. 99).

Não me surpreende encontrar um número significativo de tripulantes e portuários portugueses. Mesmo após a independência, o Brasil ainda mantinha relações com Portugal. E os portugueses possuíam uma tradição de fornecimento de homens para a faina marítima (OLIVEIRA, 2013, p. 118). O que me surpreende é, ao observar a historiografia local, não encontrar praticamente nada relacionado à imigração portuguesa na segunda metade do século XIX no Vale ou mesmo para Itajaí. Curiosamente, esse período é chamado pela mesma historiografia de “momento colonizador”, todavia, referindo-se apenas à história dos alemães, italianos, poloneses e ucranianos que se estabeleceram em colônias acima do rio Itajaí-Açu. Para entender esse número, é preciso recorrer à historiografia nacional e observar a migração de portugueses no século XIX para o Brasil.

Edilson Santos Junior, ao pesquisar os trabalhadores ligados ao carregamento, transporte e trabalho portuário na corte imperial, também encontrou uma expressiva presença de lusitanos. Segundo ele, em meados do

[19] CDMH. Fundo: judiciário, série: auto de perguntas, caixa: 14, ordem: 17, número: 340, ano: 1878; CDMH. Fundo: judiciário, série: autuação, caixa: 3, ordem: 9, número 83, ano: 1866; CDMH. fundo: judiciário, série: sumário crime, caixa: 06, ordem: 05, número: 140, ano: 1869; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 06, ordem: 12, número: 150, ano: 1870; CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 10, ordem: 17, número: 245, ano: 1874.

século XIX, milhares de trabalhadores portugueses chegaram ao Brasil em condições precárias, muitos ainda de forma clandestina, sob contratos de trabalho firmados ainda em Portugal. E, ao chegarem numa cidade "africanizada" como o Rio de Janeiro, submetiam-se a condições de vida e trabalho muito próximas à escravidão, uma vez que o sistema escravista "puxava para baixo" a experiência da liberdade. Num movimento recíproco, a chegada de portugueses ao Rio de Janeiro segmentava o mercado de trabalho, transformando-o pouco em algo mais hierarquizado. Assim, os portugueses garantiam para si os melhores postos de trabalho, e, consequentemente, marginalizavam as condições dos libertos e dos escravizados (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 24).

No âmbito das tripulações da Armada Nacional, os portugueses eram o maior segmento dentro do quadro de estrangeiros durante a primeira metade do oitocentos. Jeha aponta que esses chegavam em média a 46% da tripulação, e mesmo após 1850, marcavam forte presença. Quanto à origem deles, ela conclui que na Armada e nos navios negreiros a maioria dos marinheiros lusitanos era de Lisboa ou do Porto (JEHA, 2011).

Em Paranaguá, a situação dos marinheiros não era muito diferente da de Itajaí. Os trabalhadores portugueses ligados a faina marítima representavam 45% da tripulação dos navios que lançaram mão do protesto marítimo entre 1852 e 1883, superando, inclusive, o número de brasileiros, que estava na casa dos 34% (LEANDRO, 2003, p. 229). Enquanto no nordeste brasileiro, em Recife, especificamente, os portugueses ocupavam o segundo maior número entre as nacionalidades dos profissionais marítimos, consoante o censo de 1872 (LIMA, 2021, p. 54).

Apesar de expressivos, o principal grupo de trabalhadores marítimos e portuários em Itajaí era composto por homens livres e nacionais. Não por coincidência, o recrutamento de homens livres e de baixa renda para trabalhar em navios, a fim de aprender uma profissão, estava alinhado com as dinâmicas do mercado de trabalho daquela época. Para essa parcela da população, o mar representava uma oportunidade de conseguir emprego remunerado, sendo uma das poucas opções de trabalho acessíveis (RODRIGUES, 1999, p. 23).

Quadro 3 – Naturalidade por número absoluto e porcentagem (1862-1908)

Naturalidade	Número absolutos	Porcentagem (%)
Bahia	1	1,1
Ceará	1	1,1
Maranhão	1	1,1
Paraná	5	5,8
Pernambuco	2	2,4
Rio de Janeiro	5	5,8
Rio Grande do Sul	3	3,5
Santa Catarina	54	62,8
Sergipe	3	3,5
Não especifica	11	12,9
Total	**86**	**100%**

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos judiciais custodiados no CDMH de Itajaí, do ano de 1862 a 1908.

Conforme o Quadro 3, quanto aos brasileiros, a grande maioria era originária da própria província de Santa Catarina, principalmente da região de Itajaí e de São Francisco do Sul. Em segundo plano, ainda assim muito menor, estavam as províncias do Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Similarmente à naturalidade, os marítimos e portuários, em sua maioria, viviam em Santa Catarina, particularmente em Itajaí. No Quadro 4, abaixo, conseguimos mensurar os locais de residência dos trabalhadores aqui investigados com base na informação dada por 103 dos 164 sujeitos estudados.

Quadro 4 – Local de residência por número absoluto e porcentagem (1862-1908)

Local de residência	Número absoluto	Porcentagem (%)
A bordo	28	27,2
Itajaí	62	60,2
Camboriú	6	5,8
Desterro	2	1,9
Paranaguá	2	1,9
Penha	3	3,0
Total	**103**	**100%**

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos judiciais custodiados no CDMH de Itajaí, do ano de 1862 a 1908.

Mais de 60% deles declararam às autoridades públicas residirem na vila de Itajaí, ou algumas das outras localidades dessa cidade, como: “do lado norte

do rio Itajaí", "Saco Grande", "Pontal", "Rio Pequeno", "actualmente na cadêa dessa cidade", "Gravatá" e "Fazenda". Porém, quais eram as razões para o predomínio de marítimos itajaienses? A meu ver, uma hipótese plausível seja a do vínculo familiar. A família, de certa forma, "segurava" tais trabalhadores que optavam por trabalhar em embarcações de empresários locais ou, quando trabalhassem para navios de fora, priorizassem as rotas destinadas ao porto de Itajaí. Uma vez que o número de profissionais casados ultrapassava o de solteiros, conforme será visto nas páginas seguintes. Por outro lado, outra explicação dada a esses dados reside nas relações econômicas que a cidade compartilhava com outras zonas portuárias do litoral catarinense e da região sul do Brasil. Daí o motivo de muitos serem naturais e/ou residirem em Itajaí.

Representando cerca de 27% dos declarantes, o segundo local de residência mais citado era a própria embarcação. Ou, como apareceu de forma similar: ser "marinheiro de qualquer navio", viver "a bordo de navio tal...", "não tem residência certa por ser navegante e residir sempre a bordo". Se levar em conta que a vida dos marinheiros no mar não necessariamente seria tão distante das famílias, como discutido acima – para outros, os próprios colegas marujos poderiam suprir essa ausência. Aliás, mesmo os que não tivessem residência fixa em terra, em algum momento de suas vidas, eram obrigados a atracar, seja por imposição do próprio trabalho, seja pelo desejo de aproveitar as benesses da vida em terra. Não podemos nos esquecer de que a "liberdade" que a vida a bordo oferecia aos marujos diferenciava-se daquela experienciada em terra. Em suma, era na orla portuária que os marítimos poderiam se metamorfosear em seus próprios senhores e mestres, sob os seus próprios comandos. Como disse Paul Gilje, em terra eles podiam "beber, xingar, festejar, brigar, gastar dinheiro e geralmente se comportar mal. Para o marinheiro em terra, não havia futuro, apenas o aqui e agora" (GILJE, 2004, p. 6, tradução minha).

3 FAIXA ETÁRIA, ESTADO CIVIL & ALFABETIZAÇÃO

A vida no mar e no porto, para a maioria dos trabalhadores, começava cedo. Não por acaso, um dos marcadores sociais observados pelos historiadores do trabalho tem sido a idade. Marcus Rediker, na sua clássica pesquisa acerca dos marítimos anglo-americanos setecentistas, percebeu que nas embarcações

que navegavam pelo Atlântico Norte predominavam marujos de 20 a 30 anos, e oficiais marinheiros de 30 a 35 anos. Posteriormente, Jaime Rodrigues chegou a resultados parecidos quando estudou os marítimos envolvidos com o tráfico negreiro entre Angola e Brasil, durante o final do século XVIII e primeira metade do século XIX (REDIKER, 1987; RODRIGUES, 1999, p. 22-23).

Ora, que idade tinham os trabalhadores ligados à zona portuária de Itajaí? No rol de informações fornecidas nos processos consultados, a idade foi uma delas, declarada 149 vezes pelos personagens estudados. Por essa razão, sistematizei o Quadro 5, onde constam a faixa etária desses trabalhadores, em números absolutos e porcentagem. Vejamos:

Quadro 5 – Faixa etária por número absoluto e porcentagem (1862-1908)

Faixa etária	Número absoluto	Porcentagem (%)
15 – 19 anos	6	4,0
20 – 24 anos	24	16,2
25 – 29 anos	20	13,4
30 – 34 anos	27	18,1
35 – 39 anos	18	12,1
40 – 44 anos	24	16,2
45 – 49 anos	19	12,7
50 – 54 anos	6	4,0
55 – 59 anos	2	1,3
60 – 64 anos	3	2,0
Total	**149**	**100%**

Fonte: elaborado pelo autor com base nos processos judiciais custodiados no CDMH de Itajaí, do ano de 1862 a 1908.

A idade inicial desses trabalhadores nas lides marítimas e portuárias é similar às encontradas por Rediker e Rodrigues, qual seja, na faixa dos 20 anos. Todavia, os dados indicam que, diferentemente dos resultados observados pelos dois historiadores, em Itajaí era considerável o número de trabalhadores de 40 a 49 anos, quase 30% do total.

Informo também que não foram identificados trabalhadores menores do que 18 anos trabalhando nos navios e no porto. De certa forma, me chama a atenção, tendo em vista que a vida a bordo já costumava começar no período da adolescência. Como em Matosinhos (Portugal), já mencionado em outro momento, cujo ingresso na marinhagem se dava em média a partir dos 15 anos (BAPTISTA, 2000, p. 99).

Era incomum, por outro lado, ter idosos dentro da tripulação, ou mesmo

no trabalho executado no porto. Nos processos consultados, foram encontrados três sexagenários, sendo eles: o escravizado Joaquim, de 60 anos, marítimo e natural da Costa da África; Antonio Ignacio de Medeiros, marítimo, de 60 anos; e Jacintho José dos Santos, de 61 anos, segundo prático da barra.[20] Teriam esses homens alguma espécie de aposentadoria? Pelo menos em tese, por conta do seu estatuto, apenas o escravo Joaquim era obrigado a trabalhar por imposição do seu proprietário. Aos demais, poderiam, de certa forma, deixar os seus postos de trabalho. Infelizmente, as pesquisas em História Social do Trabalho Marítimo e Portuário ainda são muito lacunares no que diz respeito a considerações acerca da aposentadoria desses profissionais. O pouco que se sabe, no caso dos marinheiros mercantes, é que, ao passar dos anos, especialmente da casa dos 30, a maioria buscava outros ofícios em terra. Em contraponto, os portuários tendiam a manter-se nos mesmos ofícios quando mais velhos (GILJE, 2004, p. 27-28).

Outra faceta importante relacionada ao perfil desses trabalhadores é o estado civil. Das 130 pessoas que declararam essa informação, 4 delas disseram ser viúvas (3,1%), 53 solteiras (40,7%) e 73 casadas (56,2%). O número encontrado de marítimos e portuários casados em Itajaí é maior se comparado com outros lugares. Na Bahia, por exemplo, a categoria dos pescadores, similar à pesquisada nesse artigo, para os anos de 1853 a 1880, era de maioria solteira (61,7%). Em Paranaguá, nessa mesma época, os marítimos solteiros representavam 62% e os casados compunham 38% de tais trabalhadores (PORTELA, 2012, p. 66; LEANDRO, 2003, p. 224). Se contrastarmos os dados sobre a naturalidade e locais de residências desses trabalhadores encontrados para Itajaí, podemos reforçar a hipótese de que a constituição de família determinava, ao menos parcialmente, os locais de circulação dos marinheiros. Isto é, por serem a maioria casados, os marinheiros mantinham vínculos familiares que poderiam influenciar na escolha de suas rotas. De forma alguma significava que eram fiéis ou não mantivessem relações sexuais com outras pessoas. Nos navios, a traição, a relação extraconjugal e as relações

[20] CDMH. Fundo: judiciário, série: sumário de culpa, caixa: 18, ordem: 20, número: 405, ano: 1882; CDMH. Fundo: judiciário, série: corpo de delito, caixa: 22, ordem: 13, número: s/n, ano: 1892; CDMH. Fundo: judiciário, série: auto de perguntas, caixa: 14, ordem: 17, número: 340, ano: 1878.

homoeróticas eram corriqueiras. E em terra, antes de visitar as suas companheiras, os marinheiros geralmente procuravam se deleitar com as meretrizes que os esperavam à beira do cais (GILJE, 2004; JEHA, 2011).

A zona portuária itajaiense, além de ser rodeada pelas inúmeras “Maria do cais” – como eram conhecidas as prostitutas que atraíam os trabalhadores que por ali labutavam – era o local onde primeiro chegavam as informações no Vale do Itajaí. Os marinheiros eram quem traziam as notícias do país e mesmo do mundo, e juntamente a eles, os portuários disseminavam-nas pela cidade. A oralidade, portanto, era fundamental para a experiência e trabalho desses dois grupos profissionais. Mas, ao mesmo tempo, a escrita e leitura faziam parte da trajetória de muitos desses sujeitos. Num tempo em que a população alfabetizada no Brasil era menor de 30%, surpreende-me que nas classes dos marítimos e portuários, a taxa de alfabetização fosse maior (FERRARO, 2009). Na série documental investigada, 78 pessoas afirmaram saber ler e escrever, frente a 60 sujeitos que alegaram o contrário. Isto é, mais de 56,5% dos trabalhadores investigados eram alfabetizados, mesmo que estivessem longe de ser considerados “homens de letras” como se denominava na época os indivíduos tidos por intelectuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O porto de Itajaí, embora ainda pouco explorado pela historiografia, constitui um elemento central para a compreensão da dinâmica social do Vale do Itajaí no século XIX. A análise dos 70 processos-crime consultados revelou um contingente diverso de trabalhadores que atuavam tanto a bordo dos navios quanto nos trapiches da cidade. A maioria era composta por homens livres, nascidos no Brasil, embora se observe também uma presença significativa de portugueses e de pessoas escravizadas. Ao contrário de outros portos da mesma época, caracterizados por uma maior diversidade de origens, os trabalhadores portuários e marítimos de Itajaí eram, em sua maioria, naturais da região ou residentes em localidades próximas. No caso dos marítimos, muitos aparentavam manter relações contínuas com a cidade, evidenciadas pelo fato de serem casados e possuírem família estabelecida na região. Em menor número, identificam-se aqueles que viviam de forma mais itinerante, fazendo dos

navios sua morada e do mar, seu espaço cotidiano.

No que diz respeito ao ingresso e à permanência nesse universo laboral, verificou-se que a maior parte iniciava suas atividades em torno dos 20 anos de idade e permanecia na profissão até a faixa dos 40 a 49 anos. Contrariando o estereótipo amplamente difundido do marinheiro iletrado, muitos dos trabalhadores que passaram por Itajaí demonstraram domínio da escrita, deixando suas assinaturas nos documentos judiciais analisados. Esse dado sugere um nível de letramento superior à média da população brasileira da época, conferindo complexidade ao perfil desses sujeitos históricos. Assim, o porto se apresenta não apenas como um espaço de circulação de mercadorias, mas também como um território de relações sociais densas, onde se articulavam experiências de trabalho, pertencimento e mobilidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro**: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. 2010. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

AROUCHA, Davi Costa. **A vara, a vela e o remo**: trabalho e trabalhadores nos rios e portos do Recife oitocentista. 2017. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BAPTISTA, João Augusto Neves. **Matosinhos Entre a Terra e o Mar**: as estruturas sócio-profissionais na 2ª metade do século XVIII. 2000. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Porto, Porto, 2000.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**: Santa Catharina. Rio de Janeiro: Typ. Commercial, 1872.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, 2000.

Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH):

D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. 2. ed. Florianópolis: IHGSC, 2018. 384 p.

FERRARO, Alceu R.. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São

Paulo: Cortez, 2009.

Fundo: Processos-crime. Caixas: 01 a 30. Anos: 1862 a 1908.

GILJE, Paul A.. **Liberty on the Waterfront**: American Maritime Culture in the Age of Revolution. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004. 344 p.

GITAHY, Maria Lucia Caira. **Ventos do mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana. São Paulo: Editora Unesp, 1992. 188 p.

GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. **Das docas de comércio ao cais contínuo**: as tentativas frustradas de melhoramento do porto do Recife no oitocentos. 2016. 395f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. 324 p.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 119-139.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí**: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da Furb, 1987. 334 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea**: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, (1822-1854). 2011. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social da Cultura, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo**: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá - 1850-1888. 2003. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LIMA, Maxuel de França. **Experiência, trabalho e política**: os estivadores do porto do recife (1891-1907). 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

LINEBAUGH, Marcus; REDIKER, Peter. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MACHADO, Joana Maria Pedro. **O desenvolvimento da construção naval em Itajaí, Santa Catarina, uma resposta ao mercado local, 1900 a 1950**. 1979. 84

f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

MELLO, Saulo Alvaro de. **O Arsenal de Marinha em Mato Grosso**: projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do Planalto à Planície Pantaneira (1719-1873). 2009. 339 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

MOREIRA, Sonia Miriam Teixeira. **Porto de Itajaí**: da gênese aos dias atuais. 1995. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas**: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). 2013. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PORTELA, Rafael Davis. **Pescadores na Bahia do século XIX**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

REDIKER, Marcus. **Between the Devil and the Deep Blue Sea**: Merchant Seamen, Pirates and the Anglo-American Maritime World, 1700-1750. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

REIS, João José. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Jaime. Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII e XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 15-54, 1999.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 440p.

RODRIGUES, Jaime. **No mar e em terra**: história e cultura de trabalhadores escravos e livres. 2. ed. São Paulo: Unifesp, 2023. 253 p.

SANTOS JUNIOR, Edilson Nunes dos. **Sobre as águas da Guanabara**: transporte e trabalho no Rio de Janeiro do século XIX (1835-1845). 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SARMIENTO, Érica; AZEVEDO, André. Rio de Janeiro, o porto e a presença espanhola em seu cotidiano. In: HONORATO, Cezar; HIDALGO, Daniel Castillo;

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de (org.). **Cidades portuárias**: novas questões e

múltiplas temporalidades. Niterói: UFF, 2022. p. 102-126.

SCHIBELINSKI, Diego. **Trabalhadores de um mar sem fim**: a capitania dos portos e a experiência laboral de marítimos, pescadores e construtores navais: Santa Catarina, c.1840-c.1870. 2020. 300 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SCOTT, Julius S.. **The Common Wind**: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution. Londres/Nova York: Verso, 2018. 246 p.

SILVA, José Bento Rosa da. **Estiva papa-siri**: mãos e pés do porto de Itajaí. Itajaí: Edição do Autor, 2004. 336 p.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001. 256 p.

Recebido em 22-04-2025.
Aprovado para publicação em 28-10-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

DESCOLONIZANDO O ENSINO DE HISTÓRIA
Reflexões Pedagógicas e Filosóficas.

DESCOLONIZING HISTORY TEACHING
Pedagogical and Philosophical Reflections.

VIVIAN JAQUELINE VIANA DO AMOR DIVINO[1]

LUCÉLIA DE MORAES BRAGA BASSALO[2]

RESUMO

O artigo aborda a necessidade de transformar o ensino de História, rompendo com estruturas eurocêntricas que perpetuam a colonialidade do saber. Fundamentado nas teorias de Paulo Freire e Enrique Dussel, e no diálogo com conceitos como colonialidade e decolonialidade, o texto propõe práticas pedagógicas que valorizem saberes locais, epistemologias diversas e a inclusão de narrativas subalternas. Nessa perspectiva, o artigo explora o potencial do *graffiti* como ferramenta pedagógica decolonial, como prática de resistência cultural, conectando os educandos às suas identidades locais e promovendo reflexões sobre questões sociais, ambientais e históricas, tendo como base metodológica uma pesquisa de campo realizada em 2024, na cidade de Belém-PA e entrevista narrativa com grafiteiros e grafiteiras locais, além da observação participante de uma oficina de *graffiti*. Conclui-se que descolonizar o ensino de História é essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados. Propostas como a inclusão de saberes locais, a desconstrução de narrativas coloniais e o diálogo entre epistemologias diversas são caminhos para uma educação mais justa e plural.

Palavras-chave: Ensino de História; Decolonial; *Graffiti*; Educação.

ABSTRACT

The article addresses the need to transform History teaching, breaking with Eurocentric structures that perpetuate the coloniality of knowledge. Based on the theories of Paulo Freire and Enrique Dussel, and in dialogue with concepts such as coloniality and decoloniality, the text proposes pedagogical practices that value local knowledge, diverse epistemologies and the inclusion of subaltern narratives. From this perspective, the article explores the potential of graffiti as a decolonial pedagogical tool, as a practice of cultural resistance, connecting

[1] Doutoranda em Educação - PPGED-UEPA. Mestre em Ensino de História - UFPA. Docente do Instituto Federal do Pará. E-mail da autora: vjlviana@gmail.com.

[2] Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará - PPGED/UEPA. E-mail da autora: lucelia.bassalo@uepa.br.

students to their local identities and promoting reflections on social, environmental and historical issues, using as a methodological basis a field research carried out in 2024, in the city of Belém-PA and narrative interviews with local graffiti artists, in addition to participant observation of a graffiti workshop. It is concluded that decolonizing History teaching is essential for the formation of critical and engaged citizens. Proposals such as the inclusion of local knowledge, the deconstruction of colonial narratives and the dialogue between different epistemologies are paths towards a fairer and more plural education.

Keywords: Teaching History; Decolonial; Graffiti; Education.

INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil constitui um campo de pesquisa em constante desenvolvimento, que tem atraído crescente atenção de pesquisadores interessados em refletir sobre as práticas pedagógicas, os processos de aprendizagem e o papel dessa disciplina na formação de cidadãos críticos. Historicamente, o ensino de História passou por diferentes abordagens, muitas vezes com identidade atrelada à formação nacional e à reprodução de narrativas oficiais. No entanto, as investigações contemporâneas têm se voltado para a complexidade do conhecimento histórico e sua relação com o cotidiano escolar, desafiando práticas tradicionais e ampliando as possibilidades de ensino. No Brasil e no exterior, autores como Bittencourt (2009); Cabrini (2000); Caimi (2006); Molina (2007); Rüsen (2007, 2012) são alguns exemplos de autores que se debruçam nessa discussão.

Uma dimensão central das pesquisas nesse campo é a análise do currículo escolar. Durante grande parte do século XX, o currículo de História foi visto como um conjunto fixo de conteúdos a serem seguidos, frequentemente alinhados às perspectivas eurocêntricas e ao cânone tradicional. Contudo, nas últimas décadas, surgiram debates sobre a necessidade de problematizar o “o que” e o “porquê” do ensino de História. Essas questões envolvem não apenas uma seleção de conteúdos, mas também as formas pelas quais eles são apresentados e discutidos, considerando a pluralidade cultural, os diferentes contextos regionais e as demandas sociais por inclusão e representatividade.

Neste artigo, refletimos sobre o ensino de História, articulando aspectos pedagógicos e filosóficos e destacando a importância de práticas que favoreçam

a compreensão histórica como ferramenta de análise do presente. Assim, defendemos um ensino que promova o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os conhecimentos dos estudantes, ampliando a relevância da História como área formativa e reflexiva.

Desde que a história foi incorporada ao currículo escolar, esforços têm sido realizados para torná-la mais "didática" e acessível a um público considerado leigo. Nesse contexto, a periodização histórica assumiu um papel central, organizando o tempo histórico em categorias amplamente conhecidas, como “Idade Antiga”, “Idade Média”, “Idade Moderna” e “Idade Contemporânea”. No caso específico da História do Brasil, utilizamos recortes como “Brasil Colônia”, “Império” e “República”. Essas categorizações, embora úteis para facilitar o ensino, também carregam limitações, pois tendem a simplificar processos históricos complexos e privilegiar perspectivas eurocêntricas.

Nossa discussão situa-se no contexto de um recorte histórico específico: o movimento de colonização das Américas, iniciado no final da Idade Média e início da Idade Moderna, marcado pela chegada de povos europeus ao continente americano em 1492. Esse processo, que teve como o marco inicial a conquista da América, significou muito mais do que a ocupação territorial: foi uma ampla reconfiguração das sociedades pré-existentes.

A colonização europeia abarcou diversos aspectos: os territórios foram conquistados e reordenados; os povos originários foram submetidos; as culturas e religiões locais foram silenciadas ou incorporadas à força; e os saberes e costumes das sociedades indígenas e afrodescendentes foram marginalizados. Essa dinâmica de dominação não se limitou ao período colonial. Mesmo após os movimentos de independência dos países americanos no século XIX, os vestígios desse processo permanecem evidentes nas estruturas políticas, econômicas e culturais, perpetuando relações de poder assimétricas.

A colonização transcende o tempo histórico imediato, mantendo-se viva em práticas, narrativas e estruturas que configuram o presente. Essa perspectiva nos convida a repensar o ensino de História, questionando não apenas as narrativas dominantes, mas também os modos pelos quais as estruturas coloniais começam a influenciar as sociedades contemporâneas. Nesse sentido, a superação de uma visão exclusivamente eurocêntrica e a valorização dos

saberes locais tornam-se fundamentais para a construção de uma História mais plural e emancipadora.

Sobre o processo de dominação devemos considerar que ele

> não pode ser reduzido a seus aspectos políticos e jurídicos de modo que com a independência dos países latino-americanos tivesse sido superada. A dominação política, os processos de colonização foram acompanhados da colonialidade (Candau; Sacavino, 2020, p. 14).

Refletindo ainda sobre a permanência do *modus operandi* da colonização pós século XIX, denominada então de colonialidade, as autoras citam o sociólogo peruano Anibal Quijano, que para ele:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2009 *apud* Candau; Sacavino, 2020, p. 14).

Ainda sobre o conceito de colonialidade Maldonado-Torres (2007) explica que:

> [...] la colonialidad se refi ere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refi ere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza.14 Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131)

É em resposta a essa forma de dominação política, econômica, intelectual, acadêmica, educacional, comportamental, racial, moral, de gênero, entre outras, que surge, especialmente na América Latina, um movimento de resistência à colonialidade, conhecido como decolonialidade ou perspectiva decolonial, esta perspectiva:

> vem se afirmando no continente americano, a partir dos anos 2000, cada vez com maior força. Segundo Arturo Escobar (2003), é possível situar seu início em 2002, por ocasião do

> terceiro congresso de latino-americanistas na Europa, realizado em Amsterdam, centrado no tema “cruzando fronteiras”. (Candau; Sacavino, 2020. p. 12)

A partir da perspectiva decolonial, emerge uma necessidade urgente de descolonizar[3] o ensino de História, rompendo com estruturas, narrativas e metodológicas que perpetuam a colonialidade do saber.

No campo acadêmico, a historiografia tem passado por transformações significativas ao longo do tempo. O início do século XX, marcado pelo surgimento da Escola dos Annales, trouxe novas abordagens historiográficas que ampliaram as possibilidades de análise histórica, valorizando temas antes negligenciados, como a cultura, o cotidiano e as experiências coletivas. Com isso, uma nova forma de pensar, escrever e ensinar História foi proposta, desafiando os modelos tradicionais baseados em grandes eventos e figuras centrais (Burke, 2010).

Contudo, é preciso questionar em que medida essas mudanças alcançam as salas de aula. Tem a “Nova História” efetivamente ecoado no ensino básico? As concepções historiográficas contemporâneas alcançam aos profissionais da educação, sobretudo aqueles que atuam em contextos distantes dos grandes centros urbanos, onde o acesso à formação continuada é mais limitado? Além disso, a História ensinada nas escolas tem enfrentado a colonialidade ainda presente nos currículos, que muitas vezes privilegiam uma visão eurocêntrica e excludente da realidade histórica?

Essas questões apontam para desafios cruciais no ensino de História. Apesar dos avanços teóricos, algumas práticas pedagógicas ainda refletem abordagens tradicionais, sem incorporar plenamente as perspectivas decoloniais ou os debates mais recentes sobre pluralidade cultural, diversidade epistemológica e representatividade histórica. Essa desconexão entre a

[3] A opção pelo termo “*descolonizar”* — em vez de “*decolonizar”* — ampara-se nas formulações de Susana Beatriz Sacavino (2016), que utiliza a expressão “educação descolonizadora e interculturalidade” para designar práticas pedagógicas comprometidas com a superação da colonialidade do poder, do saber e do ser. Embora parte da literatura mais recente adote “*decolonial”* como designação do giro epistemológico latino-americano, o emprego de “*descolonizar”* neste artigo preserva o sentido original proposto por Sacavino, que compreende a descolonização como processo ético, político e ontológico de transformação das estruturas coloniais inscritas nas subjetividades, nos currículos e nas práticas educativas. Assim, o termo expressa continuidade com as discussões de Candau, Walsh e Quijano, reconhecendo que o essencial não está na forma lexical, mas na intenção de romper com o paradigma eurocêntrico e afirmar outras epistemologias possíveis.

produção acadêmica e a prática docente é particularmente preocupante em contextos educacionais com menos recursos, onde os profissionais enfrentam maiores dificuldades para acessar materiais atualizados e formações críticas. Tais observações são relevantes, para que o ensino de História não reproduza a colonialidade do saber e contribua para desconstruí-la, promovendo interpretações críticas do teor eurocêntrico das tradicionais explicações históricas sobre o processo de opressão e dominação.

A construção de currículos que valorizem saberes locais, narrativas subalternas e a diversidade histórica é essencial para promover uma educação verdadeiramente crítica e emancipadora

Assim, este artigo propõe uma reflexão sobre a descolonização do ensino de História, discutindo como a colonialidade do saber se manifesta nos currículos escolares e propondo práticas pedagógicas que valorizem saberes locais e narrativas subalternas. A partir das contribuições de Paulo Freire e Enrique Dussel, explora-se o potencial de uma educação crítica e libertadora afim de desconstruir hierarquias epistemológicas. Nesta direção, analisa o uso do *graffiti* como ferramenta pedagógica decolonial, destacando seu papel na valorização de identidades e na resistência cultural, tendo como base uma pesquisa de campo realizada em 2024, na cidade de Belém-PA, composta de entrevista narrativa com grafiteiros e grafiteiras locais e observação participante de uma oficina de *graffiti*. Por fim, o artigo aborda os desafios e as possibilidades de implementar uma educação plural e emancipadora.

1. PRESENÇA DA COLONIALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR

A colonialidade, como lógica de poder que transcende o período colonial, está presente em diversos aspectos das sociedades pós-coloniais, incluindo a educação. No ambiente escolar, a colonialidade se manifesta especialmente através do currículo, que ainda tem atuado como um espaço de transmissão e perpetuação de epistemologias eurocêntricas e hegemônicas. Mas como exatamente a colonialidade alcança e atua na sala de aula?

Para entender essa questão, é necessário considerar que a escola, enquanto instituição moderna, está estruturada sobre os fundamentos da modernidade ocidental. Esses pilares promovem um modelo homogeneizante

que define normas de organização social, comportamento e produção de conhecimento, marginalizando qualquer diferença que não se encaixe nesse padrão dominante. Assim, as diferenças culturais, históricas e epistemológicas são frequentemente tratadas como problemas a serem solucionados, reforçando uma lógica de exclusão e dominação que caracteriza a colonialidade (Dussel, 2005; Quijano, 2005, 2010).

O domínio do saber é uma das ferramentas mais poderosas da colonialidade. A imposição de uma forma única de pensar e interpretar o mundo sustenta a dominação neocolonial, que perpetua desigualdades e silencia outros modos de ser, saber e viver. O processo colonizador continua agindo nas dinâmicas de nossas sociedades a partir de novas configurações, como a globalização capitalista e as políticas neoliberais (Candau, 2016).

Essas forças consolidam a ideia de que existe apenas uma lógica de organizar a vida social e produzir conhecimento, baseada em uma perspectiva euro-usa-cêntrica. Sobre a ideia de uniformização de pensamento viabilizada pela globalização e pelo neoliberalismo pode-se dizer que:

> É a ideia de que existe um horizonte comum, que toda a humanidade deve assumir e que tem por base uma única lógica, a lógica ocidental, considerada uma lógica humanitária, uma lógica civilizatória, uma lógica que vai produzir uma humanidade melhor e que, segundo vários autores, é uma lógica que se desenvolve em uma perspectiva euro-usa-cêntrica. Nesse sentido, seria essa a perspectiva que traria desenvolvimento para o mundo e que, portanto, se trata de desenvolver processos e pessoas capazes de afirmá-la. (Candau, 2016. p. 6)

Essa lógica homogeneizante, promovida sob o discurso civilizatório, exclui saberes e visões de mundo que divergem do modelo ocidental dominante. No currículo escolar, ela é evidente em práticas como:

- A centralidade dada à história da Europa e do colonizador, enquanto marginaliza as histórias locais e as resistências dos povos indígenas e africanos, por exemplo.
- A apresentação da Grécia como "berço da civilização" e da filosofia, ignorando outras tradições filosóficas, como as ameríndias e africanas.
- A representação do africano exclusivamente como mão de obra escrava, desprezando sua cultura, religiosidade, ancestralidade e resistência.

- A perpetuação do idioma português como língua superior, desvalorizando os diversos dialetos e línguas faladas por comunidades tradicionais.
- A legitimação da historiografia local por meio de autores europeus, em detrimento de vozes regionais e locais.

Os exemplos que definimos acima apontam como o currículo escolar reforça a colonialidade do saber, ao mesmo tempo em que contribui para um processo que Santos (2009) denomina de "epistemicídio": a negação e destruição sistemática dos saberes produzidos por grupos marginalizados.

1.1 É POSSÍVEL DESCOLONIZAR O ENSINO?

A descolonização do ensino, em especial do currículo de História, é um desafio complexo, porém necessário. Para Candau (2016), descolonizar implica reconhecer os processos de colonização que ainda nos envolvem, denunciar as desigualdades e assimetrias que eles perpetuam e valorizar as vozes e saberes das "margens" — aquelas que foram historicamente silenciadas e excluídas pela lógica dominante.

Podemos então afirmar que descolonizar o ensino significa:

1. **Ampliar as Narrativas Históricas:** Incorporar histórias locais e narrativas subalternas que evidenciam a resistência e a agência de povos indígenas, africanos, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades historicamente marginalizadas.
2. **Valorizar o Pluralismo Epistêmico:** Reconhecer e dialogar com diferentes formas de conhecimento, indo além da exclusividade dos saberes ocidentais.
3. **Promover uma Educação Intercultural:** Reconhecer a diversidade cultural e epistemológica como parte integrante do processo educativo, rompendo com o maniqueísmo que inferioriza o "outro".
4. **Formar Educadores Críticos:** Garantir formação continuada para professores, capacitando-os a incorporar perspectivas decoloniais e trabalhar com a diversidade cultural e histórica de seus alunos.

Uma educação decolonizadora não rejeita os saberes ocidentais, mas propõe uma relação dialógica entre esses e outros saberes, criando espaço para epistemologias diversas. Trata-se de desconstruir as hierarquias que

inferiorizam o diferente e construir práticas pedagógicas que valorizem as diversidades, entre elas, a étnica, a cultural, de gênero, de religião, entre outras.

Neste sentido, Susana Sacavino afirma que:

> Os processos de opressão, de exploração e de subordinação, que foram impostos pelo capitalismo ao excluir grupos e práticas sociais, também deixaram de fora os conhecimentos e saberes produzidos por esses mesmos grupos. A finalidade era desenvolver as suas próprias práticas afirmando e visibilizando os conhecimentos eurocêntricos como os únicos válidos. Embora na atualidade se trate dos nortecêntricos porque essa geopolítica do conhecimento inclui também os Estados Unidos. Santos (2009) denomina este processo de epistemicídio (Sacavino, 2016 p. 20)

O epistemicídio promovido pela lógica capitalista e eurocêntrica deve ser combatido por meio da valorização de conhecimentos e práticas sociais que foram historicamente excluídos. A escola, nesse contexto, pode se tornar um espaço de resistência, onde os alunos se reconheçam como sujeitos históricos e seus saberes sejam legitimados e valorizados.

Descolonizar o currículo escolar é uma tarefa urgente e inadiável para educadores comprometidos com uma sociedade mais justa e plural. Isso exige a desconstrução das estruturas coloniais que ainda moldam o ensino, a valorização de saberes historicamente marginalizados e a formação de cidadãos capazes de compreender e transformar as desigualdades sociais.

Ao reconhecer e valorizar a diversidade, a educação decolonizadora abre caminho para uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todas as vozes têm espaço para se manifestar e todos os saberes são respeitados.

1.2 FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Sacavino (2016) aborda a necessidade urgente de descolonizar tanto a História quanto as estruturas de poder que moldam a memória coletiva e a produção do saber. Segundo a autora, a História, tradicionalmente concebida como neutra, foi construída a partir de uma perspectiva centrada em acontecimentos políticos, militares e diplomáticos, frequentemente protagonizados por figuras de elite como heróis nacionais, coronéis, generais e governantes. Esse modelo narrativo, amplamente identificado com a

historiografia ocidental, reflete uma visão universalista, porém excludente, que exalta os valores do colonizador e reforça a lógica dos vencedores.

A História tradicional, conforme Sacavino (2016), busca moldar a memória coletiva ao redor de valores ocidentais, destacando a identidade nacional e o papel do Estado por meio de elementos como festas comemorativas e monumentos que celebram heróis coloniais. Embora essa perspectiva já tenha sido amplamente superada no âmbito acadêmico pelas novas correntes historiográficas — como as propostas pela Escola dos Annales e pelos estudos pós-coloniais —, ela persiste de maneira significativa no ambiente escolar, influenciando currículos e práticas pedagógicas.

Para avançar nessa discussão, é essencial incorporar as contribuições de pensadores que desafiam as estruturas coloniais do saber e propor alternativas decoloniais. Nesse contexto, destacam-se as ideias pedagógicas de Paulo Freire e as reflexões filosóficas de Enrique Dussel[4], dois intelectuais que atuaram no campo da resistência à colonialidade e da valorização das epistemologias do Sul.

Paulo Freire concebe a educação como um ato político, libertador e humanizador. Sua proposta pedagógica é fundamentada no diálogo, no reconhecimento do outro e na promoção da autonomia do ser. Para Freire, a educação é um instrumento para a conscientização, ou seja, para que os indivíduos compreendam as estruturas opressivas que os cercam e possam agir para transformá-los (Freire, 1980; 1987;1997).

Nesse sentido, Freire denuncia as práticas educacionais "bancárias", que veem os alunos como receptores passivos de conhecimento. Em oposição, ele propõe uma educação problematizadora, em que professores e alunos se colocam como co-construtores do saber, valorizando os conhecimentos prévios e as experiências dos estudantes. Essa abordagem dialoga diretamente com a ideia de descolonizar o currículo, pois questiona a centralidade dos saberes hegemônicos e abre espaço para a inclusão de vozes e perspectivas historicamente marginalizadas.

[4] Filósofo, historiador e teólogo argentino-mexicano, um dos principais nomes da Filosofia da Libertação na América Latina. Desenvolve em seus estudos uma profunda crítica à modernidade eurocêntrica e ao colonialismo, propondo uma filosofia de valorização aos povos marginalizados.

No campo filosófico, Enrique Dussel oferece uma crítica contundente ao colonialismo filosófico e à modernidade eurocêntrica. Segundo Dussel (2005), a filosofia ocidental, ao se apresentar como universal, impõe uma lógica hegemônica e excludente, marginalizando outras formas de pensar e viver. Ele descreve a modernidade como uma “justificativa de uma práxis irracional de violência”, ou seja, um discurso que legitima práticas de dominação e exploração sob o pretexto de civilização e progresso.

Dussel propõe uma filosofia da libertação como uma alternativa decolonial, centrada nas experiências e saberes dos povos oprimidos da América Latina. Ele defende a necessidade de consideração das "exterioridades" — aquelas vozes e epistemologias que foram historicamente silenciadas pelo discurso eurocêntrico. Assim como Freire, Dussel valoriza o diálogo como ferramenta para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

1.3 A CONVERGÊNCIA ENTRE FREIRE E DUSSEL

Oliveira (2020) estabelece um diálogo entre a filosofia da libertação de Enrique Dussel e a pedagogia libertadora de Paulo Freire, apresentando-os como pensadores de resistências decoloniais. Ambos criticam o pensamento eurocêntrico moderno e apontam para a necessidade de construir novas possibilidades de ser e viver em sociedade. Essa convergência é especialmente relevante no contexto educacional, onde a colonialidade do saber é reproduzida de forma estrutural e sistêmica.

Freire e Dussel se unem à compreensão de que decolonizar o saber exige não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas uma transformação nas relações de poder que estruturam a produção e a transmissão do conhecimento. Isso implica repensar currículos, metodologias e práticas pedagógicas, promovendo uma educação que valorize a diversidade e a autonomia.

Oliveira também ressalta que Dussel (2005, p. 29) denuncia que a “modernidade é justificativa de uma práxis irracional de violência”, configurando-se como um discurso mítico, que se apresenta como discurso falaz, descrito da seguinte forma:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais

> desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
> 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
> 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista).
> 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
> 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.).
> 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma "culpa" (por opor-se ao processo civilizador) que permite à Modernidade" apresentar-se não apenas como inocente, mas como "emancipadora" dessa "culpa" de suas próprias vítimas.
> 7. Por último, e pelo caráter "civilizatório" da "Modernidade, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da modernização" dos outros povos "atrasados" (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc. (Oliveira, 2020 p.25)

Os questionamentos de Enrique Dussel sobre as pretensões colonialistas da filosofia moderna dialogam diretamente com o ensino de História, especialmente no que se refere à forma como os conteúdos são apresentados e problematizados em sala de aula. Suas críticas à modernidade, vistas como uma justificativa para práticas de exploração e dominação, tornam-se especialmente relevantes quando abordamos temas como o neocolonialismo do século XIX.

Nesse período histórico, termos como *"civilização"*, *"superioridade"*, *"progresso"*, *"modernidade"*, *"bárbaro"*, *"atrasados"*, *"primitivos"* e *"rudes"* foram amplamente utilizados para explicar o imperialismo europeu sobre as sociedades africanas e asiáticas. Esses conceitos, fortemente enraizados no discurso eurocêntrico, aparecem frequentemente em materiais didáticos e são replicados por professores. No entanto, surge uma questão crítica: quanta ênfase realmente damos à desconstrução desses conceitos?

A História ensinada nas escolas, muitas vezes, dedica tempo significativo à explicação dos processos e argumentos que sustentaram a expansão colonial, mas o mesmo não se aplica à análise crítica desses discursos ou à valorização

dos pontos de vista das vítimas desse processo. Quanto tempo, por exemplo, nos dedicamos para discutir as formas de resistência dos povos africanos e asiáticos contra a opressão colonial? Quanto nos esforçamos para incorporar vozes que questionem as narrativas hegemônicas sobre a modernidade e o progresso?

A predominância de conceitos eurocentrados no currículo reflete um desequilíbrio que perpetua a colonialidade do saber. Como Dussel (2005) aponta, a modernidade não é apenas uma narrativa histórica, mas um "mito fundador" que mascara a violência originária sobre a qual foi construída. Esse mito apresenta o *Outro* — o colonizado — como atrasado, bárbaro ou inferior, justificando a exploração em nome de um suposto progresso.

Para superar o "mito da modernidade", conforme Oliveira (2020), é necessário um processo de desvelamento. Esse processo passa pelo reconhecimento de que as vítimas da modernidade não são culpadas por sua condição, mas inocentes em um sistema de violência conquistadora que as coloca em uma posição de subalternidade.

Ao afirmar a "Alteridade do Outro", a filosofia de Dussel desmascara a modernidade como um discurso falaz que legitima a opressão. Essa crítica é especialmente relevante para o ensino de História, pois aponta para a necessidade de reconfigurar as narrativas escolares, oferecendo uma perspectiva que enfatize as vozes silenciadas e as formas de resistência.

Assim como Enrique Dussel, Paulo Freire tece críticas contundentes ao processo de colonização vivenciado historicamente pela população brasileira. Ele denuncia a imposição da cultura dominante como um mecanismo de invisibilização das culturas subalternizadas e de exclusão social, sobretudo de povos indígenas e afrodescendentes. Oliveira (2020, p. 28) destaca que, durante o processo colonial, "[...] as raízes culturais construídas foram de negação do povo, que perpassa pela não participação de grupos populares na vida pública como cidadãos, bem como pela invisibilidade de seus saberes e práticas culturais". Esse cenário foi amplificado pelo etnocentrismo europeu, que circulou pela superioridade ocidental e branca como padrão civilizatório.

Freire (2000), em sua análise sobre a colonização, enfatiza a violência física, cultural e simbólica promovida pelos colonizadores. Para ele, não

podemos romantizar a invasão europeia como um “presente civilizatório”, já que a mesma se caracterizou pela destruição de identidades culturais e pela opressão histórica. Segundo o autor, a presença predatória do colonizador buscou não apenas submeter territórios, mas aniquilar a memória e os saberes das populações locais:

> A presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, corremos o risco de “amaciar” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado Velho Mundo (Freire, 2000, p. 73 e 74)

Oliveira (2020) enfatiza que Freire (2000; 2001; 1980) problematiza o processo de colonização das mentes e explica que a colonização das mentes, mesmo após o fim do período histórico de colonização, se mantém, por meio de estruturas de poder e pela forma de pensar o mundo do colonizador e seus valores, reconhecendo os seus saberes e práticas cotidianas sociais como legítimas.

Assim, compactuar com a “colonização das mentes” de nossos alunos e alunas é perpetuar discursos que explícita ou implicitamente subjugam uma cultura sobre a outra, um saber sobre o outro.

Freire (1987) aponta alguns mitos que reproduzem a mentalidade colonial, são eles:

> O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem que encarna a “civilização ocidental e cristã” [...] O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade “ontológica” destes e o da superioridade daqueles (Freire, 1987, p. 79).

Durante muito tempo, o ensino de História contribuiu para a perpetuação desses mitos, privilegiando narrativas eurocêntricas que valorizavam os conquistadores e marginalizavam as vozes dos povos subalternizados. No entanto, uma historiografia contemporânea tem buscado romper com essa lógica, propondo um ensino de História comprometido com o contexto social dos educandos e com a valorização de seus saberes prévios.

Apesar desse avanço, alcançar um ensino verdadeiramente descolonizador exige mais que revisão de conteúdos; é necessário reconfigurar a própria prática pedagógica. Isso passa pela criação de condições para que os professores tenham acesso a formações continuadas e possam se apropriar de novas discussões historiográficas, rompendo com as barreiras impostas pelo excesso de trabalho, baixas remunerações e políticas públicas descomprometidas com a educação.

Freire (1980) sugere uma mudança de atitude que fomente a participação ativa dos educandos e rompa com o paradigma da passividade:

> Uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem no brasileiro, antigos e culturológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência" (Freire, 1980, p.93).

A chave para um ensino descolonizador, segundo Freire, está na dialogicidade. Ele critica práticas educativas impositivas, nas quais o professor é o detentor do conhecimento e o aluno ocupa uma posição passiva. Para Freire, a verdadeira educação ocorre por meio do diálogo, que exige ouvir, respeitar e valorizar a voz do outro. Como ele aponta:

> Como [...] aprender a discutir e a debater numa escola que não nos habitua a discutir, porque impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não se ajusta concordante ou discordante, mas se acomoda. Não lhe ensinamos a pensar, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as "guarda". Não as incorpora, porque a incorporação é o resultado da busca de algo, que exige, de quem o tenta, esforço de realização e de procura. Exige reinvenção (Freire, 2001a, p. 90).

O diálogo, entendido como prática emancipadora, vai além da troca de palavras:

> A dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos (Freire, 1997, p. 67).

Descolonizar o ensino de História é mais do que ensinar sobre os processos do colonialismo; é construir práticas pedagógicas que reconheçam os

saberes dos educandos e considerem espaço para suas vozes. Como Freire (2001, p. 130-131) defende, “Ter voz é ser presença crítica na história. Ter voz é estar presente, não ser presente.”. Essa presença crítica é essencial para transformar uma sala de aula em um espaço de resistência, onde os alunos não apenas aprendam a História, mas também a questionem, reinventem e se apropriem dela como ferramenta de liberação.

2. O USO DO *GRAFFITI ARTÍSTICO* COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA DECOLONIAL

No contexto de uma educação descolonizadora e de uma reflexão sobre o ensino de História, o *graffiti* artístico ou simplesmente *graffiti* emerge como uma ferramenta com potencial de romper com estruturas coloniais do saber, promovendo uma prática pedagógica crítica e emancipadora. Enraizado nas culturas periféricas e frequentemente marginalizado pelos discursos hegemônicos, o *graffiti* questiona as normas impostas pela modernidade eurocêntrica, e valoriza saberes e vivências locais, conectando comunidades historicamente excluídas à uma educação mais inclusiva e representativa.

O *graffiti*, como uma prática artística, mas também educativa, oferece uma resposta direta às dinâmicas colonizadoras ao valorizar saberes de comunidades periféricas, indígenas e afrodescendentes.

Historicamente, o *graffiti* tem sido utilizado como ferramenta de resistência cultural, social e política e aqui iremos apresentá-lo também como instrumento pedagógico.

Artistas grafiteiros criam murais que abordam temas, que falam da cultura local, e em especial no contexto amazônico, é comum observarmos temas como ancestralidade indígena, resistência afro-brasileira e questões socioambientais, transformando o espaço público em um lugar de aprendizado visual e crítico. Ao trazer esses temas para os muros da cidade, o *graffiti* expõe narrativas silenciadas e questiona os cânones historiográficos tradicionais, que frequentemente privilegiam uma visão eurocentrada da História.

Inspiradas nos princípios de uma educação libertadora, oficinas de *graffiti* realizadas em escolas e comunidades, têm demonstrado como essa prática artística pode se tornar um ato de conscientização e transformação social.

Nessas oficinas, os participantes aprendem técnicas artísticas, mas também refletem sobre suas próprias realidades e histórias.

Dessa forma, o *graffiti* se apresenta como uma prática educativa de resistência decolonial ao destacar temas relativos ao contexto histórico, como a luta dos povos originários, africanos, ribeirinhos e quilombolas.

A seguir, apresentaremos os resultados de entrevistas realizadas com grafiteiros e grafiteiras, bem como as experiências dos participantes de uma oficina de *graffiti* promovida no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) em agosto de 2024. Além disso, serão exibidas imagens de murais que ilustram como essa arte pode ser utilizada para construir narrativas contra-hegemônicas.

And Santos é um artista urbano, paraense, nascido na cidade de São Caetano de Odivelas, interior do Estado, ele criou o conceito artístico denominado de "*Odivelismo"* para suas obras. O artista nos conta como funciona o processo de criação das obras e comunicação de saberes e narrativas através das mesmas:

> Quando da minha trajetória do Odivelismo, quando eu começo a falar, o primeiro momento que eu começo a falar do Odivelismo é para falar da minha cidade, da minha cultura, da minha identidade, enquanto eu morador lá de São Caetano. O segundo momento, que eu ultrapasso a linha de saída de São Caetano para chegar em Belém do Pará, aí é o momento que eu falo assim: "Não, eu vou falar de uma coisa mais ampla. Eu vou falar sobre os nossos costumes, a nossa identidade cultural. Vou falar que Pará é rico em cultura, mas não é só o 'Arraial do Pavulaguem", mas também tem lá em São Caetano. Para falar também que não é só "ver o peso", mas também tem a "praça do relógio". Aí eu começo a colocar nas minhas obras dentro do que dá essa realidade aqui. E aí eu começo a passar mensagens. Passar mensagens de vários assuntos. Os aspectos sociais, ambientais. Eu começo... eu saio de São Caetano, mas também eu começo a falar lá de São Caetano aqui (em Belém). O que é o problema de lá, também é o mesmo daqui, sabe? E aí eu começo a falar sobre a questão do meio ambiente, essa questão do consumo excessivo, do meio ambiente que a gente destrói para consumir. Começo a falar também sobre a questão política. E aí eu começo a falar sobre esses assuntos, sabe? Eu vou pintar um vaso marajoara mas qual é o vaso marajoara? Tem tantos vasos marajoara. Vou pintar uma arte tapajônica. Mas qual é? Que mensagem que aquela arte tapajônica está querendo passar? E aí eu começo a pesquisar. Hoje em dia já é um trabalho de pesquisa. Toda a minha obra vem junto à pesquisa. Um dos exemplos é no

> "PPGL[5]", eu fiz o Manto Tupinambá lá no PPGL da UFPA. É o Programa de Pós-Graduação em Letras. Tem um "murão" gigantesco lá. E está o Manto Tupinambá do lado, que é uma indígena. Geralmente quem usava esse manto eram homens. Mas aí eu coloquei uma indígena. Olha só, já passou a mensagem. Essa quebra, sabe? Essa quebra. E aí do outro lado, uns indígenas também, mas de fundo, essa Belém evoluída. Essa Belém toda estrutural, física. Para falar sobre a Belém-Mairí, mas esse trabalho lá foi um trabalho também de pesquisa, não só meu, foi um trabalho de pesquisa da professora Ivânia Neves. Ela é coordenadora do PPGL. E ela tem um trabalho de pesquisa para falar sobre Mairí e Belém. Aqui nós somos um território, nós somos todos Tupinambá-Mairí. (Santos, 2004)

A obra mencionada pelo artista:

Figura 1 - Manto Tupinanbá e Território Maíri



Fonte: Portal UFPA

A fala do artista demonstra como a arte pode ser usada como uma ferramenta de valorização identitária e crítica social. Partindo de seu contexto local e histórico ele amplia sua visão até alcançar a cidade de Belém do Pará. Desta forma o artista mostra como a arte vai além da estética, tornando-se uma forma de transmitir mensagens sobre questões sociais, ambientais e políticas,

[5] Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

capazes de questionar narrativas históricas e propor novas leituras, como na representação de uma mulher usando o Manto Tupinambá, tradicionalmente reservado a homens, além de promover discussões sobre ancestralidade ressoando narrativas que resgatam e valorizam culturas historicamente silenciadas.

Vemos nesse trabalho, o potencial do uso das imagens dos murais em sala de aula, que podem gerar discussões sobre diversos temas. Outra prática pedagógica de grande relevância são as oficinas e workshops de *graffiti*. Geralmente conduzidos pelos próprios artistas, seja por iniciativa própria ou a convite de escolas, universidades, centros comunitários, entre outros, esses espaços de aprendizado combinam ensino teórico e prático sobre a arte, mas, sobretudo, promovem debates sobre uma variedade de questões. Como nos relata a grafiteira paraense Ka Miranda:

> A gente fala sobre questões além da arte, a gente fala sobre questões sociais e, a maioria das vezes, com crianças. Então, é algo a mais do que arte. Além do que técnica em *graffiti*. Eles (os alunos) ficam muito fascinados com segurar um *spray*. Eu acho que, para eles, dar uma adrenalina é uma coisa bem diferente. E eu vejo também que quando a gente está dando uma oficina, um workshop, que tem mulheres, que tem meninas, aí a gente vê que elas olham também com outros olhos. Por mais que elas não vão seguir no *graffiti*, mas elas aprendendo aquilo assim, eu acho que é como se elas estivessem vendo algo mais representativo, né? Além da técnica que eles aprendem, também seria essa parte que a gente entra em discussão de várias outras coisas, né? Como o racismo, às vezes o aluno fica querendo entender o que o seu trabalho quer passar, né? Aí a gente acaba discutindo outras questões, acaba discutindo sobre o hip-hop, sobre toda a mensagem que o hip-hop quer passar, sobre tudo que aquela comunidade passa, sobre tudo que as mulheres passam, e a gente acaba tendo essa troca, né? Sobre essas coisas, sobre essas coisas que a gente como sociedade passa. (Miranda, 2024)

A artista também fala da importância do *graffiti* enquanto prática cultural de resistência de populações historicamente marginalizadas.

> [...] também o *graffiti* vai muito mais além de algo visual, é uma vivência, é uma informação que aquela arte demonstra, que aquela arte passa, porque aquilo que está na parede tem muitos significados, às vezes tem denúncias ali, a gente olha e vê só um personagem negro, como algumas pessoas fazem, mas aquele personagem negro tem um significado muito maior, uma representatividade, passa uma informação de um lugar, a letra que está escrita na parede também passa uma informação, às

> vezes é uma pessoa que não tem tanta escolaridade, não tem tanta habilidade em ler mas sabe ler o que está escrito ali naquela letra, naquela arte, naquele bicho, ela sabe o que está escrito ali, mas ela não teve muita escolaridade, não sabe muito bem ler, mas tem esse acesso. Eu acho que as pessoas precisam passar melhor a informação e entender melhor a informação do que é o *graffiti*, sobre quem faz o *graffiti*, sobre tudo que está em volta do *graffiti*, que vai muito além da parte visual, da parte visual artística. Com o *graffiti* vai também essa parte de acesso a pessoas da periferia, pessoas negras. Vai também essa parte do que essas pessoas querem transmitir, de tudo que essas pessoas querem dizer com a sua arte. (Miranda, 2024)

Neste trecho a artista Ka Miranda traz uma reflexão sobre o *graffiti* como uma prática que vai além do aspecto visual ou técnico, tornando-se uma forma de resistência cultural, representatividade e diálogo social. A artista ressalta o impacto que o *graffiti* gera nas oficinas e workshops entre crianças e jovens, pois além do contato com a técnica do *graffiti* existe uma experiência que provoca fascínio e gera oportunidades de diálogo com a comunidade envolvida.

O *graffiti*, segundo a artista, abre portas para discussões sobre temas fundamentais, como racismo, desigualdade de gênero e as vivências das comunidades periféricas. Neste sentido, as oficinas tornam-se espaços pedagógicos de troca de conhecimentos.

Ka Miranda destaca também o *graffiti* como uma prática cultural de resistência das populações marginalizadas que carrega significados e representações que denunciam injustiças, afirmam identidades e transmitem informações acessíveis, mesmo para aqueles com pouca escolaridade formal. É uma arte que dá voz às comunidades periféricas e negras, carrega vivências, histórias e mensagens que vão além da estética e é capaz de criar linhas de comunicação com o público.

As narrativas reforçam as perspectivas dos artistas mas a fala das participantes da oficina de *graffiti* ocorrida no CCSE-UEPA, também corroboram o potencial educativo do *graffiti*, as participantes destacam a relevância do *graffiti* como ferramenta de aprendizado e reflexão, vejamos:

> Com certeza, porque, como a própria Tia[6] disse, né, o *graffiti*, muitas vezes, ele passa mensagem. A gente pode ver aqui que muitos dos *graffiti*s que tem pintado aqui, geralmente eles (os

[6] Grafiteira Ireny Nunes, responsável pela oficina e conhecida na cena do graffiti em Belém como “Tia”.

> *graffiti*s) são sobre a Amazônia, que é onde a gente vive. Mas não só sobre a Amazônia, né? Eu acho que é muito importante esse tipo de ação, principalmente porque a arte de rua é muito marginalizada, assim. Então, geralmente quem faz não são os artistas que têm dinheiro, geralmente são as pessoas que são marginalizadas e elas querem fazer a arte delas, elas querem se expressar e elas se expressam através da rua. E muito disso é visto como preconceito, né? (Gabi, 19 anos)
>
> [...] o *graffiti*, como a tia falou, é arte. Então, tem muito a ser levado através do *graffiti*, tem muito a ser falado sobre educação através do *graffiti*. (Jennifer, 19 anos)

Figura 2 - Grafiteira Ireny Nunes ministrando oficina de *graffiti* no CCSE - UEPA



Fonte: Acervo próprio

As participantes da oficina de *graffiti*, todas acadêmicas da Universidade, destacaram o potencial educativo e cultural do *graffiti*, reconhecendo-o como uma ferramenta de expressão e resistência. Gabi (19 anos) enfatiza a capacidade do *graffiti* de transmitir mensagens, especialmente relacionadas à Amazônia e às vivências locais, enquanto critica o preconceito que marginaliza essa forma de arte. Jennifer (19 anos) reforça o valor do *graffiti* como meio de

comunicação e educação, com potencial para abordar diversos temas relevantes.

Esses são alguns exemplos que nos levam a perceber o *graffiti*, enquanto prática pedagógica decolonial, que transcende os limites da sala de aula tradicional, conectando o aprendizado à realidade dos alunos e promovendo uma educação crítica e inclusiva. Sua capacidade de dar visibilidade a histórias e identidades marginalizadas o torna uma ferramenta para combater a colonialidade do saber e construir uma educação verdadeiramente transformadora. Ao integrar o *graffiti* ao ensino de História e a outras disciplinas, os educadores podem transformar muros em páginas de resistência e aprendizado, afirmando a relevância dos saberes locais e a pluralidade cultural em um mundo ainda marcado pelas desigualdades do colonialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximarmos aspectos pedagógicos e filosóficos do ensino de História, percebemos que as discussões sobre colonialidade e decolonialidade abrangem um campo epistemológico vasto e profundamente relevante. A partir das reflexões de Paulo Freire e Enrique Dussel, emergem contribuições fundamentais para o campo historiográfico e para práticas pedagógicas que promovam um ensino de História crítico e transformador. Esses autores nos mostram que resistências decoloniais podem e devem ser aplicadas não apenas no ensino de História, mas em outras áreas do conhecimento, desafiando fronteiras epistemológicas.

A disciplina de História tem a capacidade de visibilizar e considerar narrativas marginalizadas, rompendo com as visões eurocêntricas que ainda predominam nos livros didáticos e no currículo escolar. Histórias locais, saberes ancestrais e trajetórias de vida são elementos essenciais para descolonizar o saber, as mentes e o ser. Essas perspectivas favorecem o diálogo, a cidadania, a autonomia e o reconhecimento do sujeito como agente sócio-histórico, além de contribuírem para a transformação social.

Para que o ensino de História contribua efetivamente com a decolonialidade, é necessário um esforço intencional que aborde as experiências e cosmovisões das, assim denominadas por Dussel (2005), “vítimas da

modernidade". Isso inclui:

1. **Desconstrução de conceitos coloniais**: Analisar criticamente termos como "primitivo" ou "bárbaro", evidenciando suas implicações na perpetuação de hierarquias culturais e epistemológicas.
2. **Valorização da resistência**: Destacar as estratégias de luta e sobrevivência dos povos colonizados como formas legítimas de contestação à opressão.
3. **Inclusão de narrativas outras**: Incorporar as histórias e epistemologias de povos indígenas, africanos e asiáticos, rompendo com a centralidade das perspectivas europeias.
4. **Reflexão crítica**: Promover análises sobre os impactos duradouros da colonialidade, tanto no passado quanto no presente, estimulando um entendimento mais plural da História.

Apesar de alguns avanços, entendemos que o processo de decolonizar enfrenta desafios estruturais, como:

- A resistência de instituições e políticas educacionais às mudanças curriculares que rompem com a perspectiva eurocêntrica.
- A formação de professores que, muitas vezes, não contempla perspectivas decoloniais, limitando o potencial transformador das práticas pedagógicas.
- A dificuldade de desconstruir narrativas históricas consolidadas, como a centralidade da Europa e a invisibilização das resistências e contribuições de povos indígenas e africanos.

Superar esses desafios requer uma abordagem integrada que combine reflexão teórica, práticas pedagógicas inovadoras e políticas públicas externas.

O *graffiti*, aqui apresentado como possibilidade de ferramenta pedagógica decolonial, exemplifica o potencial da arte como prática educativa e transformadora. Ao resgatar narrativas locais e criar espaços de diálogo, o *graffiti* desafia as narrativas hegemônicas ligando os educandos às suas identidades e histórias. As oficinas de *graffiti* realizadas em escolas e comunidades têm demonstrado como práticas artísticas podem fomentar o pensamento crítico e a inclusão social, aproximando o aprendizado da realidade dos alunos.

Descolonizar o ensino de História é um processo essencial para construir

uma educação mais justa, plural e democrática. Essa transformação implica o reconhecimento das vozes marginalizadas, a valorização das experiências locais e a desconstrução das bases epistemológicas que sustentam a colonialidade.

Ao integrar as contribuições de Freire e Dussel ao campo da docência, avançamos na construção de um ensino de História que transcende a transmissão de conhecimento e promove a emancipação dos sujeitos. Um ensino que dialoga com a diversidade e se compromete com a formação crítica e ética, reafirmando o potencial transformador da educação como ferramenta para a libertação humana.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** 2ª ed. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009

CABRINI, Conceição et al**. Ensino de História:** revisão urgente. São Paulo: EDUC, 2000.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Por que os alunos (não) aprendem história?** Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de história. *Tempo,* v. 11, n. 21, 2006.

SACAVINO, Susana. **Educação descolonizadora e interculturalidade**: notas para educadoras e educadores. In: Revista Novamerica. N.149. Jan-Mar. 2016. Decolonizar la educación, p. 04 a 17.

CANDAU, Vera Maria. Perspectiva decolonial e educação intercultural: articulações. In: CANDAU, Vera Maria (Org.) **Pedagogias decoloniais e interculturalidade**: insurgências. Rio de Janeiro: Apoena, 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 24-32.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 6e. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 11e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação & atualidade brasileira**. 2e. São Paulo: Cortez:

Instituto Paulo Freire, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 4e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001a.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO- GÓMEZ, S. y GROSFOGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOLINA, Ana Heloisa. **Ensino de história e imagens:** possibilidades de pesquisa. Domínios da imagem, Londrina, v1, p.15-29, nov.2007.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Resistências decoloniais: o ser e o viver em Enrique Dussel e Paulo freire In: CANDAU, Vera Maria (Org.) **Pedagogias decoloniais e interculturalidade**: insurgências. Rio de Janeiro: Apoena, 2020 (p.28-34).

QUIJANO, Aníbal**. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278

QUIJANO, Aníbal**. Colonialidade do poder e classificaão social**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RÜSEN, Jorn. História Viva. **Teoria da História III:** formas e funções do conhecimento histórico (Brasília: Editora da Unb, 2007).

RÜSEN, Jorn. **Aprendizagem histórica:** fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2012

SACAVINO, Susana. **Educação descolonizadora e interculturalidade**. Revista Novamerica. N.149. Jan-Mar. 2016. Decolonizar la educación, p. 18 a 23.

Recebido em 04-06-2025.

Aprovado para publicação em 15-10-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ORIGENS DA POPULAÇÃO AFRICANA EM ALAGOAS ANALISADA A PARTIR DE DUAS FONTES DO SÉCULO XIX

AFRICAN ORIGINS OF POPULATION IN ALAGOAS ANALYZED FROM TWO 19TH CENTURY SOURCES

LUANA TEIXEIRA[1]

RESUMO

O presente artigo trata dos dados de duas fontes relacionadas à venda secundária de escravizados no século XIX para estimar a proporção de africanos oriundos das três principais regiões africanas da diáspora chegados a Alagoas, comarca e depois província da região Nordeste do Brasil. A partir de dados quantitativos, busca-se produzir conhecimento acerca da proporção de pessoas originadas de cada uma dessas regiões entre a população africana na região. Dois são os objetivos principais: estabelecer dados confiáveis sobre a composição da população africana em Alagoas nas últimas décadas do tráfico de escravizados e discutir os modos de nomeação de africanos no Brasil, a partir do estudo de uma região e período histórico específico.

Palavras-chave: diáspora; África; tráfico atlântico.

ABSTRACT

This article analyzes data presented in two historical sources from the 19th century to estimate the proportion of Africans from the three main African regions of the diaspora who arrived in Alagoas, a region in Northeast Brazil. Using quantitative analysis, it seeks to produce knowledge about the origins of the African population in the region. There are two main objectives in the article. The first one is to research the specific origins of the African population in Alagoas. The second objective is to engage in dialogue with historiography on the ways in which Africans are labeled in Brazil.

Keywords: diaspora; Africa, Atlantic traffic.

INTRODUÇÃO

Alagoas, na atualidade, está localizada no Nordeste do Brasil, área mais antiga de ocupação colonial portuguesa na América. Sul da Capitania de

[1] Professora colaboradora do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Email da autora: profluateixeira@gmail.com.

Pernambuco, fez parte da região de extração de pau-brasil, primeira atividade econômica europeia, e do processo de instalação do complexo de produção açucareiro. Há mais de quatro séculos, portanto, a área hoje reconhecida como Alagoas está integrada à economia atlântica e, como parte desta, foi uma das primeiras regiões a receber trabalhadores africanos escravizados deste lado do Atlântico. As marcas desse processo histórico ainda são presentes no estado. O açúcar segue sendo seu principal produto de exportação e a monocultura de cana-de-açúcar é marcante em todos os municípios da Zona da Mata.[2] Por outro lado, a utilização de mão de obra escravizada proveniente da África formou uma população com forte presença afrodescendente.

Apesar dessa importância, assim como em todo o Brasil, o processo de exclusão e de construção de uma sociedade caracterizada pela desigualdade racial e pelo racismo teve como consequência a produção de uma historiografia na qual a presença do negro foi folclorizada (SILVA, 2014). Como elemento social relacionado exclusivamente ao mundo escravista, segundo essa leitura, seu papel teria sido apenas marginal no processo histórico. Por consequência, o interesse por seu passado não esteve no centro das preocupações daqueles que buscaram construir a história oficial da região. O entendimento predominante de que o "português se constitui a base de toda a formação cultural da região, o esteio sobre o qual vieram juntar-se outras contribuições" (DIEGUES JUNIOR, [1954] 2012, p. 51), reduziu os africanos a um segmento genérico da população, proveniente de um lugar distante, "desconhecido e atrasado", sob regimes políticos ditos "tribais" (LINDOSO, 2019, p. 99) sobre os quais pouco interessava produzir e divulgar conhecimento.

Nos últimos anos, a historiografia, principalmente aquela do campo dos estudos de escravidão, emancipações e pós-abolição, tem se esforçado para romper essas construções genéricas e estigmatizantes sobre o negro no Brasil. Um dos principais caminhos tomados é romper com a associação negro-escravo que alimenta preconceitos e reproduz ideologias construídas pela branquitude (BENTO, 2022, p. 4-5). Desse modo, investigadores têm feito esforços para

[2] Em 2023, estimou-se que o produto foi responsável por 72% das exportações de Alagoas. Balança comercial de AL acumula superávit de mais de R$ 710 mil. Gazeta de Alagoas, 09.08.2023. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/409115/balanca-comercial-de-al-acumula-superavit-de-mais-de-r-710-mi. Acesso em: 09 jan. 2024.

demonstrar as ações e agência da população escravizada, retirando-a do papel passivo de vítimas (LUCINDO, 2010; NASCIMENTO, 2001). Em outra frente, têm pesquisado as fronteiras entre escravidão e liberdade pelas quais transitavam libertos, pretos e pardos livres, apontando para uma sociedade dinâmica para além da dicotomia senhor-escravizados (CHALHOUB, 2010; XAVIER, 1996). Há ainda os estudos que pontuam lutas emancipacionistas antes, durante e depois da abolição, evidenciando a mobilização política coletiva da população negra por cidadania no Império e na República (ALBUQUERQUE, 2009; DOMINGUES, 2004; FRAGA, 2006).

Por outro lado, esforços vêm sendo empreendidos para alterar a situação de pouca atenção dada à História da África, especialmente sob o ponto de vista dos Estados e organizações políticas complexas que estiveram diretamente envolvidas no processo que trouxe milhares de homens, mulheres e crianças como trabalhadores escravizados para a América. Nesse sentido, destacam-se investigações que focam a diáspora africana ao nível das interações internacionais nos últimos séculos e as múltiplas conexões entre os estados e povos envolvidos (GREEN, 2019; HALL, 2017; THORNTON, 2004). Regiões específicas do continente vêm tendo mais atenção dos estudos históricos, resultando em pesquisas que trazem informações mais detalhadas acerca da experiência pretérita dos africanos que formaram a população brasileira (GOMES, 2004; REIS, 1986; SILVA JR, 2021; SLENES, 1992; SOARES, 1998). Estes são temas dos estudos que, cada vez mais, têm contribuído para destruir velhos axiomas que resistem e ainda se reproduzem em bolhas sociais, apesar do Estado democrático de direito brasileiro possuir mecanismos legais que criminalizem a discriminação racial. Mesmo com as dificuldades, historiadores e historiadoras vêm trabalhando para produzir conhecimento ao grande público que contribua para sepultar de vez o racismo presente na narrativa que se consolidou como História do Brasil.[3]

Esse artigo busca apresentar resultados da investigação em história social sobre as populações africanas chegadas a Alagoas através da produção

[3] Uma reunião de textos criticando o racismo historiográfico no contexto da América do Sul pode ser encontrada em Walker, 2018.

de dados sobre suas origens em um período determinado: o século XIX.[4] Recentemente, um esforço nesse sentido foi realizado por Marques (2018, 2022), no qual fez um levantamento amplo da bibliografia disponível e analisou diversos textos de manifestações populares, como maracatus e cocos, que fazem referência a essa ancestralidade, produzindo um panorama inicial das origens africanas do negro alagoano. Buscando avançar nesse sentido, esse artigo apresenta o resultado de pesquisa quantitativa sobre fontes seriadas que, submetidas à crítica, permitem produzir dados sobre a origem dos africanos chegados em Alagoas no século XIX, contribuindo com a historiografia ao dimensionar a proporção da população vinda de cada uma das regiões africanas envolvidas com o tráfico e detalhar, ainda que de forma breve, cada um dos 10 grupos de procedência mencionados nas fontes.

1. AFRICANOS EM ALAGOAS NO SÉCULO XIX

Até o presente, não consta que fossem produzidos dados quantitativos sobre os africanos que chegaram em Alagoas, tampouco de onde eles vieram.[5] Infelizmente, a importante ferramenta do *Slavevoyages* não contribui para essa problematização, seja porque os escravizados que vinham para a região chegavam pelos grandes portos de Pernambuco e Bahia ao longo do período da legalidade, ou porque trata-se de um banco de dados de produção coletiva, que prescinde de pesquisas previamente realizadas e estas ainda são bem poucas para Alagoas para o período no qual os desembarques começaram a ocorrer em sua costa após a ilegalidade do tráfico.[6]

Entretanto, desde o início do século XX, autores têm comentado sobre

[4] Pesquisa realizada no âmbito do projeto "Emancipações e Pós-abolição em Alagoas: origens e trânsitos da população negra escravizada" realizado através de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – Fapeal e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através do Programa de Apoio de Fixação de Jovens Doutores no Brasil (11/2023), vigente entre 2023 e 2025.

[5] Projeto de pesquisa com o objetivo de realizar um trabalho nesse sentido para o século XVIII vem sendo desenvolvido no âmbito do projeto *História da Escravidão e da Sociedade em Alagoas - Séculos XVI ao XIX - Documentos Históricos*, tendo sido, à época da elaboração desse artigo, publicado alguns de seus resultados preliminares, ver: Silva, 2023.

[6] Sobre o contexto de desembarques ilegais em Alagoas, ver DUARTE, 1966; TEIXEIRA, 2023. As investigações de Marcus Carvalho sobre o mesmo tema em Pernambuco revelam aspectos das dinâmicas dos desembarques ilegais muito próximos ao que possivelmente ocorria em Alagoas, ver: CARVALHO, 2012; 2019.

quais os caminhos que fizeram os africanos para chegar à região. Tendo em vista a ligação colonial da região com Pernambuco, da qual apenas em 1817 foi emancipada, a tendência na historiografia local foi associar a entrada de africanos em Alagoas ao porto do Recife. Desde muito tempo tem-se verificado o significativo fluxo de comércio entre Pernambuco e África Centro-Ocidental, o que vem sendo corroborado pelas pesquisas recentes (FLORENTINO, et al., 2004; CARVALHO, 2019). Desse modo, intelectuais afirmaram que a maior parte dos africanos chegados a Alagoas seria daquela parte da África (BRANDÃO, [1934] 2023; DIEGUES JUNIOR, 1945, p. 132-133; DUARTE, 1944; MARQUES, 2018). Em todos esses autores, a constatação sobre a predominância da presença de africanos provenientes da região de influência bantu (África Centro-Ocidental) foi baseada em dados qualitativos, não sendo possível a nenhum deles sugerir alguma informação relativa à proporcionalidade que essa 'maioria' significava.

No entanto, apesar de parecer coerente que africanos chegassem em Alagoas principalmente por Pernambuco – e, consequentemente, centro-africanos seriam maioria –, não se deve menosprezar a presença de africanos ocidentais; tanto por que traficantes do Recife também operavam na África Ocidental (ALMEIDA, 2018; SILVA; ELTIS, 2018, p. 119), quanto pela constatação de que rotas de distribuição interna do tráfico desde Salvador têm indicado a ocorrência de vendas de africanos escravizados para Alagoas (MARQUES, 2018; SILVA, 2001; SOUZA, 2023). A condição específica de Alagoas, entre dois dos principais portos de chegada de africanos na América, não permite que se reproduzam simplesmente os dados sobre a configuração da população africana em Pernambuco para a região. Nesse sentido, a produção de dados sobre a proporcionalidade da presença de africanos das três principais regiões de origem de pessoas escravizadas para Alagoas pode contribuir para confirmar ou refutar as antigas impressões acerca da predominância banto na região e colaborar para a compreensão acerca dos fluxos do tráfico legal e ilegal de africanos escravizados para o Brasil.

O presente estudo trata da etapa final de chegada de africanos em Alagoas, a primeira metade do século XIX. Nesse sentido, refere-se à última geração da diáspora africana. Importante lembrar que grande parte deles,

aqueles que tocaram a costa brasileira após 1831, foi escravizada ilegalmente. Os dados são oriundos de um Livro de Registro de Pagamento de Meia-Sisa[7], que abarca o período entre 1821 e 1832, depositado no Instituto Histórico e Geográfico Alagoano (IHGAL)[8] e oito Livros de Registro de Passaportes,[9] que cobrem os anos de 1842 e 1892, aos cuidados do Arquivo Público de Alagoas (APA).[10]

Apesar de serem dois documentos diferentes, têm por característica comum serem fontes produzidas no âmbito do controle estatal sobre a população no momento da venda secundária.[11] Ou seja, ao contrário de fontes paroquiais de batismo, por exemplo, que classificavam africanos no início de seu processo de ressocialização nas unidades de produção (GOMES, 2016; SOARES, 1998), nas meias-sisas e passaportes as classificações são atribuídas a pessoas que já haviam passado por essa fase inicial. Algumas, certamente, eram recém-chegadas, africanos e africanas inseridos no Brasil por Alagoas na ilegalidade e que estavam sendo distribuídos para as outras províncias do Império[12]; já outras, possivelmente, estavam no Brasil há anos, talvez décadas.[13] Destaca-se que ambas são fontes produzidas em Maceió, o que permite uma certa equidade na comparação entre elas, mas pode produzir distorções quando amplia-se a análise para toda a comarca/província de Alagoas. Por fim, é importante lembrar

[7] O imposto chamado de meia-sisa foi criada pelo Alvará de 03.06.1809. Tratava-se de recolhimento ao Estado sobre compra e venda de pessoas escravizadas e correspondia ao equivalente a 5% de seu valor. Na década de 1850 houve algumas alterações, passando a ser fixa, variando entre 25 e 40 mil réis, conforme a província.

[8] IHGAL. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832. Numeração no catálogo 00138 04 02 01. O documento foi digitalizado e disponibilizado na íntegra on-line através do site do Family Search (https://www.familysearch.org/).

[9] Os passaportes eram exigidos aos escravizados e estrangeiros para os deslocamentos entre as províncias do Império.

[10] APA. Maceió, Livros de Registros de Passaportes da Secretaria de Polícia de Maceió, 1842-1892 (8 volumes), caixas: 5.282, 5.300, 5.301, 5.496 e 5.518. O documento foi digitalizado e disponibilizado na íntegra on-line através do site Trânsitos no Brasil Imperial (https://www.tbrasilimperial.com/). Foram mais de 10.000 informações nominais processadas para poder submetê-las à apreciação quantitativa aqui proposta.

[11] No caso dos livros de passaportes, nem sempre o registro era ocasionado por motivo de venda, mas eram a maioria dos casos relativos aos escravos. Nos dados recolhidos, foram considerados todos os registros de exportação de escravizados.

[12] Como ocorreu, por exemplo, no caso do Sylphide. Sobre o assunto, ver: Bethell, 1976, p. 335; Mamigonian, 2017, p. 267.

[13] Essa característica das fontes, qual seja, tratar-se de venda secundária, impede uma análise quanto ao momento exato da chegada de cada indivíduo. Tendo essa limitação em vista é que justifica-se a opção pelo agrupamento dos dados para todo o período e não por cortes cronológicos.

que se trata de uma análise sobre a origem de pessoas sob a condição da escravidão. Ainda que os Livros de Passaportes possuam registros sobre africanos livres e libertos, eles não são abordados nessa quantificação, pois, padrões específicos de obtenção de alforria e de apreensão de tumbeiros podem produzir distorções no que se refere à população geral de origem africana.[14]

A primeira fonte é um Livro de Registro do Pagamento de Meia-Sisa de Maceió, quando ela ainda era uma incipiente vila subordinada à capital da Capitania/Província, a cidade das Alagoas.[15] Abrange o registro do pagamento de meias-sisas de 193 escravizados entre os anos 1821 e 1832.[16] Assim, como é comum em documentos que registram nominalmente pessoas escravizadas, nem todas têm a origem anotada. O que é bastante surpreendente nesse documento é a alta incidência de alguma forma de especificação de origem africana, sendo poucas pessoas identificadas sob nomeações genéricas do continente. No total, há identificação de procedência de 92 indivíduos. Destes, 33 teriam nascido no Brasil, pois foram designados como “crioulos”. Dentre os outros 59 identificados, 10 têm designação genérica de origem africana e os outros possuem algum tipo de especificação, como será demonstrado no Quadro 2.

A segunda fonte analisada é mais volumosa. Tratam-se dos Livros de Registro de Passaportes da Secretaria de Polícia de Alagoas, em Maceió, depositados no APA, que cobrem o período de 1842 a 1892. Os dados dos livros de passaportes foram tabulados e parcialmente disponibilizados online através do site Trânsitos no Brasil Imperial (www.tbrasilimperial.com). Assim como no

[14] A opção por não incluir libertos justifica-se pelo fato de que a possibilidade de alforriar-se no contexto da escravidão podia, em muitos momentos, estar influenciada pela origem africana (FLORENTINO, 2005), o que produziria distorções nos dados relativos à proporcionalidade da presença de africanos de diferentes regiões em Alagoas. Já em relação aos africanos livres, optou-se por não incluí-los, pois as pesquisas realizadas vêm indicando que sua presença em Maceió possuiu peculiaridades que fez concentrar a presença de africanos ocidentais entre essa população na capital da província (TEIXEIRA, 2023).

[15] O desenvolvimento de Maceió na primeira metade do século XIX é extremamente rápido, passando de povoado à capital da província (1839) em três décadas. Para mais detalhes, ver: Carvalho, C., 2015, p. 184-198; Marques, 2016, cap. 1.

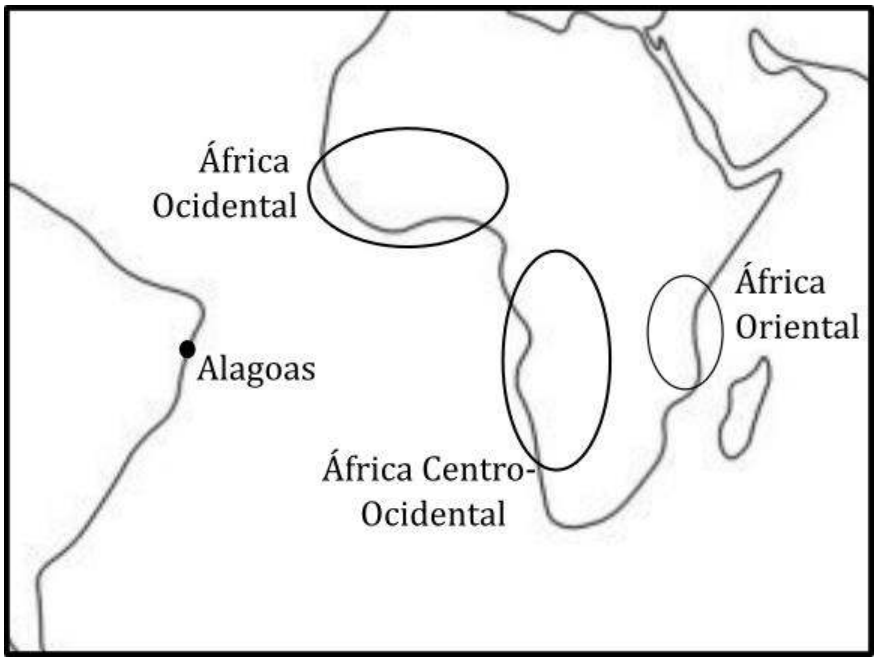
[16] O primeiro registro de pagamento de meia sisa é de fevereiro de 1821, antes da independência, portanto, quando Alagoas ainda era capitania. É interessante notar como o documento é uniforme, apesar de transacionar entre o período colonial e independente, sendo, inclusive, o mesmo responsável para o recolhimento ao longo de todos os anos, o Deputado Tesoureiro Geral da Junta da Fazenda (variando entre Real, Nacional ou Pública), o bacharel Manoel Rodriguez Machado Portella.

Livro de Meia-Sisa, a maioria dos escravizados não tem origem indicada, mas nessa fonte o silêncio é ainda mais considerável. Entre os 6.122 escravizados contabilizados, 2.884 têm a origem registrada ou suposta[17], sendo que 2.399 são nascidos no Brasil. Outros 489 são identificados como africanos e, para 200 deles, consta algum tipo de especificação de origem. Vale destacar que, apesar da fonte ir até 1892, o último registro de origem específica de africano escravizado ocorre em 1867.

Nas duas fontes são muitos os registros não anotaram qualquer identificação de origem. A proporção de pessoas escravizadas que tem a origem (africana ou americana) designada é bastante próxima em ambas, 48% dos registros na primeira, 47% na segunda, ou seja, menos da metade. Tomar os dados dessa parcela para o todo é inviável, especialmente tendo em vista as proibições ao tráfico que, provavelmente, subnotificavam africanos em dados oficiais. Desse modo, foi excluída a possibilidade de produzir, através dessas fontes, informações que indicassem a proporção de africanos sobre o total da população escravizada. Tomou-se, portanto, a estratégia de reduzir o conjunto analisado exclusivamente àqueles identificados como africanos e estimar, primeiramente, quantos tiveram origens específicas mencionadas e, em um segundo momento, dentro desse subconjunto, analisar a proporção daqueles que vieram de cada uma das três regiões africanas que estiveram envolvidas no tráfico de escravizados. Através dessa metodologia é possível propor a proporcionalidade entre os africanos de cada uma das principais áreas da diáspora: África Centro-Ocidental, Ocidental e Oriental, bem como identificar 10 grupos de procedência.

[17] Origem supostas referem-se às ocorrências do uso dos termos “pardo”, “crioulo” e outras variações que a bibliografia registra como referentes a escravizados nascidos no Brasil empregados no espaço destinado ao registro de origem/naturalidade.

Figura 1 – Ilustração aproximativa sobre a localização de Alagoas em relação às três principais áreas da diáspora africana.



Fonte: acervo do projeto de pesquisa Trânsitos no Brasil Imperial.

Os dados relacionados à população africana identificada nas duas fontes estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Africanos escravizados identificados e com especificação de origem no Livro de Registro de Meia-Sisa de Maceió (1822-1831) e Livros de Registros de Passaportes de Maceió (1842-1867).

	Meia-sisas	Passaportes
Africanos	59	489
Africanos com especificação de origem	49	200
Proporção de africanos com especificação de origem sobre o total de africanos.	83,05%	40,90%

Fonte: IHGAL. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832. Numeração no catálogo 00138 04 02 01. APA. Livros de Registros de Passaportes da Secretaria de Polícia de Alagoas, Maceió, 1842-1892 (8 volumes), caixas: 5.282, 5.300, 5.301, 5.496 e 5.518.

O principal dado obtido através do Quadro 1 é a alta incidência no documento de meia-sisas de nomeações específicas dentre aqueles

identificados como africanos, 83%. Já nos passaportes, essa proporção cai para 41%, prevalecendo nomeações genéricas, como, por exemplo, “gentio da costa”, “natural da África”, “africano/a”, “da Costa” e “de nação”.[18] Essa informação é importante para estimar, no conjunto geral, qual o recorte proporcional sobre o qual se detém o Quadro 2.

Quadro 2 – Africanos escravizados com designações de grupo de procedência no Livro de Registro de Meia-Sisa (1821-1831) e Livros de Registros de Passaportes de Maceió (1842-1867).

Documento/ Origem	Meia-sisa (1821-1832)				Passaportes escravizados (1842-1867)			
	Números absolutos		%		Números absolutos		%	
Angola	38		77,55 %		138		69,00 %	
Benguela	1		2,04%		11		5,50%	
Congo	-		0,00%		5		2,50%	
Cassange	-		0,00%		4		2,00%	
África Centro-Ocidental		**39**		**79,59 %**		**158**		**79,00 %**
Mina	6		12,24 %		6		3,00%	
Haussá	1		2,04%		-		0,00%	
Nagô	-		0,00%		25		12,50 %	
Jeje	-		0,00%		6		3,00%	
Galinha	-		0,00%		1		0,50%	
África		**7**		**14,29**		**38**		**19,00**

[18] Silva Jr (2021, p. 23) afirma que “gentio da costa” tratava-se de um termo amplo para africanos ocidentais. Na ausência de referências específicas para o século XIX, optamos em mantê-lo como termo genérico. São cinco ocorrências no Livro de Meia-Sisa, o que, caso fossem considerados ocidentais, elevaria a participação desse grupo para 22%. Os centro-ocidentais reduziriam sua participação para 72%.

Ocidental				**%**				**%**
Moçambique	3		6,12%		4		2,00%	
África Oriental		**3**		**6,12%**		**4**		**2,00%**
Total	49	49	100%	100%	200	200	100%	100%

Fonte: IHGAL. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832. Numeração no catálogo 00138 04 02 01. APA. Livros de Registros de Passaportes da Secretaria de Polícia de Alagoas, Maceió, 1842-1892 (8 volumes), caixas: 5.282, 5.300, 5.301, 5.496 e 5.518.

Apesar da diferença na proporcionalidade da especificação de origem entre as fontes, quando agrupados em termos das três grandes regiões de procedência de africanos para o tráfico, a comparação entre ambas indica uma surpreendente uniformidade, especialmente em relação à representatividade de centro-ocidentais. Nas meias-sisas 80% e nos passaportes 79% dos africanos com registro específico são oriundos dessa região africana, denominados principalmente como “angola” ou “nação angola”. A proporção de africanos ocidentais e orientais varia entre si, sendo que na primeira fonte eles representam 14% e 6% e na segunda os ocidentais perfazem 19% e os orientais reduzem para 2%.

Ainda em relação à África Centro-Ocidental, observa-se que nas meias-sisas, à exceção de uma benguela[19], todos os outros são tratados como angolas. Já na segunda fonte ocorre um aumento na proporcionalidade de benguelas, bem como a ocorrência de congos e cassanges. Angolas continuam sendo maioria, mas decrescem 9% na proporção total, indicando uma tendência a maior especificação de origem de pessoas escravizadas oriundas da África Centro-Ocidental. Conforme os dados da bibliografia e também do *Slavevoyages* (www.slavevoyages.org), ao longo de todo o período escravista, foi da África Centro-Ocidental que provieram a maior parte dos escravizados para o Brasil. Esse movimento teria se intensificado após o fim do tráfico ao norte do Equador

[19] Instituto Histórico e Geográfico Alagoano. Livro da Meia-sisa dos Escravos Ladinos, Maceió, 1821-1832, folha 2V.

no início do século XIX (BUKA-YAKABUL; SILVA, 2016, p. 35; SILVA, 2017, p. 18). Nesse sentido, a demografia da população africana em Alagoas não destoa do que ocorre no conjunto do Império. Os dados do Quadro 2 permitem estimar sua proporção em Alagoas no oitocentos: oito em cada dez africanos que viveram em Alagoas no século XIX seriam provenientes da África Centro-Ocidental.

2. GRUPOS DE PROCEDÊNCIA

Quando o olhar se volta ao passado, com foco em entender as diferentes origens da população chegada desde o continente africano, o desafio é enorme. Restam quase que exclusivamente os textos dos opressores. Michel-Rolph Trouillot é preciso nesse ponto quando fala dos graus de silenciamento do passado. Não se trata de narrar unicamente a história das elites, mas de eliminar, no processo de guarda e acervo, qualquer possibilidade de acessar à história dos subjugados.

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância). (TROUILLOT, 2016, p. 57).

Foi pautado por um projeto de esquecimento da cultura do outro por parte do colonizador que se reproduziu na América e no Brasil, ao longo dos séculos, a ideia de uma procedência africana homogênea. Essa retórica é um bom exemplo daquilo que Achille Mbembe chama de processo de efabulação:

> [O colonizador] Ao apresentar como reais, certos ou exactos, factos muitas vezes inventados, foi-lhe escapando a coisa que tentava apreender, mantendo com essa uma relação fundamentalmente imaginária, mesmo quando sua pretensão era desenvolver um conhecimento destinado a dá-la a conhecer objectivamente. (MBEMBE, 2017, p. 29).

Assim, mesmo que em determinadas fontes produzidas por viajantes,

traficantes e administradores fossem identificadas etnias ou nações entre os africanos, pontuando sua presença individual ou coletiva, eventualmente identificando especificidades, ao fim eles retornavam às generalizações amplas sobre o caráter africano e à reiteração da visão europeia sobre o outro.[20] As diferentes línguas empregadas por traficantes e colonizadores e, consequentemente, as historiografias produzidas em contextos linguísticos diferentes aumentam a problemática da questão, colocando reflexões de pesquisa ainda mais complexas (HALL, 2017). Grupos relacionados a uma origem linguística e/ou histórica na África, como os iorubás, assumiam diferentes nomeações na América, como, por exemplo, nagô na Bahia e lucumi em Cuba. No cerne do debate está a qualidade mesma da informação sobre a qual produzimos esse conhecimento: as nomeações coloniais/imperiais e as autoidentificações africanas. Em documentos produzidos pelas instâncias administrativas e repressoras do Estado português ou brasileiro, como é o caso destes aqui trazidos, essa situação é ainda mais marcante.

A triste realidade para o historiador é que acessar as visões e perspectivas dos homens, mulheres e coletivos que chegaram ao Brasil como escravizados é uma tarefa em muitos casos inviável, dadas as limitações das fontes. Como afirma Guno Jones (2020, p. 288, tradução nossa): “Histórias horríveis e impactantes de muitos milhões de pessoas desapareceram em buracos negros de vazios epistemológicos e não há como recuperá-las.”[21] No entanto, existem estratégias que permitem, ao menos por aproximação, obter-se informações mais complexas sobre o modo de perceber o mundo, os projetos de futuro e o quanto a experiência política e cultural em África vivida antes da vinda ao Brasil propiciou instrumentos de sobrevivência e luta. Vale lembrar que identidades migrantes, espontâneas ou forçadas, não são estanques, e o mesmo ocorre com os sujeitos da diáspora africana. A chegada aos novos contextos necessariamente redefiniu os alinhamentos socioculturais conforme as contingências da nova vida, a composição da população escravizada de cada espaço americano, bem como as circunstâncias e terminologias em uso

[20] Sobre questões relacionadas às ‘preferências’ por parte dos proprietários de africanos de determinadas regiões, ver: RODRIGUES, 2020.

[21] No original: “Impactful, horrific stories of many millions have disappeared into black holes of epistemological nothingness, and there is no way to retrieve them.”

(GOMES, 2012, P. 103; MILLER, 2017, pos. 1234).

O desafio é tanto mais complexo porque, mesmo quando a documentação traz algumas pistas sobre as origens específicas africanas, os problemas relacionados às nomeações utilizadas persistem. As experiências africanas no contexto colonial e imperial foram atravessadas pelas circunstância de ser estrangeiro em terra estranha sob condições extremas de violência, ou seja, perspectivas e interesses próprios precisavam ser escondidos[22] e laços de sociabilidade refeitos. As consequências foram ressignificações identitárias e reorganizações de referenciais coletivos.

"Nagô", "jeje", "galinha", "angola", "congo", "benguela" são termos designativos de categorias de pensamento no contexto em que foram aplicados, definidos muitas vezes pelo outro. Sua variedade e variação expõem a dificuldade de interpretá-los conforme ocorrem nas fontes. Entender o que e quem estava sendo designado não é simples.[23] Discutindo a questão, afirma Mariza Soares (2004, p. 320):

A constatação da existência de uma classificação social que toma por base uma referência a grupos e lugares vivenciados anteriormente à escravização não pode levar à ilusão de que reproduzem uma organização territorial e política africana. Mas se, por um lado, não existe uma correspondência imediata entre os grupos organizados no cativeiro e os grupos étnicos africanos de onde os indivíduos procedem, por outro não há dúvida de que essa nomenclatura evoca, de forma contundente, um passado vivido e representado.

A partir dessas considerações, a autora propõe a categoria "grupos de procedência" para melhor compreender a organização dos africanos no Brasil, contornando as dificuldades presentes no uso dos conceitos nação ou etnia. A proposição contribui para uma melhor apreciação acerca do quanto os dados obtidos pelas fontes informam acerca do arcabouço sócio-político-cultural carregado pelos indivíduos e coletividades que se identificaram ou foram identificados em termos específicos. O termo ajuda a marcar que são

[22] Aqui remete-se às proposições de James Scott (2013).

[23] O termo "nação", por exemplo, foi um conceito de época e também uma categoria analítica atual, o que, geralmente, costuma trazer alguns problemas. Sobre questões do conceito, ver: Silveira, 2008.

nomeações da diáspora, produzidas nos diferentes contextos espaço-temporais americanos, guardando relações com as identificações coletivas étnicas, linguísticas e políticas na África sem, no entanto, seguirem necessariamente uma linha direta de associação com as nomeações africanas ou espelhá-las neste lado do Atlântico.

As fontes aqui analisadas apresentam 10 grupos de procedência. Há considerável bibliografia disponível atualmente e não cabe nos limites desse artigo esmiuçar cada um deles. Ainda assim, brevemente, serão trazidos alguns dados referentes aos contextos específicos que produziram essas nomeações no Brasil no século XIX e a conjuntura a que estavam ligados na África a fim de dar um passo a mais no conhecimento acerca da população africana em Alagoas no período. Ainda que a definição dos dez grupos de procedência continue contendo imprecisões, ela avança em termos da designação genérica de África e também de sua divisão por regiões da diáspora.

Entre as definições centro-ocidentais, em que pesem as múltiplas intersecções na aplicação das nomeações produzidas pelos portugueses e brasileiros traficantes, cada um dos quatro grupos de procedência que aparecem nas fontes indica possíveis origens territoriais associadas a grupos linguísticos. “Angola” era um designativo português geral aos africanos centro-ocidentais provenientes de suas feitorias na África, principalmente Luanda (mas também de ancoradouros costeiros em virtude da repressão ao tráfico). A ocupação portuguesa sobre o território Ndongo tomou o nome dado a estas lideranças como referencial territorial (CARVALHO, F., 2015). No contexto colonial africano, que no século XIX remetia a mais de 200 anos, a nomeação de pessoas como “angola” poderia envolver diversas proveniências, da costa e do interior, vassalos ou inimigos dos portugueses. No entanto, provavelmente parte significativa daqueles designados como angolanos no Brasil fosse falante de quimbundo (HALL, 2017, p. 263).

“Benguela” referia-se àqueles que embarcavam no porto de mesmo nome, mais ao sul, também inserido na área sob domínio português e possivelmente associada aos falantes de umbundo, englobando pessoas dos povos e reinos ovimbundo (MILLER, 2017, pos. 1148; SEBESTYÉN, 2015, p. 95). Tanto “angola” como “benguela” designavam populações em grande parte

provenientes das áreas de ocupação ou influência portuguesa na África. Conheciam, portanto, desde lá, as dinâmicas atlânticas das relações escravistas do Império Português e estavam, muito provavelmente, inseridas em um contexto que Linda Heywood (2017, pos. 2522) chamou de culturas atlânticas crioulas, marcadas pelas dinâmicas de interconexão entre europeus e africanos na África Centro-Ocidental.

"Congo" aplicava-se comumente aos africanos centro-ocidentais localizados ao norte de Angola, fora da área de influência direta portuguesa, relacionada de alguma forma ao reino do Congo, cujo poder encontrava-se fragmentado no século XIX, e ao rio de mesmo nome. É também um termo genérico, que podia envolver pessoas do litoral ou interior. Provavelmente muitos eram falantes de quicongo. Alguns deles poderiam ser cristianizados em virtude dos processos de contato com os europeus que remetem ao século XV (MILLER, 2017, pos. 846). Por fim, "cassange" possivelmente associava-se a populações escravizadas no interior da África Centro-Ocidental e apreendidas na área de influência do Reino de Cassange. Seriam falantes de línguas imbangala e estavam relacionados aos povos de mesmo nome, os imbangalas[24], grandes inimigos dos portugueses desde o princípio da expansão europeia na região e que com eles entraram novamente em conflito no segundo quartel do século XIX (VANSINA, 1962).[25]

No que diz respeito aos cinco grupos identificados como da África Ocidental, "jeje", no Brasil, fazia referência principalmente à população falante da língua gbe (SILVA JR, 2021, p. 10). A família linguística gbe era composta por 51 línguas faladas por povos, reinos e estados que, no século XIX, se estendiam em uma ampla faixa litorânea que ia da atual fronteira Gana/Togo até parte fronteiriça da Nigéria. Várias nomeações presentes em outras fontes levantadas pela bibliografia, como ardras, couranos e fons, são grupos dessa família linguística, mas, no caso dos documentos aqui tratados, não há qualquer especificação nesse sentido. Parte dos jejes trazidos ao Brasil vieram por consequência das guerras em que esteve envolvido o Reino do Daomé no século

[24] Os imbangalas são associados aos jagas, mas não há consenso se eram necessariamente o mesmo grupo, ver: Carvalho, F., 2015, p. 72-73.
[25] Notadamente, os quatro cassanges identificados aparecem nas fontes após o agravamento dos conflitos com os portugueses.

XIX, principalmente sob o reinado de Gezo (1818-1858). A ligação deste soberano com o tráfico de escravizados era tão marcante que teve a colaboração do grande traficante brasileiro Francisco de Félix Sousa no golpe que o levou ao poder (LAW, 1997, p. 217; SILVA, 2004, p. 87).

"Nagô" era um designativo operado no contexto de recriações atlânticas, especialmente na Bahia, para os falantes de iorubá. Em África, os iorubás abrangiam diversos territórios e formaram estados importantes da costa e do interior em regiões hoje correspondentes às atuais Nigéria, Benin e Togo. Na primeira metade do século XIX, o Império Iorubá de Oyó esteve envolvido em diversos conflitos, inclusive com Daomé, sofrendo uma decadência progressiva que levou a um grande aumento da presença de iorubás no tráfico, chegando à maior concentração na Bahia nos anos de 1850 (MAMIGONIAN; REIS, 2005).

O termo "haussá" indica sujeitos pertencentes ao povo de mesmo nome na África, que ocupava o Sudão Central, ao norte/nordeste da região ao interior do Golfo da Guiné, tinham língua própria e eram a esse tempo bastante islamizados (REIS, 1986). Como a bibliografia demonstra, o início do século XIX foi de intensificação dos conflitos na África Ocidental, produzindo sucessivas ondas de escravizações para o tráfico internacional. A jihad levada a cabo por Usama dan Fodio, que atingiu a região oeste da atual Nigéria a partir de 1804, e a formação do Califado de Sokoto levaram à escravização de inúmeros haussás nas décadas seguintes (REIS, 1986, p. 111-116).[26]

"Mina" era uma expressão genérica utilizada no Brasil para nomear grupos originários daquela que os portugueses denominavam Costa da Mina. O termo, no entanto, funcionou como um grande "guarda-chuva étnico" (SILVA JR, 2021, p. 10), sendo usado para pessoas além dessa fronteira espacial (LAW, 2006, p. 112-113). Como mina, podiam ser designados jejes e nagôs, por exemplo, além de outros grupos da região. Em diferentes partes do Brasil, alguns ou todos os grupos provenientes da África Ocidental poderiam ser classificados como "minas" (GOMES; SOARES, 2011, p. 198-199). Estudos que têm se detido a entender as origens linguísticas da língua geral mina falada no Brasil no século

[26] Destaca-se que "malê", termo bastante comentado na historiografia regional (DUARTE, 1958; SANTOS, 2024), era outra possibilidade de nomeação a africanos ocidentais e poderia ser utilizado não apenas para haussás, mas também para minas, nagôs e jejes, todos eles grupos cuja influência islâmica se fazia sentir no contexto de sua expansão na região no oitocentos.

XVIII tendem a associá-la principalmente a um léxico gbe (LIMA, 2021; RODRIGUES, 2020).

Por fim, “galinha”, segundo João José Reis (2019, p. 351), refere-se a populações do alto rio Moá, na Guiné, região do Extremo Oeste da África Ocidental. A presença de “galinhas” em Alagoas no século XIX é um indicativo de um contexto de inserção no tráfico diferente dos outros afro-ocidentais, colocando a região da atual Guiné e Serra Leoa no mapa da população africana chegada à região.[27]

Indo para a África Oriental, a única nomeação de procedência encontrada nas fontes foi “moçambique”. Região da África mais tardiamente integrada ao tráfico para as Américas, viu o volume de exportações aumentar com a proibição do comércio ao Norte do Equador em 1808 (HALL, 2027, p. 268). Mais frequentes no Sudeste do Brasil (ALENCASTRO, 2018, p. 4), a presença de moçambiques em Alagoas aponta para a diversificação da comunidade de origem africana na região.

Como foi dito acima, esses parágrafos finais não se propõem a uma análise extensa do significado que poderia ser atribuído a cada um dos grupos de procedência revelados nas fontes aqui analisadas. A perspectiva é exemplificar a dimensão da heterogeneidade acerca das origens africanas da população alagoana no século XIX, esperando que este texto ganhe uma circulação para além dos estreitos círculos de especialistas no tema. Por outro lado, pensar nesses 10 grupos de procedência como um conjunto de possibilidades de identificação pelas autoridades existente entre 1822 e 1867 em Alagoas projeta cores mais precisas sobre que nomeações relacionadas às origens africanas eram destacadas na sociedade da época, contribuindo para que futuras pesquisas possam dimensionar trajetórias - individuais ou coletivas - tendo um panorama mais amplo sobre a população africana na região. Questionamentos sobre as vivências e experiências de cada um destes grupos podem ser aprofundados com base em novas pesquisas qualitativas e espera-

[27] Nina Rodrigues (p. 118-119) escreve sobre “uma pequena colônia de velhinhos” existente a seu tempo (fins do XIX) conhecida como Galinhas, cujo nome refutavam. Os identificou como guruncis, grupo do qual também pouco se sabe. Concluiu que, no contexto do tráfico, seu local de partida deveria ter sido efetivamente a região do rio Galinhas, hoje nomeado Moá, localizado na Serra Leoa.

se que os dados aqui desenvolvidos possam contribuir para esse fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla que busca trazer complexidade ao conhecimento sobre as origens africanas da população alagoana, não apenas para dialogar com a historiografia nacional, trazendo dados confiáveis para uma região e tempo específico da diáspora, como também buscar canais de comunicação que propiciem aos professores da rede básica de ensino dispor de conhecimento qualificado para subsidiar a implementação de planos de ensino que contribuam para a aplicação de conteúdo de história da África e cultura afro-brasileira.[28] Apesar das inúmeras dificuldades que o historiador encontra ao buscar nas fontes maior especificidade sobre as origens africanas, há possibilidades de produzir conhecimento mais detalhado que permita ao estudante e ao público geral dispor de informações qualificadas e, desse modo, refletir sobre sua própria relação com o passado e sua ancestralidade através do conhecimento histórico formal.

Os dados quantitativos viabilizados pela análise das fontes aqui apresentadas trazem uma aproximação sobre a composição da população de origem africana em Alagoas no século XIX. A proposição acerca da predominância de africanos centro-ocidentais na região é confirmada, sendo que se avança no sentido de sugerir que, a cada 10 africanos, oito vieram dessa região. Por outro lado, é apontada a presença de uma população africana ocidental consistente e, ainda que minoritária, de orientais. Dimensionar essas populações em termos percentuais contribui para aprofundar o conhecimento acerca das influências que diferentes culturas tiveram sobre a formação das Alagoas contemporânea.

A análise também revela aspectos importantes acerca do olhar do Estado Imperial Brasileiro sobre essa população. A identificação específica de origem em apenas 10 categorias traz novos questionamentos para se refletir sobre os modos de atribuição e autoatribuição de identidades africanas no processo de

[28] BRASIL. Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008. No site www.tbrasilimperial.com estão disponíveis planos de aulas e demais produções relacionadas ao projeto voltadas para a utilização por professores no ensino básico.

formação da sociedade brasileira ao longo do século XIX. De modo geral, essa análise corrobora o que a historiografia vem levantando acerca do caráter impreciso de atribuição de "nações" pelas autoridades. Por outro lado, a produção de dados que revelem mais elementos desse processo abre portas para que seja possível avançar para além das barreiras impostas pela própria documentação, levando à reflexão sobre metodologias alternativas que permitam enfrentar os problemas relacionados à reprodução das relações de poder na produção das fontes históricas.

Por fim, não se pode deixar de pontuar que o tráfico atlântico de escravizados foi um dos maiores crimes que a humanidade praticou no último milênio. Mas a diáspora não seria um fenômeno político e econômico tão relevante para a história do Ocidente se o plano de obstaculizar a reprodução da identidade e da memória dos povos africanos escravizados trazidos para a América tivesse sido tão bem-sucedido como o projeto colonial pretendeu. A relação dos sujeitos com seu passado passa por vários mecanismos, como a transmissão geracional da ancestralidade. A História, enquanto disciplina científica e parte integrante dos conteúdos escolares, também tem um papel nessa relação. Nossos currículos ainda estão muito marcados por construções pautadas pelos critérios de raça, classe e gênero que formaram a grande narrativa nacional conduzida por uma perspectiva branca, elitista e masculina. Produzir outras possibilidades de narrativas por meio de conhecimento acumulado e metodologias confiáveis é o grande desafio dos historiadores e historiadoras na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação***:* abolição e cidadania negra no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 57-63.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. Rotas atlânticas: o comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c. 1724-c.1752). **História** (São Paulo), v. 37, p. 1-31, 2018.

AMARAL, Roquinaldo do. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-

1860. *In*: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flavio Sombra. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 143-194.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico escravo no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1976.
000

BUKA-YAKABUL, Badi; SILVA, Daniel B. Domingues da. From beyond the Kwango - tracing the linguistic origins of slaves leaving Angola, 1811-1848. **Almanack**, v. 12, Jan6-Apr 2016, p. 34-43. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alm/a/YK6CPqyqQcCzCQrFnhC5P5H/?lang=en. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Flavia Maria de. **Sobas e homens do rei**: relações de poder e escravidão em Angola (séculos XVII e XVIII). Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Marcus J. M. O tráfico atlântico e o protagonismo senhorial depois de 1831. **Z Cultural** – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano XIV, v. 1, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M.. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 223-260, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, Campinas, n.19, p. 33-62, 2º semestre de 2010. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/315. Acesso em: 18 jan. 2024.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e cultura regional. Rio de Janeiro: Edição do Instituto do Açúcar e do Álcool, 1949.

DIEGUES JUNIOR, Manuel**. População e açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2012.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada***:* negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

DUARTE, Abelardo. **O negro na colonização de Alagoas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, v. 23, 1944, p. 22-29.

DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos em Alagoas** (os malês) e memória lida perante a mesa redonda de estudos e trabalhos atinentes à vida e obra de Nina Rodriguez no IGHBA em 16.07.1956. Maceió: Edições Caeté, 1958.

DUARTE, Abelardo. Episódios do contrabando de africanos nas Alagoas. In: DUARTE, Abelardo. **Três ensaios**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1966.

ISAACMAN, Allen F. Os países da bacia do Zambeze. *In*: AJAHI, J. F. Ade. ***História Geral da África:*** África do Século XIX à década de 1880. Brasília: Unesco, 2010, p. 211-247.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia,** 31, 83-126, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21072. Acesso em: 23 jan. 2024.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. *In*: FLORENTINO, Manolo (org**.). Tráfico, cativeiro e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 331-364.

FRAGA, Walter***. Encruzilhadas da liberdade***: Histórias de escravos e libertos na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flavio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., p.81-106, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zSPjTVvFmBY6ZVXXXNvn3cR/abstract/?lang=p. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOMES, Flavio. Africans and "nations" in the slave trade through parish registers: preliminary notes for comparative perspectives on Brazil and Cuba in the seventeenth century. **Tempo** (Niterói, online) | Vol. 22 n. 41. p.451-466, set-dez., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/Dx4x4Rg6CKVG46t8ZBJ9Lzc/abstract/?lang=en. Acesso em: 18 jan. 2024.

GOMES, Flavio dos Santos; SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Negras-minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. *In*: SOARES, Mariza de Carvalho. **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana***:* da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2007 (2. ed. revista e atualizada), 2011.

GREEN, Toby. **A Fistful of Shells**: West Africa from the rise of the slave trade to the age of Revolutions. Londres: Penguin Books, 2019.

HALL. Gwendolyn Middle. **Escravidão e etnias africanas nas Américas:**

restaurando os elos. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. *In*: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2017.

JONES, Guno. The Shadows of (Public) Recognition: Transatlantic Slavery and Indian Ocean Slavery in Dutch Historiography and Public Culture. *In*:

SCHRIKKER, Alicia; WICKRAMASINGHE, Nina. **Being a slave**: Histories and Legacies of European Slavery in the Indian Ocean. Leiden University Press, 2020.

LAW, Robin. The politics of commercial transition: factional conflict in Dahomey in the context of the ending of the atlantic slave trade. **Journal of African History**, n. 38, p. 213-233, 1997.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'Mina'. **Tempo**, v. 10, n. 20, p. 98-120, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. O conceito de língua geral de mina: apontamentos para a compreensão de seu significado histórico. **Revista do Gel**, v. 18, n. 3, p. 143-168, 2021.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

LUCINDO, W. R. S.. A Escravidão em sala de aula: a desvitimização de cativos como humanização das populações de origem africana. **Revista Antíteses** , v. 3, p. 879-897, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1957/1469. Acesso em: 18 jan. 2024.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti; REIS, João José. Nagô and mina: the yoruba diaspora in Brazil. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt. D. **The Yoruba Diaspora in the Atlantic World.** Indiana: Indiana University Press, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir:** os caminhos para a liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888). Blumenau: Nova Letra, 2016.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a "sombra" de Palmares***:* escravidão e resistência no século XIX. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a "sombra" de Palmares:** escravidão e

resistência no século XIX. São Paulo: E-manuscritos, 2020.

MARQUES, Danilo Luiz. **Folga negro, branco não vem cá**: histórias, memórias e culturas quilombolas (Alagoas, século XIX). Curitiba: CRV, 2022.

MARROQUIM, Mario. **A língua do Nordeste**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MENZ, Maximiliano M.. LOPES, Gustavo Acioli Lopes. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850). **Rev. Hist.** (São Paulo), n.177, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122490. Acesso em: 18 jan. 2024.

MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. *In*: HEYWOOD, Linda M. (org.). **Diáspora negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Sou atlântica***.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José. **Ganhadores:** A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/RODRIGUES_Os_africanos_no_Brasil-1.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

RODRIGUES, Aldair; Quem eram as negras minas da capitania de Minas Gerais no século XVIII. *In*: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto. **A diáspora mina**. Rio de Janeiro; Nau Editora, 2020.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. *In*: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SEBESTYÉN, Éva. A sociedade ovimbundu nos relatórios de viagens do húngaro László Magyar: sul de Angola, meados do século XIX***. História***: Debates & Tendências, v. 15, n. 1, p. 83-100, 2015. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5278/3427. Acesso em: 18 jan. 2024.

SANTOS, Eudson Silva dos. "**E em cuja fé protesto viver e morrer na religião de Mahomet**" Benedicto e Bebiana - islamismo e catolicismo nas trajetórias e experiências em Penedo-AL (1855-1893)". Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SILVA, Alberto da Costa e. **Francisco Félix de Souza**: mercador de escravos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EdUERJ, 2004.

SILVA. Daniel B. Domingues da. **The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1782-1867.** Cambridge University Press: Cambridge, 2017.

SILVA. Daniel B. Domingues da; ELTIS, David. The slave trade to Pernambuco, 1561-1851. *In*: ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Extending the frontiers**: essays on the new Transatlantic Slave Trade Database. New Haven e Londres: Yale University Press, 2008, p. 95-130.

SILVA, Gian Carlo de Melo. A presença de africanos e seus descendentes em Alagoas no Século XVIII. *In* ANAIS DO 11º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. 2023. Pelotas, RS. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/escravidaoeliberdade2023/anais/. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Jeferson Santos. **O que restou é folclore**: o negro na historiografia alagoana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo. "Sementes da sedição": etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**, n. 25-26, p. 9-60, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21008. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA JR. Carlos. Ardras, minas e jejes, ou escravos de "primeira reputação": políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII. **Almanack.** Guarulhos, n. 12, p.6-33, 2021. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/13212. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. **Afro-Ásia**, n. 38, p. 245-301, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21167. Acesso em: 18 jan. 2024.

SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, 1992.

SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista. **Tempo**, Vol. 3, n. 6, dezembro de 1998. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-6.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 26, n. 2, p. 303-330, 2004. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/150. Acesso em: 18 jan. 2024.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues de. **O tráfico negreiro da Bahia**: agentes, investimentos e redistribuição (1690-1817). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador; Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2023.

THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

XAVIER, Regina Celia da S. **A Conquista da Liberdade***:* libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

TEIXEIRA, Luana. Notas de pesquisa sobre a presença de comunidades da África Ocidental em uma cidade portuária brasileira. *In*: LAS SÉPTIMAS JORNADAS DEL GEALA, 2023, Buenos Aires. Estudios afrolatinoamericanos 5: actas de las séptimas jornadas de GEALA. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, v. 1., 2023, p. 1-377. Disponível em: https://geala.files.wordpress.com/2019/09/estudios-afrolatinoamericanos-4-actas-de-las-vi-jornadas-del-geala.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolphs**. Silenciando o passado**: o poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

VANSINA, J. Long-Distance Trade-Routes in Central Africa**. The Journal of African History**, Volume 3, Issue 03, November, p. 375-390, 1962.

VELLUT, Jean-Luc. África Central do Oeste em vésperas da partilha colonial: um esboço histórico do século XIX**. África:** Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, n. 3, p. 73-120, 1980.

WALKER, Sheila S. **Conhecimento desde dentro**: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

Recebido em 19-08-2024.
Aprovado para publicação em 10-11-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ONDE SE ORIGINARAM OS HABITANTES DAS AMÉRICAS?
Reflexões sobre clima, teorias biogeográficas e fenômenos naturais.

WHERE WERE THE INHABITANTS OF THE AMERICAS ORIGINALLY FROM?
Reflections on climate, biogeographical theories and natural phenomena.

REBECA CAPOZZI[1]

RESUMO

Neste trabalho, faço um mapeamento da controvérsia sobre a origem dos habitantes das Américas, sobretudo as hipóteses sobre a chegada das populações humanas e não humanas ao Novo Mundo. Além disso, também são discutidos a influência do clima e o discurso sobre tal, no estudo da biogeografia do período da primeira modernidade. Para tanto, serão utilizadas obras compostas por cronistas, cosmógrafos, filósofos, exploradores oficiais dos impérios marítimos europeus, cartógrafos, médicos e naturalistas que buscaram responder, ou mesmo lançar hipóteses sobre a chegada dos nativos e dos animais que no Novo Mundo viviam quando os colonos e exploradores aportaram nessas terras. Um dos pontos centrais dessa discussão é o estudo da interferência do clima na disposição dos seres vivos pela terra, assim como dos fenômenos ambientais, como o dilúvio, que foram essenciais para algumas hipóteses biogeográficas do início da modernidade. Neste artigo, defendo a ideia de que o clima desempenhou um papel central nas explicações sobre a origem dos habitantes das Américas entre os séculos XVI e XVII, articulando perspectivas providencialistas e naturalistas. Ademais, também são feitas especulações e discussões sobre como eram estudadas as dispersões dos animais no período investigado.

Palavras-chave: Clima; Américas; Hipótese Biogeográficas.

ABSTRACT

In this paper, I map out the controversy surrounding the origin of the inhabitants of the Americas, especially the hypotheses about the arrival of human and non-human populations in the New World. In addition, I discuss the influence of

[1] Pesquisadora de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, com financiamento da CNPq. E-mail do autor: rebecapozzi@gmail.com

climate and the discourse on it in the study of the biogeography of the early modern period. To this end, I will draw on works by chroniclers, cosmographers, philosophers, official explorers of European maritime empires, cartographers, doctors, and naturalists who sought to answer or even hypothesise about the arrival of the natives and animals that lived in the New World when the colonists and explorers landed on these shores. One of the central points of this discussion is the study of the interference of climate in the distribution of living beings across the earth, as well as environmental phenomena, such as the flood, which were essential to some biogeographical hypotheses of early modernity. In this article, I defend the idea that climate played a central role in explanations of the origin of the inhabitants of the Americas between the 16th and 17th centuries, articulating providentialist and naturalist perspectives. In addition, speculations and discussions are also made about how animal dispersals were studied in the period under investigation.

Keywords: Climate; Americas; Biogeographical Hypotheses.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, é feito um mapeamento sobre as hipóteses biogeográficas, emergentes entre os séculos da primeira modernidade. O mapeamento é feito, nos tópicos abaixo, a partir do cruzamento de informações presentes em obras textuais como histórias naturais, crônicas, tratados e cosmografias da época, em que se discutiu sobre a dispersão das populações humanas e não humanas pelo mundo. A relação dos humanos e dos animais com os seus supostos locais de origem e os motivos pelos quais eles migraram são investigados, compreendendo as bases que fundamentavam os argumentos dessas hipóteses, os quais eram, em grande parte, providencialistas, mas também naturalistas.

Paralelamente ao povoamento e junto da atividade mercantil que se estabelecia nas terras americanas, algumas populações humanas e animais foram identificadas e conectadas com locais específicos do Novo Mundo (DAVIES, 2016). No caso dos animais não humanos, eles foram, diversas vezes, apresentados como indicadores de caça, comércio e fertilidade. Esse é o caso, por exemplo, dos papagaios e dos macacos, como saguis, que frequentemente apareciam em mapas da América no início da modernidade. Olhando em retrospecto, o conhecimento biogeográfico que se fazia nesse período, ou seja, antes da biogeografia se tornar uma disciplina – dadas as devidas diferenças

existentes entre tal recorte temporal e a atualidade – tomava-se emprestado de campos de saberes vizinhos ferramentas para a compreensão dos problemas sobre a relação entre um determinado espaço e seus habitantes humanos e não humanos. Assim, as histórias, crônicas, tratados e cosmografias, que eram edificadas para a compreensão sistemática da natureza moral e física do Novo Mundo, se destacavam como tipos de obras empenhadas em desenvolver raciocínios, explicações e argumentos sobre os problemas da origem e dispersão dos habitantes das Américas.

Esse “problema” acima mencionado relaciona-se diretamente com as discussões, muito mais antigas, sobre as relações entre o seres vivos e a natureza. Logo, as relações, pode-se dizer ecológicas, são reconhecidas em trabalhos elaborados desde a Grécia Antiga, em obras como *Ares, Águas e Lugares*, de Hipócrates*, História*, de Heródoto e *Meteorológica* de Aristóteles. Uma das ênfases de seus trabalhos foi, justamente, o clima tropical (BARBATO, 2015), que motivou, em grande parte, as discussões sobre origem e dispersão dos seres vivos pela terra depois da chegada dos europeus nas Américas.

Aristóteles e Heródoto compartilhavam uma visão negativa sobre os climas quentes. Para Aristóteles, a "zona tórrida", ao sul do Mediterrâneo, seria inabitável devido ao calor extremo. Heródoto, por sua vez, associava climas quentes à indolência e climas frios à robustez dos povos. A associação do clima tropical à inferioridade e à indolência, difundida pelos gregos, persistiu por séculos, moldando a visão das elites intelectuais europeias. Com o passar do tempo, sobretudo no Século das Luzes, o determinismo climático se tornou uma crença arraigada: o calor era visto como causa de doenças, apatia e ignorância, condenando os povos tropicais a uma condição subalterna em relação aos povos de climas mais frios (BARBATO, 2015).

De acordo com Antonello Gerbi (1996[1956]), sobretudo a partir do século XVIII, esses debates acompanhavam os questionamentos sobre a natureza das populações humanas localizadas no hemisfério sul. Estes, por sua vez, conduziram longas querelas sobre a superioridade e inferioridade dos habitantes dos dois hemisférios, sua civilidade, sua racionalidade e a própria identidade dos povos espalhados pelos continentes (DAVIES, 2016).

No caso dos animais, um dos naturalistas que mais enfatizou a degeneração e

o determinismo climático e sua conexão com a natureza dos animais americanos foi Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788), conhecido por estudar e descrever animais, como o tapir, defendendo que eram menores em tamanho e inferiores em constituição em relação àqueles do Velho Mundo (GERBI, 1969 [1956]). Vale ressaltar que a visão negativa sobre o clima tropical coexistiu, paradoxalmente, com a imagem idealizada do Novo Mundo, propagada pelos primeiros exploradores.

Enquanto a teoria clássica associava o calor a indolência e doenças, os relatos dos viajantes, sobretudo entre o século XVI e o início do século XVII, descreviam uma natureza exuberante e um clima propício à vida (BARBATO, 2015). A retórica sobre o clima e sua influência na origem dos animais e humanos, e na própria natureza das populações espalhadas pelo globo, foi utilizada largamente como justificativa de hierarquias raciais e coloniais. Em espaços onde o clima tropical era predominante, por exemplo, a natureza considerada maravilhosa era descrita a fim de que se divulgasse empreitadas coloniais, ao mesmo tempo que, nesses mesmos espaços, se replicavam as hierarquias raciais elaboradas na Europa.

De maneira geral, as teorias biogeográficas da primeira modernidade sobre a origem e dispersão dos animais e humanos enfatizavam uma análise relacional dos conjuntos de espécies espalhadas pelos espaços do Globo (PAPAVERO; TEIXEIRA; ROCHA, 2013; GERBI, 1996). Acreditava-se que havia pontos de semelhanças e diferenças entre os habitantes do Velho e do Novo Mundo. Em grande parte das comparações, especialmente em relação àquelas populações que viviam em zonas tropicais, as diferenças eram mais ressaltadas, e até mesmo revelavam o que se considerava características monstruosas daqueles que habitavam abaixo da chamada zona tórrida. No caso das espécies da fauna, em geral também se demarcavam suas qualidades e especificidades nessa relação desigual (GERBI, 1996 [1956]; PAPAVERO, TEIXEIRA, ROCHA, 2013). As comparações adotadas, como um método de classificação e descrição dos habitantes da Terra, incentivavam noções sobre monstruosidades, maravilhas, sobre a possibilidade da existência de um paraíso terreal, além de alimentar a relevância dos estudos do clima para o estudo e compreensão da constituição dessas populações espalhadas pelo Globo (DAVIES, 2016; GERBI,

1996 [1956]; PARRISH, 2006).

Grande parte da preocupação dos naturalistas e outros estudiosos, que empreenderam investigações sobre a origem e dispersão dos animais e humanos pela Terra, se relacionava com a necessidade de incluir esses "novos" seres dentro das explicações bíblicas sobre a Criação do mundo habitado. Logo, muitas foram as dúvidas e tentativas de organizar e identificar as ligações entre as Américas e os outros continentes já conhecidos pelos europeus. Dessa maneira, segue-se nos próximos tópicos algumas reflexões em que procuro compreender como a discussão sobre natureza, clima e dispersão dos animais e humanos, especificamente, aparecem em textos dos séculos XVI e XVII, como os de José d'Acosta (1590) e John Ogilby (1670), levando em consideração as hipóteses por seus autores lançadas sobre a origem dos animais encontrados nas Américas e a interferência do clima tropical sobre eles.

Um dos nomes que podem ser reconhecidos pela dedicação ao estudo da origem e dispersão dos animais não humanos pela Terra, ainda no século XVII, foi o jesuíta Athanasius Kircher (1602-1680). Na obra *Arca Noë in tres libros digesta* (1675), Kircher propõe uma interpretação, que busca conciliar o relato bíblico do Dilúvio com os conhecimentos zoológicos de sua época. Segundo Kircher, Noé teria abrigado na Arca apenas uma seleção de animais, sobretudo mamíferos e aves, considerados mais vulneráveis à destruição pelas águas, enquanto outras espécies teriam sobrevivido por meios naturais ou sido recriadas posteriormente.

Para explicar a diversidade animal observada no mundo pós-diluviano, o jesuíta germânico recorreu à ideia de hibridação entre espécies originais e à teoria da geração espontânea, admitindo que certos organismos poderiam surgir diretamente da matéria inanimada em condições específicas. Entre os exemplos de animais híbridos, Kircher menciona o tatu, encontrado no Reino Mexicano e em outros locais da América, como no Brasil, que ele descreveu como semelhante a um cavalo coberto de escamas, com focinho de javali e cauda longa, deduzindo que seria resultado da combinação entre tartaruga e ouriço. Tais criaturas, muitas vezes vistas como "monstros" ou "maravilhas", eram interpretadas por Kircher como produtos naturais da adaptação e cruzamento entre espécies originais, justificando assim sua existência fora da narrativa

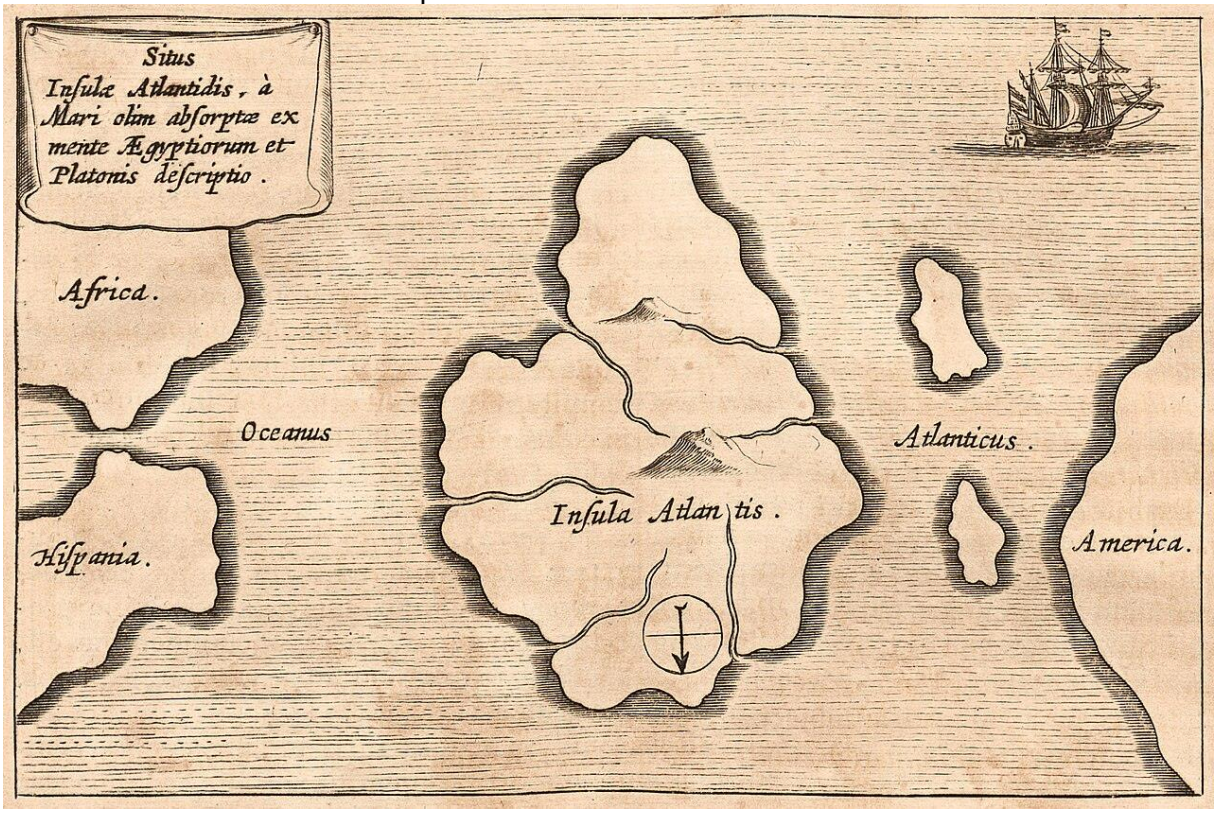
bíblica tradicional. Quanto à dispersão geográfica, ele defende que os animais se espalharam a partir do Monte Ararat, adaptando-se aos diferentes ambientes e originando variações regionais. Sua abordagem combina elementos naturalistas, simbólicos e teológicos, revelando um esforço de integrar fé e razão na compreensão da natureza.

1. CONHECIMENTO BIOGEOGRÁFICO

As primeiras referências de teorias biogeográficas sobre origem e dispersão de seres vivos pela Terra, no mundo judaico-cristão, estão localizadas no Torá e no Livro do Genesis (BOUSQUETS; PAPAVERO; HERNÁNDEZ, 2001). No segundo caso, as indicações de que, a partir de um local, os humanos e outros animais povoaram o mundo conhecido aparecem, pelo menos, três vezes, estas sendo: O mito do Éden, do Dilúvio Universal e de Babel. Ainda assim, era difícil defender que toda a Terra conhecida teria sido povoada, com tanta diversidade, em 4000 anos, tempo que, até pelo menos o século XVII, se acreditava ter o mundo (BOUSQUETS; PAPAVERO; HERNÁNDEZ, 2001).

Com o passar das décadas de ocupação e povoamento, que se estabeleciam nas Índias Ocidentais, a ideia platônica, extraída dos diálogos entre Timeu e Crítias, de que existiria no Oceano Atlântico um continente inundado com diversas ilhas, de onde teriam origem os americanos, foi sendo substituída paulatinamente. Essa teoria foi defendida até, pelo menos, a última década do século XVI, por cronistas como Francisco de López Gómara (1511-1564) e Agustin de Zárate (1514-1560). Na cartografia, que se desenvolveu, sobretudo, a partir do encontro com o Novo Mundo, a hipótese sobre a existência da Atlântida não deixou de figurar em mapas feitos até três séculos depois da chegada dos europeus nas Américas, como no exemplo abaixo exposto, retirado da obra Mundus subterraneus (1664) de Athanasius Kircher . (CRUZ, 2003).

Figura 1. Situs Insulae Atlantidis [...] Vê-se no centro da imagem a representação do que seria a ilha Atlântida



Fonte: KIRCHER, Athanasius. Mundus subterraneus, vol. 1. Amsterdam 1664.

Entretanto, outras hipóteses, as quais relacionavam as terras do Novo Mundo com as outras terras do Velho, surgiam e ganhavam força entre aqueles que escreviam sobre a história dos povos e outros habitantes das Américas. O jesuíta José de Acosta (1540-1600) lançou algumas críticas a essa teoria acerca da Ilha Atlântida, corroborando para o desenvolvimento de teorias sobre a passagem dos nativos que foram encontrados nas Américas através de estreitos marítimos.

> Grande espanto se pôs a Santo Agostinho a imensidão do Oceano, para pensar que a linhagem humana tivesse passado a esse Novo Mundo. Por um lado, sabemos de certo que, há muitos séculos, há homens nessas partes, por outro, não podemos negar o que a divina Escritura ensina, de terem procedido todos os homens de um primeiro homem, sem dúvida ficamos obrigados a confessar que passaram para cá os homens da Europa, ou da Ásia, ou da África: mas, como e por que caminho vieram, todavia inquirimos e desejamos saber. (ACOSTA, 1590, p. 57)

José de Acosta, teólogo jesuíta, esteve no Reino do Peru de 1572 até 1586, com o intuito de acompanhar a obra dos missionários espanhóis no Novo Mundo. Depois, ainda teria passado um ano no México, retornando à Espanha, Salamanca, em 1587. O jesuíta foi responsável pela primeira hipótese de que os ameríndios, situados na América, poderiam ter chegado nesse local a partir de um estreito, à época, conhecido como "Estreito de Anian" (PICH, 2013). Em sua obra *história natural e Moral das Índias* (1590), Acosta escreveu ao leitor, dizendo que muito já se tinha falado sobre as curiosidades e maravilhas existentes nas terras do Novo Mundo, mas que nenhum autor teria se aventurado, até então, a tentar responder sobre suas causas, e foi isso o que ele buscou fazer.

O jesuíta compôs uma verdadeira obra cosmográfica, explicando sobre a posição do céu, da terra, sobre a duração dos dias e como essas questões poderiam ser pensadas em relação às Índias Ocidentais. Alguns dos capítulos iniciais do primeiro livro dessa obra foram dedicados ao estudo da origem e da passagem dos nativos americanos para o Novo Mundo. A permanência de hipóteses bíblicas sobre a origem dos povos que habitavam o Novo Mundo, em alguns mapas da cartografia europeia e obras sobre teologia e história natural, talvez, se justifique pela intenção, ou mesmo pelas finalidades de tais produtos do conhecimento. Acosta defendia que os habitantes que moravam no Novo Mundo seriam descendentes dos povos dos outros continentes conhecidos.

> Coisa certa é que vieram os primeiros Índios por uma das três maneiras a terra do Peru. Pois, ou vieram por mar, ou por terra: e se por mar, ou pelo acaso, ou por determinação tenha sido: digo ao acaso, como pela força de uma grande tempestade, como acontece em tempos contrários e forçosos: digo por determinação caso pretendessem navegar e inquirir novas terras [...] não me ocorre nenhuma outra possibilidade [...] (ACOSTA, 1590, p. 57-8)

De acordo com Acosta, a hipótese mais provável sobre a origem e dispersão desses povos argumentava que os primeiros nativos que teriam chegado na América, possivelmente, viriam ao Peru, seja em busca de novos espaços terrestres, ou pelo acaso da navegação. De toda forma, o autor não demonstrou ter tido dúvida sobre o local pelo qual, provavelmente, chegaram esses nativos às Américas, ou seja, do Velho Mundo para as terras peruanas. É

possível que seu argumento esteja diretamente relacionado com a atenção que o reino do Peru começou a ganhar na década de 1590, por conta da suposta localização de minas de ouro neste local, momento em que sua obra foi publicada em Sevilha. No trecho, há também uma passagem que indica a possibilidade de existência de fenômenos naturais, que poderiam ter influenciado a dispersão dos habitantes e sua chegada ao Peru. O dilúvio universal e outros fenômenos naturais e climáticos, que podem ter gerado a dispersão dos seres vivos pela Terra, mais tarde, deram força às hipóteses vinculadas ao catastrofismo bíblico.

Acosta fez menção, em seu texto, a uma passagem que daria acesso ao Novo Mundo, a qual, no século XVIII, ficou conhecida como ‘Estreito de Bering’, mas, à época do jesuíta, também era referenciada como ‘Estreito de Anian’ (PAPAVERO; TEIXEIRA; PRADO, 2013). Como se sabe atualmente, esse estreito liga o oceano Pacífico ao Oceano Ártico. A primeira referência a ele de que se têm notícia, supostamente, está localizada em mapas baseados na obra das aventuras de Marco Polo, de onde muitos registros de navegantes e viajantes também buscavam suas referências. De acordo com Bathsheba Demuth (2019) O Estreito de Anián era uma passagem marítima lendária, buscada por exploradores europeus durante séculos. Acreditava-se que conectava os oceanos Atlântico e Pacífico pelo norte, oferecendo uma rota comercial mais curta para a Ásia. A exploração de Vitus Bering, no século XVIII, começou a fornecer uma compreensão mais precisa da geografia da região. No entanto, a persistência do mito do Estreito de Anián revela como as expectativas e os desejos podem influenciar a percepção da realidade. Demuth, em "Floating Coast" (2019), explora como essa transição do mito para o conhecimento científico foi gradual e complexa. Ela mostra como as percepções do ambiente eram moldadas por diferentes objetivos: comerciais, políticos e científicos. Essa é considerada uma hipótese bastante moderna para o período em que foi arquitetada por José de Acosta. Por muitos anos, o jesuíta se tornou uma referência discursiva e cosmográfica para o estudo e a explicação da origem dos habitantes das Américas. Sendo assim, possivelmente as populações nativas, das quais se referia o autor, teriam feito esse percurso, também, por vias terrestres, para que pudessem atravessar o continente e chegar ao Peru.

Adiante, o jesuíta reafirmou a necessidade de terem esses nativos passado por um espaço terrestre, ao longo de sua migração, especialmente por conta da impossibilidade dos animais, que com eles provavelmente se dispersavam, terem atravessado o oceano e ainda sobrevivido tantos em quantidade que se encontravam no Novo Mundo.

> Concluo, pois, em dizer que é bem provável pensar que os primeiros aportaram nas Índias por naufrágio ou tempestade no mar. Mas oferece-se aqui uma dificuldade, que gostaria muito de compreender e é que, já que demos que tenham vindo homens por mar e terras tão remotas, e que a partir deles se multiplicaram as nações que vemos, mas de bestas e animais, que cria a Nova Orbe muito grandes, não sei como embarcamo-las e as levamos às Índias [...] (ACOSTA, 1590, p. 69)

Em se tratando dos outros animais não humanos, que também eram objeto de tal inquérito, Acosta escreveu mais sobre, ao tecer algumas críticas aos argumentos elencados por Santo Agostinho, acerca da maneira pela qual os animais teriam chegado no Novo Mundo. Ao confrontar as proposições do teólogo, indagando sobre a possibilidade real da passagem desses animais ao Novo Mundo a nado, ou para finalidade de caça, o jesuíta defendeu que, provavelmente, as ilhas das Índias Ocidentais teriam uma continuidade com alguma outra parte. Por isso, segundo Acosta, os primeiros indígenas, assim como alguns animais, teriam feito, pelo menos, parte do caminho de sua migração às Américas por terra.

Entretanto, o problema da dispersão dos animais não deixou de ser uma discussão mais complexa, como aponta o jesuíta. Ainda que o autor tenha reafirmado a grande fertilidade existente nas ilhas do Novo Mundo, ele argumentou que não existiam nelas muitas feras de bom proveito aos homens, e que muitas delas teriam sido levadas pelos europeus, depois do início do povoamento feito por eles nesses espaços. Ademais, o cronista acreditava que, nas terras americanas, animais como cavalos, galinhas, vacas e bois se multiplicariam. Com isso, ele também sustentava argumentos de que não havia, anteriormente, sortes de animais, as quais pudessem ser usadas para esses trabalhos, junto aos espanhóis, nesses locais.

1.1 Clima e colonização

Neste subtópico, discutirei sobre a influência do estudo do clima nas retóricas de colonização e no estudo da origem e dispersão dos seres vivos pela Terra. Acosta, como um cronista oficial, defendia a colonização das terras americanas, especialmente, nesse caso, do Peru. Ao mencionar a possibilidade de aclimatação e multiplicação dos animais que poderiam, segundo ele, ser introduzidos nessas terras, o teólogo jesuíta argumenta a favor da existência de um clima favorável para o estabelecimento dos animais e, consequentemente, humanos nesse local. O receio em relação aos malefícios que o clima poderia causar à saúde e mesmo impedir a sobrevivência e o pleno estabelecimento das colônias europeias no Novo Mundo era uma preocupação bastante presente, tanto nos escritos de colonos, quanto em outros tipos de documentos, como correspondência, histórias naturais etc. A presença das singularidades das espécies e do clima da região da zona equinocial, em relação aos animais e ao clima temperado de outros locais, como da Europa, é um dos sintomas de como a agência do clima e a temperança dos locais que estavam sendo colonizados tinham sobre a atuação dos impérios marítimos nas Américas e a forma como seus colonizadores as interpretavam.

Junto das retóricas coloniais emergiu, no contexto de exploração atlântica, uma certa ideia de que a natureza das Índias Ocidentais possuía maravilhas que poderiam ser comparadas com o paraíso, isso se não fossem consideradas, de fato, o Éden terrestre. Richard Groove (1995) trata sobre esse aspecto, argumentando que, com o passar do tempo, a criação de "Édens" tropicais foram cruciais para o desenvolvimento das ideias ambientalistas. A experiência colonial nos trópicos, segundo o autor, estimulou o desenvolvimento da ecologia científica, à medida que naturalistas europeus buscavam entender e gerenciar os ecossistemas únicos que encontravam. Isso levou ao surgimento de novos campos de estudo, como botânica, zoologia e climatologia. Logo, se por um lado as experiências coloniais fomentaram uma visão maravilhosa e edênica sobre o Novo Mundo e sua natureza, buscando incentivar novos colonos a irem para as Américas, essa mesma noção de natureza deu vazão para outras discussões que envolviam o estudo do clima e os trópicos, que mantiveram hierarquias raciais.

Tanto em tratados de medicina e terapêutica, quanto em trabalhos como crônicas e relações de viagens, tal qual o de Acosta, eram em geral descritas as formas dos animais, a cor, o sabor e mesmo sua ligação com o clima e a umidade do local onde foram encontrados. Esses eram aspectos essenciais para sua classificação e, sobretudo, para a sua identificação espacial, já que muitas vezes essas mesmas características tinham relação com a posição em que seu meio estava situado. Um exemplo a ser citado são os ursos brancos, descritos por exploradores e cronistas que escreveram sobre essas terras do Norte das Índias Ocidentais. Eles relacionavam, invariavelmente, a cor do animal à temperatura deste local, além da incidência de neve, como na imagem abaixo.

Figura 2. Parte do Planisfério de Sebastião Caboto (1544). Imagem retirada da digitalização do mesmo mapa, feita pelo site da Biblioteca Nacional de Paris. Na figura, vê-se dois ursos brancos caminhando próximos à chamada terra do Achala”



Fonte: Biblioteca Nacional de Paris

Retirada do Planisfério de Sebastião Caboto, datado de 1544, a imagem exibe dois ursos brancos com uma legenda entre eles, que diz “da terra do Achala [...]”. A cor dos ursos faz conexão com o hemisfério em que foram situados, indicando a existência de neve e de clima frio neste local. O exemplo imagético exibe claramente a noção de que os seres vivos, localizados em um espaço determinado, carregavam em si características influenciadas pelos aspectos dessa região. Neste caso, o clima, a humidade e a presença de neve foram fatores decisivos para a possibilidade de identificação de animais, como os ursos brancos inseridos no Planisfério, nessa região projetada.

Para o estudo da classificação natural e da dispersão dos seres vivos pela Terra, considerar a ação do clima foi um elemento crucial aos naturalistas dedicados a tais problemas de investigação. Susan Scott Parrish (2006), por exemplo, discutiu acerca da identidade e do valor cultural que alguns animais tinham conquistado ao longo da história cultural europeia e americana. Parrish demonstrou que havia um valor identitário concebido a alguns animais geográfica e socialmente relevantes e que, segundo ela, se tornaram ícones

(PARRISH, 2006; LAWRENCE, 2018). Uma parte deles era o castor, o tatu, a cascavel e a baleia. Em sua obra, um dos tópicos de análise diz respeito à influência do clima na ideia de origem, dispersão e transferência de animais estrangeiros na América britânica. A autora revelou, em tal trabalho, uma mudança de posição na narrativa de colonos, que buscavam tratar de forma positiva as mudanças corporais nos animais, causadas pelo clima das colônias. Dessa forma, mesmo que baseados pela teoria humoral clássica, os homens da ciência e físicos da época corrigiam-na por suas experiências pessoais.

A análise de Ana Tsing (2005) sobre as “fricções” geradas nas conexões globais é particularmente útil para entender como saberes europeus foram adaptados, resistidos e transformados nos encontros coloniais. A circulação de ideias sobre clima, fauna e geografia não ocorreu de forma homogênea, mas sim por meio de negociações e tensões que revelam a complexidade da produção de conhecimento em contextos coloniais. Além das fricções, pensar de forma espacial a produção de conhecimento sobre a biogeografia do Novo Mundo se faz aqui fundamental. Simon Naylor (2005) propõe uma leitura espacial da ciência, destacando como os saberes são produzidos em contextos específicos e carregam marcas geográficas. Essa abordagem permite compreender como os discursos sobre o clima e a fauna americana estavam inseridos em cartografias simbólicas que reforçavam a alteridade do Novo Mundo e legitimavam a intervenção europeia.

A experiência europeia nos trópicos, especialmente nas ilhas e regiões costeiras das Índias Ocidentais, foi central para o desenvolvimento de uma sensibilidade ambiental entre naturalistas e cronistas da primeira modernidade. Como argumenta Richard Grove (1996), os territórios tropicais funcionaram como verdadeiros laboratórios ecológicos, onde os impactos da exploração colonial — como desmatamento, erosão e perda de biodiversidade — começaram a ser percebidos e registrados.

Susan Scotth Parrish afirmou que, depois de 1660, os colonos ingleses que estudou continuavam a se preocupar com o desequilíbrio humoral, induzido pelo ambiente, e a tendência dos corpos dos ingleses de se transformarem em não ingleses. Por fim, a autora destacou que a natureza foi mais do que um tropo narrativo. Ela estava intrinsecamente ligada à identidade do colono, de uma

forma fisicamente experimentada e detectável, da qual o clima era um dos elementos fundamentais para tais vivências.

Com o passar dos séculos, as formas de medir, compreender e as tentativas de "controlar" o clima também se modificaram. Esse é um dos pontos apresentados por Jan Golinski (1992) em seu trabalho sobre o que o autor chama de "império do clima" na Inglaterra do século XVIII. Golinski argumenta que os intelectuais iluministas viam o clima como uma força que precisava ser ordenada e compreendida. Eles acreditavam que, ao entender e prever o clima, poderiam melhorar a vida humana e as condições sociais. Esse desejo de ordem refletia a busca iluminista por racionalidade e controle sobre a natureza. Golinski desafia a ideia de que o progresso iluminista colocou os humanos contra a natureza. Em vez disso, ele mostra que os intelectuais da época chegaram a conclusões modernas sobre a inextricabilidade da natureza e da cultura. Vale ressaltar, ainda, que Golinski mostra como o registro sistemático do tempo foi empregado para entender melhor os impactos do clima na saúde humana e como isso influenciou políticas públicas e práticas de saúde (GOLISNKI, 1992).

Em geral, esses elementos eram levados em consideração, especialmente, quando se refletia sobre a natureza de seres humanos existentes em lugares distantes. Ela era compreendida como o resultado da interação do clima, particularmente a luz do sol ambiente, a temperatura e as qualidades do ar, água e terra, e os humores corporais acima citados. Nesse sentido, a compleição de um ser dependia do clima da região na qual ele vivia, que poderia influenciar em seu temperamento, seus hábitos e suas qualidades físicas. Ela poderia, inclusive, se modificar, dependendo da localização de um determinado animal (LAWRENCE, 2018; DAVIES, 2016; PARRISH, 2006).

Muitos colonos que vieram para as Américas, assim como José de Acosta, também defendiam que seria possível o 'melhoramento' dos humanos e outros seres, dependendo da região e do clima de onde eles passariam a viver. Esse é o caso de Claude d'Abbeville (?-1632). Ele sugeriu, nos últimos capítulos de sua relação de missão, que seria possível que alguns animais da França, especificamente os pássaros, se levados para o Maranhão, melhorassem suas qualidades. O melhoramento se daria por conta do clima e das temperaturas da antiga colônia francesa. Quando já estava de volta a Paris, escreveu em sua

obra: “Os pássaros, enfim todas as aves de França se por lá andassem, cresceriam mais e ficariam melhores do que aqui, e gozando desde o princípio de todas as estações do ano” (D’ABBEVILLE, 1614, p. 202-203).

Nesse caso específico acima exposto, o capuchinho francês fez uso de seu conhecimento cosmográfico sobre o clima do Maranhão, local onde atuou como missionário no início do século XVII, para propagar a ideia de que, por conta da fertilidade e temperança daquele espaço onde se localizava a então colônia francesa, nomeada como França Equinocial, essa zona terrestre não seria prejudicial à saúde dos humanos e de outros animais que viessem se estabelecer na empreitada (CAPOZZI, 2021; DAHER, 2007).

É possível dizer que, muitos dos escritores coloniais minimizavam qualquer dano que o clima e a temperatura das Américas poderiam causar aos colonos e mesmo aos animais da Europa, de maneira a influenciar novos colonos a se estabelecerem na terra ocupada. Por outro lado, alguns cronistas e naturalistas depreciavam a qualidade do clima das regiões abaixo do Equador e, por consequência, a natureza dos seus habitantes e animais (PARRISH, 2006). A depreciação dessas terras descritas, então, como úmidas e quentes, já se desenvolvia na medida que, ainda no início da exploração das Américas, muitos europeus não acreditavam ser possível habitar aquela região, que há tempos era reconhecida como zona tórrida, nome ainda referenciado em obras do período. De toda forma, como foi apontado por Sam White (2016), a experiência europeia no Novo Mundo, com seus climas desconhecidos e desafiadores, forçou os observadores a repensarem suas concepções de clima. Isso levou a mudanças intelectuais que lançaram as bases para a ciência climática moderna.

A concepção do clima como elemento explicativo da diversidade biológica nas Américas não pode ser dissociada das estruturas coloniais que moldaram os saberes da primeira modernidade. Como argumenta Chakrabarty (2009), o clima não é apenas uma variável natural, mas uma categoria histórica que atravessa os modos de pensar o tempo, a agência humana e a própria ideia de progresso. Ao situar o clima como operador epistemológico, os discursos coloniais sobre degeneração, maravilha e hierarquia racial revelam uma tentativa de ordenar o mundo segundo uma lógica eurocentrada, em que o ambiente americano era visto como inferior ou exótico. O clima, nesse contexto,

funcionava como uma tecnologia discursiva que articulava conhecimento natural, religião e política — uma “fricção” no sentido proposto por Tsing (2005), onde saberes globais eram reconfigurados nos encontros coloniais.

2. UM SUPERCONTINENTE E O CATASTROFISMO BÍBLICO.

São analisadas, nesta sessão, hipóteses biogeográficas que propuseram outras explicações sobre a dispersão dos seres vivos. Um dos principais motores que geravam novas explicações eram as catástrofes naturais, o que veio a ficar conhecido como catastrofismo bíblico, que também é discutido abaixo.

As especulações acerca da origem dos habitantes das Américas, levantadas pelas obras, como crônicas, histórias e tratados sobre a ascendência e dispersão dos americanos, ou mesmo sobre as Índias Ocidentais, estavam preocupadas – como pode se notar –, sobretudo em buscar respostas acerca do passado dos homens americanos, lançando algumas hipóteses, ligadas ao discurso bíblico, sobre os animais encontrados nas terras do Novo Mundo. Ainda que se tenha, nestes documentos acima expostos, novas ideias sobre a chegada desses povos por vias terrestres e aquáticas, como uma consequência da interiorização das terras ocupadas nas Índias Ocidentais e da navegação oceânica, a relação com as explicações bíblicas e o discurso providencialista faziam parte das explicações possíveis lançadas sobre a suposta chegada de tais nações antigas nas Américas. Este era um tema delicado, especialmente no que tange à origem única, ou não, e à linhagem desses povos, ideias que buscavam na maior parte das vezes, especialmente em obras ligadas a projetos colonizadores, inserir a história e a origem desses povos e de suas terras dentro das explicações bíblicas sobre a Criação do mundo conhecido. Ao mesmo tempo que existiam muitas ideias e possibilidades de explicar a chegada dos povos que teriam dado origem às nações americanas, ainda não havia muitas outras proposições que focassem sua atenção em explicar como e quais animais especificamente vieram para as Américas.

José de Acosta, ao falar das chamadas “bestas” que habitavam as Américas, indicou que não se poderia considerar que os animais, depois do dilúvio, se multiplicariam sem a geração. O jesuíta afirmou que, ainda que não se encontrasse nas Índias Ocidentais, muitos dos animais conhecidos na

Europa, havia nelas uma sorte de animais imperfeitos, como ratos e cobras. Os animais considerados imperfeitos, ou seja, com pouca ou sem utilidades, deveriam, segundo o jesuíta, ser governados e dominados por uma natureza considerada mais “elevada” que aquela do Novo Mundo.

A hipótese lançada, no final do século XVI, pelo jesuíta espanhol ganhou notoriedade. No século XVII o ‘Estreito de Anian’, região importante para a teoria de dispersão e povoamento das Américas defendida pelo religioso, começou a ser referenciado com maior frequência em obras de cosmografia e manuais de geografia impressos em diversos locais da Europa. Na obra do cartógrafo escocês John Ogilby (1600-1676), publicada em 1670, em Londres, sob o título de *America: being the latest, and most accurate description of the New World*, o escocês fez referência ao estreito e ainda incluiu comentários sobre uma outra hipótese, fortemente discutida ao longo do mesmo século, de que os nativos que teriam dado origem aos americanos, supostamente, viriam da Tartária ao Novo Mundo, através desse mesmo estreito.

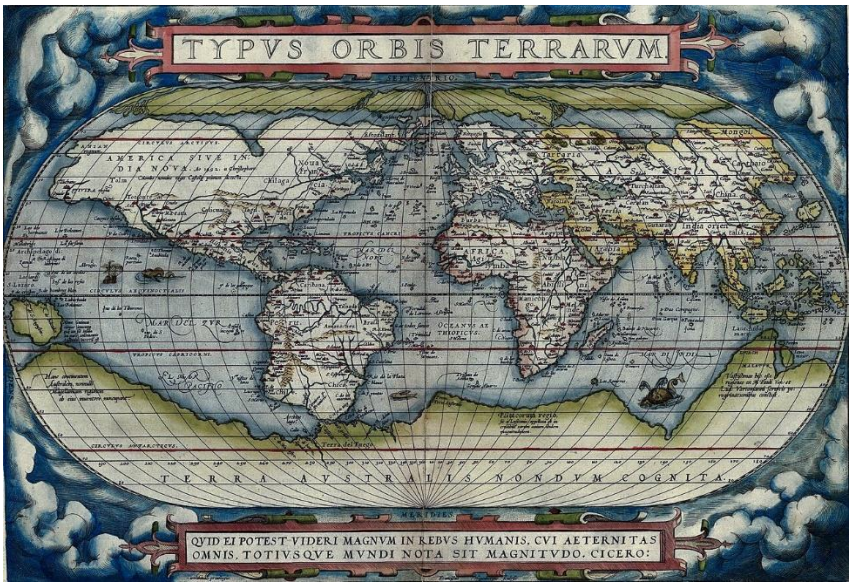
Figura 3. América Descriptio Vê-se na parte noroeste da América do Norte a referência ao estreito de Anian, cujo autor argumentava favoravelmente sobre sua existência.



Fonte: OGILBY, John. America: being the latest, and most accurate description of the New World. London: 1671.

A deriva continental, que foi defendida por alguns filósofos e teólogos, especialmente a partir do século XVII, foi uma das explicações que fundamentavam um outro olhar para a origem e dispersão dos humanos e não-humanos entre os quatro cantos do mundo conhecido. É provável que uma das primeiras indicações de que teria existido uma junção terrestre entre a costa dos continentes, antes da sua separação, apareceu na obra *Thesaurus Geographicus* (1596) de Abraham Ortelius, cartógrafo e geógrafo influente à época (SMITH, 2020), já citado anteriormente neste trabalho. O cartógrafo brabantino passou a defender sua hipótese ao ter constatado semelhanças entre a costa da África ocidental, da Europa e da América oriental (SMITH, 2020). As explicações dadas por Ortelius, para a compreensão da separação desses continentes do Velho e do Novo Mundo e a suposta ilha Atlântida, foi de que eles teriam se descolado por conta de uma catástrofe natural (ROMM, 1994). Analisando seu mapa mundi *Typus Orbis Terrarum,* é possível observar que a costa dos continentes acima comentados teve uma representação que ressaltou suas bordas em formatos muito semelhantes. Além de continentes que parecem se "encaixar", o mapa de Ortelius registrou o local por onde os povos que teriam dado origem aos nativos americanos poderiam ter passado, de acordo com a hipótese anteriormente comentada, ou seja, o estreito de Anian, na extremidade ocidental da América do Norte.

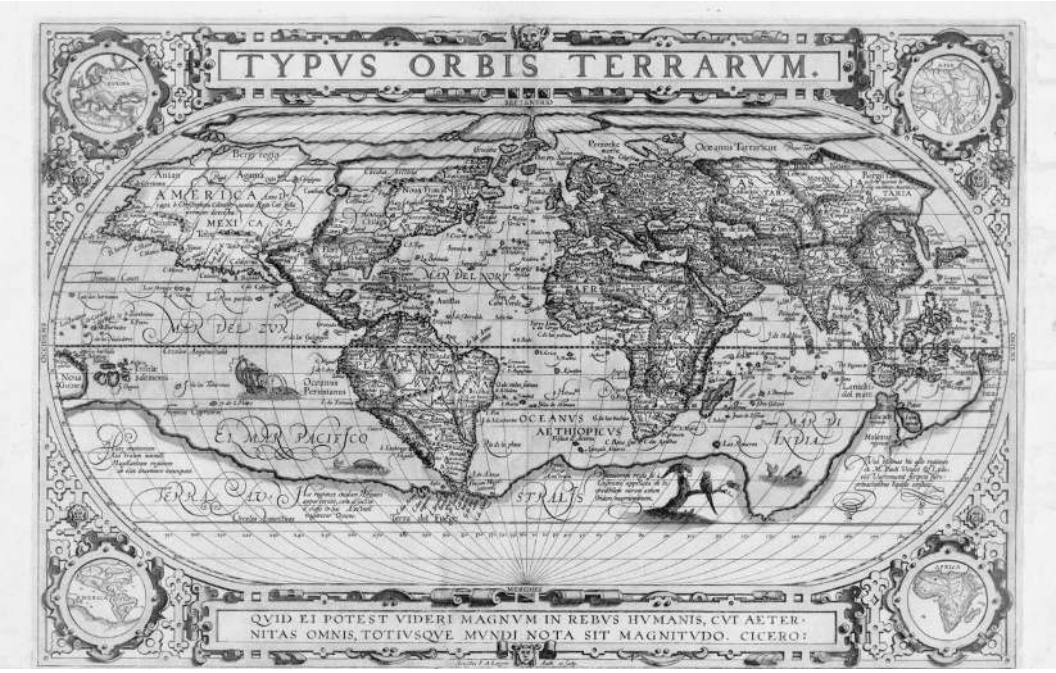
Figura 4. Typus Orbis Terrarum. Antuérpia,



Fonte: ORTELIUS, Abraham. 1587. 1 mapa: color.; 54 x 41 cm.

Outros mapas, ao longo do século XVII, projetavam cópias do modelo lançado por Abraham Ortelius acima exposto (Figura 3). Nesse sentido, tais outros mapas também reforçavam a ideia de que a costa dos continentes América, África e Europa poderiam se encaixar e, talvez, tenham sido um único no passado. Esse é o caso do mapa de autoria de Arnold Florent Van Langren (1580-1644), que possui o mesmo título que o anterior, ou seja*, Typus orbis terrarum.*

Figura 5. [Mapa-múndi]. [Amsterdam



Fonte: LANGREN, Arnold Florent van.]: s.n., [1594?]. 1 mapa: il., color. manual; 31 x 46 cm em folha de 42 x 55 cm.

Como foi apresentado acima, a ideia defendida por Ortelius, de uma possível deriva continental, tinha no cerne de sua explicação, como agente causador dessa separação, o dilúvio universal. De acordo com Cándido Manuel García Cruz (2003), esse tipo de argumentação se constituiu enquanto uma perspectiva, pelo autor chamada de 'catastrofismo'. Nela se defendia uma ideia de separação dos continentes a partir de catástrofes naturais, como o dilúvio. A hipótese de que teria existido um supercontinente também foi defendida por alguns outros letrados do século XVII.

Um dos nomes que se constituiu como um representante do dilúvio como agente causador da separação do mundo, foi o teólogo inglês Thomas Burnet

(1635-1715). O clérigo de Cambridge publicou, em 1680, o primeiro volume da sua obra, *A Teoria Sacra da Terra*, e em 1689 o segundo (SANTOS, 2021). Seu trabalho, dividido em quatro livros, foi estruturado para narrar a história da Terra, em concordância com os eventos bíblicos (SANTOS, 2021; MONTGOMERY, 2017). Burnet também projetou, em sua obra, o possível futuro da Terra, em uma narrativa linear que traçou um passado bíblico e integrado para o mundo, incluindo todos os continentes conhecidos nele, e que evidenciou uma ideia de futuro, no qual aconteceria a chegada do Milênio, juntamente da estabilização de uma suposta Terra reformada (SANTOS, 2021). Burnet aliou o discurso bíblico às colocações da física mecanicista, dando o tom da discussão sobre a história da Terra, que permaneceu providencialista por grande parte da comunidade de investigadores do tema, até o século XVIII.

Burnet dialogava com os postulados de Descartes. O filósofo foi um pilar importante para que Burnet sustentasse seu argumento de que um fenômeno natural de proporções catastróficas teria disposto o contorno e a posição das montanhas. Para o clérigo, a disposição das montanhas e o formato delas poderiam ser interpretados como uma transformação ocorrida no Jardim do Éden após o dilúvio (SANTOS, 2021). O movimento do mar e dos seres vivos apareceu como um tema de destaque em sua obra. Nesse caso, a ideia de movimento estava entrelaçada com a própria noção do tempo e do desenvolvimento da Terra, que teria se dado a partir das explicações bíblicas. Em acordo com a importância da física mecanicista para sua obra, Burnet argumentou que Deus teria criado o universo para que as coisas nele existentes fossem dispostas e se movimentassem a partir de sua densidade, nesse caso os elementos mais pesados estariam condensados no núcleo da Terra e os mais leves na camada superficial do oceano (SANTOS, 2021). Para o autor, o sol pode ter penetrado a camada mais superficial e atingido as águas densas do oceano, causando o dilúvio (SANTOS, 2021).

Anteriormente a Burnet, Sir Walter Raleigh (1628) (1552-1618) tinha composto um trabalho que pretendia contar a história do mundo de acordo com a Criação. Em concordância com o discurso aristotélico, Raleigh argumentava que teria ocorrido um dilúvio gradual e não local, o qual não teria devastado a Terra por completo, de uma única vez. Sua obra dedica-se a explicar a criação

do mundo e a distribuição da população nele existente de acordo com as narrativas bíblicas, especialmente contidas no livro do Gênesis. De acordo com o inglês, o ar teria se condensado e não interagido com a água, o que teria feito com que uma enorme massa de água densa do núcleo da Terra eclodisse e inundasse progressivamente o Globo. A proposta de uma inundação total e gradual foi justificada pelo autor através de algumas passagens bíblicas que indicavam que, supostamente, a vegetação não teria sido destruída por completo após o dilúvio (MONTGOMERY, 2017). O autor também argumentou contra a conexão entre Ophir e o Peru das Américas, referindo-se a essa correlação anteriormente divulgada e altamente aceita até então como um erro (RALEIGH, 1628, p. 333-34). Por fim, o autor também defendeu a existência de um local específico na Terra em que teria existido o Paraíso antes do dilúvio, contradizendo a hipótese de que toda a terra era o Paraíso (RALEIGH, 1628, p. 6568).

Tanto na obra de Burnet, quanto no trabalho descritivo e argumentativo de Raleigh as catástrofes e corrupções da natureza são elementos recorrentes. A noção de catástrofe também figurou na narrativa explanatória de outras obras no mesmo século, relegando relevância à física e à matemática copernicana ao longo do século XVII, inclusive nos estudos sobre a história da Terra e seus habitantes. A ideia de catástrofe e corrupção apareceu de maneira evidente em estudos do Século das Luzes, como o de François Placet (1771-1854), moralista francês do século que também defendia uma origem continental única, de acordo com os preceitos bíblicos. Em *La corruption du grand et petit monde* (1668), Placet argumentou que as ilhas das Américas, anteriormente unidas, de acordo com o padre francês, também tinham conexão terrestre com o Velho Mundo. Essa ligação teria sido desfeita por conta do dilúvio. Em seu trabalho, a corrupção do mundo, ou da natureza, se deu pelo dilúvio, que transformou a Terra e separou algumas regiões. Ainda que Placet não tenha defendido diretamente nenhuma hipótese específica sobre a existência de um único continente, que teria originado a Terra e seus habitantes, sua explicação sobre a formação das Américas, a partir da noção de corrupção da natureza pelos fenômenos catastróficos, como o dilúvio, o autor dialogava com a suposição de que os continentes conhecidos até então teriam uma ligação que possivelmente

foi desfeita.

Martin J.S. Rudwick (2014) explora a jornada para a compreensão da vasta história da Terra, abordando a interação entre interpretações bíblicas e as emergentes teorias sobre a dispersão da vida nos séculos XVI a XVIII. Rudwick reconhece que as narrativas bíblicas, especialmente o relato do Dilúvio de Noé, desempenharam um papel fundamental na formação das primeiras interpretações da história da Terra. O catastrofismo, a ideia de que eventos súbitos e violentos moldaram a superfície terrestre, estava fortemente ligado a essas narrativas. O autor enfatiza que a história da geologia não é simplesmente uma história de conflito entre ciência e religião. Em vez disso, ele demonstra como as duas esferas de conhecimento interagiram e se influenciaram mutuamente.

Muitos dos primeiros naturalistas eram religiosos e buscavam entender a obra de Deus através do estudo da natureza. Suas colocações, com as quais este estudo corrobora, reforçam o que vem sendo demonstrado neste artigo. Apesar da gradual superação das explicações bíblicas sobre a origem e dispersão dos seres vivos pela Terra, a raiz teológica e mesmo o retorno a referências bíblicas continuam a acontecer para a compreensão de problemas ainda pouco solucionados, como a mobilidade de animais não humanos entre os continentes. Esse retorno, sobretudo no caso dos animais, era uma forma de reforçar a retórica providencialista, ainda em voga, mas ao mesmo tempo buscar superar algumas certezas que já não correspondiam às noções e conhecimentos que se tinham a partir dos séculos XVII e XVIII, especialmente.

O conhecimento biogeográfico que se formava, na controvérsia entre hipóteses lançadas no início da modernidade, explicitamente preocupada em compreender sobretudo a origem e dispersão dos humanos pela Terra, emergiu como um estudo providencialista e naturalista, condensando explicações que dessem conta de explicar a ordem e a disposição dos seres no mundo. Essas explicações continuaram a reforçar hierarquias raciais, inclusive no caso de animais não humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste artigo revelam que as hipóteses

sobre a origem dos habitantes das Américas — humanos e não humanos — foram moldadas por uma complexa intersecção entre discursos providencialistas, saberes naturalistas emergentes e interesses coloniais. A análise das obras de cronistas, cosmógrafos e naturalistas dos séculos XVI e XVII mostra que o clima não apenas figurava como um elemento explicativo da distribuição dos seres vivos, mas também como um instrumento retórico que sustentava hierarquias raciais e justificativas para a colonização de locais como os do Novo Mundo.

Até então, pouca atenção teria sido dada aos animais nesse sentido. Os animais encontrados no Novo Mundo tinham um papel relevante na localização de uma região específica, ou mesmo na identificação de atividades referentes a uma área nas Américas. A presença de espécies específicas em mapas e relatos de viagem não apenas indicava a fauna local, mas também servia para reforçar a ideia de maravilha ou monstruosidade, dependendo da perspectiva adotada. Essa ambivalência entre o maravilhoso e o degenerado revela como o imaginário europeu sobre o Novo Mundo oscilava entre o encantamento e a necessidade de dominação.

Entretanto, sua origem e distribuição estiveram, na maioria das vezes, atreladas às hipóteses sobre a disposição dos habitantes humanos pela Terra. José de Acosta, ainda no final do século XVI, foi um dos poucos autores que buscou indicar uma possibilidade de explicação que contemplasse a existência de outros animais não humanos nas terras americanas, a partir de uma classificação dos animais dentre algumas categorias, as quais também indicavam que poderia ter existido algum tipo de migração, ou ligação entre o Novo e o Velho Mundo. De toda forma, o que se destaca, ao longo da análise das obras citadas, é que o discurso providencialista e a permanência de explicações teológicas de cunho judaico-cristão atravessaram as hipóteses até então existentes. No século XVII, essas narrativas bíblicas eram mescladas com explicações mecanicistas, a partir de outras ciências que tinham ganhado maior destaque nesse momento, como a física e a matemática. Assim, a visão providencialista sobre a origem da Terra e de seus habitantes, humanos e não-humanos, perdurou e, em trabalhos que avançavam ao século XVIII, essa interpretação da natureza, especialmente americana, não deixou de existir.

Em relação as habitantes não humanos que viviam nas Américas, é provável que a obra que mais tenha marcado os debates sobre suas origens e dispersões seja o Arca de Noé, publicada pelo jesuíta germânico Athanasius Kircher, em que o naturalista, com o uso de seu conhecimento teológico e matemático, projeta uma arca e faz proposições sobre a real possibilidade de transferência dos animais que estavam nela para outros locais do mundo.

Por fim, o estudo do clima e dos fenômenos naturais que poderiam ter relação com a origem e os efeitos da dispersão dos seres vivos pela Terra ganhou ainda mais relevância a partir do século XVII em diante. No século XVIII, período que não foi abordado de maneira aprofundada nesse trabalho, a investigação do clima e sua influência sobre a economia da natureza das regiões da Terra, assim como sobre as mudanças que ele poderia causar nos locais onde os humanos, animais e outros organismos passavam a viver foram determinantes em investigações de história natural, geografia, filosofia natural e mesmo outros campos do conhecimento que passavam a surgir gradualmente, como a própria biogeografia e a climatologia.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, José de. **Historia natural y moral de las Indias**. Sevilha: Casa de Juan de Leono, 1590.

BACON, Francis. **Novum organum**. Tradução: Lorquet. Paris: [s. n.], 1857 [1620].

BARBATO, Luís Fernando Tosta. O clima tropical na história: relações de ambivalência. **Élisée: Revista de Geografia**, v. 4, n. 2, 2015.

BOUSQUETS, Jorge Llorente; PAPAVERO, Nelson; HERNÁNDEZ, Alfredo Bueno. Síntese histórica de la biogeografía. In: BOUSQUETS, Jorge Llorente;

MORRONE, Juan (org.). **Introducción a la biogeografía en Latinoamérica**: teorías, conceptos, métodos y aplicaciones. México: Las Prensas de Ciencias, Facultad de Ciencias, UNAM, 2001.

BURNET, Thomas. **The sacred theory of the earth**. London: John Hooke, 1719.

CAPOZZI, Rebeca. **Experiência e descrição**: os animais da França Equinocial entre a atividade franciscana e a filosofia natural (1612–1615). 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

CRUZ, Cándido Manuel García. Más allá de la geografía especulativa: orígenes de la deriva continental. **Iluil**, v. 26, p. 83–107, 2003.

D'ABBEVILLE, Claude. **Discours et congratulations à la France sur l'arrivée des Pères capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique méridionale, en la terre du Brésil**. Paris: Denis Langloys, 1614.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês**: as singularidades da França Equinocial (1612–1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAVIES, Surekha. **Renaissance ethnography and the invention of the human**: New Worlds, maps and monsters. New York: Cambridge University Press, 2016.

DEMUTH, Bathsheba. **Floating coast**: an environmental history of the Bering Strait. New York: W.W. Norton & Company, 2019.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: história de uma polêmica (1750–1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOLINSKI, Jan. **British weather and the climate of enlightenment**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

GROVE, Richard H. **Green imperialism**: colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600–1860. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KIRCHER, Athanasius. **Arca Noë**. Amsterdam: Janssonius à Waesberge, 1675.
KIRCHER, Athanasius. **Mundus subterraneus**. Amsterdam: [s. n.], 1664. v. 1.

LANGREN, Arnold Florent van. **[Mapa-múndi]**. [Amsterdam: s. n., 1594?]. 1 mapa: il., col.; 31 x 46 cm em folha de 42 x 55 cm.

LAWRENCE, D. H. **Studies in classic American literature**. New York: Cambridge University Press, 2018.

MONTGOMERY, David. A crença no dilúvio: campo e teoria na evolução da paisagem antes da geomorfologia. **Terræ Didatica**, v. 13, n. 1, p. 43–61, 2017.

OGILBY, John. **America**: being the latest, and most accurate description of the New World. London: White Fryers, 1670.

OGILBY, John. **America**: being the latest, and most accurate description of the New World. London: Printed by the author, 1671.

ORTELIUS, Abraham. **Thesaurus Geographicus**. Antuérpia: [s. n.], 1596.
ORTELIUS, Abraham. **Typus Orbis Terrarum**. Antuérpia: [s. n.], 1587. 1 mapa: col.; 54 x 41 cm.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os viajantes e a biogeografia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 8, p. 1015–1037, 2001.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; PRADO, Laura Rocha. **História da biogeografia**: do Gênese à primeira metade do século XIX. Rio de Janeiro: Technical Book Editora, 2013.

PARRISH, Susan Scott. **American curiosity**: cultures of natural history in the colonial British Atlantic world. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

PICH, Roberto Hofmeister. Sobre a filosofia da história de José de Acosta. **Mediaevalia – Textos e Estudos**, n. 32, p. 247–268, 2013.

PLACET, François. **La corruption du grand et petit monde**. Paris: Veuve Gervais Alliot, 1668.

RALEIGH, Walter. **The history of the world**. London: Walter Bvvre, 1614.

RAMAN, Shankar. Abraham Ortelius. In: KAMPS, Ivo; SINGH, Jyotsna (org.). **Travel knowledge**: European “discoveries” in the early modern period. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

ROMM, James. A new forerunner for continental drift. **Nature**, v. 367, 1994.

RUDWICK, Martin J. S. **Earth’s deep history**: how it was discovered and why it matters. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

SANTOS, Alexandre Henrique da Silva dos. Geologia e barroco: a teoria sacra da Terra de Thomas Burnet. **Khronos – Revista de História das Ciências**, São Paulo, p. 48–66, 2021.

SMITH, Alan G. Continental drift. In: GUPTA, H. K. (org.). **Encyclopedia of solid earth geophysics**. Cambridge: Springer Nature Switzerland, 2020.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction**: an ethnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WHITE, Sam. Unpuzzling American climate: New World experience and the foundations of a new science. **Isis**, v. 106, n. 3, p. 544–566, 2015.

Recebido em 17/09/2025.
Aprovado para publicação em 17/09/2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

AVATARES INTELECTUAIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA NO SÉCULO XIX TARDIO[1]

Temporalidades cruzadas e nações em trânsito

AVATARES INTELECTUALES EN BRASIL Y COLOMBIA EN EL SIGLO XIX TARDÍO

Temporalidades cruzadas y naciones en tránsito

HÉCTOR ALFONSO MARTÍNEZ CASTILLO[2]

RESUMO

Este artigo compara as respostas intelectuais da Geração de 1870 no Brasil e da Regeneración na Colômbia diante das crises do final do século XIX. O objetivo é analisar como ambos os grupos elaboraram projetos nacionais divergentes — republicano-secular no Brasil e católico-hispânico na Colômbia — frente a desafios semelhantes de exclusão, modernização e legitimidade. A partir de uma abordagem relacional e transnacional, exploram-se três dimensões: a experiência geracional compartilhada, a reescrita estratégica do passado e a institucionalização de suas ideias nas Constituições de 1886 (Colômbia) e 1891 (Brasil). Os resultados mostram que os intelectuais atuaram como agentes políticos, articulando saberes europeus e tradições locais para disputar o sentido da ordem nacional. Sua ação não se limitou à reflexão teórica, mas incidiu sobre os marcos institucionais e simbólicos de seus países. Conclui-se que essas trajetórias oferecem chaves para compreender a modernidade ibero-americana como um processo heterogêneo, no qual saber e poder se entrelaçaram na construção do Estado e da nação.

Palavras-chave: Gerações intelectuais. Nação. Brasil. Colômbia. Século XIX.

RESUMEN

Este artículo compara las respuestas intelectuales de la Generación de 1870 en Brasil y la Regeneración en Colombia ante las crisis de fines del siglo XIX. Su objetivo es analizar cómo ambos grupos elaboraron proyectos nacionales divergentes — republicano-secular en Brasil y católico-hispánico en Colombia — frente a desafíos similares de exclusión, modernización y legitimidad. Desde un

[1] O autor agradece o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

[2] Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: hector.castillo@aluno.ufop.edu.br

enfoque relacional y transnacional, se exploran tres dimensiones: la experiencia generacional compartida, la reescritura estratégica del pasado y la institucionalización de sus ideas en las Constituciones de 1886 (Colombia) y 1891 (Brasil). Los resultados muestran que los intelectuales operaron como agentes políticos, articulando saberes europeos y tradiciones locales para disputar el sentido del orden nacional. Su acción no se limitó a la reflexión teórica, sino que incidió en los marcos institucionales y simbólicos de sus países. Se concluye que estas trayectorias ofrecen claves para comprender la modernidad iberoamericana como un proceso heterogéneo, donde conocimiento y poder se entrelazaron en la construcción del Estado y la nación.

Palabras clave: Generaciones intelectuales. Nación; Brasil. Colombia. Siglo XIX.

INTRODUÇÃO

Karl Mannheim (1993, p. 234), ao explorar o tema das gerações, propõe que estas são unidades de conflito – vinculadas por meio de um “quadro comum” ou experiências coletivas de uma época – que reinterpretam tradições dentro de um campo de forças históricas em tensão (não há “espírito do tempo” sem antagonismos). Sob essa ótica, o conturbado século XIX não teve uma essência temporal unificada, mas foi marcado por polaridades que, em constante redefinição mútua, representavam respostas divergentes a problemáticas comuns.

Esse marco conceitual ilumina o contraste entre a chamada Geração de 1870 brasileira e o movimento político da Regeneración colombiana: duas respostas geracionais coetâneas que, apesar de emergirem em contextos análogos (sociedades etnicamente diversas, em processo de modernização e em crise de legitimidade e exclusão política), elaboraram projetos nacionais antagônicos diante das crises do final do século XIX. O principal paradoxo reside no fato de que, embora compartilhassem uma mesma conjuntura histórica, suas intervenções intelectuais e políticas impulsionaram projetos nacionais divergentes, revelando tanto antagonismos ideológicos quanto lógicas comuns de construção nacional em um contexto transatlântico.

No primeiro caso, a Geração intelectual de 1870 constituiu um movimento que questionou os fundamentos do regime imperial brasileiro – particularmente a instituição escravista e a monarquia – com o objetivo de transitar para um

modelo republicano, moderno e de secularismo democrático, em conformidade com os paradigmas civilizatórios do final do Oitocentos (SKIDMORE, 1976, p. 25). No segundo, a Regeneración encarnou um projeto com marcados matizes reacionários e tradicionalistas, que buscou reverter a ordem liberal radical instaurada pela Constituição federalista e laica de 1863, substituindo-a por um sistema centralizador, confessional e ancorado na herança hispânica como núcleo identitário (PALACIOS, 2002, p. 267).

Por meio de "procedimentos relacionais" comparativos – que permitem uma "iluminação recíproca" entre as ideias de ambas as gerações e "restabelecer as conexões" às vezes ignoradas entre o nacional e o transnacional (BARROS, 2013) –, o artigo explora três dimensões centrais: primeiro, os espaços de experiência geracional, particularmente sua marginalidade política inicial e sua experiência temporal finissecular voltada à busca do almejado progresso; segundo, a escrita e reinterpretação do passado nacional e suas instrumentalizações políticas no presente; e terceiro, a materialização institucional desses projetos nas Constituições de 1886 (Colômbia) e 1891 (Brasil), onde se evidenciam tanto divergências programáticas quanto convergências em seu caráter fundacional.

Essas dinâmicas não foram espontâneas: as elites intelectuais do período atuaram como articuladoras do debate público e da orientação cultural da nação, desempenhando um papel central na construção de projetos nacionais hegemônicos. Guiados por um repertório intelectual europeu – assim como pelo uso político de tradições locais –, os letrados se engajaram em batalhas ideológicas nas quais os debates se reduziam a uma luta fundamental: preservar a ordem ou promover a mudança social (WASSERMAN, 2015). Sua influência baseava-se no domínio erudito do passado, na retórica nacionalista, na fé no progresso e em práticas associativas (clubes, academias, redes intelectuais), qualidades que definiram o intelectual político oitocentista. Como aponta Carlos Altamirano, sua função foi produzir “discursos de legitimação da ordem social, incluindo a definição da cultura legítima, que não era outra senão a dos próprios letrados” (ALTAMIRANO, 2008, p. 18, tradução nossa).

Longe de constituírem meras respostas locais, ambos os casos oferecem pistas para compreender como as elites intelectuais ibero-americanas

negociaram as contradições de uma época marcada pela disputa entre modelos antagônicos de nação: enquanto alguns abraçaram o paradigma anglo-saxão – com seu projeto modernizador e laicista –, outros reivindicaram o hispanismo católico como base identitária. Espera-se que o estudo comparado desses grupos geracionais e seus projetos nacionais – superando tanto o nacionalismo metodológico quanto a distância historiográfica entre o Brasil e seus vizinhos hispanofalantes – permita abordar a complexidade do período finissecular, destacando a multiplicidade de experiências que caracterizaram essa dimensão metahistórica que foi a modernidade ibero-americana, onde temporalidades díspares e projetos civilizatórios em disputa convergiram.

1. ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA GERACIONAL: O TEMPO FINISSECULAR E AS QUESTÕES TRANSNACIONAIS

O arcabouço teórico-temporal de Koselleck (1979) e Hartog (2022) permite compreender como as crises históricas se transformam em recursos interpretativos que orientam a ação futura e reconfiguram a experiência do tempo. Para Koselleck, essas experiências se sedimentam como lições coletivas transmitidas entre gerações, estruturando o horizonte de expectativa de uma sociedade: “as experiências liberam os prognósticos e os orientam” (p. 308-310). Essa perspectiva adquire especial relevância no final do século XIX, quando os avanços da Segunda Revolução Industrial – que aceleraram o ritmo vital e a percepção temporal – coincidiram com profundas crises políticas e ideológicas globais. Nesse contexto, Hartog (2022) identifica o surgimento do “regime moderno de historicidade”, no qual “o futuro ilumina o passado e traça o caminho da ação” (p. 212). Desse modo, as mudanças de época transformaram não apenas a estrutura temporal e lexical, mas também as coordenadas políticas e cognitivas da modernidade (KOSELLECK, 1979, p. 299-300).

Tanto no Brasil como na Colômbia, a década de 1870 marcou um ponto de inflexão no declínio do sistema imperial brasileiro e do regime liberal radical. As crises políticas e econômicas, agravadas por transformações locais e internacionais decorrentes dos processos de modernização no sistema-mundo e da influência de movimentos ideológicos e políticos transatlânticos, criaram

condições propícias para questionar o *status quo* e promover espaços de participação política orientados a reformas estruturais.

Precisamente, a geração intelectual brasileira que irrompeu na década de 1870 – composta por figuras como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, André Rebouças, Rui Barbosa, entre outros – cresceu em confronto com uma pomposa estrutura de poder senhorial do regime Saquarema (SCHWARCZ, 2001, p. 6). Essa geração expressou uma consciência temporal por meio de um exercício intelectual que refletiu, sobretudo, um diagnóstico coletivo do tempo histórico na parte final do século XIX. Suas obras, debates e mobilizações políticas captaram a complexidade multidimensional do período, caracterizado por uma convivência – não isenta de tensões, mas marcada por uma permeabilidade mútua – entre a modernidade política e técnica, por um lado, e as tradições sociais e culturais vigentes, por outro (FERNÁNDEZ, 2021). A crise de legitimidade do Império após a Guerra do Paraguai, a industrialização e a imigração europeia em massa no sul, a decadência do modelo econômico escravista diante da ascensão do trabalho livre, entre outros fatores (MALERBA, 1999, p. 120–148), refletiram-se no campo da inteligência geracional.

A Regeneración, liderada por Miguel Antonio Caro, Rafael Núñez, Sergio Arboleda, José María Samper, Carlos Martínez Silva e outros “regeneradores”, emergiu como resposta a três lustros de governos liberais radicais e seu projeto modernizador – de caráter federal, laico, anticatólico e ideologicamente próximo ao liberalismo francês –, condensado na Constituição de 1863 (MARTÍNEZ, 2001, p. 433). Descendentes de renomadas famílias republicanas vitoriosas na guerra da Independência e formados sob o domínio dos segredos da linguagem – a gramática, o latim, a poesia e a retórica –, conceberam e edificaram um projeto político e ideológico de caráter centralizador, autoritário, hispanista e católico, em contracorrente à revolução liberal descolonizadora de meio século, com o objetivo de regenerar a nação (JIMÉNEZ, 2018, p. 10).

A combinação de guerra, pobreza, ruptura institucional, perseguição política e o ataque percebido contra as crenças populares foram fatores determinantes para o surgimento do movimento regenerador entre o final da década de 1870 e o início da década de 1880. À crise nacional somou-se um contexto transatlântico de reação antiliberal, influenciado pelas ondas

contrarrevolucionárias europeias de meados do século XIX. Tanto as condenações ao liberalismo por parte de Pio IX (1792-1878) – expressas no *Syllabus Errorum* (1864) e no Concílio Vaticano I (1870) –, quanto a Restauração borbônica na Espanha (1874), impactaram profundamente os setores tradicionalistas e conservadores da Ibero-América, reforçando sua orientação hispanista e católica (MARTÍNEZ, 2001; PÉREZ, 2023).

Brasil e Colômbia refletiram uma tensão comum entre as aspirações modernizadoras e a incapacidade dos sistemas políticos de absorver as demandas de sociedades em transformação vindas dos movimentos intelectuais. Essas respostas geracionais devem ser compreendidas dentro do marco das "mutações" que atravessaram o campo intelectual ibero-americano durante o último quartel do século XIX (MYERS, 2008, p. 47). Nesse período, consolidaram-se teorias como o cientificismo racial – derivado das leituras de Darwin e das leis mendelianas da hereditariedade –, os primeiros indícios do pensamento eugenista e o positivismo como fundamento epistêmico. Esses elementos foram assumidos não apenas como repertórios para diagnosticar as nações – percebidas como atrasadas em relação a uma Europa considerada avançada na escala espaço-temporal do progresso –, mas também como ferramentas intelectuais para orientar os projetos nacionais rumo ao ideal civilizatório e nacional (SCHNEIDER, 2019, p. 53–69).

No caso brasileiro, como destacam Schwarcz e Starling (2015), o "grupo das ideias novas" e a retórica "científica" conseguiram vincular os conceitos de modernização e progresso à noção de república (p. 394), questionando os três pilares do Império: a monarquia, a Igreja e o romantismo cultural. Por meio de distintos grupos – republicanos, abolicionistas, liberais, federalistas, positivistas abolicionistas, etc. –, essas ideias "pareciam constituir um desafio direto — formulado em linguagem de secularismo democrático — a toda a estrutura de hierarquia e de privilégio herdada da era colonial" (SKIDMORE, 1976, p. 25). Romero (1900) sintetizou como ninguém o impacto das “novas ideias” na mudança do espírito de sua geração:: "Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte [...] Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa... tudo se agitou, e o brado de alarme partiu da escola do Recife" (ROMERO, 1900, p. XXII-XXIV).

Na Colômbia, os “políticos gramáticos” da Regeneración encarnaram uma reação tradicionalista e conservadora ao liberalismo precedente. Embora seu projeto se fundamentasse na construção nacional, restringiu substancialmente a democracia ao subordinar a política à ortodoxia religiosa, colocando o Estado “a serviço do dogma católico” (JARAMILLO, 2020, pp. 38, 46, tradução nossa). A agenda intelectual da Regeneración na década de 1880 buscou redefinir sua relação com as teorias que pudessem afetar o sentido moral e social. Miguel Antonio Caro resumiu isso da seguinte forma: “Queremos catolizar o Estado, não liberalizar a Igreja” (1875, tradução nossa). Esse projeto marginalizou ideias consideradas “subversivas”, como o darwinismo – “não cremos no sistema de Darwin porque julgamos que o homem é um ser substancialmente distinto de toda a inferior hierarquia de animais” (NÚÑEZ, 1881 apud em CHACÓN, 2023, tradução nossa) – e associou o liberalismo à anarquia, equiparando sua influência cultural a uma “perversão” da identidade nacional (SAMPER, 1886, p. 363).

O contraste geracional era evidente. Enquanto a Geração de 1870 assumiu as ideias modernas e cientificistas como oportunidades para a contestação social e o reformismo político frente ao regime Saquarema, os regeneradores percebiam esse mesmo espírito de época como essencialmente “subversivo”, associando-o a ameaças às estruturas mais tradicionais da sociedade. Essa rejeição se manifestou particularmente em relação a doutrinas importadas da “Europa revolucionária”, como o darwinismo, que, embora não tenham sido formalmente proibidas, foram notavelmente marginalizadas em comparação com sua recepção e institucionalização em países como o Brasil ou a Argentina (TOVAR, 2002; CHACÓN, 2023).

2. REPRESENTAÇÕES DO PASSADO PARA O FUTURO DA NAÇÃO

No último quartel do século XIX, figuras como Nabuco, Romero, Barbosa, Rebouças (Brasil), Caro, Núñez, Samper e Arboleda (Colômbia) contribuíram para construir representações históricas nacionais através de diversos gêneros e estilos, intervindo em debates que não apenas reinterpretaram o passado, mas também influenciaram o presente e o porvir de suas nações. Sob a influência do

ideal rankeano de objetividade e cientificidade, a história adquiriu um caráter científico, tornando-se útil para a arte de governar. Os historiadores transformaram-se em "um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva" (TURIN, 2009, p. 15). Essa identidade foi construída sobre um passado distante e mítico, porém orientado para o futuro, no qual o intelectual-historiador elaborava uma "retórica da nacionalidade" (CEZAR, 2018).

Esse esforço respondia ao objetivo de consolidar os Estados nacionais por meio de narrativas históricas que conferissem densidade e singularidade a uma biografia coletiva: a nação entendida como comunidade imaginada. Embora essas representações históricas compartilhassem elementos comuns – eurocentrismo, genealogias, teleologia, historicismo – característicos das histórias nacionais ibero-americanas do século XIX, certas noções marcaram trajetórias distintas. Como indica Myers (2008), os intelectuais brasileiros atuavam em um ambiente institucional relativamente estável, herança do Antigo Regime, propício ao debate e à reforma. Em contrapartida, os hispano-americanos operavam em um contexto de instabilidade política, guerras e crises institucionais após a queda da ordem colonial (HERNÁNDEZ, 2023, p. 18).

A geração intelectual brasileira construiu uma narrativa histórica baseada na teleologia do progresso, opondo-se frontalmente ao que percebiam como uma sociedade imperial anacrônica. Para esses pensadores, o Império encarnava um obstáculo à modernização do país, e por isso seu relato historiográfico centrou-se em expor sistematicamente as fissuras e contradições do regime monárquico (COUTO, 2016, p. 116). Esse esforço intelectual visava deslegitimar tanto a tradição monárquica quanto o idealismo romântico que havia caracterizado a historiografia oficial produzida sob a hegemonia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Antônio da Silva Jardim denunciava a história oficial produzida pelo IHGB, afirmando que esta "bajulou, adulou, rojou-se aos pés do rei [...]" (SILVA JARDIM apud ANTONIOLLI, 2020, p. 48).

Além disso, como assevera Nicolazzi (2020, tradução nossa), foi na década de 1870 que o Brasil viu emergir o ensaio histórico como uma "modalidade discursiva privilegiada". Tratou-se de uma reconfiguração das

fronteiras entre literatura, ciência e ciências sociais, que permitiu uma forma híbrida e flexível de interpretar o processo histórico brasileiro. Diferentemente da historiografia erudita e institucional do IHGB, centrada na coleta de documentos para um "julgamento futuro", o ensaio lograva criar sínteses e explicações críticas profundas da realidade histórica brasileira.

O pensamento de Sílvio Romero inseriu-se nesta tendência. Criticou duramente a historiografia da geração anterior – encarnada em figuras como Varnhagen e Pereira da Silva, aos quais chamou de “velhos declamadores retóricos” – e defendeu o resgate de uma “história não escrita, a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento” (ROMERO apud TURIN, 2013, p. 191). Machado de Assis, em um texto de 1879 sugestivamente intitulado “A nova geração”, descreveu o movimento intelectual da década, ao qual reconhecia um sopro de vitória no simples “esforço para fazer alguma coisa que não seja continuar literalmente o passado” (ASSIS, 1994).

O movimento intelectual republicano no Brasil escavou criticamente o passado nacional para se opor à narrativa oficial monárquica, resgatando figuras e eventos marginalizados pela historiografia imperial. Antoniolli (2020) demonstra como os letrados republicanos construíram um "republicanismo histórico" que, segundo sua narrativa, era ainda “mais velho que o próprio país". Na década de 1880, representantes como Joaquim Assis Brasil e Alcides Lima reinterpretaram a Inconfidência Mineira e exaltaram personagens como Tiradentes (1746-1792) como símbolo da luta contra a tirania monárquica. Machado de Assis também insistiu na necessidade de ressignificar esse episódio como precursor da independência e em reparar a memória dos mártires esquecidos pelo regime imperial: "A última brisa que beijou os cabelos de Xavier [Tiradentes] levou consigo a lembrança de tamanha imolação" (ASSIS apud RAMOS, 2023, p. 187).

Nesse esforço de invenção de uma tradição republicana, os movimentos derrotados após a Independência foram revalorizados como expressões autênticas da nação. A monarquia passou a ser representada como a força repressora que sufocou esses projetos emancipatórios, perseguindo seus mártires. Surgiram, assim, novos símbolos nacionais – bandeiras, hinos e heróis como Tiradentes – em substituição aos imperiais (ALONSO, 2009, p. 160).

Figuras como Frei Caneca (1779–1825), protagonista da Confederação do Equador (1824), foram reivindicadas como heróis fundacionais (ALONSO, 2002, p. 243). Para Machado, tanto a Inconfidência quanto a Independência deveriam ser integradas na "batalha do futuro" nacional: "Entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, não há senão a diferença… A justiça nacional, o povo de 7 de setembro, devia resgatar a memória de mártires e colocá-los no panteão dos heróis" (ASSIS apud RAMOS, 2023, p. 187).

A Geração de 1870 atribuiu o atraso do país não apenas ao seu descompasso na "corrida rumo à civilização" liderada pelos povos do Norte, mas também a heranças coloniais como o mestiçamento e a escravidão, sintomas de uma civilização considerada decadente (SCHNEIDER, 2019, p. 53). Nabuco (1883) em *O Abolicionismo*, denunciou precisamente o idealismo da nação inventada, vendo nele uma estratégia deliberada para apagar da história nacional a mácula da escravidão. E lançou um duro ataque contra o legado português: "a africanização do Brasil", derivada do sistema escravista (SCHWARCZ, 2008, p. 366, 381). Essa crítica alinhava-se à visão de intelectuais como Sílvio Romero, que afirmava que o povo brasileiro não pertencia "ao número das nações inventivas", mas sim ao povo lusitano, "organicamente incapaz de produzir por si", enquanto nações como Alemanha ou Inglaterra eram elevadas à categoria de "grandes nações criadoras" (SCHNEIDER, 2019, p. 53).

Se, no Brasil, a reescrita do passado operou como crítica à ordem imperial, na Colômbia cumpriu uma função distinta: a legitimação de um projeto político que buscava se ancorar na continuidade histórica. De fato, as repúblicas hispano-americanas, após a independência em relação à metrópole, procuravam definir seu horizonte em meio ao caos político, o que contrastava fortemente com a estabilidade apresentada pela sociedade imperial brasileira durante grande parte do século XIX. Na Colômbia, a transição do modelo liberal radical — voltado para o laicismo, o federalismo e a influência da Europa Central e dos Estados Unidos — para o modelo regenerador deu origem a uma historiografia que resgatou a herança cultural da Madre Pátria espanhola na América, ao mesmo tempo em que consolidou a Igreja como instituição fundacional da civilização católica (LOAIZA, 2017, p. 477).

O “hispanismo reacionário” proveniente da Espanha da Restauração serviu como farol intelectual para uma geração de pensadores desencantados tanto com o modelo civilizatório das potências protestantes do Norte quanto com os experimentos políticos radicais (COLOM, 2006, p. 51). Essa corrente promoveu uma interpretação da história nacional que privilegiava exclusivamente o legado espanhol, marginalizando sistematicamente as contribuições de outras etnias e culturas na formação da nacionalidade colombiana. Miguel Antonio Caro reconhecia precisamente que as civilizações não se improvisam e, por isso, “religião, língua, costumes e tradições” haviam “vindo de geração em geração e de mão em mão – precioso depósito e rico patrimônio de raças civilizadas – desde a época da conquista” (CARO, 1875, p. 102, tradução nossa).

Rafael Núñez sustentava que “a nação espanhola” havia legado sua “incomparável língua, sua fé religiosa – eminentemente civilizadora – e o imperecível exemplo de seu heroísmo” (NÚÑEZ, 1888 [1882], p. 81, tradução nossa). Carlos Holguín sintetizou essa devoção: “Crescemos amamentados pela Espanha, herdeiros de sua língua, fé e tradições” (CORRIENTES DE SIMPATÍA, 1884, p. 3, tradução nossa). Anos mais tarde, quando a Regeneración consolidava seu poder político na Colômbia, José María Samper, a partir da Academia Colombiana de la Lengua, enumerava os cinco traços fundamentais da nacionalidade: “língua, religião, tipo físico, senso moral e instituições sociais”. Segundo sua análise, esses elementos permaneciam “vivos, idênticos ou iguais, como herança da Espanha, em todas as nossas Repúblicas” (SAMPER, 1886, p. 639, tradução nossa).

Da mesma forma que a Geração de 1870 exaltou heróis e mártires, durante a Regeneración a "glorificação dos mortos" consolidou-se como um recurso fundamental para a simbolização de valores e tradições nacionais. Esse esforço simbólico teve também uma dimensão institucional concreta: foi durante a Regeneración que a Colômbia adotou seu nome atual, o hino nacional, o Banco Nacional e outras instituições que perduram até hoje, revelando como o projeto regenerador buscou fundir a construção do Estado com a forja de uma identidade nacional duradoura (SAFFORD; PALACIOS, 2012, p. 343). No final do século XIX, na Ibero-América, assistiu-se à mitificação de figuras patrióticas

paralelamente à adoção de símbolos, rituais cívicos, festividades e tradições comemorativas. Essas "histórias pátrias" funcionavam como narrativas com objetivos pedagógicos, cívicos e morais, voltadas para incutir o respeito pelos símbolos nacionais e fomentar a emulação dos valores encarnados pelos próceres, constituindo assim uma mitologia patriótica funcional tanto para a construção estatal quanto para a formação da identidade nacional (TOVAR ZAMBRANO, 1997, p. 143).

A figura histórica de Simón Bolívar (1783-1830), após meio século de relativo esquecimento, foi recuperada pelos regeneradores como referente ideológico e espiritual do movimento, sendo inclusive proclamado como pai doutrinário da Constituição de 1886 (PALACIOS, 2002, p. 270). Sua imagem foi habilmente instrumentalizada como símbolo dual: encarnando simultaneamente os valores regeneradores (autoridade/ordem) e os pilares da identidade nacional (honra/patriotismo). Núñez, ao defender um governo forte e centralizado, apropriou-se explicitamente do pensamento autoritário bolivariano: "As instituições perfeitamente representativas não são adequadas ao nosso caráter, costumes e luzes atuais" (NÚÑEZ apud GÓMEZ, 2011, p. 149). Esta ressignificação incluía inclusive uma dimensão física: sua silhueta tornou-se arquétipo do patriota ideal – homem, católico e mestiço de traços hispânicos – reforçando assim os cânones étnico-culturais do projeto regenerador (RODRÍGUEZ, 2007).

Assim, um verdadeiro aparato cultural – biografias, monumentos, poemas, pinturas e concursos – foi mobilizado durante a Regeneración para consagrar, de forma mitificada, sua imagem (JIMÉNEZ, 2012, p. 128). Núñez resumiu essa apologia da seguinte maneira: “Bolívar foi, mais do que tudo, um herói, um herói sobre-humano, talvez o maior herói de que falem os séculos” (1936[1883], pp. 129, 133, tradução nossa). Essa sacralização alcançou inclusive dimensões religiosas, como mostra o testemunho de Samper (1879) sobre sua visita a Santa Marta, cidade onde Bolívar faleceu: “[...] que durante doze anos havia sido a Jerusalém da América republicana, depositária do santo sepulcro do Libertador” (pp. 41, 90, tradução nossa). Dessa forma, a sacralização de Bolívar operou simultaneamente em dois registros: como

símbolo unificador da nação e como justificação ideológica do centralismo e autoritarismo regenerador.

Além disso, a retórica regeneradora reinterpretou a Independência mais como uma continuidade do que como uma ruptura com a tradição hispânica. Ao conceituar o processo emancipador como uma "guerra civil" entre a “Madre Patria” e as “províncias de uma mesma nação” que reivindicavam “os direitos de filhas que chegavam à maioridade” (CARO, 1952[1881], p. 72, tradução nossa), essa narrativa despojou o conflito de seu caráter revolucionário e liberal, reescrevendo uma teleologia civilizatória de matriz espanhola. Como afirmava a retórica da época: "Entre Quesada e Bolívar não há, portanto, antagonismo, mas, ao contrário, solidariedade; do mesmo modo que a houve entre Gioja, inventor da bússola, e Colombo, descobridor das Índias Ocidentais" (NÚÑEZ, 1882, p. 259, tradução nossa). Sob essa lógica, os patriotas independentistas não perderam sua condição de “filhos da Espanha”, pois a Independência teria interrompido – mas não cancelado – o projeto civilizatório espanhol.

Após décadas de suposto abandono, a Regeneración se apresentava como a força destinada a retomar aquela obra interrompida pelos homens de 1810. Sua missão era, precisamente, restaurar e dar continuidade ao que esses haviam destruído. Nas palavras de Caro: “[...] Nossa Independência vem de 1810, mas nossa pátria vem de séculos atrás. Nossa história desde a conquista até os nossos dias é a história de um mesmo povo e de uma mesma civilização” (CARO, 1875, p. 103, tradução nossa). Com a Independência, o projeto civilizatório espanhol teria sido interrompido, sendo então retomado pela Regeneración após décadas de esquecimento. A tarefa consistia exatamente em dar continuidade ao que os homens da Independência haviam interrompido, sendo os regeneradores os legítimos herdeiros culturais (sangue, raça, religião) e políticos desse passado projetado no presente.

O historiador Javier Fernández-Sebastián (2021) propôs o conceito de “tradições eletivas” para descrever como os atores políticos do século XIX não se limitaram a herdar o passado, mas o reinventaram ativamente. Selecionavam, do “depósito da história”, elementos específicos que legitimassem suas visões de futuro. Esse mecanismo pode ser observado com clareza na maneira como, de um lado, a Regeneración resgatava a hispanidade como tradição eletiva –

apresentando a Independência como um mero parêntese –, enquanto, de outro, a Geração de 1870 construía mitologias pátrias que transformavam os próceres em fundadores de uma nova ordem republicana. Em consequência, fosse a Independência ou a República, Bolívar ou Tiradentes, a civilização hispânica ou lusitana, o debate entre continuidade e rupturas históricas marcou a operação discursiva entre os intelectuais de ambos os países.

Ambos os casos revelam uma mesma operação ideológica: transformar a história em fonte de legitimidade, fosse para restaurar uma civilização interrompida ou para consagrar uma ruptura fundacional. Assim, os relatos e as representações de continuidade ou ruptura cumpriam a função de abrir "um teatro" de legitimidade para as ações efetivas: “À semelhança dos feciais romanos” – observa sugestivamente Michel de Certeau – “os relatos marcham à frente das práticas para lhes abrir um território” (ROSANVALLON, 2003, p. 47, tradução nossa).

3. A QUESTÃO RACIAL EM DEBATE E A IDENTIDADE NACIONAL

No final do século XIX, a raça emergiu como eixo central do debate intelectual na Ibero-América, refletindo tensões regionais compartilhadas, como a mestiçagem mexicana ou o indigenismo andino. Disciplinas emergentes como a sociologia, o evolucionismo, o positivismo e a eugenia forneceram marcos teóricos que circularam amplamente em publicações, na imprensa e em espaços associativos – tertúlias, academias –, configurando um campo de discussão sobre o lugar da questão racial na historicidade nacional. Para Wade, a numerosa presença de grupos racializados – considerados inferiores segundo os parâmetros do racismo científico – foi interpretada pelas elites como um obstáculo ao projeto civilizatório, alimentando narrativas nacionais marcadas por um tom negativo e pessimista frente ao ideal de modernidade branca encarnado pelas nações do Norte (WADE, 2000, p. 42).

No Brasil e na Colômbia, apesar de suas particularidades – monarquia/abolicionismo por um lado, hispanismo/catolicismo por outro –, os intelectuais abordaram a “questão racial” sob a influência do racismo científico europeu. Embora a heterogeneidade étnica fosse prevalente em ambos os

países, o diferencial da presença de uma instituição como a escravidão ainda vigente no Brasil nas últimas décadas do século XIX foi um elemento especialmente distintivo no debate racial em relação aos seus pares colombianos. Na Colômbia, decretou-se o fim da escravidão em maio de 1851, quase quatro décadas antes do país vizinho monárquico, e sua população negra era proporcionalmente mais reduzida do que no Brasil, onde os escravizados e seus descendentes constituíam o grupo populacional majoritário. Além disso, o intenso fluxo migratório europeu no Brasil – especialmente em sua região sul – contrastando com a escassa imigração europeia na Colômbia (MARTÍNEZ, 2001, p. 395), condicionou fortemente os debates intelectuais sobre mestiçagem, eugenia e as políticas de "branqueamento" racial como projeto nacional (SCHNEIDER, 2019, p. 82).

Precisamente, para a geração intelectual de 1870, a raça foi um elemento central no diagnóstico do atraso do Brasil e na formulação de seu projeto de civilização. Influenciados por teorias raciais e deterministas europeias, consideravam que a diversidade racial e a miscigenação eram fatores que condicionavam o progresso do país. Embora vissem no mestiço uma possível base para a identidade nacional, predominava uma perspectiva pessimista sobre a miscigenação, associando-a à degeneração e a limitações para alcançar um nível civilizatório superior (COUTO, 2016, p. 116).

Notavelmente, a década de 1880 assistiu ao surgimento de um questionamento sistemático à presença da escravidão, instituição que até então parecia completamente naturalizada na sociedade brasileira. Como destacou Joaquim Nabuco no *Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, a escravidão havia sido no Brasil "uma árvore cujas raízes esterilizam sempre o solo físico e moral onde se estendem" (NABUCO et al., 1880, p. 8). O atraso abolicionista brasileiro em relação a outras nações de tradição cristã e ocidental refletia o profundo grau de penetração e aceitação que esta instituição possuía no ethos cultural do país. Conforme análise de Carvalho (2002), "tudo indica que os valores da liberdade individual, base dos direitos civis, tão caros à modernidade europeia e aos fundadores da América do Norte, não tinham grande peso no Brasil" (p. 49).

Esta geração construiu um discurso intelectual contestatório que problematizou o papel histórico da população negra – tanto livre quanto escravizada – na definição da nacionalidade brasileira. Sílvio Romero, uma das vozes mais emblemáticas desse movimento, afirmava: "a pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo [...] É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história" (ROMERO, 1882 apud SCHNEIDER, 2019, p. 58). O corpus de obras produzidas por esses intelectuais – desde as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) de Machado de Assis até *O Abolicionismo* (1883) de Nabuco, considerado o "livro-programa" que orientou o movimento em todo o país (ALONSO, 2002, p. 191), passando pelos escritos de Castro Alves e André Rebouças –, reposicionou radicalmente o debate racial, destacando o lugar central do mestiço e do negro na formação da identidade nacional brasileira. Esses intelectuais direcionaram suas críticas especialmente contra um dos pilares do Império: o sistema escravista, que André Rebouças – abolicionista negro e figura fundamental do movimento – denunciou com veemência: "Quanto à escravidão! – afirmava – essa nos serve de obstáculo em tudo e por tudo. Na vida íntima, na vida pública, na vida internacional, sempre a escravidão como um anátema fatal!" (REBOUÇAS, 1883, p. 290).

Nabuco (1883), talvez o mais destacado intelectual abolicionista, descreveu a escravidão como uma instituição que corrompia o organismo moral e social do Brasil, revelando as estruturas arraigadas de uma sociedade pré-moderna. Para ele, tratava-se de “uma luta pela civilização”, ou seja, de integrar o país aos valores fundamentais do Ocidente e de confrontar um nacionalismo estreito que se consolidava às custas de princípios universais. Reforçava-se a ideia de que o Brasil “era um enclave monstruoso na América, ao mesmo tempo português, monárquico e escravista” (MALERBA, 1999). Ou, dito nos termos de Nabuco: “[O Brasil era] o leproso lançado fora do acampamento do Mundo” (1880, p. 10).

Apesar de sua crítica frontal à escravidão, Nabuco (1883) defendia uma imigração europeia que trouxesse "uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa", ao mesmo tempo em que aceitava os "vícios do sangue africano [que]

acabavam por entrar na circulação do país". Essa contradição – rejeitar a escravidão enquanto perpetuava hierarquias raciais – não era exclusiva de Nabuco. Silvio Romero e Machado de Assis, como figuras intelectuais centrais do período, participaram ativamente dos debates racialistas sobre a presença negra e escrava no Brasil, a herança colonial portuguesa e as políticas de mestiçagem orientadas ao branqueamento mediante a imigração europeia. Embora tenham adotado posturas divergentes em relação às noções de progresso nacional e aos discursos científico-racialistas que permeavam o debate intelectual, ambos concordaram em situar a questão racial como eixo prioritário frente a outras dimensões identitárias. Esse enfoque refletia as tensões de uma geração que articulou seu pensamento em meio a profundas convulsões sociais (SCHNEIDER, 2019).

O interesse pela questão racial no discurso intelectual da Geração de 1870 contrasta marcadamente com a abordagem desenvolvida posteriormente pelos intelectuais regeneradores. Durante o último quarto do século XIX, o debate racial colombiano passou por uma transformação significativa que o afastou dos paradigmas racialistas liberais característicos da metade do século (UREÑA, 1994). A emergente corrente hispanista, tradicionalista e católica – que dominou o panorama intelectual colombiano no final do século – exerceu uma influência determinante na reformulação do imaginário racial promovido pelo movimento regenerador. Essa virada conceitual reorientou o debate em dois eixos fundamentais: a revalorização do mestiçamento cultural com a Espanha como base identitária e a concepção de uma missão civilizadora – e essencialmente evangelizadora – dirigida às populações indígenas, percebidas como imersas em um estado de selvageria e práticas idólatras (ROJAS, 2023, p. 45, tradução nossa).

A presença negra foi sistematicamente obliterada do imaginário histórico e político construído pelo projeto regenerador. Como adverte Georges Duby, as ausências não são meros vazios, mas elementos constitutivos do discurso histórico. As poucas referências a essa população aparecem nas “geografias pátrias” de intelectuais como Martínez Silva e Sergio Arboleda, que circunscreveram o sujeito negro ao espaço geográfico extra-andino, limitando sua presença física a zonas consideradas agrestes ou incivilizadas, em

consonância com o determinismo geográfico da época. Um exemplo paradigmático é a descrição de Martínez Silva (1887): “A raça negra originária da África abunda no vale do Cauca, em Antioquia, no Estado de Bolívar e no Panamá, onde também há muitos mulatos e mestiços. Nos departamentos do interior, os negros são muito raros” (p. 108, tradução nossa). Essa representação operava por meio de três mecanismos: a localização periférica, a estrangeirização (ao enfatizar a origem africana) e a invisibilização nos centros de poder político e econômico do país.

A segregação espacial da população negra em relação aos centros nevrálgicos do país correspondeu a uma construção deliberada. Na retórica intelectual da época, a região andina – com sua população predominantemente mestiça – foi erigida como eixo civilizatório da nação, enquanto os espaços periféricos (zonas selvagens, desérticas e insalubres) foram conceituados como o "avesso" do projeto nacional: territórios associados ao atraso e desprovidos de contribuição para o progresso. Essa oposição entre a "civilização andina" e a zona tórrida, as selvas ou as terras baixas como espaços de selvageria e degeneração reproduzia a dicotomia oitocentista de Sarmiento entre civilização e barbárie (SERGE, 2005). Como demonstra a análise, a população negra não apenas foi excluída da Colômbia "civilizada", mas teve sua identidade simbolicamente ancorada ao continente africano. Essa visão ficou sintetizada nas palavras de Sergio Arboleda (1872): "No centro do Estado, onde é maior o número de habitantes, e há mais movimento intelectual, industrial e mercantil, nem a raça africana nem a indígena são elementos apreciáveis" (p. 135, tradução nossa).

Durante o surgimento do movimento regenerador, a representação do indígena como "elemento selvagem" ou "bárbaro" – termos recorrentes no período – sofreu uma notável desvalorização em comparação com as construções discursivas sobre a população negra. Essa hierarquização fica evidente nas observações de Arboleda (1872), que afirmava: "Tem-se observado que nos climas ardentes da América, a raça negra melhora física e intelectualmente, e em [o Estado de] Bolívar vê-se a prova disso; pois os netos de africanos estão quase no mesmo nível da descendência goda [mestiça], com a qual vão se confundindo" (p. 110, tradução nossa). O mesmo autor contrastava

essa visão relativamente positiva com sua descrição dos habitantes originários: "[...] a vasta e fértil Guajira permanece até hoje habitada pelos [indígenas] selvagens, que fazem frequentes invasões na província de Riohacha" (p. 115, tradução nossa).

Os indígenas foram representados a partir de um paradigma evolucionista, situando-os no estágio mais primitivo do desenvolvimento humano e negando-lhes o caráter de contemporaneidade (RUFER, 2010, p. 22). Era lógico que, para os intelectuais da Regeneración – movimento alicerçado nos princípios de ordem, autoridade, hispanismo e catolicismo – os afrodescendentes, já evangelizados e castelhanizados, embora considerados um elemento exógeno ao corpo nacional, não representassem o mesmo desafio que apresentavam os indígenas catalogados como "bárbaros" ou "selvagens". Essa hierarquização étnica fica ilustrada na retórica evolucionista de Núñez (1884): "As tribos bárbaras atuais ainda indicam qual foi o ponto de partida das cultas e complexas sociedades do presente século. Essas tribos são uma aglomeração monótona de faculdades e funções idênticas" (p. 90, tradução nossa).

A evangelização das dezenas de milhares de "almas livres" dispersas pelo território nacional constituiu-se em peça central do projeto civilizador da Regeneración. Subjacente a essa política havia uma determinada concepção do "índio" no tempo histórico. Como propõe Hartog (2015), os modernos conceberam o "índio" em termos aristotélicos, reconhecendo neles inferioridade (ato), mas uma suscetibilidade à racionalização/civilização (potência). A passagem para civilizá-los era "questão de educação e, portanto, de tempo". Embora houvesse uma distância temporal entre uns e outros, ambos pertenciam a um mesmo horizonte temporal, "aberto para um futuro onde têm um lugar" (p. 40, tradução nossa).

Nesse processo, os governos regeneradores reativaram as missões católicas nas periferias andinas, conferindo à Igreja — braço espiritual e civilizador do Estado colombiano – o papel de incorporar os indígenas à "raça latina" e de torná-los "católicos virtuosos", ao tempo em que seus territórios eram concebidos como fontes de recursos para o desenvolvimento nacional (PÉREZ, 2025, p. 279). O missionário passou a ser um agente duplo: ganhando almas

para o mundo católico e cidadãos para a República. Como assinalou Caro (1887), "o missionário é a personificação da fraqueza física armada de força sobrenatural; nele se realiza a invenção mitológica das armas encantadas" (p. 1100, tradução nossa). Essa metáfora revela a concepção messiânica que acompanhou a empresa evangelizadora, apresentada como uma cruzada espiritual contra a barbárie. "Porque o estado selvagem é a morte dos povos, e a irreligião os mata, a fé os ressuscita" (ARBOLEDA, 1936[1880], p. 42, tradução nossa).

O debate racial no Brasil e na Colômbia no final do século XIX revelou como ambos os movimentos articularam discursos raciais complementares, porém diferenciados: enquanto o abolicionismo brasileiro criticou radicalmente a escravidão (embora mantendo hierarquias raciais eurocêntricas), a Regeneración construiu um imaginário nacional que marginalizou indígenas e afrodescendentes, ainda que abrindo espaços limitados para sua incorporação mediante a evangelização. Ambos os movimentos compartilharam um ideal de progresso eurocêntrico e demonstraram como "o tradicional e o moderno coexistiam de maneira patológica" (RUFER, 2010, *tradução nossa*), com impactos institucionais concretos: a abolição no Brasil (1888) e as missões civilizadoras na Colômbia (1887). Nesse sentido, essas elites atuaram como agentes de uma "nação homogênea", sendo particularmente radical o caso colombiano, no qual se marginalizou simultaneamente indígenas ("selvagens irredutíveis") e afrodescendentes ("periferias simbólicas"), subsumindo ambas as exclusões na mestiçagem crioulo-andina como "ferramenta hegemônica".

4. DUAS CONSTITUIÇÕES PARA REFUNDAR A NAÇÃO: AS CARTAS DE 1886 E 1891

Claudia Wasserman (2015, p. 72) ressalta que as conjunturas de crise – guerras, revoluções ou colapsos econômicos – aceleram o tempo histórico, gerando transformações sociais e intensificando os debates intelectuais sobre os temas cruciais da época. Dentre esses debates, destacou-se a definição de cartas políticas, nas quais o campo intelectual desempenhou um papel central. As constituições converteram-se em ferramentas para legitimar projetos políticos

e materializar as expectativas da nação ideal. Inspiradas no legado do Iluminismo, que compreendia cada componente do universo como um sistema regido por leis, as constituições políticas encarnavam uma aspiração de equilíbrio e uma conexão orgânica entre o macrocosmo e o microcosmo (LOAIZA, 2017, p. 9).

Com um lustro de distância, as Constituições finisseculares refletiram o anseio modernizador e progressista da época. Na Colômbia, a Constituição de 1886 refundou a República sob uma ordem autoritária presidencialista, centralista e guiada pelos princípios morais do catolicismo, que retomou as rédeas do ensino público e da evangelização da população "selvagem" (PALACIOS, 2002). O país abandonou o pretensioso nome de Estados Unidos da Colômbia e passou a denominar-se República da Colômbia; os Estados foram convertidos em departamentos, restabeleceu-se a pena de morte e buscou-se uma modernidade alternativa vinculada ao modelo civilizatório do hispanismo. O modelo regenerador incorporou elementos do ordenamento constitucional espanhol de 1876, que definiu as bases da Restauración espanhola e seu conservadorismo liberal (MARTÍNEZ, 2001, p. 457).

A Constituição de 1891 adotou instituições tipicamente liberais, sob marcada influência do constitucionalismo norte-americano. O país assumiu como forma de Estado a federação; como forma de governo, a república; e, como sistema de governo, o presidencialismo. As ideias republicanas manifestaram-se na separação entre Igreja e Estado, bem como no não reconhecimento de 'privilégios de nascimento', 'foros de nobreza', 'ordens honoríficas', 'títulos nobiliários e de conselho'. Superava-se assim o princípio presente na Constituição do Império, segundo o qual o catolicismo era a religião oficial, tolerando-se as demais unicamente em seu culto doméstico ou particular, sem forma alguma exterior ao templo (LYNCH; NETO, 2012, p. 112-114).

Comparativamente, pode-se afirmar que as duas constituições sintetizaram propostas de construção nacional que pareciam estar em sentidos opostos, mas que responderam a necessidades latentes de mudança social no Brasil e na Colômbia. Além disso, em certa medida, os textos fizeram parte dos horizontes de expectativa da geração de homens que atuaram intelectual e politicamente desde a década de 1870, embora não estivessem isentos de

polêmicas e frustrações. Na Colômbia, a Carta adquiriu conotações de resgate da nacionalidade em perigo após quase duas décadas de "anarquia", federalismo enfraquecedor da soberania nacional e liberdades individuais "absolutas" e "perseguição contra a Igreja Católica". Essas acusações partiam de Miguel Antonio Caro (1898), católico fervoroso, principal ideólogo e redator do projeto constitucional regenerador, para quem a Constituição de 1886 era: "obra, não de uma revolução embrionária, nem de uma revolução triunfante, nem de um só partido político: obra elaborada na consciência nacional" (p. 22, tradução nossa).

Para Rafael Núñez, líder do movimento e recrutador de Caro devido à sua afinidade ideológica, era preciso colocar a "nova estrutura", surgida "das entranhas da nação", sob "o amparo da fé religiosa", como fizera o poderoso Imperador da Alemanha protestante com sua Reforma social sob a égide da Santa Sé (NÚÑEZ, 1952[1890], p. 64, tradução nossa). A isso somou-se a busca do fortalecimento do centralismo direcionado a Bogotá, com o qual se pretendeu resgatar a soberania nacional e enfraquecer as forças regionais, vistas como risco para a integridade territorial da República. Especialmente após as traumáticas guerras civis de 1876-77 e 1885, quando diferentes Estados-membros se levantaram em armas contra o governo nacional. Desse modo, desmontava-se a estrutura normativa radical, influenciada pelo liberalismo francês, para retornar às raízes históricas da nacionalidade, baseadas na autoridade, no centralismo, no catolicismo e no hispanismo. "Era indispensável variar por completo o molde, fazendo em pedaços o antigo, como quando a figura de bronze de uma primeira fusão resulta incorreta" (NÚÑEZ, 1952[1890], p. 64, tradução nossa).

Com a abolição da escravidão em 1888, a proclamação da República um ano depois e a morte do velho imperador em 1891, o Brasil parecia deixar para trás seu manto de país antiquado e encaminhar-se pela via da modernidade. Rui Barbosa, uma das principais fontes da teoria jurídica liberal moderna brasileira e principal redator do projeto adotado como Constituição de 1891, afirmava que uma constituição era "a miniatura política de uma nacionalidade" e "consequência da irreversível evolução econômica do mundo" (BARBOSA apud ROCHA, 2000, p. 252). Para este liberal radical, defensor da modernização

política como imperativo civilizador, para quem "a lei é, pois, a divisória entre a moral pública e a barbárie" (BARBOSA, 1946[1897], p. 91), a reforma constitucional representava "a preparação de uma reforma superior; todo progresso, a determinante de um progresso futuro" (LYNCH, 2008).

A geração brasileira encontrou na constituição republicana uma oportunidade para reconfigurar as bases do modelo imperial: a centralização política, o padroado e a ordem escravocrata. Joaquim Nabuco, reconhecido anglófilo e defensor do modelo monárquico federativo à semelhança do britânico, acompanhou de perto os primeiros debates sobre a reformulação constitucional republicana no Brasil. Nesse contexto, protagonizou discussões relevantes acerca da separação entre Estado e Igreja Católica e da implantação do federalismo como eixo modernizador da política brasileira. Nabuco, embora tenha promovido sem êxito seu projeto de monarquia federativa, considerava que o federalismo permitiria o crescimento legítimo e natural de todas as regiões do Brasil – recurso extremo de salvação para o Norte e medida de justiça e equidade para o Sul –, "em vez de ficarem atrofiadas pela hipertrofia do centro" (NABUCO, 1888, p. 418). De fato, como afirma Lynch (2008, p. 118), a federação era uma demanda histórica e um imperativo geográfico dos interesses provinciais contra a absorção pela burocracia central.

Este aspecto constituiu um elemento diferenciador entre os dois modelos políticos do Brasil e da Colômbia. Nas mentes por trás do código de 1886, o federalismo – longe de representar esse modelo político modernizador adotado no Brasil – foi concebido como um sistema político anacrônico frente às necessidades integradoras de seu tempo. A segunda metade do século XIX era vista como a era da nação, marcada por ideais de ordem, unidade e integração, em que as "grandes nações" avançavam rumo à centralização estatal, como evidenciaram a proclamação da República na França (1870), a Restauração borbônica na Espanha (1874), as unificações da Alemanha e Itália, e a reunificação estadunidense após a guerra civil.

Em contraste com o gigante vizinho, Núñez, Caro, Arboleda e Samper concordavam em afirmar que na Colômbia o modelo federalista ("anarquia organizada") levaria o país à fragmentação de sua soberania, ao enfraquecimento do Estado central e a um estado de guerra permanente.

Precisamente, Samper expressava sua crítica ao federalismo: "E, coisa estranha! O movimento do presente século, todo de unificação e condensação de forças, não nos serviu de exemplo, senão para deslocar nossa unidade, dividir o que estava unido e caminhar para a desagregação" (SAMPER, 1951[1886], p. 369, tradução nossa).

A Constituição de 1891 excluía indigentes, mendigos e analfabetos, porque o Brasil precisava deixar de ser uma democracia selvagem para se tornar uma "democracia racional" (RUI BARBOSA apud LYNCH, 2008). Sílvio Romero (1893) denunciou o caráter presidencialista com tendência ditatorial do "texto federal", que segundo ele, parecia "ter tomado por alvo fazer nascer esses conflitos, desenvolvê-los, envenená-los; multiplicar-lhes os ensejos e prolongar-lhes com prazer a duração" (pp. 19-23). Nabuco, por sua vez, em seu espírito reformista, acabou denunciando o caráter aristocrático e pouco democrático do código de 1891: "Não alargar o voto, não reformar a Constituição no sentido liberal, mas no sentido reacionário, tirando dos seus alicerces a primeira pedra das nossas liberdades. E para quê? Para constituir-se uma aristocracia!" (NABUCO apud LYNCH, 2008).

Na Colômbia, a liberdade de imprensa, o voto universal e a liberdade de cultos passaram a ser fortemente negados ou, na melhor das hipóteses, rigidamente regulados pela república regenerada. A ordem e a autoridade – como bases do pensamento conservador e tradicionalista – impuseram-se sobre o ideário ilustrado da liberdade coletiva. "As repúblicas devem ser autoritárias, sob pena de incorrer em permanente desordem e aniquilar-se em vez de progredir", afirmava Núñez (1885, tradução nossa). Miguel Antonio Caro, por sua vez, defendia que "a Constituição [1886] estabelece em geral e muito amplamente a liberdade política, toda a liberdade que um Estado pode conceder sem cair no delírio do 'liberalismo', restringindo-a em determinados casos por justíssimos motivos" (CARO, 1888, p. 23, tradução nossa).

Ambos os projetos políticos, influenciados pelo positivismo, plasmaram seu ideário nos lemas nacionais: a Colômbia adotou "Ordem e Liberdade", refletindo a visão de Caro sobre “liberdade na unidade, progresso na ordem” (CARO apud ZULETA, 1966, p. 549), enquanto o Brasil instaurou "Ordem e Progresso", lema positivista que vinculava o progresso à modernização científica

(FREYRE, 2013). As constituições refletiram o ideário democrático limitado da época, funcionando como dispositivos civilizatórios que naturalizavam a exclusão por meio de uma "cidadania imaginária" (LORENTE, 2022). Sem abordar diretamente a marginalização de negros, indígenas e mestiços, instauraram marcos normativos excludentes sob os eufemismos de "democracia racional" no Brasil e "unidade católica" na Colômbia. Esse modelo de progresso – branco/mestiço, urbano e eurocêntrico – marginalizou as maiorias rurais e racializadas, consolidando regimes oligárquicos: a chamada República Velha no Brasil (1889–1930), com seu "liberalismo excludente" (VARES, 2011), e a Hegemonia Conservadora na Colômbia (1886–1930), articulada em torno de um "capitalismo católico" (HERNÁNDEZ, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais da Geração de 1870 no Brasil, assim como os da Regeneración na Colômbia, mostraram-se altamente receptivos e reflexivos diante das convulsões políticas, sociais e econômicas – nacionais e transnacionais – que marcaram as últimas décadas do século XIX. Esse foi um presente carregado de incertezas, de pessimismo, mas também de possibilidades. Sua atuação, que articulava diferentes campos do saber – da historiografia ao direito, do cientificismo racial à engenharia institucional –, demonstra como as esferas do saber e do poder se entrelaçaram na construção dos Estados-nação.

A comparação entre os casos revela padrões significativos: os intelectuais compreenderam seu tempo histórico não como uma simples transição, mas como um momento decisivo – no qual eles próprios se constituíam como agentes ativos –, quando se tornava possível e necessário intervir para moldar o destino nacional. Tanto os reformadores brasileiros quanto os reacionários colombianos mobilizaram correntes transnacionais (positivismo, evolucionismo, liberalismo doutrinário, hispanismo, antiliberalismo) para responder a desafios locais, articulando redes conceituais complexas que ultrapassavam os limites da esfera letrada.

A partir desse espaço de experiência geracional, a historiografia transformou-se em ferramenta estratégica e intencional para tais fins: no Brasil,

foi mobilizada para deslegitimar a ordem imperial e fomentar a modernização; na Colômbia, para restaurar um passado hispânico e católico percebido como alicerce da ordem e da identidade nacional. Além disso, as constituições políticas cristalizaram um horizonte de expectativas voltado à refundação da ordem nacional e à inserção no concerto civilizatório sob o império das leis. Essa capacidade de transitar entre a reflexão teórico-historiográfica e a práxis político-institucional convida a repensar a figura do intelectual oitocentista não como mero produtor de ideias, mas como agente total que atuava nas múltiplas frentes onde se disputava o sentido da nação. Compreender essa multifuncionalidade, para além de um juízo sobre seus acertos ou limitações, abre novas perspectivas para reinterpretar os processos de construção estatal e nacional na Ibero-América.

Esta abordagem comparativa não apenas ilumina o aparente distanciamento histórico entre Brasil e Colômbia, como também oferece chaves para compreender como, na Ibero-América, os projetos nacionais emergiram de intrincadas negociações e interações entre conhecimento e poder, entre tradição e modernidade, entre o local e o global. Ademais, convida a complexificar as noções de "progresso" e "modernização", e a reconhecer que, na intersecção entre história, política e saber, os intelectuais foram peças-chave na configuração – e não apenas na interpretação – da ordem moderna ibero-americana.

Ao desvendar essas operações intelectuais multidimensionais, conquista-se não apenas uma visão mais matizada do complexo século XIX, mas também ferramentas críticas para questionar as narrativas hegemônicas que ainda estruturam nossa compreensão do nacional e do regional.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Arribistas y decadentes: el debate político-intelectual brasileño en la primera década republicana. **Prismas - Revista de Historia Intelectual**, v. 13, n. 2, 2009, p. 157-172.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (orgs). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. 1. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, pp. 9-27.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. Um passado republicano para chamar de seu: a reescrita da história nacional pela geração 1870 da Faculdade de Direito de São Paulo (1870-1880). **História Unisinos**, v. 24, n. 1, 2020, p. 54-66. DOI: https://doi.org/10.4013/hist.2020.241.06.

ARBOLEDA, Sergio. **Rudimentos de geografía, cronología e historia**. Bogotá: Imprenta de El Tradicionista, 1872.

ARBOLEDA, Sergio. **Las letras, las ciencias y las artes en Colombia**. Bogotá: Editorial Minerva, 1936 [1880].

ASSIS, Machado de. A nova geração. **Revista Brasileira**, v. II, dez. 1879. In: Obra Completa de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. 188 p.

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa. O Partido Republicano Conservador: discursos parlamentares.** T. 1. Vol. 24. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BARROS, José D'Assunção. Histórias cruzadas: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, v. 21, n. 40, 2013, p. 277-310. DOI: https://doi.org/10.22456/1983-201X.42174.

CARO, Miguel Antonio. Editorial. **El Tradicionista**, Bogotá, 14 nov. 1875, ano I, trim. 1°, n. 2, p. 12.

CARO, Miguel Antonio. **Libertad de imprenta**. **La Nación**, Bogotá, 1888. Republicado em: Artículos publicados en La Nación en 1888. Bogotá: Imprenta de La Nación, 1890.

CARO, Miguel Antonio. Fundación de Bogotá. In: **Ideario Hispánico**. Ed. Carlos Valderrama. Bogotá: Caro y Cuervo, 1990 [1875].

CARO, Miguel Antonio. La Conquista. In: **Ideario hispánico**. Ed. Antonio Curcio Altamar. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 1952 [1881].

CARO, Miguel Antonio. El darwinismo y las misiones. **El Repertorio Colombiano**, Bogotá, v. XII, n. 6, set. 1886-fev. 1887, p. 464-491.

CARO, Miguel Antonio. Mensaje presidencial al Congreso, 1898. In: **Obras selectas**. Ed. Carlos Valderrama. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1993. p. 260-272.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHACÓN, Nelson. La evolución y el darwinismo en Colombia: configuraciones locales e ideas globales. In: GÓMEZ, Laura Buenaventura et al. (orgs.). **Colombia conectada: El "Tibet de Sudamérica" en perspectiva global, siglos XIX y XX**. Bogotá: Universidad del Rosario, 2023. p. 71-108.

COLOM, Francisco. El hispanismo reaccionario: catolicismo y nacionalismo en la tradición antiliberal española. In: COLOM, Francisco; RIVERO, Ángel (orgs.). **El altar y el trono: ensayos sobre el catolicismo político iberoamericano**. Barcelona: Anthropos, 2006. p. 43-82.

Corrientes de simpatía. **La Época**, Madrid, 25 ago. 1884, n. 11, p. 1-4. Disponível em: http://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/results?id=164fc668-32ea-48e1-8afb-5fa41396d36d. Acesso em: 28 maio de 2025.

COUTO, Bruno Gontyjo do. O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil. **Em Tese**, v. 13, n. 1, 2016, p. 94-114. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2016v13n1p94.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. **Historia conceptual en el Atlántico ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 8. ed. São Paulo: Global, 2013.

GÓMEZ MULLER, Alfredo. Imaginarios de la "raza" y la "nación" en Rafael Núñez: La Regeneración revisitada. In: MÚNERA, Leopoldo; CRUZ RODRÍGUEZ, Edwin (orgs.). **Pluriverso y hegemonía en la construcción del Estado-nación en Colombia**. Bogotá: La Carreta Editores, 2011. p. 125-154.

HARTOG, François. **De los antiguos a los modernos, de los modernos a los salvajes: para una historia intelectual de Europa**. México: Universidad Iberoamericana, 2015.

HARTOG, François. **Cronos: cómo Occidente ha pensado el tiempo, desde el primer cristianismo hasta hoy**. Madrid: Siglo XXI, 2022.

HERNÁNDEZ QUIÑONEZ, Óscar Daniel. **"La prodigiosa máquina que aún no aciertan a comprender". Técnica, industria temprana y experiencia del tiempo**. Colombia 1880-1904. Bogotá, Universidad del Rosario, 2023.

JARAMILLO MUTIS, Diego. **Entre radicales y regeneradores: Colombia en la segunda mitad del siglo XIX**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2020.

JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Wilson Ferney. El Papel Periódico Ilustrado y la configuración del proyecto de la Regeneración (1881-1888). **Historia Crítica**, n. 47, 2012, p. 115-138.

JIMÉNEZ ÁNGEL, Andrés. **Ciencia, lengua y cultura nacional: La transferencia de la ciencia del lenguaje en Colombia, 1867-1911**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2018. Digitalia, https://www.digitaliapublishing.com/a/60663

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 1979.

LOAIZA CANO, Gilberto. Las escrituras del orden (Tentativa de interpretación del siglo XIX en Colombia). **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades,** vol. 19, núm. 38, 2017, pp.467-494.

LORENTE SARIÑENA, Marta. Constituciones, derechos y gobierno en América Latina (1808-2018). **Almacén de Derecho**, 2018. Disponível em: https://almacendederecho.org/constituciones-derechos-y-gobierno-en-america-latina-1808-2018 Acesso em: (29 maio 2025)

LYNCH, Christian. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, 2008, p. 113-125.

LYNCH, Christian; NETO, Cláudio Pereira de Souza. O constitucionalismo da inefetividade: a Constituição de 1891 no cativeiro do estado de sítio. **Revista Quaestio Iuris**, v. 5, n. 1, 2012, p. 85-136.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológ**icas, n. 62, 1993, p. 193-242.

MARTÍNEZ, Frederick. **El nacionalismo cosmopolita: la referencia europea en la construcción nacional en Colombia, 1845-1900**. Lima: Banco de la República-Instituto Francés de Estudios Andinos, 2001.

MARTÍNEZ SILVA, Carlos. **Compendio de geografía para uso en colegio y escuelas**. Bogotá: Imprenta de Echeverria Hermanos, 1887.

MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (orgs.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. 1. Madrid: Katz Editores, 2008.

NABUCO, Joaquim. **Sociedade Brasileira Contra a Escravidão**. SC: 1880.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon e Ca., 1883.

NABUCO, Joaquim. **Um projeto de federação.** Sessão de 8 ago. 1888.

NICOLAZZI, Fernando. Disoriented Time and Social Knowledge: The Historical Essay in Brazil, c. 1870–1940. **The American Sociologist**, v. 51, p. 279-290, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s12108-020-09457-x

NÚÑEZ, Rafael. 20 de julio. In: **La Reforma política en Colombia**. Bogotá: La Luz, 1888 [1882]. p. 358.

NÚÑEZ, Rafael. **Exposición sobre reforma constitucional al Consejo Nacional de Delegatarios**. Bogotá: Imprenta de la Luz, 11 nov. 1885.

NÚÑEZ, Rafael. **Los mejores artículos periodísticos**. 3. ed. Bogotá: Minerva, 1936 [1883].

NÚÑEZ, Rafael. *La Luz.* Bogotá, 21 de julio. In: **Diccionario político**. Bogotá: Biblioteca de autores colombianos, 1952 [1882]. p. 83.

NÚÑEZ, Rafael. El Porvenir, Cartagena, domingo 1 de junio de 1890. In: **Diccionario político**. Bogotá: Biblioteca de autores colombianos, 1952 [1890].

NÚÑEZ, Rafael. El Porvenir. Cartagena, 3 de febrero. In: **Diccionario político**. Bogotá: Biblioteca de autores colombianos, 1952 [1884].

PALACIOS, Marco. La Regeneración ante el espejo liberal y su importancia en el siglo XX. In: **Miguel Antonio Caro y la cultura de su época**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 261-278.

PÉREZ, Santiago. El internacionalismo ultramundano de Miguel Antonio Caro contra el liberalismo y el nacionalismo: Gabriel García Moreno en El Tradicionista (1871-1876). In: AYUSO, Miguel; MEJÍA SALAZAR, Álvaro (orgs.). **Gabriel García Moreno: el estadista y el hombre**. Vol. 2. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2023. p. 567-590.

PÉREZ BENAVIDES, Amada Carolina. Ciudadanía, civilización y pueblos indígenas: imaginarios hegemónicos y prácticas disidentes en el proceso de construcción nacional. Colombia, 1850-1920, en GARRIDO, Margarita et al. **Historias de lo político en Colombia. Volumen 2: De república a nación, 1853-1903**. Primera edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Centro Editorial Facultad de Ciencias Humanas: Universidad del Rosario: Editorial Universidad del Rosario, 2025, pp. 273-298.

RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história: melancolia, raça e assombramento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional: estudos econômicos - propaganda abolicionista e democrática (setembro de 1874 a setembro de 1883)**. Rio de Janeiro: A.J. Lamoureux e Company, 1883.

ROCHA, Hildon. **Utopias e realidades da república**. São Paulo; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José María. La Regeneración sin la Revolución: Caro contra Bolívar. **Revista Hispánica Moderna**, v. 60, n. 1, 2007, p. 79-108.

ROJAS, Cristina. **Civilización y violencia: la búsqueda de la identidad en el siglo XIX en Colombia**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2023.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902-1903. 5 v.

ROMERO, Sílvio. **Parlamentarismo e presidencialismo na República brasileira (cartas ao conselheiro Ruy Barbosa)**. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1893.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceptual de lo político.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, v. 14, n. 28, 2010, p. 11-31.

SAFFORD, Frank y PALACIOS, Marco. **Historia de Colombia. País fragmentado, sociedad dividida.** Bogotá: Universidad de los Andes: Ediciones Uniandes, 2012.

SAMPER, José María. **Galería nacional de hombres ilustres o notables**. Bogotá: Imprenta Zalamea, 1879.

SAMPER, José María. **Derecho público interno en Colombia**. Bogotá: Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1951 [1885].

SAMPER, José María. **Discurso de recepción en la Academia Colombiana de la Lengua**. Bogotá, 6 ago. 1886. Disponível em: https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/2150

SCHNEIDER, Alberto. **Capítulos de história intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Tres generaciones y un largo imperio: José Bonifácio, Porto-Alegre y Joaquim Nabuco. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (orgs.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. 1. Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008. p. 363-386.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. E-book. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERJE, Margarita. **El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TOVAR, Leonardo. Ciencia y Fe: Miguel Antonio Caro y las ideas positivas. In: SIERRA, Rubén (org.). **Miguel Antonio Caro y la cultura de su época**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 33-55.

TOVAR ZAMBRANO, Bernardo. Porque los muertos mandan: el imaginario patriótico de la historia colombiana. In: ARCHILA, Mauricio; TOVAR ZAMBRANO, Bernardo (orgs.). **Pensar el pasado**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1997. p. 125-169.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**, n. 2, 2009, p. 12-28.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

UREÑA, Jaime. La idea de heterogeneidad racial en el pensamiento político colombiano: una mirada histórica. **Análisis Político**, n. 22, 1994, p. 5-25.

VARES, A. Dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**, v. 11, n. 1, 2011, p. 121-139.

WADE, Peter. **Raza y etnicidad en Latinoamérica**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. Tempos Históricos, v. 19, n. 1, 2015, p. 63-79. DOI: https://doi.org/10.36449/rth.v19i1.12762

ZULETA ÁLVAREZ, Enrique. Miguel Antonio Caro y la emancipación hispanoamericana. **Thesaurus**, v. XXI, n. 3, 1966.

Recebido em 31-05-2026.

Aprovado para publicação em 17-01-2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTÓRIA E CAOS

Reflexões sobre a complexidade da história a partir de Carlos Lacerda (1945-1965)

HISTORY AND CHAOS

Reflections on the complexity of history through Carlos Lacerda (1945-1965)

MARIANA DIAS ANTONIO[1]

RENAN RAMOS CHAVES[2]

ANDRÉ LUÍS PRANDO LIVORATI[3]

RESUMO

O presente artigo discute e ilustra o trabalho historiográfico a partir do conceito de caos, considerando a diversidade de variáveis em coevolução, fontes, vieses e limitações técnicas e metodológicas enfrentadas pelo historiador; a sensibilidade dos agenciamentos históricos às condições iniciais; e o fato de que a própria publicação pode alterar as condutas dos agentes históricos e, portanto, o próprio fluxo da história. Pensando-se como a narrativa histórica pode ser alterada por determinadas unidades discretas de informação, novas fontes, novas perspectivas e interpretações, as discussões são exemplificadas e perspectivadas a partir de alguns episódios da trajetória política de Carlos Lacerda entre 1945 e 1965.

Palavras-chave: Caos. História. Política. Carlos Lacerda.

ABSTRACT

This article discusses and illustrates historiographical work through the concept of chaos, considering the diversity of co-evolving variables, sources, biases, and technical and methodological limitations faced by the historian; the

[1] Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora convidada no curso de especialização em História Contemporânea e Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail da autora: mariana.diasant@gmail.com.

[2] Tecnólogo em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Taquaritinga. Assistente Técnico Administrativo no Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Câmpus de Rio Claro. Email do autor: r.ramoschaves@gmail.com.

[3] Doutor em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Assistente Doutor no Departamento de Física da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro. E-mail do autor: andre.livorati@unesp.br.

sensitivity of historical arrangements to initial conditions; and the fact that publication itself can alter the behavior of historical agents and, consequently, the very flow of history. Reflecting on how the historical narrative can be changed by certain discrete units of information, new sources, new perspectives, and interpretations, the discussions are exemplified and framed through some episodes of the political trajectory of Carlos Lacerda between 1945 and 1965.

Keywords: Chaos. History. Politics. Carlos Lacerda.

INTRODUÇÃO

Barros (2020) propõe seis desafios para a historiografia do novo milênio: responsabilidade social, criatividade na escrita, novas interdisciplinaridades, variedade de suportes, abrangência de públicos e transferência de criticidade ao público. A responsabilidade social trata da necessidade de ver a História por todos os lados, considerando a multiplicidade de pontos de vista e atores sociais em posições distintas de agenciamento histórico. Isso amplia as variáveis históricas analisadas, irredutíveis às formas humanas de agenciamento. LeCain (2017), por exemplo, nos convida a pensar os agenciamentos de outros organismos e coisas e nosso engajamento com o mundo material. Em última instância, a mobilização e articulação de uma história vista por todos os lados demanda uma responsabilidade tacitamente pactuada entre historiador e leitor, para que este possa articular suas ações futuras de maneira mais ética e responsável. Parte-se da constatação de que os conteúdos publicados são capazes de alterar o curso da História, uma problemática que se apresenta em diversas áreas do conhecimento. Afinal, qualquer construção do conhecimento traz uma suposição de verdade ou realidade, podendo mobilizar agenciamentos e consequências reais.

Quanto aos outros desafios apontados por Barros (2020), os suportes e formas de articulação criativa da escrita condicionam *como* e *quais* públicos atingir. A interdisciplinaridade mobilizada pode ampliar ou reduzir o público, e essas questões são bem conhecidas pelos profissionais da Comunicação. Isso nos leva a reconhecer a escrita da História como uma dinâmica comunicacional, considerando emissor, receptor, canal, código, ruído,

conhecimento prévio da audiência, formas de enquadramento, entre outras variáveis. Diferentes ramos disciplinares tendem a se isolar, criando "baldes disciplinares" que são preenchidos e esvaziados conforme a expertise de *quem fala* e *para quem se fala* (SAPOLSKY, 2017; SHILLER, 2019), mas são insuficientes para a plena compreensão de fenômenos complexos. Salmon (1902) já segmentava a História em três elementos: [1] o objeto a ser narrado ou registrado; [2] o agente narrador ou registrador; e [3] o resultado da narrativa ou registro; e as narrativas e registros podem decorrer de ações pessoais ou impessoais, nos remetendo às considerações de LeCain (2017) sobre agenciamentos históricos não humanos.

Salmon (1902) expõe a polissemia do termo "História", que compreende a cadeia de acontecimentos no tempo e o resultado da escrita do historiador (mas também todo um ramo disciplinar). Suas considerações evidenciam a arbitrariedade das fronteiras disciplinares ao explicitar questões históricas noutras áreas. A historiadora tratava essas fronteiras como uma divisão social do trabalho historiográfico, sendo necessária uma colaboração cruzada para a adequada compreensão dos acontecimentos ou fenômenos históricos. Afinal, não estariam linguistas, antropólogos, economistas, cientistas políticos, paleontólogos, geólogos, planetologistas e outros profissionais preocupados com a construção de narrativas históricas em diversas temporalidades? Não estariam notários, contadores, artistas, jornalistas, peritos criminais de diferentes áreas e outros profissionais preocupados com o registro de informações de relevância histórica?

Se problematizamos a construção narrativa e o registro e apresentação de informações de relevante interesse histórico, fica evidente que o impacto dos agentes no curso da História também não é algo exclusivo dos historiadores. É de conhecimento amplo entre economistas que a publicação das análises econômicas leva a mudanças nas expectativas dos agentes econômicos, alterando o próprio curso dos eventos e eventualmente frustrando as mesmas previsões. Segundo Shiller (2019), nem sempre os economistas querem prever, mas apenas alertar para que desastres não aconteçam. Sob essa perspectiva, uma espécie de compromisso ético se sobrepõe ao prestígio das previsões certeiras.

A partir desses apontamentos, propomos discutir e ilustrar a História como um sistema caótico, nos apropriando de um conceito bem delineado na Física e que se distancia da noção vulgar. Nossa ilustração considera eventos da História Política do Brasil republicano a partir de Carlos Lacerda, entre 1945 e 1965. Sua personalidade polêmica e seu autoritarismo instrumental podem ser enquadrados na noção vulgar de caos, como se verifica num subcapítulo de sua biografia política escrita por Mendonça (2002), intitulado “A aposta no caos”. A abordagem aqui proposta permite diferentes formas de lidar com os desafios propostos por Barros (2020) e a emergência de novas ponderações.

1. EXPLICITANDO A COMPLEXIDADE

O conceito vulgar de caos remete a desordem, confusão. Mas um breve histórico de sua descoberta facilita a compreensão do conceito científico. Conforme Sapolsky (2023, p. 129-130, tradução livre):

> [Na década de 1960, o meteorologista Edward] Lorenz estava estudando um modelo em seu computador usando 12 variáveis. Hora do almoço. Pare o programa no meio de sua execução. Volte depois do almoço e, para economizar tempo, reinicie o programa em um ponto antes de você pará-lo, em vez de começar tudo de novo. Insira os valores dessas doze variáveis naquele ponto temporal e deixe o modelo retomar sua previsão. Foi o que Lorenz fez (...). Uma variável naquele ponto temporal tinha um valor de 0,506127. Exceto que na impressão, o computador o arredondou para 0,506 (...). Lorenz deixou o programa rodar, ainda dependendo de 0,506 em vez de 0,506127, e saiu um resultado que era ainda mais discrepante do que ele esperava da execução antes do almoço (...). E a cada ponto sucessivo, as coisas ficavam mais estranhas – às vezes, as coisas pareciam ter retornado ao padrão pré-almoço, mas então divergiam novamente, com as divergências cada vez mais diferentes, imprevisíveis, loucamente diferentes. E eventualmente, em vez de o programa gerar algo remotamente próximo do que ele viu da primeira vez, a discrepância nos dois traçados era tão diferente quanto possível (...). Lorenz finalmente percebeu aquele pequeno erro de arredondamento introduzido após o almoço e percebeu que isso tornava o sistema imprevisível, não linear e não aditivo.

“Caos é comportamento aperiódico de longo prazo num sistema determinístico que exibe dependência sensível às condições iniciais”

(STROGATZ, 2024, p. 358, tradução livre). Ou seja, apesar de existir num sistema puramente determinístico (um conjunto de equações, parâmetros de controle e variáveis dinâmicas conhecidas), o resultado pode se mostrar gravemente comprometido ou perturbado ao longo do tempo, mesmo que por alterações irrisórias nos valores de suas condições iniciais.

Se vamos paralelizar o fluxo de acontecimentos históricos a um sistema caótico, algumas simplificações são necessárias e algumas críticas são óbvias. Precisamos insinuar que a história é um sistema determinístico? Sapolsky (2017; 2023) permite essa argumentação pela tese de que as ações humanas são mais bem explicadas por um determinismo complexo, sujeito a uma infinidade de variáveis bioquímicas, genéticas, epigenéticas, endocrinológicas, socioculturais, históricas e evolutivas. Contudo, tal via não é necessária para nossa exposição. Defender ou opor essa tese, simultaneamente improvável e irrefutável, seria perda de tempo. Mas simplificar a história *como se fosse* um sistema determinístico permite demonstrar que, *ainda assim*, ela permaneceria incrivelmente complexa e sujeita a uma infinidade de problemas.

A maioria dos historiadores sequer almeja chegar às eventuais equações regentes da história, apesar dos esforços e avanços empreendidos pela Cliodinâmica.[4] Como exposto por Salmon (1912, p. 237, tradução livre), “Clio segura um pergaminho entreaberto, e nós nunca leremos sua parte fechada.” Todavia, algumas questões são inegáveis: [1] eventos históricos são regidos por uma infinidade de variáveis, as quais ninguém é capaz de dominar e conhecer em sua totalidade e plenitude; [2] a escrita da História se sujeita à disponibilidade diferencial de fontes e informações por diversos motivos, como questões de acesso, censura, destruição ou degradação material, mas também a vieses, opiniões e visões de mundo de quem produziu, selecionou e preservou tais ou quais fontes e informações; e [3] eventos históricos são extremamente sensíveis às condições iniciais, sobretudo se envolvem atores sociais em posições privilegiadas de agenciamento histórico, e a contemporaneidade nos atesta que mesmo uma pequena desinformação, se tomada como real por uma grande autoridade política, pode ter consequências

[4] A Cliodinâmica é uma ciência analítica, transdisciplinar e potencialmente preditiva que alia macrossociologia, evolução cultural e outras áreas. Uma síntese sobre o empreendimento pode ser consultada em Turchin (2008).

desastrosas. As duas primeiras questões estão diretamente unidas, já que a disponibilidade de fontes pode resultar numa poda das variáveis analisadas e estratégias de análise e apresentação dos dados.

Entre os problemas mais evidentes ao estabelecer explicações causais em narrativas históricas, temos a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de promover experimentos controlados, restando apenas experimentos naturais (SHILLER, 2019). Nesses casos, não há como excluir certas variáveis dos fenômenos observados, mas apenas das nossas explicações sobre esses fenômenos (seja pela desvalorização relativa daquelas variáveis na cadeia de eventos, seja por nossa inaptidão em identificá-las, estimá-las e tratá-las adequadamente). A própria explicação causal na História é plural, podendo-se falar em causas profundas e superficiais, causas finais, materiais e acidentais. “A complexidade inesgotável é constitutiva dos objetos históricos” (PROST, 2008, p. 156).

Ademais, sempre se escreve para alguém. A compreensão das apropriações possíveis e adequadas pelo público deve ser objeto de atenção e interesse do historiador. Questões discursivas, narrativas e imaginativas jamais poderão ser extirpadas dos debates, e as discussões do giro linguístico ilustram esse turbilhão de ideias. A ênfase de White nas estratégias e técnicas mobilizadas na formalização textual pelo historiador não se reduzem a uma simples negação do trajeto de pesquisa para enfocar somente o produto literário final, como acusa Ginzburg (2002) acerca do que chamou de postura cética. White (1994, p. 28-29) alerta que:

> (…) devemos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive, e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído.

O paralelo com o trabalho detetivesco também figura no trabalho de Ginzburg (1989) sobre a emergência de um "paradigma indiciário", caracterizado pelo apreço aos detalhes reveladores encontrados nos objetos de análise, demonstrando uma concordância de método à parte das discordâncias de postura sobre o produto historiográfico. Ao criticar as posturas céticas derivadas do empreendimento whiteano, Gay (1990, p. 195) atenta que:

> A relação entre o estilo e a verdade foi obscurecida pelo flagrantíssimo fato de que uma obra não é uma cópia do mundo real. A natureza linear da literatura escrita obriga o historiador a apresentar sequencialmente estruturas que existem simultaneamente.

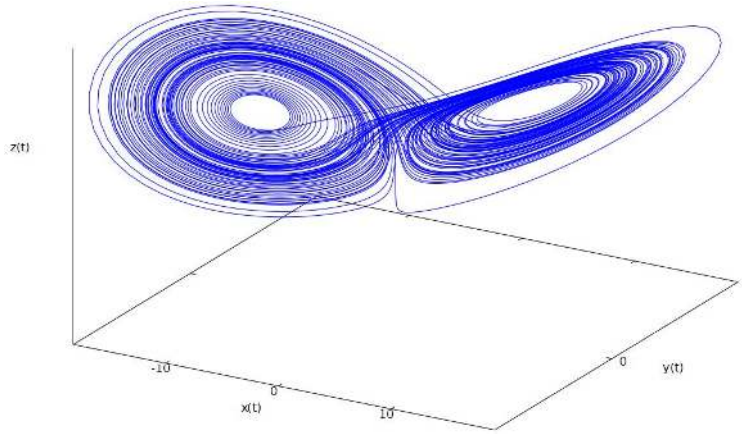
Bourdieu (2014) faz similar apontamento ao criticar a escrita biográfica como uma sucessão de eventos linear, cronológica e logicamente ordenada; a perspectiva teleológica implícita que orienta aquela trajetória individual a um objetivo; e o acordo tácito entre biógrafo e biografado sobre um suposto sentido de vida que define os eventos significativos de serem narrados. O sociólogo identifica uma constância diacrônica (mesmo indivíduo no tempo) e uma unidade sincrônica (mesmo indivíduo em diferentes contextos) na problemática biográfica que podem ser generalizadas para acontecimentos, instituições e outros objetos de interesse histórico. Conceitos mobilizados por Ricoeur (1991) permitem aliviar a crítica bourdieusiana: é possível e necessário pensar numa identidade narrativa que unifica a permanência e a mudança, a mesmidade e a ipseidade de um agente, acontecimento ou instituição de interesse histórico.

Diante da obviedade de que é difícil apresentar linearmente um fenômeno não-linear, vamos inverter a história de Lorenz: o meteorologista dispunha das equações e variáveis, posteriormente vindo a avaliar os resultados; o historiador se encontra na condição oposta, dispondo apenas dos resultados enquanto eventos consumados, sem acesso completo às variáveis envolvidas ou às eventuais equações da História. Resultados de funções, sistemas ou equações iteradas podem ser desenhados como gráficos de evolução temporal e, *grosso modo*, a matéria prima sobre a qual o historiador se debruça pode ser exemplificada como uma nuvem de apenas alguns pontos relevantes no espaço, restando a tarefa de decifrar o gráfico completo e, consequentemente, a equação e as variáveis. Essa questão pode ser ilustrada

através de representações gráficas distintas do famoso atrator de Lorenz, uma famosa referências de sistema caótico.

Os gráficos a seguir (Figuras 1 e 2) foram gerados pelos autores através do *software Maxima*, utilizando método de Runge-Kutta de quarta ordem (FRANCO, 2006), com valores iniciais para x_0, y_0 e z_0 iguais a *-7*, *8* e *27*, respectivamente. As três equações do sistema são: $dx/dt=\sigma(y-x)$, $dy/dt=rx-y-xz$, $dz/dt=xy-bz$ (LORENZ, 1963)[5], e foram informadas no algoritmo como *10*y-10*x*, *28*x-y-x*z*, *x*y-8*z/3*, considerando-se os parâmetros de controle $\sigma=10$, $r=28$, $b=8/3$. Após a integração numérica, ilustramos os dados gerados no espaço de fases, que é definido basicamente como o conjunto de todas as órbitas de um sistema dinâmico (STROGATZ, 2024). No caso em questão, ilustramos uma única órbita, pois foi iterada apenas uma trinca de condições iniciais. Ainda, os pontos obtidos foram unidos por linha para facilitar a visualização.

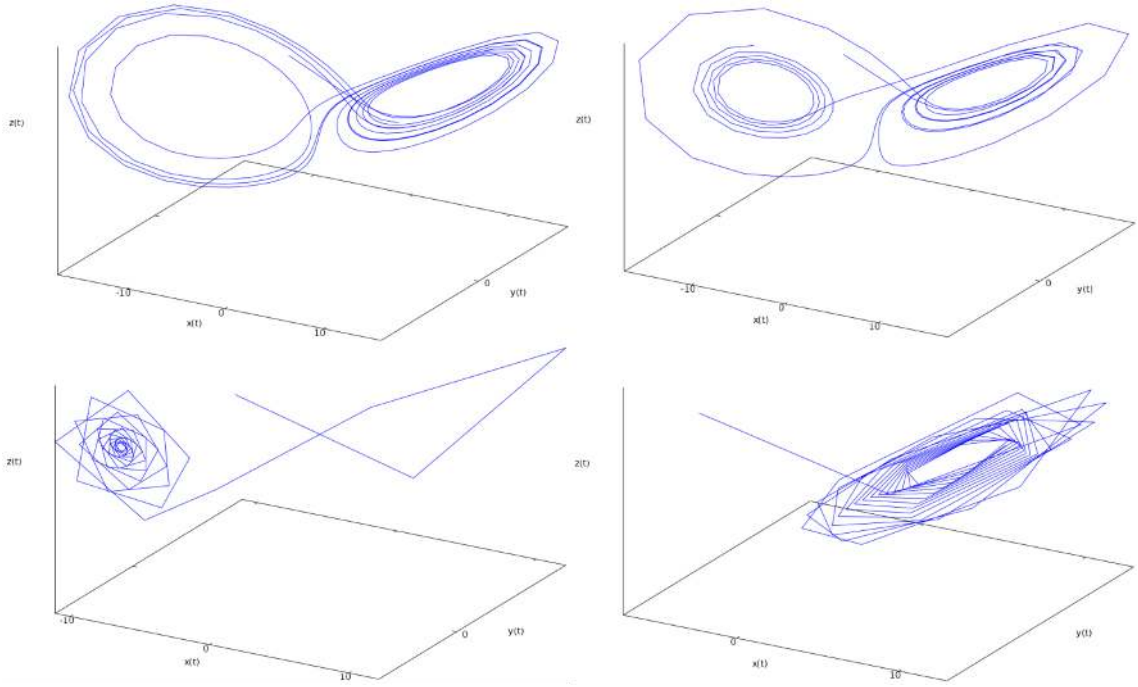
Figura 1 - Atrator de Lorenz com 100 ciclos e passo de integração igual a 0,01.



Fonte: elaborado pelos autores.

[5] As equações são derivadas temporais, ou seja, *dx/dt* deve ser lido como "taxa de variação da grandeza *x* no tempo". Lorenz visava simular instabilidades atmosféricas. A primeira equação (função de *x*) representa uma função de fluxo; a segunda equação (função de *y*) representa mudanças na temperatura; e a terceira equação (função de *z*) representa o desvio na temperatura linear. Os parâmetros fornecidos são o número de Prandtl (σ), que representa a razão entre a viscosidade cinemática (resistência interna do fluido ao movimento) e sua difusividade térmica (como o calor se propaga no fluido); o número de Rayleigh (*r*), que representa a diferença de temperatura entre o topo e a base de uma camada de fluido; e *b* representa as dimensões físicas da camada de fluido em questão (sua espessura, por assim dizer).

Figura 2 - Diferentes simulações do Atrator de Lorenz com 100 ciclos e passo de integração aleatorizado a cada 10 ciclos, entre 0,01 e 0,18.



Fonte: elaborado pelos autores.

Nosso interesse repousa no potencial ilustrativo para pensarmos na prática historiográfica, sendo importante notar que as variáveis evoluem em codependência, ou seja, coevoluem. Coevoluções estão sempre presentes na diacronia histórica e podem ser notadas entre organismo e ambiente físico ou cultural (RICHERSON; BOYD, 2005; ROUSE, 2023), entre estruturas e estratégias (SKYRMS, 2004), entre *habitus* e campo (BOURDIEU, 2014). Enquanto a Figura 1 apresenta um gráfico gerado a partir de um conjunto extremamente significativo de pontos no espaço (consequência do menor passo de integração), as versões constantes na Figura 2 apresentam o que ocorre quando tentamos traçar uma continuidade entre pontos escassos no espaço gráfico devido à ampliação aleatorizada do passo de integração. As equações e os parâmetros iniciais são os mesmos, mas a representação gráfica pode tanto se assemelhar àquela com pontos mais representativos (como nos casos superiores da Figura 2) quanto divergir completamente (como nos casos inferiores da Figura 2). Essa escassez de pontos no espaço gráfico nos permite pensar, metaforicamente, na escassez de informações e fontes para a reconstrução e interpretação histórica de um acontecimento ou período.

A aleatorização do passo de integração foi intencionalmente adicionada pelo fato de que diferentes períodos apresentam maior ou menor disponibilidade de fontes.

O que pensar sobre acontecimentos históricos, sujeitos a uma infinidade de variáveis que podem se alterar a todo momento? Essa tentativa de estabelecer uma continuidade gráfica (continuidade da linha traçada entre os pontos obtidos) nos permite pensar na necessidade de uma continuidade lógica e narrativa entre os acontecimentos que os historiadores buscam explicar. As ilustrações são exemplares quanto à possibilidade de acidentes de percurso. Essa continuidade ou coerência lógica e narrativa, necessária à compreensão e legibilidade de qualquer produto textual, tende a mobilizar o polo imaginativo do historiador para que determinadas lacunas sejam preenchidas. É evidente que esse processo não se iguala à escrita puramente ficcional. O historiador deve lidar com um maior número de restrições, pois, além daquelas impostas a todo produto textual, também deve buscar uma linha expositiva (ainda que suposicional) capaz de manter a coerência entre as informações obtidas de diversas fontes (GINZBURG, 2002; PROST, 2008). Por vezes, várias vias explicativas podem atender às expectativas de coerência para um conjunto de fontes (ou de pontos no espaço de análise, se quisermos pensar dessa forma), e diversas dessas vias só se mostrarão incoerentes se novas fontes (ou novos pontos no espaço de análise) forem descobertas na posteridade.

A afirmação de Salmon (1912) sobre o pergaminho de Clio encerra um texto sobre a necessidade constante de reescrita da História, seja pela descoberta de novas fontes e informações, pelo aprimoramento dos métodos ou pelas contribuições de outras ciências. Por esse motivo, as verdades na História são relativas e parciais (FICO, 2008; 2014; PROST, 2008; SALMON, 1912). Toda narrativa histórica também carrega as marcas de seu produtor e, portanto, seus vieses, ideologias e visões de mundo. E a busca pela coerência entre elementos dispersos no domínio do “historicamente possível” pode ancorar conclusões inadequadas emergentes de fontes e narrativas prévias ou das memórias reenquadradas de figuras históricas que relembram e relatam tempos idos. Fica evidente que o resultado do empreendimento historiográfico é uma narrativa duplamente mediada, contendo as marcas do historiador e dos

agentes históricos que produziram as fontes analisadas. Mas é exatamente essa busca por uma coerência lógica e narrativa, uma coerência explicativa e causal, que nos impele a uma comparação com sistemas caóticos (determinísticos) e não com sistemas estocásticos (com componentes aleatórios).[6]

Evidenciar essa multiplicidade de fatores e potenciais ruídos sobre a escrita da História demanda cautela, sobretudo pelos usos negligentes e abusos da disciplina. Reconhecer as limitações do trabalho historiográfico não significa descartar a História, tampouco abrir flanco para negacionismos, revisionismos incautos, valorização de fontes notadamente falsas, inexpressivas ou de influência limitada num contexto histórico. O que as críticas endógenas do campo historiográfico buscam é a melhoria contínua dos processos de avaliação, interpretação, crítica e escrita sobre o passado. Prost caracteriza o texto histórico como "saturado", frequentemente remetendo o leitor a comprovações externas ao próprio texto, que busca se apresentar sem lacunas. Mas essas lacunas nunca deixam de existir. Em tom confessional, menciona "(...) a insatisfação do historiador diante do livro acabado porque só ele conhece o número de artifícios adotados para colmatar aspectos deficientemente pesquisados quando, afinal, seu texto se limita, na melhor das hipóteses, a assinalá-los" (PROST, 2008, p. 237). Reafirma-se a existência de uma atividade de pesquisa e outra atividade de escrita, sendo a primeira necessária, subsídio e limitação do escopo possível de ser alcançado pela segunda.

A diversidade de fontes, métodos, abordagens e perspectivas (pois qualquer assunto pode ser objeto de análise e escrita histórica) culmina na inexistência de um único método. Portanto, pensar nas heurísticas mobilizadas pelos historiadores parece ser mais adequado para compreender a etapa precedente à formalização da narrativa histórica. Wineburg (1991) rastreou três heurísticas mobilizadas na interpretação de fontes escritas e pictóricas: avaliação (*sourcing*), contextualização (*contextualization*) e corroboração

[6] Se estivéssemos utilizando uma função linear ou em escala logarítmica, seria possível chegarmos a uma representação gráfica fidedigna mesmo com poucos pontos aleatorizados no espaço. Daí a necessidade de utilizarmos um sistema caótico para exemplificar as dificuldades do trabalho historiográfico.

(*corroboration*). Por meio destas, é possível situar a fonte em seu contexto imediato de produção, ancorando hipóteses no conhecimento prévio do historiador; ampliar as indagações e questionamentos iniciais com a paulatina ampliação do contexto analisado; e confrontar diferentes fragmentos, dados e fontes para avaliar a credibilidade e plausibilidade das narrativas emergentes.

Posteriormente, Baron (2012) ampliou o escopo de heurísticas pensando em fontes arquitetônicas, elencando: originação (*origination*), estratificação (*stratification*), intertectonalidade (*intertectonality*), suposição (*supposition*) e discernimento empático (*empathic insight*). Obras arquitetônicas envolvem uma multiplicidade de atores na sua construção. São essencialmente coletivas. Sua construção pode ser incremental por anos, décadas ou séculos e, portanto, sua contextualização exige uma fragmentação em diferentes blocos de análise. O produto arquitetônico não pode ser corroborado; ele simplesmente existe. O que cabe corroborar são seus usos e funções sociais para diferentes grupos em diferentes contextos e momentos. As suposições e o discernimento empático podem ser observados na análise de quaisquer fontes, pois toda explicação histórica envolve o teste de hipóteses tentativas e a necessidade de considerar os pontos de vista de diferentes atores sociais que habitaram e construíram tempos idos.

Outras heurísticas podem ser identificadas e mobilizadas, mas a atenção a essas vias semi-automatizadas de raciocínio nos leva a considerar suas contrapartidas disfuncionais, usualmente apresentadas como vieses. A convergência e complementaridade entre vieses cognitivos e motivacionais em ambientes complexos possibilita compreender que nossa tendência em acreditar informações que confirmem nossas opiniões (viés cognitivo) pode nos levar a adotar determinadas narrativas como legítimas, reforçando nossa tendência em acreditar informações advindas de uma fonte que tomamos como crível (viés motivacional). Tendências como essas não afetam apenas leigos, mas também intelectuais e profissionais, influenciando suas formas de filtragem e enquadramento do conteúdo que será tornado público (e com uma espécie de chancela social de que aquele conteúdo fora rigorosamente escrutinado). Em última instância, a segregação mental entre fontes, pessoas e instituições críveis e duvidosas por diferentes grupos sociais cria e criou, em diversos

momentos, um fenômeno que as redes sociais escancararam e que hoje denominamos “câmaras de eco”. Assim, fica fácil compreender as resistências de determinadas escolas teóricas a novas contribuições. No campo historiográfico ainda é comum se exaltar a *École des Annales* como uma revolução interdisciplinar, apesar de ser notável que tal interdisciplinaridade se limitou apenas às Humanidades. Isso indica a urgência das novas interdisciplinaridades apontadas por Barros (2020).

As heurísticas mobilizadas por historiadores e *fact checkers* também se mostram relevantes como subsídio à tomada de decisão (WINEBURG, 2018), o que ilustra a transferência de criticidade advogada por Barros (2020). Ao lidar com o passado, o tempo de amadurecimento e decantação do método e da crítica podem se alongar sem grandes prejuízos, mas esse não é o caso com a tomada de decisões no presente, num mundo extremamente rápido, complexo e interconectado. Na atualidade, o tempo de verificação definitivamente importa, e heurísticas como a leitura lateral (*lateral reading*) ganham destaque. Leituras laterais e comparadas de diferentes fontes são frequentes entre aqueles que se utilizam da imprensa para a compreensão histórica, cientes de que diferentes linhas editoriais apresentam diferentes enquadramentos, silogismos e omissões. Tais considerações nos levam a pensar a própria curadoria, seleção e construção das informações que são preservadas para a posteridade, podendo influenciar futuras narrativas históricas.

Após essas considerações sobre os diversos problemas existentes na escrita da História, sem pretensão de esgotar o tema, como demonstrar algumas dessas questões a partir de narrativas históricas específicas?

2. EXEMPLIFICANDO A COMPLEXIDADE: CARLOS LACERDA ENTRE 1945 E 1965

Nosso recorte se inicia no ano final do Estado Novo (1937-1945). Mesmo antes de findo o regime ditatorial varguista, em outubro, encontramos uma famosa entrevista com o ministro José Américo de Almeida, publicada por Carlos Lacerda no *Correio da Manhã*. O entrevistado defende o retorno da democracia. Poucos dias depois, a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro

de 1945, trouxe expectativas sobre a mudança de regime.[7] Essa entrevista é comumente associada à derrocada do período ditatorial de Getúlio Vargas e constitui um interessante marco para pensar a formação da União Democrática Nacional (UDN), no mesmo ano, e o protagonismo de Carlos Lacerda como opositor de Vargas (ANTONIO, 2021; BENEVIDES, 1981; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; LACERDA, 1978; MEDEIROS, 2021; MENDONÇA, 2002; MORAIS, 1994).

Mas o que caracteriza um acontecimento como causa ou catalisador da derrocada de um regime? Nesse caso, a historiografia tem se pautado na repercussão perante esferas políticas ou nos ciclos de replicação e retomada de referências na esfera pública da época, o que nos remete à massa de fontes, nosso "conjunto de pontos no espaço". Barros (2023) situa a necessidade de analisar fontes de imprensa considerando as redes de interesses, relações e concorrências nas quais se inserem e aquelas das quais se constituem, ou seja, o próprio ecossistema empresarial, temático, criativo e midiático que, no nosso recorte, constitui a esfera pública. Leituras laterais e comparadas se mostram necessárias para desvelar essa malha de referências cruzadas até mesmo no interior das disciplinas, já que a canonização de textos e autores tende a criar formas de marginalização e negligência. Como avaliar a relevância de uma contribuição à disciplina se seus autores caem no esquecimento? A síntese de Sapolsky (2023) e o clássico livro de Gleick (1987) sobre a teoria do caos omitem colaborações femininas, mesmo quando o próprio Lorenz (1963) as mencionou em seus agradecimentos, como apontado por Sokol (2019). Fica evidente como determinadas pessoas e narrativas podem cair no esquecimento enquanto outras são alçadas a posições privilegiadas de agenciamento ou rememoração. A economia narrativa busca estudar fenômenos como esse, sendo de especial interesse os conceitos de constelações e confluências de narrativas (SHILLER, 2019). As constelações tratam da codependência, já que a credibilidade e relevância de uma narrativa repousa num conjunto de várias outras. Nesse sentido, todo produto historiográfico é uma espécie de constelação de narrativas emergentes de

[7] Mais precisamente o artigo 77 da respectiva lei, que prevê eleições diretas para Presidente da República.

diferentes fontes conforme a curadoria e interpretação do historiador. Por sua vez, as confluências tratam de narrativas que, apesar de não serem codependentes, colaboram para desencadear um mesmo efeito ou consequência social. Diferentes constelações podem apresentar elementos em comum que permitam sua confluência, levando a consequências imprevistas pelos agenciadores de determinadas narrativas.

Omissões e apagamentos também podem resultar da necessidade de síntese, que força simplificações, atalhos e recortes na exposição e explicação causal dos acontecimentos históricos. Aceitemos que Vargas caiu no ostracismo após deixar o poder, como sustenta Wainer (1988), jornalista que supostamente alçou o ex-ditador à presidência. Essa narrativa é usualmente replicada, embora existam contestações (CARVALHO, 2001; SOUZA, 1989). A mais recente biografia de Wainer é cautelosa e restringe o período de suposto ostracismo a partir de fins de 1947 (MONTEIRO, 2020). O trunfo de Wainer teria sido uma entrevista "não planejada" com Vargas, cuja repercussão garantira o retorno ao poder por vias democráticas. Em troca disso, o novo presidente teria auxiliado o jornalista a fundar seu jornal em 1951, o *Ultima Hora* (BARBOSA, 2007; LAURENZA, 1998; WAINER, 1988).[8] Alguns relatos já contrapunham essa versão de uma entrevista quase acidental (MORAIS, 1994), mas eram tomados como intrigas de menor valor à explicação histórica. Isso muda quando analisamos as cartas de Alzira Vargas ao pai, Getúlio, demonstrando que a entrevista foi encomendada, embora Wainer talvez desconhecesse isso (MONTEIRO, 2020; NETO, 2014; NOVAES E CRUZ; MOREIRA, 2018). O caso ilustra posições privilegiadas de agenciamento histórico: Wainer surge como uma peça no jogo, mas reconfigura e difunde narrativas sobre si e seus feitos que o situam no cânone do jornalismo brasileiro do século XX.

Nosso desvio de Lacerda para Wainer se justifica por dois motivos: [1] o retorno de Vargas ao poder em 1951 fornece um contexto propício para a oposição agressiva e ostensiva de Lacerda nos planos político e jornalístico; e [2] Lacerda funda o jornal *Tribuna da Imprensa* em 1949, dois anos antes de

[8] Barbosa (2007) trata de uma "mítica da renovação", segundo a qual os jornalistas do *Ultima Hora* construíram e reforçaram discursos míticos sobre si mesmos e o jornal. Sob essa perspectiva, o fundador do jornal também seria agenciador dessa mítica.

Wainer fundar o *Ultima Hora* (ANTONIO, 2021; BARBOSA, 2007; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; JUSTINO, 2024; LAURENZA, 1998; MEDEIROS, 2021; PEREIRA, 2020). Apesar das diferenças significativas de tiragem, os dois periódicos costumam ser retratados em quadros antitéticos, respectivamente como base de oposição e sustentação ao governo Vargas (1951-1954) (LAURENZA, 1998; PEREIRA, 2020). Retornando aos apontamentos de Barros (2023) sobre analisar periódicos em rede, pontuamos que Lacerda contava com o apoio dos veículos de imprensa de Assis Chateaubriand e da família Marinho, como a TV Tupi e a Rádio Globo (CARVALHO, 2001; DULLES, 1992; LAURENZA, 1998; MEDEIROS, 2021; MORAIS, 1994; WAINER, 1988). Assim, as baixas tiragens da *Tribuna da Imprensa*, se comparadas às de *Ultima Hora*, não devem pressupor baixa possibilidade de agenciamento histórico sobre as questões políticas do período.

Como base de apoio a Vargas, o *Ultima Hora* se tornou alvo preferencial das investidas de Lacerda, capilarizadas em jornais, rádio e TV. Tais investidas, visando atingir Vargas, se apropriam da denúncia de financiamentos indevidos ao *Ultima Hora* através do Banco do Brasil. A situação escala com acusações cruzadas que, em 1953, levaram à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. Abundam obras sobre o tema, entre trabalhos dedicados (CARVALHO, 2012; LAURENZA, 1998), outros que inserem a questão em contextos mais amplos (CARVALHO, 2001; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; MEDEIROS, 2021; MONTEIRO, 2020; MORAIS, 1994) e livros de memórias dos envolvidos (LACERDA, 1978; WAINER, 1988).

Todavia, segundo a historiografia, o desgaste político de Vargas não decorre da facilitação de financiamento para um jornalista aliado, mas de um atentado contra um jornalista opositor. Em maio de 1954, o repórter Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, foi espancado pelo policial Paulo Ribeiro Peixoto, vulgo “Coice de Mula”, em Copacabana. O jornalista veio a óbito no mesmo mês. O Rio de Janeiro era capital federal no período e, consequentemente, o policiamento se subordinava ao governo federal. Lacerda explorou o episódio através da *Tribuna da Imprensa*, dada a facilidade de vincular uma polícia autoritária a um ex-ditador. Ressurgem disputas com a base governista,

sobretudo o *Ultima Hora*, que garantiram uma charge e um apelido marcantes no histórico de Lacerda: “O Corvo” (ANTONIO, 2021; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; JUSTINO, 2024; WAINER, 1988). Em agosto do mesmo ano, Lacerda e o Major da Aeronáutica Rubens Vaz, que fazia sua segurança pessoal no dia, foram vítimas de um atentado a tiros. Lacerda saiu ferido e Vaz veio a óbito. O episódio ficou conhecido como atentado da rua Tonelero e investigações ligaram os perpetradores à guarda pessoal do presidente. A oportunidade de uma oposição mais virulenta e fundamentada foi explorada por Lacerda (ANTONIO, 2021; DELGADO, 2006; DULLES, 1992; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; LAURENZA, 1998; WAINER, 1988). A sequência de ataques através da imprensa, por vezes mencionada como campanha de difamação, é usualmente rememorada como principal causa do suicídio do ex-presidente em 24 de agosto de 1954. Entretanto, vários trabalhos situam o contexto de oposição enfrentado por Vargas no período e nos lembram de variáveis, causas diretas e indiretas do acontecimento histórico (DELGADO, 2006; MENDONÇA, 2002; NETO, 2014). Antonio (2021, p. 62) sintetiza:

> Conjunturalmente, os idos de 1953 e 1954 são marcados pelo rompimento de setores do empresariado industrial e de alas políticas com o então presidente Getúlio Vargas, já demonstrando o enfraquecimento e isolamento do líder populista. Como exemplo, temos o rompimento entre o governo e Ademar de Barros; o envolvimento de Euvaldo Lodi na CPI do *Ultima Hora*; a divulgação do “Memorial dos Coronéis”, demonstrando a insatisfação da ala militar com o governo; a tentativa frustrada de um *impeachment* contra Vargas; a insatisfação entre os segmentos operários e sindicais, demonstrada no comício de 28 de janeiro de 1954 e enfatizada com a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho; o suposto acordo secreto com a Argentina e Chile para barrar a presença norte-americana no Cone Sul; e as diversas denúncias de irregularidades administrativas do governo federal junto à imprensa e ao Congresso.

A insatisfação militar com o governo, catalisada pela morte de um Major da Aeronáutica, situa o potencial instrumental dos ataques de Lacerda. Todavia, a publicação massiva de ofensivas e contraofensivas que levaram ao suicídio de Vargas – e a própria exploração midiática do suicídio – cambiaram posições no imaginário popular, fazendo com que Lacerda passasse de vítima a perpetrador. Características como autoritarismo instrumental, elitismo,

pragmatismo, golpismo, polemismo e moralismo, notadas em diversas condutas, discursos e posicionamentos lacerdianos, usualmente se aglutinam numa persona e constroem um estereótipo implícito que tem sido a via preferencial para o preenchimento de lacunas históricas, sobretudo quanto às motivações de Lacerda. Essa espécie de restrição do polo imaginativo do historiador para lidar com dados que as fontes não fornecem abre flancos para acidentes na escrita histórica. É evidente que todo indivíduo altera seus posicionamentos, opiniões e motivações, seja na diacronia histórica, seja no trânsito sincrônico por diferentes campos sociais. Também é evidente que todo historiador é ciente dessa questão, já explicitada nos apontamentos de Bourdieu (2014) e Ricoeur (1991). Mas, no ano seguinte, um evento forneceu novos subsídios para que esse estereótipo implícito se cristalizasse.

Voltando sua oposição contra Juscelino Kubitschek, herdeiro político de Vargas em campanha nas eleições de 1955, Lacerda tornou pública a famosa *Carta Brandi* por rádio, TV e nas páginas da *Tribuna da Imprensa*. O documento, posteriormente provado falso, era uma carta endereçada ao então ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, datada de agosto de 1953, articulando um movimento armado sindicalista no Brasil com apoio argentino (DELGADO, 2006; DULLES, 1992; LACERDA, 1978; MEDEIROS, 2021; MENDONÇA, 2002; MONTEIRO, 2020). Essa questão se inclui numa série de ações que visavam tumultuar as eleições e impedir a posse do presidente eleito, e culminaram no golpe preventivo de 11 de novembro de 1955, que garantiu a posse de Kubitschek.

Lacerda (1978) sustentou sua crença na veracidade do conteúdo, apesar da falsidade da carta, algo conveniente para publicar nas suas memórias. Esse episódio nos confronta com a contemporaneidade das notícias falsas. Com a Primeira Guerra Mundial, a mesma temática captura a atenção dos historiadores. Nesse contexto, Bloch (1921) publica *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre* e Salmon (1923) tensiona o papel do correspondente de guerra que, ao noticiar sobre o *front*, precisa se acautelar sobre *o quê* e *como* isso pode informar ao inimigo. Com ressalvas, esse contexto belicoso se assemelha ao período analisado, já que a Escola Superior de Guerra (ESG), preocupada com as guerras da Coréia e da Argélia

na década de 1950, busca trazer ao Brasil a teoria francesa da guerra revolucionária e noções de guerra psicológica, dando novos contornos ao anticomunismo do período (ARRUDA, 1983). Sobre o ideário de Lacerda, Delgado (2006, p. 34) afirma que:

> (...) sua proximidade ideológica e política com os liberais da UDN e com os militares da ESG colocaram Lacerda e os lacerdistas junto aos liberais-conservadores, defensores da propriedade privada, da livre iniciativa e da inserção do Brasil ao mundo ocidental capitalista.

Embora simplista, o estereótipo projetado sobre Lacerda parece coerente para explicar a *Carta Brandi* sem necessariamente falsear sua eventual crença nas informações nela contidas.

Em 1960, a capital federal passa a ser Brasília, e a cidade do Rio de Janeiro se torna o estado da Guanabara. Talvez por ironia do destino, Lacerda foi governador do novo estado entre 1960 e 1965, herdando parte do policiamento que tanto denunciou e vinculou a Vargas em 1954 (ANTONIO, 2021; DULLES, 2000; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002; PEREZ, 2007). Essa inversão de polos permitiu diversas ofensivas do *Ultima Hora* contra o governador, novamente pautando a truculência policial.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e sob o risco da sucessão pelo vice-presidente João Goulart, herdeiro político de Vargas, o aparato repressivo da Guanabara foi mobilizado para conter greves e revoltas populares. Neste contexto, somaram-se prisões arbitrárias e censura aos meios de comunicação (ANTONIO, 2021; DULLES, 2000; MENDONÇA, 2002). O interesse guiado de um veículo de imprensa oposicionista colocava o governador numa posição sensível e semelhante à do presidente que ele antes atacara. Entre 1962 e 1963 abundam denúncias no *Ultima Hora* de que cadáveres estavam sendo encontrados em rios próximos à Guanabara, usualmente creditados à Invernada de Olaria, delegacia que hospedaria um esquadrão da morte. No mesmo período, o *Ultima Hora* constata o envio de pessoas em situação de rua para estados vizinhos e práticas de extermínio por servidores da Segurança Pública guanabarina. A chamada “Operação mata-mendigos” mobilizou percepções de autoritarismo e elitismo devido à condição

social das vítimas. Até mesmo uma CPI estadual foi instalada para investigar o caso (ANTONIO, 2021; DULLES, 2000; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002; MONTEIRO, 2020; WAINER, 1988). Essas denúncias se somaram às iniciativas de remoção de favelas, cristalizando as supracitadas percepções (ANTONIO, 2021; JUSTINO, 2024; MEDEIROS, 2021; PEREZ, 2007). Mas é importante lembrar que uma gestão não pode ser reduzida a uma caricatura ou estereótipo, já que envolve uma multiplicidade de profissionais, competências, problemas, pressões e possibilidades.

> No período de dezembro de 1960 a dezembro de 1965 foram obtidos os seguintes resultados: a construção de cerca de duzentas escolas primárias, correspondendo a 65% das escolas existentes até então; a construção e o crescimento em 30% da rede hospitalar; a edificação de cerca de 12 mil casas populares que receberam os moradores das favelas removidas; a abertura da adutora do Guandu, que exigiu a perfuração de um túnel na rocha com 43 quilômetros de extensão e permitiu a expansão da rede de água em novecentos quilômetros; a instalação de seiscentos quilômetros de esgotos, correspondendo a 60% do total que já fora instalado; a inauguração de 19 viadutos na cidade e a perfuração de 5,6 quilômetros de túneis; a remoção dos bondes e a introdução de seiscentos novos ônibus pela Companhia de Transportes Coletivos; a instalação de três usinas de coleta de lixo; a entrega do parque do Flamengo ao carioca (PEREZ, 2007, p. 114-115).

Esse contraste posiciona duas leituras distintas sobre Lacerda: “demolidor de presidentes” e “construtor de estado”. A mescla dessas personas não é contraditória ou antagônica. A supracitada oposição a Goulart também levou Lacerda a apoiar as movimentações golpistas que resultaram na tomada de poder pelos militares em abril de 1964, na expectativa de que a “revolução” fosse apenas sanear a política brasileira e devolvê-la aos civis. Lacerda foi uma das principais vozes civis a apoiar a campanha de desestabilização, o consequente golpe de Estado, e os momentos iniciais do governo de Castelo Branco (1964-1967), mas suas expectativas eram claras: disputar o pleito presidencial em 1965. O “demolidor de presidentes” era necessário ao “construtor de Estado” e vice-versa. Todavia, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos vigentes e estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República, explicitando a ditadura e frustrando

expectativas eleitorais (ANTONIO, 2021; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002). Com essa frustração, o ano seguinte marca a reaproximação de Lacerda com os antigos opositores, Goulart e Kubitschek, para a formação de uma Frente Ampla contra o regime militar. Posteriormente, Lacerda foi preso e teve seus direitos políticos cassados pelo regime que ajudara a instalar (ANTONIO, 2021; DELGADO, 2006; DULLES, 2000; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; LACERDA, 1978; MEDEIROS, 2021; MENDONÇA, 2002).

Tanto o golpe de 1964 quanto as expectativas de Lacerda nos permitem ponderações. Quanto ao golpe, devido à distinção e coexistência de grupos, eixos de articulação e meios empregados, Fico (2008; 2014) explicita a separação entre uma campanha de desestabilização das bases governistas, uma conspiração e um golpe propriamente dito. Entre a conspiração e o golpe (dois elementos discretos de análise), a ausência de uma organização centralizada implicou um caráter multipolar, de disputas entre grupos nem sempre harmônicos e coesos, embora almejassem igualmente a queda de Goulart. Essa multipolaridade resultou numa deflagração quase acidental do golpe (DELGADO, 2006; FICO, 2008; 2014). Embora algumas narrativas apresentem a ruptura de Lacerda e outros atores sociais com o regime militar como um ato de oportunismo, ingenuidade ou hipocrisia (HIGA, 2014; MENDONÇA, 2002), uma explicação alternativa seria a própria distribuição desigual de acesso à informação e às possibilidades de agenciamento histórico, que resultou numa quebra de expectativas quando outra realidade se impôs. As expectativas de Lacerda ficam claras em seus depoimentos e cartas (LACERDA, 1978; HIGA, 2014).

Como apresentado, interpretações mais simplistas e coesas da personalidade e ações lacerdianas (usualmente derivadas de enquadramentos como autoritarismo instrumental, elitismo, pragmatismo, golpismo, polemismo e moralismo) parecem constituir as vias explicativas preferenciais para suas formas de navegação política e social na diacronia histórica, mas não seria essa apenas uma heurística mobilizada para tangenciar a necessidade de fontes e informações indisponíveis ao historiador? Esse questionamento não visa denunciar ou invalidar ferramentas tão necessárias à coesão das

narrativas históricas, mas apenas relembrar, conforme Salmon (1912), que o pergaminho de Clio permanece entreaberto.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os fragmentos mobilizados para pensarmos o histórico de Lacerda entre 1945 e 1965 apresentam saltos significativos, simplificações e supressão de acontecimentos igualmente necessários para uma clara compreensão histórica. Não foi nossa intenção fornecer um histórico completo e sequer acreditamos que isso seja possível. A necessidade de síntese sempre será um imperativo na escrita da História.[9] Ainda assim, fica claro que uma História vista por tantos lados quanto possível, perspectivando trajetórias individuais, relações e contextos, se impõe como necessária à compreensão dos acontecimentos, mas isso também demanda ampliar o rol de variáveis consideradas e suas dinâmicas de coevolução.

Lacerda claramente altera seu alinhamento político conforme os interesses pessoais e oportunidades encontradas, mas questões semelhantes podem ser evidenciadas em qualquer agente sobre o qual a análise histórica repouse. Sensibilidade às condições iniciais? Talvez esse seja um bom exemplo, uma vez que a posição social de um agente histórico sempre vai impor um conjunto de potencialidades, limitações e escolhas, todas com implicações futuras sobre as quais nem sempre o agente terá controle. Questionado sobre incoerências na sua trajetória política, Lacerda se defendeu:

> (...) os acontecimentos mudam, as coisas mudam de aspecto. E só realmente uma pessoa obstinada ou vaidosa é que não reconhece quando as coisas mudam. O que peço a Deus é que me conserve exatamente essa capacidade de parecer

[9] Para relatos autobiográficos: Lacerda, 1978. Para uma biografia solicitada pelo próprio biografado: Dulles, 1992; 2000. Para uma biografia política crítica: Mendonça, 2002. Para as memórias de jornalistas sobre Lacerda: Medeiros, 2021. Para articulações junto à UDN: Benevides, 1981. Para articulações junto à *Tribuna da Imprensa*: Delgado, 2006. Para a CPI da *Ultima Hora*: Carvalho, 2012, Laurenza, 1998. Para Lacerda enquanto governador da Guanabara: Perez, 2007. Para o atentado da rua Tonelero, os idos de 1961 na Guanabara e a *operação mata-mendigos*: Antonio, 2021. Para uma análise da ruptura com os militares: Higa, 2014. Para o papel de Lacerda na construção e ressignificação de memórias sobre o Rio de Janeiro e mobilização da memória como ferramenta política: Justino, 2024. A lista não pretende ser exaustiva, sendo fácil encontrar outras teses, dissertações, livros e biografias sobre Lacerda que não foram utilizadas no presente artigo.

> incoerente, quer dizer, de elogiar o sujeito quando o sujeito me parece que está fazendo coisa certa e, amanhã, espinafrá-lo quando me parece que ele está fazendo a coisa errada (LACERDA, 1978, p. 404).

Segundo Shiller (2019), a história de nossos tempos e de nossas vidas muda constantemente e, com isso, nosso próprio comportamento muda. Segundo Turchin (2008, p. 35, tradução livre), "tal como outros sistemas com *feedback* não linear, as sociedades respondem frequentemente às intervenções de formas surpreendentes."

As possibilidades de enquadramento entre a mesmidade e a ipseidade lacerdiana excedem o "demolidor de presidentes", o "construtor de estado" e mesmo o "arquiteto memorialista", apresentado por Justino (2024). A partir dos relatos de jornalistas, Medeiros (2021, p. 126) sustenta que:

> A ambivalência característica da trajetória de Carlos Lacerda e das ideias que ele defendeu também aparece nos depoimentos dos jornalistas, que se dividem entre aqueles que: 1) situam o personagem como um democrata e anticomunista de longa data; 2) reconhecem algumas qualidades pessoais suas, mas entendem que Lacerda não tinha nada de democrata; e 3) ressaltam que, apesar dele ter se envolvido em campanhas golpistas nos anos 1950 e 1960, teria chegado ao final de sua vida reformado em seu compromisso com as normas e instituições democráticas.

Ampliando o campo de observação, podemos pensar no fenômeno chamado de lacerdismo, consequência direta da projeção política de Lacerda. Antonio (2021, p. 419-420) sintetiza contribuições da literatura para demonstrar que mesmo esse fenômeno é ambíguo e polissêmico, havendo:

> (...) um lacerdismo mais amparado no carisma e na identificação pessoal com o líder, para o qual as posições e tomadas de posição políticas e econômicas são cambiáveis; e outro lacerdismo mais amparado em posições e tomadas de posição políticas e econômicas, para o qual o carisma e a identificação pessoal com o líder podem ser forte e sumariamente desvalorizados pela quebra de uma deontologia.

Delgado (2006) menciona um lacerdismo positivo (deontológico e programático, voltado à afinidade ideológica entre o indivíduo e Lacerda) e um lacerdismo negativo (oposicionista e pragmático, voltado à definição de opositores políticos em comum entre o indivíduo e Lacerda).

Segundo Fico (2014, p. 8), “os fenômenos históricos são complexos. Não há fatos simples. O bom entendimento histórico não é confortável, apaziguador: ele não equaciona o passado, nem nos dá respostas definitivas, mas nos faz pensar.” Tal constatação é tão incômoda que Turchin (2008) abre seu manifesto pela Cliodinâmica apontando coexistirem mais de 200 explicações para a queda do Império Romano, sem consenso. Mas, conforme Fico (2008, p. 68):

> Os historiadores, há quase um século, abandonaram qualquer pretensão de neutralidade, imparcialidade ou objetividade totais. (...) Se a história não tem a pretensão de estabelecer a verdade absoluta, tal objetivo, poder-se-ia dizer, é seu “horizonte utópico”, que sempre temos em mira, como alvo ou desígnio, apesar de inatingível.

Como tudo isso se encaixa nos desafios propostos ao início do texto? Em tempos de polarização e desinformação, simplificar ou estereotipar opositor político ou interlocutor é um fator de ruído que pouco agrega à compreensão e ao diálogo. Reconhecer a complexidade de indivíduos, narrativas e acontecimentos é um passo importante e necessário para compreendermos *como*, *quando* e *para quem* certos discursos são mobilizados. A transferência de criticidade deve ser consequência do rigor metodológico, de um compromisso ético e da busca por uma história inclusiva. Isso demanda abrir os canais de diálogo, inclusive disciplinares. Devemos exercitar a empatia histórica e combater vieses que se refletem na construção das narrativas, como nossa tendência a interpretar eventos passados como mais previsíveis do que realmente foram (viés de retrospectiva) ou de atribuir certas características a indivíduos de modo mais estável ou monolítico do que suas biografias e nosso próprio conhecimento das inconstâncias humanas nos demonstram (estereótipos implícitos). Também é necessário lembrar que não são apenas os acontecimentos e pessoas públicas que podem alterar a História, mas a própria interpretação que tornamos pública sobre acontecimentos e pessoas pode alterar nossas leituras sobre a história e até mesmo seu curso. Lacerda ressurge como exemplo (ora a ser seguido, ora a ser evitado), pois restringia ou ampliava os canais de circulação e articulava seus discursos e interpretações sobre os acontecimentos ciente de que, com isso, podia alterar

a História e as histórias futuramente contadas sobre si (DELGADO, 2006; HIGA, 2014; JUSTINO, 2024; MEDEIROS, 2021).

REFERÊNCIAS

ANTONIO, M. D. **A "operação mata-mendigos" na Guanabara:** representações e apropriações no jornal *Ultima Hora*, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, no teatro e no cinema. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

ARRUDA, A. **A Escola Superior de Guerra:** história de sua doutrina. 2. ed. ampl. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARON, C. Understanding Historical Thinking at Historic Sites. **Journal of Educational Psychology**, Washington, D.C., v. 104, n. 3, p. 833-847, ago. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1037/a0027476. Acesso em: 20 nov. 2024.

BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o udenismo:** ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BARROS, J. D. Seis desafios para a historiografia do novo milênio. **Cadernos de História**, v. 20, n. 33, p. 248-292, 5 set. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2019v20n33p248. Acesso em: 13 out. 2024.

BARROS, J. D. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BLOCH, M. Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre. **Revue de synthèse historique**, Paris, t. 33, p. 13-35, 1921.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2014.

CARVALHO, A. C. **O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas**. Niterói: Nitpress; Editora da UFF, 2012.

CARVALHO, L. M. **Cobras criadas**: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001

DELGADO, M. P. **O "golpismo democrático"**: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. v. 1.

DULLES, J. W. F. **Carlos Lacerda**. A vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 2.

FICO, C. **O grande irmão:** da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, C. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, N. B. **Cálculo numérico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GAY, P. **O Estilo na História:** Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 143-179.

GINZBURG, C. **Relações de força:** história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLEICK, J. **Chaos:** making a new science. Nova Iorque: Viking Penguin Inc, 1987.

HIGA, C. C. **"Exilado em seu próprio país"**: a narrativa lacerdiana sobre a política pós-1964. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2014.

JUSTINO, G. C. **O "arquiteto memorialista":** Carlos Lacerda e suas representações do Estado da Guanabara (1960-1965). São Paulo: Editora Dialética, 2024.

LACERDA, C. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LAURENZA, A. M. A.. **Lacerda x Wainer**: O Corvo e o Bessarabiano. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

LECAIN, T. J. **The matter of history:** how things create the past. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

LORENZ, E. N. Deterministic nonperiodic flow. **Journal of Atmospheric Sciences,** n. 20, n. 2, p. 130-141, 01 Mar. 1963. Disponível em: https://doi.org/10.1175/1520-0469(1963)020%3C0130:DNF%3E2.0.CO;2. Acesso em: 22 out. 2024.

MENDONÇA, M. G. **O demolidor de presidentes**. 2. ed. Códex: São Paulo, 2002.

MONTEIRO, K. **Samuel Wainer**: o homem que estava lá. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MORAIS, F. **Chatô***:* o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NETO, L. **Getúlio**: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NOVAES E CRUZ, A.; MOREIRA, R. L. (orgs.). **Volta ao poder**: a correspondência entre Getúlio e a filha Alzira, v. 2: 1949 a 1950. Rio de Janeiro: FGV Editora: Ouro sobre Azul. 2018. v. 2.

PEREIRA, W. S. **As relações das Forças Armadas com o governo de Getúlio Vargas (1951-1954)**: perspectivas dos jornais Tribuna da Imprensa e Última Hora. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PEREZ, M. D. **Lacerda na Guanabara**: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. 4. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

RICHERSON, P. J.; BOYD, R. **Not by genes alone:** How culture transformed human evolution. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

RICOEUR, P. **O si mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

ROUSE, J. **Social practices as biological niche construction**. Chicago: The University of Chicago Press, 2023.

SALMON, L. M. Why is History rewritten? **The North American Review**, v. *195*, n. 675, p. 225-237. Fev. 1912. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25119698. Acesso em: 11 out. 2024.

SALMON, L. M. **The first yearbook of the National Society for the Scientific Study of Education.** Part I: Some Principles in the Teaching of History. Chicago: University of Chicago Press, 1902.

SALMON, L. M. **The newspaper and the historian**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1923.

SAPOLSKY, R. M. **Behave:** the biology of humans at our best and worst. Nova Iorque: Penguin Press, 2017.

SAPOLSKY, R. M. **Determined:** a science of life without free will. Nova Iorque: Penguin Press, 2023.

SKYRMS, B. **The stag hunt and the evolution of social structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SHILLER, R. J. **Narrative economics:** how stories go viral & drive major economic events. Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.

SOKOL, J. The Hidden Heroines of Chaos. **Quanta Magazine**, 20 mai. 2019. Disponível em: https://www.quantamagazine.org/the-hidden-heroines-of-chaos-20190520/. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUZA, R. **Botando os pingos nos is**: as inverdades nas memórias de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Record, 1989.

STROGATZ, S. H. **Nonlinear dynamics and chaos** with applications to physics, biology, chemistry, and engineering. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2024.

TURCHIN, P. Arise “cliodynamics”. **Nature**, v. 454, p. 34-35. 02 Jul. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1038/454034a. Acesso em: 18 out. 2024.

WAINER, S. **Minha Razão de Viver:** memórias de um repórter. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WHITE, H. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos**. v. 7, n. 13. p. 23-48. 01 jul 1994. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1978. Acesso em: 28 out. 2024.

WINEBURG. S. S. Historical Problem Solving: A Study of the Cognitive Processes Used in the Evaluation of Documentary and Pictorial Evidence. **Journal of Educational Psychology**, Washington, D.C., v. 83, n. 1, p. 73-87, mar. 1991. Disponível em: https://doi.org/10.1037/0022-0663.83.1.73. Acesso em: 20 nov. 2024.

WINEBURG, S. **Why learn history** (when it's already on your phone). Chicago: The University of Chicago Press, 2018.

Recebido em: 03/05/2025.

Aprovado para publicação em: 28/10/2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

O PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DOS ESCANDINAVOS NA *VITA ANSKARII* DE RIMBERT (*C.* 865-876)

Esforços missionários num tempo de incertezas e fragmentação política

PROCESS OF CHRISTIANIZATION OF THE SCANDINAVIANS IN RIMBERT'S *VITA ANSKARII* (*C.* 865-876)

Missionary efforts in a time of uncertainty and political fragmentation

RODRIGO KMIECIK PASSOS[1]

RESUMO

Este artigo analisa o processo de cristianização da Escandinávia no século IX a partir da *Vita Anskarii*, hagiografia de Ansgar escrita por Rimbert. O estudo busca analisar e detalhar o que o hagiógrafo entendia por "cristianização". Para isso, a *Vorstellungsgeschichte* (Hans-Werner Goetz) foi empregada enquanto metodologia de análise, buscando compreender as conceituações e construções do autor sobre o passado e sobre seu próprio contexto. As análises revelaram que Rimbert percebia e significava a cristianização como processo contínuo que ia além do batismo, exigindo constância na prática cristã, pedagogia missionária e também autonomia dos convertidos. A análise ainda destaca que a oposição do cristianismo ao paganismo é construída em termos de uma alteridade religiosa e moral, fundamentada em juízos de valor e condicionadas pela narrativa hagiográfica. Por fim, as análises demonstram que a *Vita Anskarii* também reflete as incertezas de um período de instabilidade política, tanto no continente cristão quanto na Escandinávia, enfatizando os "êxitos parciais" das missões e a necessidade de continuidade.

Palavras-chave: Cristianização; Escandinávia medieval; *Vita Anskarii*; hagiografia, Rimbert.

ABSTRACT

This paper examines the process of Christianization in 9th-century Scandinavia through the *Vita Anskarii*, hagiography of Ansgar written by Rimbert. The study aims to analyze and detail the hagiographer's understanding of "Christianization". For this purpose, the methodology of *Vorstellungsgeschichte* (Hans-Werner Goetz) was employed to explore the author's conceptualizations and constructions of the past and his own context. The analysis reveals that Rimbert perceived and signified Christianization as a continuous process that extended

[1] Doutorando em História (UFPR). E-mail: kmiecikpassos@gmail.com

beyond baptism, requiring constancy in Christian practice, missionary pedagogy, and also autonomy of the converts. The study also highlights that the opposition between Christianity and paganism is constructed in terms of religious and moral otherness, grounded in value judgments and shaped by the hagiographic narrative. Finally, the analysis demonstrates that the *Vita Anskarii* also reflects the uncertainties of a period marked by political instability, both in the Christian continent and in Scandinavia, emphasizing the "partial successes" of the missions and the need for their continuity.

Keywords: Christianization; Medieval Scandinavia; Vita Anskarii; hagiography; Rimbert.

INTRODUÇÃO

O processo de mudança religiosa em direção ao cristianismo, ocorrido entre os séculos IX e XI, provocou profundas mudanças nas sociedades escandinavas. A despeito das particularidades do processo em diversas regiões e contextos políticos, é consenso acadêmico que a cristianização teve papel determinante na "integração dos territórios nórdicos à dinâmica histórica e cultural do continente europeu" (GRZYBOWSKI, 2016, p. 137). O objetivo deste artigo é analisar algumas dessas primeiras tentativas de integração a partir da percepção de Rimbert na *Vita Anskarii* (Vida de Ansgar). Rimbert e seu mestre, Ansgar, foram eclesiásticos envolvidos nas missões cristianizadoras na Escandinávia (especialmente nas atuais Dinamarca, Suécia e norte da Alemanha), missões estas ligadas à diocese de Hamburgo-Bremen durante o século IX. Rimbert sucedeu os esforços do bispo missionário Ansgar e compôs sua hagiografia, com a qual buscava exaltar a memória de Ansgar e constituir um modelo missionário a ser seguido por outros monges. A *Vita Anskarii*, como resultado desse esforço, foi composta por Rimbert nos anos seguintes à morte de Ansgar, que faleceu em 865. O manuscrito mais antigo que preserva essa hagiografia é o Codex Stuttgardiensis G. 32, do século X. A primeira publicação moderna da *Vita Anskarii* no idioma original foi editada por Georg Waitz em 1884, a partir desse manuscrito. Utilizo essa edição na presente análise.[2]

[2] As traduções da fonte e da bibliografia em língua estrangeira são todas minhas, salvo quando o texto foi citado em *apud*. O original latino da hagiografia, a partir da transcrição de Waitz, foi anexado como nota de rodapé nas citações diretas da *Vita Anskarii* ao longo do texto.

A partir da *Vita Anskarii*, busco analisar as percepções de Rimbert sobre o processo em que ele mesmo e Ansgar, além de outros missionários, reis e demais personagens históricos estavam envolvidos. A questão central desta investigação é: qual era a ideia de cristianização de Rimbert? Em outras palavras, o que Rimbert entendia por cristianização em seu contexto específico? Tal problemática se desdobra em outras questões, como a representação dos pagãos e do paganismo na narrativa, como Rimbert compreendia a própria agência missionária e a institucionalização da igreja em terras escandinavas e, por fim, como Rimbert compreendia os esforços, fracassos e êxitos de Ansgar, em particular, e da missão comandada por Hamburgo e Bremen, como um todo, em seu contexto sociopolítico. Para tentar responder essas questões, algumas considerações teórico-metodológicas se fazem necessárias.

Em primeiro lugar, entendo a *Vita Anskarii* como um documento produzido dentro de uma cultura de memória. Em sua leitura da obra de Jan Assmann, Lukas Grzybowski sublinhou que uma cultura de memória busca "estabelecer os critérios de identificação necessários para organizar o futuro, planejar e alimentar esperanças, e, portanto, baseia-se principalmente em 'formas de referência ao passado'" (GRZYBOWSKI, 2023, p. 44). Para Pernille Hermann, de maneira complementar às ideias de Assmann, a cultura letrada medieval tinha como um dos principais objetivos preservar a memória. Mas essa preservação não era unilateral e tampouco seria capaz de encapsular o passado "em si":

> Os autores medievais recordam o passado de diversas formas, e seu registro das memórias envolvia uma dimensão dinâmica e criativa que não apenas salvava as memórias do esquecimento, mas também organizava as memórias de acordo com necessidades do presente. (HERMANN, p. 2009, p. 293).

Somadas as duas considerações, temos que a preservação do passado em registros textuais servia tanto ao presente imediato quanto ao futuro almejado. As escolhas de organização e as dimensões criativas do processo de registrar o passado, guiadas por necessidades do presente ou objetivos futuros dos autores e das instituições às quais pertenciam, fazem com que o passado registrado nos documentos nunca seja o passado como tal, mas uma percepção autoral e subjetiva. O passado narrado na *Vita Anskarii*, que conta sobre as

ações de Ansgar, embora muito próximo de seu próprio autor, Rimbert, é determinado pelo que Rimbert escolheu registrar; está delimitado pelas ênfases e pelas conceituações de seu autor, e são elas que ditam o tom do objeto final, do documento produzido, que serviu a funções específicas, e que ora chega aos cientistas de nosso tempo. Com a Vorstellungsgeschichte, Hans-Werner Goetz (2006) buscou adequar a investigação histórica às problemáticas expostas acima, partindo de uma abordagem que questiona diretamente os autores e suas visões de mundo por meio dos documentos compostos por eles, de modo que o autor não configura um obstáculo para o historiador (no sentido de sua fiabilidade), mas seu próprio objeto de estudo (em sua subjetividade):

> A 'Vorstellungsgeschichte' dirige-se [...] ao próprio compositor da fonte e pergunta por suas impressões, percepções e julgamentos sobre o passado, pela opinião e pelas atitudes de certo indivíduo afetado, ou seja, (ela pergunta) a um contemporâneo envolvido nos acontecimentos e estruturas a respeito de seu ambiente. [...] Ela não quer mais então penetrar até a realidade passada no sentido da História 'tradicional', mas investiga como essa realidade (objetiva) ocorre na visão subjetiva dos seus contemporâneos. (GOETZ *apud* GRZYBOWSKI, 2012, p. 156).

Assim, uma *Vorstellungsgeschichte* investiga a realidade objetiva criada pela subjetividade nas fontes, isto é, a visão dos autores a respeito da sua própria realidade ou, melhor, a realidade construída pelos autores. Com isso, "o nosso interesse se deslocou dos fatos para sua percepção (ou, como argumentei, para as concepções do autor), da 'realidade' para a sua 'construção', e das evidências dadas nas 'fontes' aos seus autores como testemunhas contemporâneas de seu tempo" (GOETZ, 2009, p. 20). O historiador contemporâneo direciona seus esforços para compreender as percepções dos autores do passado a respeito de seu tempo, sem precisar reduzir o documento a um mero registro factual, tampouco duvidar de sua credibilidade ou suposta fiabilidade. Ainda de acordo com Goetz (2009, p. 20), o sujeito histórico, quando autor, não escreve apenas os fatos — ainda que ele mesmo acreditasse que o fizesse —, mas uma construção pessoal de sua visão do processo histórico.

Além disso, para James Palmer (2018), a hagiografia também é uma rica fonte no que diz respeito às vidas comuns da Idade Média: os negócios de famílias, a vida dos leigos, dos camponeses, dos mercadores, dos bandidos, dos

doentes, das mulheres, das crianças, entre tantos outros. Palmer ainda argumenta que a hagiografia medieval "criou pontos comuns de referência, alimentados em debates sobre moralidade e identidade, e foi geralmente utilizada ativamente para encorajar a mudança, em vez de registrar ingenuamente o mundo medieval" (PALMER, 2018, p. 107). As considerações de Grzybowski, Goetz e Palmer são centrais para analisar e tentar compreender a *Vita Anskarii* em seu tempo e espaço históricos, levando em conta seu autor e suas percepções, suas visões de mundo, motivações, cargas políticas e institucionais, enfim, tudo que vinha junto e além de sua pena.

1. A IDEIA DE CRISTIANIZAÇÃO

Embora o batismo seja um sacramento essencial no medievo latino, não era o único fator a constituir o que Rimbert entendia por "conversão". No capítulo 7 da hagiografia, Rimbert narra um importante episódio institucional presente no início da conversão política da Escandinávia: o pedido de ajuda de Harald Klak, um rei pagão dos daneses, ao então Imperador franco Luís, o Piedoso. Essa troca de favores é mediada pela conversão de Harald ao cristianismo:

> Ele [Harald Klak] foi até o sereníssimo Imperador Luís, pedindo que pudesse ser merecedor de sua ajuda para recuperar seu reino. O Imperador, mantendo Harald consigo, exortou-o tanto por si quanto por outras pessoas a aceitar o cristianismo, com o objetivo de que houvesse entre eles uma maior proximidade, e assim, caso ambos adorassem o mesmo Deus, para que o povo cristão viesse em seu auxílio com maior prontidão e boa vontade. (RIMBERT, 1884, p. 26).[3]

Rimbert não detalha quais "ajudas" — financeiras, militares, econômicas, de posse de terras ou guerreiros — o Imperador Luís forneceu a Harald Klak. Toda a atenção é concentrada na conversão do rei pagão. Em um primeiro momento, parece que voltar para a Dinamarca sob o signo do batismo é

[3] No original: "Qui serenissimum adiit imperatorem Hludowicum, postulans, ut eius auxilio uti mereretur, quo regnum suum denuo evindicare valeret. Qui eum secum detentum tam per se quam per alios ad suscipiendam christianitatem cohortatus, quod scilicet inter eos ita maior familiaritas esse posset, populusque christianus ipsi ac suis promptiori voluntate in adiutorium sic veniret, si uterque unum coleret Deum."

suficiente para justificar a "ajuda" de Luís, o Piedoso, ao rei vizinho. Mas há uma insuficiência ressaltada pelo hagiógrafo: a falta de um homem que vá com Harald para a Dinamarca e espalhe a fé cristã por lá. Em outras palavras, Rimbert aponta para a necessidade de um trabalho missionário no exterior, entre a população pagã do reino de Harald. Depois do batismo, Rimbert acrescenta que o Imperador sugeriu que Harald levasse consigo um missionário para a sua terra: Luís começou a procurar "um homem de santa devoção que pudesse ir com ele [Harald], permanecer continuamente consigo, e ser para ele e para os seus um mestre da doutrina salutar, para fortalecer e aceitar a fé do Senhor" (RIMBERT, 1884, p. 26).[4] O Imperador rapidamente questiona os presentes sobre alguém se voluntariar a seguir esse dever. Ninguém se mostra voluntário, mas um monge chamado Wala diz que conhecia um outro monge que "com grande fervor se dedicava à religião divina e muito desejava sofrer em nome de Deus" (RIMBERT, 1884, p. 27).[5] Trata-se do personagem principal, Ansgar.

Um outro religioso chamado Autbert junta-se a Ansgar para a missão. Então Rimbert narra as instruções do Imperador Luís, o Piedoso, dadas aos dois monges: confirmar a fé de Harald e seus companheiros, que foram batizados com ele, "para que não fossem reconduzidos aos seus erros anteriores instigados pelo Diabo" (RIMBERT, 1884, p. 29).[6] Ao mesmo tempo, Luís encoraja a pregação: "que [os monges] continuamente fortalecessem e lembrassem outros, vigorosamente, a aceitar a religião cristã por meio da pregação da palavra" (RIMBERT, 1884, p. 29).[7] Pode-se perceber que, na verdade, para o hagiógrafo, o sacramento do batismo não era suficiente para que os pagãos deixassem de sê-lo, além do fato expresso de que Luís, o Piedoso, querer novos adeptos, nas terras de Harald, à fé cristã. Isso justifica a presença dos missionários em terras pagãs, pois, para Rimbert, a cristianização parece implicar uma constância, e, no documento, o interlocutor de tal ordem é o próprio Imperador carolíngio. Colocado de outro modo, compreende-se que

[4] No original: "[...] sanctae devotionis virum, qui cum eo ire posset eique continuo adhaereret fieretque illi et suis ad corroborandam suscipiendamque fidem Domini[c] magister doctrinae salutaris".
[5] No original: "qui multo ardore circa divinam religionem ferveret ac pro Dei nomine multa pati desideraret."
[6] No original: "ne ad pristinos reducerentur diabolo instigante errores."
[7] No original: "continue roborarent simulque etiam alios ad suscipiendam christianam religionem verbo praedicationis strenue commonerent."

para Rimbert alguém não se tornava cristão da noite para o dia. A vivência cristã seria tão importante quanto o batismo. Para o hagiógrafo, esse sacramento é apenas o início de uma vida cristã, e não uma transformação instantânea. É também deduzível que o cuidado de Harald para com os homens "dados" a ele por Luís solidifica um compromisso de confiança política, ou seja, um estreitamento de laços político-militares assegurados pela conversão religiosa.

Adiante, no capítulo 8 da hagiografia, que narra a ida de Ansgar para a Dinamarca, temos a primeira ação cristianizadora do santo missionário. Aqui, nota-se uma escolha narrativa significativa para a ideia de cristianização de Rimbert: ele busca relatar a ação cristianizadora de Ansgar como um processo coletivo, em vez de condensá-la em um episódio específico e individual. Esse motivo narrativo reitera a necessidade de uma constância na vivência cristã:

> Assim, os servos de Deus [os missionários], estando com Ansgar, e ora entre cristãos, ora entre pagãos, começaram a insistir na palavra de Deus e a exortar quem quer que pudessem ao caminho da verdade. Muitos [pagãos], também pelo exemplo e pelo ensinamento deles [dos missionários], convertiam-se à fé, e crescia diariamente o número dos que seriam salvos no Senhor. (RIMBERT, 1884, p. 30).[8]

Notemos que, ao falar sobre como os pagãos eram convertidos ao cristianismo, o hagiógrafo sequer menciona as palavras batismo, água ou sacramento. Rimbert escreve que os pagãos se convertiam pelo "exemplo" e pelo "ensinamento" (*doctrina*) dos missionários. Aqui, mais do que nunca, o caráter pedagógico da cristianização é ressaltado pelo autor da *Vita Anskarii*. Mais do que batizar os daneses, os missionários precisam ensiná-los a serem cristãos e dar exemplos de uma vivência cristã. Essa perspectiva de Rimbert só pode ser percebida quando paramos para questionar o documento e pensar: mas o que é, afinal, a tornar-se um cristão para Rimbert? Como atestado, é integrar, pelo aprendizado, um cristianismo duradouro e comunitário. Isso demonstra que o hagiógrafo tinha a noção de que integrar essas populações pagãs à cristandade ia muito além de um rito sacramental e de uma conversão

[8] No original: "Praefati itaque servi Dei cum eo positi et aliquando inter christianos, aliquando inter paganos constituti, coeperunt verbo Dei insistere et quoslibet poterant ad viam veritatis monere. Multi etiam exemplo et doctrina eorum ad fidem convertebantur, et crescebant cotidie, qui salvi fierent in Domino."

institucional ou política, uma vez que, se a conversão política de Harald fosse suficiente, Ansgar e seus companheiros não precisariam ir para terras pagãs converter outros habitantes, e muito menos para certificar que o rei Harald não retornasse aos seus "erros anteriores", ou seja, ao paganismo.

Isso não quer dizer que medievalistas como Sverre Bagge (2014) e Chris Wickham (2016), por exemplo, estejam errados em afirmar que a cristianização da Escandinávia só se dá efetivamente após a conversão dos reis e a unificação política — até porque boa parte dos problemas que as missões carolíngias do século IX enfrentaram advêm justamente da fragmentação política do império e dos territórios não-cristãos, como veremos adiante. Mas é necessário questionar a perspectiva de uma nova religião irradiada ou generalizada pelos líderes políticos, de uma cristianização peremptória, ainda que, de fato, a conversão dos reis tenha facilitado — de maneira bastante gradual — a institucionalização de uma *ecclesia*, a vinda de novos missionários, a construção de igrejas, etc.

Por isso é frutífero ponderar, partindo da perspectiva metodológica aqui empregada, a respeito da percepção do hagiógrafo sobre o processo. Rimbert parece ter clara ciência da incompletude de uma conversão imediatista, no sentido do batismo exclusivo dos chefes políticos, e ressalta que a verdadeira expansão da cristandade dizia respeito à conversão de todas as almas. Outro importante fator levantado por Rimbert é a autonomia dos convertidos na disseminação da crença entre novos fiéis. Ainda no capítulo 8 da *vita,* lemos:

> Eles [os novos convertidos], também inspirados pelo amor divino, começaram, com zelo, a procurar meninos para comprar e *educar* para o serviço de Deus, a fim de promover a religião de sua devoção. O já mencionado Harald também confiou alguns de seus próprios sob os cuidados deles [dos missionários] *para serem instruídos*. E assim aconteceu que, em pouco tempo, *estabeleceram ali uma escola* com doze ou mais meninos. (RIMBERT, 1884, p. 30, ênfases minhas).[9]

Essa noção também é essencial para entendermos que Rimbert não percebe a cristianização com uma prática estritamente institucional. Para o hagiógrafo, os cristãos leigos também podem espalhar a fé e ajudar os clérigos

[9] No original: "Ipsi quoque divino inspirati amore, ad promulgandam devotionis suae religionem coeperunt curiose pueros quaerere, quos emerent et ad Dei servitium educarent. Praefatus quoque Herioldus ex suis aliquos sub eorum cura erudiendos posuit. Sicque factum est, ut scolam inibi parvo tempore statuerent duodecim aut eo amplius puerorum."

nesse processo, movidos por um desejo interior que parte do próprio "amor divino", e isso não é observado apenas do trecho supracitado, mas também em outros momentos da hagiografia, especialmente nos trechos em que são narrados os feitos dos suecos Herigar e Frideburg. A pedagogia é novamente ressaltada, com a fundação da escola (*scola*, na grafia do original) para os meninos "comprados", ou seja, provavelmente escravos (cristãos ou não) adquiridos e em seguida libertos, com a finalidade da educação religiosa.[10]

No capítulo 19 da *Vita Anskarii*, Herigar torna-se um personagem central. Ele era o *praefectus* de Birka, na Suécia, e foi convertido por Ansgar em sua primeira viagem a essa região. Aqui, Rimbert narra alguns dos feitos de Herigar enquanto não havia nenhum padre ou missão na Suécia, caracterizando o *praefectus* como uma espécie de pilar autóctone da cristandade. Nesse momento, Rimbert está interessado em colocar os deuses pagãos e o Deus cristão em comparação direta. Esses opostos totais são colocados em confronto de maneira literal, com um ordálio, para atestar o poder cristão. É narrado um episódio em que Herigar se reúne com outros chefes escandinavos em uma assembleia (*placito*), e nela eles o questionam por ter aceitado uma "fé vazia" (*inani fide*) e assim ter se afastado de todos os outros habitantes pagãos.

Herigar se defende e diz que, se os pagãos têm tanta dúvida sobre o poder do Deus cristão, "provemos pelos milagres quem é de maior poder: os muitos que vocês chamam de deuses, ou meu único onipotente Senhor Jesus Cristo" (RIMBERT, 1884, p. 40).[11] Com isso, uma tempestade se aproxima. Herigar sugere que os pagãos peçam aos seus deuses para que eles os protejam da chuva, enquanto Herigar pediria o mesmo à Jesus Cristo. Chove a chuva. Todos os chefes pagãos ficam ensopados, e Herigar não é atingido por uma única gota de chuva: "'Eis', disse Herigar, vocês veem quem é Deus. Não me afastem, infelizes, de Seu culto, mas antes envergonhem-se e afastem-se de

[10] Há diversos momentos na *Vita Anskarii* em que escravos, inclusive cristãos, vivendo na Dinamarca, são comprados (inclusive pelo próprio Ansgar) para serem libertos e educados. Cf. capítulos 11, 14 e 38, por exemplo. Rimbert traz os escravizados à narrativa em dois sentidos principais: primeiro, mostrar que há escravos cristãos vivendo além das fronteiras da cristandade continental, que precisam ser reintegrados à *ecclesia*. Segundo, na tradição da segunda metade do século IX compartilhada, entre outros, com Cathwulf, para advogar contra a escravidão e a venda de escravizados aos pagãos.

[11] No original: "probemus miraculis, quis sit maioris potentiae, vestri multi quos dicitis dii, an meus solus omnipotens dominus Iesus Christus."

seus erros, e aprendam o caminho da verdade" (RIMBERT, 1884, p. 40-41).[12]

Em outro momento da narrativa, Herigar é acometido por uma dor em sua perna, e ele não consegue se mexer sem ser carregado. As pessoas dizem que ele deveria fazer um sacrifício aos deuses para melhorar, mas Herigar resiste. Outros ainda dizem que ele estava sofrendo por não acreditar em deus algum, mas Herigar desconsidera tais acusações. Finalmente Herigar pede para que o levem para a igreja que ele mesmo havia construído. Lá, ele pede a Deus para ser curado e é atendido. Notemos que a relação entre Deus e o fiel não é necessariamente intermediada por um padre ou bispo, mas pela autonomia da fé do convertido, propiciada pelo prédio mesmo da *ecclesia* em sua terra.

Embora nenhum desses milagres sejam operados pelo santo Ansgar, todos têm relação com seus feitos anteriores; é o passado frutificando no futuro, uma metáfora muito recorrente na *vita*. Isso significa que Rimbert não buscava construir uma imagem de santo milagroso em si, mas queria demonstrar que os frutos do trabalho missionário além das fronteiras da cristandade preparavam o terreno, por assim dizer, para que os milagres divinos — e a própria cristandade — florescessem. Herigar só pode confrontar os chefes pagãos em defesa do Deus cristão porque, antes de tudo isso, Ansgar e Witmar, outro missionário, foram àquelas terras e lá converteram o *praefectus*. Herigar só consegue curar sua perna porque ele vai rezar e suplicar dentro da igreja que havia sido construída graças a presença de Ansgar e Witmar no passado. Com isso, Rimbert cristaliza a ideia de uma cristianização gradual e constante.

A partir dessas análises, é possível delinear dois pilares que sustentam o que Rimbert entende por cristianização: a fé amparada pelos missionários e a fé autônoma, ambas entrelaçadas. Como visto, portanto, o batismo não era o único sacramento fundamental para a realização da prática da conversão. É necessária uma constância, uma longevidade *da* e *na* religião. Mas como Rimbert significa essa constância no documento, em seu discurso? No capítulo 12 da *Vita Anskarii*, temos a volta de Ansgar e Witmar para a corte de Luís, o Piedoso, depois que os dois monges pregaram na Suécia em 830. Novamente o Imperador carolíngio é quem expressa uma necessidade institucional,

[12] No original: "'Ecce', inquit, 'videtis, quis sit Deus. Nolite me, infelices, ab eius cultura revocare, quin potius ab erroribus vestris confundimini et veritatis viam discite."

conferindo ainda mais peso ao discurso. Rimbert narra que:

> Inflamado pelo ardor da fé, [o Imperador] começou a buscar como poderia estabelecer uma sede episcopal nas regiões do Norte, no fim, de fato, do seu Império, de onde fosse conveniente para o bispo, ali residindo, poder frequentar com mais frequência aquelas regiões em missão de pregação, e de onde também todas aquelas terras bárbaras pudessem, mais facilmente e de modo mais verdadeiro, receber os sacramentos do mistério divino. (RIMBERT, 1884, p. 33).[13]

Neste trecho, a atenção do hagiógrafo é direcionada aos "sacramentos do mistério divino" (*divini mysterii sacramenta*), ou seja, a eucaristia. Na fonte, Luís, o Piedoso, estava preocupado em estabelecer um bispado no limiar do Império e fornecer esses sacramentos aos novos convertidos. Portanto, a eucaristia faz-se tão necessária quanto o batismo. Na percepção de Rimbert, traduzida na preocupação da fala do Imperador, havia a necessidade de outros sacramentos, no plural, e entende-se que a eucaristia fosse o mais importante nesse contexto, visto que não representa apenas o início da vida cristã (como o batismo), mas sua constante manutenção quando tomada periodicamente nas missas. Isso concorda na direção de que, para Rimbert, a cristianização é um processo gradual e, embora haja exceções autônomas, faz-se necessária a manutenção da fé através dos sacramentos e da presença da igreja.

No capítulo 20 da *Vita Anskarii*, há uma personagem sintetiza as duas noções expostas acima. Essa personagem chama-se Frideburg, uma mulher cuja "bondade de sua e constância de sua louvável fé conduziu os dias de sua vida até a velhice" (RIMBERT, 1884, p. 44).[14] Em primeiro lugar, Rimbert destaca a "constância" de sua fé, que endossa o que já foi exposto. Até que chega o momento em que, já velha, Friedeburg vê a morte se aproximando e, como o bispo Gauzbert havia sido expulso da região, além de não haver outros padres (*sacerdos*) por perto, ela teme que não receba o viático — a eucaristia ofertada ao fiel em seu leito de morte. Para tanto, ela recorre a um jarro de vinho que havia arranjado e guardado, que serviria de viático, e pede que sua filha despeje

[13] No original: "ardore fidei succensus, quaerere coepit, quomodo in partibus aquilonis, in fine videlicet imperii sui, sedem constituere posset episcoplaem, unde congruum esset episcopo ibi consistenti causa praedicationis illas frequentius adire partes, et unde etiam omnes illae barbarae nationes facilius ueriusque capere valerent divini mysterii sacramenta."

[14] No original: "in bonitate vitae et fidei constantia laudabilis, dies vitae suae usque ad tempus perduxit senectutis."

algumas gotas em sua boca, para assim “entregar o fim de sua vida à graça do Senhor” (RIMBERT, 1884, p. 44).[15] Apesar da tensão construída na narrativa e do viático improvisado pela personagem, Frideburg abaca sobrevivendo. Passam-se três anos e, quando Frideburg morre, sua alma é salva por um padre chamado Ardgar (enviado à Suécia por Ansgar). Assim, ela morre: “e, tendo recebido das mãos dele [de Ardgar] o desejado viático, partiu felizmente para o Senhor” (RIMBERT, 1884, p. 45).[16] Pode-se interpretar, em síntese, que nem o batismo e nem mesmo a eucaristia constante são “suficientes”. Para Rimbert, é também necessário o viático que assegura a partida da alma, na morte. Assim, a constância defendida por Rimbert compreende o curso inteiro de uma vida.

Frideburg, que era rica, também orientou que sua filha Catla distribuísse todos os seus bens aos pobres depois de sua morte, e que poupasse algum dinheiro que a permitisse viajar para Dorestad (empório medieval franco na região atual da província de Utrecht, Países Baixos), onde havia “muitas igrejas, padres e clérigos, e uma multidão de pessoas pobres” (RIMBERT, 1884, p. 45),[17] e assim a mãe a orienta: “ao chegar lá, procure fiéis que ensinem corretamente como distribuir essas coisas, e, para a salvação da minha alma, distribua tudo como esmolas” (RIMBERT, 1884, p. 45).[18] Catla segue as instruções da mãe e depois vivencia um milagre que comprova, no texto, a salvação da alma de Frideburg. Com esse episódio, Rimbert reforça a importância da pedagogia, do ensinamento e do aprendizado no processo de cristianização. Frideburg tanto ensina a fé cristã a sua filha (contexto familiar), quanto orienta a própria Catla a buscar esses ensinamentos de padres em Dorestad (contexto público).

Por fim, sustentado pelo evangelho de Mateus, Rimbert também compreende a vida missionária como um dever intrínseco ao eclesiástico medieval, do qual, na fonte, Ansgar é o grande exemplo. Ao longo da *Vita Anskarii*, há um argumento em defesa da internacionalização do cristianismo, afinal, a salvação deveria alcançar todas as almas do mundo. Até aquelas do fim do mundo. No capítulo 9, Rimbert narra que embaixadores da Suécia informaram

[15] No original: “ut vel sic Domini gratiae exitum suum commendaret.”
[16] No original: “et accepto de manu eius optato viatico, feliciter migravit ad Dominum.”
[17] No original: “Ibi sunt ecclesiae plurimae et sacerdotes ac clerici, ibi indigentium multitudo.”
[18] No original: “Illó adveniens, quaere qui rite doceant, fideles, quomodo ea dispenses, et pro animae meae remedio omnia in elemosinam distribue.”

Luís, o Piedoso, de que havia muitas pessoas naquele lugar que desejavam tornar-se cristãs. Isso motivou a primeira viagem de Ansgar para a Suécia em 830. Entretanto, antes, Ansgar sentia-se apreensivo em relação à empreitada. Então é narrada uma visão, na qual Deus diz a ele: "Ide e prega a palavra de Deus aos povos" (RIMBERT, 1884, p. 31),[19] o que leva Ansgar a alegrar-se imensamente por ver que "o que lhe havia sido ordenado estava parcialmente cumprido [tendo em vista a missão na Dinamarca]" (RIMBERT, 1884, p. 31), e com isso Ansgar decide "aumentar ainda mais o peso de seu trabalho, [e] também anunciar a palavra de Deus aos suecos" (RIMBERT, 1884, p. 31).[20]

No *Evangelho* de Mateus (capítulo 28, versículo 19), lê-se: "Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". Nessa visão, a passagem do evangelho é trazida quase que *ipsis litteris* na forma da fala de Deus à Ansgar, que faz com que ele acate a missão designada pelo Imperador Luís, o Piedoso. Essa noção de internacionalização da salvação é o que fundamenta não apenas a missão de Ansgar, mas todas as missões no Norte que Rimbert busca incitar com a escritura da *Vita Anskarii*. Ela é reiterada em outros momentos da hagiografia, como quando Ansgar volta da Suécia e é nomeado bispo de Hamburgo em 831. No capítulo 13 é contada a consagração do bispo Ansgar pelo Papa Gregório IV, em que Rimbert narra: "[o Papa] estabeleceu sua missão [*legatio*] sobre todas os povos ao redor, seja os suecos, os daneses, os eslavos e outros povos estabelecidos nas partes do Norte" (RIMBERT, 1884, p. 35).[21] Além disso, Rimbert afirma, através do pensamento de Ansgar, que a ordem de Deus estava "parcialmente cumprida". Assim, a missão continua em aberto, e todos aqueles que seguirem os passos de Ansgar devem, também, seguir a *legatio* que o Papa Gregório IV incumbiu ao bispo de Hamburgo.

[19] No original: "Vade et annuntia gentibus verbum Dei." Optei por traduzir "gentibus", dativo plural de "gens", como "aos povos", embora na passagem bíblica parafraseada seja comumente traduzido, especialmente na contemporaneidade, como "nações". E embora a palavra "nationes" exista no latim e apareça na hagiografia, traduzi-a como "terras", evitando assim o cognato "nações" simplesmente para prevenir confusões com a noção moderna de "Estados nacionais", que seria anacrônica.

[20] No original: "Hanc itaque visionem servis Dei pertractans animo, laetus gaudebat in Domino, videns iam ex parte completum quod sibi imperatum fuerat, et ad maiorem laboris sui cumulum eitam Sueonibus verbum Dei annunciare cupiens."

[21] No original: "constitutum legatum in omnibus circumquaque gentibus Sueonum sive Danorum necnon etiam Slavorum aliarumque in aquilonis partibus gentium."

2. PAGÃOS E PAGANISMO

O estudo do paganismo escandinavo medieval tem oferecido uma série de problemas teóricos e metodológicos que, ao longo do século XX, tentaram ser superados por diversas abordagens.[22] Neste estudo específico interessa entender o paganismo enquanto um construto de autores cristãos, um juízo de valor; nessas fontes o pagão trata-se "de um 'outro' religioso, mas sem especificidade'" (BARREIRO, 2016, p. 108). Essa delimitação pode ao menos assegurar que o historiador não caia no risco de tomar o paganismo das fontes escritas por autores cristãos como um retrato fiel das religiões "pagãs" do passado escandinavo. Elas estão, invariavelmente, submetidas à mentalidade e aos objetivos do autor cristão medieval que as ressignificou.

A prática sacrificial é um dos pontos-chave na concepção de Rimbert acerca do paganismo; é a baliza entre as relações religiosas e sociais que estruturam a concepção do hagiógrafo dessa religião "outra". De acordo com o que lemos na *Vita Anskarii*, podemos concluir que o sacrifício é muitas vezes significado por Rimbert como uma "tentação" aos cristãos recém-convertidos. Essa tendência do paganismo apresentado por autores cristãos como tentação foi observada por Ildar Garipzanov: "o paganismo não existe apenas como um alvo passivo da atividade missionária, mas também para testar e fortalecer a fé dos cristãos" (GARIPZANOV, 2011, p. 15). Resistir ao sacrifício faz parte das provações que Herigar e Frideburg enfrentam, por exemplo.

No capítulo 19, Rimbert narra que Anund, um rei sueco, havia perdido seus domínios e se exilado na Dinamarca. Lá, reúne guerreiros para tomar o que era dele e, em pagamento pelos seus, oferece a cidade de Birka. O *praefectus* Herigar, os mercadores e o povo fogem para uma "cidade vizinha" de Birka, que Georg Waitz notou ser Sigtuna. Lá, o povo pretende fazer sacrifícios e

[22] Esses problemas foram comentados por BARREIRO, Santiago. Pagãos fictícios, feiticeiros imaginários, alteridades literárias: As sagas islandesas como fonte historiográfica e sua representação do mundo pré-cristão. **Diálogos**, v. 20, n. 3, p. 97–115, 2016, e GRZYBOWSKI, Lukas. O paganismo escandinavo entre a percepção e a imaginação. **História Revista**, v. 24, p. 135-154, 2019.

promessas para que seus deuses pagãos os protejam contra os invasores. Então Herigar os repreende e pede que o povo deixe o sacrifício de lado e façam apenas promessas para o Deus cristão:

> Se desejais fazer votos, fazei-os e entregai-os ao Senhor Deus onipotente, que reina nos céus, e a quem eu sirvo com consciência pura e fé reta. Ele é o Senhor de todos, e em Sua vontade estão todas as coisas, e não há quem possa resistir à Sua autoridade. Se pedirdes a ajuda d'Ele com todo o coração, sentireis que a Sua onipotência não vos faltará. (RIMBERT, 1884, p. 42).[23]

No capítulo 20 é narrada uma provação semelhante à de Herigar contra a "tentação" de fazer sacrifícios aos "ídolos". Nesse caso temos a também já mencionada Frideburg, que manteve a "fé inabalável" (*immobilis fidei*) em meio à "perversidade dos homens maus", ou seja, seus vizinhos pagãos. O batismo dela é mencionado junto de uma renúncia aos deuses pagãos: "[para Frideburg] era inútil buscar ajuda nas imagens [*simulacra*] mudas e surdas, e achava abominável que voltasse a prestar atenção àqueles [deuses] a quem ela havia renunciado no batismo" (RIMBERT, 1884, p. 44).[24] Nesses exemplos, o paganismo instrumentalizado por Rimbert se opõe diretamente ao dom divino cristão, num claro jogo de sobreposição, uma ferramenta do hagiógrafo para demonstrar a superioridade de poder divino cristão e da resistência à tentação, colocadas em embate no plano moral e sobrenatural.

Não obstante, ao longo de toda a hagiografia, Rimbert faz pouca menção aos deuses pagãos. Em dado momento, o culto aos "ídolos" pagãos é identificado como uma superstição (*superstitiosa idolorum cultura*). Rimbert também identifica os "deuses" como demônios: "começaram [o povo] a oferecer aos seus deuses, que eram na verdade demônios, muitas promessas e sacrifícios" (RIMBERT, 1884, p. 42).[25] Como sintetizou Santiago Barreiro, "a

[23] No original: "Si vota spondere vultis, vovete et reddite domino Deo omnipotente, qui regnat in caelis, et cui ego in conscientia pura et fide recta deservio. Ipse omnium dominus est, et in voluntate eius omnia sunt posita, nec est qui eius dicioni possit resistere. Si itaque eius auxilium totó corde petieritis, omnipotentiam ipsius vobis non defuturam sentietis."
[24] No original: "sed illa immobilis fidei suae munia non reliquit; vanum esse dicens, a simulacris mutis et surdis auxilium quaerere, et abominabile sibi videri, ut his quibus in baptismo renuntiaverat."
[25] No original: "Coeperunt quoque diis suis, immo daemonibus, vota et sacrificia plurima promittere et offerre."

importância dos pagãos existentes na literatura [cristã] é, acreditamos, tornar clara a oposição, criando assim uma alteridade fundamental, cimentando a identidade dos homens medievais como cristãos" (BARREIRO, 2016, p. 111). Rimbert não está preocupado em detalhar o paganismo nem o descrever com maior afinco, por mais que podemos supor que ele conhecesse essas práticas com certa proximidade (GRZYBOWSKI, 2019, p. 141); do contrário, o hagiógrafo coloca todos os pagãos e todo o paganismo sob o mesmo signo antagônico do Diabo. Semelhante significação acontece no que diz respeito à caracterização dos escandinavos enquanto "bárbaros" e "estrangeiros". Como David Fraesdorff observou, "Rimbert já sabe diferenciar entre dinamarqueses, suecos e eslavos, mas as generalizações como *barbari*, *exterae gentes*, *alienae nationes* ou até mesmo *aquilo* ocupam maior espaço [na fonte]" (FRAESDORFF, 2005, p. 203).

Nos capítulos 26 e 27 da hagiografia, Rimbert narra a segunda visita de Ansgar à Birka. Lá, "encontrou o rei e muitas pessoas desorientadas por mentiras" (RIMBERT, 1884, p. 56).[26] Sabendo da vinda de Ansgar, um homem, "instigado pelo diabo" (*instigante enim diabolo*) fez um discurso contra o bispo. Esse homem, que parece ser um chefe ou grande proprietário de terras, se mostra desgostoso com as pessoas que se recusam a fazer os sacrifícios habituais, pois convertidas. Segundo Rimbert, esse discurso perturba a mente de todas as pessoas presentes, que começam fazer sacrifícios e oferendas a um rei do passado (Erik), como se ele fosse um deus. Ansgar então resolve falar com o rei local sobre esse problema. O rei ouve o pedido de Ansgar e diz que, numa próxima assembleia, iria decidir se permitia ou não a pregação. Pois "é costume entre eles que qualquer assunto público dependa mais da vontade unânime do povo do que do poder real" (RIMBERT, 1884, p. 57).[27] Trata-se de um excelente exemplo da limitação do poder político, que foi observada por Peter Sawyer (1982, p. 54). Essa limitação sugere uma fragmentação não apenas do poder entre os chefes ao longo do território escandinavo, mas também do poder de um único chefe, submetido a outras instâncias como a vontade popular e a vontade dos deuses. Tanto é que a permissão do prosseguimento da missão em

[26] No original: "Ubi invenit regem et multitudinem populi nimio errore confusam."
[27] No original: "Sic quippe apud eos moris est, ut quodcumque negotium publicum magis in populi unanimi voluntate quam in regia constet potestate."

Birka vem de um ritual de cleromancia, ou seja, ironicamente a partir de uma adivinhação condicionada pelos deuses pagãos. No capítulo 27, Rimbert narra: “Saindo então para o campo, conforme o costume deles, lançaram as sortes; e o resultado foi que, pela vontade de Deus, a religião cristã seria ali estabelecida” (RIMBERT, 1884, p. 58).[28] Aqui, o próprio “costume” pagão da divinação (lançar as sortes) é instrumentalizado pelo hagiógrafo e condicionado ao poder divino cristão em favor do cristianismo nos territórios-alvo das missões.

3. A *VITA ANSKARII* E O SÉCULO IX

É certo que a escritura da *vita* de Ansgar tem um objetivo na concepção do hagiógrafo: fornecer um santo que não apenas esteja à frente da cristianização da Escandinávia, mas que também ofereça um modelo para os seus seguidores. Valtair Miranda sintetizou o caráter geral do modelo hagiográfico como uma forma de exercício de poder “que define limites identitários, esclarece alteridade, reforça práticas e crenças religiosas, gera papéis sociais, legitima governos, socializa visões de mundo” (MIRANDA, 2014, p. 120). Foi possível constatar, ao longo das análises desta pesquisa, que a *Vita Anskarii* atende a todos esses pressupostos: define as fronteiras entre “nós” e “os outros”, ou seja, entre os cristãos e os bárbaros; reforça as crenças religiosas cristãs e o papel central da pedagogia missionária nessa expansão, oferece modelo e propulsiona a atividade dos monges evangelizadores, legitima a tutela política do imperador Luís, o Piedoso, e da arquidiocese de Hamburgo-Bremen, e, por fim, cristaliza — e socializa, em sua recepção — a visão de mundo de Rimbert. Além disso, Ansgar não é o único modelo missionário apresentado na hagiografia. Na *Vita*, temos capítulos inteiros que sequer mencionam Ansgar (vide 33), mas outros exemplos de dedicação missionária, como os de Gauzbert e os de Ragenbert, que ajudam a compor o ideário de manutenção da igreja em terras estrangeiras para que a religião cristã não pereça.

No primeiro capítulo da hagiografia, Rimbert expõe as duas principais

[28] No original: “Exeuntes igitur more ipsorum in campum, miserunt stores; ceciditque sors, quod dei voluntate christiana religio ibi fundaretur.”

motivações para a escritura daquele texto: primeiro, existe um esforço consciente de manutenção da memória contra o esquecimento, ou contra o próprio Diabo (RIMBERT, 1884, p. 18-19). Através de uma imagem de opostos, Rimbert reitera que o mal que há em todo o mundo e a ação do Diabo tentam afastar os seguidores da devoção e do exemplo. Tendo isso como pressuposto, ele argumenta que, através de "astuta persuasão" (*callida persuasione*) e "intenções perversas" (*pravis intentionibus*), o Diabo pode afastar os discípulos da memória do exemplo de santo Ansgar. Nesse sentido, o objetivo primário de Rimbert é duplo: preservar a memória de Ansgar, que se justifica pela ausência deste — cujo texto dá a entender que falecera há pouquíssimo tempo —, resguardando-a das garras do Diabo, que poderia afastar o "exemplo" dos que permanecem vivos, e construir um modelo missionário a ser seguido. Além disso, quando ressalta a mentira intrínseca ao demônio, motivo central desde as *Escrituras* (ver por exemplo João 8:44), Rimbert está abertamente defendendo o caráter de verdade de seu documento. Esse esforço consciente de Rimbert contra o esquecimento condiz com as considerações teóricas de Grzybowski e Hermann, e com as considerações de Goetz a respeito da consciência histórica do homem medieval; mais especificamente, de um interesse específico pela história, "um fator prático enraizado no presente do autor" (GOETZ, 2006, p. 26). O presente de Rimbert é definidor na hagiografia de Ansgar porque o hagiógrafo não está apenas preocupado em narrar o passado ou apenas santificar Ansgar; ele precisa fundamentar as bases do futuro das missões de Hamburgo-Bremen.

Além disso, Rimbert não se concentra apenas nos eventos, nos marcos históricos, seus sucessos e falhas — tampouco apenas em datas muito precisas, "marcos" —, mas também observa consciente as causas de uma instabilidade política vivida por ele e seus contemporâneos, refletidas na própria missão: a divisão do Império. Assim, o capítulo 21 da *Vita Anskarii* começa com a morte de Luís, o Piedoso em 840: "após a morte dele, quando uma grande perturbação ocorreu por causa da divisão do reino, a missão do nosso pastor também começou, de alguma maneira, a ser abalada" (RIMBERT, 1884, p. 46).[29] Isso mostra que Rimbert era tanto consciente do processo histórico em que estava

[29] No original: "Post cuius obitum cum de regni divisione magna fieret perturbatio, pastoris quoque nostri aliquo modo labefactari coepit legatio."

envolvido quanto preocupado em registrá-lo e identificá-lo como uma das causas para o enfraquecimento da missão cristianizadora no século IX.

É evidente que a divisão do Império causou reveses no trabalho missionário, e o fato de Rimbert endereçar a *Vita Anskarii* para os monges de Corbie nos fins do século IX mostra claramente a persistência desse problema. No capítulo 23 da hagiografia é narrado que Ansgar se torna bispo de Bremen e, já sendo bispo de Hamburgo, ocorre a coligação dos dois bispados. Nesse momento, Rimbert sublinha a disputa entre Carlos, o Calvo, e seu irmão Luís, o Germânico, numa assembleia ocorrida entre os irmãos para discutir sobre as dioceses na região da fronteira.[30] Rimbert louva a atitude de Luís que, além de congregar Hamburgo e Bremen, assegura que: "nenhum arcebispo de Colônia [na parte de Carlos, o Calvo], de agora em diante, reivindique para si qualquer poder na mesma diocese [Bremen]" (RIMBERT, 1884, p. 51).[31]

Aqui nota-se o efeito prático da apologia de Rimbert. Em primeiro lugar, havia uma tensão entre Carlos, o Calvo, e seu irmão Luís, o Germânico, envolvendo a diocese de Bremen, que antes respondia à Colônia e, depois que Ansgar é nomeado arcebispo, passa a responder à diocese Hamburgo. O endereçamento da *Vita Anskarii* aos monges de Corbie está ligado ao conflito de Bremen frente aos interesses de Hamburgo e Colônia: de modo direto, Rimbert quer assegurar que a influência de Ansgar, bem como a legitimação de Hamburgo-Bremen e suas missões, se estenda e cative os religiosos de Corbie, um dos mosteiros francos mais importantes desse período, que seria um grande aliado não apenas no contexto das missões cristianizadoras, mas também no contexto de conflito de Bremen frente às decisões que tiravam-na da tutela da diocese de Colônia. O Império sofre grande instabilidade nesse período, cujos atritos, como sabemos, não são resolvidos após o Tratado de Verdun em 843.

Dado este cenário, como mensurar os êxitos de Ansgar na percepção de Rimbert? Pouco antes de narrar a morte de Ansgar no capítulo 34, Rimbert mostra uma conversa do bispo com Ebbo, arcebispo de Rheims, na qual os

[30] Para mais detalhes sobre o contexto envolvendo a divisão do Império entre os filhos de Luís, o Piedoso, ver WICKHAM, Chris. **Medieval Europe**. New Haven: Yale University Press, 2016, p. 63-79.

[31] No original: "Nullus vero archiepiscopus Coloniensis ullam sibi deinceps in eadem diocesi vindicet potestatem."

religiosos discutem sobre a missão e seus resultados. Ansgar, próximo da morte, exprime sua preocupação em relação às dificuldades enfrentadas pelos missionários em terras pagãs. Assim, pergunta o que Ebbo pensava da missão, e este responde:

> Esteja certo de que aquilo que começamos a realizar em nome de Cristo *deve frutificar no Senhor*. Pois tal é minha fé [...], *aquilo que começamos naquelas terras nunca será completamente extinto, mas frutificará na graça de Deus e prosperará, até que o nome do Senhor alcance os confins da Terra*. (RIMBERT, 1884, p. 65, ênfases minhas).[32]

E Rimbert complementa: “essa também era a fé dos outros, que, com essa vontade, buscaram os limites [das terras estrangeiras]”; os missionários seriam, para Rimbert, certamente recompensados: “em seu amor por esta religião, eles se empenharam em nome do Senhor, de quem, sem dúvida, receberão a recompensa pelo seu trabalho” (RIMBERT, 1884, p. 65).[33] Esse trecho sintetiza a concepção de Rimbert sobre o êxito de Ansgar, cujo trabalharia nunca seria “completamente extinto”. Para ele, a semente fora plantada profundamente. Os casos narrados de cristãos que, mesmo entre pagãos, continuaram em defesa de sua fé — como vimos com Herigar e Frideburg — são exemplos fundamentais de que, para Rimbert, essa semente florescia. Não obstante, a necessidade de que a missão continuasse e novos missionários fossem enviados se justifica na intenção geral do hagiógrafo em construir um modelo missionário digno de imitação para os eclesiásticos de Corbie.

Esse êxito parcial, que precisa ser alimentado e completado no futuro, é a solução que Rimbert encontra para o “problema do século IX”, ou seja, a fragmentação política tanto franca quanto escandinava. Esse desejo pela continuidade, ou melhor, a ênfase na necessidade de uma continuação, é expresso por Ansgar ao próprio monarca, Luís, o Germânico, a quem Ansgar enviou cartas (segundo a hagiografia) pedindo que, conforme as circunstâncias

[32] No original: “‘Certus sis’, inquit, ‘quia, quod nos pro Christi nomine elaborare coepimus, fructificare habet in Domino. Nam ita est fides mea [...] quia, quod nos in illis coepimus gentibus, non tamen umquam penitus extinguetum, sed fructificabit in Dei gratia et prosperabitur, usquequo perveniat nomen Domini ad fines orbis terrae’.”

[33] No original: “Haec itaque fides fuit eorum, hac voluntate externarum gentium fines petierunt, huius religionis amore pro Domino certaverunt, a quo et praemium laboris sui sine dubio percepturi sunt.”

exigissem, estivessem prontos para ajudar, "a fim de que a missão, com a graça auxiliadora de Deus, e com a ajuda deles [dos reis], pudesse frutificar e crescer entre os povos [estrangeiros]" (RIMBERT, 1884, p. 75).[34]

No século IX, a Igreja enfrentou o problema da instabilidade das missões, atrelado ao problema do poder político fragmentado no continente, como vimos, e também na Escandinávia (BAGGE, 2014). As inconsistências na cristianização do século IX têm uma razão social e política, junto da razão religiosa. O processo de cristianização passou por momentos de maior estabilidade conectados com a conversão dos reis — entendidos aqui não como irradiadores de uma nova religião, mas como detentores de um modelo político que auxiliasse no processo de cristianização como um todo. Isso implica uma mudança total na forma do fazer político na Escandinávia, ou seja, é só por volta dos finais do século X e início do século XI que o cristianismo tenta superar a barreira do poder político fragmentado dos chefes e tentar cravar certa unificação de poder, a monarquia cristã,[35] especialmente no caso da Dinamarca e da Noruega.

Nessa época, por exemplo, homens como Óláfr Tryggvason ou Óláfr Haraldsson importam o cristianismo sob a égide de "um novo modelo de exercício do poder que pretende limitar o poder dos chefes locais" (BALAU; KMIECIK, 2021, p. 634). Sverre Bagge apontou também outra mudança significativa: a instauração de uma sucessão de poder dinástica, que acarreta maior estabilidade monárquica, ocorrida na Dinamarca a partir do século X, que "marca o início de uma importante mudança, a divisão da Escandinávia em três reinos e sua introdução ao cristianismo, o que os trouxe para a família dos reinos europeus" (BAGGE, 2014, p. 27). Ansgar e sua missão enfrentam diversos problemas causados pela violência e pela fragmentação política: ao mesmo tempo em que Ansgar envia Gauzbert para a Suécia, piratas nórdicos saqueiam Hamburgo em 845. Logo depois, Gauzbert é expulso e Nithard, outro padre, é assassinado. Entremeios, Herigar defendia a fé cristã no seio da Suécia pagã, enquanto a guerra entre o rei Olaf e os Cori causa a cristianização destes, entre

[34] No original: "quantinus legatio ipsa, Dei auxiliante gratia, ipsis adiuvantibus, fructificare et crescere in gentibus potuisset."

[35] Ver especialmente BEREND, Nora (ed.). **Christianization and the Rise of Christian Monarchy:** Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900-1200. New York: Cambridge University Press, 2007.

outros exemplos. No geral, dada a fragmentação política, a cristianização no século IX também se dá em cenários fragmentados como pequenas cidades ou empórios, através de indivíduos específicos. É nítido que Rimbert estava submetido às incertezas de seu tempo, em que não poderia prever que uma solidificação da igreja na Escandinávia demandaria, junto da feitura missionária, uma unidade política cristã. Muito menos saberia que isso levaria séculos. Tudo que o hagiógrafo podia fazer era defender um cristianismo constante e o prosseguimento da missão, além de intervenções políticas contra as ameaças que atrapalhavam o contato com o Norte, como as guerras, invasões e pirataria.

Não é à toa que o tipo social leigo mais exaltado por Rimbert durante toda a hagiografia são os mercadores. Esses comerciantes, bem como o comércio enquanto sistema, são significados pelo autor como uma ponte entre o continente cristão e o Norte pagão. Isso é representado de diversas maneiras ao longo da *Vita Anskarii*. Em primeiro lugar, quando Ansgar e Witmar vão à Suécia pela primeira vez, sua viagem só é possível graças ao navio mercante que os leva. No capítulo 30, após a guerra com os Cori, são mercadores suecos quem aconselham os pagãos a buscarem conforto no Deus cristão. Depois de se tornar bispo de Bremen, Ansgar estreita as relações com o rei Horik da Dinamarca, e essas relações rendem frutos na cristianização; a cristianização, por sua vez, rende uma série de benefícios comerciais. Rimbert narra que houve "grande alegria no lugar [Schleswig], de tal forma que [...] os comerciantes, tanto daqui quanto de Dorestad, buscavam livremente [visitar] o local [Schleswig], e as boas possibilidades ali abundavam" (RIMBERT, 1884, p. 53).[36] Edward Thompson (1957, p. 6) demonstrou a relação estreita da cristianização da Escandinávia com o comércio. Outros historiadores, mais recentemente, argumentam na mesma direção: "essas narrativas claramente mostram a conexão próxima entre a missão carolíngia e o comércio, bem como as implicações sociais do comércio" (BLOMKVIST; BRINK; LINDKVIST, 2007, p. 177). É notório que o hagiógrafo percebia os êxitos da missão como muito mais amplos que apenas os benefícios religiosos, ou seja, exaltava também os benefícios comerciais e sociais, a integração de diferentes sociedades. Porém nota-se que, para Rimbert, a

[36] No original: "Factumque est gaudium magnum in ipso loco [...], et negotiatores tam hinc quam ex Dorstado locum ipsum libere expeterent, et hac occsione facultas totius boni inibi exuberaret."

questão comercial é sempre fruto da expansão do cristianismo, e não o contrário.

Defendo aqui, portanto, que o caráter essencialmente prático e telúrico das ações de Ansgar[37] seja um reflexo das incertezas e das demandas imediatas dos eclesiásticos de Hamburgo e Bremen, bem como de outras abadias ligadas à cristianização no século IX. Precisavam de um herói, de um "Apóstolo do Norte", e Rimbert lhes deu o santo Ansgar. As incompletudes do esforço de Ansgar resumem a gênese conturbada da missão e, de certa forma, reiteram que outros devessem seguir os passos do santo. Ao mesmo tempo, reflete um tempo em que o Império franco, dividido, sentia dificuldades em penetrar num Norte escandinavo também fragmentado, política e religiosamente. Essa configuração tão desigual e instável é a principal causa de uma cristianização lentíssima, já que foi assimilada aos poucos, dependeu do esforço de indivíduos muitas vezes isolados, e sofreu com resistências e reveses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções e percepções de Rimbert a respeito do processo de cristianização na *Vita Anskarii* convergem na direção da manutenção de um corpo eclesiástico ativo na questão missionária, uma necessidade intrínseca às instabilidades do século IX. Em termos gerais, a apologia do hagiógrafo gira em torno de fundamentar as bases da conversão de almas e da institucionalização da igreja católica na Escandinávia medieval, além de funcionar como legitimadora das ações da arquidiocese de Hamburgo-Bremen. É importante notar um certo imediatismo na escritura da hagiografia de Ansgar por Rimbert. Como notou Eric Knibbs (2011, p. 194), essa pressa reside na necessidade de cravar Ansgar como o apóstolo do Norte, um bispo missionário que encabeçasse a missão vindoura dos próximos séculos. É nesse sentido que o hagiógrafo demonstra uma espécie de êxito parcial do santo Ansgar. Êxito porque, segundo o próprio arcebispo Ebbo de Rheims, na hagiografia, os esforços de Ansgar seriam imorredouros. E parcial porque, mesmo imorredouros, esses esforços

[37] Diversos autores identificam a *Vita Anskarii* como uma hagiografia estruturalmente incomum, mais "institucional", e seu santo como "mais humano", "mais terreno", etc. Ver Palmer (2004).

precisavam ser continuados por outros missionários.

A cristianização foi lenta, inconstante e fragmentária. Desde os primeiros esforços conversores no início do século IX à fase institucional com a conversão dos reis escandinavos no século XI, a presença de não-conversos foi sempre registrada, o que justifica, no discurso de Rimbert, os argumentos narrativos da *Vita Anskarii* em seu contexto. À guisa de exemplo, tomemos o relato do diplomata árabe Ibrahim ibn Yaqub, que visitou Hedeby, na Dinamarca, no século X — portanto pouco tempo depois dos esforços de Ansgar e seus companheiros —, e relatou que ela era "habitada tanto por pagãos quanto por cristãos" (WINROTH, 2012, p. 89). Mesmo depois do início da conversão dos reis, também persiste no material hagiográfico a necessidade de exaltar a ação missionária, neste caso vinda dos próprios reis, como na hagiografia de Olaf Haraldsson da Noruega, escrita no século XII, que imagina os feitos do santo na transição do século X para o XI, narrando que o rei, após convertido, desce dos seus estrados para pregar ao povo (ERLENDSSON, 1881, p. 68-59). É perceptível, portanto, que esse motivo narrativo é recorrente não apenas nos primeiros séculos da conversão, mas também nos séculos posteriores.

Tendo essa configuração da cristianização definida, tal como entendida por Rimbert em seu contexto histórico, percebe-se enfim que o documento exalta quase sistematicamente, por motivos narrativos e objetivos diversos, em temporalidades e contextos diferentes, a ação missionária e a vivência cristã fundamentalmente atreladas ao ensinamento e à comunidade. No caso da *Vita Anskarii*, o esforço de Ansgar reitera a necessidade da longevidade missionária, especialmente aquela empreendida por Hamburgo e Bremen (e depois, em expectativa, por Corbie). Assim, na concepção de Rimbert, a cristianização mediada pelo trabalho missionário é exaltada pelo pioneirismo do passado, pelas necessidades do presente e pelos frutos vindouros em um futuro almejado.

REFERÊNCIAS

BAGGE, Sverre. **Cross and Scepter:** The Rise of the Scandinavian Kingdoms from the Vikings to the Reformation. Princeton: Princeton University Press, 2014.

BALAU, Guilherme; KMIECIK, Rodrigo. Monarquias cristãs na Escandinávia medieval: as relações de poder na Óláfs saga Tryggvasonar de Oddr Snorrason. **Epígrafe**, v. 10, n. 2, 2021, p. 624–647.

BARREIRO, Santiago. Pagãos fictícios, feiticeiros imaginários, alteridades literárias: As sagas islandesas como fonte historiográfica e sua representação do mundo pré-cristão. **Diálogos**, v. 20, n. 3, 2016, p. 97–115.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **Evangelho de Mateus.** Tradução de Theodoro Henrique Maurer Jr. São Paulo: Paulus, 7ª reimpressão, 2011.

BLOMKVIST, Nils; BRINK, Stefan; LINDKVIST, Thomas. The kingdom of Sweden. In: BEREND, Nora (ed.). **Christianization and the Rise of Christian Monarchy:** Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900–1200. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 167–213.

ERLENDSSON, Eysteinn. Passio et Miracula beati Olavi. *In*: METCALFE, F. (ed.). **Passio et Miracula beati Olavi:** edited from a twelfth-century manuscript in the library of Corpus Christi College, Oxford, with an Introduction and notes by F. Metcalfe. Oxford: Clarendon Press, 1881, p. 67–116.

FRAESDORFF, David. **Der Barbarische Norden:** Vorstellungen und Fremdheitskategorien bei Rimbert, Thietmar von Merseburg, Adam von Bremen und Helmold von Bosau. Berlin: Akademie Verlag, 2005.

GARIPZANOV, Ildar. Christianity and Paganism in Adam of Bremen's Narrative. In: GARIPZANOV, Ildar (ed.). **Historical narratives and Christian identity on a European periphery:** early history writing in Northern, East-Central, and Eastern Europe, c.1070-1200. Turnhout Abingdon: Brepols Publishers, 2011, p. 13–29.

GOETZ, Hans-Werner. Constructing the past. Religious dimensions and historical consciousness in Adam of Bremen's Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum. In: MORTENSEN, Lars (Ed.). **The Making of Christian Myths in the Periphery of Latin Christendom.** Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2006, p. 17–51.

GOETZ, Hans-Werner. Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages. **Diálogos Mediterrânicos**, n. 2, 2012, p. 110–128.

GOETZ, Hans-Werner. The Concept of Time in the Historiography of the Eleventh and Twelfth Centuries. In: ALTHOFF, Gerd; FRIED, Johannes; GEARY, Patrick (eds.). **Medieval Concepts of the Past:** ritual, memory, historiography. Washington/Cambridge: German Historical Institute; Cambridge University Press, 2002, p. 139–165.

GRZYBOWSKI, Lukas. Fabricating Reality: *Kristni Saga*'s Historical Narrative and the Construction of Iceland's Christianization. **Diálogos Mediterrânicos**, 2023, p. 36–57.

GRZYBOWSKI, Lukas. O início da missão cristianizadora da Escandinávia e sua

interpretação nas *Gesta Hammaburgensis* de Adam de Bremen. Signum, vol. 17, n. 1, 2016, p. 136–160.

GRZYBOWSKI, Lukas. O paganismo escandinavo entre a percepção e a imaginação. **História Revista**, v. 24, 2019, p. 135–154.

GRZYBOWSKI, Lukas. Uma Terceira Via para o Estudo das Ideias Políticas: a Vorstellungsgeschichte como resposta aos problemas colocados pela Cambridge School of the History of Political Thought. **Diálogos Mediterrânicos**, v. 3, 2012, p. 143–159.

HERMANN, Pernille. Concepts of Memory and Approaches to the Past in Medieval Icelandic Literature. **Scandinavian Studies**, Vol. 81, No. 3, 2009, p. 287-308.

KNIBBS, Eric. **Ansgar, Rimbert, and the forged foundations of Hamburg-Bremen.** Farnham, Surrey, England Burlington, VT: Ashgate, 2011.

MIRANDA, Valtair. Martírio e projeção de violência como estratégias religiosas no Apocalipse de João. **Plura: Revista de Estudos de Religião**, v. 5, 2014, p. 115–128.

PALMER, James. **Early Medieval Hagiography.** Leeds: Arc Humanities Press, 2018.

PALMER, James. Rimbert's Vita Anskarii and Scandinavian Mission in the Ninth Century. **The Journal of Ecclesiastical History**, v. 55, n. 2, 2004, p. 235–256.

RIMBERT. Vita Anskarii. *In*: WAITZ, Georg (ed.). **Vita Anskarii, auctore Rimberto.** Hannover: Hahn, 1884, p. 13–79.

SAWYER, Peter. **Kings and Vikings:** Scandinavia and Europe, A.D. 700-1100. London/New York: Methuen, 1982.

THOMPSON, Edward. Christianity and the Northern Barbarians. **Nottingham Medieval Studies**, v. 1, 1957, p. 3–21.

WICKHAM, Chris. **Medieval Europe**. New Haven: Yale University Press, 2016.

WINROTH, Anders. **The Conversion of Scandinavia:** Vikings, merchants, and missionaries in the remaking of Northern Europe. New Haven: Yale University Press, 2012.

Recebido em 26-12-2025.
Aprovado para publicação em 27-02-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

“COM VENENO É FÁCIL DE MATAR”
A sombra da Primeira Guerra Mundial na ficção de Agatha Christie

“IT IS EASY TO KILL WITH POISON”
The shadow of the First World War in Agatha Christie’s fiction

LUCAS MATHEUS ARAÚJO BICALHO[1]
LUÍS FERNANDO DE SOUZA ALVES[2]
STEFANY REIS MARQUIOLI[3]

RESUMO

Agatha Christie escreveu livros que mergulham leitores em tramas intrigantes. O que muitos não sabem é que ela foi enfermeira e auxiliar de farmácia na produção de medicação e substâncias tóxicas, durante a Primeira Guerra Mundial. Sua atuação durante esse grande conflito bélico foi importante para a construção e desenvolvimento de suas produções, nas quais a morte por envenenamento é um tema frequente, área na qual ela era especialista. Este artigo objetiva evidenciar como as funções desempenhadas por Agatha na Primeira Guerra Mundial influenciaram os escritos da autora, dos quais *O Misterioso Caso de Styles* e *Os Cinco Porquinhos* são exemplos. A metodologia é qualitativa, com revisão bibliográfica feita a partir da autobiografia e biografia de Agatha Christie. Utiliza-se a abordagem conceitual de *mimese*, segundo Aristóteles, para elucidar representações de guerras em narrativas. A participação da autora na enfermaria e no dispensatório durante a Primeira Grande Guerra influenciou na elaboração de suas narrativas, bem como suas experiências pessoais e familiares.

Palavras-chave: Agatha Christie. Literatura. Primeira Guerra Mundial. Romance policial. Veneno.

[1] Professor de História da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Mestre em História Social, pela Universidade Estadula de Montes Claros. E-mail:bicalholucas7@gmail.com.
[2] Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais pela Universidade de Jaén e Universidade Internacional de Andaluzia. Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território (2024) pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: luisf3@gmail.com
[3] Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2024) e licenciatura em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2021). E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

ABSTRACT

Agatha Christie wrote books that immerse readers in intriguing plots. What many people don't know is that she was a nurse and pharmacy assistant in the production of medication and toxic substances during World War I. Her work during this great war was important for the construction and development of her productions, in which death by poisoning is a frequent theme, an area in which she was an expert. This article aims to highlight how Agatha's roles in World War I influenced her writing, examples of which include The Mysterious Affair at Styles and The Five Little Pigs. The methodology is qualitative, with a literature review based on Agatha Christie's autobiography and biography. The conceptual approach of mimesis, according to Aristotle, is used to elucidate representations of wars in narratives. The author's participation in the infirmary and dispensary during the First World War influenced the development of her narratives, as well as her personal and family experiences.

Keywords: Agatha Christie. Literature. First World War. Crime novel. Poison.

INTRODUÇÃO

As luzes se apagaram na Europa. Foi assim que Edward Grey descreveu o sombrio momento em que as lâmpadas de Whitehall se extinguiram, simbolizando a entrada da Grã-Bretanha na guerra contra a Alemanha. Com essa declaração, não apenas uma guerra começou, mas o próprio século XX foi lançado nas trevas. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) emergiu como uma catástrofe sem precedentes, arrastando o continente por quatro anos de horror e destruição que pareciam não ter fim para aqueles que a vivenciaram (Hobsbawm, 1994). Esse conflito marcou o fim brutal da Belle Époque (1871-1914), um período de aparente estabilidade, otimismo e florescimento burguês, sustentado pelo avanço do capitalismo e do imperialismo (STANCIK, 2009). Ao refletir sobre essa ruptura civilizacional, Eric Hobsbawm afirma:

> [...] ‘Paz’ significava ‘antes de 1914’: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível. Em 1914, não havia grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas, sendo que os grandes participantes do jogo internacional da época eram as seis ‘grandes potências’ europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria Hungria, Prússia – após 1871 ampliada para Alemanha – e, depois de unificada, a Itália), os EUA e o Japão [...] (HOBSBAWN, 1994, p. 30).

A Primeira Guerra Mundial impactou profundamente não apenas aqueles diretamente envolvidos no *front* (frente de batalha), mas também populações civis e nações distantes do conflito, tornando a própria noção de paz obsoleta naquele momento. Até então, apenas uma guerra entre grandes potências havia deixado marcas relevantes na memória europeia, a Guerra da Crimeia (1854-1856), travada entre Rússia, Grã-Bretanha e França. Os conflitos anteriores, em sua maioria, foram localizados e de curta duração. Por isso, o confronto que eclodiu em 1914 se revelou particularmente aterrador: ninguém estava preparado para a escala da destruição, a duração prolongada e o impacto psicológico e social que essa guerra moderna traria. Era um tipo de horror sem precedentes, uma ruptura histórica que redefiniria para sempre a experiência humana com o conflito.

É nesse contexto de Primeira Guerra que esta pesquisa está inserida, momento esse marcado por agitação social de larga escala, quando milhares de homens e mulheres ingressaram na guerra, ao fornecer mão de obra em indústrias, na produção de artilharia, em hospitais, no cuidado aos combatentes, no setor mecânico e como motoristas de ambulância (ROBBINS, 2002). Um exemplo de pessoa inserida nesse cenário de mudanças é Agatha Christie, mulher britânica, branca e de classe média, que prestou serviços como enfermeira voluntária no hospital em Torquay, cidade britânica, e, posteriormente, atuou no dispensatório, com a produção de remédios (CHRISTIE, 1977).

A entrada de Agatha e de milhares de outras mulheres na guerra teve papel fundamental para que a Grã-Bretanha pudesse permanecer em pé durante o conflito. Com isso em vista, esta pesquisa tem como objetivo, em primeiro momento, tratar da atuação de Agatha Christie no hospital e dispensatório em Torquay, de 1914 a 1917. Posteriormente, analisar, a partir de suas experiências e testemunhos na guerra, a influência que o conflito exerceu sobre alguns de seus livros, tais como *O Misterioso Caso de Styles* (1920) e *Os Cinco Porquinhos* (1942).

Analisa-se a abordagem teórica de *mimese*, do filósofo Aristóteles (2008), com o intuito de compreender os impactos da Primeira Guerra Mundial e de suas experiências nos dois livros supramencionados de Agatha Christie. Ademais, utilizam-se outras literaturas, além de artigos sobre a autora e seus

romances, sua autobiografia e biografia. Dessa maneira, por meio do conceito de *mimese*, possibilita-se compreender a representação que aquela Grande Guerra teve na escrita de Christie. Ela atuou no hospital como enfermeira, limpadora e, em 1917, como auxiliar de farmácia, envolvida na produção manual de receitas médicas e que, com o fim da guerra, acabou por investir em sua carreira de escritora.

Na época, o ambiente da farmácia era majoritariamente masculino, como a própria Agatha Christie recorda em sua autobiografia (1977). Ainda assim, graças à sua dedicação e à habilidade que demonstrou ao lidar com substâncias e fórmulas, ela conquistou um posto no dispensário de Torquay, atuando lado a lado com um farmacêutico. Essa vivência não foi apenas um trabalho de guerra: seria, mais tarde, uma fonte rica de inspiração para sua trajetória como escritora e dramaturga. Agatha tornou-se, assim, uma figura visível na ciência e, sobretudo, na literatura, um espaço onde deixou marcas profundas. Apesar dos obstáculos impostos a mulheres de sua época, ela conseguiu ser reconhecida e valorizada em sua sociedade. A partir de suas experiências, compreendemos que as mulheres não apenas participaram da história, elas a fizeram, mesmo quando seus feitos foram silenciados ou apagados pela historiografia tradicional (PERROT, 2019).

1. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Atualmente, afirmar que a literatura permeia o campo historiográfico como fonte histórica não costuma gerar controvérsias e polêmicas. Mas nem sempre essa aceitação foi uma realidade (FERREIRA, 2009). Durante as últimas décadas, segundo Ferreira (2009), fontes literárias foram e ainda são consideradas por historiadores como registros importantes, por conta de sua múltipla riqueza de significados para a compreensão de aspectos universais da cultura humana. Exemplo disso são os valores morais, sociais e experiências individuais de sujeitos, revelando o contexto de produção simbólica[4] de determinada época.

[4] Conforme Pierre Bourdieu (2010, p. 8), “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daquelas que não querem saber que lhe estão sujeitas ou mesmo que o exercem”.

Nesse sentido, realizamos uma análise a partir da abordagem teórica conceitual de *mimese*, do filósofo Aristóteles (2008), com o intuito de compreender como a experiência da Primeira Guerra Mundial influenciou obras de Agatha Christie, das quais o *Misterioso Caso de Styles* (2007) e *Os Cinco Porquinhos* (2014) são exemplos. Também utilizamos outras literaturas, como artigos sobre a autora e sobre seus romances, além da sua autobiografia e biografia. Dessa maneira, por meio do conceito mimético, foi possível compreender como a Grande Guerra afetou a escrita de Christie.

A seleção dos livros originalmente escritos em 1920 e 1942 ocorreu devido ao modo utilizado pela escritora para eliminar seus personagens, a saber, por meio de envenenamento, com uso de substâncias tóxicas bem conhecidas pela autora. Posteriormente, ao examinar as obras literárias, comparamos suas narrativas, personagens, cenários e enredos. Para complementar a discussão, adicionamos a autobiografia e biografia da Agatha Christie. Esse cruzamento de fontes foi realizado com o propósito de determinar como a literatura reflete vivências da autora no percurso da Primeira Guerra Mundial.

2. A ADESÃO DA GRÃ-BRETANHA À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Segundo Hobsbawm (1994) e Stevenson (2014), a Primeira Guerra iniciou em 1914, após a morte do arquiduque austríaco Franz Ferdinand, e durou por quatro longos anos, terminando apenas em 1918. De acordo com a historiografia, o assassinato de Ferdinand é considerado o estopim de uma teia de episódios em constante ascensão: a Áustria-Hungria responsabilizou o governo sérvio pelo ataque e usou o episódio como motivação para solucionar a questão do nacionalismo sérvio (GILBERT, 2015).

De acordo com Eric Hobsbawm (1994), assim iniciou a era das catástrofes, com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, em 28 de julho de 1914, evento descrito pelo historiador como uma catástrofe precipitada por um erro de cálculo político. Em virtude disso, diferentes alianças entre nações, formadas em conflitos anteriores, passaram a ser invocadas e, em semanas, grandes potências europeias entraram em guerra, a qual adquiriu proporções catastróficas. Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Império

Otomano (Impérios Centrais) entraram em guerra contra França, Rússia, Grã-Bretanha, Itália, Romênia, Japão e Estados Unidos da América (Aliados).

Ferguson (1998) afirma que, em 1914, um dos grandes obstáculos capazes de alterar o cenário no campo de batalha era o posicionamento político da Grã-Bretanha. Nas fases iniciais do conflito, o envolvimento britânico não parecia importante para os líderes responsáveis por decisões políticas do continente europeu no sentido de levar rumo a um término da guerra, tampouco para os alemães, os quais não acreditavam que a força do exército britânico pudesse alterar o resultado do conflito. Diante disso, os britânicos conduziram diversas discussões e debates no Parlamento para deliberar sobre a participação da nação no conflito, dados os avanços dos alemães e ataques à França e Bélgica (FERGUSON, 1998). Durante o pronunciamento à Câmara dos Comuns, em 3 de agosto, momento em que ocorreu a declaração do ultimato alemão à Bélgica, Edward Grey proferiu:

> [...] 'se a França for derrotada em um conflito de vida ou morte ... eu não creio que [...] nós estejamos em uma condição de usar nossa força decisivamente para ... evitar que toda a Europa Ocidental se oponha a nós ... caindo sob a dominação de uma única potência' [...] (apud FERGUSON, 1998, p. 163) [TRADUÇÃO NOSSA].

Em decorrência disso, na noite de 04 de agosto de 1914, Henry Asquith, o primeiro-ministro, sentenciou guerra à Alemanha. Assim, com o conflito em percurso, a força de trabalho foi intensamente movida pelo governo britânico, com um número sem precedentes de mulheres na história. Grande parte delas foi convocada para substituir homens durante e após a guerra, uma vez que muitos deles perderam a vida no campo de batalha ou ficaram impossibilitados de trabalhar (HASTINGS, 2014).

Além disso, milhares de mulheres desempenharam funções nas Forças Armadas, como enfermeiras na Cruz Vermelha e no serviço civil de seus respectivos países[5]. A Inglaterra, por exemplo, que declarou guerra à Alemanha, convocou mulheres para compor a força de trabalho em espaços que antes não eram comumente ocupados por elas. Essas mulheres trabalhavam em diversos setores, como fábricas de munições, agricultura, administração pública, hospitais

[5] O único beligerante a criar batalhões de guerra constituídos por mulheres foi o governo provisório russo.

e outras funções (CAMPOS, 2012). Desse modo, a união e o trabalho dessas mulheres tornaram-se indispensáveis para o futuro e vitória no conflito.

3. MISTÉRIOS DA HISTÓRIA: AGATHA CHRISTIE E SEU PAPEL NA GRANDE GUERRA

A partir do que é relatado nas memórias de Agatha Christie sobre a Primeira Guerra Mundial, Morgan (2018) explica que a guerra chegou de modo inesperado para ela e sua mãe, Clara Boehmer, pois ambas não liam os jornais, os quais informavam sobre os acontecimentos sociais, políticos e econômicos na Inglaterra. Também não davam importância para discursos e ações do Kaiser nos primeiros passos do conflito. Essa paz deve-se ao fato de a Europa não ter experimentado grandes guerras há um tempo. Apesar disso, existiram cidadãos britânicos que notavam a movimentação dos alemães e a disputa nos Balcãs, que, em poucos dias, traria catástrofes mundiais.

Durante o verão de 1914, funcionários do Estado motivaram a classe média e alta da Inglaterra a se dirigirem a campos e mares da Escócia, com o propósito de desfrutar de dias ensolarados. Aquele descanso de verão foi o último período de paz para os britânicos, pois, dias depois, por diversos motivos, a Grã-Bretanha entrou no *front* (MORGAN, 2018). O *Esquadrão Aéreo Real* foi o primeiro ramo das forças armadas convocado para o combate. Entre os pilotos, Archie Christie, noivo de Agatha Mary[6], estava presente quando os britânicos declararam guerra. Meses depois, em outubro de 1914, Agatha foi uma das 90.000 enfermeiras do *Destacamento de Auxílio Voluntário* (*Voluntary Aid Detachment*), as quais se voluntariaram para ajudar na guerrilha em Torquay, recebendo um barco cheio de combatentes feridos. Mais tarde, na véspera de Natal de 1914, Agatha e Archie casaram-se na igreja paroquial dele, com trajes comuns, aproveitando a licença do combate (WEINBERG, 2014).

No que tange à biografia de Agatha Christie e seu relato sobre a guerra, a autora a descreve como um campo de carnificina sangrenta. Ela registra uma triste lista de mortos e desaparecidos, cujas histórias dolorosas surgiam nos periódicos ingleses, com manchetes que traziam sensações de dor pela perda

[6] Até esse momento, Agatha ainda não estava casada com Archie Christie, de quem receberia o sobrenome.

de entes (Morgan, 2018). Entre os indivíduos que voltavam para casa, havia aqueles que ficaram com diversas deformidades e sequelas físicas e mentais, sendo exemplo desta última o *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* (TEPT). A sociedade inglesa passou a ficar apavorada. Antes do início da guerra, Agatha relata que havia estudado sobre curativos e primeiros socorros durante a juventude. Por conta disso, durante o conflito, a escritora trabalhou no hospital em funções domésticas e de limpeza, como no polimento de metais e na limpeza de sangue dos assoalhos (MORGAN, 2018).

Além disso, a escritora destaca que os aprendizados e conhecimentos adquiridos na enfermaria, durante a Primeira Guerra Mundial, ficavam a cargo de mulheres voluntárias. Era função delas aprender a aplicar ligaduras nas pernas, braços e, habilmente, até mesmo na cabeça dos feridos, uma atividade que, nas palavras de Agatha, era "[...] muito mais difícil [...]" (CHRISTIE, 1977, p. 346, tradução nossa). Com relação às práticas na enfermaria, Christie narra em sua autobiografia um dos momentos em que homens feridos, retornados do *front*, expressavam sua resistência ao cuidado: "'Não deixem aquelas prestadoras de primeiros socorros se aproximarem de mim!'. O grito aumentava: 'Não me toquem, moças. Não me toquem!'" (CHRISTIE, 1977, p. 222, tradução nossa). Essa recusa de homens em serem tratados e cuidados por mulheres, parece ter ecoado, mais tarde e de alguma maneira, nos escritos da autora. Em suas obras, personagens femininas possuem profissões incomuns para o gênero na época, como é o caso da Jane Marple, detetive tida como uma mulher intrometida e solteira, quando solucionava algum mistério. Apesar de seus notáveis resultados em resolver crimes, Marple não era bem-vista no cenário da investigação em razão de seu gênero.

Voltando ao cenário da guerra, Christie (1977) afirma que a competição entre as mulheres para trabalhar na enfermaria do hospital era acirrada. Todavia, as primeiras selecionadas eram senhoras que já tinham conhecimento e experiência no cuidado e tratamento de feridos e doentes, serviços estes que não eram destinados a moças, uma vez que não haviam tido contato com sangue em enfermarias. Os serviços para essas jovens, segundo a autora, eram na limpeza de assoalho, organização dos metais e outras tarefas domésticas. As que não desejavam cuidar de ferimentos eram conduzidas para serviços na cozinha. Aos seus leitores, Agatha descreve sua atuação no hospital da seguinte

maneira:

> Entrei no hospital, mas apenas como empregada doméstica, e comecei zelosamente a arear os metais. No entanto, depois de cinco dias, fui promovida para a enfermaria. Muitas das senhoras de meia-idade cuidavam pouco ou nada dos pacientes e, mesmo cheias de compaixão e de boa vontade, não apreciavam muito certas tarefas, como despejar urinóis, lavar os oleados e o vômito, e suportar o odor dos ferimentos que supuravam. **Acho que a ideia que tinham de enfermagem era a de alisar travesseiros e murmurar palavras suaves e tranquilizadoras para nossos bravos combatentes**. Assim, esses idealistas abandonaram suas tarefas com satisfação: jamais pensaram que teriam de fazer coisas como aquelas, diziam. Para junto dos feridos foram destacadas resistentes jovens moças no lugar daquelas (CHRISTIE, 1977, p. 228, grifo da autora, tradução nossa).

Por meio desse relato de Agatha, é possível imaginar enfermeiras atarefadas, com uma enorme carga de trabalho no hospital, ausência de experiências e perseverança, além do tipo de cuidado a que muitos eram submetidos. Assim, em sua autobiografia, Christie descreve esse período como de muita agitação, por conta do elevado número de homens feridos que necessitavam de tratamento de imediato, de um lado, e a pouca iniciativa de voluntárias, de outro (CHRISTIE, 1977).

4. A INTRODUÇÃO DE AGATHA CHRISTIE NA ARTE VENENOSA

Trabalhar no hospital desempenhando múltiplas funções, durante a Primeira Guerra Mundial, era algo que proporcionava satisfação para Agatha Christie. Todavia, quando um novo dispensatório foi inaugurado no hospital, em 1917, a escritora enxergou isso como uma oportunidade para trabalhar com o que mais desejava: medicamentos e produção de substâncias tóxicas (HARKUP, 2020). Devido à necessidade de treinamento adicional para o exame, Agatha teve o apoio, orientações teóricas e práticas em química e farmácia de suas colegas do dispensatório. Para alcançar esse objetivo, Christie deveria passar nos exames para se graduar como auxiliar de farmácia ou de dispensaria, o que aconteceu em 1917. Ela foi aprovada no exame do *Salão dos Boticários* (*Apothecaries Hall*) e aceita como auxiliar de farmácia, atuando em funções relacionadas à produção manual de substâncias. Esses componentes e venenos perigosos eram pesados cuidadosamente e verificados por Agatha, antes de serem entregues a compradores (HARKUP, 2020).

Em sua autobiografia, Christie (1977) relata que substâncias inócuas, como corantes artificiais, eram adicionadas a fim de atender ao paladar pessoal. Diversos pacientes voltavam ao dispensatório relatando queixas sobre cor ou sabor dos medicamentos, afirmando que foram alterados. A partir disso, Agatha se via obrigada a investigar possíveis erros cometidos durante a produção dos medicamentos, até descobrir o motivo. Além disso, Agatha teve aulas particulares com um farmacêutico em Torquay, referido por ela como Sr. P[7], que a instruiu sobre a forma correta de preparar a medicação em supositórios, uma tarefa que ela considerou complexa. Assim, a sua experiência na guerra serviu não só para aprender a preparar substâncias venenosas, mas também mostrou truques necessários para o desenvolvimento de histórias de detetives (MORGAN, 2018). Tal fato é de relevância singular, visto que, em mais da metade dos livros publicados por Agatha Christie, a *causa mortis* (*causa de morte*) de personagens ocorre por envenenamento.

Em 1917, Christie já tinha um repertório de escritos, como poemas, crônicas e contos, muitos dos quais foram publicados. Após a leitura de *O Mistério do Quarto Amarelo*, de Gaston Louis Alfred Leroux[8], a escritora foi inspirada a criar um romance detetivesco. Ao compartilhar seu desejo de escrever com sua irmã, Madge, esta duvidou da habilidade da irmã para tal feito, uma vez que isso não era comum para mulheres da época, as quais eram conhecidas, via de regra, pela escrita de romances (HARKUP, 2020). A fim de provar para a irmã que era capaz de escrever uma história com as características de *romance* e *investigação*, Agatha decidiu escrever um livro assim. Ao perceber-se imersa em um mundo de frascos e venenos, ela decidiu que o envenenamento seria a ferramenta intrigante para assassinar personagens. Nas palavras de Christie:

> Eu comecei considerando que tipo de história de detetive eu poderia escrever. Já que eu estava cercada por venenos, talvez fosse natural que a morte por envenenamento fosse o método escolhido. Decidi por um fato que me parecia ter várias possibilidades. Brinquei com a ideia, gostei dela e finalmente a aceitei. Então, passei para os personagens. Quem deveria ser envenenado? Quem o envenenaria? Quando? Onde? Por quê?

[7] Em sua autobiografia, a autora usa a expressão *Sr. P* como referência a seu professor farmacêutico, cujo nome não é mencionado.
[8] Escritor e jornalista francês.

E todo o resto [...] (CHRISTIE, 1977, p. 254, tradução nossa)

Desse modo, emergiu *O Misterioso Caso de Styles* (2007), obra na qual Christie incorporou suas habilidades e conhecimentos sobre estricnina. Contudo, a escritora enfrentou anos de espera em diversas editoras até que seu romance fosse aceito para publicação. Segundo Christie (1977), o diretor da *Methuen Books* informou, por meio de carta, que a obra era interessante e tinha excelentes passagens, porém não era apropriada para publicação pela editora. Em seguida, mandou o livro para outra editora, da qual não se recorda o nome, mas que também acabou sendo rejeitado, de modo a levar Agatha a perder as esperanças. Somente em 1920 seu escrito foi aprovado pela *The Bodley Head*[9] (*A Cabeça Bodley*) (PRATES, 2016).

Com a obra publicada, Agatha Christie recebeu muitos elogios, ganhando uma resenha no *Pharmaceutical Journal* (*Revista Farmacêutica*), afirmando que o romance tinha o raro mérito de estar escrito corretamente. Na autobiografia, ela revela ter considerado a possibilidade de publicar seus escritos sob um nome falso. Inicialmente, pensou em usar nomes como *Martin West* ou *Mostyn Crey*, porém foi convencida a abandonar essa ideia por John Lane, diretor da *The Bodley Head*. A autora explica que cogitou usar um nome falso devido à ideia de que uma obra assinada por uma mulher poderia criar preconceitos entre leitores, especialmente por abordar temas policiais.

5. O VENENO NAS PÁGINAS: ANÁLISE DE *O MISTERIOSO CASO DE STYLES* E *OS CINCO PORQUINHOS*

No livro *Poética*, Aristóteles (2008) trata da importância do pensamento humano na crítica literária, com uma abordagem que persiste sendo estudada por literários de tempos recentes. Suas teorias oferecem amplo espaço para a compreensão de teorias estéticas literárias e análise de obras literárias. Ali, o filósofo explora o conceito de *mimese*, descrito como modelo de representação material de aspectos da realidade. Aqui, essa representação pode ser traçada por meio dos romances de Agatha Christie.

De acordo com Aristóteles (2008), a identidade de um sujeito reconhecido como poeta não decorre meramente da produção de poesias ou

[9] Editora inglesa fundada em 1887 e que existiu como entidade independente até os anos 1970.

poemas estruturados em estrofes e versos, mas de sua habilidade de imitar, conhecida como *mimética*, isto é, a criação de histórias. Nessa perspectiva, criações são cristalizadas a partir de comportamentos humanos e aspectos da realidade, que servem como base para a arte e literatura. Mesmo que sejam ficcionais, obras produzidas são aceitas por diferentes públicos por terem conexão com eventos e aspectos reais.

Nesse sentido, o conceito de *mimese* é frequentemente empregado para retratar o desenvolvimento da narrativa, mas que não é a cópia ou reprodução dos eventos passados. Desse modo, percebemos que, para Aristóteles (2008), a *mimese* não pode ser entendida como uma simples imitação, algo pejorativo, como em Platão (2001), uma vez que possui sentido mais amplo. Este termo, segundo Palhares (2013), não é uma duplicação do real, já que é superado, aprimorado e recriado. Assim sendo, a *mimese* permite a criação de novas abordagens para a percepção da realidade, ao desenvolver uma compreensão de experiências humanas. Dito isso, nota-se o valor que o estagirita conferia à *mimese*, ao afirmar que a tragédia é imitação de uma ação julgada elevada e completa, dotada de extensão. É uma linguagem embelezada por diferentes formas em cada uma de suas partes, a qual faz uso de ação, não de narração, e que, por meio da compaixão e temor, provoca purificação dessas paixões (ARISTÓTELES, 2008; BICALHO; ALVES, 2025).

De acordo Aristóteles (2008), a ação é importante para a tragédia, que não se resume à mera imitação de sujeitos, mas sim de acontecimentos importantes da vida humana. Para ele, a imitação é repleta de propósito. Imita-se aquilo que se julga valioso e digno de ser seguido. Além disso, produções literárias tendem a imitar questões da realidade do mundo e da vida do autor. As experiências pelas quais um indivíduo passa têm a capacidade de moldá-lo, bem como suas produções intelectuais. A criação literária pressupõe tradições, pressupõe contextos, como o histórico e cultural. Obras estão inseridas em um momento da história, sob determinadas circunstâncias, o que também é válido para os autores. As fronteiras da história e da literatura se entrecruzam (SILVA, 1973; ARISTÓTELES, 2008).

Também, segundo o filósofo, organização e condução de episódios pelos personagens são aspectos relevantes para o êxito de uma tragédia (PALHARES, 2013; ARISTÓTELES, 2008). Portanto, sem um desenvolvimento importante, a

tragédia não tem alimento, já que é por meio dos movimentos dos personagens que a trama avança e particularidades da condição humana são analisadas e refletidas. Agora, voltando a Christie, seu romance inaugural, com toda sua criação de elementos trágicos e personagens, ocorre com *O Misterioso Caso de Styles*, publicado em 1920. Com esse livro, ela adentra no universo da literatura de gênero romance policial, trazendo ali muitas marcas e características muito conhecidas do estilo da autora. Na trama, há um veneno letal, um detetive perspicaz, um assistente desajeitado e uma autoridade policial que comete erros, em uma enorme casa de campo, onde o Capitão Hastings decide passar uma temporada a convite de um amigo.

Na madrugada, Emily Inglethorp é encontrada morta em circunstâncias misteriosas. A princípio, tudo indica um ataque cardíaco repentino. No entanto, à medida que os fatos se desenrolam, surge uma hipótese mais sombria: envenenamento por estricnina. Diante da gravidade do caso, Hercule Poirot é chamado para investigar, determinado a decifrar os enigmas ocultos por trás daquela morte. Entre os principais suspeitos estão um respeitado toxicologista, uma enfermeira experiente, um médico e uma jovem funcionária de um dispensário hospitalar. Ao longo da narrativa, torna-se evidente o profundo conhecimento de Agatha Christie sobre substâncias químicas e venenosas, especialmente a estricnina, revelando não apenas sua experiência prática durante a guerra, mas também sua habilidade em transformar ciência em trama literária com precisão e suspense.

> ‘Portanto, ela bebeu entre então [oito horas] e oito e meia – certamente não muito mais tarde. Bem, a estricnina é um veneno bastante rápido. Seus efeitos seriam sentidos muito em breve, provavelmente dentro de uma hora. No entanto, no caso da Sra. Inglethorp, os sintomas não se manifestam até às cinco horas da manhã seguinte: nove horas! Mas uma refeição pesada, tomada quase ao mesmo tempo que o veneno, pode retardar seus efeitos, embora dificilmente até esse ponto. Ainda assim, é uma possibilidade a ser levada em consideração. Mas, segundo você, ela comeu muito pouco no jantar e, mesmo assim, os sintomas não se desenvolvem até o início da manhã seguinte! Essa é uma circunstância curiosa, meu amigo. Algo pode surgir na autópsia para explicar isso. Entrementes, lembre-se disso (CHRISTIE, 2007, p. 60-61, tradução nossa).

Desse modo, por meio das habilidades adquiridas enquanto auxiliar de farmácia, Agatha Christie incorporou em suas obras, como *O Misterioso Caso de Styles*, um conhecimento técnico detalhado sobre medicamentos, venenos e substâncias tóxicas, muitos dos quais ela mesma manipulava manualmente no dispensário de Torquay. Suas vivências durante a guerra influenciaram diretamente a construção de seus romances, não apenas nos aspectos técnicos, mas também na ambientação, nos personagens e nas situações retratadas.

A autora soube transformar experiências reais em matéria literária, lançando mão da *mimese*, a imitação da vida, como recurso criativo e narrativo. Segundo Aristóteles (2008), esse conceito é uma forma de compreender o mundo e a experiência humana, pois a arte, ao imitar a realidade, tem potencial educativo, promovendo reflexão sobre ações, emoções e comportamentos. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que Agatha Christie, ao trazer para sua literatura ecos de sua própria trajetória, não somente contava boas histórias, ela também mobilizava sentimentos como compaixão e temor, revelando as complexidades do humano mesmo por trás de enigmas e crimes.

O Misterioso Caso de Styles (2007), primeiro romance de Agatha, carrega todas as características de seu estilo clássico de ficção policial. O cenário da história acontece na mansão Styles Court, quando Emily Inglethorp é morta de maneira misteriosa. Uma examinação médica aponta a presença de estricnina, um veneno letal. Hercule Poirot, famoso detetive belga, surge para desvendar o mistério ao lado de seu amigo, o Capitão Hastings. Entre os suspeitos do crime estão um especialista em toxicologia, uma enfermeira, um médico e uma moça que presta serviços em um dispensatório hospitalar. A certeza é de que a vítima foi morta com estricnina, mas a grande questão é descobrir como e por quem.

Diante disso, o detetive conduz vários depoimentos. O livro apresenta distrações e pistas falsas ao longo da narrativa, construindo uma teoria sobre como o veneno foi utilizado. Assim, a partir da análise dos hábitos de Emily, descobriu-se que a estricnina foi dissolvida em sua bebida noturna, resultando em sua trágica e rápida morte[10]. A estricnina possui propriedades venenosas, servindo como instrumento de assassinato e ponto focal na solução do mistério. A escolha desse veneno é vista em quatro romances e cinco contos de Christie,

[10] A utilização da estricnina na medicina estava em declínio quando Christie escreveu *O Misterioso Caso de Styles*. Tempos depois, encerrou seu uso.

matando cinco indivíduos. Assim, é evidente que Agatha Christie constrói habilmente uma trama a partir do uso desse veneno em *O Misterioso Caso de Styles*, mostrando aos leitores seu conhecimento sobre química, algo adquirido no período em que esteve lidando com farmácia, durante a Primeira Guerra Mundial.

Aristóteles (2008) argumenta que a arte pretende imitar a vida de modo verossímil, representando a essência da experiência humana. Em seus romances, Agatha Christie transmite suas experiências e vivências durante seu serviço na guerra, atuando como mulher, enfermeira e auxiliar de dispensatório. Isso é refletido na forma como a escritora elabora a história, principalmente ao utilizar o veneno como causa da morte de seus personagens. Ela descreve a atuação da substância e como leva à morte, demonstrando sua compreensão dos efeitos e consequências do veneno. E mais: em diversas obras, ela frequentemente utiliza elementos da catarse (ARISTÓTELES, 2008).

O filósofo descreve que, na tragédia grega clássica, a catarse é o meio pelo qual os espectadores são como que purificados emocionalmente ou experimentam uma libertação de sentimento por meio da identificação com personagens e solução do mistério. A habilidade de Christie em criar narrativas intrigantes permite que leitores se envolvam emocionalmente com personagens da história, principalmente com aqueles que são suspeitos. No desenrolar dos acontecimentos e dos segredos revelados, leitores sentem uma sensação de alívio com esclarecimentos e descobertas, algo análogo à catarse. Tais sensações são liberadas quando o detetive descobre o culpado.

Em outro romance policial da autora, a saber, *Os Cinco Porquinhos*, publicado em 1942, período em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a história apresentada é acerca de um assassinato de Amyas Crale, famoso pintor temperamental. O corpo do sujeito é encontrado jogado na frente da sua obra de arte, uma pintura de Elsa Greer. No dia de sua morte, ele bebera um copo de cerveja dissolvida com cicuta[11]; sua esposa, Caroline, foi considerada culpada e, em seguida, enforcada. Após 16 anos, Carla Lemarchant contrata os serviços de Poirot, para descobrir o verdadeiro assassino de Amyas

[11] A cicuta é uma planta altamente venenosa, que pode causar sintomas graves, como a paralisia muscular, convulsões e a morte, devido à paralisia respiratória. Essa planta é famosa por ter causado a morte de Sócrates, em 399 a. C.

Crale e provar a inocência de sua mãe, Caroline Crale, condenada por envenenar seu marido com cicuta. Para isso, o detetive entrevista os cinco porquinhos, isto é, cinco suspeitos presentes no momento da morte de Amyas Crale.

Parte interessante é que, no dia anterior ao assassinato do artista, é narrado que cinco indivíduos estavam em Aldbury para tomar chá em Hardcross Manor. Estavam presentes Crale, Angela Warren, Elsa Greer e Philip Blake. Este último fez um discurso minucioso sobre seu passatempo no laboratório, mostrou a todos os venenos, apresentando as drogas específicas e como agem no corpo humano. Dentre esses elementos, estava a coniina, substância ativa da *cicuta-da-europa*. Philip explicou enfaticamente sobre as propriedades do veneno, relatando sobre a quantidade para tornar-se letal. Essa parte da obra revela a compreensão e conhecimento de Agatha Christie sobre a substância que causou a morte de Amyas Crale e suas consequências, destacando na história as propriedades venenosas do composto.

Assim, Agatha, em *Os Cinco Porquinhos* (2014), inseriu novamente elementos de suas próprias experiências como enfermeira, auxiliar de farmácia e esposa para dar vida ao romance, ao apresentar a história de um homem que tem casos amorosos fora do casamento e é envenenado. Partes de suas vivências pessoais serviram para a construção da narrativa e de personagens, de maneira autêntica e detalhada. É possível compreender o desenvolvimento dos escritos de Agatha por meio da imitação da vida (Aristóteles, 2008), porque Christie utilizou algumas de suas experiências para criar cenários, personagens e episódios que refletem aspectos do real. Um exemplo dessa representação é quando a autora constrói ambientes baseados em lugares reais da Inglaterra, como é o cenário de Alderbury, que é Greenway (MORGAN, 2018). Além disso, os detalhes minuciosos com que Agatha Christie descreve cenários, vilarejos isolados, mansões campestres e luxuosos trens europeus envolvem o leitor de tal forma que ele se sente parte da trama, como se também estivesse desvendando o mistério.

Esses espaços não são apenas cenográficos: são carregados de significados e funcionam como extensão dos conflitos humanos narrados. As dinâmicas sociais e culturais da época também se manifestam por meio das interações entre os personagens, revelando tensões relacionadas à classe,

gênero e moralidade, questões que espelhavam transformações e estruturas da sociedade britânica no século XX (NILÚFAR, 2023). Assim, é possível identificar, à luz do conceito de *mimese* aristotélica, uma ponte entre a ficção de Christie e a realidade histórica de sua época. Seus romances não apenas entretêm, mas refletem e problematizam o mundo ao redor, por meio da representação fiel, ainda que ficcional, de espaços, personagens e acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas grandes guerras mundiais, conforme foi possível observar, as luzes se escureceram, imergindo a humanidade em uma realidade de escuridão e medo. Pânico e alarme se espalharam pelas nações, causando momentos de intensa insegurança. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as luzes finalmente reacenderam. O conflito bélico destruiu e espalhou a carnificina por todos os lados, mas também promoveu mudanças sociais, especialmente para mulheres. Em meio ao cenário da guerra, elas passaram a ocupar funções e habilidades que anteriormente eram consideradas reservadas a homens. Entre tantas mulheres, evidencia-se Agatha Christie, que, com sua habilidade e entusiasmo em aprender, começou a trabalhar no dispensário, produzindo medicamentos e substâncias perigosas.

A escritora aproveitou os conhecimentos e as experiências obtidos durante a guerra, especialmente sobre venenos e suas particularidades, incorporando-os em suas obras como métodos eficazes para eliminar personagens em suas histórias. Pesquisas e estudos sobre a vida e romances de Agatha Christie podem ser conduzidos a partir do contexto da Primeira Guerra Mundial. Por exemplo, pode-se explorar como esse período influenciou a construção dos seus personagens principais, especialmente Hercule Poirot e Miss Marple. A partir de memórias e experiências descritas na autobiografia e biografia de Agatha Christie, além dos romances publicados, é evidente que sua participação na guerra influenciou seu estilo literário e temáticas de suas obras.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2008.

BICALHO, L. M. A.; ALVES, L. F. S. A transfiguração do feminino na literatura

brasileira: uma análise sobre a figura da Maria Moura (1992) como símbolo de resistência e subversão aos papéis de gênero. **Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 24, n. 1, p. 63-82, 2025.

CAMPOS, L. C. No afrouxar dos espartilhos: uma análise interdisciplinar acerca da formação da identidade ocidental feminina durante a Primeira Guerra Mundial sob a ótica da indumentária. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 12, p. 32-48, 2012.

CHRISTIE, Agatha. **An Autobiography**. London: Collins, 1977.

CHRISTIE, Agatha. **Os Cinco Porquinhos**. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.

CHRISTIE, Agatha. **The Mysterious Affair at Styles**. London: HarperCollins, 2007.

FERGUSON, N. **The Pity of War**. London: The Penguin, 1998.

FERREIRA, A. C. A fonte fecunda. *In:* PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

GILBERT, M. **A Primeira Guerra Mundial**: os 1590 dias que transformaram o mundo. São Paulo: Casa da Palavra, 2015.

HARKUP, K. **Dicionário Agatha Christie de venenos**. Rio de Janeiro: Darkside, 2020.

HASTINGS, M. **Catástrofe – 1914**: a Europa vai à guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HOBSBAWM, E. **A Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORGAN, J. **Agatha Christie**: uma biografia. Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.

NILÚFAR, R. Agatha Christie como aficionada de ficção crime. **Perspectivas de desenvolvimento da ciência e da educação**. v. 1, n. 14, 2023.

PALHARES, C. V. T. A mimese na poética de Aristóteles. **Cadernos CESPUC de Pesquisa**, v. 1, n. 22, p. 15-19, 2013.

PLATÃO. **A república**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, V. M. A. **Teoria da literatura**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1973.

Recebido em 24-04-2025.
Aprovado para publicação em 30-07-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

HISTÓRIA, TEORIA CURRICULAR E ENSINO DE HISTÓRIA
Por saberes plurais

HISTORY, CURRICULUM THEORY AND TEACHING HISTORY
For plural knowledge

DANIEL MACHADO CARVALHO

BRANCO DE ASSIS[1]

RESUMO

O presente artigo objetiva contribuir para as discussões da História e do Ensino de História em torno da necessidade de desconstrução das narrativas masculinas dos saberes historiográficos e escolares. À luz da lei 14.986/24, a qual prevê o ensino de experiências femininas ao longo da história do Brasil e do mundo nas diversas disciplinas escolares, este trabalho almeja, a partir da articulação de referenciais teóricos da teoria da História, da teoria curricular e da pesquisa sobre Ensino de História, refletir acerca da importância de pedagogias e currículos que evoquem criticamente as questões de gênero e sexualidade. Isso será abordado a partir de ponderações vinculadas ao potencial do uso de fontes nas aulas de História a fim de se fomentarem debates sobre relações de gênero em diferentes espaço-temporalidades; especificamente, será evocada uma fonte do site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira* – cujo objetivo central é fornecer conteúdos e documentos históricos para fins didático-pedagógicos – referente à construção de uma casa de recolhimento de mulheres em Sorocaba no início do século XIX, no intuito de se propor uma forma de se discutir dialogada, crítica e coletivamente relações de gênero historicamente constituídas, engendrando articulações entre passado e presente. Conclui-se o trabalho sublinhando-se que o Ensino de História mobiliza conhecimentos de campos distintos que dialogam entre si e influenciam-se reciprocamente, destacando-o como uma práxis em *lugar de fronteira*.

Palavras-chave: Teoria da História. Estudos de Gênero. Ensino de História. Teoria Curricular. Lei 14.986/24.

ABSTRACT

This article aims to contribute to discussions on History and History Teaching regarding the need to deconstruct male narratives in historiographical and school knowledge. In light of Law 14.986/24, which provides for the teaching of female experiences throughout the history of Brazil and the world in all the school

[1] Licenciando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail do autor: danielbrancodeassis@gmail.com

subjects, this work desires, based on the articulation of theoretical references from History theory, curriculum theory and from research on History Teaching, to reflect about the importance of pedagogies and curriculums that critically address issues of gender and sexuality. That will be approached from ponderations connected to the potential of using historical sources in History classes in order to foster debates about gender relations in different space-times; specifically, a source present in the website *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira* – whose main goal is to offering historical content and documents to didactic-pedagogic goals – related to the construction of a Women's shelter in Sorocaba in the early 19th century will be evoked, for the purpose of proposing a way of discuss through dialogue, critically and collectively, gender relations historically constituted, generating articulations between past and present. This work is concluded by emphasizing that History Teaching mobilizes knowledge from different fields that dialogue with each other and influence each other, highlighting it as a *praxis of frontier*.

Keywords: History theory. Gender Studies. History Teaching. Curriculum theory. Law 14.986/24.

INTRODUÇÃO

A lei 14.986, publicada dia 26 de setembro de 2024, acrescenta novo artigo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996 –, determinando a obrigatoriedade de serem realizadas práticas educacionais e pedagógicas que abordem variegados aspectos e experiências das mulheres na história do Brasil e do mundo nas diversas disciplinas da Educação Básica (AGÊNCIA SENADO, 2024). Essa lei, ao menos em teoria, representa um avanço nos parâmetros educacionais brasileiros, posto que busca equiparar a presença masculina e feminina no currículo nacional. Em uma leitura a contrapelo, no entanto, este artigo objetiva refletir acerca da necessidade de se promulgar uma lei para se fazer abordar questões relacionadas às mulheres na educação: o que isso indica no que tange à maneira como se formam os indivíduos e os saberes no país? Quais são as identidades privilegiadas no currículo tradicional brasileiro? E, acima de tudo, *por que* certa maneira de ser, pensar e viver – a do sujeito moderno ocidental masculinizado – predomina em detrimento da multiplicidade de existências possíveis?

Essas questões serão abordadas a partir de três perspectivas teórico-conceituais que serão articuladas entre si. Começar-se-á pelas discussões da teoria da História relativas à fecundidade do uso da categoria analítica de gênero, a fim de se entender como as relações de poder e as organizações sociais das

sociedades ocidentais pautam-se em hierarquizações sócio-historicamente construídas a partir da diferença percebida entre os sexos. As reflexões se embasarão nas contribuições teóricas de Scott (1995), Pinsky (2009), Louro (1995) e Oliveira (2020) a esse debate, sublinhando-se o caráter estruturante das relações de gênero na constituição das iniquidades sociais e da produção e legitimação de saber hegemônico no ocidente.

A segunda perspectiva mobilizada diz respeito à teoria curricular; mais especificamente, à teoria curricular pós-crítica, a qual se relaciona a diversas problematizações levantadas por autorias classificadas como *pós-estruturalistas*, inclusive no interior das teorias de gênero, como Scott (1995). Com efeito, Silva (1999, 2014) reconhece que há abordagens e enfoques teórico-conceituais e metodológicos dos mais variados amalgamados sob a alcunha do termo *pós-estruturalismo* – teorias pós-coloniais, trabalhos com foco em questões étnico-raciais, sexuais e de gênero, além da presença de intersecções entre eles –; porém, ele identifica um princípio epistemológico basilar nesses trabalhos, qual seja, a desconstrução da noção moderna de um sujeito racional autônomo universal por meio da evidenciação do caráter eurocentrado, branco, heteronormativo e masculino dessa ideia de *sujeito*. Partindo dessas reflexões, Silva elaborou uma visão sobre currículo que o concebe como território de disputa entre identidades em relação assimétrica de poder atravessado por embates sociais, políticos e simbólicos em torno das significações culturais e identitárias que são legitimadas e que se fazem hegemônicas nele (SILVA, 1999, p. 11-7).

No currículo tradicional, são predominantes práticas de significação que visam a consolidar a ideia moderna de sujeito, pretendido como uma entidade metafísica universal e elemento estruturante da *razão moderna ocidental* (SILVA, 1999, p. 111-3); em uma perspectiva pós-crítica, caberia ao currículo abrigar práticas que busquem colocar em questão de ordem política a produção dessa norma ocidental moderna de identidade, considerando-se a multiplicidade de questões de poder que se inter-relacionam em torno de sua cristalização (SILVA, 2014, p. 96-101). O currículo é entendido, pois, a partir do entrelaçamento entre questões de identidade, subjetividade e relações desiguais de poder (SILVA, 1999, p. 15-7).

O terceiro campo de saber engajado neste trabalho é o de Ensino de História. No esteio das análises de Araújo (2012) e Cubas (2017), este trabalho defenderá que a matéria escolar História ainda se encontra fortemente vinculada a uma perspectiva de narrativa do saber histórico moderno-ocidental – e, portanto, calcada em diversos princípios ontoepistêmicos eurocêntricos –, em descompasso com a pujante produção acadêmica internacional e nacional que evidenciou as problemáticas deletérias dessa forma de construção do conhecimento. A mesma disciplina, entretanto, traz consigo um potencial enquanto possibilitadora de práticas subversivas em relação à estrutura produtiva de saberes subsistente na Educação Básica extraordinário; a História pode levar os estudantes a se defrontarem com experiências espaciais e temporais das mais diversas de maneira crítica, estimulando a percepção de si enquanto sujeito histórico localizado, contextualizado e, por conseguinte, *agente de transformação social*, passo precípuo para se desnaturalizar as desigualdades sócio-históricas latentes na sociedade, as quais são vistas frequentemente como inerentes à organização em sociedade (ARAÚJO, 2012; CUBAS, 2017).

Nesse sentido, Alberti (2019) e Araújo (2012) produzem reflexões que visam a pensar práticas de Ensino de História capazes de realizar a potencialidade transformadora dessa disciplina. Ambas defendem o uso de fontes históricas em salas de aula, porquanto os documentos possuiriam o efeito de trazer os(as) estudantes ao proscênio da produção do conhecimento histórico e possibilitariam a multiplicação de narrativas históricas no intuito de se instabilizar a subordinação hegemônica de diferenças. Tal estratégia pedagógica ajudaria, também, a problematizar a maneira como ele é construído, pois evidenciaria o papel das subjetividades em sua elaboração, já que se relacionam às intencionalidades da escrita histórica, às problematizações evocadas pelos(as) historiadores(as) etc. (ALBERTI, 2019).

A fito de elaborar o potencial transformador do uso de fontes históricas em sala de aula, será evocado o documento *Recolhimento de mulheres*, presente no site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira* – site do Arquivo Nacional criado para fornecer conteúdo e fontes históricas de maneira adaptada para fins didático-pedagógicos –, pois apresenta possibilidades de se exortar

diferentes debates acerca de relações de gênero no passado e presente brasileiros. Ele será perscrutado mediante a metodologia da *análise de discurso*, especificamente a proposta por Hoffmann (2019), a qual enfatiza a importância de se empreenderem esforços para se imaginar perguntas e questões aos documentos que busquem deslindar o implícito, o oculto, o que não está em seu primeiro plano, sobretudo quando se trata de grupos sociais historicamente marginalizados. Essa forma de pensar análise histórica é bastante profícua para um ambiente de sala de aula, posto que galvanizaria os discentes a criarem e pesquisarem diferentes propostas, possibilidades e hipóteses com o auxílio do professor.

É no centro das articulações possíveis entre as diferentes perspectivas teóricas supracitadas que este artigo se faz presente. Abordar criticamente a pesquisa do Ensino de História requer lidar com saberes diferentes que se conectam e se influenciam mutuamente; afinal, o Ensino de História, como bem caracterizado por Monteiro e Penna (2011), é *lugar de fronteira*, isto é, um campo de saber com demarcações de singularidade, mas, sobretudo, palco de intensos diálogos entre conhecimentos distintos, marcados por múltiplas relações de troca e aproximação/distanciamento. Adiante, serão melhor desenvolvidas essas discussões.

1. GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA[2]

Na segunda metade do século XX, o mundo ocidental presenciou a emersão de uma série de movimentos sociais, políticos e intelectuais que questionavam o status quo vigente. As críticas percorreram múltiplos aspectos nodais da epistemologia ocidental moderna; a ideia de um sujeito uno e indivisível, cuja racionalidade o tornava autônomo e pretensiosamente universal, caiu por terra ao ser desmantelada por recortes de gênero, raça, sexualidade, entre outros, exercendo influência em uma miríade de campos do conhecimento. Serão enfocadas nesta seção as problematizações epistemológicas advindas do campo das relações de gênero, debruçando-se sobre suas implicações

[2] Este título faz referência explícita ao título homônimo do artigo seminal de Joan Scott, publicado pela primeira vez em português em 1995 na revista *Educação & Realidade* e objeto central das reflxões desta seção.

historiográficas e pedagógicas.

Começo evocando o trabalho seminal de Joan Scott (1995). A autora inicia-o fazendo um panorama geral das principais abordagens sobre a questão de gênero no século XX, discorrendo criticamente acerca de pontos positivos e negativos – a seu ver, evidentemente – de cada vertente teórica para, nas páginas seguintes, desenvolver sua perspectiva, em diálogo com as influências coetâneas (SCOTT, 1995, p. 74-84). Scott nos exorta a refletir sobre a necessidade de se desenvolver uma abordagem crítica que considere aspectos históricos, psicanalíticos, sociais e discursivos a fito de se intentar compreender a multidimensionalidade das assimetrias de poder inter-relacionadas na desigualdade das relações de gênero e seus impactos na estruturação de variadas camadas do status quo.

A historiadora americana apoia-se, fundamentalmente, em dois pilares do pós-estruturalismo: Derrida e Foucault. A crítica desconstrutiva de Derrida, a qual busca minar os fundamentos da epistemologia ocidental moderna a partir do desmantelamento dos pilares operacionais da hierarquização racional em oposições binárias (SCOTT, 1995, p. 84), e o conceito de poder de Michel Foucault, “entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais” (SCOTT, 1995, p. 86), foram mobilizados pela historiadora no intuito de embasar suas reflexões em torno do caráter histórico das diferenças percebidas entre os sexos e da significação primária das relações de poder a partir dessas diferenças (SCOTT, 1995, p. 86). Consoante a autora, entender gênero enquanto categoria historicamente constituída implica quatro elementos relacionados entre si:

> em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. [...] Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. [...] O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do

> debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social - este é o terceiro aspecto das relações de gênero. [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. [...] Os/as historiadores/as precisam, em vez disso [em vez de se fiarem exclusivamente à teoria psicanalítica de identidade], examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1995, p. 86-8).

Ou seja, os discursos que constroem determinadas identidades de gênero intencionalmente proclamadas como naturais e intemporais são, na verdade, permeados por múltiplas relações de poder que alicerçam o imaginário político, simbólico, social e cultural de dada sociedade. Nesse sentido, Scott desenvolve sua ideia de gênero como forma primária de significar as relações de poder, ou seja, como elemento estruturante da percepção e da organização concreta e simbólica da vida social. Consoante ela, gênero permeia, por meio de binarismos dicotômicos hierarquizantes, concepções de identidade, moral, ética e conhecimento, pretendendo-se universal e imutável quando é, com efeito, fruto de padrões generificados de poder em disputa em diferentes espaço-temporalidades – sendo, portanto, histórico e historicizável.

Torna-se imprescindível, pois, levar em conta a maneira como se articulam as relações de gênero em determinado contexto sócio-histórico a fim de se compreender efetivamente sua organização social e seus mecanismos de reforço e legitimação.

Apesar de elemento pivotal das relações sociais, a historiografia tradicional, predominantemente europeia, branca e masculina, ignorou peremptoriamente, durante bastante tempo, o papel das relações de gênero nos contextos sócio-históricos. Em um contexto de efervescência do pensamento intelectual feminista na Academia, o qual engendrou profícuos debates historiográficos relativos ao apagamento da agência feminina nas narrativas históricas hegemônicas, o trabalho de Scott se mostra fundamental, pois enfatiza o caráter masculino das perspectivas historiográficas predominantes até o século XX e a insuficiência desse tipo de lente analítica para se compreender as múltiplas dimensões humanas, preconizando um alargamento das noções

tradicionais do que é historicamente importante, implicando “não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história" (GORDON; BUHLE; DYE, 1976, p. 89 *apud* SCOTT, 1995, p. 73), além de exercer influência em outros campos do conhecimento, tais qual o da teoria curricular, como se verá na próxima seção.

Na esteira das fecundas análises de Joan Scott, engendrou-se um momento intelectual brasileiro vicejante no que tange às questões de gênero e sexualidade como elementos estruturantes das relações sociais. Entre muitas autorias possíveis, evocarei as contribuições de Pinsky (2009) e Louro (1995) vinculadas à circunscrição da dimensão subjetiva dos sujeitos às condições objetivas e materiais de determinada temporalidade histórica – elementos econômicos, políticos e demográficos, entre outros – e a consequências político-pedagógicas engendradas pela utilização de gênero enquanto categoria histórico-social fundamental na Academia e na História escolar.

Pensando na articulação entre História e Ensino de História, uma perspectiva capaz de fomentar possibilidades de análise de determinados contextos históricos pensando as diferenças percebidas entre os sexos como produtos da história, frutos de seu tempo, sem significar a subvalorização da agência individual, pode ser fecunda para práticas dissidentes em sala de aula (PINSKY, 2009, p. 183-4). Sublinhar que o presente e o futuro das desigualdades de gênero não são dados a priori, e sim constantemente (re)elaborados pelos sujeitos históricos à luz, com efeito, da concretude da vida social, possui um potencial catártico de promover ideias e práticas de contestação às hierarquizações contemporâneas, sendo uma ação que denota, pois, comprometimento político (LOURO, 1995, p. 124).

Guacira Louro (1995) destaca a potência desestabilizadora da contestação às hierarquizações binárias relativas ao masculino e feminino da teorização de gênero de Scott. O procedimento desconstrutivo proposto por Derrida e apropriado pela historiadora americana é profícuo para desnaturalizar e desmantelar não somente assimetrias cristalizadas concernentes às relações de gênero, mas também atreladas às outras iniquidades presentes na sociedade brasileira, tais quais a racial – binarismo assimétrico branco/não-branco – e a religiosa – cristãos/não-cristãos –, permitindo a elaboração de saberes escolares

e acadêmicos que subvertam radicalmente a estruturação das desigualdades sócio-históricas do status quo vigente (LOURO, 1995, p. 126-30).

Oliveira (2020), contudo, lembra-nos que uma historiografia que toma por objeto sujeitos historicamente olvidados não necessariamente subverte hierarquizações ontoepistêmicas estabelecidas nas normas de produção e legitimação de saberes históricos. Ela sugere, na esteira de Valeria Añon e Mario Rufer, que devemos almejar uma *outra imaginação de experiência histórica* se desejamos uma teoria crítica da ação e agência históricas, mormente quando pensamos em agentes negligenciados pela História oficial, calcada no "uso das diferenças como ponto de inflexão crítica dos artifícios epistêmicos que estabelecem e mantêm um 'mesmo' como referência universal, regulatória, normativa e excludente de seus 'outros', múltiplos e particulares" (OLIVEIRA, 2020, p. 18).

Demanda-se, assim, um engajamento político, intelectual e pedagógico a fim de se empreenderem esforços em torno da construção de programas de ensino abertos às ressonâncias e ruídos dos *outros* da ciência histórica tradicional (OLIVEIRA, 2020, p. 19). Mais importante que aberturas inclusivistas ou enganosamente plurais em salas de aula, é necessário conceber caminhos que efetivamente coloquem em xeque, no caso dos Estudos de Gênero, naturalizações de significações concernentes ao binômio identidade-diferença, tensionando padrões patriarcalistas de poder e de conhecimento difundidos em salas de aula. Uma *imaginação histórica do feminismo* (OLIVEIRA, 2020, p. 17), podemos dizer.

Nessa perspectiva, o Ensino de História se apresenta enquanto potencial espaço profícuo para se promover percepções de mundo que vão de encontro à norma política, social e simbólica hegemônica patriarcal de ser, viver e pensar; para serem fomentadas, portanto, novas significações curriculares, como se verá a seguir.

2. CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE(S)

A emergência de um campo de estudos voltado especificamente para currículo é recente na história educacional ocidental. Sua origem se liga ao livro de Bobbit *The curriculum*, escrito em 1918, num contexto em que se discutia

fervorosamente qual rumo a educação das massas nos Estados Unidos deveria tomar. Bobbit defende nessa obra uma concepção educacional e pedagógica que se afasta do modelo humanista tradicional, entendido por ele como desconexo da realidade de crescente industrialização nos EUA e de necessidade de mão-de-obra. Sua ideia central era que

> tal como uma indústria, Bobbit queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa e formas de mensuração que permitissem saber com precisão se eles foram realmente alcançados. [...] Na proposta de Bobbit, a educação deveria funcionar de acordo com os princípios da administração científica propostos por Taylor (SILVA, 1999, p. 23).

O modelo educacional industrial de Bobbit consolidou sua hegemonia nos EUA, exercendo influência em muitos países – inclusive no Brasil – com o livro de Ralph Tyler publicado em 1949, traduzido para o Brasil em 1974 com o título *Princípios básicos de currículo e ensino*. A teorização curricular de Tyler, assim como a de Bobbit, assume preceitos meramente organizacionais e de desenvolvimento, instituindo a educação técnica como paradigma hegemônico. Seu objetivo maior é determinar os objetivos de aprendizagem que a escola deve atingir e o que deve fundamentar a escolha dessas metas. Consoante Tyler, deve-se buscar os objetivos de aprendizagem a partir de estudos sobre os aprendizes, sobre a vida contemporânea fora da escola e das disciplinas acadêmicas, baseando-se na psicologia da aprendizagem e na filosofia social e educacional da escola (SILVA, 1999, p. 24-6).

As práticas pedagógicas e educacionais tecnicistas, que assolaram o Brasil durante o período da Ditadura Militar (CANDAU, 1983, p. 18-21), limitam-se a pensar em maneiras de se dinamizar os conteúdos de aprendizagem de modo a tornar a escola mais eficiente. Não se questiona o *porquê* de se ensinar certas coisas em detrimento de outras; naturalizam-se os objetos de aprendizagem, tomando-os como necessários e legítimos sem a devida reflexão crítica em torno das implicações cognitivas, identitárias e subjetivas de se propor a ensinar isso e não aquilo. O currículo é, portanto, tratado como mera tabela de conteúdos a serem trabalhados da maneira mais eficiente possível.

À luz das lutas sociais e políticas ocorridas no mundo ocidental nas

décadas de 1960 e 70 e da gradual abertura política no Brasil a partir da Anistia de 1979, o campo intelectual brasileiro viu vicejar diversas renovações teórico-conceituais e metodológicas concernentes a múltiplas áreas do conhecimento, dentre elas a da teoria curricular. Em meio à renovação das ciências humanas, sociais e linguísticas, que trouxe ao centro da produção dos saberes questões de raça, gênero, sexualidade, enfim, uma miríade de novas perspectivas epistêmicas que colocaram em xeque diversas concepções arraigadas na teoria do conhecimento ocidental, o campo de estudos sobre currículo, como não poderia deixar de ser, não saiu incólume.

Silva (1999) faz um panorama geral das principais teorias *críticas* e *pós-críticas* que influíram nos estudos curriculares ocidentais. Não cabe ao escopo deste artigo retomar toda a discussão desse livro seminal; doravante, sublinharei as problematizações vinculadas às teorias classificadas como *pós-críticas*, destacando o papel delas no desmonte da concepção moderna de *sujeito* enquanto entidade metafísica pretendida como universal e na construção teórica de Silva acerca do currículo, a qual o concebe como *documento de identidade* (SILVA, 1999, p. 150).

A fito de compreender as teorias pós-críticas, cabe entabular a discussão por meio de uma análise sobre sua denominação. O prefixo *pós* não é simplesmente um indicativo temporal, de algo que veio depois; ele atrela *pari passu* ao termo que o segue um sentido de superação e continuidade, de rompimento e permanência. Ele indica, efetivamente, o que Derrida classifica como um conceito que opera *sob rasura*, sob uma espécie de escrita dupla. Consoante Derrida,

> por meio dessa escrita dupla, precisamente estratificada, deslocada e deslocadora, devemos também marcar o intervalo entre a inversão que torna baixo aquilo que era alto [...] e a emergência repentina de um novo “conceito” que não se deixa mais – que jamais se deixou – subsumir pelo regime anterior (DERRIDA, 1981, p. 42 *apud* HALL, 2014, p. 104).

Ou seja, o termo *pós-crítico* sugere que as teorias abarcadas por essa nomenclatura apresentam dissonâncias com relação às correntes denominadas *críticas*, porém mobilizam conceitos trabalhados por elas, embora de maneira diferente. Essa breve análise do sufixo *pós* em *pós-crítico* serve também para

entender a relação entre *pós-estruturalismo* e *estruturalismo* e *pós-modernismo* e *modernismo*, conceitos-chave mobilizados na concepção de Silva sobre currículo.

Tomaz Tadeu Silva desenvolve em seu livro *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo* (1999) um debate teórico-conceitual em torno do que seria teoria curricular. Partindo de pressupostos pós-estruturalistas, o autor desconstrói a própria ideia de *teoria* em sua conceituação tradicional – como uma ferramenta que auxilia no desnudamento do "real", entendido como o mundo exterior ao indivíduo, cuja existência seria independente dele –, pensando nos estudos curriculares como discursos que produzem noções particulares de currículo que são imbricadas às tramas linguísticas que supostamente o descreveriam "como realmente é" (SILVA, 1999, p. 11-3). No esteio dessa reflexão, Silva estabelece o objetivo central da obra, qual seja, deslocar os esforços por uma possível definição cristalizada de currículo para uma busca pelas questões que as "teorias curriculares" intentaram – e intentam – responder – demandas sociais, históricas, organizacionais –, e como as diferentes convocações feitas aos currículos resultam em variegadas criações discursivas acerca deles (SILVA, 1999, p. 14).

Segundo o autor, na base de qualquer teorização curricular reside uma questão central: qual indivíduo a educação deseja formar. Essa questão aferra-se umbilicalmente à escolha dos conteúdos, posto que eles dependem de quais valores, conhecimentos e habilidades são desejados e vistos como legítimos para os estudantes. A seleção de certos saberes em detrimento de outros é um processo atravessado pelas múltiplas assimetrias de poder que estruturam a sociedade; não somente a desigualdade de classe, mas as de raça, gênero, sexualidade, entre outras. E é nesse ponto que Silva se afasta das teorias curriculares *críticas*.

Tanto as teorias *críticas* quanto as *pós-críticas* destacam o entrelaçamento de questões ligadas às subjetividades, às identidades e ao poder na formação curricular. Os teóricos *críticos*, no entanto, privilegiam as desigualdades de classe enquanto elementos determinantes da configuração dos currículos, desconsiderando o papel precípuo das outras diversas iniquidades que permeiam o status quo vigente na determinação dos conteúdos

e práticas curriculares.

Trazer a lume “os outros” da sociedade para o campo de estudos do currículo, para além da classe trabalhadora – evidenciando, inclusive, que esse termo suprime a interseccionalidade das relações de opressão que escapam do âmbito estritamente econômico – é a prova peremptória da importância da influência de teóricos *pós-estruturalistas* e *pós-modernos* – os quais, diferentemente do que se acha no senso comum acadêmico, são diferentes, conforme o próprio Silva evidencia (SILVA, 1999, p. 117-8) – nos estudos curriculares. Sem perder de vista as profícuas contribuições de autorias *críticas* às pesquisas sobre currículo, as quais foram notórios no desvelamento dos mecanismos de opressão à classe trabalhadora e de reprodução social e cultural da classe dominante em sistemas educacionais e seus currículos, Tomaz Silva expande o escopo de suas análises ao entender que as múltiplas assimetrias de poder imbricam-se na configuração curricular, na legitimação do saber praticado nas escolas e na subjetividade formada pelo currículo – a qual também o modifica, estabelecendo-se uma relação dialética entre a “teoria” e a prática curriculares –, o qual responde a múltiplas convocações e disputas de ordem étnica, sexual, cultural, racial, de gênero, enfim, a demandas sócio-históricas e culturais das mais diversas (SILVA, 1999, p. 146-50). É no bojo dessas notórias problematizações que Silva descreve o currículo:

> Em suma, depois das teorias críticas e pós-críticas, não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 1999, p. 150, grifo do autor).

O currículo é, portanto, local de disputas entre diferentes significações, subjetividades e identidades permeadas por poder e historicamente constituídas que alicerçam as relações sociais e escolares que formam os indivíduos. Formação esta que, a partir da segunda metade do século XX, é pressionada a abarcar cada vez mais perspectivas plurais de existência, que demandam renovações na práxis educacional e pedagógica.

É nessa seara que o Ensino de História encontra terreno fértil para desenvolver habilidades, conhecimentos e valores que estimulem o diálogo entre diversas existências possíveis e legítimas que fissurem o modelo normativo de *identidade* – no singular – entranhado no âmago da educação tradicional. Cinthia Araújo (2012) discute a constituição da disciplina histórica escolar no Brasil a fim de entender o que de fato está contido no âmago do que é chamado de "História tradicional", afirmando que sua formação atrelada a ideais de nação e identidade nacional disseminadas pela elite político-intelectual do século XIX é ponto central para se compreender o tipo de identidade privilegiado pelo ensino de História – um sujeito abstrato universal oriundo de noções racistas, patriarcais e eurocristãs.

Araújo, contudo, defende que o saber histórico escolar possui uma especificidade epistêmica propícia para o fomento de tensionamentos ao status quo posto, caracterizada pelo *pluralismo racional* e pelo *descontinuísmo* (ARAÚJO, 2012, p. 85-7). Ambos se referem ao diálogo entre múltiplos saberes e formas de pensar que confluem na elaboração cotidiana do saber em sala de aula, engendrando terreno propício para se desenvolver *ecologias* de temporalidades, saberes e culturas – isto é, o diálogo entre modos de ser, viver e pensar de diversas espaço-temporalidades e sociedades.

Na esteira das proposições de Boaventura de Sousa Santos, Cinthia Araújo (2012) defende a *interculturalidade crítica* enquanto princípio ontoepistêmico que deve guiar o potencial de entrecruzamento de perspectivas sociopolíticas, identitárias e culturais no Ensino de História, a fito de desmantelar, gradativamente, *as marcas da tradição moderna* – chamada por Araújo (2012, p. 50) de *regime moderno de historicidade* – ainda largamente presentes na História escolar. Por uma pedagogia da multiplicidade e diferença que o saber histórico escolar deve ser remodelado; por um projeto político-pedagógico voltado para as inúmeras alternativas de entrelaçamento de *identidades*, *experiências* e *temporalidades possíveis* (ARAÚJO, 2012; SILVA, 2014) em desacordo com a hegemonia patriarcal subsistente.

3. FONTES HISTÓRICAS NO ENSINO: POTENCIALIDADE TRANSFORMADORA

A lei 14.986/24, citada no início do presente artigo, responde a demandas em torno do aumento da presença de conhecimentos, saberes e experiências vinculados às mulheres nos currículos nacionais, abrindo espaço também para os Estudos de Gênero. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) já previam, desde o final do século passado, a temática *gênero e sexualidade* como tema transversal e, pois, necessário de ser abordado por diferentes disciplinas escolares que não somente a de História (CUBAS, 2017, p. 76). Entretanto, práticas pedagógicas que se proponham a trabalhar assuntos concernentes às relações de gênero enquanto construção social e histórica são raras e, quando realizadas, sofrem ataques de amplos setores da população brasileira, os quais evocam, entre outras perspectivas conservadoras de viés quase sempre religioso, a suposta "ideologia de gênero" que seria contrária aos "tradicionais valores da família" (CUBAS, 2017, p. 76-9).

Nesse ínterim, os conceitos, noções e problemáticas mobilizados em torno de gênero como categoria analítica vicejam na sociedade em movimentos políticos, demandas sociais e questões cotidianas, convocando os historiadores e professores de história a incluí-los em suas práticas acadêmicas e docentes. No que tange à escola, contudo, a tarefa é ainda mais árdua; como bem diz Cubas,

> nesse sentido, é possível constatar um certo descompasso entre o entendimento acerca do passado que se constrói em âmbito acadêmico e a História escolar. Não falamos aqui em termos de avanço ou retrocesso (até porque se tratam de campos distintos, formados por saberes e objetivos distintos), mas ressaltamos que os debates teóricos e as múltiplas possibilidades metodológicas que desassossegaram a ciência histórica no século XX, não surtiram o mesmo efeito sobre a História escolar. Apesar de assumirmos a multiplicidade da/na História, a existência de dissonâncias e a impossibilidade de apreensão de um passado verdadeiro e único, ao pensarmos a História escolar, nos encontramos ainda bastante arraigados aos eventos que parecem incontornáveis (CUBAS, 2017, p. 81).

Subjaz ainda no saber histórico escolar de modo (quase) indiscutível os mecanismos de produção de saber que se supõem neutros, mas, como Araújo (2012) afirma, são oriundos de uma matriz moderno-ocidental de pensamento caracterizada por privilegiar identidades patriarcais, racistas e eurocristãs. Pensar em maneiras de construir conhecimento histórico no Ensino Básico que

rompa com esse padrão patriarcalista ocidental arraigado é tarefa imprescindível em prol da constituição de um currículo cujo cerne seja pôr criticamente em questão as normas socioculturais naturalizadas pelas assimetrias de poder, tais quais as que envolvem o machismo e o sexismo.

As ponderações de Alberti (2019) e Araújo (2012) indicam um caminho possível para a elaboração de práticas docentes que objetivem confrontar a concepção tradicional de História do ensino escolar: o uso de fontes históricas nas aulas. A seguir virá uma longa citação de Alberti defendendo, em linhas gerais, seu ponto, mas creio ser profícuo trazê-la.

> Muitas pessoas que não estão diretamente envolvidas com a história como disciplina podem achar que o trabalho do historiador consiste no estudo de um repertório mais ou menos fechado de acontecimentos disponíveis para exame, e na transmissão desses acontecimentos na forma de narrativa. É importante entendermos, contudo, que o conhecimento sobre o passado é condicionado pelas perguntas que fazemos às fontes, perguntas essas que permitem que as fontes documentem algo, isto é, se transformem em evidência de algo. À semelhança do cientista no laboratório, o historiador se faz perguntas, as quais consegue ou não responder a partir dos documentos que encontra. E muitas vezes, em função mesmo dos documentos que encontra, precisa refazer suas perguntas, o que incide sobre aquilo que descobre. O trabalho com fontes possibilita, então, que os estudantes aprendam que o conhecimento sobre o passado é resultado do trabalho intelectual do historiador. [...] Fontes estimulantes que possam engajar nossos estudantes na direção do tema estudado e permitam explorar a complexidade do passado abrem espaço para o aprendizado efetivo. Elas são indícios de situações vividas e da diversidade de formas de ser e de agir (ALBERTI, 2019, p. 107).

Exortar os estudantes a serem coletivamente protagonistas dos saberes históricos construídos em sala de aula, planejados para envolverem temáticas que evoquem corporeidades dissidentes ao sujeito abstrato moderno-ocidental, tem um potencial significativo de fomentar ponderações críticas acerca das desigualdades sócio-históricas vigentes. Ademais, ajuda-os a se perceberem enquanto sujeitos historicamente situados, o que contribui para que desnaturalizem a vivência cotidiana e, assim, para que sejam semeadas sementes de transformação social.

Cinthia Araújo (2012) denomina isso de perspectiva *procedimental*. Ao analisar aproximações e afastamentos de duas coleções didáticas aprovadas

pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011 em relação ao *regime moderno de historicidade* – à tradição eurocêntrica de ensino, portanto –, ela destacou a proficuidade de se levar à sala de aula fontes históricas de variegadas naturezas e espaço-temporalidades em prol da promoção de diálogos críticos coletivos acerca da produção de identidades, diferenças e agências ao longo da história (ARAÚJO, 2012, p. 137-59).

Ao serem defrontados com experiências espaço-temporais diversas, os limites do currículo de História tradicional podem ser profundamente tensionados em prol de currículos e pedagogias que busquem subverter os mecanismos sócio-históricos e culturais produtores e reprodutores do normal e do anormal, do incluído e excluído, da identidade e diferença (SILVA, 2014, p. 101), perpetuadores de padrões moderno-ocidentais excludentes de ser, viver, pensar e conhecer (ARAÚJO, 2012). Assim, o uso de fontes históricas em salas de aula de Ensino de História, se pensadas na intenção de promoverem questionamentos políticos, epistêmicos e pedagógicos relativos ao status quo, representam uma potencialidade transformadora na maneira como se forma identidades, subjetividades e, ulteriormente, *pessoas* no Brasil.

4. *O ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA*: UMA POSSIBILIDADE

Uma equipe do Arquivo Nacional (A.N.), maior arquivo da América Latina, criou o site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*, cujo objetivo principal é disponibilizar fontes históricas do acervo localizadas entre os séculos XVI e XIX digitalizadas e adaptadas para fins didático-pedagógicos a nível de Ensino Básico e Superior. O tema central, como o nome do site sugere, é a América Portuguesa; o canal de divulgação científica é dividido em 65 temas, cada um composto por certo número de documentos históricos, sugestões bibliográficas, ementas e comentários (ARQUIVO NACIONAL, 2017).

Considerando-se a discussão da seção anterior, doravante trarei um exemplo possível de fonte histórica capaz de fomentar fecundos debates em salas de aula de História relacionada às relações de gênero, tendo em mente o potencial disruptivo de se trazer à sala de aula de História escolar documentos históricos que permitam o diálogo entre múltiplas experiências e modos de ser,

viver e pensar. O documento foi retirado do site do Arquivo Nacional, já estando digitalizado e com uma série de referências e dicas de pesquisa para maior aprofundamento no tema tanto para os docentes que quiserem utilizá-lo quanto para os estudantes que estiveram analisando-o.

Optei pela fonte *Recolhimento de mulheres*, a qual se encontra inserida no tema *Brasil* e no subtema *Mulheres na Colônia* do site do A.N. O documento em questão, uma carta, foi redigido em 22/06/1810, no Palácio do Rio de Janeiro, por D. Fernando José de Portugal e Castro – o conde de Aguiar –, o qual exercia à época, entre outras funções, a de presidente do Real Erário – órgão que expedia, junto do Conselho da Fazenda, todos os negócios pertencentes à arrecadação, distribuição e administração da Fazenda Real do continente e domínios ultramarinos –, sendo o destinatário Antonio José da França e Horta, político de grande relevância na Capitania de São Paulo e um dos atores principais vinculados ao embate sociopolítico e jurídico referente à fundação do Recolhimento de Santa Clara pelas irmãs Manoela de Santa Clara e Rita de Santa Ignes.

A escolha dessa fonte foi guiada pelas possibilidades imaginadas de discussões possíveis sobre relações de gênero no passado brasileiro e suas articulações com o presente a partir de toda a situação relacionado à atuação das irmãs na fundação do Recolhimento – “casas de reclusão voltadas para educação de mulheres, surgidas na época moderna. Em sua maioria, eram instituições laicas, não ligadas diretamente à Igreja, embora pudessem, mais tarde, transformarem-se em conventos” (ARQUIVO NACIONAL, 2020). O(A) professor(a), antes de levar a fonte a sua aula, faria um trabalho de pesquisa sobre ela a fito de atuar como guia dos alunos quando eles se debruçassem sobre a carta.

Em um primeiro contato com a fonte, a percepção treinada de um(a) historiador(a) acostumado(a) a trabalhar questões de gênero a partir de fontes primárias logo é atiçada quando nota que a epístola explicitamente fez referência aos nomes de duas mulheres, mas foi escrita por um homem e dirigida a outro homem, politicamente proeminentes. Imediatamente, hipóteses devem ser evocadas: será que a participação delas se resume a um pedido? O que está por trás de um documento que beira a mera formalidade? Essas são perguntas

que o(a) docente de História deve estimular os alunos a se fazerem, a fim de incitá-los a buscarem mais informações que balizem suas próprias ideias. Ao fazer um trabalho de análise da fonte anteriormente à aula, ele(a) será capaz de auxiliar os discentes a construírem os próprios saberes históricos em contato direto com o documento, cerne da profissão de historiador(a).

O olhar sobre a carta de Conde de Aguiar há de ser para além do que está escrito. É necessário convocar os estudantes a ponderarem acerca dos silêncios da fonte, das omissões, em busca do que está além do primeiro plano; por meio do explícito, deslindar o implícito, a partir de uma análise oblíqua no trato com o arquivo (HOFFMANN, 2019, p. 147-53). Assim, possibilita-se esgarçar os limites formais dele em busca da recuperação de experiências, vivências e práticas de grupos sociais historicamente marginalizados, contribuindo para promover nos alunos autorreflexões em torno de entenderem a si como sujeitos historicamente localizados e atravessados por inúmeras possibilidades de construções sociais de gênero e sexualidade (ZARBATO, 2015, p. 62-3). Além disso, fomenta-se a ação pesquisadora dos discentes, que poderão pesquisar diferentes caminhos, hipóteses e ideias guiados por suas perguntas à fonte.

Pensar-se-ia, por exemplo, acerca da pressão social que as irmãs exerceram nos bastidores da luta política para seu pedido chegar até as altas instâncias da administração colonial; o conde refere-se na carta à Manoela como “D. Manuela de Santa Clara” (ARQUIVO NACIONAL, 2020), sendo o “D.” abreviação de Dona, epíteto vinculado ao estatuto de nobreza do Império português, permitindo-nos inferir que o local social privilegiado das requerentes – o qual, por sua vez, leva-nos a presumir que são mulheres brancas – é um fator relevante no que tange à atenção conferida ao recolhimento desejado.

A historiografia de língua portuguesa tem combatido, sobretudo desde a renovação das ciências humanas ocorrida durante os anos 1980, o estereótipo da “mulher branca ociosa”, presente no imaginário popular e acadêmico relativo ao período colonial brasileiro, por meio do estudo de fontes históricas que evidenciam o caráter multifacetado e variegado do que era comumente amalgamado sob a expressão homogeneizante “mulher branca” (SILVA, 1995). O Ensino de História no Brasil, no entanto, não incorporou, em larga medida,

essas contribuições, engendrando, conforme Caroline Cubas, “um certo descompasso entre o entendimento acerca do passado que se constrói em âmbito acadêmico e a História escolar” (CUBAS, 2017, p. 81). Creio que a reflexão oblíqua sobre essa carta de 1810 seja mais um indicativo de que, sobretudo a partir de 1750, mesmo as brancas componentes das elites possuíam uma participação social mais ampla do que se preconizava pelo discurso patriarcal da época, o qual lhes legava apenas o casamento ou a vida religiosa (SILVA, 1995, p. 76-82). Essa constatação em uma sala de aula pode parecer insignificante, mas vai de encontro à base da narrativa do conhecimento histórico sobre Brasil colonial nas escolas – a qual ignora/deturpa uma série de questões envolvendo relações de gênero em suas múltiplas esferas –, contribuindo para a construção de um conhecimento histórico escolar desviante da norma patriarcal excludente predominante.

O mestrado de Bruna Garcia (2019), o qual entrelaça História das Mulheres, estudos de gênero e História Social a fito de compor um quadro histórico apurado concernente à fundação e ao funcionamento do Recolhimento de Santa Clara (GARCIA, 2019, p. 10-9), evidencia a indispensabilidade da agência das irmãs Manoela e Rita para a realização da casa de clausura feminina. Diferentemente do que pode aparentar essa epístola do conde de Aguiar ao Antonio José da França e Horta, Manoela e Rita fizeram muito mais do que apenas requerer a permissão régia passivamente: elas viajaram à corte do Rio de Janeiro para defenderem seu caso; angariaram o suporte da marquesa Camareira-mor e da viscondessa do Real Agrado; utilizaram-se do prestígio familiar advindo da parte paterna a fim de serem, efetivamente, ouvidas; custearam a construção do prédio da casa de clausura; enfim, perpetraram uma série de ações que faziam uso do capital sociopolítico delas e da imagem dicotômica sobre o sexo feminino no intuito de alcançarem seu objetivo (GARCIA, 2019, p. 50-9).

A fecundidade dessa fonte para se tentar renovar práticas docentes de Ensino de História é, creio, significativa. Levar os estudantes a trabalharem com um documento histórico que traz em si inúmeras faces, experiências e atuações femininas na história, de modo a ressaltar a coexistência de um complexo de vivências historicamente constituídas de relações de gênero, parece-me ser

fundamental na busca pedagógica por currículos cujo foco seja desmantelar a identidade tradicionalmente privilegiada no saber histórico escolar, qual seja, o sujeito moderno abstrato das narrativas históricas cristalizadas, em prol de construções de *ecologias de saberes* que considerem as múltiplas existências excluídas pelo viés hegemônico. Seria de suma importância, portanto, para fomentar significações históricas que rompessem com a *tradição disciplinar oitocentista* (ARAÚJO, 2012) ainda largamente presente no Ensino de História brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENSINO DE HISTÓRIA COMO *LUGAR DE FRONTEIRA*[3]

O foco deste artigo foi produzir reflexões tendo em vista as demandas do tempo presente concernentes à necessidade de se renovar o currículo educacional brasileiro. A Lei 14.986/24 convoca as disciplinas escolares, dentre elas a de História, a examinar suas narrativas de construção e transmissão do conhecimento, preponderantemente – quase exclusivamente – masculina. Em um mundo contemporâneo nevralgicamente marcado pelo fluxo cultural, pelas múltiplas e contingentes identidades em constante reconstrução (HALL, 2006), o Ensino de História, historicamente responsável no Brasil e, grosso modo, no Ocidente do século XIX em diante pelo ensinamento de valores cívicos, morais e identitários às novas gerações, há de se modificar radicalmente em relação às suas tradições epistêmicas de origem, sedimentadas na hegemonia do *sujeito racional moderno*, pilar de uma concepção de conhecimento calcada em uma hierarquização eurocêntrica que ignora e silencia inúmeras possibilidades de experienciar o mundo, de concebê-lo e de agir nele (ARAÚJO, 2012).

Articulou-se aqui a Teoria da História – destacando-se as discussões sobre o uso da categoria analítica de gênero para se compreender as relações de poder de um dado corpo social – e a Teoria Curricular – enfocando-se os aportes teórico-conceituais e metodológicos de Silva (1999) à luz das diversas perspectivas teóricas classificadas pelo autor como *pós-críticas* – a fim de se abordar a discussão sobre a renovação da prática docente de História de maneira efetivamente crítica, considerando-se as questões contemporâneas

[3] Referência ao paradigma teórico sugerido por Monteiro e Penna (2011).

radicadas na crítica à epistemologia ocidental moderna, sobretudo no que tange à sua concepção de sujeito uno, racional e pretensiosamente universal. Refletir acerca de um Ensino de História que se proponha a, efetivamente, contemplar as práticas, vivências e saberes sócio-históricos múltiplos das sociedades é tarefa imprescindível para o tempo presente.

As reflexões teóricas que evocaram a categoria analítica gênero como precípua para o entendimento das relações de poder de uma sociedade matizaram o olhar sobre as desigualdades sócio-históricas que eivam a contemporaneidade. Trazer a lume que as diferenças sociais percebidas entre os sexos não só marcam nevralgicamente a intersubjetividade homem-mulher como também são formas primárias de significar as relações de poder de sociedades ocidentais estende o peso do patriarcalismo ontoepistêmico a âmbitos da organização social, política e simbólica pretensiosamente proclamados como *desgenerificados*, tais como o da produção de conhecimento. Levar essa problematização para o cerne da História escolar, a qual ainda se pretende generificamente neutra quando, na verdade, reproduz narrativas de conhecimento fortemente masculinizadas, é fulcral para se desestruturar o patriarcado epistemológico que assola a educação brasileira (CUBAS, 2017).

À luz das reflexões de Silva (1999), as problematizações das teorias de gênero – e das múltiplas outras perspectivas *pós-críticas* – relativas à identidade que se naturaliza como a ideal são fundamentais a fim de se imaginar uma pedagogia e um currículo que coloquem a formação das subjetividades dos discentes em questão de caráter político. Escapando-se da promoção de um tipo correto de perceber e experienciar a realidade, os estudantes hão de defrontar-se com a multiplicidade de maneiras de pensar, viver e agir sem o estabelecimento de hierarquizações a priori. No que tange às diferentes formas de conceber as identidades de gênero, é de suma importância que as práticas educacionais estimulem os discentes a irem além dos binarismos estanques hegemônicos, extremamente limitantes e, ulteriormente, aprisionadores das inúmeras possibilidades de ser e estar no mundo.

No esteio das contribuições de Alberti (2019) e Araújo (2012), defendi a proficuidade de se pensar no uso de fontes históricas em salas de aula a fim de matizar a percepção dos alunos sobre si mesmos enquanto sujeitos históricos e

sobre o conhecimento histórico, atravessado por subjetividades que influem sua construção. Elas estimulam o choque entre experiências de diferentes espaços e tempos, fomentando a conscientização dos estudantes no tocante à coexistência de vivências possíveis.

Objetivando imaginar a potencialidade de uma fonte histórica em sala de aula para se pormenorizar a historicidade e a contingência das relações de gênero, apresentei um exemplo de documento fecundo para se promoverem essas discussões. A fonte *Recolhimento de mulheres*, presente no site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira* do A.N., no tema *Brasil* e no subtema *Mulheres na Colônia*, permite, creio, trazer ao proscênio do Ensino de História inúmeras reflexões em torno da masculinização do saber histórico – que tenta condenar o tipo de agência histórica feminina subjacente à produção da epístola ao esquecimento – e das diversas experiências femininas na história e do caráter histórico das relações de gênero, contribuindo para uma prática docente voltada à multiplicidade e à diferença.

Na esteira do trabalho seminal de Monteiro e Penna (2011), penso ser precípuo considerar o Ensino de História com vistas a diferentes campos do saber que circulam entre si, influenciando-se mutuamente sem as diferenças entre eles serem suprimidas; ou seja, que dialogam dialeticamente por meio de fronteiras fluidas, dinâmicas. A articulação feita neste artigo entre teoria da História, teoria curricular e Ensino de História evidencia, creio, a interpenetração de saberes distintos que, ao se articularem, compõem o rico campo de estudos da História Escolar; seguindo o paradigma teórico-conceitual apurado e arguto de Monteiro e Penna (2011), defendo que a práxis do Ensino de História é *lugar de fronteira*, isto é, lugar onde se demarcam diferenças e, ao mesmo tempo, onde se produzem aproximações, diálogos e circulações entre saberes que entram em contato (MONTEIRO; PENNA, 2011, p. 194).

Por fim, cabe dizer que este artigo busca contribuir para o debate relativo às conexões entre gênero, Ensino de História brasileiro e currículo, sem a pretensão de encerrar algum aspecto da discussão. Haja vista as muitas demandas do tempo presente em prol de mudanças curriculares nacionais, as quais engendraram pressões que culminaram na promulgação da Lei 14.986/24, este trabalho almeja, especialmente, evocar questões e possibilidades atreladas

às teorizações sobre gênero na educação brasileira, visando a engrossar as discussões vinculada à defesa de pedagogias e de currículos que abarquem criticamente a multiplicidade de existências e experiências possíveis, a combater a identidade masculinizada hegemônica nos saberes escolares e a promover saberes efetivamente *plurais*.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

ARAÚJO, Cinthia Monteiro. **Por outras histórias possíveis**: em busca de diálogos interculturais em livros didáticos de histórias. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2012, 176 f.

CANDAU, Vera Maria. A didática e a formação de educadores – da exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

Carta do conde de Aguiar ao Antonio José de França e Horta. **Arquivo Nacional do Rio de janeiro**, site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. Disponível em http://historiacolonial.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5347&Itemid=460. Acesso em: 03/12/2024.

CUBAS, Caroline Jaques. Gênero e Ensino de História: demandas de um tempo presente. In: Cintia Lima Crescêncio; Janine Gomes da Silva; Lidia Schneider Bristot. (Org.). **Histórias de Gênero**. 1ed. São Paulo: Verona, 2017, v. 1, p. 79-92.

GARCIA, Bruna de Oliveira. **Espaço de fé e relações de poder**: o Recolhimento Feminino de Santa Clara de Sorocaba (1800-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2019, 140 f.

HOFFMANN, Raquel. Silêncio Ensurdecedor, Ausência Palpável – perspectivas para uma História das Mulheres no Medievo. In: ALVES, Gracilda; HOFFMANN, Raquel (Orgs.). **Memória**: questões historiográficas e metodológicas. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2019, p.147-153.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, jul./dez. 1995, p. 101-132.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, vol. 36, n. 01, jan./abr. 2011, p. 191-211.

Notícia sobre o conteúdo do site *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/ptbr/canais_atendimento/imprensa/noticias/o-arquivo-nacional-e-a-historia-luso-brasileira. Acesso em: 03/12/2024.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Outros sujeitos, outras teorias**: reflexões para um programa de ensino de teoria feminista decolonial da História, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/52629507/Outros_sujeitos_outras_teorias_reflex%C3%B5es_para_um_programa_de_ensino_de_teoria_feminista_decolonial_da_Hist%C3%B3ria. Acesso em: 13/03/2026.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan. 2009, p.159-189.

Reportagem sobre a promulgação da Lei 14.986/24. Agência Senado, 26/09/2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/09/26/nova-lei-garante-ensino-sobre-as-grandes-contribuicoes-de-mulheres-a humanidade#:~:text=A%20partir%20de%202025%20ser%C3%A1,do%20Brasil%20e%20do%20mundo. Acesso em: 03/12/2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez.1995, p. 71-99.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu** (4): 1995, p. 75-96.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, jan./jun. 2015, p. 49-65.

Recebido em 13-12-2024.
Aprovado para publicação em 09-03-2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

DO NAVIO NEGREIRO AO CAMBURÃO

Uma análise da violência policial no estado de São Paulo contra a população negra

FROM THE SLAVE SHIP TO THE POLICE VAN

An analysis of police violence against the black population in the state of São Paulo

LUIZ ANTONIO DIAS [1]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o Habeas Corpus nº208.240, impetrado pela Defensoria Pública de São Paulo em 2021 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), acerca do perfilamento racial na abordagem policial. Para isso buscamos analisar o Racismo Estrutural presente nas ações policiais no estado de São Paulo durante os anos de 2019 e 2020. Será discutida a origem histórica dessa violência, bem como os impactos desse racismo estrutural na abordagem policial. Além disso, pretende-se investigar a extensão e a natureza da violência policial contra a população negra no Estado de São Paulo durante o período específico mencionado. Busca-se também quantificar a disparidade racial nas ocorrências de violência policial, estabelecendo comparações entre os casos que envolvem a população negra e outros grupos étnicos. Para alcançar esses objetivos, será realizada uma análise de dados estatísticos referentes a esse período, incluindo o Mapa da Violência no Brasil, dados do INFOPEN e do DEPEN, além do relatório publicado em 2022 pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) sobre as disparidades nas abordagens policiais entre jovens brancos e negros.

Palavras-chave: HC nº208.240. Perfilamento Racial. Racismo Estrutural. Violência Institucional. Abordagens Policiais.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze Habeas Corpus No. 208.240, filed by the Public Defender's Office of São Paulo in 2021 in the Federal Supreme Court (STF), regarding racial profiling in police approaches. To this end, we seek to analyze the Structural Racism present in police actions in the state of São Paulo during the years 2019 and 2020. The historical origin of this violence will be discussed, as well as the impacts of this structural racism on police approaches.

[1] Pós-doutorado em Direito, Economia e História pela Universidad Nacional de Córdoba, doutorado e mestrado em História pela UNESP.Especialização em Direito Penal e Processo Penal Aplicados pela EBRADI. Graduado em História e Direito. Professor na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. Professor no Mestrado em Educação da Universidade Brasil. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OABSP. E-mail luizhistoria@yahoo.com.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8834-442X

Furthermore, it aims to investigate the extent and nature of police violence against the black population in the State of São Paulo during the specific period mentioned. It also seeks to quantify the racial disparity in occurrences of police violence, establishing comparisons between cases involving the black population and other ethnic groups. To achieve these objectives, an analysis of statistical data for this period will be conducted, including the Map of Violence in Brazil, data from INFOPEN and DEPEN, as well as the report published in 2022 by the Institute for the Defense of the Right to Defense (IDDD) on disparities in police approaches between white and black youth.

Keywords: Police Approaches. HC No. 208.240. Racial Profiling. Structural Racism. Institutional Violence.

INTRODUÇÃO

É mole de ver
Que em qualquer dura
O tempo passa mais lento pro negão
Quem segurava com força a chibata
Agora usa farda
Engatilha a macaca
Escolhe sempre o primeiro
Negro pra passar na revista
Pra passar na revista
Todo camburão tem um pouco de navio negreiro
(O RAPPA – 1994 - Todo camburão tem um pouco de navio negreiro)

A música "Todo Camburão Tem um Pouco de Navio Negreiro", do grupo O Rappa, apresenta uma metáfora poderosa que ilumina as profundas conexões entre a violência policial e o legado histórico de opressão racial no Brasil. Sua letra evoca a imagem do camburão policial, um símbolo contemporâneo de repressão. Essa associação ao terrível legado do navio negreiro representa os séculos de escravidão e violência perpetrados contra os negros. Ao estabelecer essa ligação, a música nos instiga a refletir sobre como a violência institucionalizada contra a população negra tem raízes profundas na história do país e persiste de formas sutis e não tão sutis nos dias de hoje. Sua letra sugere uma continuidade histórica entre a violência policial moderna e os horrores do passado, destacando como o racismo estrutural permeia as instituições policiais e influencia suas práticas.

A violência policial é um fenômeno complexo que tem despertado crescente preocupação em diversas partes do mundo. No contexto brasileiro, a

discussão sobre a atuação das forças de segurança, especialmente no que diz respeito ao tratamento dispensado à população negra, tem ganhado destaque nos últimos anos. O objetivo principal é examinar as raízes históricas dessa violência e seus desdobramentos contemporâneos, abordagens e violência policial no estado de São Paulo, durante os anos 2019 e 2020, visando não só compreender sua extensão e natureza, mas também contribuir para o debate público e a conscientização sobre essa questão crucial.

A escolha deste recorte temporal é fundamentada na necessidade de estabelecer um período específico para a coleta e análise de dados. Optou-se por este intervalo como uma abordagem para investigar o aumento da violência policial em 2020, contrastando com os números de 2019, onde podemos identificar disparidades e examinar as causas subjacentes ao aumento da violência policial, mesmo em um cenário de diminuição global da criminalidade, por conta da epidemia de Covid-19 e a redução significativa da circulação de pessoas nos espaços públicos.

Essa discussão será fundamental para a análise do Habeas Corpus nº208.240, impetrado pela Defensoria Pública de São Paulo em 2021 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, é sustentada a tese de que o auto de prisão em flagrante que levou à condenação de um réu, negro, por tráfico de drogas é nulo. A alegação é de que a busca policial, baseada em suposta "fundada suspeita", foi realizada com base em filtragem racial, ou seja, na cor da pele do suspeito. Esta análise exemplifica como o racismo estrutural pode permear as práticas policiais e influenciar diretamente o sistema de justiça criminal, resultando em violações dos direitos individuais e reproduzindo desigualdades raciais no processo legal.

A importância desse estudo reside na urgência de enfrentar as desigualdades raciais que permeiam as instituições sociais, inclusive as de segurança pública. Ao lançar luz sobre as disparidades na abordagem policial entre diferentes grupos étnicos, buscamos não apenas identificar problemas, mas também promover a compreensão dos fatores que contribuem para essa realidade. A análise será embasada em dados estatísticos concretos, incluindo informações do Mapa da Violência no Brasil, dados do INFOPEN e do DEPEN.

Também utilizamos como fonte documental relatório - realizado a partir de dados das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro - que revelou disparidades

nas abordagens policiais entre suspeitos negros e brancos. De acordo com o estudo, indivíduos negros têm 4,5 vezes mais probabilidade de serem abordados em comparação aos brancos. A pesquisa foi conduzida pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), composto por advogados criminais e defensores dos direitos humanos, em parceria com o Data_Labe, uma organização social com sede no conjunto de favelas da Maré. Um total de 1.018 pessoas foram entrevistadas, sendo 510 no Rio de Janeiro e 508 em São Paulo. Dessas, 64% relataram ter passado por pelo menos uma abordagem policial, totalizando 652 indivíduos. Intitulada "Por Que Eu?", a pesquisa entrevistou participantes no período de 3 de maio a 12 de junho de 2021, sobre abordagens policiais que sofreram ao longo de suas vidas.

Analisamos brevemente a violência histórica perpetrada contra os negros ao longo da história do Brasil, desde os horrores da escravidão e das senzalas até as abordagens policiais e o sistema penitenciário atual. Essa análise ressalta a continuidade das formas de opressão e discriminação racial, destacando como o racismo estrutural está arraigado nas instituições e práticas sociais do país.

As discussões mais recentes sobre o racismo contemplam várias dimensões, com destaque para a dimensão estrutural e institucional. Segundo Almeida,

> O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais [...] algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. [...]. As instituições são racistas porque a sociedade é racista.[2]

Isso quer dizer que, em uma sociedade racista como a nossa, as instituições também são racistas. No entanto, conforme observado por Almeida, essa realidade não pode ser usada como desculpa para as práticas racistas do indivíduo no cotidiano. Em outras palavras, cada um de nós tem responsabilidade por nossas ações, não devendo culpar a sociedade e as estruturas racistas.

[2] ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018, p. 36.

Assim, o racismo estrutural é precisamente essa forma de discriminação enraizada nas instituições políticas, econômicas e sociais. Temos então uma discriminação negativa sistemática e institucionalizada que opera no cotidiano, frequentemente de maneira tão arraigada que muitos indivíduos não se dão conta de sua existência, normalizando falas e práticas.

Dessa forma, a sociedade tende a normalizar a violência institucional contra negros e pobres, sustentando a crença de que esses indivíduos são mais perigosos. Isso leva à justificativa de que tanto a ação policial quanto o encarceramento em massa são necessários para preservar a ordem e a segurança dos "cidadãos de bem".

Juliana Borges ressalta que os sistemas de justiça e penitenciário representam uma estratégia genocida que está profundamente enraizada na subalternização e opressão das pessoas negras. Esses sistemas não apenas perpetuam, mas também exacerbam as desigualdades raciais, promovendo uma forma institucionalizada de violência, assim temos um “[...] aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo, e portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial.”[3]

É essencial historicizar conceitos e eventos para compreender as complexidades dos discursos, destacando suas continuidades e os sistemas que os influenciam. Essa ordem está intrinsecamente ligada às relações de poder, que funcionam para criar e perpetuar formas de opressão e exclusão em prol de um projeto de sociedade definido pelas elites.

Assim, buscaremos entender a visão sobre esse “criminoso em potencial”, que pela cor de sua pele enseja a abordagem policial sem um mandato judicial, buscando amparo indiscriminado no artigo 240 do Código de Processo Penal, que reza “A busca será domiciliar ou pessoal [...] § 2º **Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita** de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.” E, também, no artigo 244 que indica que “**A busca pessoal independerá de mandado**, no caso de prisão ou **quando houver fundada suspeita** de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam

[3] BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018, p. 21

corpo de delito [...].” [4]

Essas abordagens policiais contribuem para a construção de um perfil criminoso que se baseia na distinção entre “normalidade” e “anormalidade”, como Foucault sinaliza em suas obras, em especial Os Anormais (2001). Mesmo que a representação do "anormal" tenha se alterado ao longo da história, ela continua associada aos pobres e aos negros, que são vistos como sujeitos que precisam ser controlados, excluídos e até mesmo exterminados. Essa narrativa reforça estereótipos prejudiciais e perpetua a marginalização e a criminalização de grupos específicos na sociedade. Daí a necessidade de discutir as origens desse entrelaçamento entre a violência estatal e racismo estrutural.

1. EXPLORANDO AS RAÍZES: A INTERSEÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTATAL E RACISMO ESTRUTURAL

A violência exercida pelo estado contra grupos específicos é um tema histórico e intricado. Abranger todo esse processo em um único artigo seria impraticável, uma vez que se estende desde a chegada dos europeus até os dias atuais, de qualquer forma, pretendemos apresentar um histórico dessa situação. Da mesma forma, o racismo profundamente enraizado na sociedade brasileira também possui uma longa trajetória.

Percebe-se um processo complexo de enraizamento orgânico dessas ideias, que permanecem influentes até hoje. As estruturas racistas são alimentadas por um pensamento racista, e, por sua vez, essas estruturas racistas "confirmam" e validam ideias racistas. Como alerta Almeida, "[...] o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem *a guerra às drogas.*"[5]

Nesse mesmo sentido, destacamos o importante trabalho de Schwarcz[6] sobre a segunda metade do século XIX e a representação do negro, que

[4] BRASIL. **Código de Processo Penal**. 1941 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. acesso em 01 de maio de 2024, grifos nossos.
[5] ALMEIDA, Silvio Luiz de. Op. Cit., p. 52, itálico no original.
[6] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

demonstra como a imprensa também contribuiu para a criação, disseminação e consolidação de diversas teses que sustentavam a inferioridade e a violência dos negros.

A autora resgata, de forma perspicaz, a representação dos negros nos jornais paulistanos no final do século XIX. Os negros eram retratados como violentos, resultantes de sua luta contra os brancos e de uma selvageria própria de indivíduos animalescos. Eles eram descritos como incapazes geneticamente de se cuidar, tornando-se presas fáceis para os vícios. Além disso, eram vistos como degenerados, devido às suas "práticas bárbaras" como o samba e a capoeira, que frequentemente resultavam em tumultos e mortes. De fato, em todos os crimes em que o criminoso era desconhecido, suspeitava-se dos negros. Acreditamos que uma rápida análise dos jornais do início do século XXI nos mostraria que parte dessas "análises" ainda é disseminada pela imprensa atualmente.

Sidney Chalhoub, em seu livro "Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial", examina os mecanismos de controle social no Rio de Janeiro do final do século XIX, destacando como o conceito de "classes perigosas" se estabeleceu no Brasil. Assim, os debates acalorados entre os parlamentares brasileiros sobre quem seriam essas "classes perigosas" acabaram se entrelaçando com o “racismo científico” do século XIX.

Tais teorias raciais desempenharam um papel crucial como instrumento de controle no processo de perpetuação do poder e da dominação da elite intelectual brasileira através da lente do discurso científico. O darwinismo social, em particular, teve um impacto significativo na construção ideológica do racismo, promovendo a crença na superioridade e inferioridade racial, especialmente em relação aos negros. Essa narrativa, presente na história e na literatura brasileira, deixou marcas profundas na construção da identidade negra no país, que persistem até os dias atuais.

Assim, consolidou-se a ideia de que os negros eram suspeitos preferenciais, e o Estado assumiu o papel de principal responsável pelo controle social. Até os dias de hoje, a polícia continua a utilizar esses pressupostos na defesa de sua função institucional, na formação de seus policiais e na implementação de suas ações.

Controlar a violência e a ociosidade dos negros tornou-se um desafio

árduo no período pós-abolição e, aparentemente, a preocupação continua ainda hoje.

Apesar de ser considerado necessário para o modo de produção escravista ou, posteriormente, como mão de obra barata, o negro sempre foi percebido e tratado como um inimigo, um potencial criminoso, sujeito a ser controlado e eliminado quando se torna inconveniente.

Almeida, aponta que “O racismo estabelecerá a linha divisória entre *superiores* e *inferiores*, entre *bons* e *maus*, entre grupos que merecem viver e os que merecem morrer.”[7]. E esse racismo arraigado no pensamento e imaginário, muitas vezes torna o policial o agente que julga, condena e executa o “inferior”, o “mal”.

Caldeira[8] destaca em sua obra que, no ano de 1992, a Polícia Militar de São Paulo foi responsável pela morte de 1.140 pessoas, a maioria na capital e região metropolitana, o que representou mais de 20% de todos os homicídios registrados nessa área. Em comparação, em Los Angeles (EUA), esse índice foi de "apenas" 2,1%, e em Nova Iorque, de 1,2%. Desde 1992 até os dias atuais, observa-se um aumento na taxa de letalidade em São Paulo, com alguns episódios sugerindo ações de extermínio direto. Conforme alertado pela autora, ao longo da história, o estado procurou estabelecer mecanismos para justificar e "legalizar" essa violência. De forma paradoxal, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, acabam por apoiar algumas de suas formas. Para a autora, a violência é uma norma institucional, especialmente dentro da polícia, mas também se manifesta no âmbito privado.

Esse fenômeno pode ser atribuído a um processo de deslegitimação ou descrédito do sistema judiciário. Nesse contexto, tanto o indivíduo quanto o Estado acabam entrando em um ciclo de "vinganças". Parte da população não apenas apoia, mas também exige esses atos de vingança. Por sua vez, do sistema judiciário, cobram-se maior rigor e exigem-se alterações legais. Como resultado, propostas de redução da maioridade penal e defesa da pena de morte proliferam, sendo vistas como instrumentos para aprimorar esse ciclo de vinganças.

[7] ALMEIDA, Silvio Luiz de. Op. Cit., p. 88, itálico no original.
[8] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/Edusp. 2000.

Em 2015, a polícia militar foi responsável por cerca de 26% dos homicídios na cidade de São Paulo[9], esses dados assustadores reforçam as teses da existência de um “genocídio da população negra”.

É importante ressaltar que, se os negros têm uma maior probabilidade de serem vítimas de homicídios dolosos, também são alvos preferenciais do sistema judiciário. O sistema como um todo, e o direito penal em particular, tende a proteger os interesses de certos grupos, evidenciando uma valorização do patrimônio em detrimento da vida, como é explicitado em nosso código penal.

Dados do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública[10], indica que, em 2020, quase 79% das vítimas mortas em decorrência de intervenção policial eram negras. O relatório aponta a taxa de letalidade policial entre negros excede 4 vítimas a cada 100 mil habitantes, enquanto entre brancos essa taxa é de 1,5 a cada 100 mil. Isso implica que a taxa de letalidade policial entre negros é 2,8 vezes maior do que entre brancos.

Tal desigualdade também pode ser verificado no sistema prisional.

> [...] há um grupo populacional bem específico que compõe esse total de pessoas encarceradas. Confirmando o perfil histórico dos presos no país, em 2020, 66,3% se identificavam como negros [...]. Ainda que o percentual da população prisional sobre a qual se tem informações sobre cor/raça tenha caído de 87,1% em 2019 para 79% em 2020, o que merece atenção, continua a ser um fato no país que os nossos presos são majoritariamente homens, jovens e negros.[11]

Estigmatizados antes mesmo de serem encarcerados e segregados após, a chance de reintegração é mínima. Isso demonstra que o sistema não prioriza o bem-estar individual; ao contrário, funciona como uma espécie de "vingança" da sociedade, ratificada e apoiada por ela.

2 PERFILAMENTO RACIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

[9] De acordo com informações obtidas pelo G1, com base em dados da SSP-SP obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, o número de mortes na cidade foi de 1.591. Em determinados bairros periféricos, como Jaguaré e Jardim Arpoador, localizados na zona oeste, uma em cada duas vítimas de homicídio foi morta pela polícia.

[10] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf . Acesso em 01 de maio de 2024.

[11] Idem, p. 213.

O perfilamento racial é uma prática relativamente comum de suspeitar e abordar indivíduos com base em sua raça ou cor. Isso ocorre tanto em ações policiais quanto por seguranças em estabelecimentos comerciais. Como resultado dessas abordagens, indivíduos são presos ou mortos em situações que não ocorreriam se não fossem negros.

Segundo o relatório da pesquisa "Por Que Eu?", já apresentada,

> [...] as abordagens são um terreno fértil para todo tipo de método opaco de identificação de suspeitos [...] as buscas pessoais transformam-se também em portas de entrada para o sistema de justiça criminal que, por sua vez, tende a validar - e, portanto, tornar jurídica e socialmente legítimas - prisões que são, na verdade, ilegais.[12]

O relatório contesta a capacidade dessas abordagens de gerar resultados sérios ou confiáveis, argumentando que é implausível que policiais possuam uma intuição extraordinária para identificar suspeitos em uma multidão sem recorrer a preconceitos predefinidos sobre o perfil de um criminoso.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, quase 12 milhões de revistas pessoais foram realizadas no ano de 2020, resultando em menos de 1% de prisões em flagrante. Isso aponta para uma limitação significativa desse tipo de abordagem, que é frequentemente justificada pela "fundada suspeita". Esses números sugerem que a prática de perfilamento racial não só é ineficaz, mas também pode perpetuar preconceitos e injustiças, ao invés de melhorar a segurança pública.

Voltando à discussão do artigo 244 do Código de Processo Penal, Aury Lopes Jr. aponta que a “fundada suspeita” é uma “[...] cláusula genérica, de conteúdo vago, impreciso e indeterminado, que remete à ampla e plena subjetividade (e arbitrariedade) do policial.”[13]

Nesse sentido, o que motiva a busca pessoal por "fundada suspeita" é, quase sempre, o perfilamento racial, focando desproporcionalmente em indivíduos negros, baseando-se em preconceitos e estereótipos, ao invés de evidências concretas.

O relatório da pesquisa "Por Que Eu?", aponta que mais de 80% das

[12] IDDD e DATA_LABE **Por Que Eu?** 2022. https://datalabe.org/relatorio-por-que-eu/ acesso em 13 de março de 2024, p. 7.
[13] LOPES Jr., Aury. **Direito Processual**. 20º ed., São Paulo: SaraivaJur, 2023, p. 628.

pessoas negras entrevistadas já haviam sofrido abordagem policial, ao passo que entre as pessoas brancas, esse percentual não chegou a 20% e dentre aqueles "[...] que disseram terem sido abordados mais de 10 vezes, entre os negros, o percentual foi mais que o dobro (19,1%) se comparado com o de brancos (8,5%)."[14]

O relatório também mostra que, além de serem abordados com maior frequência, os cidadãos negros sofrem abordagens mais violentas. Isso evidencia um viés racial no tratamento policial, contribuindo para a desconfiança e o medo entre a população negra.

> O problema de medidas assim, com amplo espaços para abusos, poderia ser atenuado com maior rigor no preparo técnico dos policiais e, principalmente, efetivo controle da validade dos atos por parte dos juízes e tribunais. Infelizmente nada disso ocorre e, com ampla complacência dos julgadores, os abusos são frequentes.[15]

Assim, o judiciário, tal como as estruturas policiais, acaba refletindo um racismo estrutural. Permanecem teses do século XIX, como já discutido, sobre um inimigo que deve ser combatido a todo custo, onde os fins justificam os meios e a ilicitude das provas deve ser tolerada em nome do combate ao crime.

Nesse sentido, é interessante mencionar uma pesquisa realizada em 2017, que analisou mais de 4.000 sentenças de primeira instância em São Paulo, relacionadas ao crime de tráfico de drogas. Este é o mesmo delito que motivou o *Habeas Corpus* nº 208.240, cuja análise será aprofundada no próximo tópico. Observa-se que o rigor dos magistrados é maior contra indivíduos negros, em especial, quando observamos a desclassificação do artigo nº 33 (tráfico) da Lei nº 11.343/ 2006 (Lei de Drogas), para o artigo nº 28 (consumo pessoal).

> Os dados revelam que os magistrados condenaram proporcionalmente mais negros do que brancos na cidade de São Paulo. Setenta e um por cento dos negros julgados foram condenados por todas as acusações feitas pelo Ministério Público no processo – um total de 2.043 réus. Entre os brancos, a frequência é menor: 67%, ou 1.097 condenados. Enquanto a frequência de absolvição é similar – 11% para negros, 10,8% para brancos –, a diferença é de quase 50% a favor dos brancos nas desclassificações para "posse de drogas para consumo

[14] IDDD e DATA_LABE**.** Op. Cit. , p. 66.
[15] LOPES Jr., Aury. Op. Cit., p. 630.

pessoal": 7,7% entre os brancos e 5,3% entre os negros.[16]

Nessa mesma pesquisa, chama a atenção a forma como as abordagens policiais eram realizadas, quase sempre por "fundada suspeita" e tendo os policiais como únicas testemunhas.

3 EXAMINANDO A JUSTIÇA: FILTRAGEM RACIAL E FUNDADA SUSPEITA NO HABEAS CORPUS Nº208.240

Francisco Cícero dos Santos Junior, o paciente do HC nº208.240, foi abordado por policiais militares, na cidade de Bauru/SP, por uma "fundada suspeita", com ele foi encontrado cerca de 1,5g de cocaína. Foi preso, denunciado, processado e condenado a sete anos, 11 meses e oito dias de reclusão em regime fechado, pelo artigo nº 33 da Lei de Drogas , em Recurso de Apelação, ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a pena foi mantida.

Antes de avançarmos para a análise do mencionado HC, é relevante destacar alguns pontos. Deve-se observar que com o indivíduo foi encontrada uma pequena quantidade de cocaína, compatível com o consumo pessoal, como alegado em sua defesa.

No entanto, na sentença o julgador não chega a considerar tal possibilidade, pois entende que "[...] o entorpecente estava acondicionado em porções individuais, de forma própria para a venda, o que reforça tal conclusão"[17]. Ora cabe apontar que se o acusado estivesse mesmo adquirindo o produto, como alegado em seu depoimento, para consumo próprio, o acondicionamento seria o mesmo, assim tal entendimento nos parece muito frágil e reforça a tese da seletividade nos tribunais.

---

[16] DOMENICI, Thiago e BARCELOS Iuri. **Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas**. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas/. Acesso em 23 de maio de 2024. A pesquisa é amostral e trata-se de um recorte de um ano com base nos processos julgados e disponíveis para acesso público online e digitalizados no portal do Tribunal de Justiça (TJ-SP) para a cidade de São Paulo no ano de 2017.

[17] SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Processo 1500526-56.2020.8.26.0594. disponível em https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do;jsessionid=1C5A73CB894E92407B593F6B35D4800A.cposg1?conversationId=&paginaConsulta=0&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=1500526-56.2020&foroNumeroUnificado=0594&dePesquisaNuUnificado=1500526-56.2020.8.26.0594&dePesquisaNuUnificado=UNIFICADO&dePesquisa=&tipoNuProcesso=UNIFICADO#. fl. 213. Acesso em 21 de maio de 2024.

> De maneira geral, os negros também foram processados por tráfico com menos quantidade de maconha, cocaína e crack do que os brancos. Entre os réus brancos foram apreendidas, na mediana, 85 gramas de maconha, 27 gramas de cocaína e 10,1 gramas de crack. Quando o réu é negro, a medida é inferior nas três substâncias: 65 gramas de maconha, 22 gramas de cocaína e 9,5 gramas de crack.[18]

No Recurso de Apelação, a defesa reitera os argumento e os pedidos, indicando:

> 1) O provimento do presente recurso, com a reforma de Decisão para o fim de ser o apelante absolvido da acusação que lhe é imputada, em razão da fragilidade probatória, com fundamento no art. 386, inciso V e VII, do CPP;
> 2) Subsidiariamente, seja desclassificada a conduta do delito de tráfico para o delito descrito no ART. 28 da Lei 11.343/06;
> 3) Ainda, em caso de condenação requer seja afastada o acréscimo da fração de 1/6 referente à agravante do art. 61, II, 'j', do CP, nos moldes já expostos.[19]

O acórdão proferido manteve a decisão de primeira instância, basicamente, com os mesmos argumentos.

Posteriormente, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, impetrou o *Habeas Corpus* Nº 660.930, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando "[...] medida liminar com o afastamento do aumento da pena em razão da alegada "personalidade distorcida" do réu, bem como da agravante prevista no art. 61, II, j, do CP, com o recálculo da pena". O acórdão reformou a decisão, fixando a pena em dois anos e 11 meses.

Justamente nesse momento, durante os debates no STJ, surgiu a tese, por parte do Ministro Relator Sebastião Reis Júnior, da ilicitude das provas devido à forma como ocorreu a abordagem policial. É importante ressaltar que essa tese não foi levantada nos memoriais e tampouco no recurso de apelação, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sustentava a tese do Princípio da Insignificância, dada a pequena quantidade de drogas apreendidas.

Ementa:

> *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO. 1,53 GRAMAS DE COCAÍNA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOSIMETRIA.

[18] DOMENICI, Thiago e BARCELOS Iuri. Op. Cit.
[19] SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Op. Cit., fl. 252

> DESPROPORCIONALIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA DA PERSONALIDADE COM FUNDAMENTO EM ANTECEDENTES CRIMINAIS. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. QUANTIDADE DE DROGA QUE NÃO JUSTIFICA AFASTAR A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. ÍNFIMA QUANTIDADE QUE DEVE PREVALECER SOBRE A REINCIDÊNCIA, PERMITINDO FIXAR REGIME MAIS BRANDO E SUBSTITUIR A REPRIMENDA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA À UNANIMIDADE.
> **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE EIVADO DE NULIDADE. BUSCA PESSOAL. FUNDADA SUSPEITA ORIGINADA EM ELEMENTO INIDÔNEO. COR DA PELE NÃO PODE CONFIGURAR ELEMENTO CONCRETO INDICIÁRIO DE DESCONFIANÇA DO AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA. ILICITUDE DOS ELEMENTOS DE PROVA QUE EMBASARAM A CONDENAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. CONVICÇÃO DO RELATOR NÃO ACOMPANHADA NA SEXTA TURMA.**[20]

Segundo entendimento do ministro relator "[...] não se pode ter como elemento ensejador da fundada suspeita a convicção do agente policial despertada a partir da cor da pele", estando assim configurada a ausência de elementos probatórios por conta da nulidade das provas obtidas de forma ilícita.

No inquérito policial, fica evidente a perspectiva dos agentes policiais, as únicas testemunhas do ocorrido:

> [...] AVISTOU AO LONGE UM INDIVÍDUO **DE COR NEGRA** QUE ESTAVA EM CENA TÍPICA DE TRÁFICO DE DROGAS, UMA VEZ QUE ELE ESTAVA EM PÉ JUNTO O MEIO FIO DA VIA PÚBLICA E UM VEÍCULO ESTAVA PARADO JUNTO A ELE COMO SE ESTIVESSE VENDENDO /COMPRANDO ALGO; QUE O INDIVÍDUO AO PERCEBER A APROXIMAÇÃO DA VIATURA POLICIAL MUDOU O SEMBLANTE E SAIU ANDANDO SORRATEIRAMENTE JOGANDO ALGO NO CHÃO [...] QUE EM REVISTA PESSOAL ACABOU LOCALIZANDO 5 PINOS DE COCAÍNA QUE ESTAVAM NO BOLSO DA CALÇA DE MOLETOM.[21]

O segundo policial reitera a discrição da situação de flagrância, "VIRAM UM **INDIVÍDUO NEGRO** [...] QUE O INDIVÍDUO É SEMPRE VISTO NAQUEL LOCAL EM ATITUDE SUSPEITA"[22]

[20] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. ***Habeas Corpus* n°660930 - SP**. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/eletronico/documento/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=135573737&registro_numero=202101169756&publicacao_data=20210921. Acesso em: 14/04/2024. Grifos nossos

[21] SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Op. Cit. Fl. 8, grifos nossos.

[22] Idem, fl. 9, grifos nossos.

Na abordagem, no testemunho e na tipificação do delito, podemos observar, de forma subliminar ou explícita, o racismo estrutural e o perfilamento racial. Como já apontado, esses elementos são evidentes quando analisamos a conduta dos agentes policiais, que podem ter sido influenciados por preconceitos raciais ao decidir abordar e acusar o indivíduo. A narrativa dos policiais, as únicas testemunhas do ocorrido, revela uma predisposição que pode estar enraizada em estereótipos raciais. Essa predisposição afeta desde a decisão de realizar a abordagem até a classificação do delito, demonstrando como o racismo estrutural permeia as práticas policiais e judiciais. Como resultado, essas práticas acabam por validar provas obtidas através desse tipo de abordagem.

Nas palavras de Aury Lopes Jr.:

> Não raras vezes, os próprios juízes legitimam as buscas de "arrastão" e sem qualquer critérios [...] justificados pelos altos índices de violência urbana [...]. Outros ainda, com precários subterfúgios discursivos, recorrem a lógica de que os fins justificam a (ilegalidade) dos meios.[23]

Na sequência, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo impetrou *Habeas Corpus* no STF – HC 208.240/SP – sustentando que o auto de prisão em flagrante que resultou na condenação de Francisco Cícero dos Santos Júnior por tráfico de drogas deveria ser considerado nulo, uma vez que a busca policial foi baseada no perfilamento racial.

Na análise do referido *Habeas Corpus*, o relator, ministro Edson Fachin, concordou com essa tese. Em seu voto, ele defendeu que a "fundada suspeita" precisa estar amparada por elementos objetivos e concretos, não podendo ser fundamentada em critérios como raça, aparência ou outros fatores sem objetividade.

Alerta que,

> É passado da hora de o senso comum de que pessoas negras são naturalmente voltadas para a criminalidade ser traduzido pelo Poder Judiciário como histórica e sistemática violação de direitos, normalizada pelas instituições de justiça a partir da legitimação de procedimentos que estariam a serviço da guerra do bem contra o mal. Especialmente aquela travada nas ruas, em que os corpos negros são representados, graças às tecnologias do racismo, como suspeitos de provocarem o

[23] LOPES Jr., Aury. Op. Cit., p. 630.

desassossego da ordem estabelecida.[24]

No entanto, a corte, por maioria[25], divergiu quanto à aplicação dessa tese no caso concreto, entendendo que a abordagem policial ao suspeito foi justificada por evidências concretas, como a localidade e a conduta do indivíduo, e não por questões raciais. Os ministros que compuseram a maioria argumentaram que esses fatores forneceram uma base objetiva para a intervenção policial, afastando a hipótese de que a decisão de abordar o suspeito foi motivada por racismo.

Nessa linha foi o voto do ministro André Mendonça, que, apesar de concordar que as provas obtidas por meio de perfilamento racial não devem ser admitidas, não vê indícios de abordagem discriminatória neste caso concreto. O ministro Alexandre de Moraes, ao acompanhar o voto, destacou que o local da abordagem é um conhecido ponto de venda de drogas, o que, segundo ele, afasta a tese de perfilamento racial nessa abordagem específica.

No entanto, por unanimidade, a corte fixou a tese do perfilamento racial, reconhecendo a importância de abordar e combater essa prática. A decisão unânime enfatizou que o perfilamento racial é inaceitável e não pode servir como fundamento para a "fundada suspeita", como se observa da decisão:

> O Tribunal, por maioria, denegou a ordem, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Luiz Fux e Luís Roberto Barroso (Presidente). Em seguida, por unanimidade, foi fixada a seguinte tese de julgamento: “A busca pessoal independente de mandado judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física”. Redigirá o acórdão o Relator. Ausentes, justificadamente, o Ministro Alexandre de Moraes, que proferiu voto em assentada anterior denegando a ordem, e a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 11.4.2024.[26]

[24] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ***Habeas Corpus* n° 208.240**. Disponível: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6287873. Acesso em: 13/04/2024

[25] O relator, ministro Edson Fachin, foi seguido pelos ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. O ministro André Mendonça divergiu, e os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes seguiram a divergência, a ministra Cármen Lúcia, ausente, não proferiu voto. Cf. MIGALHAS. **STF não vê perfilamento racial e nega HC a preso por 1,5g de cocaína.** Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/405318/stf-nao-ve-perfilamento-racial-e-nega-hc-a-preso-por-1-5g-de-cocaina. Acesso em 23 de maior de 2024.

[26] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* n° 208.240. Disponível: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6287873. Acesso em: 08/05/2024

Ainda que Francisco Cícero dos Santos Junior não tenha obtido sucesso no *Habeas Corpus*, esse julgamento foi extremamente importante para estabelecer a tese da ilicitude de provas obtidas a partir do perfilamento racial. A decisão representa um avanço significativo no combate às práticas discriminatórias, reforçando a necessidade de garantir que abordagens e provas sejam fundamentadas em elementos objetivos e concretos, livres de preconceitos raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É crucial compreender que o estado reflete uma estrutura racista. Tanto o aparato repressivo, que vitima jovens negros, quanto o sistema judiciário, que os encarcera, ecoam o racismo presente na sociedade. O estado não é neutro; suas instituições estão impregnadas por essa realidade.

Da mesma forma, não podemos dissociar a violência policial do restante da sociedade, pois vivemos em uma comunidade marcada por uma violência estrutural. Ao longo da história, testemunhamos a violência perpetrada pelas forças policiais, representantes diretos do estado em muitas comunidades periféricas, que frequentemente visam pobres e negros. Essa violência é alimentada e legitimada por uma parte significativa da sociedade, que acredita ser esse o caminho para reduzir os índices de criminalidade.

Portanto, encontramo-nos imersos em um ciclo de violência incessante, no qual já não conseguimos distinguir claramente a violência do estado da nossa própria violência.

> [...] ainda que se tenha um Estado Democrático de Direito, no plano constitucional-formal, a maioria da população, que convive com a pobreza, conhece apenas o braço armado do Estado e a truculência policial. Esses elementos aliados à ausência de defesa técnica nos processos (culpa da não existência de Defensorias Públicas bem estruturadas em todos os estados brasileiros), de um Ministério Público de ideologia marcadamente punitivista e de um Poder Judiciário, muitas vezes, alienado dos processos sociais, forjam uma criminalização secundária profundamente seletiva e desigual.[27]

[27] GOLÇALVES, Vanessa Chiari. “A repressão penal no Brasil Contemporâneo pelo olhar da criminologia radical”, in **REDES**: Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Canoas: UnilaSalle, vol. 3, nº 1, maio/2015, p. 235.

A transição democrática que ocorreu na década de 1980 representou um marco importante na história do país, mas não foi acompanhada por uma efetiva consolidação dos princípios de igualdade e garantia de direitos para todos os cidadãos. Enquanto as detenções arbitrárias e torturas durante o regime autoritário por questões políticas desapareceram, lamentavelmente, isso não se estendeu aos indivíduos encarcerados por crimes comuns. As prisões arbitrárias persistem, demonstrando que o respeito aos direitos individuais ainda está longe de ser uma realidade para todos os segmentos da sociedade. Assim, apesar dos avanços políticos rumo à democracia, a plena garantia de direitos humanos e a igualdade perante a lei continuam a ser desafios urgentes.

Sem dúvida, a Constituição Federal de 1988 representa um avanço significativo e um marco civilizatório para o Brasil. No entanto, é inegável que as práticas cotidianas não sofreram mudanças profundas em consonância com os ideais estabelecidos nesse documento histórico. As estruturas profundamente enraizadas do racismo e outras formas de discriminação não foram eliminadas pela promulgação da chamada "Constituição Cidadã". A cidadania plena continuou sendo um privilégio reservado a determinados grupos, enquanto outros enfrentam barreiras sistemáticas para o exercício de seus direitos. É importante ressaltar que a responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente à Constituição em si, embora seu artigo 5º tenha estabelecido princípios fundamentais de igualdade perante a lei "sem distinção de qualquer natureza", ou apenas nas estruturas, pois como salienta Almeida, “[...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um álibi para racistas.”[28]

As estruturas sociais, econômicas e políticas pré-existentes, permeadas por desigualdades históricas e arraigadas, também desempenharam um papel significativo na manutenção das disparidades e na perpetuação das injustiças. Assim, para efetivamente alcançar a promessa de igualdade e justiça consagrada na Constituição, é necessário não apenas reconhecer as limitações das leis e instituições, mas também enfrentar ativamente as desigualdades arraigadas, promovendo políticas públicas inclusivas, garantindo o acesso

[28] ALMEIDA, Silvio Luiz de. Op. Cit., p. 40.

equitativo à educação, saúde, emprego e justiça para todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica ou qualquer outra característica.

Nesse sentido, é responsabilidade de todos combater práticas e resquícios racistas, tanto nas instituições estatais quanto no contexto privado. Urge uma mudança profunda na maneira como compreendemos e concebemos a cidadania no Brasil. Caso contrário, persistiremos em registrar tristes índices de abordagens ilícitas, encarceramento e violência contra grupos historicamente marginalizados e violentados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**? Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa**? Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. 1941 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 01 de maio de 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 10 de março de 2024

BRASIL. **Mapa do Encarceramento**: Os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. ***Habeas Corpus* n°660930 - SP**. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/eletronico/documento/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=135573737&registro_numero=202101169756&publicacao_data=20210921. Acesso em: 14 de abril de 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ***Habeas Corpus* n° 208.240**. Disponível: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6287873. Acesso em: 13 de abril de 2024

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/Edusp. 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DOMENICI, Thiago e BARCELOS Iuri. **Negros são mais condenados por**

tráfico e com menos drogas. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas/. Acesso em 23 de maio de 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf . Acesso em 01 de maio de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collége de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOLÇALVES, Vanessa Chiari. "A repressão penal no Brasil Contemporâneo pelo olhar da criminologia radical", *in* **REDES:** Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Canoas: UnilaSalle, vol. 3, nº 1, maio/2015

IDDD e DATA_LABE **Por Que Eu?** 2022. Disponível em: https://datalabe.org/relatorio-por-que-eu/. Acesso em: 13 de março de 2024

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: 2020.

LOPES JUNIOR., Aury. **Direito Processual**. 20º ed., São Paulo: SaraivaJur, 2023.

MIGALHAS. **STF não vê perfilamento racial e nega HC a preso por 1,5g de cocaína**. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/405318/stf-nao-ve-perfilamento-racial-e-nega-hc-a-preso-por-1-5g-de-cocaina. Acesso em: 23 de maio de 2024.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Processo 1500526-56.2020.8.26.0594** disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do;jsessionid=1C5A73CB894E92407B593F6B35D4800A.cposg1?conversationId=&paginaConsulta=0&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=1500526-56.2020&foroNumeroUnificado=0594&dePesquisaNuUnificado=1500526-56.2020.8.26.0594&dePesquisaNuUnificado=UNIFICADO&dePesquisa=&tipoNuProcesso=UNIFICADO#. Acesso em: 21 de maio de 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Recebido em 16-12-2024.
Aprovado para publicação em 10-10-2025.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A "FAXINA REPUBLICANA" DE DILMA CONTRA O CAMPO POLÍTICO

O primeiro ato do impeachment (2011)

Dilma's "republican cleansing" against the political field

The first act of *impeachment* (2011)

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME[1]

RESUMO

Em seu primeiro ano de governo, a presidenta Dilma Rousseff promoveu uma série de demissões sumárias em Ministérios comandados por partidos aliados. A opinião pública saudou-a como a presidenta que não compactua com a corrupção e aplaudiu o que chamou de "faxina republicana". Porém, os caciques parlamentares do campo político passaram a articular revides e Dilma precisou conviver com uma constante crise de governabilidade em sua base congressual. Este artigo, em debate com a bibliografia sobre o tema, trata deste primeiro ato de indisposição de Dilma com o Congresso, que resultaria, anos depois, na sua deposição parlamentar pela via do *impeachment*.

Palavras-chave: Dilma, Congresso, corrupção, *impeachment*.

ABSTRACT

In her first year of government, President Dilma Rousseff promoted a series of summary dismissals in Ministries led by allied parties. Public opinion hailed her as the president who does not condone corruption and commended what she called "republican cleansing". However, the legislative leaders of the political field began to express retaliations and Dilma was forced to live with a perpetual crisis of governability among her congressional base. This article, in debate with the bibliography on the subject, deals with Dilma's first act of indisposition towards Congress, which would result, years later, in her parliamentary deposition via impeachment. This article, in discussion with the literature on the issue, focuses on Dilma's first act of hostility toward Congress, which would end in her legislative deposition by *impeachment* years later.

Keywords: Dilma, Congress, corruption, *impeachment*.

[1] Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cassionl@unifesspa.edu.br

INTRODUÇÃO

Dois grandes assuntos políticos dominaram o noticiário em 2011, primeiro ano de mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT): a conflituosa relação da presidenta com a base aliada, em especial o PMDB; e as demissões sumárias, chamadas de "faxina republicana", promovidas por Dilma em vários ministérios. A soma destes dois acontecimentos pode ser entendida como um primeiro ato a encher o pote de mágoas do campo político pemedebista. O resultado imediato foi uma presidenta em constante crise de governabilidade com sua base parlamentar. Anos depois, a oportunidade aberta por uma conjuntura social, econômica e jurídica mais complexa, permitiu que este mesmo campo político promovesse o golpe parlamentar que tirou Dilma da presidência e alçou ao seu lugar o maior representante do pemedebismo.

O filósofo Marcos Nobre argumenta que a presidenta Dilma manteve uma estratégia governamental iniciada pelos seus antecessores FHC e Lula: "manter um conjunto de ministérios que é preservado do pemedebismo" (2013, p. 140). Uma espécie de "cordão sanitário" que livrou a área econômica e os principais ministérios da área social. Porém, na tese de Nobre, Dilma foi mais ousada na formação de seu ministério e continuaria sendo na "faxina republicana" de 2011, ao esticar este "cordão" para outras pastas da Esplanada. Fato é que os partidos aliados, em especial o PMDB, assumiram ministérios de menor relevância, perderam espaço dentro do governo e ficaram insatisfeitos.

Assim, o recorte temporal deste artigo é o ano político de 2011, o primeiro sob a presidência de Dilma Rousseff (PT). Devido à limitação de espaço, que torna inviável a análise de todas as fontes disponíveis ao recorte, opto por utilizar como fonte um periódico diário de circulação nacional, o jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP* ou *Estadão*)[2]. A partir dele, será possível detalhar não apenas os acontecimentos políticos, mas também perceber como o referido jornal se posicionou editorialmente[3]. Tudo em debate com parte da bibliografia pertinente

2 Para esta pesquisa, foram lidas, fichadas e analisadas todas as edições diárias impressas do jornal no ano de 2011. A opção por este periódico se dá pela experiência que este autor já possui no trato com referido jornal, que possui histórico de posicionamento à direita do espectro político (Guilherme, 2018).

3 Uma explicação metodológica se faz necessária. Este artigo trabalha com enorme quantidade de jornais. Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título da reportagem ou editorial, a escolha foi de não as fazer

ao tema recortado.

1. DOS CONCEITOS E DA FONTE DESTE ARTIGO.

Este trabalho se insere no campo da chamada “história do tempo presente”. O uso de fontes jornalísticas para pesquisas em História do Tempo Presente (HTP) dialoga com as renovações nos estudos que visam ampliar o rol de documentos e os métodos de análise sobre a história política. Sabe-se que a independência e a exatidão nem sempre estão presentes no conteúdo dos periódicos e em seus editoriais. Porém, é necessário reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, como aponta Jean-Jacques Becker, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (Becker, 2003, p. 196-197) dentre outros.

A historiadora Tania Regina de Luca, experiente em estudos com e sobre a imprensa, defende o uso dos materiais jornalísticos nas pesquisas sobre a História Política: “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (Luca, 2011, p. 128). Também a historiadora Maria Helena Capelato, estudiosa da imprensa como fonte e objeto, defende o uso das fontes jornalísticas nas pesquisas de HTP por permitir “constituir, de forma pormenorizada, os acontecimentos que ela registrou, comentou e nos quais participou na condição de agente do processo” (Capelato, 2014, p. 300)[4].

A ruptura política de 2016 gerou uma demanda social por estudos que expliquem a conjuntura política, que não pode ser entendida apenas pelos fatos daquele ano. O *impeachment* foi o resultado de um complexo jogo de poder no campo político brasileiro caracterizado pelo presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018) em sua forma pemedebista (Nobre, 2013) desde o governo

como o recomendado. Assim, foi criado um caminho alternativo para contornar a inviabilidade desta recomendação técnica. Por isso, as referências a cada citação, direta ou indireta, constam em notas de rodapé com a data da edição e página do editorial. Assim, é possível garantir a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo em que as fontes são indicadas aos demais pesquisadores, objetivo este primordial das recomendações de normas técnicas.

4 Este artigo toma a imprensa como fonte para reconstruir os acontecimentos políticos (Barros, 2023) e não como objeto de análise do seu posicionamento político-ideológico (Fonseca, 2005).

José Sarney, mas que, a partir da eleição presidencial de 2010, passou a ter nova conjuntura com o PMDB ocupando a vice-presidência. Por isso, a justificativa de recorte deste texto.

A pesquisa historiográfica objetiva estabelecer uma linha de raciocínio inteligível sobre um determinado acontecimento, explicitando as relações de causa e efeito (Lacouture, 1998). Por isso, a perspectiva desta pesquisa opta por narrar factualmente parte dos embates políticos do governo Dilma, pois cabe ao historiador do Tempo Presente apresentar os primeiros esboços narrativos e interpretativos do acontecimento. Como apontou René Rèmond (2006), por conta destas suas particularidades, a pesquisa em HTP deve ater-se mais aos detalhes e fatos do episódio estudado. No caso desta pesquisa, registrar os detalhes do jogo político, das aproximações e rupturas nas alianças, das entrelinhas das entrevistas e falas dos atores envolvidos, das interpretações e intervenções promovidas pela imprensa. Por fim, é preciso ter a consciência de que as análises e interpretações feitas pela HTP são sempre provisórias e sujeitas a aprofundamentos e revisões posteriores, quando a distância temporal do acontecimento e o surgimento de novos documentos e modelos de análise a permitirem.

Este artigo dialoga com a perspectiva que vê, no jogo político congressual, o fator determinante para o desenrolar da crise que culminou no golpe parlamentar travestido de *impeachment* em 2016. Como defende Wanderley dos Santos, tratou-se de “um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares [...] o comando de todo o processo permaneceu em mãos de parlamentares profissionais” (Santos, 2017, p. 132). Foi nos bastidores do Congresso que líderes partidários conspiraram e atuaram pela deposição de Dilma Rousseff, por isso a necessidade de encadear os fatos e os embates, a partir da narrativa do *Estadão*.

O tema central a ser analisado pelas páginas e editoriais do *Estadão* é a complexa convivência entre petistas e peemedebistas, entre o Executivo e base aliada no Legislativo e entre a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer. Esta relação é feita de idas e vindas, aproximações e afastamentos, mútua desconfiança e declarações públicas elogiosas e críticas. Assim, esta pesquisa terá como referenciais metodológicos uso de conceitos como “campo político”, “presidencialismo de coalizão”, “lulismo” e

"pemedebismo". Por conta da limitação de espaço, aqui apenas os apresento resumidamente, com a devida indicação bibliográfica.

Pierre Bourdieu reconhece que toda análise sobre a luta política deve considerar as determinantes econômicas e sociais. Porém, ele argumenta que "seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político" (2011b, p. 175) e reduzi-lo a mera ressonância acessória das forças econômicas e sociais. Para esta pesquisa, o conceito de "campo" em Bourdieu acrescenta na compreensão sobre as ações de grande parte dos parlamentares insatisfeitos com a postura da presidenta Dilma Rousseff. "Campo" é um microcosmo relativamente autônomo no interior do grande corpo social. Por ser autônomo, o campo possui leis, princípios, regras de funcionamento e avaliações internas próprias. Nele, há regras singulares, disputas entre os agentes por melhores posições dentro do campo e, a depender do capital simbólico que cada agente dispõe, mais força para comandar maiores blocos e, assim, controlar ou conquistar a hegemonia dentro do campo. É um espaço para profissionais que atuam há anos dentro do campo. A presidenta Dilma confrontou grande parte do "campo político" ao longo de seu mandato e o processo de *impeachment* contra ela foi, em parte, uma reação do "campo" político liderado pelo PMDB.

A estrutura organizacional do campo político no Brasil é resultado de um longo processo histórico. Para o filósofo Marcos Nobre (2013), este processo resultou numa forma de atuação no parlamento que ele conceitua como "pemedebismo", que emergiu após a Constituição de 1988 e se consolidou ao longo dos anos 1990-2000. O pemedebismo é a prática comum de atuação parlamentar cujo objetivo primordial é blindar o campo político, em especial o Legislativo, frente ao campo Jurídico, ao Poder Executivo ou às pressões da sociedade, neutralizando o governo de plantão e o avanço das demandas sociais. A histórica atuação do PMDB é o fio condutor mais adequado para compreender a atuação parlamentar que caracteriza a redemocratização brasileira, cujo emblema primeiro foi a figura do "Centrão" durante a constituinte.

Embora Marcos Nobre defenda o uso do termo/conceito "condomínio pemedebista" em substituição ao de "presidencialismo de coalizão", entendo que são coisas diferentes. O pemedebismo é a prática de autoblindagem do campo político, cujas práticas distorcidas de clientelismo, fisiologismo e de cooptação,

não são inerentes ao presidencialismo de coalizão. Como defende Sérgio Abranches, “as coalizões podem ser formadas por métodos legítimos de negociação de programas e valores, livrando o presidencialismo de coalizão de tais vícios” (2018, p. 9) que Nobre bem aponta sobre a prática diária caracterizada pelo pemedebismo.

Como mostra Abranches (2018), a queda de braço entre os poderes Legislativo e Executivo é a principal característica política do Brasil desde a Proclamação da República em 1889. A fragmentação partidária e a heterogeneidade eleitoral da população tornam praticamente impossível que um presidente eleito tenha maioria no Congresso apenas com o seu partido. Daí a necessidade de formar coalizões governistas com outros partidos políticos. A coalizão é este acordo que, em teoria, permite ao chefe do Executivo imprimir uma agenda pública apoiada e negociada com os partidos que formem a base aliada no Legislativo.

Por fim, André Singer (2012, 2018) conceitua como lulismo a orientação política adotada pelos governos Lula da Silva que, ao manter o tripé macroeconômico herdado do governo FHC e diante de uma conjuntura econômica internacional favorável até 2008, permitiu a adoção de medidas que reduziram a pobreza e ativaram o mercado interno sem confronto com o capital financeiro ou industrial. Partindo de grau histórico de elevado desprezo público pelos miseráveis, as políticas lulistas tiveram o poderoso efeito de reduzir a pobreza, ativar o mercado interno e reduzir o desemprego. Como resultado, alterou a base eleitoral do lulismo, garantindo-lhe certa fidelidade nas urnas dos que ascenderam socialmente, o que lhe permitiu seguidas vitórias presidenciais, crescimento da bancada do PT e dos partidos aliados no Congresso. Para a relação entre Executivo e Legislativo, a conjuntura favorável permitiu ao lulismo conduzir pela centro-esquerda o campo político pemedebizado, contornando seus vetos.

Ao apostar em uma política de reformismo suficientemente fraco, o lulismo apoiou-se na arbitragem das classes beneficiadas pela política do “ganha-ganha”: ganha o trabalhador que ingressa no mercado de trabalho, consome e melhora sua qualidade de vida; ganha a burguesia que lucra comercialmente e vê o arrefecimento das lutas de classe; ganha o capital financeiro, que mantém o seu quinhão no orçamento para receber os juros da dívida pública; ganha o

campo político pemedebista que adere a um governo extremamente popular, bem-avaliado e com recursos em caixa para distribuir emendas parlamentares entre a base aliada. A presidenta Dilma Rousseff (PT) foi eleita para manter este pacto político, econômico e social. Porém, o contexto econômico internacional era de recessão, Dilma não possuía história dentro do campo político, sua personalidade era avessa a tais tipos de pactos, precisou conviver com preconceitos de gênero e, no arranjo político eleitoral de 2010, o PMDB passou a ocupar o posto de vice-presidente. O resultado foi que sua governança sofreu grande desgaste frente ao campo político pemedebizado, resultando no imobilismo do governo e no golpe parlamentar travestido de *impeachment*.

2. OS PRIMEIRO EMBATES POLÍTICOS ENTRE DILMA E O PMDB.

Conforme infográfico publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*[5], a base aliada ao governo Dilma Rousseff em seu primeiro ano de mandato era a mais ampla de todos os governos desde 1990. Na Câmara dos Deputados, oficialmente, havia 17 partidos na bancada governista[6], somando 388 cadeiras. A oposição era formada por apenas 3 partidos e composta por 108 deputados[7]. Por fim, uma "bancada neutra" de 2 partidos e 17 deputados[8]. No Senado, 11 partidos e 63 cadeiras na bancada governista[9]; os mesmos 3 partidos de oposição com 16 cadeiras[10] e os mesmos 2 partidos da "bancada neutra" com 2 cadeiras[11]. Teoricamente, esta composição do Congresso indicava que o governo não teria grandes dificuldades para eleger aliados para a presidência das duas Casas Legislativas, bem como conduzir a pauta de votações e aprovações de matérias de seu interesse. Apesar de tensa, uma costura entre PT e PMDB, no final de 2010, acertou que caberia aos petistas o comando da Câmara e aos peemedebistas a direção do Senado. Mantinha-se, assim, a tradição da maior bancada presidir cada Casa. Para a segunda metade da

[5] *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2011, p. A4.
[6] PT (88), PMDB (78), PP (44), PR (40), PSB (34), PDT (26), PTB (22), PSC (17), PCdoB (15), PRB (8), PMN (4), PTdoB (4), PHS (2), PRP (2), PRTB (2), PSL (1) e PTC (1).
[7] PSDB (53), DEM (43) e PPS (12).
[8] PV (14) e PSOL (3).
[9] PMDB (20), PT (15), PTB (6), PP (5), PR (5), PDT (4), PSB (3), PCdoB (2), PRB (1), PMN (1) e PSC (1).
[10] PSDB (10), DEM (5) e PPS (1).
[11] PV (1) e PSOL (1).

legislatura, entretanto, o PMDB assumiria a presidência da Câmara e manteria a do Senado.

A formação ministerial privilegiou o PT em detrimento dos demais partidos da base aliada. Ao todo, o partido da presidenta ficou com 17 ministérios[12], o PMDB[13] com 06, o PSB[14] com 02, PR, PP, PCdoB e PDT[15] com 01 ministério cada e outros 08[16] ministros não possuíam filiação partidária. Destes, 78% (28) eram homens e 24% (09) mulheres. Do total de 37 ministros, 14[17] (ou 40%) deles foram mantidos do governo Lula, fato ironizado pelo *Estadão* que chamou o ministério de mero "Ctrl-C Ctrl-V" do governo anterior e formado por "personagens que só carregados de maquiagem possuem os requisitos profissionais e pessoais exigidos" para ocupar os cargos[18].

Na tese do cientista político André Singer (2018), um dos itens fundamentais para a compreensão do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff é a relação que ela e seu governo mantiveram com o PMDB do vice-presidente Michel Temer. Singer (2018) defende argumenta que a presidenta Dilma tentou fazer uma espécie de "ensaio republicano", isto é, buscou ao longo de seu governo limitar os esquemas fisiológicos em ministérios, estatais e agências reguladoras. Com isso, Dilma acabou por "cutucar onças com varas curtas", irritando não só os políticos peemedebistas, mas também de outros partidos de centro na base governista.

Com seu carisma e experiência política, o presidente Lula operou dentro do pemedebismo, sempre contornando seus vetos, distribuindo cargos e colhendo aliados. Dilma Rousseff foi eleita para continuar dirigindo este pemedebismo pela esquerda. Porém, desta vez, o pemedebismo não era apenas um aliado/convidado a integrar o governo numa relação hierárquica,

[12] Pesca, Secretaria Geral da Presidência, Relações Institucionais, Ciência e Tecnologia, Casa Civil, Educação, Secretaria das Mulheres, Planejamento, Fazenda, Igualdade Social, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Justiça, Comunicações, Saúde, Direitos Humanos e Desenvolvimento Agrário.
[13] Agricultura, Previdência, Defesa, Assuntos Estratégicos, Minas e Energia e Turismo.
[14] Portos e Integração Nacional.
[15] Em ordem: Transportes, Cidades, Esporte e Trabalho.
[16] Cultura, Secretaria de Comunicação, Relações Exteriores, Meio Ambiente, Banco Central, Gabinete de Segurança Institucional, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União.
[17] Pertencentes à base aliada: Agricultura, Transportes, Defesa, Minas e Energia, Trabalho e Esporte. Sem filiação partidária: Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União. Filiados ao PT: Saúde, Comunicações, Fazenda, Educação, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência.
[18] *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. H13.

como foi com Lula, mas estava sentado ao lado da presidenta e sentia-se como um dos donos do governo. Na perspectiva dos caciques do pemedebismo, o novo governo era fruto de uma aliança político-eleitoral que tinha o presidente nacional do PMDB como vice-presidente na chapa vencedora.

Ainda na tese de Singer (2012), a vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2010 deu sobrevida ao pacto conservador do lulismo que permitia os avanços sociais sem luta de classes. Porém, segundo o mesmo autor em tese mais recente (2018), Dilma atuou em duas frentes para acelerar o reformismo lulista, o que significou o rompimento do pacto entre lulismo e pemedebismo por ela herdado. No plano econômico, a "nova matriz" prometia ser mais desenvolvimentista. No plano político, Dilma promoveu um "ensaio republicano", afastando peemedebistas – e políticos de outros partidos do centro aliado – e seus apadrinhados, a maior parte deles acusados de improbidades na máquina pública.

> Minha hipótese é de que Dilma decidira fazer, em seu mandato, o que se poderia chamar de um 'ensaio republicano': a limitação do esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro. Ao diminuir os setores controlados pelo PMDB, procurou [...] um esforço sistêmico para diminuir o furto do patrimônio público (2018, p. 185).

Singer argumenta que este movimento de Dilma causou profunda irritação no pemedebismo, "a cada espanada da faxina dilmista, [Eduardo] Cunha recolhia no Congresso adeptos para a vingança que preparava lentamente" (Singer, 2018, p. 189). A presidenta passaria então a ser derrotada em diversas votações no Congresso, sempre sob a liderança do PMDB, partido do vice-presidente. Em outra passagem, o autor reafirma: "à medida que Dilma cutucava as onças clientelistas, formava-se no Congresso uma sólida frente antirrepublicana" (Singer, 2018, p. 192). No mesmo sentido, Marcos Nobre escreve que, nos primeiros anos de seu mandato, Dilma Rousseff se portou como uma legítima:

> representante do 'povão' dentro do sistema político pemedebista [...] como representante do antipemedebismo no coração do sistema político pemedebizado [...] Dilma mobilizou e canalizou a seu favor a ojeriza da sociedade à desfaçatez do sistema político [...] com isso projetou primeiramente uma imagem de uma presidente que 'não se mistura à baixaria', que se mantém 'a salvo da contaminação'. De acordo com a primeira imagem pública que estabeleceu, Dilma não negociava: perdia ou

> ganhava, vencia ou capitulava. [...] [mas] o pemedebismo pode aceitar certo atraso ou mesmo um parcelamento no pagamento de sua parte do butim. Mas nunca perdoa uma dívida (2013, p. 139-140).

A relação entre Dilma e o PMDB já era ruim desde a campanha eleitoral e a formação do governo (Guilherme, 2020). Na primeira reunião pós-vitória, nenhum peemedebista foi convidado. O deputado Eduardo Cunha reclamou em tom de ameaça: "eles não vão governar sozinhos". Dilma então nomeou Temer para a coordenação da transição de governo, na esperança de que ele pudesse acalmar os apetites do partido que presidia. Porém, em fala publicada pelo *Estadão*, Temer enfatizou que o novo governo é de coalizão e seria "irracional" o PT achar que governaria sozinho[19].

Apesar de isolado do núcleo que definia os futuros ministros, o PMDB esperava manter o número de seis ministérios que tinha no governo Lula e reivindicou indicar os nomes com total autonomia, por critérios políticos, além do controle completo sobre todos os escalões destes ministérios[20]. Segundo o *OESP*, se não fosse assim, estaria "em jogo a governabilidade no mandato de Dilma"[21]. Em dezembro, foi grande a insatisfação no PMDB com a distribuição de cargos no segundo escalão federal: Dilma insistiu em nomes técnicos, enquanto os peemedebistas, liderados por Eduardo Cunha, cobraram a presidência e todas as diretorias da Petrobrás e o controle integral do setor elétrico. O jornal abriu aspas para a reclamação de uma fonte anônima do partido: "Querem tirar nosso oxigênio na política"[22].

Já em janeiro de 2011, no começo do mandato, *OESP* deu grande destaque de capa para o que chamou de "crise entre PT e PMDB". Segundo o jornal, o partido do vice-presidente queria cargos de segundo escalão, "maior influência no Planalto" e usava a sua principal força para "retaliar Dilma": as votações no Congresso[23]. Após uma reunião de emergência entre todos os ministros e parlamentares da sigla com o vice-presidente Michel Temer, o

[19] *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010, p. H2 e 03/11/2010, p. A4.
[20] *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010, p. H2; 04/11/2010, p. A15; 09/11/2010, p. A6 e 14/11/2010, p. A9 e A10.
[21] *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2010, p. A4 e 02/12/2010, p. A10.
[22] *O Estado de S. Paulo*, 10/12/2010, p. A10 e 30/12/2010, p. A4.
[23] *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2011, p. A1; 04/01/2011, p. A1; 05/01/2011, p. A1 e 06/01/2011, p. A1.

Estadão publicou que o partido decidiu "se unir para cobrar da presidente Dilma Rousseff o que, afirmaram, lhes é devido na condição de 'sócios da vitória'"[24].

O jornal publicou que a presidenta Dilma recebeu a investida peemedebista com "estupefação" diante da "iminência da primeira crise política de seu governo", mas "agiu rápido para conter a revolta do PMDB". Dilma suspendeu a definição dos cargos de segundo escalão até a eleição para presidência da Câmara e do Senado. Apesar de a articulação política ser função da Secretaria de Relações Institucionais comandada por Luiz Sérgio Oliveira, Dilma determinou que o ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, administrasse o conflito entre PT e PMDB. Palocci era caracterizado pelo *Estadão* como "homem forte do governo" e reconhecido no meio político pela "habilidade em negociações complicadas". Por fim, os peemedebistas conseguiram um assento nas reuniões da cúpula política do Planalto para o ministro Edison Lobão, além de Michel Temer que então contemporizou: "tudo se resolverá no seu tempo e à sua maneira", teria dito o vice-presidente[25].

Em dois editoriais, o *Estadão* comentou este primeiro embate público entre os dois partidos que dividiam o governo. O jornal elogiou a postura da presidenta Dilma que "enfrenta a tigrada" do PMDB e suas investidas fisiológicas. Para o periódico, Dilma deveria resistir à voracidade dos parlamentares, que estavam na base aliada não para assumir responsabilidades governamentais, mas apenas para "controlar instrumentos de poder" e conquistar "vantagens de todo tipo". O protagonista deste "deplorável espetáculo, como não poderia deixar de ser, é o PMDB", frustrados com a parte que lhes coube na partilha ministerial e, por isso, mostravam o seu "absoluto desinteresse em relação aos objetivos do governo". O jornal alertou a presidenta que este seria apenas o primeiro de muitos embates que se repetiriam, uma vez que inexistia entre petistas e peemedebistas uma proposta comum de governo[26].

O governo saiu vitorioso na eleição para as presidências da Câmara e do Senado. O acordo entre PT e PMDB deu, ao primeiro partido, o comando da Câmara com o deputado Marco Maia e, ao segundo, o controle do Senado com

[24] *O Estado de S. Paulo*, 06/01/2011, p. A4.
[25] *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2011, p. A4; 04/01/2011, p. A4; 06/01/2011, p. A4 e 07/01/2011, p. A4.
[26] *O Estado de S. Paulo*, 05 e 06/01/2011, p. A3.

José Sarney. A recondução de Sarney ao posto foi criticada pelo *Estadão* como a "marca do atraso político" da democracia brasileira que, em nome da "governabilidade", prestou um tributo ao "mais legítimo representante das oligarquias retrógradas" que dominavam a política no país: o ex-presidente José Sarney e o pemedebismo[27].

A votação do valor do novo salário mínimo[28] foi o primeiro grande teste político de Dilma com o Congresso. Com base na fórmula usada desde 2007, o governo propôs o valor de R$ 545,00. Aparentemente para testar a capacidade política e a postura da presidenta, parlamentares do PMDB, do PDT e do PSDB apresentaram emendas com valores substancialmente maiores. O deputado Paulinho da Força (PDT) foi o mais eloquente na pressão e nas ameaças públicas à presidenta. Em editoriais, o jornal caracterizou a pressão do deputado sindicalista como "truculência" e a proposta do PSDB como "demagógica", uma vez que causaria déficits no Orçamento da União que o jornal tanto queria ver cortado (Guilherme, 2023). Dilma bateu o pé no valor proposto e venceu a votação com folga. O *Estadão* elogiou a sua "demonstração de autoridade e coerência política", passo "essencial para o ajuste fiscal" tão exigido pelo periódico[29].

No primeiro semestre, o governo travou e venceu importantes quedas de braço com o pemedebismo. O "ensaio republicano" começou a atingir cargos de segundo e terceiro escalão na Anvisa, ANS, Ibama e Incra.[30] A maior polêmica aconteceu no setor elétrico. Dilma trocou apadrinhados políticos por nomes técnicos para as diretorias do setor. Em Furnas, foi demitido o então presidente, que era uma indicação política do deputado Eduardo Cunha (PMDB). Ele era suspeito de uma série de irregularidades que beneficiariam o deputado. O jornal apontou que as mudanças significavam "mexer na turma do PMDB" que estava "encastelada há anos em postos-chave" da máquina federal[31]. Eduardo Cunha deu uma entrevista exclusiva ao *Estadão*, na qual negou as suspeitas e atacou o governo. Segundo o jornal, Dilma reagiu irritada às falas do deputado[32]. A

[27] *O Estado de S. Paulo*, 03/02/2011, p. A3.
[28] Até então o salário mínimo era de R$ 510,00.
[29] *O Estado de S. Paulo*, 20/01, 10, 16 e 18/02/2011, p. A3.
[30] *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011, p. A6 e 09/03/2011, p. A4.
[31] *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2011, p. A4.
[32] *O Estado de S. Paulo*, 02/02/2011, p. A8 e 04/02/2011, p. A4.

avaliação do *OESP* foi que Dilma deu "mais uma demonstração pública de afirmação de sua autoridade". O periódico ainda publicou que o PMDB dava "sinais de estar incomodado" com as mudanças e o deputado Henrique Alves, líder do partido na Câmara, teria, aos gritos, reclamado pelos corredores: "a Câmara não aceita perder Furnas"[33].

Segundo Marcos Nobre, "do ponto de vista da imagem pública, Dilma ia para o confronto, enquanto Palocci procurava traduzir da maneira mais pemedebista possível para o sistema político o estilo impositivo da presidente" (2013, p. 138). Era o ministro da Casa Civil, o principal elo da conflituosa relação entre a presidenta – inexperiente no trato diário com o fisiologismo congressual – e a base política acostumada com o presidencialismo de coalizão de modo pemedebista. A principal atribuição política do ministro consistia em manter o arranjo herdado, ou seja, dirigir pela esquerda os vetos do pemedebismo, manter calmos os partidos da base aliada, em especial o PMDB, e providenciar a aprovação dos projetos de interesse do governo.

Porém, em maio, uma primeira grande crise política resultaria na demissão do principal articular político do governo. Durante 23 dias, o governo e o ministro Palocci sangraram em praça pública e nas capas de todos os veículos de imprensa do país. O estopim foi uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a multiplicação em vinte vezes do patrimônio de Palocci nos quatro anos anteriores. Palocci se justificou dizendo que, no período que foi deputado federal, prestou consultorias a empresas, fato comum no meio político. Sobre ele, porém, recaiu a acusação de tráfico de influência[34]. Nesses dias, foi o assunto principal de capa em 18 edições e em 10 editoriais do *Estadão*.

De início, tanto o governo quanto Palocci tentaram amenizar a denúncia. O jornal cobrou explicações do ministro e rechaçou o argumento do petista de que se tratava de uma prática comum a ex-ministros, sempre procurados por empresários e investidores para prestarem consultorias e opiniões sobre o cenário político-econômico. O argumento do jornal era correto: enquanto prestava consultorias, o então deputado "continuava ser interlocutor privilegiado" do governo Lula e homem forte na campanha da candidata Dilma[35].

[33] *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2011, p. A4 e 04/02/2011, p. A4.
[34] *O Estado de S. Paulo*, 16/05/2011, p. A9, 18/05/2011, p. A4 e A7.
[35] *O Estado de S. Paulo*, 19, 20, 21 e 25/05/2011, p. A3.

Na crise Palocci, o ex-presidente Lula atuou firmemente na defesa do ministro. Até então, sua ação pró-governo se dava mais discretamente nos bastidores com vistas às articulações políticas para as eleições municipais do ano seguinte. O *Estadão* dedicou um editorial para criticar a ação pública do "primeiro-companheiro", em reuniões com parlamentares e declarações públicas. Em outro editorial, o jornal avaliou que a presença de Lula no caso fazia a presidenta Dilma perder o comando do governo[36].

A insistência da crise Palocci no noticiário, as parcas explicações que o ministro deu sobre seu enriquecimento, o pequeno interesse da base aliada em defendê-lo e o apoio em tom de cobrança que Dilma lhes prestava, resultariam no pedido de demissão do ministro. *OESP* então insinuou que o caso serviu à Dilma como um "curso intensivo sobre as vicissitudes do poder" e cobrou que a presidenta entregasse a articulação política a "um político de longa trajetória, familiarizado com o dialeto dos colegas" políticos[37].

A relação PT e PMDB, que já não era amistosa, se tornou ainda mais complexa ante a fragilidade do ministro Palocci, responsável por articulá-la. Na apreciação do novo Código Florestal, o PMDB votou em peso contra a indicação do governo, o que rendeu forte bate-boca entre Palocci e Temer. Em editorial, o *Estadão* bem avaliou:

> A tormenta ilhou o Palácio do Planalto, expôs a fragilidade congênita da base parlamentar do governo, cuja amplitude é inversamente proporcional à sua consistência programática [...] A crise em dose dupla levou à beira da desagregação o enlace de conveniência entre PT e PMDB, já combalido pelo ressentimento da legenda do vice-presidente Michel Temer com a expansão da presença petista no governo e a preferência de sua titular por quadros técnicos pinçados por ela mesma, em detrimento de apadrinhados políticos. Para a presidente, ficou difícil escolher o pior dos males, entre a má vontade do PMDB em assumir a defesa de Palocci – e o flerte de uma parcela de seus congressistas com a iniciativa da oposição de criar uma CPI sobre o escândalo – e a obstinação do líder do partido na Câmara, Henrique Alves, em fazer aprovar a emenda ao projeto do código que anistia plantações em áreas de proteção permanente e que Dilma considerou 'vergonhosa'. A seu mando, Palocci ligou no dia da votação para Temer para informá-lo de que os cinco ministros do PMDB, a começar do titular da Agricultura, Wagner Rossi – indicado pessoalmente pelo interlocutor – seriam exonerados caso o partido seguisse na contramão das posições da presidente. Abespinhado, o vice retrucou que a demissão seria desnecessária 'porque amanhã cedo mesmo todos entregarão seus cargos' [...] Mais tarde, Palocci

[36] *O Estado de S. Paulo*, 20 e 21/05/2011, p. A3.
[37] *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2011, p. A3.

telefonou para se desculpar, mas o estrago já estava feito[38].

Após reunião da bancada do PMDB no Senado com o vice-presidente Michel Temer, no Palácio do Jaburu, o partido exigiu da presidenta Dilma uma mudança na articulação política do governo. Além de Palocci, os peemedebistas reclamavam do desempenho do ministro Luiz Sérgio, teoricamente responsável pelas Relações Institucionais, mas que, na prática, possuía pouquíssimo trânsito entre os parlamentares[39]. Para a Casa Civil, foi nomeada a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e, para as Relações Institucionais, a também senadora Ideli Salvatti (PT).

A crise Palocci repercutiu mal na relação do governo com a base aliada. Sem a coordenada distribuição de cargos promovidas pelo ex-ministro, a presidenta Dilma aumentou sua resistência ao tradicional fisiologismo político que buscava tais cargos. A rebelião na base aliada ficou escancarada a cada nova etapa de discussão e votação do novo Código Florestal. Em meados de maio, poucos dias antes do início da crise Palocci, outro motim da base aliada, liderada pelo PMDB, quase derrotou o governo na votação do Florestal. Segundo as fontes, a insatisfação parlamentar com a demora nas nomeações somou-se à contrariedade quanto ao conteúdo do projeto de lei, unindo o fisiologismo do PMDB à banca ruralista, comumente próxima ao partido.

O *Estadão* comentou em editorial o que chamou de “a frágil lealdade da base” que “se assenta em solo movediço”. Na avaliação do jornal, é parte da explicação o descontentamento pela não nomeação de apadrinhados ou, no caso do Florestal, a ligação de muitos parlamentares com os interesses do agronegócio. Porém, segundo o periódico, “a verdade” seria que a base era “intrinsecamente frágil por ser artificial, um aglomerado unido pelos costumeiros cálculos de conveniência do estamento político, mas de todo destituído de consistência programática, para não dizer ideológica”[40].

A insatisfação da base aliada tomou outra dimensão conforme avançou a crise Palocci. O jornal estampou: “Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base”. Na narrativa do periódico, foi a “fragorosa derrota” do

[38] *O Estado de S. Paulo*, 28/05/2011, p. A3.
[39] *O Estado de S. Paulo*, 31/05/2011, p. A4 e 01/06/2011, p. A8.
[40] *O Estado de S. Paulo*, 16/05/2011, p. A3.

governo na votação de uma emenda do Código Florestal que evidenciou o que a reportagem chamou de “desastrada articulação” e “inapetência da presidente” para lidar com a base no Congresso. Uma proposta de anistia para os fazendeiros desmatadores foi apresentada pelo PMDB e apoiada pela maioria dos parlamentares da base. Na avaliação do *Estadão*, a votação mostrou “o poder de fogo do PMDB no Congresso” e o recado do partido para Dilma: “o PMDB tem seus próprios interesses, é parceiro e não aceita ser tratado como ‘empregado’ do Palácio do Planalto”[41].

A articulista Dora Kramer garantiu que esta votação gerou imenso bate-boca e ameaças que ultrapassaram “o limite do habitual” entre Dilma, Palocci, Temer e o PMDB. Segundo ela, na tarde da votação, Henrique Alves (PMDB) avisou Palocci que o PMDB votaria a favor da emenda da anistia aos desmatadores. O ministro comunicou à presidenta, que “mandou comunicar Temer que, se o partido insistisse no apoio à emenda, demitiria todos os ministros do PMDB”. Palocci ligou para o vice-presidente, transmitiu o recado e os dois discutiram asperamente. Temer teria respondido que, se fosse assim, o seu partido entregaria todos os cargos no governo. Fato é que o PMDB peitou o Planalto e votou em peso a favor da emenda[42].

A insatisfação do PMDB com o governo aumentou. Nessa crise, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi (PMDB), apadrinhado de Michel Temer, é quem teve o cargo ameaçado. O Planalto creditou ao ministro, defensor radical dos ruralistas, a dificuldade para um entendimento sobre a votação do Código Florestal. No PMDB, porém, a avaliação foi outra: a presidenta Dilma “transformou a votação de uma lei em um ‘suicídio político desnecessário’. O PMDB ficou irritado com o ‘jeito de guerra de fim de mundo’ [...] dizem que Dilma errou no cálculo político”. Na avaliação de Dora Kramer, “não significa que haja rompimento na aliança. Mas quer dizer que o cristal ficou trincado”[43].

Mas nem a posterior queda do ministro Antônio Palocci acalmou os ânimos entre governo e base congressual. Ao contrário, permaneceriam as cobranças por cargos e liberação de emendas parlamentares. O PMDB se reuniu com a nova ministra Ideli Salvatti e cobrou as dezenas de nomeações para o

[41] *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2011, p. A4 e 29/05/2011, p. A8.
[42] *O Estado de S. Paulo*, 26/05/2011, p. A6 e 27/05/2011, p. A8.
[43] *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2011, p. A8; 28/05/2011, p. A4

segundo e terceiro escalão da máquina pública. O *Estadão* informou que o partido foi atendido em algumas demandas, com destaque para Geddel Vieira Lima, na Diretoria da Caixa Econômica Federal, e Orlando Pessuti, para o conselho do BNDES. Apadrinhados do PR e PSB também tiveram suas nomeações efetivadas[44]. O deputado Eduardo Cunha (PMDB) era um dos articuladores do movimento que pressionava o governo. Caso não fossem atendidos, os insatisfeitos ameaçavam travar todas as votações no Congresso[45].

Em editorial, o jornal comentou a contenda entre os dois consortes do governo e a chamou de chamou de "o jogo do PMDB". Na visão do *OESP*, o PMDB tinha "motivo para amargura" pois era "tratado com desdém" pelo governo do qual se considerava "condômino e não visitante eventual", porém, afirmou que o partido aproveitou a crise Palocci para "transformar frustrações acumuladas nestes cinco meses de novo governo em pontiagudos instrumentos de pressão sobre a presidente. Simples assim". O texto também elogiou a resistência de Dilma em não se render ao fisiologismo dos cargos e emendas, mas criticou a "miopia política [de Dilma] que a impedia de enxergar a obrigação de dialogar com o PMDB"[46].

3. A "FAXINA REPUBLICANA".

O segundo semestre de 2011 foi marcado por uma sequência incrível de denúncias e crises em diversos ministérios comandados por partidos da base aliada ao governo Dilma. Algumas tiveram desfecho rápido, outras se prolongaram por várias semanas. Todas resultaram, ou resultariam no ano seguinte, na demissão dos ministros. Houve um duplo resultado: maior insatisfação da base no Congresso e desgaste do Planalto com os partidos do centro político; enorme popularidade para a presidenta Dilma Rousseff que era vista como honesta e corajosa diante do campo político sempre ávido por benesses advindas de improbidades.

[44] *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2011, p. A4 e 21/06/2011, p. A4.
[45] *O Estado de S. Paulo*, 18/06/2011, p. A7; 28/06/2011, p. A7; 29/06/2011, p. A8 e 30/06/2011, p. A4.
[46] *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2011, p. A3.

Desde 2003, o ministério dos Transportes era comandado pelo Partido da República[47] (PR). O ministro Alfredo Nascimento, homem forte do partido, comandava a pasta desde 2004. Em julho de 2011, a revista *Veja* denunciou a suposta existência de um esquema de cobrança de propinas de 5% em obras de rodovias e ferrovias. O dinheiro arrecadado iria diretamente para a cúpula do PR. De imediato, a presidenta Dilma afastou o diretor do Dnit, o presidente da Valec, o chefe de gabinete e o assessor direto do ministro. Estes afastamentos desagradaram os parlamentares do partido. Quatro dias depois, abandonado por Dilma, o ministro pediu demissão[48].

Nos dias seguintes, houve mais dezenas de demissões em outros escalões do ministério que gerenciava grande parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, por isso, era peça fundamental na política econômica e social do governo petista[49]. A ação sumária de Dilma minou ainda mais a relação do governo com o Congresso. O PR reclamou das demissões e o deputado Luciano Castro declarou ao jornal: “Esta forma de fazer as mudanças expõe nosso partido e nos deixa numa situação desconfortável”[50]. Líderes do partido ameaçaram deixar a base governista, mas a realidade que se impunha – perder todos os demais cargos em outros escalões do governo – logo os fez desistir da ideia[51].

Ministro da Defesa desde junho de 2007, Nelson Jobim era um misto de político e jurista muito ligado ao PMDB. Na pasta, sempre atuou em defesa dos interesses das Forças Armadas, de quem recebia grande respeito e simpatia. Com o avanço no Congresso da lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade, Jobim passou a fazer críticas ao governo (Guilherme, 2021). Ao mesmo tempo, reafirmou a posição do Exército de que inexistiam documentos sobre o período da Ditadura[52]. Em julho, suas críticas se acentuaram e, após a publicação de uma entrevista na revista *Piauí*, na qual chamou as ministras Ideli e Gleisi de

[47] Em 2006, o Partido Liberal (PL) e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) se fundiram para criar o Partido da República (PR). Em 2019, o PR mudou de nome para voltar a se chamar Partido Liberal (PL).
[48] *O Estado de S. Paulo*, 18/08/2011, p. A4 e A6.
[49] *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A4; 12/08/2011, p. A7; 13/08/2011, p. A4; 16/08/2011, p. A4 e 19/08/2011, p. A9.
[50] *O Estado de S. Paulo*, 16/10/2011, p.A8 e 17/10/2011, p. A4
[51] *O Estado de S. Paulo*, 19/10/2011, p. A8 e A9 e 20/10/2011, p. A4, A6 e A8.
[52] *O Estado de S. Paulo*, 22/10/2011, p. A4.

"trapalhadas" e "fraquinhas", foi demitido por Dilma[53]. Tanto o PMDB quanto as Forças Armadas não gostaram do desfecho do caso.

O ministério da Agricultura era comandado pelo PMDB desde 2007. No arranjo político que alçou Michel Temer à condição de candidato a vice-presidente, o ministério foi assumido por Wagner Rossi, indicação pessoal de Temer. No começo de agosto, após Dilma mandar demitir o presidente da Conab, irmão do senador Romero Jucá (PMDB), o demitido procurou a revista *Veja* e denunciou a existência de um consórcio entre PMDB e PTB para lotear o ministério e arrecadar dinheiro para os dois partidos[54]. A proximidade do ministro com o vice-presidente fez Dilma agir com cautela. Nos dias seguintes, outras denúncias atingiram outros peemedebistas ligados ao ministério e Wagner Rossi foi pressionado a pedir demissão[55]. Mais uma vez, PMDB e o vice-presidente Michel Temer ficaram irritados com outra demissão de peemedebista na Esplanada.

Em agosto, a Operação Voucher da Polícia Federal prendeu 35 pessoas, entre elas o secretário-executivo do ministério do Turismo, ligado ao PMDB e ao ministro Pedro Novais (PMDB), apadrinhado de José Sarney (PMDB). A denúncia era que ONGs inexistentes recebiam emendas parlamentares e firmavam contratos com o ministério. O dinheiro desviado abasteceria o caixa de políticos do partido[56]. Em setembro, Novais foi demitido, ampliando a irritação do senador Sarney e dos peemedebistas para com o estilo político da presidenta Dilma.

Sob direção do PCdoB desde 2006, o Ministério do Esporte, comandado por Orlando Silva, ganhou grande projeção no contexto de preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Em agosto, o dono de duas ONGs com contratos no ministério, denunciou a cobrança de propina no Programa Segundo Tempo, cujos recursos seriam repassados diretamente ao ministro[57]. Doze dias depois, novas denúncias e um inquérito aberto no STF, Orlando Silva foi mais um a ser pressionado a se demitir[58].

[53] *O Estado de S. Paulo*, 27/10/2011, p. A4 e A6.
[54] *O Estado de S. Paulo*, 07/11/20011, p. A6; 08/11/2011, p. A4 e 09/11/2011, p. A4.
[55] *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2011, p. A10, 16/11/2011, p. A4 e 17/11/2011, p. A4.
[56] *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2011, p. A4;
[57] *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2011, p. A4.
[58] *O Estado de S. Paulo*, 01/07/2011, p. A4.

O Ministério do Trabalho era comandado por Carlos Lupi (PDT) desde 2007. Outra reportagem da *Veja* denunciou cobrança de propinas a ONGs conveniadas à pasta. Lupi negou participação e demitiu assessores[59]. Dilma deu tempo para o ministro se explicar e o PDT ameaçou deixar a base aliada caso seu ministro, que também presidia nacionalmente o partido, fosse demitido. Novas denúncias surgiram e 27 dias após a primeira, Carlos Lupi foi forçado a pedir demissão no início de dezembro[60]. Desde Palocci, foi o sétimo ministro a deixar o governo Dilma, em seu primeiro ano.

4. REPERCUSSÕES DA "FAXINA REPUBLICANA".

Na interpretação do cientista político Sérgio Abranches, a posição assumida por Dilma diante do fisiologismo pemedebista e a reação do campo político evidenciaram que "era no controle das políticas e recursos públicos que se dava a inconformidade dos objetivos da governante com os da coalizão". Ou seja, segundo o autor, Dilma teve a percepção de que havia "uma diferença entre a garantia da governabilidade, e no limite do mandato presidencial, pela coalizão e a governança, a formulação e implementação das políticas de governo e manejo dos recursos orçamentário" (2018, p. 276). Dilma confrontou o campo político e sua histórica improbidade.

Ao longo de todo esse semestre de crise política por denúncias de improbidade nos ministérios, o *Estadão*, claro, deu grande destaque de capa e conteúdo para os casos. Embora o jornal tenha sido rebocado por outros veículos de imprensa no estopim de cada um destes escândalos, repercutiu as denúncias e colocou seus repórteres para fazerem reportagens que complementassem ou abrissem outros flancos de crise no ministério da vez. Também nos editoriais, *OESP* sempre se posicionou exigindo a demissão dos ministros, criticando a presidenta quando ela demorava para fazê-lo e a elogiando quando as demissões ocorriam.

Setores da imprensa passaram a qualificar as demissões sumárias como uma "faxina republicana" promovida por Dilma sobre o campo político. Evidentemente, tudo isso repercutiu negativamente na base aliada. No

[59] *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A11 e 12/08/2011, p. A8.
[60] *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A6.

Congresso, líderes do PR, PMDB e PTB ameaçaram a criação de uma "CPI do PAC" que teria potencial para atingir a presidenta Dilma, uma vez que ela foi a coordenadora do programa no governo Lula. A reportagem do *Estadão* continha aspas dos deputados Paulinho da Força (PDT) e Eduardo Cunha (PMDB) que reclamou da "faxina" nos seguintes termos: "é preciso tomar cuidado para isso não se transformar em regra: sai nos jornais e revistas e vai direto [a demissão] para o Diário Oficial". A articulista Dora Kramer comentou a insatisfação na base aliada: "o perigo de isolamento é real. [Dilma] terá a maioria do Congresso contra ela e poderá acabar em maus lençóis quando precisar de anteparo", porém, "por hora os parceiros do consórcio blefam", na esperança de que a faxina fosse passageira[61].

Em entrevista, Dilma comentou os dias conturbados. A presidenta disse que "não se pode demonizar a política e a relação com os ministérios", amenizou as pressões da base aliada, negou o uso do termo "faxina" que preferiu substituir por "reestruturação" e "ajuste", mas garantiu que "sairão todos, independentemente de endereços partidários". Dora Kramer noticiou que, nos bastidores, o PMDB via nas ações da presidenta uma tentativa do PT de promovê-la com "paladina da luta contra a corrupção", em detrimento de todo o campo político, em especial, dos peemedebistas e de Michel Temer[62].

As demissões em todos os escalões do governo, a resistência do Planalto em promover novas nomeações políticas e os cortes no Orçamento da União que atingiram emendas parlamentares eram os causadores da insatisfação na fisiológica base aliada do governo Dilma Rousseff. Na avalição do *OESP,* esses fatores colocaram a presidenta "diante da alcateia" política[63]. É constante a pressão nas páginas do *Estadão* para que Dilma transforme a "faxina" e demissões sumárias em uma meta primordial de seu governo[64]. Os textos opinativos de Dora Kramer são neste sentido[65]. Para o jornal, os deputados promoviam a sua "costumeira chantagem" em votações de interesse do governo.

A presidenta sentiu a pressão e procurou agir para repactuar a base

[61] *O Estado de S. Paulo*, 22/07/2011, p. A6 e A8.
[62] *O Estado de S. Paulo*, 23/07/2011, p. A4; 24/07/2011, p. A4; 27/07/2011, p. A3 e 28/07/2011, p. A6.
[63] *O Estado de S. Paulo*, 08/07/2011, p. A3.
[64] *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A6.
[65] *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2011, p. A6 e 26/08/2011, p. A6.

aliada. Ela procurou o ex-presidente Lula que, segundo o jornal, a aconselhou a "não atiçar o PMDB" e a promover mais encontros com os parlamentares da base. Primeiro, Dilma se reuniu com o PMDB e o vice-presidente Temer, que negou desgaste e garantiu existir uma "relação muito sólida" entre seu partido e o Planalto. Depois, Dilma se reuniu com os líderes dos demais partidos aliados e prometeu liberar R$ 2 bilhões em emendas parlamentares[66]. Apesar dos esforços para repactuar a base, em novembro, o *Estadão* ainda reportou que cerca de 80 deputados pertencentes ao PR, PTB, PP e PSC seguiam insatisfeitos por não terem suas indicações atendidas para cargos de segundo e terceiro escalões no governo. Em algumas votações pontuais, eles atuaram e votaram com a oposição[67].

Em uma edição dominical, o *OESP* repercutiu bastante o que chamou de "bloco informal dos aliados" que "confronta Dilma". Segundo a matéria, os partidos aliados, em especial o PMDB, escondiam-se atrás da insatisfação pública do PR para pressionar a presidenta. O jornal abriu amplo espaço para que especialistas comentassem o contexto político vivido. Em entrevista, o filósofo Marcos Nobre avaliou que este "bloco informal" era o embrião para o retorno do "Centrão" que, em outros governos, significou forte poder de chantagem e pressão sobre o Executivo. Segundo Nobre, Dilma teria de conviver com a derrota que Lula sofreu ao não conseguir impedir o nome de Michel Temer como vice-presidente e concluiu: "Todas as vezes em que se tentou isolar o Temer, ele deu a volta por cima e deu o troco. Neutralizá-lo não é uma opção". Assim, diante da reorganização do "Centrão" pelo PMDB, a situação da presidenta Dilma, caso tentasse enfrentá-los, poderia se tornar "muito grave"[68].

Para a articulista Dora Kramer, a presidenta Dilma tentava mudar sua forma de relacionamento político com a base, passando a recebê-los e ouvi-los mais. Porém, considerou que, com ela na presidência, os parlamentares agiam de forma "mais voraz em suas demandas do que o normal" para o histórico presidencialismo de coalizão brasileiro. Um editorial do jornal chamou os parlamentares da base de "oportunistas ávidos por barganhas" que sacavam "a

[66] *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A7; 12/08/2011, p. A7; 16/08/2011, p. A7 e 18/08/2011, p. A12.
[67] *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2011, p. A10.
[68] *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2011, p. A6.

faca para encostar no pescoço da presidente"[69].

Essa esperada repercussão negativa na base aliada sobre o tema da "faxina republicana", a insatisfação do PMDB e as interpretações publicadas pelo jornal reforçam as hipóteses defendidas por Marcos Nobre (2013) e André Singer (2018). Logo em seu primeiro ano de mandato, a presidenta Dilma agiu para dificultar a manutenção das improbidades na máquina pública. Os atingidos partidos da base aliada começaram a urdir sua vingança política à presidenta. Porém, uma vez que o momento ainda era de bonança econômica e Dilma colhia popularidade, a retaliação do pemedebismo se daria em espaçadas votações congressuais, mas sempre nutrindo a esperança e os conchavos por uma oportunidade melhor para reaver seus postos perdidos.

O movimento ziguezagueante de Dilma com a base aliada, de aproximação e afastamento, foi ironizado pelo jornal. A presença da presidenta em um jantar com a bancada do PMDB no Palácio do Jaburu foi a "formatura de Dilma" com "louvor no curso intensivo de pragmatismo político" ministrado por Lula. Em seus editoriais, *OESP* reconheceu a necessidade de garantir a governabilidade, mas exigiu que Dilma fizesse mais para impedir que este arranjo comprometesse "tanto a moralidade quanto a eficácia de sua administração [...] escolhas políticas, tudo bem. Mas por que não gente honesta e competente?"[70]. Ou seja, na visão do jornal, o PMDB era o partido fisiológico por essência, e afastar os apadrinhados do partido era condição essencial para a moralização da coisa pública.

Ainda na interpretação do jornal, Dilma buscou essa aproximação para aprovar as "medidas [fiscais] que poupariam o País do contágio da crise externa". Porém, esse movimento lhe deixava um dilema: de um lado os parlamentares da base exigindo a liberação de emendas ao Orçamento; de outro Dilma tentando seguir uma "política de prudência e responsabilidade ante o recrudescimento da crise da economia global". O jornal então defendeu que a presidenta não afrouxasse a política fiscal e enfrentasse as pressões dos parlamentares[71].

O assunto "faxina" demandava cautela por parte do Planalto e do PT. Era preciso reforçar a imagem de que Dilma e o governo não compactuavam com a

[69] *O Estado de S. Paulo*, 31/08/2011, p. A6 e 13/10/2011, p. A3.
[70] *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A3 e 21/09/2011, p. A3.
[71] *O Estado de S. Paulo*, 18 e 22/08/2011, p. A3.

corrupção e promoviam uma "faxina republicana", mas, ao mesmo tempo, era preciso amenizar esta retórica sob pena de perder completamente a base parlamentar governista. O *Estadão* estampou em destaque a sua avaliação sobre a posição do PT: "petistas temem que 'faxina' de Dilma carimbe gestão Lula como 'corrupta'". Em reportagem recheada de frases de petistas não identificados, o jornal afirmou que a demissão de ministros herdados do governo Lula causaria "extremo desconforto no PT", por conta da proximidade dos demitidos com o ex-presidente. Além disso, a reportagem afirmou que os petistas se mostravam preocupados, pois Dilma estaria "comprando brigas em todas as frentes", em especial com o PMDB que, para estes petistas, "não é confiável e acabará dando o troco a qualquer momento"[72].

O fato de estes ministros envolvidos em denúncias de improbidade serem quase todos herdados por Dilma do governo anterior de Lula, foi usado pelo jornal para tentar jogar a presidenta contra seu mentor político. Em editorial, *OESP* insinuou que Lula deixava roubar, mas que com Dilma "roubar, não pode mais":

> O contraste fica cada vez mais evidente. De um lado, uma tradição de oito anos de pacífica e ostensiva convivência com a malversação de recursos públicos, escorada nos ombros largos da governabilidade. De outro, uma completa devassa no Ministério dos Transportes [...] o limite entre uma coisa e outra é estabelecido, sobretudo, pela lei. Ou seja: fazer políticas, pode. Roubar, não pode mais[73].

Sempre que comentou o tema da "faxina", o *Estadão* citou o ex-presidente Lula como responsável pela montagem de uma governabilidade sustentada pela vista grossa sobre a corrupção nos ministérios entregues aos partidos aliados. Também insistiu que o ex-presidente Lula e o PT estariam receosos ante as atitudes da presidenta Dilma. Por isso, o jornal cobrou: "a faxina não pode parar"[74].

5. DILMA POPULAR E AS MANIFESTAÇÕES ANTICORRUPÇÃO.

A constante presença da "faxina" de Dilma nos noticiários impulsionou a

[72] *O Estado de S. Paulo*, 19/08/2011, p. A4.
[73] *O Estado de S. Paulo*, 27/07/2011, p. A3.
[74] *O Estado de S. Paulo*, 21/07/2011, p. A3.

indignação contra a "corrupção" na política. Pelas redes sociais, grupos de jovens de classe média organizaram uma manifestação para o dia 07 de setembro em Brasília. O *Estadão* noticiou em tom de convocação para o protesto e, no dia seguinte, deu capa com grande foto do ato e a chamada: "marcha contra a corrupção ofusca desfile em Brasília". Em editorial, o jornal comemorou que "o brasileiro está começando a perder a paciência com a corrupção" e esperançou que atos como este em Brasília teriam potencial para se generalizar pelo país. O periódico também alertou a presidenta Dilma de que, se naquele momento as pesquisas de opinião lhe colocavam como a responsável pelo combate à improbidade, caso ela tentasse "negar a evidência de que a corrupção é endêmica na administração federal e colocar panos quentes no combate à corrupção", a indignação popular poderia se agravar e se transformar em uma "bola de neve incontrolável"[75].

No mês seguinte, novos atos foram realizados e receberam os mesmos destaques do periódico[76]. Apesar da expectativa, os atos foram pequenos e geraram comentários de lamento nas páginas do *OESP* ante as marchas que "decepcionaram os que torciam para que elas fossem mais concorridas", como o próprio jornal, que torcia para que a "bandeira do combate à corrupção" fosse empunhada pelos "cidadãos minimamente informados". O jornal comparou as marchas do Brasil com as realizadas nos EUA e Europa e explicou porquê, na sua visão, elas não cresceram no Brasil de 2011:

> Em rigorosamente todos os países onde as ruas foram tomadas nos últimos tempos, a raiz – menos ou mais exposta – da ira popular é o empobrecimento, o desemprego, a escassez de oportunidade, a penúria [...] Hoje, porém [no Brasil], a melhora sem precedentes no padrão de vida de milhões de brasileiros e a sensação geral de otimismo que daí resulta não é que anestesiem as pessoas, mas, à parte quaisquer outras considerações, não as incentivam a protestar contra a corrupção que sabem que existe – e que poderia provocar uma contundente resposta popular se estivesse associada à privação econômica[77].

Ou seja, o jornal reconheceu que era boa a situação socioeconômica do Brasil e que grande parte da população via em Dilma a pessoa que agia para

[75] *O Estado de S. Paulo*, 07/09/2011, p. A8, 08/09/2011, p. A1 e 10/09/2011, p. A3.
[76] *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2011, p. A8 e 13/10/2011, p. A9.
[77] *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2011, p. A3.

limitar a corrupção política. Por isso, os protestos "contra a corrupção" não foram capazes de levar multidões às ruas. Para mudar o cenário, havia três alternativas: que Dilma perdesse o status de paladina da luta contra a corrupção; que a economia entrasse em crise ou que a população associasse os deficientes serviços públicos como uma consequência da corrupção.

Ao longo do semestre de faxina, pesquisas apontaram crescente aprovação e popularidade ao governo e à presidenta. Levantamento do Ibope em outubro mostrou o governo aprovado por 48%, regular para 36% e ruim ou péssimo para 12%. A avaliação pessoal de Dilma foi aprovada por 67%. Dois meses depois, o mesmo instituto indicou crescimento na aprovação do governo para 51%, queda no regular para 34% e no ruim ou péssimo para 11%. Também cresceu a aprovação de seu desempenho pessoal, chegando a 71%. A reportagem do *Estadão* sobre esta pesquisa associou os índices à "faxina" que marcou o noticiário no segundo semestre: "Dilma conseguiu capitanear para o governo as ações contra a corrupção".

Quanto a esta última pesquisa, o jornal ainda enfatizou que a "faxina" foi responsável por aumentar sua aprovação nas regiões sul (57%) e sudeste (52%) do país, onde está a maior parte do eleitorado de classe média, mais sujeita a derrotar o PT nas urnas e a usarem a bandeira contra a "corrupção" como justificativa para suas escolhas políticas. Isso reforça a perspectiva de Marco Nobre quando afirma que a presidenta conseguiu projetar a imagem de "que 'não se mistura à baixaria', que se mantém 'a salvo da contaminação'" (2013, p.139) do fisiologismo pemedebista, inclusive combatendo-o. A pesquisa mostrou ainda que foi a "faxina" de Dilma quem colocou o tema "corrupção" em voga. As duas pesquisas também mostraram insatisfação da população com os serviços públicos e as taxas de impostos[78].

Internacionalmente, a repercussão também foi considerável. Em outubro, a revista *Forbes* colou Dilma Rousseff, "a primeira mulher a liderar a maior potência econômica da América Latina", como a terceira mulher mais poderosa do mundo, atrás apenas da alemã Angela Merkel e da estadunidense Hillary Clinton. A edição de dezembro da revista *The New Yorker* dedicou 35 páginas para traçar um perfil elogioso de Dilma e do Brasil por conta do orçamento

[78] *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011, p. A8 e 01/10/2011, p. A8.

público equilibrado, proximidade do pleno emprego, baixa inflação, liberdade política e redução da desigualdade. A revista ainda sentenciou que no país "ninguém acredita que Rousseff seja corrupta. Ela tem se mostrado muito mais intolerante com a corrupção do que presidentes brasileiros do passado"[79].

Fato é que a última pesquisa Ibope do ano deu à Dilma o "recorde na série histórica" feita pelo instituto para um governante em primeiro ano de mandato. O governo foi aprovado por 56%, foi regular para 32% e ruim para 9%[80]. Pessoalmente, Dilma estava aprovada por 72% ante 21% que a desaprovavam[81]. Apesar disso, a pesquisa reforçou a existência de desaprovação quanto à qualidade dos serviços públicos. O assunto "corrupção" permanecia na lembrança dos entrevistados, mas segundo o gerente da pesquisa: "Dilma conseguiu se blindar. Ela conseguiu se distanciar e as denúncias ficaram restritas aos ministros. As pessoas estão culpando mais os ministros do que a presidente"[82].

Em dezembro, o noticiário apontou para uma iminente reforma ministerial para o início de 2012, aliando a conclusão da "faxina" às mudanças sempre necessárias aos que disputariam eleições municipais. Na previsão do *Estadão*, seriam 9 alterações na Esplanada. O jornal chegou a sentenciar que Dilma mostrou "jogo de cintura" e "driblou as insatisfações" na base aliada para aprovar pautas orçamentárias de interesse do governo, porém, noticiou que tais aprovações foram conseguidas mediante bilionária liberação de emendas parlamentares aos políticos da base aliada[83]. Em seu pronunciamento de TV no final do ano, Dilma prometeu um 2012 de "forte crescimento econômico" e redução da desigualdade social. O destaque na manchete do *Estadão* ficou para sua promessa de "luta incessante contra a corrupção e qualquer tipo de desvio ou malfeito"[84].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[79] *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2011, p. A7 e 29/11/2011, p. A7.
[80] Segundo a reportagem, o máximo que Lula conseguiu ao final de um primeiro ano de mandato foi 51% em 2007, enquanto FHC teve o pico de aprovação com 43% em 1995
[81] Na avaliação pessoal, o índice de Lula foi de 66% em 2003 e de FHC foi de 57% em 1995.
[82] *O Estado de S. Paulo*, 17/12/2011, p. A8.
[83] *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2001, p. A4 e 18/12/2011, p. A8.
[84] *O Estado de S. Paulo*, 24/12/2011, p. A5.

A partir dos fatos narrados pelo *OESP* em diálogo com as hipóteses levantadas em parte da bibliografia que explicam o *impeachment*, é possível reforçar o argumento de que a essência do *impeachment* é político-partidária. Ao longo do governo Dilma, uma série de insatisfações e disputas por influência e poder no campo político resultaram, anos depois, em um orquestrado movimento de vingança do campo político liderado pelo pemedebismo contra a presidenta Dilma e o lulismo. Essas insatisfações tiveram origem logo no primeiro ano de seu mandato presidencial.

A delicada relação entre a presidenta Dilma e parte do PT com os partidos da base aliada, em especial o PMDB e seus líderes Michel Temer e Eduardo Cunha, foi o fator determinante para a sua deposição via *impeachment*. Evidentemente houve interesses e atuações importantes de fora do campo político, como as ações da Operação Lava Jato, a oposição empresarial e financista à política econômica e a narrativa midiática antipetista e pró-*impeachment*. Porém, como defendido pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, "o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais" (2017, p. 132).

Conforme André Singer (2018) e Marcos Nobre (2013), a face política do lulismo estava baseada em não enfrentar o poder congressual pemedebizado, mas se acomodar a ele, buscar dirigi-lo pela centro-esquerda. Para isso, o lulismo aproveitou a favorável conjuntura econômica e o carisma e experiência de Lula da Silva para contornar os vetos do pemedebismo. Porém, na perspectiva de Singer (2018), a presidenta Dilma "cutucou onças" políticas e econômicas, mas sem a mesma conjuntura econômica favorável, com inegável falta de carisma e experiência para lidar com a base congressual pemedebizada.

Como se viu em seu primeiro ano de governo, a presidenta Dilma manteve relação ambígua com o pemedebismo em vários momentos, ora fustigando-o publicamente, ora buscando compor acordos. Se com o presidente Lula os antagonismos da base com o governo foram canalizados para os bastidores da política, os exemplos mostrados neste texto indicam que, com Dilma, os antagonismos políticos se tornaram públicos. Esta publicidade gerou um cabo de guerra entre Dilma e o campo político pemedebizado, insatisfeito e à espreita para golpeá-la.

Em recente livro de memórias, Eduardo Cunha (2021) admite que havia

na base governista uma grande insatisfação com a condução política do governo por conta das demissões de ministros, tentativa de impor uma "pauta ideológica" petista sobre o Legislativo, demora na liberação emendas e nas nomeações de cargos. Também admite que o PMDB queria maior poder de decisão no governo, mas se sentiu preterido e ameaçado de esvaziamento por um "apetite hegemônico" do PT. Por isso, diz que o impedimento era praticamente inevitável, diante do clima de conflagração entre governo e base. Assim, o vice-presidente Michel Temer, percebendo a insatisfação congressual com a presidenta, passou, desde meados de 2015, a liderar as articulações e a prometer a distribuição do butim para cada partícipe de sua eleição indireta[85].

Portanto, diante da revolta do pemedebismo para com a presidenta, é possível afirmar que o *impeachment* de 2016 se tratou de um golpe parlamentar liderado pelo PMDB em acordo com os partidos do "centrão" governista e estimulados pelos partidos de oposição. A expectativa era que o governo de Michel Temer, um dos arquitetos históricos do pemedebismo, servisse para reacomodar o campo político e lhe dar os cargos e acessos à máquina federal que Dilma os dificultou desde o primeiro ano de mandato.

Sobre as posições editoriais do *Estadão*, apesar de seu histórico antipetismo (Guilherme, 2018), o jornal elogiou a disposição da presidenta em enfrentar o fisiologismo congressual. Mas sempre que possível, cobrou-a para que promovesse demissões sumárias nos altos escalões do governo tão logo surgissem as primeiras denúncias de improbidade nos ministérios e, constantemente, tentou indispô-la com o ex-presidente Lula.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes da evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, Vozes, 2023.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**,

[85] Também em livro memorialista recém-lançado, Michel Temer (2020) tenta passar uma versão de que não atuou politicamente para assumir o lugar da presidenta Dilma.

n°5, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CUNHA, Eduardo. **Tchau, querida**: o diário do *impeachment*. São Paulo: Matriz, 2021.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011)**. Revista História em Reflexão, n. 29. 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico**: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. Revista Dimensões, v. 40, jan-jun, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010.** Revista Transversos, n. 18, abr. 2020.

GUILHERME, Cássio Augusto. **O *Estadão* contra a política econômica de Dilma Rousseff (2011)**. Revista Outros Tempos, v. 20, n. 35, 2023.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques *el al*. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

Recebido em 15-07-2024.

Aprovado para publicação em 31-03-2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

NOVAS DESCOBERTAS SOBRE OS PRIMEIROS REGISTROS DA EUGENIA NO BRASIL

NEW DISCOVERIES ABOUT THE EARLIEST RECORDS OF EUGENICS IN BRAZIL

MANUEL ALVES DE SOUSA JUNIOR[1]

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o início do movimento eugenista no Brasil, apresentando novos documentos ainda não descritos na literatura brasileira sobre o tema, sendo quatro artigos em jornais e um em revista. Foram analisadas fontes históricas do primeiro quartel do século XX, com o intuito de identificar os primeiros registros que mencionam a eugenia no país. Foram encontradas cinco fontes históricas sobre eugenia que não haviam sido citadas por pesquisadores contemporâneos, uma delas antecipa para 1909 o início do movimento eugenista no Brasil. Os pesquisadores em eugenia divergem quanto o ano de início das atividades eugenistas no Brasil, variando desde "anos 1910" até 1914. Compreender que a eugenia começou no Brasil antes do que se supunha ajuda a repensar o impacto histórico e social dessas práticas sobre populações negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência.
Palavras-chave: Eugenia. Início da eugenia no Brasil. História da eugenia.

ABSTRACT

The aim of this paper was to analyze the beginning of the eugenics movement in Brazil by presenting new documents that have not yet been described in the Brazilian literature on the subject, four articles in newspapers and one in a magazine. Historical sources from the first quarter of the 20th century were analyzed to identify the earliest documents that mention eugenics in the country. Five historical sources on eugenics were found that had not been cited by contemporary researchers, one of them brings forward the start of the eugenics movement in Brazil to the year 1909. Eugenics researchers disagree on the year eugenics activities began in Brazil, ranging from the "1910s" to 1914. Understanding that eugenics began in Brazil earlier than previously assumed helps to reconsider the historical and social impact of these practices on Black, Indigenous, poor populations, and people with disabilities.
Keywords: Eugenics. Beginning of eugenics in Brazil. History of eugenics.

[1] Doutor em Educação pela UNISC. Historiador. Professor do IFBA campus Lauro de Freitas. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação. E-mail do autor: manueljunior@ifba.edu.br

INTRODUÇÃO

A Eugenia foi uma teoria científica que surgiu em Londres no final do século XIX. Fundada por Francis Galton (1822–1911), tinha como objetivo a "purificação" da raça humana, tomando o arianismo como modelo ideal. Aos poucos, a eugenia se espalhou pela Europa e esteve presente em diversos continentes. O regime nazista[2], na Alemanha, representou o ápice da aplicação da eugenia: os campos de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), testemunharam inúmeras práticas eugenistas em nome do suposto aperfeiçoamento racial.

Ideais estimulados pelo racismo científico, superioridade racial e degeneracionismo oriundos das novas ciências e teorias, chegaram ao Brasil por intermédio de filhos da elite nacional que voltavam de estudos na Europa e por expedições científicas ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Desse modo, medidas e políticas foram sendo implementadas por meio da subjetivação da população, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como a Eugenia, a Higiene, o Sanitarismo e o branqueamento da população. Os representantes da elite nacional foram influenciados pelas novidades que chegavam do exterior e, a partir disso, refletiram, problematizaram e publicaram suas análises exaustivamente, influenciando outros intelectuais e o meio político.

O objetivo desta pesquisa[3] foi analisar o início do movimento eugenista no Brasil apresentando novos documentos ainda não descritos na literatura brasileira sobre o tema. Foram analisadas fontes históricas, sobretudo jornais, revistas, anais, livros e outros documentos do primeiro quartel do século XX de modo a buscar os primeiros documentos que citam a eugenia no país. Para isto, este texto está dividido em três seções. A primeira apresenta várias definições de eugenia, tanto de eugenistas do início do século XX quanto de pesquisadores e pesquisadoras contemporâneas. A segunda seção apresenta como a eugenia

[2] O regime nazista foi um período totalitário fascista da Alemanha sob o comando de Adolf Hitler, que transformou o país em um estado que controlava todos os aspetos da vida de sua população e esteve imerso e com protagonismo na Segunda Guerra Mundial.

[3] O presente artigo é um recorte da tese de doutorado do autor intitulada "'Branco com branco, preto com preto': contribuições da educação eugênica para a produção da branquitude no Brasil (1090-1945)", defendida em fevereiro/2025.

se desenvolveu entre os intelectuais brasileiros, demonstrando a estreita relação da eugenia com outras áreas como a higiene, o sanitarismo e a educação. A terceira e última seção problematiza a respeito da chegada e do desenvolvimento da eugenia no país, demonstrando novos documentos históricos sobre o início da eugenia no Brasil, além de uma evolução cronológica dos principais fatos da ciência eugênica brasileira.

DEFINIÇÃO DE EUGENIA

O dicionário Houaiss define a Eugenia como: “teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada em leis genéticas” ou ainda: “aperfeiçoamento da espécie via seleção genética e controle da reprodução” (Houaiss; Villar, 2009, p. 849). Já o dicionário Aurélio traz a Eugenia como a “ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana” (Ferreira, 2010, p. 890). Ambos os dicionários sintetizam em apenas poucas linhas uma definição generalista da Eugenia, mas não conseguem expressar o alcance que o movimento eugenista teve no país e no mundo.

O médico João Henrique (1896-1974), em artigo intitulado *Do conceito eugenico do habitat brasileiro,* publicado na revista *Brazil-Medico* em 1918, definiu a Eugenia como a nova ciência que “consiste no conhecer as causas explicativas da decadencia ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da especie humana, não só no que respeita o physico senão ainda ao intelectual” (Henrique, 1918, p. 127). Já o médico Octávio Domingues (1897-1972) registra, em seu livro *A hereditariedade em face da educação,* que a Eugenia é uma “sciencia applicada que tem por fim o melhoramento genetico do homem, no sentido physico, intellectual ou moral, baseada nos principios da Genetica” (Domingues, 1929, p. 161).

Em entrevista ao jornal carioca *Correio da Manhã*, Renato Kehl[4], considerado pelos estudiosos da área como o maior entusiasta da Eugenia no Brasil (Bonfim, 2017; Diwan, 2007; Silva, 2014; Souza, 2019; Stepan, 2005), trouxe uma definição do termo ao pontuar que “a eugenia, como sciencia pura,

[4] O médico, farmacêutico e descendente de alemães Renato Kehl foi o principal expoente da eugenia no Brasil.

estuda os factores que regem a evolução humana; como sciencia applicada ella procura utilizar-se desses factores para o melhoramento das famílias e de povos" (Kehl, 1932a, p. 03). Ao longo de sua vida, Kehl cunhou diversos conceitos de Eugenia em suas obras. No livro *Eugenia e medicina social: problemas da vida*, ele afirmou que "a definição de Eugenía é curta, os seus fins é que são imensos:- é a sciencia do aperfeiçoamento moral e physico da especie humana" (Kehl, 1920a, p. 09).

Renato Kehl atuou com destaque na propaganda e difusão da Eugenia no Brasil, teve contato com eugenistas de diversos países da América Latina, Europa e Estados Unidos e concedeu entrevistas sempre trazendo definições e os pontos positivos da Eugenia para o cenário nacional. Em entrevista ao jornal carioca *O Jornal*, Kehl (1920b) trouxe uma definição mais detalhada da Eugenia, reforçando, inclusive, o papel da Educação na ciência eugênica:

> ella estuda e procura applicar as questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da especie. Nella se comprehende o estudo e a applicação das questões relativas á influencia do meio, do estado economico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações successivas e sobre as aptidões physicas, intellectuaes e moraes. A Eugenia basea-se em todas as sciencias bio-sociaes, e tem por um dos escopos principaes divulgar entre o publico conhecimentos hygienicos e eugenicos, para bem do indivíduo, da collectividade e das gerações futuras. [...] Precisamos, pois, sanear o Brasil e ao mesmo tempo eugenisal-o, **educando** o povo nos são principios da hygiene physica e moral (Kehl, 1920b, p. 03, grifo nosso).

Na cartilha *Educação eugenica* publicada por Renato Kehl, em 1932, o eugenista apresentou, dentre outras informações, o que ele chamou de "A definição oficial da palavra 'Eugenia'" em que resgata os textos de Galton e define a Eugenia como "o controle social das influencias das quais dependem as condições do povo, as quais se dividem em duas classes: 1 - as que afetam o povo em si; 2 - as que afetam a saude do mesmo" (Kehl, 1932b, p. 14). Kehl continua sua análise na publicação e aponta que Galton reuniu-se com cientistas da Universidade de Londres com base na descrição anterior e eles chegaram à definição: "O termo eugenia deve ser definido como o estudo dos fatores que, sob o controle social, possam melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, quer física, quer mentalmente" (Kehl, 1932b, p. 14). O mentor da Eugenia brasileira finaliza seu texto afirmando que "Em termos mais simples,

- aplica as leis da hereditariedade para o aperfeiçoamento integral da humanidade" (Kehl, 1932b, p. 15).

Souza (2012, p. 01-02) define a Eugenia como "um movimento científico e social que se relacionava ao debate sobre raça, gênero, saúde, sexualidade e nacionalismo, apresentando-se freqüentemente como um projeto biológico de regeneração racial". Enquanto ciência que se firmava no meio científico, a Eugenia utilizou o debate científico no campo da Biologia. Para isso, flertou com diversas teorias, políticas e projetos em voga à época, como a Antropologia criminal, a Higiene-sanitarismo e o branqueamento da população.

O movimento eugenista também inferiu, no campo social, por meio de medidas eugênicas para o melhoramento humano, atuando "sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores" (Bonfim, 2017, p. 89). Mai e Angerami (2006, p. 253) indicam que "a eugenia alcançou o status de movimento mundial em torno da boa procriação e o Brasil vivenciou a ênfase nesse discurso eugenista nas décadas de 20, 30 e 40".

Foi nesse contexto que a Eugenia ganhou força e espaço ao dialogar, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, com temas emergentes como evolução, seleção natural, progresso, degeneração, mestiçagem e a necessidade da formação de uma identidade nacional e melhoramento racial em muitas nações, como o Brasil. A nova ciência defendia que a reprodução desenfreada dos então considerados inferiores era tida como uma ameaça biológica para o futuro das nações. Assim, o pensamento de que algumas doenças infecciosas, distúrbios mentais, alcoolismo, criminalidade, "bem como os comportamentos sociais patológicos de uma forma geral, derivavam fundamentalmente de fatores hereditários era uma convicção que atraía cada vez mais adeptos no início do século passado" (Bonfim, 2017, p. 83). Para Miranda (2020, p. 35, tradução nossa) "a ciência do cultivo da raça seria aceita em diversos meios, alguns dos quais a consideravam como um insumo básico para o progresso [da nação] e a nivelação dos grupos sociais mais desfavorecidos".

No Brasil, a eugenia esteve associada a outros movimentos, como a higiene e o sanitarismo. A educação também desempenhou um papel importante

no movimento eugenista brasileiro. Nesse sentido, pode-se questionar: como a eugenia se desenvolveu no Brasil e qual sua relação com a higiene, o sanitarismo e com a educação? Essa discussão está presente na próxima seção.

O DESENVOLVIMENTO DA EUGENIA NO BRASIL

O Brasil vivia um contexto em que o poder dos homens de ciência crescia e se afirmava desde o início do século XX quando estudos sobre Bacteriologia e Medicina Tropical passaram a ter uma conotação civilizadora, salvacionista e regeneradora para a nação. O pensamento higiênico-sanitarista transformou-se em uma ideologia para construção da nacionalidade. O pensamento neolamarckista[5] de parte da intelectualidade promovia a união entre as ideias sanitaristas e eugenistas. Assim, estava constituído um terreno fértil para a propagação dos ideais eugênicos e o seu estabelecimento no cenário político e intelectual com um protagonismo no discurso regenerador da nação "disposta a promover a higiene e o saneamento como panaceia universal, a *intelligentsia* brasileira se viu encantada pela eugenia" (Souza, 2019, p. 58). Miranda (2013) contribui com a discussão ao afirmar que a Eugenia constituiu um mecanismo de reação biopolítica das elites que legitimaram o discurso autorizado com foco na reprodução humana na América Latina.

Neste sentido, a Eugenia brasileira produziu uma intensa atividade política de grupos sociais e intelectuais, muitas vezes, ligados à experiência urbana que buscavam atender às demandas de uma reduzida elite nacional[6]. Foram diversas polêmicas e divergências, com numerosos intelectuais debruçando-se nos ideais eugênicos sob vertentes possíveis atreladas às demandas por Educação e Saúde públicas. Apesar de dialogar com vários

[5] O neolamarckismo foi um movimento científico presente no final do século XIX e início do século XX que adaptou e expandiu as ideias de Lamarck, propondo que as características adquiridas pelos organismos durante a vida, não só pelo uso e desuso de órgãos, mas também pelas condições físico-químicas do ambiente, poderiam ser transmitidas aos descendentes.

[6] Skidmore (2012) descreve a elite nacional como um número reduzido de pessoas letradas que controlava os instrumentos da cultura e sociedade. "Seriam no máximo algumas dezenas de milhares de pessoas no fim do Império e algumas centenas de milhares em 1940" (Skidmore, 2012, p. 19). As ideias e formação dessa elite eram europeias, tendo influência da cultura francesa ao longo do século XIX com o advento do iluminismo. Os ideais do liberalismo inglês e estadunidense também ajudavam a moldar a organização política e social brasileiras. Era formada por estadistas, cientistas e intelectuais de diversas áreas do conhecimento (Andrade, 2017).

setores da elite intelectual, como os médicos ligados à Psiquiatria e à Medicina legal, foi com os sanitaristas e higienistas que a Eugenia preferencialmente associou-se.

Stepan (2005, p. 105) aponta que Renato Kehl chamou de eugenismo todas "as atividades que ajudavam a eugenia, incluindo-se aí a educação, o saneamento, os esportes e a higiene". A associação entre Eugenia e Higiene-sanitarismo "foi tão intensa que os primeiros trabalhos sobre eugenia se confundiram com o próprio ideário ambientalista, sobretudo aquele elaborado por médicos, sanitaristas e higienistas" (Souza, 2019, p. 79). Silva (2014, p. 912) contribui afirmando que "frente às precárias condições sanitárias do país, os eugenistas brasileiros atentavam, sobretudo, para o higienismo, para a eugenia preventiva, que na percepção de Belisário Penna era a verdadeira Medicina Social". Uma das premissas da Educação sanitária promovida pelo *Instituto de Hygiene* era fornecer estratégias para que, a partir da Educação formal, as crianças servissem como agentes multiplicadores para sanear e higienizar os seus lares, o que seria feito por meio dos ensinamentos higiênico-sanitários que os professores ensinavam nas aulas (Rocha, 2003).

> A "higiene" procura melhorar o "meio" e o "indivíduo"; a "eugenia" procura melhorar a "estirpe", a "raça", a "descendência". São preocupações bem diferentes. Outrora acreditava-se que, melhorado o "indivíduo", estava, por isso, melhorada a "espécie". Foram os tempos heróicos da Higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são à higiene, para o proteger. Esta prevenia a doença, aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha, não consegue impedir que surjam certos tipos enfermos. Porque há "doenças da raça", há doenças ou deficiências do gérmen. E a higiene não vai lá (Roquette-Pinto, 1978, p. 44).

Sobre a Eugenia preventiva com viés neolamarckista e sua relação com o Sanitarismo, os eugenistas entendiam que os venenos raciais como doenças venéreas, tuberculose, alcoolismo e outras drogas e infecções, como a nicotina, poderiam degenerar a prole de pais portadores desses "males". Renato Kehl (1920c, p. 01) sobre o tema indicou que

> sanear corresponde praticar a eugenia denominada preventiva, cujos fins são as defesas da raça contra todos os fatores de degeneração, sejam eles mórbidos (tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses, etc.), sejam eles os venenos sociais.

> É por isso que a eugenia preventiva corresponde à medicina social.

Um dos movimentos de maior destaque que dialogou com a raça no início do século XX no Brasil foi o Sanitarismo. Ele refutou o pensamento social e político que atribuía à raça, por intermédio dos mestiços, o insucesso econômico e cultural. Para os sanitaristas, o fracasso e a degeneração aconteciam porque a população estava fraca e improdutiva em decorrência de doenças. Posteriormente, muitos eugenistas concordaram com essa ala sanitarista e entendiam que era possível regenerar o Brasil com Saúde, Educação, Higiene e Sanitarismo. Neste sentido, Roquette-Pinto (1941, p. 106) afirmou que "a respeito do povoamento do Brasil, penso que os brasilianos precisam ser educados e não substituídos". Já os eugenistas mais radicais argumentavam que, apesar de doentes, eles "não abandonavam o estado de imperfeição sob o ponto de vista das leis da hereditariedade. Assim, seria necessário para a regeneração do país um conjunto de ações para tornar os brasileiros doentes e feios em fortes e belos" (Santana; Santos, 2016, p. 32).

Assim sendo, o movimento sanitarista foi de grande importância para a Saúde e Política Nacional, já que "teve um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como o elemento distintivo da condição de ser brasileiro" (Lima; Hochman, 1996, p. 23). As publicações de intelectuais como Belisário Penna, Arthur Neiva (1880-1943), Monteiro Lobato e Euclides da Cunha ofereceram aos políticos o conhecimento sobre o sertanejo e, com ele, a esperança nacional da salvação do povo brasileiro.

A culpa era das doenças e do abandono do povo, como o personagem Jeca Tatu[7] de Monteiro Lobato de 1914, que ganhou uma nova versão em 1918 com a publicação do livro *Problema Vital,* em que o autor alertava que Jeca "estava assim" por causa das doenças e pobreza e não que "era assim", apontando uma reorientação do personagem da Eugenia para o Sanitarismo, ou seja, o Jeca "agora ele é percebido como produto do abandono e das precárias condições sanitárias ('Ele está assim!')" (Silva, 2023, p. 29). Era possível

[7] O personagem Jeca Tatu ganhou novo impulso nacional quando foi utilizado pela campanha presidencial de Ruy Barbosa em 1919 como um protótipo dos motivos do atraso do Brasil. Esse fato foi utilizado pelas revistas ilustradas que representaram diversas caricaturas (Cardoso, 2022).

regenerar o povo. “O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (Lima; Hochman, 1996, p. 23).

A Educação por meio do Sanitarismo e Eugenia ganhou espaço no meio social e político com propostas salvacionistas do revigoramento da população. No governo Vargas, nos anos 30, a miscigenação passou a ser considerada como um “cimento constitutivo” da nacionalidade brasileira. Os não-brancos, a partir de então, eram aceitos como partes da sociedade, mesmo que seu desaparecimento estivesse confirmado em mais algumas décadas, o que se daria pelo branqueamento ocasionado pela miscigenação. Enquanto isso, eles precisavam ser higienizados e sanitarizados.

Silva (2020) chama esse processo de uma in/exclusão e afirma que ocorreu uma inclusão pela cultura e uma exclusão socioeconômica. O autor assinala que os negros passaram a ter direitos políticos, porém permaneceram sem direitos sociais e que “toda narrativa daí depreendida será estruturada na negação do racismo no Brasil, haja vista a mestiçagem, constituindo um dispositivo de segurança capaz de impedir os conflitos a partir da anulação das polaridades de cor” (Silva, 2020, p. 288). Desse modo, a mestiçagem anulou a polaridade branco-negro e o pardo surgiu como um eixo norteador dessa construção.

As preocupações eugênicas também estavam no combate aos ‘ambientes disgênicos’, além de doenças como sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e lepra, muito comuns em todo o país. O médico Miguel Pereira (1871-1918) chegava a descrever o Brasil como ‘um imenso hospital’. O medo do contágio dessas infecções assolava as elites que temiam as “doenças da pobreza”, sendo então necessário que as medidas eugênicas fizessem parte da sociedade. Para Schwarcz (2024, p. 253), “a degeneração racial deixava de ser, pois, só uma questão biológica para virar uma metáfora social”.

Igualmente, o combate aos ‘vícios sociais’, “considerados altamente prejudiciais à hereditariedade, como o uso dos chamados ‘tóxicos euforísticos’ (álcool, tabaco, morfina e cocaína)” (Souza, 2019, p. 87), era da alçada da Eugenia. O alcoolismo era um dos maiores problemas,

> considerado pelos eugenistas como o grande 'inimigo da raça', o alcoolismo era visto por Afrânio Peixoto [1876-1947] como uma das principais causas da degeneração racial e do futuro da nacionalidade, sendo responsável. inclusive, pelo grande número de doentes, loucos e criminosos que existiam no meio social. Para Belisário Penna, ninguém escaparia dos males causados pelo alcoolismo, já que ele não produziria apenas 'degenerados inferiores', mas, igualmente 'degenerados superiores', nas altas camadas sociais (Souza, 2019, p. 89).

O médico Orlando Sampaio, em sua tese doutoral *Hygiene mental e alcoolismo,* tratou sobre a importância do combate ao etilismo para uma sociedade sã e livre de pragas sociais que seriam originadas a partir do consumo de álcool. A Eugenia e a Higiene social estão presentes em sua tese:

> De paes alcoolatras geram-se filhos com notavel inferioridade organica e que um nonada tornará alienados. Nos productos que se seguem ainda mais se torna acentuado o cunho de inferioridade e, se não cuidarmos de oppôr uma barreira a esta derrocada da raça ella se terminará fatalmente, na idiotia, na imbecibilidade, na debilidade mental, etc. (Sampaio, 1928, p. 07).

O movimento eugenista no Brasil foi marcado por debates de distintas perspectivas com relação à sua fundamentação teórica, propostas de intervenção social e cultural, além do apelo nacionalista que precisava firmar na jovem República. Apesar de existirem grupos defensores da Eugenia negativa, relacionada com medidas mais invasivas como a esterilização, a Eugenia positiva, voltada para a educação, prevaleceu no país.

Kehl era mais adepto da Eugenia positiva, acreditava no neolamarckismo que utilizava, sobretudo, a Educação, o Sanitarismo e a Higiene como instrumentos eugenizadores. No final da década de 1920 houve uma reorientação do pensamento de Kehl, fato evidente em diversas passagens de sua extensa bibliografia, como afirmou, em 1920, que "a transmissão de vicios e degenerescencias, é tão positiva como o é a dos traços physionomicos, dos caracteres de semelhança" (Kehl, 1920a, p. 33). Em oposição, o mesmo médico manifestou-se, em 1932, que "o individuo torna-se o que é, por influencia do meio em que vive. Taes caracteres adquiridos não são transmissiveis" (Kehl, 1932c, p. 08).

Do ponto de vista teórico, Kehl (1929b) passou a aceitar o mendelismo, em detrimento ao neolamarckismo, que acreditava até então, mas admitia a

hereditariedade induzida, ou seja, entendia que algumas condições ambientais, por exemplo, intoxicações por álcool, ações patogênicas decorrentes da sífilis, tuberculose e outras doenças, perturbavam as células reprodutoras e davam origem a "taras hereditárias". Porém, se um indivíduo nessa condição fosse tratado, poderia gerar filhos saudáveis. Kehl (1929b) ainda condenava os casamentos inter-raciais e julgava os mestiços como "inferiores", além de acreditar na tese de João Batista de Lacerda de que os negros e os mestiços desapareceriam em três gerações[8].

Os eugenistas brasileiros utilizaram diversas teorias como embasamento científico, como, por exemplo, Lamarckismo, Mendelismo, Darwinismo dentre outras, sem, contudo, produzir um consenso, o que tornou ímpar a experiência brasileira no desenvolvimento da Eugenia. Desse modo, o movimento eugênico no Brasil não foi único e consolidado, não teve uma prevalência na escolha do referencial teórico, na definição de propostas ou métodos mais adequados para atingir-se o melhoramento humano no país. Seus adeptos envidaram esforços de diversas formas, em frentes variadas, garantindo uma visibilidade para a ciência no cenário social e intelectual da época. Sobre isso, Nancy Stepan (2005) cita uma "apropriação seletiva" de ideias e teorias relacionadas à Eugenia na Europa e nos Estados Unidos absorvidas por grupos e instituições integrantes do movimento eugenista no Brasil, que buscavam ressignificar tais referenciais científicos para a realidade brasileira a partir de tradições e práticas sociais específicas.

Os relatos sobre o homem do Brasil chegaram à elite brasileira apenas depois da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha em 1902, posteriormente, com o personagem Jeca Tatu do eugenista e escritor Monteiro Lobato, além de escritos de outros autores, como *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás* de 1916 de autoria dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, assim como Olavo Bilac (1865-1918), poeta e jornalista carioca que apontou o descaso dos governos com a maioria dos brasileiros, em sua maioria analfabetos (Souza, 2019; Silva, 2015). Nesse

[8] Na legenda que acompanhou a imagem da pintura *A redenção de Cam* de Modesto Brocos (1852-1936), pintada em 1895, no artigo *Sur les metis au Brésil* em francês apresentado no Congresso Universal das Raças em 1911, veio a inscrição "Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l'effet du croisement des races" que em tradução livre seria: "o negro passado ao branco em três gerações pelo efeito do cruzamento de raças".

sentido, a elite nacional até aquele momento não conhecia a grande massa que compunha o povo brasileiro. Assim surgia o sertanejo. Nas palavras de Silva (2015, p. 20), “estas obras, cada qual à sua maneira, trouxeram o sertão para a agenda nacional [...] e efetivam a ‘descoberta’ do chamado ‘Brasil real’”. Olavo Bilac (1915) reflete sobre o sertanejo:

> Nos rudes sertões os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as féras, como os insectos, como as arvores. A maior extensão do território esta povoada de analphabetos; a instrucção primaria, entregue ao poder dos governos locaes, é muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanario, um dos instrumentos da maroteira politica (Bilac, 1915, p. 05).

A Eugenia ganhou espaço no Brasil, atraindo olhares de uma elite intelectual marcada pela necessidade de progresso aliada à ciência e à urgente configuração de uma identidade nacional a partir da formação de projetos de reforma da sociedade brasileira e de construção do Estado brasileiro. A ciência de Galton trazia consigo a promessa do melhoramento humano, tão desejado para o progresso da nação.

Para João Batista de Lacerda, Renato Kehl e outros tantos eugenistas que figuraram no Brasil nas primeiras décadas do século XX, a morte ou a ausência de reprodução dos não-brancos atuava como uma lógica do que Foucault (2010) nomeou como racismo de Estado, em que a morte (ou o desaparecimento) de uns era em prol de uma melhor vida de outros, ou seja, era preciso eliminar da sociedade os degenerados para o bem viver da raça pura. Para o filósofo, a morte da raça ruim, da raça impura, dos degenerados, era em nome da vida da raça pura, para uma melhor vida do corpo social (Foucault, 2010).

Dessa forma, diversos artifícios foram utilizados para alcançar tais objetivos, como políticas públicas e até mesmo massacres e extermínios. Souza (2019) contribui com o debate ao trazer que ‘elevar o vigor da raça’ vigorava como discurso pelos eugenistas para “integrar o Brasil e conduzi-lo rumo ao progresso e à civilização” (Souza, 2019, p. 71). Discorrendo sobre a biopolítica foucaultiana, Silva (2014) cita que a Eugenia pode ser considerada como o acontecimento biopolítico mais significativo do século XIX.

A eugenia brasileira teve uma estreita relação com a educação. A

educação eugênica esteve presente tanto na educação formal quanto na educação não academicista. Os anos 1920 vivenciaram reformas educacionais em vários estados como em São Paulo (1920), Ceará (1922-1923), Bahia (1928), Minas Gerais (1927-1928), Pernambuco (1928), Paraná (1927-1928), Rio Grande do Norte (1925-1928) e Distrito Federal (1922-1926). Essas reformas ajudaram a impulsionar a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1931, a saber: "o próprio nome do Ministério sugere essa estreita relação entre higienismo, leia-se também eugenismo, e educação" (Silva, 2014, p. 913). Essas reformas já apresentavam uma preparação para os anos 1930, em que a Eugenia foi presença marcante na Educação, inclusive, constando na Constituição de 1934:

> Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...]
> b) estimular a educação eugênica; [...]
> f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; (Brasil, 1934, art. 138).

A Constituição Brasileira de 1934 enfatizou explicitamente o desejo de uma nação eugenizada por intermédio da Educação. Rocha (2014) ressalta que o texto constitucional foi fruto de uma articulação de um projeto criado pela Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), liderada por Renato Kehl.

A Constituição Brasileira de 1937 outorgada por Getúlio Vargas (1882-1954), ditador do Estado Novo, em 10 de novembro, por sua vez, trouxe implicitamente, em alguns trechos, que o ideal eugênico continuava forte. O destaque foi a implementação da Educação física, que passava a ter caráter obrigatório nas escolas e era considerada um elemento da Educação eugênica para formação do cidadão pretendido pelo Estado.

> A Educação Física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (Brasil, 1937, art. 131).

Rocha (2014, p. 09) cita que as reformas educacionais dos anos 1930 no Brasil tiveram, no ideal de formação eugênica, "uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, [...] para a formação de uma

raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça". Os preceitos eugênicos sustentaram "boa parte das ações do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) nas décadas de 1930 e 1940" (Santos, 2022, p. 226).

A Era Vargas[9] (1930-1945) foi marcada por uma grande expansão da Educação no Brasil, e o ministro do MES entre 1934 e 1945, Gustavo Capanema (1900-1985) implementou diversas medidas, entre elas a que ficou conhecida como Reforma Capanema, uma reforma no ensino secundário. Conforme Silva (2023, p. 43), os reformadores da educação nos anos 1930 "tinham na consciência e moralidade eugênicas o suporte para assegurar o devir de uma nação, e o controle da sexualidade via Educação eugênica atendia aos propósitos da construção de uma raça nacional". Para além dessas mudanças, o que se observou no cotidiano escolar "foi a implementação de ações fundadas nos pressupostos eugenistas. A escola se tornou uma instituição-chave na luta contra a degenerescência racial, sendo um instrumento muito bem utilizado por quem estava no poder" (Santos, 2022, p. 227).

Muito embora as propostas eugênicas apresentadas e defendidas ferrenhamente pelos intelectuais brasileiros tivessem origem na ciência de Galton, elas não seguiram fielmente as doutrinas pensadas e aplicadas na Europa e Estados Unidos e "frequentemente não guardavam qualquer proximidade com a eugenia" (Koifman, 2012, p. 68). "Os eugenistas norte-americanos, por exemplo, pregavam a esterilização de seres humanos e não interpretavam a prática de educação física, o saneamento e a higiene como projeto propriamente eugenista [como praticado no Brasil]" (Koifman, 2012, p. 74).

Stepan (2005, p. 76) aponta que "aos olhos ingleses, a eugenia brasileira pode ter parecido um exemplo de pensamento científico equivocado ou desleixado" ao passo em que traz a discussão de que a Eugenia brasileira foi uma importante variante do movimento eugênico mundial que possuía destaque em toda a América Latina. Predominantemente não mendeliano, o modelo de Eugenia brasileiro produziu valores e saberes particulares, alguns dos quais serão discutidos neste artigo sob as lentes do racismo de Estado foucaultiano.

[9] A Era Vargas foi um período de 15 anos (1930-1945) em que o ditador Getúlio Vargas governou o Brasil. Essa era foi encerrada com a deposição do presidente em 1945.

O eugenista britânico K. E. Trounson, em 1931, após estudar textos produzidos por brasileiros, destacou que

> aparentemente, os brasileiros interpretam a palavra [Eugenia] de forma menos restritiva que nós, e levando-a a cobrir boa parte do que chamaríamos de higiene e sexuologia elementar, além de não traçarem distinções claras entre condições congênitas devidas a danos e doenças pré-natais que são estritamente genéticas. [...] A genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas; a visão é mais sociológica que biológica (Trounson, 1931, p. 236 *apud* Stepan, 2005, p. 76).

Neste sentido, Koifman (2012) aponta que a Eugenia no Brasil teve uma conotação elástica[10], fugindo da tradicional Eugenia europeia e estadunidense, "porque foi preciso estabelecer outro modelo que **não** considerasse a formação do povo brasileiro como necessariamente degenerado" (Koifman, 2012, p. 74, grifo nosso). Assim, o uso da palavra "Eugenia", ainda que complexa para a realidade nacional miscigenada, soava como moderna, científica, acadêmica, internacional, civilizada e futurista, tudo que a elite brasileira almejava para a nação.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a descoberta das atrocidades realizadas por Adolf Hitler em nome da pureza racial, intelectuais ligados à Eugenia no Brasil caíram no ostracismo. Alguns também reorientaram suas biografias a fim de negar a ligação com a Eugenia. Pelo mundo não foi diferente,

> os centros de estudo eugenistas norte-americanos trataram de reconsiderar alguns de seus conceitos ou pelo menos modificar seus discursos e ser mais cuidadosos com eles. Na conjuntura do pós-guerra e nas décadas seguintes, em razão de uma certa acomodação, mais simples e confortável da versão ideológica da história, o ideal eugenista passou a ser majoritariamente associado unicamente à sua versão nazista. Dessa forma, 'instituições eugenistas americanas prontamente trocaram seus nomes de eugenia para genética (Koifman, 2012, p. 83).

Souza (2019) assevera que Renato Kehl buscou formar uma rede de poder para divulgação da Eugenia no país. Para Foucault (2010), o exercício do

[10] A elasticidade da Eugenia no Brasil pode ser facilmente constatada com a grande abrangência dos assuntos tratados, por exemplo, no primeiro e único Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), dentre eles: matrimônio, Educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, importância dos arquivos genealógicos, imigração asiática e africana, campanhas antivenéreas, tóxicos, tratamento dos doentes mentais, proteção à infância e à maternidade, Antropologia, hereditariedade, diferenças anátomo-fisiológicas nas raças humanas, Educação física, consanguinidade, maternidade etc.

poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo da possibilidade em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos. Pode incitar, induzir, desviar, facilitar ou tornar mais difícil, além de ampliar ou limitar, ou ainda tornar mais ou menos provável. Neste sentido, o poder consiste na condução de condutas. O filósofo descreve a conduta como sendo o ato de conduzir os outros, com mecanismos de coerção e a maneira de comportar-se em um campo mais ou menos aberto de possibilidades.

A próxima seção apresenta um panorama dos primeiros movimentos e publicações sobre eugenia no Brasil, incorporando a contribuição inédita de novos documentos históricos que indicam que seu início ocorreu antes do apontado por pesquisadores e pesquisadoras da área.

O INÍCIO DA EUGENIA NO BRASIL

Na conferência intitulada *A eugenia no Brasil: esboço historico e bibliographico* do 1° Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), Kehl (1929a) fez um relato cronológico da chegada dos ideais eugênicos no Brasil. Ele menciona que os primeiros esforços foram alçados por intermédio do professor Souza Lima (1842-1921), que, em 1897, pediu para a Academia Nacional de Medicina o apoio para a defesa de uma lei que tornava obrigatório o exame pré-nupcial que impedia que "*tuberculosos e syphiliticos*" fossem candidatos a casamentos. Embora os exames pré-nupciais tenham sido incorporados como pauta da Eugenia no Brasil, naquele momento, a ciência eugênica ainda não havia chegado na América Latina.

Nos primeiros anos do século XX, a ciência de Galton ainda não estava difundida em solo brasileiro e tampouco tinha status de ciência. Alguns pesquisadores em Eugenia e/ou questões raciais no Brasil, como Souza (2019) e Bonfim (2017) concordam com Renato Kehl (1929a) que os primeiros trabalhos nacionais sobre Eugenia ocorreram no início dos anos 1910 com pequenos artigos de autoria de Erasmo Braga (1877-1932), João Ribeiro (1960-1934) e Horácio de Carvalho (1857-1933). Eles ainda referem que o último também publicou, no jornal *Estado de São Paulo,* em 1912, em que era colunista, um artigo com considerações gerais sobre o movimento eugênico na Inglaterra. Góes (2018, p. 121) cita que "nos anos de 1910 e 1920, as ideias de Galton

passaram a influenciar médicos brasileiros".

Diwan (2007) atribui a Lacerda (1911) a autoria do texto mais antigo no Brasil com tema central sobre Eugenia, apesar dessa ciência não ser citada no texto. Silva (2014) concorda que o artigo de Lacerda (1911) tem grande relevância, sendo que, para ele, "o início do movimento [eugenista] no Brasil remonta ao final do século XIX, em que pese não ter sido ainda plenamente explicitado, e via na questão das misturas raciais o maior problema para a construção civilizatória do país" (Silva, 2014, p. 910). Sem mencionar os autores e textos supracitados, Schwarcz (2023, p. 146) afirma, no verbete *Eugenia* no *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas,* que "os movimentos eugênicos começaram a tomar força a partir da década de 1910". Stepan (2005) é bem generalista sobre o início da Eugenia no Brasil. Ela aponta a tese de Tepedino (1914) como início do movimento eugenista no país.

Em que pese esses pesquisadores contemporâneos não tenham relatado movimentos anteriores a 1912 que façam menção direta à Eugenia em publicações no Brasil, esta pesquisa possibilitou encontrar **cinco publicações** não explicitadas anteriormente pelos pesquisadores renomados da eugenia brasileira supracitados.

A **primeira** em 1909, pouco tempo depois da fundação da *Eugenics Education Society* em Londres[11] em que Azevedo Amaral publicou um texto sobre a nova ciência, que se expandia pela Europa. Ele estava morando na Inglaterra e escrevia semanalmente a coluna *Cartas de Londres* (que depois passou a se chamar *De Londres*) para o jornal *Correio da Manhã*.

No texto enviado para o Brasil em novembro e publicado na coluna de 19 de dezembro de 1909, Amaral apontou que a ciência eugênica estava em curso como uma proposta radical para regenerar a raça e que a *Eugenics Society* era o núcleo de concentração da atividade eugênica nacional. O avanço das degenerações era um problema para "as grandes massas trabalhadoras da raça branca que succumbam lentamente, em uma decadencia progressiva" (Amaral, 1909, p. 02). Ele não menciona a palavra "Eugenia", mas aponta que "os eugenicos, adeptos dessa nova sciencia de aperfeiçoamento da raça humana. [...] O plano da cruzada salvadora está traçado e approvado pelos

[11] A sociedade foi fundada em dezembro de 1907. Em 1908, Galton tornou-se presidente honorário e a nova instituição começou, de fato, com suas atividades.

representantes da sciencia, em nome dos principios da biologia" (Amaral, 1909, p. 02). No final do texto, ao enfocar os degenerados, Amaral (1909, p. 02) afirmou que "não deixa de haver um certo perigo de que aos campeões da regeneração nacional seja dada a honra de inaugurar a camara lethal". É impossível não remeter este último trecho ao nazismo que, décadas depois, utilizou o artifício descrito nos campos de concentração para o aperfeiçoamento e purificação da raça ariana.

A **segunda** publicação é a citação do movimento eugenista na Inglaterra e na França, como uma ciência que despontava para o aperfeiçoamento da raça humana. O artigo, sem autoria definida, foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* e trouxe as novidades da Europa. O texto começa apontando que, em Londres,

> os eugenistas envidam todos os seus esforços para operar a selecção de typos perfeitos, facilitando assim os casamentos entre os indivíduos dos dois sexos mais bem constituídos physica e intellectualmente. Em Pariz existe uma associação para melhoramento da espécie humana e ao mesmo tempo para dissuadir as uniões entre os que não podem trazer para a humanidade senão contingentes de filhos fisicamente defeituosos (Notas…, 1911, p. 05).

Outros jornais também noticiaram sobre o Congresso Internacional de Eugenia em Londres, ainda em 1912, o que demonstra a força que a Eugenia ganhava paulatinamente no Ocidente. A **terceira** publicação não citada pelos pesquisadores, ocorreu no jornal *Pacotilha* no Maranhão que publicou em 31 de agosto de 1912 uma reportagem informando que o referido congresso londrino tratou da pesquisa dos "meios cientificos para se obter a bôa procreação… Trata-se de melhorar a espécie humana, pela seleção cientifica e, por muito nova que pareça a idéa é orijinal, convein dizer que o congresso londrino foi prezidido por um filho do grande Darwin" (Sabatina, 1912, p. 01).

A **quarta** publicação foi um artigo sem autoria definida intitulado *Ecos do congresso dos eugenistas*, no jornal *O Estado de S. Paulo,* em 11 de setembro de 1912, que trazia as reverberações do Congresso Internacional de Eugenia em Londres. O texto trouxe as falas de vários professores que abordaram sobre o aperfeiçoamento da raça e a necessidade da beleza física para a prosperidade da raça, como o Professor Roberto Micheli da Universidade de Turim que afirmou que o "homem político para chegar a gozar da supremacia de poder, tem

necessidade, especialmente se é socialista, de ser dotado pela natureza de beleza física, pois, ao contrário, seria melhor fazer-se cobrador ou agente de companhia de seguros" (Ecos…, 1912, p. 04).

Já a **quinta** publicação ignorada pelos pesquisadores contemporâneos foi em setembro de 1912, quando a revista *Brazil-Médico* publicou uma reportagem sobre o Congresso Internacional de Eugenia em Londres, demonstrando que a nova ciência já apresentava alguma relevância na Europa e como já reverberava na América Latina, além de explicar o que é a eugenia e o seu papel no aperfeiçoamento da raça:

> Deve-se ter reunido em Londres, de 24 a 30 de julho, um *Congresso de Eugenia*, entendendo-se por *eugenia* (do grego *eu*, bôa, e *genos*, geração) a sciencia que estuda os meios de aperfeiçoar a raça humana, pelo melhoramento do vigor e da saúde da prole. [...] Mas a *eugenia* de hoje cuida do assumpto por processos scientificos, estudando as causas de decadência da raça humana e os remédios adequados, de acordo com os nossos conhecimentos actuaes (Brazil-Médico, 1912, p. 358).

Vale ressaltar que o texto já traz a palavra "eugenia" como a tradução de "eugenics", apesar da nomenclatura brasileira só ter sido oficializada em 1914, quando João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), foi o filólogo responsável por definir a grafia brasileira de Eugenia, em lugar de "eugenética" ou "eugênica", como almejavam alguns cientistas e gramáticos. Anos mais tarde, ele explicou, em uma publicação no *Boletim de Eugenia,* que o termo Eugenia era mais "eufônico", mais característico e soava melhor no português, inspirado no idioma italiano (Kehl, 1929a).

Em 1913, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943) foi o responsável pela primeira conferência sobre Eugenia no Brasil em Salvador/Bahia intitulada *Pró Eugenismo*. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, chamou atenção da plateia, formada principalmente por jovens estudantes de Medicina quanto à importância eugênica da Educação familiar. Em sua opinião, "a educação moral seria um meio eficiente de impedir a propagação de diversos 'vícios e males sociais', como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, responsáveis pela degeneração física e moral da raça" (Souza, 2008, p. 149). Magalhães associou-se, em 1913, à Sociedade Francesa de Eugenia e existem registros de que, em 1896, ele já fazia referência a questões que viriam

a ser eugênicas no âmbito da Puericultura e no estudo da Higiene (Bonfim, 2017).

Em 1914, durante uma sessão solene na Academia Nacional de Medicina, o médico Miguel Couto (1865-1934), um dos principais médicos brasileiros à época, reconheceu a degenerescência da espécie humana ocasionada por múltiplos agentes e assinalou que “a medicina é a eugenia” (Couto, 1914, p. 272). Renato Kehl não cita alguns dos fatos históricos aqui relatados em sua conferência no CBE, possivelmente, por se autointitular como o primeiro brasileiro a realizar uma conferência sobre Eugenia ao declarar:

> a 13 de Abril de 1917 teve logar a conferencia, **a primeira sobre eugenia**, realizada no paiz [...]. Nella, após um ligeiro exordio, estudei a hereditariedade como fundamento da sciencia de Galton, os factores dysgenicos, a doutrina de Malthus, o direito relativamente à Eugenia, concluindo num appello aos estudiosos para a divulgação e prática das idéas e preceitos eugenicos ao nosso paiz, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira (Kehl, 1929a, p. 53, grifo nosso).

Retomando a cronologia proposta por Kehl (1929a), em 1914, Alexandre Tepedino, sob orientação do Dr. Miguel Couto, defendeu a tese intitulada *Eugenia* para sua graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nas palavras de Kehl (1929a, p. 53), “o autor condensou com muita habilidade os principaes pontos da doutrina de Galton”. Renato Kehl afirma ainda que Tepedino merece o título de pioneiro em tratar a Eugenia no Brasil, apesar de ter abandonado a causa posteriormente e se dedicado exclusivamente à clínica.

Souza (2006) destaca, ademais, outras iniciativas eugênicas no Brasil, como em 1916 por Charles Armstrong (1871-1963), eugenista inglês que morava no Rio de Janeiro, que publicou um pequeno trabalho afinado com as ideias Darwinistas e Mendelianas intitulado *Melhoremos a Nossa Raça*. O historiador cita ainda que o médico João Henrique publicou, em 1917, o livro *Do conceito eugênico do habitat brasileiro,* ressaltando a importância da Eugenia para o futuro e progresso da nação.

Após essas publicações pontuais, a conferência proferida por Renato Kehl, em 13 de abril de 1917, no salão da Associação Christã dos Moços de São Paulo (ACM) é considerada um grande marco do início da Eugenia no país. A

partir daí, importantes movimentos ocorreram na Eugenia brasileira, movimentando o meio científico, intelectual e político. Era o começo do médico como propagandista e difusor da Eugenia, principalmente, no meio médico e intelectual do país, em que pese o próprio Kehl (1933, p. 20) tenha declarado, anos mais tarde, que pensava e estudava sobre a Eugenia "desde essa época [1912], após o memorável Congresso de Eugenia de Londres, que esta ciência representa a ocupação predileta dos nossos lazeres e, mesmo, dos nossos afazeres". O discurso na ACM foi publicado na íntegra seis dias depois na edição paulista do *Jornal do Commercio*. Reproduziu ainda essas informações no artigo *Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliographico* e na abertura das conferências do 1° Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

No dia 02 de dezembro de 1917, o jornal *Correio Paulistano* divulgou a informação da aprovação do empréstimo do salão da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (SMC-SP) a pedido de Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, para a reunião de fundação da SESP que ocorreu no ano seguinte. A sessão ordinária da SMC-SP ocorreu na noite do dia primeiro de dezembro de 1917 e contou com a presença de Kehl, que, inclusive, chegou a ser parabenizado pelo presidente da SMC-SP, ratificando o apoio da sociedade para a fundação da SESP. Na mesma nota do jornal, são relatados os princípios eugênicos que norteariam a SESP (A Sessão…, 1917).

Sobre os fatores degenerativos, em seu livro *Sexo e Civilização: Aparas Eugênicas*, Kehl (1933) abordou a sobrecarga dos úteis e produtivos em ter que suportar os degenerados e impuros. É pertinente a comparação com o fardo do homem branco do poema *O Fardo do Homem Branco* (*The White Man's Burden)* do estadunidense Rudyard Kipling, publicado em 1899, quando Kehl (1933, p. 35, grifo nosso) afirma ter

> a impressão cada vez mais nitida de que a degeneração campeã infrene e de que o número de medíocres, de debeis mentais, de incapazes, de cacoplastas, em suma, cresce, de modo assustador, afligindo, constrangindo, **quasi esmagando a parcela boa e progressista da humanidade**. Se a lei inexorável da luta pela vida ainda se impusesse, completamente, sob a qual sucumbem os fracos e triunfam os fortes, a maior parte dessa residualha, que vem surgindo clandestinamente, violando os preceitos da 'boa geração', estaria condenada a perecer logo nos primeiros lances da aspera peleja. Tal,

> infelizmente não acontece, não mais se podendo contar com a selecção que outrora constituia o crivo eficaz contra todos os indesejáveis e que agora **sobrevivem em grande número para sofrer e, para sobrecarregar os elementos úteis e produtivos**.

A degeneração estava amplamente difundida no meio intelectual. Oliveira Vianna, um dos sociólogos mais lidos pela elite letrada até a publicação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1900-1987), escreveu, em seu livro *Populações meridionaes do Brazil* (volume 1), publicado em 1920, segundo a qual a mistura de raças obedeceria a uma lei da Antropologia que, no decorrer de algumas gerações, a prole voltaria a um dos tipos geradores. Dessa forma,

> quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distinctas, os retornos têm, em regra, um caracter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstróe, de preferencia, e absorve os elementos da raça superior. [...] Os mestiços desta especie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade dos seus instintos, na instabilidade do seu caracter. [...] Os vadios congenitos e incorrigiveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os especimens mais representativos desse grupo (Vianna, 1920, p. 108-109).

Diante do exposto, infere-se que é de grande importância para a história da Eugenia que tais publicações sejam divulgadas entre os pesquisadores no Brasil e que esta pesquisa contribua para ressignificar os estudos sobre o início do movimento eugenista no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais eugenistas utilizaram práticas discursivas para que a educação eugênica se disseminasse no tecido social, em prol da produção de uma “verdade”. Conferências públicas, pesquisas variadas, livros, periódicos, congressos, ligas, sociedades, comissões e concursos eugênicos foram algumas das ações e atividades por meio das quais a Eugenia promoveu discursos e verdades no Brasil, em diversas frentes da intelectualidade, sobretudo nas áreas da Antropologia, do Direito e da Medicina.

Apesar de não se tratar de um movimento unificado e de contar com diferentes grupos de adeptos às diversas correntes eugênicas, muitos eugenistas conseguiram articular-se politicamente e participaram ativamente da

formulação de políticas sociais em áreas como saúde, educação, política imigratória, higiene social e sanitarismo. Esses intelectuais atuaram, principalmente, sobre o psicológico e a subjetividade das pessoas, desumanizando determinados grupos étnicos e sociais que não se encaixavam no projeto de nação branca idealizado pelas elites.

A descoberta de que a Eugenia chegou ao Brasil antes do que se imaginava permite uma visão mais precisa e completa do percurso eugênico no país. Ela reforça o profundo alinhamento dos intelectuais brasileiros com a influência europeia — uma vez que a notícia foi publicada em jornal brasileiro no ano seguinte à fundação e início dos trabalhos da Sociedade Eugênica de Londres —, além de demonstrar que a história é dinâmica e sensível a novas descobertas, que podem alterar interpretações. Isso é especialmente relevante, considerando que a eugenia influenciou leis, políticas sanitárias, campanhas de saúde pública, métodos educacionais e até práticas médicas.

Compreender que a Eugenia começou no Brasil antes do que se supunha, ajuda a repensar o impacto histórico e social dessas práticas sobre populações negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência. Tal constatação tem implicações diretas na forma como a sociedade analisa, até hoje, temas como racismo, saúde pública, educação e política.

Espera-se que esta pesquisa incentive outros pesquisadores e pesquisadoras a aprofundarem seus estudos sobre o início da Eugenia no país e, quem sabe, a descobrirem novas fontes históricas sobre sua chegada e desenvolvimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

A SESSÃO de hontem - varias communicações - a necessidade da cultura physica. **Correio Paulistano**, São Paulo/SP, ed. 19542, p. 05, 02 dez. 1917.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. O pessimismo ingles - progresso e decadencia - como se ha de regenerar a raça? - a “Eugenie Society” - Uma proposta radical. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro/RJ, ed. 3077, 19 dez. 1909. Coluna De Londres, p. 02.

ANDRADE, Érico. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 137, p. 291-309, ago. 2017.

BILAC, Olavo. **Discursos:** pronunciados por Olavo Bilac na Faculdade de

Medicina e na Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo: Casa Vanorden, 1915. Publicação da "Bibliotheca Circulante" da Faculdade de Direito. 12 p.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizar e regenerar:** uma história da Eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BRASIL. **Constituição (1934).** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição (1937).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRAZIL MÉDICO. Imprensa médica estrangeira. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano 27, v. 34, p. 358-359, 08 set. 1912.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco:** arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945. São Paulo: Companhia das letras, 2022. 366 p.

COUTO, Miguel. Associações scientificas: Academia Nacional de Medicina. **Brazil-Medico**: Revista semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 272-276, 22 jul. 1914. Semanal. Sessão solemne de 30 de junho de 1914 - Ano XXVIII.

DIWAN, Pietra. **Raça pura:** uma história da Eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

DOMINGUES, Octavio. **A hereditariedade em face da Educação.** vol. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1929. 168 p. (Coleção Bibliotheca de Educação).

ECOS do congresso dos eugenistas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 12322, 11 set. 1912. Coluna Curiosidades, p. 04.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p. Coordenação e edição: Marina Ferreira e Margarete Anjos.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade:** Curso no *Collège de France* (1975- 1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo e Eugenia no pensamento conservador brasileiro:** a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018. 240 p.

KEHL, Renato Ferraz. A definição oficial da palavra “Eugenia”. *In:* Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugenica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves,

1932b. p. 14-15.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *In:* 1° Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1929a, v. 3, p. 45-61.

KEHL, Renato Ferraz. A Eugenia ou Eugenica: a luta contra as degenerações. **O Jornal.** Rio de Janeiro/RJ, ed. 235, p. 03, 06 fev. 1920b.

KEHL, Renato Ferraz. Congresso de Eugenia, em Nova York: Os principaes pontos que serão debatidos. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro/RJ, ed. 11417, p. 03, 03 mar. 1932a.

KEHL, Renato Ferraz. **Eugenia e medicina social:** problemas da vida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920a. 239 p.

KEHL, Renato Ferraz. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929b. 274 p.

KEHL, Renato Ferraz. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 1, p. 01-02, jan. 1929c. Separata de Medicamenta.

KEHL, Renato Ferraz. Os problemas da Regeneração das Raças. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro/RJ, ed. 3075, p. 01, 03 jul. 1920c.

KEHL, Renato Ferraz. Porque sou eugenista. *In:* Kehl, Renato Ferraz (org). **Educação eugenica**. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1932c. p. 03-11.

KEHL, Renato Ferraz. **Sexo e civilização:** Aparas eugênicas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 287 p.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal:** o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012. 447 p.

HENRIQUE, João. Do conceito eugenico do habitat brasileiro. **Brazil-Medico**: Revista semanal de Medicina e Cirurgia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 127, 20 abr. 1918. Semanal. Ano XXXII.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. *In:* FIRST UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, Londres. **Papers on Inter-racial problems.** Londres: The World'S Peace Foundation, 1911, v. 1, p. 377-382.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. *In:* MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p. 23-40.

MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. *In:* **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 251-258, abr. 2006.

MIRANDA, Marisa Adriana. La eugenesia y sus ámbitos de validación científica (Argentina, siglo XX). *In:* CALVO, Luis; GIRÓN, Álvaro; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel (org.). **Naturaleza y laboratorio**. Barcelona: Residència D'Investigadors - Csic-Generalitat de Catalunya, 2013. Cap. 10. p. 243-264.

MIRANDA, Marisa Adriana. **¡Madre y pátria!** eugenesia, procreación y poder en una Argentina heteronormada. Buenos Aires: Teseo, 2020. 268 p.

NOTAS e informações. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo/SP, ed. 11882, p. 05, 27 jun. 1911.

ROCHA, Heloísa. Helena Pimenta. **A higienização dos costumes:** Educação escolar e Saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). São Paulo: Fapesp, 2003. 272 p.

ROCHA, Simone. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. *In:* X ANPED SUL, 2014, Florianópolis. **Anais.** Florianópolis: Anped, 2014. p. 01-14.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaios brasilianos**. 5a série, v. 190. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 244 p. (Edição ilustrada).

ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaios de Antropologia brasiliana.** 2 ed, v. 22. São Paulo: Ed. Nacional, 1978 (1933). 122 p. (Coleção brasiliana).

SABATINA. **Pacotilha**, Maranhão, ed. 208, p. 01, 31 ago. 1912. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pagfis=3544. Acesso em: 13 ago. 2024.

SAMPAIO, Orlando da Veiga. **Hygiene mental e alcoolismo.** 1928. 51 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1928.

SANTANA, Nara M. C.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, Eugenia e racismo no brasil do século xx. *In:* **Revista de Estudios Sociales**, [S.L.], n. 58, p. 28-38, out. 2016. Universidad de los Andes.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro:** uma história da formação do país. São Paulo: todavia, 2022. 336 p.

SCHWARCZ, Lilia. Eugenia. *In:* RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 143-147.

SCHWARCZ, Lilia. **Imagens da branquitude:** a presença da ausência. São

Paulo: Companhia das letras, 2024. 427 p.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,** Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945). *In:* **Cadernos IHUideias,** São Leopoldo, v. 13, n. 235, p. 03-30, 2015. UNISINOS.

SILVA, Mozart Linhares da. Necropolítica e violência racial no Brasil. *In:* BRAGA, Amanda (Org.). **Por uma microfísica das resistências:** Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 275-305.

SILVA, Mozart Linhares da. **Produção de subjetividades raciais no Brasil:** da democracia racial às políticas de identidade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 134 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 393 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas do Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras*. In:* **Revista História em Reflexão**, v. 6, n. 11, p. 01-23, jan./jun. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. *In:* **Revista de História Regional,** v. 11, n. 2, p. 29-70, jun./set. 2006.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *In:* **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a Eugenia no Brasil:** ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019. 330 p.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia:** raça, gênero e nação da América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia.** 1914. 156 f. Tese Doutoral (Graduação) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionaes do Brazil**: historia, organisação, psycologia. v. 1. São Paulo: Monteiro Lobato editora, 1920. Edição da Revista do Brasil.

Recebido em 23-10-2025.

Aprovado para publicação em 24-04-2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

FATO OU OPINIÃO?
Uma análise sobre a percepção de estudantes do ensino médio acerca das causas indígenas no tempo presente

FACT OR OPINION?
An analysis of high school students' perceptions of Indigenous issues in the present time

CARLOS ROBERTO DA SILVA[1]

RESUMO

Este estudo investiga o impacto das relações causais no ensino-aprendizagem de História, analisando como estudantes do 3º ano do Ensino Médio da E.E.B. Padre Anchieta (Florianópolis/SC) percebem a distinção entre fato e opinião. A pesquisa foca em narrativas sobre causas indígenas contemporâneas, coletadas durante o Estágio Supervisionado III da Licenciatura em História da UDESC (2023). Apoiada nas categorias de inferência causal e evidência histórica, a análise de três fontes sobre a tese do marco temporal revelou destrezas pontuais na articulação de causas e consequências; contudo, predominam dificuldades no reconhecimento de evidências e na diferenciação entre fato e opinião, o que permite a persistência de narrativas ideologizadas. Tais lacunas, alinhadas aos déficits nacionais apontados pela OCDE, reforçam a necessidade de métodos analíticos explícitos nas aulas de História para fortalecer a formação crítica e mitigar a crise de identidade da disciplina.

Palavras-chave: Ensino de História; causalidade; fato; opinião.

ABSTRACT

This study investigates the impact of causal relationships on the teaching and learning of History, analyzing how 3rd-year high school students at E.E.B. Padre Anchieta (Florianópolis/SC) perceive the distinction between fact and opinion. The research focuses on narratives about contemporary Indigenous issues, collected during Supervised Internship III of the History Teaching Degree at UDESC (2023). Drawing on the categories of causal inference and historical evidence, the analysis of three sources on the 'marco temporal' thesis revealed specific skills in articulating causes and consequences; however, difficulties predominate in recognizing evidence and distinguishing between fact and

[1] Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Pesquisador bolsista CAPES. Florianópolis, SC, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-4228-4352. E-mail: carlozfilho@gmail.com.

opinion, allowing for the persistence of ideologically driven narratives. Such gaps, aligned with national deficits identified by the OECD, reinforce the need for explicit analytical methods in History classes to strengthen critical education and mitigate the discipline's identity crisis.

Keywords: History teaching; causality; fact; opinion.

INTRODUÇÃO

Este artigo emerge em um cenário onde impera a disputa de narrativas e a profusão de negacionismos históricos e científicos, e atende, mesmo que provisoriamente, a certo incômodo experienciado pelo autor, ao encarar os desafios que o tempo presente tem imposto ao ensino de História. No cenário em questão, a autoridade dos historiadores profissionais não mais existe, e "a competência do saber histórico produzido nas últimas décadas têm sido seguidamente questionada a partir de parâmetros totalmente externos a essa produção, como se houvesse uma história verdadeira a ser contada" (Meneses, 2019, p. 3). A 'ameaça comunista' foi retomada e alienadamente segue bem alimentada, agora com o historiador e a historiografia acadêmica sendo colocados como mecanismos 'a serviço da esquerda', responsabilizados pela divulgação de 'falsas teorias' cujo objetivo seria o empreendimento de um projeto de poder comunista.

Tal fenômeno desestabiliza e cria inseguranças nos processos que envolvem o ensino e a aprendizagem de História. Temas relacionados à causa indígena, às questões raciais, à última ditadura militar, dentre outros, passaram a representar "temas sensíveis" nas produções de pesquisadoras e pesquisadores do ensino de História, muito em decorrência dos "constantes ataques por que passam professores que se dedicam a dar atenção ao passado vivo" (Pereira; Seffner, 2018, p. 16). Quando o docente precisa trabalhar com esses temas considerados sensíveis, sabe que poderá enfrentar uma batalha em sala de aula. Como a contemporaneidade acentua o desafio do trabalho com estes passados vivos, é preciso somar forças na ainda pungente indagação de Verena Alberti: "como conseguir a empatia de nossos alunos e alunas e como cuidar para que as polaridades em torno desses assuntos não sejam um

obstáculo ao aprendizado?" (Alberti, 2016, p.39). Cabe, portanto, refletir sobre as características de um ensino de História que atenda as demandas do tempo presente.

Aos incômodos presentes no horizonte de expectativas do autor, somaram-se as experiências junto a uma turma de estudantes do 3º ano do Ensino Médio da E.E.B. Padre Anchieta em Florianópolis/SC[2]. Trata-se de uma turma equilibrada em termos de gênero, composta por treze alunas e doze alunos, e em grande parte frequentada por estudantes de ascendência negra. Através da aplicação de um questionário inicial, percebeu-se alguns pontos pertinentes, como o fato de que a maioria dos estudantes habitam o Maciço do Morro da Cruz e comunidades circundantes, região que, embora central, apresenta estrutura precária e por vezes tem suas demandas invisibilizadas pelos governantes (Tomás, 2012). Muitas alunas e alunos têm a figura paterna ausente, e grande parte delas (es) não é natural de Florianópolis, mas sim das regiões Norte e Nordeste do país. Quanto ao consumo de informações, pouco mais da metade acessa a internet somente por meio do celular, e quase 80% assistem televisão aberta. Em termos comportamentais na sala de aula, é possível afirmar que a turma é dividida em dois grupos: do lado esquerdo estão as alunas e alunos nitidamente mais dedicados, mais presentes, os estudantes que estão sempre participando das aulas e desenvolvendo as atividades propostas; enquanto do lado direito, em contraste, sentam-se as alunas e os alunos com muitas faltas, cuja aderência na feitura de atividades é extremamente baixa, e de onde surgem as reações conservadoras narradas a seguir.

Algumas aulas ministradas durante o Estágio versavam sobre temas considerados sensíveis, como o feminismo e o racismo estrutural, dentre outros que se revelaram sensíveis durante a aula, como a precarização do trabalho. Especificamente nestas aulas, parte dos estudantes manifestaram uma atitude reativa inflada: eles mal podiam esperar os estagiários concluírem as frases para logo refutá-las com suas verdades construídas, provavelmente, fora das paredes da sala de aula. Estas experiências desafiadoras evocaram os questionamentos

[2] Experiências colhidas durante a regência e observação do Estágio Supervisionado III, estágio final da Licenciatura em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), realizado em 2023.

apresentados pela professora e pesquisadora Helenice Rocha no capítulo que integra a obra *Em defesa do ensino de História: a democracia como valor* (Rocha, 2022): será que os estudantes conseguem reconhecer o que são evidências, causas e consequências nas narrativas com as quais tem contato? Recortando um pouco mais: será que possuem a habilidade de distinguir fato de opinião?

Esta premissa fornece as bases deste artigo, que se concentra na análise da percepção dos estudantes quanto aos elementos que distinguem fato de opinião em narrativas diversas, narrativas essas relacionadas a conteúdos já trabalhados em sala sobre os povos indígenas. O recorte temático da atividade criada para subsidiar esta análise não foi escolhido ao acaso: embora as questões indígenas também representem um tema sensível, uma vez que a demarcação de terras gera disputas de ordem política, jurídica e ideológica, inflamando o debate público; os estudantes não reagiram de forma reativa nas aulas ministradas sobre esse tema. Supostamente, essa reação distinta pode ter relação com a questão do letramento, ou seja, uma compreensão sobre o tema desenvolvida e construída a partir de uma sólida relação anterior com o assunto.

Uma vez que o objetivo central do trabalho é identificar a compreensão dos estudantes quanto a causalidade histórica, através das análises que eles realizaram em atividade construída com o intuito de apontar suas habilidades no diferenciar fatos de opiniões, tal escolha faz todo o sentido. Isso porque “fato, opinião e evidência estão em um campo semântico relativo à causalidade e mobilização de relações causais que extrapola, em muito, leitura como ‘tecnologia da leitura’” (Rocha, 2022, p. 92). Partindo do pressuposto de que essa reação positiva nas aulas sobre os povos indígenas está relacionada a um letramento construído anteriormente, escolheu-se evitar o trabalho com temas notadamente mais espinhosos, uma vez que estes poderiam resultar em uma análise enviesada e ideologizada por parte de alguns estudantes.

Durante o período do Estágio, duas aulas versaram sobre as questões indígenas: na primeira foram trabalhados os impactos da ditadura militar brasileira sobre as populações indígenas, enquanto a segunda explicitou os desafios que recaem sobre os indígenas no tempo presente. Ambos os encontros estiveram amparados pela projeção de fontes, gráficos, dados

estatísticos e referências, onde demonstrou-se como muitas das violências sofridas durante a ditadura militar ainda persistem no tempo presente. A atividade que fornece dados para a análise aqui constituída procurou levar o assunto das aulas em conta, uma vez que apresentava três textos curtos versando sobre a tese do marco temporal, assunto que esteve presente em ambas as aulas citadas. Os estudantes precisavam analisar as três fontes e responder às questões propostas. Como apoio foi entregue um material impresso, que continha definições sobre o que são evidências, fatos e opiniões, bem como exemplos.

Com as fontes em mãos, o próximo passo foi catalogar e preparar o material para análise. Nesta etapa, as respostas dos estudantes em cada questão foram subdivididas de acordo com duas categorias de análise principais: inferência causal – que objetiva verificar como os estudantes percebem e exploram as relações entre causa, consequência e evidência ao interpretar e manejar uma narrativa; e evidência histórica – buscando analisar em que medida o nível de destreza no ato de distinguir fato de opinião influencia na (re)orientação da compreensão de temas da História escolar. Os resultados parciais apresentados explicitam algumas contribuições que o trabalho com procedimentos analíticos como o discernir fato de opinião, e o reconhecer causa, consequência e evidência, nas diversas narrativas, podem direcionar ao que Helenice Rocha chamou de “crise de identidade disciplinar”, vivenciada por aqueles que se dedicam ao ensino de História (2022, p. 93).

1. ENSINO DE HISTÓRIA ENTRE FATOS, OPINIÕES, CAUSAS E EVIDÊNCIAS

Por mais que fomente acalorados debates pelo país – como demonstram Adriana Soares Ralejo, Rafaela Albergaria Mello e Mariana de Oliveira Amorim (2021) – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode gerar importantes reflexões iniciais acerca da necessidade de inclusão de um trabalho com a distinção entre fato e opinião como procedimento no ensino de História. Na BNCC a área de Linguagens carrega a responsabilidade por desenvolver o objeto de conhecimento que corresponde à distinção entre fato e opinião, causas

e consequências. A disciplina de Língua Portuguesa, portanto, é a responsável por exercitar junto aos estudantes a habilidade de "estabelecer relações lógico-discursivas variadas (identificar/distinguir e relacionar fato e opinião; causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.)" (Brasil, 2018, p. 73). Tais procedimentos aparecem na redação da BNCC entremeados às recomendações dirigidas aos professores do Ensino Fundamental, pois subentende-se que ao chegar ao Ensino Médio os estudantes já possuam domínio suficiente sobre os usos sociais da linguagem. Aos professores do Ensino Médio caberia "aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas" (Brasil, 2018, p. 498).

Mas se durante o Ensino Fundamental as recomendações da BNCC explicitam a importância do desenvolver "habilidades relacionadas à argumentação e à distinção entre fato e opinião" (BNCC, 2018, p. 147), fornecendo ferramentas analíticas para que os estudantes sejam capazes de "identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e argumentos em textos argumentativos" (BNCC, 2018, p. 163); no Ensino Médio a ideia torna-se um pouco turva, uma vez que a recomendação para esta fase da Educação Básica é "intensificar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o trato com o diverso e o debate de ideias" (Brasil, 2018, p. 498). Fala-se do "fenômeno das bolhas", da importância de promover o respeito à diversidade e a ética, e da necessidade de rejeitar os discursos de ódio, ou seja, são incluídas outras habilidades – sem dúvida de extrema importância – em um cenário utópico onde habilidades previstas para o Ensino Fundamental estariam resolvidas. Mas será que este trabalho mais, digamos, direcionado, possui o espaço necessário durante o Ensino Fundamental, principalmente quando observamos a imensa quantidade de conteúdos previstos para a Língua Portuguesa? Como veremos nos resultados do estudo em questão, há um déficit que se reflete nos anos finais do Ensino Médio e que provavelmente se refletirá na atuação dos egressos nos diversos estratos da sociedade.

Mesmo que de forma insuficiente, as ferramentas que podem auxiliar a leitura e o reconhecimento de narrativas falseadas estão presentes nas

recomendações da BNCC, mas será que o ensino de História não teria consideráveis ganhos ao incluir tais debates em sala de aula? Não poderia contribuir com a dissolução deste déficit identificado? Para o Ensino Fundamental, as recomendações procedimentais direcionadas a História se resumem em três grandes procedimentos, os quais podemos resumir em: 1. cronologia – "seleção de eventos históricos consolidados na cultura historiográfica contemporânea"; 2. fontes e documentos – que seriam "os procedimentos básicos para o trato com a documentação"; e 3. narrativas múltiplas – "envolve a escolha de duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes" (Brasil, 2018, p. 416-419). Embora o texto introdutório informe que "o passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual" (Brasil, 2018, p. 397), parece que o combate às ameaças à democracia e à própria estabilidade da disciplina não está contemplado no programa da BNCC, se levarmos em conta que procedimentos analíticos básicos no combate a tais ameaças, como a distinção entre fato e opinião, não foram incluídos.

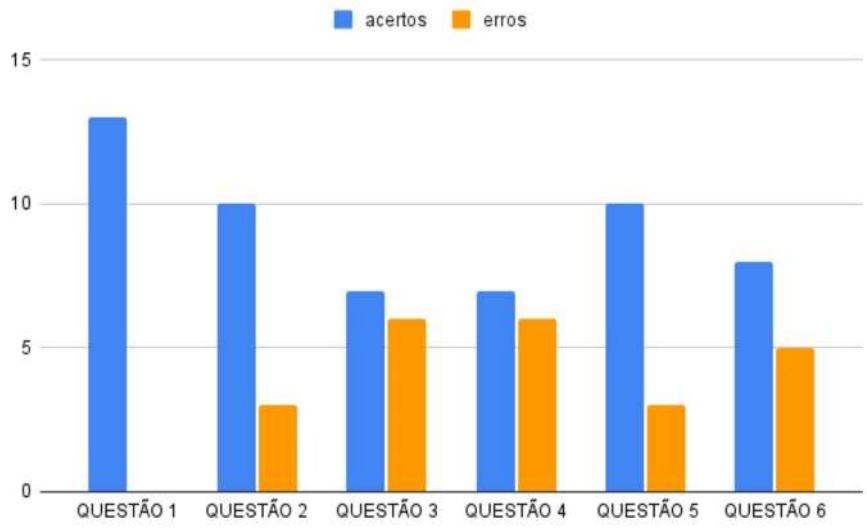
A primeira pesquisa a se debruçar sobre a pertinência – ou não – do trabalho com as explicações causais no Ensino de História no Brasil foi publicada em 2022 (Rocha, 2022). Trata-se de um trabalho inovador, onde a pesquisadora Helenice Rocha introduz o debate de forma cativante, instigando os docentes que se preocupam com sua prática no tempo presente a pelo menos cogitar a ideia. Como ela mesmo afirma, é preciso primeiro perguntar se há interesse, necessidade ou mesmo a possibilidade de um trabalho com evidências no ensino de História, e a partir daí refletir, construir e incluir tais procedimentos nas aulas. A atividade analisada busca demonstrar como o trabalho com evidências pode contribuir para a formação histórica dos estudantes.

A atividade *Fato ou opinião* foi aplicada para a turma no dia 4 de outubro de 2023, com uma adesão de treze estudantes. Após a explicação teórica inicial, onde leu-se coletivamente definições acerca do que seriam fatos, opiniões e evidências, foram lidos três textos curtos extraídos da internet, como exercício inicial para os estudantes dizerem se os comentários em questão se tratavam de um fato ou uma opinião. Na sequência eles receberam a atividade impressa

contendo três fontes. Ao lado de cada fonte, seis questões precisavam ser respondidas: 1. A fonte apresenta evidências na construção de sua narrativa? 2. Caso apresente, copie a (s) frase (s) onde tal recurso é empregado. 3. A fonte revela o posicionamento pessoal do (s) autor (es)? 4. Caso revele, copie a (s) frase (s) onde tal recurso é empregado. 5. De acordo com sua análise, a fonte representa a descrição de um fato ou a elaboração de uma opinião? 6. Justifique sua resposta à questão anterior. Na sequência são apresentados as fontes e os resultados das análises produzidas pelos estudantes.

A primeira fonte integrava o Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, produzido pela Câmara dos Deputados em 2018 (CDHM, 2018). Trata-se de um trecho-denúncia, onde Cleber Buzatto (Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI) cita o Parecer nº 01/2017 produzido pela Advocacia Geral da União, cujo intuito era anular vários processos de demarcação de terras indígenas embasando-se na tese do marco temporal.

Figura 1 – Resultado das análises da primeira fonte



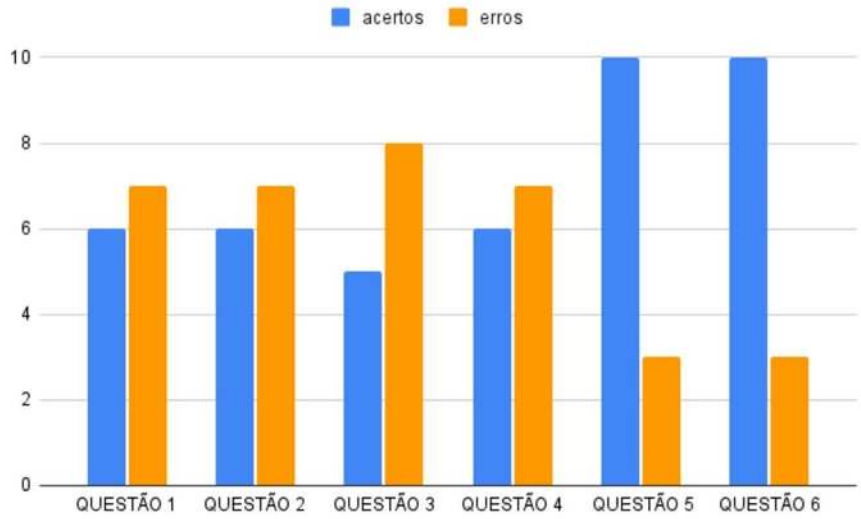
Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Percebe-se que há mais acertos que erros em todas as questões. No entanto, uma análise mais aprofundada revela a dificuldade que alguns estudantes têm em reconhecer evidências em um discurso, especialmente ao observar o resultado da questão 2: embora 100% dos estudantes tenham acertado a questão 1, ou seja, tenham identificado que a fonte apresentava

evidências em sua narrativa, três estudantes não conseguiram entender corretamente quais eram essas evidências, copiando trechos que não correspondiam ao que era solicitado na questão. Nas duas questões seguintes tal fato se confirma: seis estudantes afirmaram que a fonte se tratava de um posicionalmente pessoal do autor, ou seja, eles não conseguiram distinguir uma análise com base em evidências de mera opinião.

A segunda fonte se contrapunha a primeira, uma vez que se tratava de um trecho da matéria “STF dá mais um golpe no país, ferindo os produtores, diz FPA”, publicada no portal CompreRural Notícias no dia 22 de setembro de 2023 (Compre Rural, 2023). Trata-se de um portal de notícias e conteúdo do agronegócio brasileiro. A matéria em questão reúne inflamadas manifestações de políticos ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em um conteúdo divulgado quando os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram julgar inconstitucional a tese do marco temporal.

Figura 2 – Resultado das análises da segunda fonte



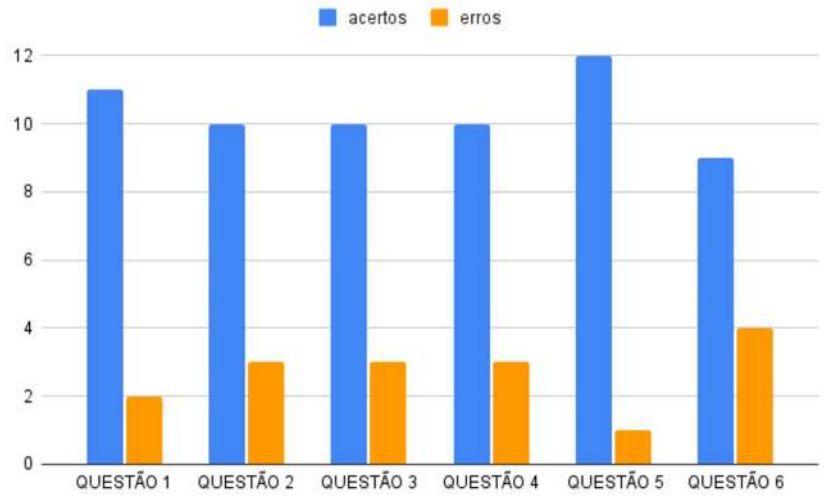
Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Os resultados aqui foram mais alarmantes, pois a construção narrativa da fonte baseava-se em opiniões pessoais, sem citar dados, estatísticas ou outras fundamentações factuais. Ainda assim, nas análises dos estudantes, foram encontrados mais erros do que acertos nas quatro primeiras questões. Sete estudantes consideraram trechos de falas de agropecuaristas como

evidências, e oito afirmaram, na questão 3, que a fonte não representava um posicionamento pessoal dos autores. Esses resultados são preocupantes, especialmente porque as violências e ameaças praticadas pelo agronegócio brasileiro contra os povos indígenas foram intensamente discutidas nas duas aulas dedicadas ao tema, o que indica uma compreensão incompleta por parte da turma.

Na terceira fonte foi recortado um trecho da matéria “Desmatamento destrói até 92% no entorno de terras indígenas na Amazônia”, publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 19 de setembro de 2023 (Martins; Pretto; Conconi, 2023). A matéria foi escrita com base nas pesquisas oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), visando demonstrar como as atividades agropecuárias têm desmatado quase todo o entorno das reservas indígenas amazônicas, transformando estas reservas em verdadeiras ilhas verdes em meio a pastos e lavouras de monocultura.

Figura 3 – Resultado das análises da terceira fonte



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Trata-se da fonte mais fácil de analisar, pois os dados científicos estão explicitamente apresentados na narrativa, o que se reflete nos resultados das análises dos estudantes, que mostraram mais acertos do que erros em comparação com as duas fontes anteriores. Ainda assim, chama a atenção a dificuldade de dois estudantes em reconhecer essas evidências – como

demonstrado nas respostas à questão 1 – e de três estudantes na questão 3, que afirmaram que a fonte se tratava de uma opinião pessoal do autor. Além disso, destaca-se o fato de que quatro estudantes não conseguiram elaborar uma resposta que justificasse a fonte como representante de um fato, mesmo diante da grande quantidade de informações científicas apresentadas na matéria.

Além das possibilidades interpretativas que os erros e acertos oferecem a este estudo, interessa também refletir sobre as subjetividades que as questões dissertativas acrescentam à compreensão do tema. Para isso, a análise desenvolvida sobre as respostas dos estudantes emprestou uma categoria de análise comumente utilizada na ciência política e na ciência de dados, e também por pesquisadores anglo-saxões do ensino de História, a *inferência causal*. No caso da política, muitos estudos utilizam esta categoria na tentativa de verificar "se a identificação partidária "causa" a preferência por determinadas políticas e as avaliações de desempenho, ou se estas últimas "causam" a identificação partidária" (Miller, 2001, p. 141). Em linhas gerais, os autores concluem que a identificação partidária não acontece de forma tão exata, ao mesmo tempo que é influenciada por elementos externos que transformam valores, crenças e atitudes pessoais, pode não ser influenciada, resultando apenas em uma atitude política de curto prazo. Em termos de Brasil no tempo presente, é possível exemplificar esse último caso como um bolsonarista fanático durante as eleições, mas que logo após os resultados do segundo turno rasga os adesivos de seu carro e publica em suas redes sociais "que o vencedor faça o melhor pelo país".

Este é o principal aspecto desta categoria de análise que a torna interessante para a proposta em questão, pois ressalta o caráter fluido das interpretações realizadas pelos estudantes na atividade. Ou seja, se os estudantes não conseguiram distinguir fato de opinião em uma fonte que, para o professor, seria óbvio – uma vez que a fonte está relacionada a conteúdos recentemente trabalhados em sala de aula, isso pode ser resultado não tanto da não apreensão desses conteúdos, antes pode ser reflexo de uma ausência de domínio dos procedimentos facilitadores da análise, o que abriria espaço para a influência de narrativas embasadas em opiniões. Como nos lembra Lautier, "a

sala de aula é o lugar legítimo para elaborar conhecimentos mais formalizados, para escolher, classificar, reorganizar as informações propostas por todos os outros canais de vulgarização" (2011, p. 51). Ao longo do trabalho fica perceptível que a inclusão de tais procedimentos analíticos poderiam contribuir e muito com tais elaborações.

Quanto à presença de evidências, apenas a primeira e a terceira fontes as possuíam, a segunda fonte reunia o posicionamento pessoal de algumas pessoas, sem citar documentos ou dados que justificassem tais falas. Como visto, na primeira fonte todos os estudantes acertaram marcando sim para a presença de evidências, embora dois deles tenham copiado trechos do comentário feito pelo entrevistado acerca do documento citado no relatório, e não o documento em si como evidência. Um aluno copiou um trecho aleatório do texto como evidência. Todos os estudantes acertaram marcando sim para a existência de evidências também na terceira fonte, mas novamente, dois alunos copiaram trechos que não apresentam evidências em sua composição. Um problema maior, digamos, foi localizado durante a análise da segunda fonte, onde sete estudantes marcaram sim para a existência de evidências, sendo que a matéria reúne apenas opiniões.

Analisando as respostas às duas primeiras questões, ou seja, "a fonte apresenta evidências na construção de sua narrativa?", e "caso apresente, copie a(s) frase(s) onde tal recurso é empregado", ficou nítida a dificuldade que alguns estudantes enfrentam na compreensão do que são evidências, procedimento fundamental para a leitura e interpretação de determinadas narrativas. Na segunda fonte alguns estudantes copiaram trechos de falas onde parlamentares estavam emitindo as suas opiniões acerca da decisão do STF sobre a tese do marco temporal. Como essa tese foi assunto bem discutido nas aulas sobre as questões indígenas no território brasileiro, é possível que as respostas da atividade realmente apontem para certo nível de inabilidade no reconhecimento de evidências, um indício de que é preciso investir tempo para trabalhar tal habilidade em sala de aula. Inclusive esse movimento vai de encontro com o que se percebe nas investigações do campo do ensino de História, que cada vez mais buscam refletir "sobre os fundamentos de um ensino de História renovado, investigando não só a História ensinada e aprendida no interior da escola, mas

também os usos sociais do passado e as aprendizagens que se dão para além dos muros dessa instituição" (Lima, 2014, p. 54).

A terceira e quarta questões da atividade, a saber, "a fonte revela o posicionamento pessoal do(s) autor(es)?", e "caso revele, copie a(s) frase(s) onde tal recurso é empregado", pretendiam verificar a habilidade dos estudantes no reconhecimento de opiniões. Seis estudantes responderam que a primeira fonte apresentava opiniões em sua construção narrativa, quando não apresentava, e seis estudantes afirmaram que a segunda fonte não continha posicionamentos pessoais, quando na verdade estava repleta deles. Já na terceira fonte apenas três estudantes marcaram que a narrativa continha opiniões, quando não a tinham. Talvez esse número menor de erros na última fonte se explique pelo caráter de jornalismo científico da narrativa, que continha citações nítidas das pesquisas realizadas pelo INPE.

Ainda que os resultados encontrados na análise das respostas relacionadas à existência ou não de posicionamentos pessoais nas narrativas tenham sido tão preocupantes quanto às dificuldades relacionadas à percepção de evidências, vale destacar duas respostas elaboradas por alunas durante a análise da segunda fonte: "embora a fonte não revele a opinião do autor, traz a opinião de algumas pessoas citadas no texto, como o presidente da FPA"; e "o texto traz a promessa de deputados e presidentes, afirmações sem comprovação". Mesmo que estas alunas não tenham seguido a orientação de transcrever frases comprobatórias a resposta *sim* dada à questão anterior, demonstraram com este pequeno desvio à norma uma considerável aptidão analítica. As alunas foram capazes de enxergar a paixão presente em opiniões infundadas.

Após analisar se a fonte continha evidências ou se apresentava o posicionamento pessoal dos autores, os estudantes eram convidados a definir se aquela narrativa se tratava de um fato ou uma opinião na questão 5, justificando discursivamente essa escolha na questão 6. Considerando os resultados anteriores, até que a questão 5 apresentou uma estatística satisfatória: 10 estudantes consideraram a primeira fonte um fato, 10 estudantes afirmaram que a segunda fonte se tratava de uma opinião, e 12 estudantes concluíram que a terceira fonte também representava a descrição de um fato.

Destacasse algumas respostas à questão 6: “porque acontece e pode ser demonstrado, possuindo um caráter objetivo, relacionado com evidências” – justificativa de um aluno a sua classificação da primeira fonte como fato; “pois envolve a crença, a paixão, o posicionamento pessoal” – analisa outro aluno ao classificar a segunda fonte como opinião; e “sem provas, sem evidências, apenas a opinião própria do presidente da FPA” – conclui uma aluna, ao também classificar a segunda fonte como opinião. Tais respostas carregam sinais de uma aguçada compreensão acerca dos usos do discurso com fins ideológicos.

Outras respostas apontam para um caminho diferente: “é opinião, pois ele dá sua opinião e elabora ela” – justifica uma aluna ao manejar o trecho do depoimento de Cleber Buzatto (CDHM, 2018) presente no Relatório recortado na primeira fonte; e, “pois, fato é o que acontece e pode ser demonstrado, e a fonte apresenta bastante evidências” – conclui um aluno com base nas falas dos parlamentares da FPA em defesa da tese do marco temporal. O contraste entre estas justificativas e as citadas anteriormente é marcante, e coaduna com a relação estabelecida entre o domínio de procedimentos analíticos e o direcionamento das massas para determinadas crenças políticas, retomando os insights da inferência causal na ciência política (Miller, 2001, p. 164). Um resultado parcial que de certa forma valida a proposta de Helenice Rocha: trabalhar com evidências pode contribuir com a formação histórica dos estudantes.

Quanto as justificativas dadas às escolhas feitas na questão 5 e dissertadas na questão 6, as três fontes apresentam respostas dignas de serem analisadas sob a luz de outra categoria de análise, a *evidência histórica*. Tais respostas, além de revelarem certo nível de destreza no distinguir fato de opinião, informam que o domínio de tais procedimentos de reconhecimento analítico realmente pode (re)orientar a compreensão de temas da História escolar influenciados por narrativas falseadas, romantizadas ou mesmo ideologizadas. Peter Lee (2006) reconhece que conceitos como evidência histórica dão consistência à disciplina de História e ajudam os alunos a estruturar a sua compreensão da História, organizando conhecimentos substantivos. Na mesma direção, Rosalyn Ashby (2003) acredita que os professores de História precisam assegurar que os estudantes estão fazendo algum “progresso” na

compreensão histórica, compreendendo por progresso a construção de conhecimento histórico a partir das “ideias tácitas”, contestando as “ideias alternativas”. Essas ideias tácitas poderiam ser lidas como aquelas embasadas em evidências, já as alternativas tomariam opiniões livres como referência. Na sequência das análises, comprova-se a teoria de ambos os autores.

Um dos alunos afirmou que a narrativa presente na primeira fonte se tratava de um fato, “porque isso realmente está acontecendo na Justiça”. Já uma aluna afirmou que a fonte se tratava de um fato “por conta dos projetos e discursos que ameaçam indígenas”. Um outro aluno afirmou que se tratava de um fato “porque esse trecho é parte de um relatório de direitos humanos e nós sabemos que isso acontece”. É possível problematizar a afirmação de que todo relatório de direitos humanos representa uma verdade, mas o final de sua justificativa dialoga mais com o objetivo desta pesquisa. Caso o “isso” citado pelo primeiro aluno represente a denúncia contida na fonte de que parlamentares têm se mobilizado contra os direitos indígenas, tal leitura se coaduna com a consciência revelada nas outras duas respostas destacadas acerca das violências sofridas pelos povos indígenas. Desta forma, conclui-se que tais amostras se tratam de sinais de evidência histórica: estes estudantes possivelmente estavam relacionando as evidências localizadas na fonte com os debates produzidos em sala de aula sobre o tema, manejando-os para construir seu próprio conhecimento histórico.

Na segunda fonte analisada pelos estudantes, destaca-se a resposta de um aluno que afirma se tratar de “opinião, porque ele relata as condições e o que deve fazer para ganhar". Na mesma direção, uma aluna comenta “digo que seja uma opinião, baseada na frase ‘próximo passo é lutar’”. Ambos os estudantes estão se referindo à transcrição da fala do presidente da FPA, o deputado federal Pedro Lupion, quando este comenta acerca da estratégia de luta pela aprovação da tese do marco temporal. Eles parecem ter percebido a inexistência de evidências que justificassem a luta do deputado, muito por conta das aulas ministradas sobre o tema, mas também por um possível letramento anterior. Há um aparente nível de destreza no manejo do mecanismo de análise proposto, remetendo a percepção de que estes estudantes compreendem o caráter ideológico presente na construção narrativa.

Como citado anteriormente, a terceira fonte foi a que obteve mais respostas corretas, possivelmente por apresentar de forma mais explícita dados estatísticos oficiais, baseados em estudos do INPE. Tal resultado pode ser lido nas respostas de um aluno ao afirmar que a fonte se tratava de um fato "por conta das pesquisas, isso mostra a realidade do desmatamento". Uma aluna seguiu nesta linha interpretativa, dizendo que era um fato porque "o autor não apresenta influência de achismo ou crença popular, aborda o texto com fatos e evidências". Outro aluno demonstra semelhante destreza no reconhecimento da fonte como um fato, já que "o texto vem com estatísticas e de forma imparcial informando". Já outro parece justificar a escolha da fonte como representação de um fato possivelmente por conta das aulas ministradas sobre o tema, ou mesmo por carregar um letramento anterior, uma vez que afirma "o desmatamento realmente destrói as terras indígenas, isso é um fato".

A avaliação dessa atividade oportuniza outras análises menos óbvias, como o fato de alguns estudantes destacarem as evidências presentes na narrativa, mas ao final concluírem que a fonte se tratava de uma opinião, ou vice-e-versa, destacarem os posicionamentos pessoais dos autores, mas ao final concluírem que a fonte se trata de um fato. Ao que tudo indica, para alguns estudantes não está nítida a relação entre a inexistência de evidências e a probabilidade de determinada narrativa representar uma opinião, assim como não parece totalmente certa a compreensão de que a existência de evidências sólidas pode significar a descrição de um fato.

Obviamente, a tarefa não é tão simples quanto parece. Isso porque "entre o fato e a opinião, existe uma miríade de operações discursivas, tais como a apresentação de hipóteses, análises e julgamentos, que se realizam sob parâmetros diversos, com maior ou menor objetividade e racionalidade" (Rocha, 2022, p. 89). Mas é justamente por apontar para novas formas de contribuir com a formação histórica dos estudantes, que o trabalho com evidências pode vir a ser uma excelente estratégia. Essa realidade onde múltiplas frentes de conhecimento estão agindo sobre os estudantes o tempo todo, e onde até mesmo os procedimentos de análise apresentam um degradê de possibilidades interpretativas, deve ser um motriz para este tipo de pesquisa, uma vez que o papel do professor de História a tempos está em xeque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da atividade revelam padrões claros nas análises dos estudantes diante das três fontes que se relacionam a tese do marco temporal, uma ferida que sangra no tempo presente. Na primeira fonte, baseada em relatório oficial com referências documentais, predominou o reconhecimento de evidências, embora alguns confundissem comentários interpretativos com as próprias provas citadas. A segunda fonte, composta por opiniões inflamadas de agropecuaristas sem fundamentação factual, expôs as maiores dificuldades, com vários estudantes equivocadamente vendo evidências em declarações pessoais e negando posicionamentos ideológicos evidentes, mesmo após discussões em aula sobre violências contra povos indígenas. Já a terceira fonte, apoiada em dados científicos explícitos do INPE, facilitou maior acerto no discernimento de fatos, mas ainda revelou confusões entre evidências objetivas e opiniões supostas.

Em síntese, as categorias de inferência causal e evidência histórica mostram que alguns estudantes articulam com destreza as relações entre causas, consequências e provas discursivas, relacionando-as aos debates em sala para construir compreensão crítica. No entanto, prevalece uma dificuldade generalizada em reconhecer evidências precisas e distinguir fato de opinião, o que abre espaço para narrativas ideologizadas influenciarem a percepção histórica. Essa lacuna reforça a necessidade de incorporar procedimentos analíticos explícitos no ensino de História, alinhando-se a déficits nacionais identificados pela OCDE e contribuindo para superar a crise de identidade disciplinar da disciplina.

É imprescindível recordar, todavia, que o aprendizado dos estudantes não depende apenas do empenho docente, pois eles chegam à escola carregando múltiplas versões históricas sobre um tema, longe de serem uma lousa em branco. As ideias de Valdo Barcelos (2006), inspiradas no neurobiólogo chileno Humberto Maturana, iluminam especialmente os resultados da segunda fonte, reforçando a urgência de incluir procedimentos analíticos explícitos nas aulas de História.

Para esses autores, o processo de aprendizagem ocorre “sempre que a atuação de qualquer organismo passa por variações perceptíveis por ele e/ou pelos envolvidos no processo ecológico relacional. Um relacionamento que se constitui a partir do entrelaçamento entre o racional e o emocional” (Barcelos, 2006, p. 583). Assim, o domínio desses procedimentos pode ajudar os estudantes a identificar a irracionalidade em narrativas movidas pelo emocional, como as opiniões apaixonadas de um parente defensor da tese do marco temporal, desprovidas de dados e ancoradas apenas em ideologia.

O emocional influencia diretamente a construção dos sistemas de argumentação humana. A concepção de Maturana revela-se fundamental para o ensino de temas históricos sensíveis, pois o conhecimento histórico dos estudantes emerge em constante disputa emocional. “Via de regra, entendemos nossas argumentações racionais sem levar em conta as emoções envolvidas no processo e que, em última instância, são elas (as emoções) que fundam, que dão sustentação de origem a estes argumentos ditos racionais” (Barcelos, 2006, p. 583).

Torna-se compreensível, assim, a resistência e o embate de alguns estudantes diante de certos temas. Na aula sobre racismo no mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, reações violentas como “mimimi”, “isso não existe” ou “se existe, não é culpa nossa” emergiram, exigindo reflexão: como se sentiria um aluno que ama os pais, mas cresceu ouvindo falas racistas contra a população negra, ao confrontar essas ideias em sala? Nesse cenário, prevalece a emoção sobre a razão, tornando ineficaz o apelo à autoridade do professor – será preciso negociar essas “verdades” conflitantes.

Não se aplica aqui a esta experiência de estágio com prazo definido, mas um docente efetivo poderia planejar aulas subsequentes com base nesses resultados, retomando temas sensíveis que despertam as “paixões” dos estudantes. Tal abordagem segue a lógica de Lautier, que afirma: “no âmbito de uma aula de História, cabe aos professores suscitar as condições para passar da simples narrativa a narrativa histórica, ou pelo menos a uma forma aligeirada da narrativa histórica” (2011, p. 51). A atividade revela múltiplos níveis de construção do conhecimento, variando entre retenção de conteúdo e domínio de procedimentos analíticos discursivos.

O estopim desta pesquisa foi o incômodo do autor com os desafios à profissão em tempos de pós-verdade, um professor de História frente à "nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*" (D'Ancona, 2018). A OCDE preocupa-se com a competência dos estudantes em diferenciar fato de opinião – essencial em um mundo onde opiniões se apresentam como informações (Rocha, 2022, p. 89) –, e a atividade analisada confirma essa urgência.

Helenice Rocha baseou sua reflexão em dados da OCDE de 2021, que revelam que "dois terços dos adolescentes brasileiros avaliados no PISA não conseguem distinguir fato de opinião" (Rocha, 2022, p. 87-88). Em junho de 2024, o relatório *Truth Quest* da OCDE confirmou o pior desempenho brasileiro entre 21 países, com apenas 54% de acertos na identificação de conteúdos falsos online (OECD, 2024). Tal cenário torna-se ainda mais crítico diante da emergência pública das causas indígenas, especialmente em meio ao contínuo embate institucional entre o Legislativo e o Judiciário acerca da tese do marco temporal. Embora aprovada pelo Senado no final de 2025 (PEC 48/2023), a tentativa de constitucionalizar a restrição das demarcações enfrenta a resistência das instâncias supremas, que reafirmam o caráter originário desses direitos. Esses elementos reforçam a urgência de estratégias que evidenciem a não neutralidade das narrativas. Assim, tomar a distinção entre fato e opinião como procedimento analítico no ensino de História torna-se fundamental para promover uma aprendizagem ancorada na investigação ativa.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Dois temas sensíveis no ensino de História e as possibilidades da História Oral: a questão racial e a ditadura no Brasil. In: RODEGHERO, Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Meri (Orgs.) **História Oral e práticas educacionais**. Porto Alegre: editora da UFRGRS, 2016, p. 35-59.

BARCELOS, Valdo. Por uma ecologia da aprendizagem humana – o amor como princípio epistemológico em Humberto Romesín Maturana. **Educação**, Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 3 (60), p. 581 – 597, set./dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CDHM. **Relatório de Atividades - 2018**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2018.

COMPRE RURAL. STF dá mais um golpe no país, ferindo os produtores, diz FPA. **Compre Rural Notícias.** Fernandópolis, 23 set. 2023. Notícias. Disponível em: https://www.comprerural.com/stf-da-mais-um-golpe-no-pais-ferindo-os-produtor es-diz-fpa/. Acesso em 15 nov. 2023.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

G1. Senado aprova incluir na Constituição marco temporal de terras indígenas. 9 dez. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/09/senado-aprova-incluir-na-constituicao-marco-temporal-de-terras-indigenas-contrariando-stf.ghtml\. Acesso em: 11 dez. 2025.

GABRIEL, Carmen Teresa. Que ensino de história para qual verdade? Desafios teórico-políticos em tempos de negacionismo. In: **Em defesa do ensino de história**: a democracia como valor. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

LAUTIER, Nicole. Os saberes históricos em situação escolar: circulação, transformação e adaptação. **Educação e Realidade**. V.36, n.1, 2011.

LIMA, Maria. Consciência Histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos. In: MAGALHÃES, Marcelo (ORG) **Ensino de História**: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014. p. 53-76.

MARTINS, Cristiano; PRETTO, Nicholas; CONCONI, Augusto. Desmatamento destrói até 92% no entorno de terras indígenas na Amazônia. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 19 set. 2023. Ambiente. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/09/desmatamento-destroi-ate-92-no-entorno-de-terras-indigenas-na-amazonia.shtml. Acesso em: 15 nov. 2023.

MENESES, Sônia. Negacionismos e histórias públicas reacionárias: os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **OPSIS**, v. 19, n. 2, p. 1-9, 2019.

MILLER, Warren E. Ordem temporal e inferência causal. **Opinião Pública**, v. 7, p. 139-167, 2001.

OECD. The OECD Truth Quest Survey: Methodology and findings. **OECD Digital Economy Papers**, n. 369, Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/2024/06/the-oecd-truth-quest-survey_a1b1739c.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

PEREIRA; Milton; SEFFNER; Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, vol. 7, nº 1, 2018.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar Em Revista**, v. 37, 2021.

ROCHA, Helenice. Por que será que?...Evidências sobre a história, a memória e seu ensino. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo. **Em defesa do ensino de História**. A democracia como valor. Rio de Janeiro: FGV, 2022, p. 83-106.

TOMÁS, Elaine Dorighello. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz**: de não território a território do PAC-Florianópolis. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2012.

Recebido em 22/07/2024.

Aprovado para publicação em 24/04/2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A INSERÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES EM ATIVIDADES RURAIS NO ESPÍRITO SANTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

THE INSERTION OF SYRIAN AND LEBANESE IN RURAL ACTIVITIES IN ESPÍRITO SANTO AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

ADILSON SILVA SANTOS[1]

MARIA CRISTINA DADALTO[2]

RESUMO

A imigração síria e libanesa para o Brasil destacou-se por seu caráter urbano, o que também se aplica aos que se assentaram no Espírito Santo. No entanto, alguns desses sujeitos migrantes adquiriram propriedades rurais e se dedicaram à agricultura. O objetivo deste artigo é analisar a inserção dos sírios e libaneses em atividades rurais no sul capixaba. Utilizou-se a abordagem metodológica da História Oral, por meio da qual foram entrevistados cinco descendentes desses imigrantes fixados em terras sul espírito-santenses. Além disso, fez-se uso de levantamentos cartoriais e estatísticos. Como fontes históricas, recorreu-se à Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais do Estado do Espírito Santo, de 1920, além de três inventários *post mortem.* O que se verificou é que, enquanto alguns sírios e libaneses investiram parte do capital amealhado com o comércio na aquisição de latifúndios, outros dedicaram-se exclusivamente à atividade agrícola.

Palavras-chave: Sírios e libaneses. Sul do Espírito Santo. Atividades rurais.

ABSTRACT

Syrian and Lebanese immigration to Brazil was characterised by its urban nature, as was the case for those who settled in Espírito Santo. However, some of these migrants acquired rural property and worked in agriculture. The aim of this article is to analyse the involvement of Syrians and Lebanese in rural activities in the south of Espírito Santo. We used the methodological approach of oral history, through which we interviewed five descendants of these immigrants who settled in Espírito Santo. Cadastral and statistical surveys were also used. Historical sources included the 1920 List of Owners of Rural Establishments in the State of Espírito Santo and three post-mortem inventories. It is clear that while some

[1] Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). adilsonsilvasantos8@gmail.com
[2] Professora Associada do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e vinculada aos Programas de Pós-graduação em História e Ciências Sociais.mcdadalto@gmail.com

Syrians and Lebanese invested part of the capital earned from trading in the acquisition of large properties, others devoted themselves exclusively to farming.

Keywords: Syrians and Lebanese. South of Espírito Santo. Rural activities.

INTRODUÇÃO

Imigrantes sírios e libaneses começaram a chegar ao Espírito Santo aproximadamente nas duas últimas décadas do século XIX. No sul capixaba, em Alegre, havia alguns desses imigrantes já em 1880 (CAMPOS, 1987). Nesse sentido, Santos (2019) registrou a presença deles em Itapemirim, no ano de 1892, e em Cachoeiro de Itapemirim, no ano de 1895. A partir deste período, esses imigrantes se estabeleceram em praticamente todos os municípios capixabas.

Esse contexto de ocupação foi facilitado pela rede de capilaridade que sírios e libaneses construíram, tanto composta por familiares quanto por conterrâneos que, fixados em períodos anteriores, orientavam os novos assentamentos e a formação de outras redes. Tal fato ocorria especialmente por meio das atividades comerciais e dos casamentos (SANTOS, 2019).

O modelo de instalação dos imigrantes sírios e libaneses no Espírito Santo se diferenciou das demais realizadas no país, tendo em vista a situação socioeconômica do Estado. No período, o Espírito Santo caracterizava-se por ser um Estado eminentemente rural, cuja economia estava baseada na produção de café, com um número muito reduzido de núcleos urbanos, destacando-se aqueles localizados na região sul capixaba.

Tais dessemelhanças entre o estabelecimento dos imigrantes sírios e libaneses no Espírito Santo para os demais estados brasileiros ficam claras quando analisamos estudos sobre sírios e libaneses em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros (TRUZZI, 2019; FRANCISCO, 2017; JACOB, 2014; MUZZOLON, 2013; OLIVEIRA, 2010; PINTO, 2010; YKEGAYA, 2006).

O Recenseamento das Propriedades Rurais do Brasil, de 1920, demostrou que alguns sujeitos deste grupo, fixados no Estado, adquiriram propriedades no campo e se dedicaram às atividades agrícolas. Esta situação,

mesmo que ocorrendo em menor escala, evidencia uma diversidade da imigração síria e libanesa no país, em geral caracterizada por ser estritamente urbana e pela ausência de subsídio governamental. Como se assentaram em pequenos, médios e/ou grandes centros urbanos, foi nas atividades comerciais que se inseriram e se destacaram, principalmente. Encontrá-los na atividade agrícola é uma questão que precisa ser investigada.

Alguns documentos, como inventários *post mortem*, apontam para a possibilidade de que a entrada de sírios e libaneses em atividades rurais foi uma ocupação complementar ao comércio que, por sua vez, era considerado o negócio principal. Por outro lado, podemos considerar uma estratégia visando investir o capital amealhado por meio do trabalho em seus estabelecimentos comerciais (SANTOS, 2019). Esta perspectiva de inserção dos sírios e libaneses em atividades rurais no sul capixaba, ainda não analisada em pesquisas no Espírito Santo, configura-se o objetivo deste artigo.

Para a compreensão dessa trajetória, utilizamos a abordagem metodológica da História Oral, por meio de entrevistas da história de vida de cinco[3] descendentes de sírios e libaneses fixados em terras sul espírito-santenses, acrescida de dados oriundos de levantamentos cartoriais e estatísticos. Como fontes históricas, recorremos ao Censo Demográfico de 1920, à Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais do Estado do Espírito Santo, disponível no Recenseamento das Propriedades Rurais em 1920, além de dois inventários *post mortem* de distritos de São Pedro do Itabapoana, e um da Vila de Itapemirim.

Um desses inventários foi o de Mariana Alves Brumana, falecida em 1919, aos 37 anos de idade. Seu esposo, José Brumana, um imigrante de origem síria e libanesa, que se fixou na Vila de Itapemirim no final do século XIX, tornou-se um dos maiores comerciantes daquela localidade no litoral do Espírito Santo. Parte do dinheiro que ganhou, José Brumana usou para comprar, entre outros imóveis, duas propriedades rurais que, juntas, perfaziam mais de 50 alqueires.

[3] Entrevistados: Ariette Moulin Costa, Carlos Alberto Alexandre Marão, Jorge Depes, José Rubens Brumana e Roberto Jorge Mezher. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2016 e 2018, para a elaboração da tese de doutoramento intitulada “Sírios e Libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930)” junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, defendida em 2019.

Nelas, criava animais e cultivava pastagens. José Brumana consta no recenseamento de 1920 como um dos proprietários rurais capixabas.

Argumentamos que alguns sírios e libaneses já estavam familiarizados com o trabalho no campo em suas terras natais, possibilitando a dedicação às atividades rurais no território capixaba, embora as características fundiárias e laborais do Espírito Santo fossem completamente diferentes daquelas nas quais estavam envolvidos em suas terras de origem. Além do mais, a propriedade rural se tratava de uma estratégia de investimento do capital acumulado com a atividade comercial.

Para fins de esclarecimento, o uso da categoria sírios e libaneses neste trabalho se justifica pela complexidade e imprecisão que os termos sírio e libanês, individualizados, possuem nesse contexto. De modo geral, tanto nas narrativas orais, como nas fontes escritas, árabe, turco, sírio e libanês aparecem como se fossem categorias nativas semelhantes, embora não sejam. Campos (1987) e Santos (2019) observaram uma preponderância de libaneses, mas alguns sírios também emigraram e se fixaram na região sul do Espírito Santo.

O artigo está dividido, basicamente em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira delas trata da imigração síria e libanesa para o Espírito Santo dentro do contexto dessa imigração para o Brasil, salientando as questões socioeconômicas e históricas que marcaram o assentamento desses indivíduos na região sul o Estado. A segunda parte analisa a presença deles e a de seus descendentes em atividades rurais, evidenciando a trajetória de alguns indivíduos residentes nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim e São Pedro de Itabapoana..

1. SÍRIOS E LIBANESES NO SUL CAPIXABA

Há poucos trabalhos acadêmicos sobre a imigração síria e libanesa no Espírito Santo, ao contrário do que se observa sobre imigrantes europeus, como italianos e alemães, a respeito dos quais há uma vasta produção. Essa situação invisibiliza a multiplicidade de grupos étnicos estrangeiros e nacionais que compuseram o tecido social espírito-santense (DADALTO, 2007; SALETO, 2014), promovendo uma narrativa imaginária de que a maioria dos capixabas é

descendentes de italianos (DADALTO; DOTA, 2023).

Essa imigração se caracterizou pela ausência de subvenção dos governos federal e estaduais, por ser fundamentalmente urbana, com alta dispersão demográfica e por seu marco inicial de estabelecimento no ano de 1870 (TRUZZI, 1997). Sobre a dispersão em todo território brasileiro, Muzzolon (2013, p. 9) assinala que se deu "[...] em função da busca por mercados onde se possa trabalhar com vendas, explorando nichos onde se identificavam oportunidade de negócios".

Além da disponibilidade de poucos trabalhos sobre a imigração síria e libanesa no Espírito Santo, não identificamos, no país, pesquisas que tratem da inserção desses imigrantes na produção agrícola. Truzzi (1997) assinala que, embora essa imigração tenha caráter urbano no Brasil, em suas terras natais, sírios e libaneses eram pequenos agricultores. Toda produção era destinada ao mercado local, ao mesmo tempo em que se envolviam na venda de seus produtos, situação que os aproximava da condição de comerciantes (TRUZZI, 1997).

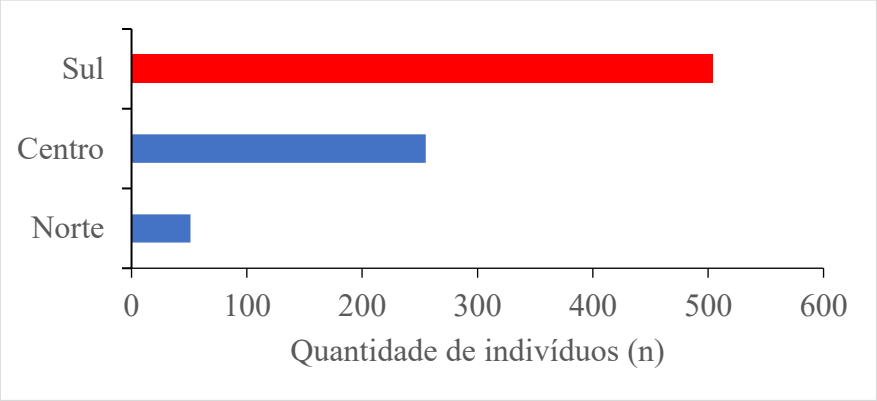
Contudo, ao se assentarem em terras brasileiras, sírios e libaneses não optaram pelo trabalho nas lavouras, mas pela mascateação. Para eles, as dificuldades do trabalho como colono, a impossibilidade da aquisição de terra num curto espaço de tempo, a necessidade premente de fazer dinheiro para se manter e, principalmente, para ajudar a família orientaram para a escolha da mascateação (TRUZZI, 2000).

Ao chegarem ao Brasil, esses imigrantes contavam com a ajuda de um patrício – categoria nativa –, isto é, de um parente, amigo ou conterrâneo, já estabelecido no país. Os patrícios ajudavam oferecendo o que fosse necessário para que os recém-chegados fossem, aos poucos, se adaptando. Essa ajuda podia ser a consignação de mercadorias ou até mesmo o ensino das primeiras palavras da língua portuguesa, para que pudessem iniciar a mascateação. De acordo com Gattaz (2012), alguns anos depois, enquanto uns decidiam pela volta à terra natal, outros se estabeleciam com armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos, restaurantes, bares etc.

A abertura de lojas pelos imigrantes estabelecidos no país contribuiu para a prosperidade e a revolução das atividades comerciais (TRUZZI, 1991). Tal

situação se reproduzia no sul do território capixaba, onde predominava a grande propriedade monocultora voltada para o mercado internacional. E foi para essa região que se dirigiu o maior contingente de imigrantes sírios e libaneses, como se vê no Gráfico 1, que compara os números de tal imigração para as regiões Sul, Centro e Norte do Espírito Santo.

.GRÁFICO 1: IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES POR REGIÃO DO ESPÍRITO SANTO (1920)



Fonte: Censo Demográfico de 1920.

Aos poucos, sírios e libaneses se adaptaram à realidade da economia do Espírito Santo, cuja base, naquele tempo, era o café, sendo a região sul, em termos socioeconômicos, a área mais importante do Estado na produção cafeeira (SALETTO, 1996). Conforme apresentado no Gráfico 1, dos 810 sírios e libaneses residentes no Espírito Santo em 1920, 504 se fixaram nesse território, ou seja, 62,2% do total desses imigrantes (CENSO, 1920a). Portanto, a atração desse fluxo migratório para o território sul-capixaba se explica pela grande produção de riqueza oriunda da cafeicultura.

2. SÍRIOS E LIBANESES EM ATIVIDADES RURAIS

Segundo Saletto (1996), o legado dos sírios e libaneses na vida rural capixaba é pequeno, já que, embora representassem 5% dos estrangeiros em 1920, eram essencialmente urbanos, com presença marcante no comércio de Vitória e na região Sul. Aqueles que fugiram ao padrão, conforme o Recenseamento das Propriedades Rurais de 1920, somavam 0,5% do total das propriedades agrícolas do Sul. Apuramos que, das 8.305 propriedades agrícolas recenseadas no Sul do Espírito Santo no período, 43 pertenciam a sírios e

libaneses, como mostra a Tabela 1, a seguir.

TABELA 1: RELAÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES PROPRIETÁRIOS RURAIS NO ESPÍRITO SANTO (1920)

Município	Nome	Estabelecimento ou Localidade
Alegre	Felippe Felix Tanure	Estação Rive
Alegre	Mansor Cade	Serra da Anta
Alegre	Antônio Pedro Ecar	Sobra
Alegre	Felix Hatum	Santa Cruz
Alegre	Salomão Aride	Liberdade
Benevente[4]	João Jorge & Cia	Fazenda do Limão
Benevente	Abbidalla José Sabbagh	Ponta dos Castelhanos
Benevente	Coronel Pedro José & Cia	Fazenda Imboacica
Benevente	José Aisse Brumana	Barra do Joeba
Benevente	João Jorge & Cia	Fazenda do Limão
Cachoeiro de Itapemirim	Asimo Chequer	Gavião
Cachoeiro de Itapemirim	José Raymundo Depes	Capim d'Angola
Cachoeiro de Itapemirim	José Raymundo Depes	Jaboticabeiro
Cachoeiro de Itapemirim	José Raymundo Depes	Pedreiras
Cachoeiro de Itapemirim	José Mussi	Fazenda Exame
Cachoeiro de Itapemirim	Kalil José Elhage	Fruteiras
Cachoeiro de Itapemirim	Elias Simão	Vargem Grande
Espírito Santo do Rio Pardo[5]	Antônio Raymundo Deps	Vargem Grande
Espírito Santo do Rio Pardo	Miguel Deps	Águas Claras
Espírito Santo do Rio Pardo	Cândido Chamon	São Pedro
Espírito Santo do Rio Pardo	Pedro Chamon	Síria
Espírito Santo do Rio Pardo	Oscar Chamon	Retiro
Espírito Santo do Rio Pardo	Oscar Chamon	São Paulo
Espírito Santo do Rio Pardo	Jorge Chamon	Oratório
Espírito Santo do Rio Pardo	José Jorge	Santana
Itapemirim	José Brumana	Barbados
Piúma	Jorge Aarão	Monte Belo
Ponte do Itabapoana[6]	Minassa & Irmão	Ponte do Itabapoana
Rio Novo[7]	Abess Alli	Rio Novo
Rio Novo	Elias Miguel	Pau d'Alho
Rio Novo	José Elias	Richmond

[4] Atualmente, cidade de Anchieta.
[5] Atualmente, cidade de Iúna.
[6] Atualmente, distrito da cidade de Mimoso do Sul.
[7] Atualmente, cidade de Rio Novo do Sul.

Rio Pardo[8]	Nacife Alcure	Córrego Neblina
São João de Muqui[9]	Miguel José Mileipp	São Luiz
São João de Muqui	Francisco Oazem	Sítio Felicidade
São José do Calçado	Elias Jorge Féres	Ponte
São José do Calçado	Jorge Muxe	Fazenda Monte Líbano
São José do Calçado	Jorge Muxe	Fazenda da Paciência
São José do Calçado	Aristides José Raggi	Estrela
São José do Calçado	Aristides José Raggi	São Benedito
São Pedro do Itabapoana[10]	Jorge Aly	Alto Pharol
São Pedro do Itabapoana	Antônio Acha	Santa Cruz
São Pedro do Itabapoana	Elias Acha & Irmãos	Santa Cruz das Flores
São Pedro do Itabapoana	Salim e Miguel Aridis	Barra da Fortuna

Fonte: Recenseamento das Propriedades Agrícolas de 1920

Um estudo pioneiro sobre a imigração libanesa para o Espírito Santo verificou a existência de 89 proprietários de terra de origem libanesa no Estado, em 1920. Observou ainda que esse número poderia ser bem maior, já que muitas propriedades não foram cadastradas quando da realização do Censo - considerando que a legalização da ocupação de terras devolutas demandava mais tempo (CAMPOS, 1987)[11].

Campos (1987, p. 89) argumenta que, como as crises do café afetaram fazendeiros e casas comerciais que forneciam crédito, comerciantes sírios e libaneses “[...] faliram e outros apropriaram-se das propriedades que estavam em débito”. Nós estipulamos, como critério de identificação das propriedades, aquelas cujos nomes e sobrenomes indicavam serem pertencentes a sírios e libaneses – aparentemente de fácil reconhecimento para pesquisadores sobre essa imigração.

No entanto, é necessário assumir que essa identificação nominal pode ser mascarada. Como muitos desses sujeitos migrantes aportuguesavam seus nomes, compartilhamos do entendimento de Campos (1987) que o número de

[8] Atualmente, cidade de Muniz Freire.
[9] Atualmente, cidade de Muqui.
[10] Atualmente, distrito da cidade de Mimoso do Sul.
[11] Os dados foram apresentados por Campos (1987) na Tabela XVII, cujo título é Relação de propriedades rurais recenseadas em 1920 nos municípios do Estado do Espírito Santo pertencentes a libaneses.

propriedades pode ser ainda maior. Ao adaptarem seus nomes, uns procuravam manter, nos sobrenomes, referência aos locais de onde eram naturais. Como exemplos, João e José, que eram de Brumana, tornaram-se João Brumana e José Brumana; Brahim tornou-se Felipe Félix Tannure, natural de Tanurim (SANTOS, 2016).

A dificuldade de identificação nominal desses sujeitos por parte dos habitantes no Estado, parte deles imigrantes e descendentes de estrangeiros, revela uma das diversas facetas no processo de construção identitária desses migrantes. Isso porque, a sujeição à adaptação de seus nomes às convenções do Brasil como tática de inserção social, sem necessariamente abandonar os vínculos com a terra de origem, trouxe consigo uma enorme violência simbólica.

Nesse sentido, a categoria "sírios e libaneses", embora necessária para esta pesquisa, encobre diversas camadas nas trajetórias de indivíduos oriundos de regiões distintas do Oriente Médio. Até porque, há uma heterogeneidade de experiências religiosas, linguísticas e socioeconômicas que o documento histórico raramente permite distinguir. Mobilizar essa categoria implica, portanto, aceitar uma imprecisão constitutiva, que não invalida nossa análise. Contudo, exige que os resultados quantitativos, como o número de 43 propriedades identificadas, sejam lidos como aproximações mínimas, não como dados exaustivos

Observando a relação dos proprietários de terras de 1920, encontramos outras pistas para esta análise. Por exemplo, temos o nome de propriedades homenageando a terra natal de seus donos. É o caso da Fazenda Monte Líbano, em São José do Calçado, de Jorge Muxe (Mussi). E ainda, Pedro Chamon, sírio e libanês residente em Espírito Santo de Rio Pardo, que nomeou a sua propriedade de Síria. Nesse mesmo município, havia oito propriedades pertencentes a esses imigrantes. Em Cachoeiro de Itapemirim havia sete. Alegre, Benevente e São José do Calçado contavam com cinco propriedades, cada. Em seguida, São Pedro do Itabapoana, com quatro; Rio Novo, com três; e São João de Muqui, com dois. Já Itapemirim, Piúma, Ponte do Itabapoana e Rio Pardo tinham uma propriedade, cada (CENSO, 1920b), conforme a Tabela 1. Para Campos (1987, p. 89),

> O certo é que a agricultura não foi a atividade preferencial do

> libanês. No entanto, a maioria dos que a eles se incorporaram tornaram-se grandes proprietários, como é o caso de João Miguel, na Serra, que chegou a possuir 6 propriedades cadastradas no recenseamento de 1920; os Cade, em Alegre; os Acha e Minassa, em São Pedro do Itabapoana; os Deps, em Cachoeiro de Itapemirim e no Espírito Santo do Rio Pardo; Jorge Aarão, em Piúma (Monte Belo).

O que torna este fato excepcional para a análise é o contexto da migração deste grupo, se comparado com a dos europeus, especialmente àqueles que vieram em situação de incentivo governamental. Em geral, a maioria os migrantes estabelecidos no país era pobre. Mas sírios e libaneses, além de não contarem com suporte público para iniciar, também tinham de superar a discriminação racial, porque não se enquadravam no modelo ideal de imigrante proposto pela elite brasileira.

E mais, sírios e libaneses eram muito diferentes tanto de nacionais como de estrangeiros de outras nacionalidades quanto às questões culturais, como por exemplo, na alimentação e em relação ao idioma. Essa diferença cultural, aliada à ascensão socioeconômica relativamente rápida através do comércio e à conquista de espaços sociais e de poder, gerou uma série de conflitos, que vão desde processos de difamação a tentativas de expulsão desses imigrantes de algumas regiões capixabas, como em Itapemirim (1898) (SALETTO, 2001) e em São João de Muqui (1901) (SANTOS, 2018). Sírios e libaneses foram vítimas de assassinatos, tentativas de homicídio e/ou grave violência física (TRUZZI, 1997; PERIN, 2017; SANTOS, 2019).

Observando ainda os nomes dos proprietários rurais na Tabela 1, salienta-se que a construção de redes de capilaridade e solidariedade figurou ora como uma tática, ora como uma estratégia (CERTEAU, 2008) bem-sucedida desses imigrantes. As táticas são práticas sem discurso e são usadas por quem não possuiu o poder. “Chamo estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado” (CERTEAU, 1998, p. 99). Conforme Certeau (1998), a estratégia é organizada por quem detém poder.

Nos relatos orais, quando perguntados se os sírios e libaneses de determinada localidade espírito-santense tinham relação com os de outras cidades, as respostas são sempre positivas. Essa rede era tecida a partir de, ao

menos, três táticas e/ou estratégias[12]: parentesco/conterraneidade; casamento; ou relações comerciais. A primeira era construída antes da emigração; a segunda e a terceira, no caso do Espírito Santo, ocorriam quando esses indivíduos já estavam em solo capixaba. Em relação ao parentesco ou conterraneidade, há exemplos extraídos dos relatos orais de descendentes das famílias Depes e Marão, ambas fixadas em Cachoeiro de Itapemirim, no sul capixaba.

Brahin Depes chegou ao Brasil em 1903. Desembarcando no Rio de Janeiro, encontrou um conterrâneo que, com destino ao Espírito Santo, convidou-o para acompanhá-lo. Chegando a Cachoeiro, encontrou um cunhado, casado com sua irmã, e ali se estabeleceu. Depois de um tempo, migrou para Rio Pardo, que atualmente é a cidade de Muniz Freire, onde um de seus irmãos, Miguel Depes, já havia se fixado. Nessa localidade, trabalhou por um período debulhando milho para as tropas de mulas. Insatisfeito, voltou para Cachoeiro.

> Aí voltou para Cachoeiro. A vovó tinha recebido de dote 30 libras esterlinas, era o único dinheiro que eles tinham, mas já tinham gasto um pouco. Eu não sei quanto sobrou. Ele voltou para cá e tio Francisco falou assim: “Oh, Brahim, você tem algum dinheiro?” “Tenho isso, aqui”. Uns ciganos estavam passando por Cachoeiro, vovô vendeu umas libras para comprar uma casinha pequetitinha, que era aqui onde era o Eletro Cachoeiro (DEPES, 2018).

Miguel Depes, irmão de Brahin Depes, consta no Recenseamento das Propriedades Rurais com uma propriedade chamada Águas Claras, na cidade de Espírito Santo do Rio Pardo, atualmente o município de Iúna.

Kalil Mattar veio para o Brasil em 1913, fugindo da Primeira Guerra Mundial. Aqui, passou a se chamar Carlos Alexandre Marão e, quando chegou no Rio de Janeiro, soube por um patrício, que, em Iconha, no sul do Espírito Santo, residia um parente. Ele, então, resolveu ir para aquela localidade, onde encontrou Jorge Simão, que realmente era seu parente. Tempos depois, Carlos Marão mudou-se para Cachoeiro.

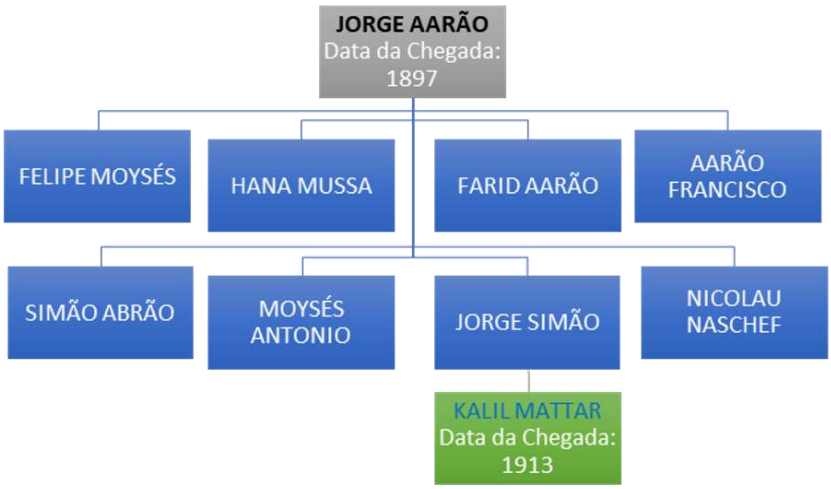
> E chegou aqui, em Iconha, esse tio dele, o pai do Adalgiso, falou

[12] É possível pensar essas categorias a partir de uma perspectiva não binária, mas interdependentes levando-se em consideração as tensões existentes nas relações e processos sociais. No caso dos sírios e libaneses, pode-se pensar as táticas e estratégias a partir de momentos específicos de seu assentamento – se no início ou se já consolidados no comércio -, e da ascensão social que conquistaram ao longo do tempo.

> com ele: “Eu tenho aqui umas tropas de burro que eu levo café, eu entrego café no porto de Vitória. Se você quiser trabalhar, eu te arranjo uma tropa de burro, você vai tocando até Vitória”. E meu pai foi tropeiro durante algum tempo e eles se juntavam a noite pra dormir, porque levavam dois, três dias de Iconha tocando tropa de burro até... até Vitória, até o porto (MARÃO, 2018).

A rede de capilaridade se constituía dessa forma: Jorge Simão, parente que atraiu o imigrante Carlos Marão para o interior de Iconha também fora atraído por um conterrâneo, chamado Jorge Aarão[13], cuja propriedade se localizava em Monte Belo. De acordo com Campos (1987), através de Jorge Aarão, muitos outros sírios e libaneses foram levados àquela região. A Figura 1, a seguir, mostra essa rede, que se formou a partir da vinda de Jorge Aarão, o que também pode ser verificado em muitas outras localidades capixabas.

FIGURA 1: REDE DE APOIO A PARTIR DA CHEGADA DE JORGE AARÃO (1897)



Fonte: Campos (1987); Santos (2019)

O casamento também foi fundamental na construção dessas redes. É o caso de Felipe Felix Tannure que, vindo solteiro do Líbano, casou-se com Matilde Mussi, também libanesa, que residia em Estação de Castelo, na época distrito de Cachoeiro de Itapemirim (COSTA, 2018). Em Itapemirim, Jamil Miama Bittar casou-se com Nascime Sad, em 23 de setembro de 1928. Ele, natural de

[13] De acordo com Campos (1987), foram atraídos por Jorge Aarão os seguintes parentes e/ou conterrâneos: Felipe Moysés (e seu pai, Hana Mussa, que não se adaptou e retornou ao Líbano), Simão Abrão, Moysés Antônio, Nicolau Naschef, Miguel Bassul, e os irmãos Farid Aarão e Aarão Francisco. Segundo Marão (2018), Jorge Aarão também atraiu Jorge Simão e, por intermédio deste, Kalil Mattar também emigrou e foi para Iconha, depois para Cachoeiro de Itapemirim.

Biandon, no Líbano, residia em Iconha; ela, capixaba, era filha de sírios e libaneses, e residia em Barra de Itapemirim, no litoral. No casamento, havia sírios e libaneses residentes de Benevente (SANTOS, 2016). Nesse sentido,

> [...] é importante frisar que esse casamento envolveu sírios e libaneses de três lugares diferentes: Itapemirim, Iconha e Benevente, reforçando a tessitura das redes e do trânsito intermunicipal que esses indivíduos construíram ao longo do tempo (SANTOS, 2019, p. 146).

Também em Itapemirim, Miguel Sad João contraiu núpcias com Adma Sad Mameri. A família de Adma era radicada em Rio Novo, outra cidade do sul capixaba (SANTOS, 2019, p. 118). Assim, de acordo com Santos (2019, p. 146), "[...] esses laços matrimoniais demonstraram ser fundamentais para a construção de redes que envolveram imigrantes sírios e libaneses de diversas cidades do sul do Espírito Santo, que acabaram se ligando à região de Itapemirim e vice-versa".

Destarte, em Mimoso, há muitos exemplos de sírios e libaneses de outras cidades e estados que se casaram com mulheres daquela localidade sul espírito-santense. Foi o caso de: Felippe Camillo da Silva, residente em Santa Luzia de Carangola, Minas Gerias, que se casou com Amélia Maria Manache; Pedro Elias Bucazio, de Campos, no estado do Rio de Janeiro, que se casou com Setebelt Acha; Said Najar, residente no Rio de Janeiro, casou-se com Maria Laurentina; e Aristides Machado, que residente em São Felipe, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, contraiu matrimônio com Seyd Felippe (SANTOS, 2019). Tratava-se de

> [...] comerciantes sírios e libaneses e certamente tinham alguma relação comercial com a praça de Mimoso, além da questão étnica ter funcionado como fator de ligação entre eles. Poderiam ser clientes e/ou credores dos comerciantes mimosenses, onde transitavam e circulavam para realização de negócios. Havia uma ligação entre Mimoso e várias localidades do Rio de Janeiro, nas quais os sírios e libaneses de Mimoso tinham conhecidos, parentes, conterrâneos, patrícios. O contato poderia ser feito facilmente através da estrada de ferro (SANTOS, 2019, p. 223-224).

Santos (2019) analisou o processo de falência de Francisco Melhen, comerciante sírio e libanês da localidade de Mimoso. O autor verificou que, entre

os credores desse sujeito, havia muitos comerciantes da mesma etnia. Além disso, observou que eram de cidades e estados variados, como "[...] Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, São Paulo, Ubá (MG), Campos dos Goytacazes, Friburgo, Rio Bonito, mas principalmente, do Rio de Janeiro (SANTOS, 2019, p. 208)". Em Alegre, Miguel Simão, um dos maiores comerciantes da região, era primo de Felipe Félix Tannure. Este ajudou aquele quando a Crise de 1929 quase o levou à falência (SANTOS, 2019).

Ressalte-se, portanto, o papel decisivo que as redes desempenharam desde a decisão de emigrar até o estabelecimento na nova terra. Nesse sentido, para Massey e demais autores,

> *Las redes de migración se componen de lazos interpersonales que conectan a los migrantes, los migrantes anteriores, y los no migrantes en áreas de origen y destino a través de lazos de parentesco, de amistad, o por pertenencia a la misma comunidad de origen. Las redes incrementan las posibilidades del flujo internacional al disminuir los costes y riesgos del desplazamiento e incrementa los deseados beneficios económicos de la migración* (MASSEY et. al. s/d, s/p).

Assim, se por um lado as redes conectam os que migraram primeiro com os que migraram posteriormente, por outro, como são passíveis de mudar e de serem (re) construídas, permitem a conexão dos sujeitos migrantes com indivíduos residentes nos locais de recepção, sejam nacionais e/ou outros imigrantes. Dessa forma, reduzem custos, riscos, dificuldades, obstáculos, dores; oferecem atalhos à medida que os que migraram anteriormente podem fornecer suportes, inclusive emocionais, para os que vieram depois (MASSEY et. al. s/d, s/p).

Para Duarte e coautores (2010, p. 55), as redes "[...] são importantes na constituição da identidade, através de relações de pertencimento, e também enquanto sustentação do indivíduo nas diversas situações da vida, como os momentos de crise, por exemplo, no processo migratório". Assim, para Truzzi (2008, p. 210),

> De fato, nesse último sentido, compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo

> uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns.

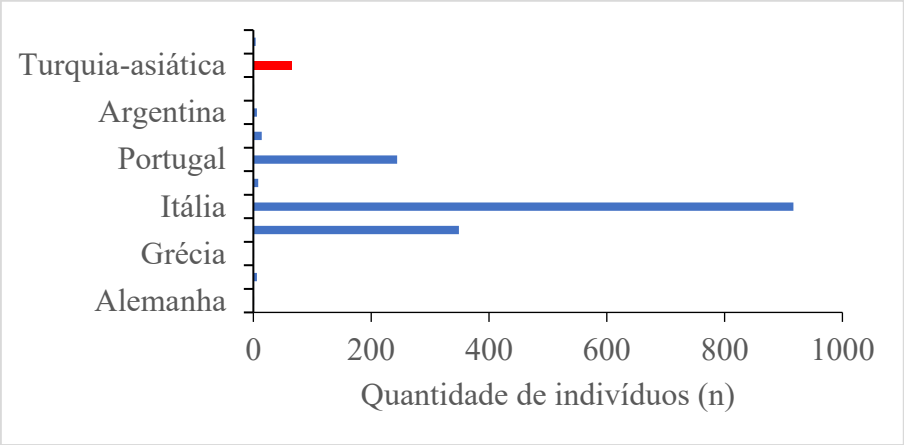
Quando adentraram ao Espírito Santo, sírios e libaneses se inseriram em ocupações urbanas, predominantemente no comércio, contudo, alguns decidiram se dedicar às atividades agrícolas. Neste sentido, perguntamos: quais motivos mobilizaram esses imigrantes a tomar esta decisão? O que se observa das fontes históricas são indícios (GINZBURG, 1989) de que as atividades rurais eram complementares. O investimento no campo, realizado por grandes comerciantes sírios e libaneses, não encontrou, entretanto, adesão entre todos, mas houve aqueles que se dedicaram exclusivamente ao trabalho na terra.

Apresentamos, a seguir, dois casos que representam cada uma das situações: o do comerciante Elias Acha e do lavrador Jorge Aly, ambos residentes em São Pedro do Itabapoana, no extremo sul capixaba, na divisa com o Rio de Janeiro. Para tal, utilizamos dois inventários *post mortem,* das esposas de ambos*,* já analisados por Santos (2019) no estudo de doutoramento denominado “Sírios e Libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930)”.

Elias Acha era sócio da firma Elias Acha & Irmão, juntamente com seus irmãos Antônio e Saliba Acha. Localizada no distrito de Mimoso, em São Pedro do Itabapoana, a firma comercializava tecidos e armarinhos e, também, comprava café. Elias se estabeleceu em Mimoso na década de 1890, com esposa e filha, oriundos de Trípoli. Em 1913, com o falecimento de sua esposa, Ruda Acha, foi preciso fazer o inventário dos bens. Um desses bens era uma propriedade com 46 alqueires de terra no distrito de São José das Torres[14], contendo lavoura com cinco mil pés de café e três casas para residência dos colonos (SANTOS, 2019, p. 200-201). Como São Pedro do Itabapoana era um importante centro econômico sul capixaba, a localidade recebeu muitos fluxos migratórios. O Gráfico 2 apresenta o quantitativo de sírios e libaneses em relação a outros grupos estrangeiros, em 1920, em São Pedro do Itabapoana.

[14] Inventário de Ruda Acha, s/nº, 17/02/1914.

GRÁFICO 2: SÍRIOS E LIBANESES EM SÃO PEDRO DO ITABAPOANA (1920)



Fonte: Censo Demográfico de 1920

O capital conquistado pela firma Elias Acha & Irmão transformou os irmãos Acha numa das importantes firmas de São Pedro do Itabapoana e do sul capixaba, fazendo com que seus sócios se tornassem grandes credores. Como exemplo, apenas dois clientes lhes deviam 49 contos de réis: Jorge Aly, que tinha uma dívida de aproximadamente 14 contos de réis; e Felipe Monteiro, que acumulava um débito de 35 contos (SANTOS, 2019).

Consoante Gattaz (2012), a construção de um patrimônio tão grande num intervalo de tempo relativamente curto tem relação com a crescente urbanização e desenvolvimento econômico do país, preponderante durante a Primeira República, época de assentamento desses imigrantes. Para esse autor, foi um período em que o Brasil "[...] passou de país monocultor-escravagista a industrial-imigrantista, quando a urbanização favoreceu a formação de grandes fortunas" (GATTAZ, 2012, p. 95).

Barros e Faria (2018) apuraram que alguns sírios e libaneses compravam imóveis na região central de Mimoso e no interior, como forma de investirem parte do capital amealhado. Isso representa uma forma de mobilidade que caracterizou a imigração síria e libanesa no Brasil e no Espírito Santo. Depois de mascatear e de abrir comércios, adquiriam propriedades rurais, mas o trabalho no campo não era a principal fonte de renda.

Sabe-se que, em terras capixabas, a compra de propriedades produtoras de café era uma maneira de investir o capital amealhado, ou seja, era uma renda complementar e resultante do investimento, uma atividade acessória, que visava

ao presente, porque o café produzido na propriedade poderia ser exportado e/ou vendido em sua própria casa comercial. E, no futuro, como algo de que pudesse desfrutar econômica e socialmente, uma propriedade poderia fornecer uma renda extra. Segundo Truzzi (2019, p. 12) "[...] é interessante notar que no interior o sucesso das atividades comerciais dos sírios e libaneses se desdobrou em investimentos nos setores imobiliário e agropecuário", situação similar à de Elias Acha.

Em outro inventário, observamos o registro, entre os demais bens, de 20 alqueires de terra, com algumas benfeitorias, como três casas para colonos, moinho, uma casa onde residiam os inventariantes, e milhares de pés de café. Esse é o inventário de Antônia Crespo, falecida em 1926, esposa de Jorge Aly, sírio e libanês residente em um dos distritos de São Pedro do Itabapoana[15]. Sua propriedade localizava-se em Alto Pharol, em São José das Torres, conforme se vê na Tabela 1.

O itinerário de Aly não foi o mesmo seguido pela maioria dos imigrantes sírios e libaneses: de mascate e dono de loja. Há poucas informações sobre a trajetória de Aly, haja vista a inexistência de fontes adicionais além desse inventário. No entanto, o que foi possível analisar torna o documento bastante importante para esta pesquisa. Truzzi (2019, p. 12) destaca o ineditismo em casos como o de Aly: "[...] ressalte-se serem bastante improváveis, entre imigrantes sírios ou libaneses, trajetórias exclusivamente rurais, pautadas pela progressiva ascensão de colonos a sitiantes e destes a fazendeiros".

A trajetória de Feres Sadalla chamou a atenção de Truzzi (2019), em seu artigo[16]. No entanto, o percurso de Sadalla é bem diferente do itinerário de Jorge Aly, uma vez que Sadalla saiu da condição de comerciante para a de fazendeiro. Outra situação que torna a trajetória de Jorge Aly ainda mais importante diz respeito ao fato de que o número de estrangeiros que conseguiram acesso a terras no Vale do Itabapoana foi muito pequeno (ALMADA,1993).

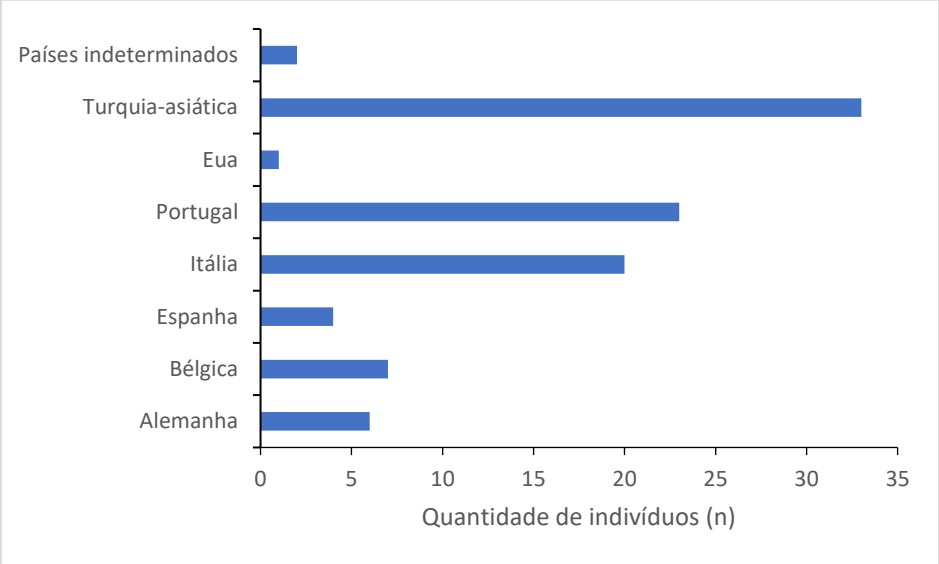
No que se refere à região de Itapemirim, no litoral sul capixaba, o

[15] Inventário de Antônia Crespo, nº 816, 05/01/1927.

[16] Truzzi explica que Feres começa pela mascateação, mas logo a abandona: "gostava de trabalhar na terra". Sem recursos para adquirir uma propriedade, passa a ser arrendatário, mas logo percebe que seria mais lucrativo comercializar frutas e, a partir de então, seu negócio se desenvolve, conduzindo-o à condição de comerciante e fazendeiro em um espaço de tempo relativamente curto (TRUZZI, 2019, p. 13).

quantitativo de sírios e libaneses em 1920 era maior do que o de outros estrangeiros, conforme assinala o Gráfico 3, a seguir. De acordo com o Censo Demográfico (1920), dos 96 imigrantes residentes naquela localidade, havia 33 sírios e libaneses.

GRÁFICO 3: SÍRIOS E LIBANESES EM ITAPEMIRIM (1920)



Fonte: Censo Demográfico de 1920

Nessa localidade, um dos primeiros sírios e libaneses a se estabelecer foi José Brumana. Natural da cidade de Brumana, no Líbano, José chegou à região de Itapemirim em 1892, com 16-17 anos, na companhia do seu irmão João. Depois de mascatear, José Brumana instalou um comércio denominado Casa Brumana. Em 1899, casou-se com Mariana Alves, com quem teve vários filhos (SANTOS, 2019). Mariana faleceu no dia 02 de outubro de 1919, aos 37 anos de idade. Como havia filhos menores e bens a inventariar, procedeu-se ao inventário (INVENTÁRIO MARIANA ALVES BRUMANA, S/Nº 15/12/1919).

Entre os bens imóveis pertencentes a José Brumana, consta "[...] um terreno de 46 alqueires no logar denominado 'Barbados', [...] à margem do Rio Muquy, sendo dez alqueires cultivados com pasto [...]". Havia outro terreno, menor, com sete alqueires no lugar chamado Rio Muqui[17], o que, somado ao primeiro, totalizava 53 alqueires[18]. Além disso, José Brumana possuía seis

[17] Inventário de Mariana Alves Brumana, s/nº, 15/12/1919.
[18] Um alqueire corresponde a, aproximadamente, 48 mil metros quadrados.

casas, uma delas localizada naquele terreno de 46 alqueires, em Barbados, e as outras cinco na Barra de Itapemirim, região economicamente privilegiada da Vila de Itapemirim[19].

Do mesmo modo, José Brumana possuía bens semoventes arrolados no inventário: "[...] quatro éguas com duas crias, três cavalos velhos; três burros velhos; dez vacas com crias; seis vacas sem crias; duas vitelas novas; quatro garrotes"[20]. A existência, entre os bens inventariados, de vacas, com e sem cria, vitelas e garrotes, além de uma área grande área de 53 alqueires, dos quais 10 reservados para pasto, são indícios de que José Brumana desenvolvia atividades agropecuárias, mais especificamente, a criação de gado[21].

José Brumana também aparece na Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais do Estado do Espírito Santo, produzida pelo Recenseamento das Propriedades Rurais, em 1920. O inventário desse imigrante sírio e libanês mostra a grande quantidade de bens que conseguiu amealhar ao longo de 27 anos de estadia no Espírito Santo, isto é, do ano de sua chegada, 1892, à data do inventário, 1919.

Seguindo o mesmo caminho de Elias Acha e muitos outros imigrantes sírios e libaneses, José Brumana procurou investir o dinheiro conquistado na compra de casas, algumas das quais na região central da Vila de Itapemirim, bem como em propriedades rurais. Contudo, se o investimento de Elias Acha se deu em propriedades produtoras de café, José Brumana focou na criação de gado, o que se justifica pelas especificidades geográficas e econômicas de cada uma das regiões nas quais se localizaram. Mimoso, no extremo sul capixaba, onde se fixou Elias, tinha como principal atividade econômica o café, enquanto Brumana se estabeleceu em região de planícies nas quais havia plantio, principalmente, de cana-de-açúcar e atividade pecuária.

Por fim, deve-se mencionar a trajetória de Felipe Felix Tannure que, proveniente de Tanurim, no Líbano, veio para o Brasil em fins do Oitocentos, assentando-se em localidades dos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Mais tarde, depois de residir em Cachoeiro de Itapemirim e de desfazer uma

[19] Inventário de Mariana Alves Brumana, s/nº, 15/12/1919.
[20] Inventário de Mariana Alves Brumana, s/nº, 15/12/1919.
[21] Inventário de Mariana Alves Brumana, s/nº, 15/12/1919.

sociedade com o irmão, mudou-se para Rive, que era um distrito da cidade de Alegre, também no sul do Espírito Santo. Segundo Ariette Moulin Costa,

> Ali [em Alegre] comprou um pequeno latifúndio, que começava em frente à estação de ferro. E se expandia... tinha riacho, tinha mata virgem e... na rua, propriamente dita, ele construiu um prédio, onde eles moravam. O armazém, [...] naquela época se chamava de secos e molhados, mas tinha mais... Hoje, eu diria que era um pequeno supermercado. Porque ele vendia tecido, sapatos e... tinha também uma máquina de pilar café, vários armazéns onde guardava o café que chegava. Ele comprava da redondeza toda... E depois que pilava, ele exportava café. Ele foi um exportador de café (COSTA, 2018).

Se, por um lado, Elias Acha tinha a agricultura como atividade complementar ao comércio – sua atividade principal -, e Jorge Aly dedicou-se exclusivamente à agricultura, por outro, o que se observa no caso de Felipe Felix Tannure foi uma preocupação em se cercar de elementos de natureza e ruralidade. De acordo com Costa (2018), essa família dava muito valor à agricultura, tanto que seu avô fez questão de, em sua propriedade, em Rive, construir horta, pomar e jardim, preservando também um trecho de mata virgem e um córrego (COSTA, 2018). E mais,

> Ele tinha uma horta fabulosa onde se plantava tudo, tudo... e ele fiscalizava aquela horta de terno e grava. [...] E como ele desviou um curso de um riacho que passava e fez um lago enorme e desse lago ele colocou canos que abasteciam não só o casarão dele. Tinha água com fartura. A horta, os canteiros eram todos circundados por água, então não tinham formiga. Tomate, tomatinho, tomatão, pepino, rabanete, nabo, quiabo, alface... tudo que você pensar. Aí ele levava um canivete e levava um pouquinho de sal embrulhado num papel de renda, porque não existia plástico... Tirava o rabanete, lavava muito bem, ali, raspava, passava sal e me dava. [...] É. E as árvores frutíferas? Tudo que você imaginar tinha no pomar: figos maravilhosos! Eu comia figo tirando, assim, da figueira. Figos, é... cajueiros, goiaba de tudo quanto era tipo, mangas... mangas de todos os tipos. Jenipapo, canela... ele plantava árvores. Eu lembro de árvores de canela, que nunca mais eu vi. E a parreira, eu pegava uva na parreira assim para comer. [...] O jardim eu sinto o perfume ainda, eu sinto perfume das orquídeas, das violetas, jasmim, era uma casa perfumada. Você chegava, a casa era perfumada (COSTA, 2018).

Dar muito valor à agricultura, conforme assinalou COSTA (2018) pode ser um indício das razões pelas quais os sírios e libaneses compravam propriedades

rurais, não obstante o passado como agricultores em suas terras natais. Há outros componentes implícitos nessa narrativa, qual seja a ligação umbilical com o cultivo da terra e o afeto que traz à luz memórias e lugares de memória aos quais sírios e libaneses desejavam reconstruir, reconstituir onde se assentaram.

A descrição que Costa (2018) faz do "pequeno latifúndio" do avô e dos elementos que o compunham permitiu tanto a reconstrução de uma memória afetiva da narradora, como a compreensão de que se tratava de um lugar de memória (NORA, 1993). As árvores, as frutas, as flores, a casa perfumada, a água usada para abastecer a casa e regar as plantas. Provavelmente, esses elementos descritos por Ariette eram bem diferentes daqueles com os quais sírios e libaneses estiveram acostumados em suas terras de origem, mas eram importantes para a manutenção de suas identidades.

Nas narrativas dos descendentes de outros imigrantes sírios e libaneses é recorrente a menção ao apego à terra, tanto às de origem de seus antepassados, quanto à brasileira. Muitas das menções dizem respeito à fertilidade das terras do Brasil. Foi o que afiançaram Marão (2018) e Mezher (2016) sobre seus pais:

> Meu pai até brincava conosco, eu era garoto, eu lembro, que ele falava que essa terra é tão abençoada, que você pega o mamão para comer, você chega no quintal e raspa com a colher e joga a semente no chão. Daqui há seis meses você pega o mamão no pé. Lá, as terras são outras, completamente. [...] Tirando aí a seca do nordeste, praticamente, qualquer lugar no Brasil que chove, uma semana depois tá verde (MARÃO, 2018).
>
> [...] não pensou mais em voltar e passou a conhecer aqui um país que... como é aquela frase? 'Tudo se plantando... No quintal da sua casa, plantava tomate, rabanete, pepino. Percebeu que aqui era um paraíso, e, assim, nunca mais pensou em voltar. Ele adorava o Brasil! (MEZHER, 2016).

A vinculação existente entre sírios e libaneses com a terra e/ou com a agricultura, seja na compra de propriedades rurais, caso de Elias Acha, Jorge Aly e José Brumana, seja na possibilidade de viver cercado por hortas e pomares, conforme assinalou Jablonka (2022, p. 539), permite contornar o vazio, identificando "[...] aqueles que pereceram para compreender o seu cotidiano". Por outro lado, tem relação direta com a memória e a identidade, uma vez que, consoante Candau (2016, p. 156), a "[...] memória e a identidade se concentram

em lugares, e em “lugares privilegiados”, quase sempre com nome, e que se constituem como preferências perenes percebidas como um desafio ao tempo”.

Saliente-se que as fontes orais corroboraram a ideia de que a trajetória da imigração síria e libaneses para o Espirito Santo, particularmente para o sul do Estado, tem como uma de suas facetas a vinculação desses sujeitos migrantes à terra, não apenas pelo viés econômico, mas afetivo e identitário. Como salientou Portelli (1997, p. 31), essas fontes laçaram luz “[...] sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”.

Eivadas de subjetividades, essas narrativas orais trouxeram situações que se referem a indivíduos que se assentaram no interior do Espírito Santo, mas que podem ser representativas de parcelas significativas do grupo (SANTOS, 2022) de imigrantes assentados em território brasileiro, não, sendo, portanto, uma particularidade capixaba. Dizem muito sobre os significados (PORTELLI, 1997) que eles atribuíram à terra e de como ser relacionavam com ela durante sua vivência e inserção social.

Ainda de acordo com Portelli (1997, p. 31), as fontes orais “[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. Nesse sentido, levar a terra natal no sobrenome, adquirir propriedades rurais e fazer delas espaços de sociabilidade em família, construir hortas e pomares foram elementos trazidos à luz através da História Oral, o que reforça a importância dessa metodologia para o trato com as questões reativas aos movimentos migratórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos de Elias Acha, Jorge Aly, José Brumana e Felipe Felix Tannure a respeito das razões pelas quais sírios e libaneses adquiriram propriedades rurais – e das atividades que nelas desenvolviam –, no sul do Espírito Santo, permitem a constatação de que, embora não fosse a atividade econômica preferencial da maior parte deles, as terras foram utilizadas por alguns como principal fonte de renda, inclusive. Do mesmo modo, esses casos mostram que a inserção socioeconômica desses imigrantes estivera vinculada a condições e características distintas (TRUZZI, 2019). Isso reforça aquilo que fora afiançado por Certeau (2008, p. 97), sobre indivíduos que “traçam trajetórias

indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam".

Em números, das 8.305 propriedades agrícolas recenseadas em 1920, no Espírito Santo, 43 pertenciam a imigrantes sírios e libaneses, isto é, aproximadamente 0,5% do total, embora esse número possa ser maior. Pode ser que as trajetórias aqui analisadas não se restrinjam ao território capixaba, mas representem itinerários seguidos por sírios e libaneses de outras localidades brasileiras, o que contribuiu para a compreensão de um aspecto dessa imigração ainda pouco explorado.

A escassez de fontes sobre Jorge Aly é, nesse sentido, um dado historicamente significativo. A quase invisibilidade documental de sua trajetória, que se encontra restrita ao inventário de sua esposa, é característica de sujeitos que permaneceram à margem dos circuitos de documentação que a historiografia tradicional costuma privilegiar. Isso porque constituem a imensa quantidade de sujeitos que não transitaram pelos mecanismos formais de registros cartoriais, a exemplo do comércio formal nem deixaram rastros em documentos oficiais de dívidas ou contratos.

Conforme apontou Ginzburg (1989), é precisamente nesses indícios fragmentários e involuntários que reside parte do potencial analítico da pesquisa histórica. Nessa direção, o inventário de Antônia Crespo não foi produzido para narrar a trajetória de Jorge Aly, mas é através dele que essa trajetória se torna, ainda que parcialmente, legível.

O documento revela que uma propriedade de 20 alqueires com colonos, moinho e milhares de pés de café é suficiente para distinguir Aly dos demais casos analisados. Neste caso, não como exceção curiosa, mas como evidência de que a imigração síria e libanesa no sul capixaba comportou itinerários que escaparam ao modelo dominante de inserção urbana e comercial. Sem, contudo, que isso tenha deixado memória oral ou registro equivalente ao de seus contemporâneos mais abastados.

Os relatos orais relativos à imigração síria e libanesa para o sul capixaba, alguns dos quais aqui apresentados, afiançam a importância que esses imigrantes, embora assentados nos principais centros urbanos, tinham uma

relação bastante afetiva com a terra, vendo-a como um valor econômico, por causa dos dividendos que ela poderia conferir por meio da comercialização de produtos, como o café, mas também simbólico, enquanto memória e identidade. De forma geral, possuir propriedades rurais era uma demonstração de riqueza e ascensão social.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo.** Vitória: SPDC/Ufes, 1993.

BARROS, José Luiz; FARIA, João Odilio Guedes. **Trevo da sorte Mimoso do Sul**. Mimoso do Sul-ES: Gracal, 2018.

BRUMANA, José Rubens, em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Marataízes, na data de 29 de junho de 2017.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico**: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Vol. 1. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Ariette Moulin, em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de 12 de abril de 2018.

DADALTO. Maria Cristina. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: **SINAIS - Revista Eletrônica -** Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp. 57-74.

DADALTO, Maria Cristina.; DOTA, Ednelson Mariano. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. **Revista Ágora**, v. 34, n. 3, e-2023340304, ISSN: 1980-0096.

DANTAS, Sylvia Duarte; UENO, Laura; LEIFERT, Gabriela; SUGUIUR, Marcos. Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. **REMHU** - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 18, núm. 34, enero-junio, 2010, pp. 45-60. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042011004. Acesso em: 05 dez. 2023.

DEPES, Jorge, em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de 10 de agosto de 2018.

FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. Do Oriente Médio ao sul do Brasil: a

imigração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul (1890-1949). **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 152, p. 69-96, julho de 2017.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil**: história oral de imigrantes. 2.ed. Salvador: Pontocom, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1920. 1 de setembro de 1920. Disponível em: http:// biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=231687. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais do Estado do Espírito Santo. 1 de setembro de 1920. In: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APPES), Biblioteca Digital. Disponível em: https://ape.es.gov.br/recenseamento-1920. Acesso em: 31 dez. 2020.

Inventário de Antônia Crespo, nº 816, 05/01/1927.

Inventário de Ruda Acha, s/nº, 17/02/1914.

Inventário de Mariana Alves Brumana, s/nº 30/10/1919.

JABLONKA, Ivan. Quando o historiador é pai e filho. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 532-552, maio/ago. 2020. Disponível em: https://revistatopoi.org/site/wpcontent/uploads/2020/08/TRAD_44_Jablonka_p532-552.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

JACOB, Jamila Miguel. **Sírios e libaneses:** árabes diferentes, brasileiros iguais ou de como a identidade étnica se transforma e se mantém. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; GRAEME, Hugo; KOUAOUCI PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. **Teorías de migración internacional**: una revisión y aproximación. Traducido del inglés por Augusto Aguilar Calahorro. Disponível em: https://www.ugr.es/~redce/REDCE10/articulos/14DouglasDMassey.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.

MARÃO, Carlos Alberto Alexandre, em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de 20 de março de 2018.

MEZHER, Roberto Jorge, em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Itapemirim, na data de 26 de agosto de 2016.

MUZZOLON, Anderson. (2013). A territorialização libanesa em Guarapuava PR. Ra'e Ga*:* O Espaço Geográfico em Análise, *29*, 7–35. . Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/28907. Acesso em: 30 mar. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo (10), dez, 1993**.**

OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho de. **Imigração sírio-libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês**. 2010. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

PERIN, Gedson. **Sírios e libaneses: violência e discriminação no sul do Espírito Santo (1898-1920)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Centro Universitário São Camilo-Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim. 2017, 28p.

PINTO, Paulo Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, n.1, p. 25-39, jan-jul. 1997.

SALETTO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. In: FRANCESCHETO, C. **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 34-50.

SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalhodo Espírito Santo (1889-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SALETTO, Nara. Itapemirim contra os sírios: jacobinismo em versão capixaba? *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA. 13., 2001, Vitória-ES. **Anais** [...].Vitória-ES: UFES, 2001, sn/p.

SANTOS, Adilson Silva. **Sírios e libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930)**. 2019, 388f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SANTOS, Adilson Silva. **Árabes em São João de Muqui-ES: do assentamento à tentativa de expulsão (1901)**. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA/ SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 13., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2018, p. 24-34.

SANTOS, Rodrigo dos. (2022) p. 82-104. Lembrar ou esquecer? A imigração do Pós-Segunda Guerra e a História Oral. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/3024/3010. Acesso em: 30 mar. 2026.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios**: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **De mascates a doutores**: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Sumaré, 1991.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008b.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra . Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 315-351.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra . Sírios e libaneses no oeste paulista: décadas de 1880 a 1950. **R. Bras. Est. Pop**., v.36, 1-27, e0086, 2019.

YKEGAYA, T. **Imigração árabe em Foz do Iguaçu:** a construção de uma identidade étnica. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

Recebido em 12/07/2024.

Aprovado para publicação em 26-04-2026.

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

RESENHA

ANDES, Stephen. J. C.; YOUNG, Julia. G. **Local Church, Global Church: Catholic Activism in Latin America from Rerum Novarum to Vatican II.** Washington, DC: The Catholic University of America Press, 2016.

REVIEW

ANDES, Stephen. C.; YOUNG, Julia. G. **Local Church, Global Church: Catholic Activism in Latin America from Rerum Novarum to Vatican II.** Washington, DC: The Catholic University of America Press, 2016.

RAMON FELIPHE SOUZA[1]

O livro "*Local Church, Global Church: Catholic Activism in Latin America from Rerum Novarum to Vatican II"* organizado por Stephen J C Andes e Julia G. Young, reúne pesquisadores conhecidos por seus estudos relacionados a América Latina do século XX, a história mexicana e aos movimentos sociais e políticos católicos. A obra destaca o papel da Igreja Católica como um ator global, profundamente enraizado localmente. Assente em vasta documentação eclesiástica e oficial, o livro apresenta e analisa diversas ações mobilizadas por leigos e segmentos do episcopado católico, tanto em Roma quanto nos países latino-americanos como Brasil, México, Colômbia, Paraguai e Uruguai. O destaque à dimensão global da instituição ajuda a questionar a centralidade nacional e incluir novos atores nas análises historiográficas. Nesse sentido vai ao encontro do compromisso da chamada História Global (PURCEL, 2014:134).

Conforme Santos e Sochaczewski (2017), a história global é um empreendimento intelectual que está em curso desde o final da década de 1990 e, apesar de não possuir uma definição unânime[2], tem algumas características

[1] Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Bolsista de Pós-Doutorado Nota 10 da FAPERJ –Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Processo SEI-260003/008582/2024)no PPGHCS/Fiocruz. E-mail: ramon.feliphe@live.com.

[2] Segundo os autores, há uma pluralidade de estratégias historiográficas que abordam questões semelhantes, entre as quais se destacam: *connected history*, *histoire croisée*, *entangled history*, *world history*, *global history*, *transnational history*, *shared history*, *big history*, entre outras (SANTOS; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 488–489).

claras: a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade de romper com as noções de superioridade eurocêntricas/ocidentais. Portanto, não se trata apenas de um "deslocamento de escalas'" de análises (REVEL, 1998) ou de uma história total ou da história do globo (FAZIO VENGOA, FAZIO, 2018), mas de evocar uma outra forma de narrar a história de regiões como a América Latina, marcada pela colonialidade em todas as suas dimensões[3].

Nesse sentido, com êxito, a obra ora resenhada destaca o protagonismo de atores, instituições e contextos locais não tradicionais nas análises sobre a história da América Latina, tais como sacerdotes e leigos católicos. Independentemente da estrutura estatal, esses atores interagiram, acomodaram-se e negociaram seus próprios interesses em meio às profundas transformações políticas e sociais na virada do século XIX para o XX na América Latina, região majoritariamente rural e marcada pela carência de clero em suas comunidades.

O livro está dividido em onze capítulos, organizados em quatro seções, que, em tradução literal, são intituladas: "*Encíclicas sociais católicas além das fronteiras"*, "*Martírio e Renovação Católica na Revolução Mexicana"*, "*Lutando pela Alma da Universidade* e *Desenvolvimento ou Libertação?".* Os capítulos deixam evidente o intenso debate entre a hierarquia católica, ativistas leigos, as estruturas dos Estados Nacionais e agências internacionais na busca pela manutenção de uma sociedade amparada sob a influência católica, particularmente, em sua doutrina social. A coletânea destaca as diversas formas de ativismo católico que surgiram na América Latina entre as décadas de 1890 e 1962, isto é, desde a publicação da encíclica papal de Leão XIII (1878–1903) *Rerum Novarum*, em 1891, até os anos que precederam o Concílio Vaticano II (1962-1965). Encíclica é o nome de uma carta circular do papa dirigida aos bispos e fiéis da Igreja Católica, a *Rerum Novarum* e o referido evento são reconhecidos por abrir o catolicismo às questões sociais[4].

[3] Para Quijano, a *colonialidade do poder* pode ser definida como "a invisibilidade sociológica dos não-europeus, 'índios', 'negros' e seus 'mestiços', ou seja, da esmagadora maioria da população da América — e sobretudo da América Latina — com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento 'racional'. Logo, de identidade (QUIJANO, 2005).

[4] A encíclica *Rerum Novarum* (1891) inaugurou o que a historiografia da Igreja Católica passou

O argumento original do livro é evidenciar que o catolicismo latino-americano já operava em uma esfera global muito antes do Vaticano II, que é destacado como o concílio mais importante dos últimos 300 anos e que reformou e atualizou a Igreja Católica. Concomitantemente a esse concílio, vigorou a chamada Teologia da Libertação, que nasceu latino-americana e, posteriormente foi condenada por Roma, pois desafiava as estruturas sociais estabelecidas e promovia organização popular, apelando à "opção preferencial pelos pobres"[5]. O contexto do concílio, a nova teologia e, posteriormente, o ambíguo engajamento da Igreja Católica na década de 1970, ora servindo como um aliado conservador para governos ditatoriais na região da América Latina, ora lutando contra os abusos dos direitos humanos, sustentando denúncias contra a violência estatal e protegendo suas vítimas, são temas recorrentes na literatura sobre a atuação da Igreja Católica no continente. Nesse sentido, o período ao qual se debruça a obra resenhada, por si só, constitui um dos aspectos que torna sua leitura fundamental.

A primeira seção do livro é composta por dois capítulos, iniciando-se com o texto "*Mensagens enviadas, mensagens recebidas? O Papado e a Igreja Latino-Americana na virada do Século XX"*, de Lisa M. Edwards. A autora investigou como a mobilização e o ativismo católico foram moldados por uma combinação de esforços transnacionais que envolveram a orientação papal, modelos europeus e iniciativas locais na América Latina, em resposta a um cenário de mudanças sociais no final do século XIX e início do XX. Um dos méritos deste texto é chamar atenção ao fato de que a Igreja Católica no continente latino-americano não foi apenas receptora de orientações vindas de Roma, mas também protagonista na formulação de respostas ao contexto de urbanização, industrialização e à emergência de ideologias concorrentes, como

a denominar "doutrina social". Como afirma Amaral, a partir desse documento, a Igreja procurou estabelecer um modelo normativo e comportamental com o objetivo de difundir entre os fiéis princípios cristãos aplicados às questões sociais emergentes no contexto da industrialização.

[5] Na década de 1970, foram publicadas obras como *Teología de la liberación: Perspectivas*, de Gustavo Gutiérrez (1971), que consolidaram a chamada "Teologia da Libertação", a qual não se apresentava como uma "terceira via", isto é, um caminho intermediário entre comunismo e capitalismo, mas sim como uma proposta de libertação em relação a ambos os modelos, chegando a sugerir, em alguns casos, uma ruptura radical com o capitalismo. Esse movimento, no entanto, não surgiu de maneira abrupta. As décadas anteriores já haviam testemunhado uma série de mobilizações de setores do catolicismo comprometidos com as questões sociais (LÖWY, 2016, p. 28).

o protestantismo, o marxismo e o liberalismo. Outra importante evidência do capítulo assinado por Edwards é a constatação de que as respostas católicas a esse ambiente de mudanças tiveram forte inclinação à justiça social. Portanto, em muitas partes da América Latina, as recomendações da encíclica *Rerum Novarum* foram antecipadas.

O segundo capítulo, "*Vanguardas Católicas no Brasil"*, de Dain Borges, tem foco na realidade brasileira. O autor analisou o engajamento de lideranças católicas no fortalecimento da Igreja Católica no país, no mesmo cenário de mudanças sociais destacadas no capítulo anterior. Borges afirma que, mesmo antes da separação oficial entre Estado e Igreja, com a constituição republicana de 1891, as ações do catolicismo no Brasil foram multifacetadas. Para o autor, a literatura sobre a história da Igreja Católica nesse país considera que o período denominado "Neocristandade"[6], isto é, da publicação da carta pastoral do Arcebispo de Olinda, Sebastião Leme, em 1916 até a fundação do Centro Dom Vital[7] em 1922, seria o ponto de partida do ativismo católico brasileiro. Contudo, uma das principais contribuições do capítulo é demonstrar que já havia uma forte atuação do ativismismo católico, entre 1870 e 1916, quando uma variedade de organizações católicas se estabeleceu em solo brasileiro. Para ilustrar a diversidade interna do catolicismo do país, Borges destacou atores como Padre Júlio Maria (1850-1916) e Padre José Antonio Maria Ibiapina (1806-1883). O primeiro foi um dos pioneiros da hierarquia católica brasileira a responder à encíclica *Rerum Novarum*. Entre 1895 a 1903, ele viajou pelo Brasil, proferindo palestras sobre temas como fé, ciência e razão e, frequentemente, mencionava o compromisso da Igreja com o povo. Padre Ibiapina, por sua vez, realizou um ministério pastoral itinerante voltado para as camadas mais pobres do interior do Nordeste, implementando iniciativas sociais de base, muitas vezes marginalizadas pela hierarquia católica.

[6] A neocristandade constituiu-se como uma maneira de lidar com a fragilidade institucional da Igreja Católica especialmente a partir da separação oficial entre Igreja Católica e Estado em 1891 (MAINWARING, 1989: 43). A perspectiva, portanto, seria revitalizar a presença da Igreja dentro da sociedade.

[7] O Centro Dom Vital foi fundado em 1922 por Jackson Figueiredo (1891-1928), "íntimo colaborador" do Cardem Leme. A função dessa instituição era reunir à intelectualidade leiga católica e realizar publicações que pudessem alcançar um maior número de pessoas, especialmente, as elites que se viam há tempos afastadas da influência cultural e política do catolicismo. A sua principal publicação era denominada de *A Ordem*.

A Parte II da obra é dedicada a analisar algumas tensões que emergiram a partir da diversificação da atuação da Igreja Católica no cenário de transformações da virada do século XIX. Esta seção concentra a maioria dos capítulos, com quatro análises dedicadas à compreensão desse contexto a partir da atuação do catolicismo no México. Esse país oferece exemplos significativos das crescentes tensões entre Igreja-Estado que ressoaram na América Latina no período. Em 1910, o México iniciou o primeiro processo revolucionário na América Latina, denominado Revolução Mexicana (1910-1917). Esse movimento reivindicava transformações sociais como a reforma agrária e a luta contra a ditadura de Porfirio Díaz, que governava o país desde 1876. No período, o México constituía-se como um país majoritariamente rural, analfabeto, com desigualdade extrema, com uma política que exacerbava a concentração de renda e latifundiária, que despojavas de suas terras pequenos proprietários, camponeses e comunidades indígenas. O contexto revolucionário mobilizou diversas instituições e atores como camponeses e novas organizações católicas que emergiam do contexto de transformações destacado nos capítulos anteriores.

O terceiro capitulo, intitulado "*Anjos Eucarísticos: Adoração Noturna do México e a Masculinização do Catolicismo Pós-revolucionário (1910-1930)"* de Matthew Butler investiga a atuação de uma confraria masculina fundada em 1900, a Adoração Noturna Mexicana (Adoración Nocturna Mexicana, ou ANM). Este movimento cresceu rapidamente após a Revolução Mexicana, tornando-se presentes em centenas de freguesias católicas daquele país[8]. O autor destaca que a oposição católica ao estado pós-revolucionário do México não pode ser entendida sem referência a organizações como a ANM e o tipo de fervor eucarístico que inculcaram nos homens, que combinava aspectos selecionados da masculinidade hegemônica (disciplina quase militar, lealdade à autoridade, firmeza) com uma abordagem profundamente emotiva ao sacramento mais importante da Igreja Católica. Butler demonstra, como essa "identidade eucarística para homens católicos", ajudou a ANM a criar um elo entre o eucarístico e o público dos homens, que, por sua vez, mobilizou milhares de

[8] As freguesias católicas no México são unidades administrativas eclesiásticas da Igreja Católica, equivalentes ao que, no Brasil, se costuma chamar de paróquias.

homens católicos a arriscarem suas vidas em um confronto sangrento e prolongado com o governo mexicano no contexto revolucionário. O capítulo demonstra como foram variadas as ações do catolicismo com o objetivo de revitalizar sua atuação e influência num cenário de mudanças.

"Vozes Subalternas Transnacionais: Violência Sexual, Anticlericalismo e a Revolução Mexicana", é o quarto capítulo e foi escrito por Robert Curley, que apresenta e analisa viagens e registros elaborados pelo padre Francis Kelley. Esse sacerdote, a partir de 1914, tomou conhecimento das precárias condições as que eram submetidos refugiados mexicanos, no contexto do conflituoso período revolucionário, e iniciou uma viagem do sul do Texas, a Havana e Roma. O sacerdote seguiu recolhendo depoimentos de homens e mulheres que fugiram da violência no México, com o objetivo de educar a opinião pública para as atrocidades da Revolução Mexicana e pressionar o governo do democrata estadunidense Thomas Woodrow Wilson (1856-1924) a adotar uma posição mais firme contra os revolucionários e a violência no território mexicano. O autor investiga os registros do padre Kelly e o papel significativo que ele desempenhou na representação de identidades subalternas. O capítulo é um excelente exemplo metodológico de como lidar com fontes eclesiásticas, considerando os escritos do padre Kelly e a construção de uma memória histórica católica.

No quinto capítulo, "*Arquivos Secretos, Sociedades Secretas: Novas Perspectivas sobre a Rebelião Cristero do México dos Arquivos Secretos do Vaticano"*, Yves Solis demostra aspectos da conturbada relação da Igreja Católica com o governo mexicano, que, a partir de 1916, acusou a instituição religiosa de ter apoiado governos anteriores. Com efeito, a nova constituição mexicana de1917 trazia várias mudanças anticlericais, como a proibição do ensino religioso nas escolas e a alocação de recursos governamentais para fins eclesiásticos. A postural anticlerical conduziu a uma variedade de atividades políticas clandestinas como o surgimento da organização católica intitulada União dos Católicos Mexicanos (Unión de Católicos Mexicanos, ou "U"). Embora o Vaticano tenha se esforçado para marginalizar o movimento, o contexto revolucionário do México dificultou a implementação das diretrizes da Santa Sé. O estudo utilizou fontes disponibilizadas pelo Arquivo Secreto do Vaticano (ASV), que foi aberto em 2006 e que lançou nova luz sobre o pontificado de Pio

XI (1922-1939). Ao apontar o potencial das fontes eclesiásticas em diálogo com outras fontes, o capítulo chama atenção de pesquisadores para aprenderem mais sobre a lógica interna da Santa Sé, a diplomacia papal e a relação entre a Cúria Romana, os núncios apostólicos, os delegados apostólicos e os interesses da hierarquia católica nos diversos países da América Latina. Os arquivos eclesiásticos, são acervos importantes e que registram fatos e acontecimentos que vão além do interesse próprio da Igreja Católica.

Finalizando a segunda seção, somos apresentados ao sexto capítulo: "*A Vida Transnacional de Sofia del Valle: Família, Nação, e o Internacionalismo Católico nos Anos Entre Guerras"*, de Stephen J. C. Andes. O autor analisa a vida dessa mulher mexicana que, entre1934 a e 1937, percorreu os Estados Unidos de ponta a ponta com duas missões: a) influenciar a opinião pública católica americana em favor de seus correligionários no México, na busca por convencer os católicos dos Estados Unidos que os irmãos e irmãs mexicanas estavam sofrendo uma espécie de martírio moderno, dado a perseguição por uma facção de líderes anticlericais que havia chegado ao poder após o início da Revolução Mexicana. Outra missão atribuída a Sofía del Valle era arrecadação de recursos financeiros para a Ação Católica Mexicana (*Acción Católica Mexicana*), a incipiente reorganização do movimento social católico que buscava se consolidar em um contexto após o fim de uma sangrenta guerra civil travada por militantes católicos contra o governo mexicano — a Rebelião Cristera (1926–1929).

A missão de Sofía del Valle assumiu a forma de uma turnê de palestras; ela falava em todos os lugares para onde era convidada. Para ela, a "família católica", fornecia um modelo para as relações sociais, para a harmonia da sociedade. Entre idas e vidas, Del Valle acessou, acessou as redes católicas de Nova York, Filadélfia, Boston, Baltimore, Nova Jersey e Washington, D.C., segundo Andes, ela era excepcionalmente adequada para sua missão. Por ter passado a infância no México, Espanha e Suíça, falava inglês e francês fluentemente, além de seu espanhol nativo. O autor conclui afirmando que a vida de Sofía del Valle é um bom exemplo de uma sociedade católica internacional em expansão no século XX. O capítulo nos desafia a imaginar novas narrativas sobre a história da Igreja Católica, integrando trajetórias de vida, dinâmicas

locais, nacionais e transnacionais e aspectos específicos de uma identidade católica.

Na Parte III, o foco central recai sobre o papel dos estudantes universitários que, no final da década de 1960, mobilizaram-se em diferentes partes do continente latino-americano com o objetivo de provocar mudanças políticas e de cunho mais social. O sétimo capítulo, *" 'Terceira Via' em Cristo: O Projeto da Corporação de Estudantes Mexicanos (CEM) no México da Guerra Fria"*, de Jaime M. Pensado, investiga a ascensão de uma nova geração de estudantes esquerdistas, conservadores e católicos na América Latina, que como uma espécie de solidariedade hemisférica, passaram a demonstrar preocupações com acontecimentos contemporâneos importantes que tiveram um impacto profundo nas suas universidades como a guerra anticolonial na Argélia, a ascensão de ditaduras militares na Guatemala e o "punho de ferro" que se seguiu à insurreição húngara. Um dos grupos atuantes nesses debates foi a Corporação de Estudantes Mexicanos (CEM), que assumindo o discurso da Igreja Católica, se lançaram como "Terceira Via", entre capitalismo e do comunismo. Segundo Pensado, a literatura sobre o catolicismo no México se concentrou no conflito Igreja-Estado no período de 1910 a 1940, ao passo que os ativismos católicos e movimento estudantil nas décadas de1950 são temas muito menos estudados. Ao lançar luz sobre história do CEM, o capítulo contribui para evidenciar o dinâmico ativismo católico nas universidades latino-americanas anterior ao Concílio Vaticano II, quando estudantes católicos, tornaram-se cada vez mais politizados, e em todas as Américas expressaram uma preocupação mais ampla com a questão social do continente.

No capítulo 8, "*Campi Católicos, Lutas Secularizantes: Ativismo estudantil e Universidades Católicas no Brasil, (1950-1968*)", Colin M. Snider investiga o movimento da Juventude Universitária Católica do Brasil (JUC). Na década de 1950, a JUC teve como foco da organização a "evangelização" ao mesmo tempo que abordou as desigualdades sociais. No entanto, manter essa postura no final da década de 1960, tornou-se mais difícil. O ativismo católico enfrentou um contexto muito diferente. O recrudescimento da Guerra Fria levou a Igreja Católica a adotar uma postura mais cautelosa e a se distanciar do movimento de leigos estudantes ligados à JUC que pareciam cada vez mais politizados. O autor

argumenta como a expansão das universidades católicas brasileiras forneceu novos mecanismos institucionais por meio dos quais movimentos estudantis cada vez mais inclinados à esquerda puderam se expandir e radicalizar. Ao mesmo tempo, as dinâmicas políticas da Guerra Fria nos níveis nacional e internacional, junto com a consolidação da ditadura militar em 1964, levou a um ativismo estudantil católico que, cada vez, tornava tênue as fronteiras entre o religioso e o político Uma das principais contribuições deste capítulo é aprofundar a compreensão sobre a natureza complexa e fluida do ativismo entre estudantes católicos no Brasil.

A última parte da obra apresenta três capítulos que são dedicados a entender a relação entre o engajamento político de segmentos do catolicismo e a questão do desenvolvimento, que. em meados do século XX, desde os Estados Unidos se consolidou como um processo necessário a todas as nações do globo[9]. A institucionalização do desenvolvimento não ocorreu de maneira simétrica e desdobrou-se em um aparato institucional extremamente eficiente, destinado à produção de saberes/práticas para o desenvolvimento, isto é, a institucionalização do desenvolvimento (ESCOBAR, 2007). Nesse sentido, uma contribuição importante dos artigos dessa seção é demonstrar como segmentos religiosos constituem-se como um dos atores envolvidos na dinâmica complexa do desenvolvimento.

O capítulo nove, intitulado "*Movimento Antigonish do Canadá e da América Latina: Cooperativas Católicas, Comunidades Cristãs e Desenvolvimento Transnacional na Grande Depressão e na Guerra Fria"* foi escrito por Catherine C. LeGrand. A autora analisou a trajetória do Movimento Antigonish na América Latina, revelando os aspectos de uma extensa rede de projetos católicos de desenvolvimento em toda a região nas décadas de 1920 e 1930. Iniciado por padres-professores associados à Universidade São Francisco Xavier, na cidade de Antigonish, Nova Escócia, o Movimento Antigonish foi um

[9] Conforme Ribeiro (2008), a origem do desenvolvimento é atribuída ao discurso de 20 de janeiro de 1949, do presidente estadunidense Harry S. Truman (1945-1953). Foi a partir desse discurso foram criadas as condições para que a política externa dos EUA fosse estendida com o objetivo de reproduzir em todo mundo características das sociedades avançadas da época. Esse contexto foi marcado por forte ênfase nas áreas da ciência e tecnologia, concomitante, a expansão do modelo econômico capitalista. E por marcar o início da Guerra Fria, associado a outros eventos como o Plano Marshal (1947), conclusão da OTAN (1949), Guerra da Correia (1950-1953) e a Doutrina Truman (1947).

exemplo bem-sucedidos de intercâmbio e adaptação transnacional entre ativistas católicos latino-americano, mas ainda é um movimento social pouco conhecido. Com uma visão igualitária e holística sobre um modelo de desenvolvimento voltada para atender às necessidades básicas da comunidade, na década de 1940, ramificações desse Movimento chegaram na Jamaica, Porto Rico, República Dominicana e, em década de 1950, no México. Ao destacar uma perspectiva mais social para o desenvolvimento, essa iniciativa católica indicava outros caminhos possíveis para esse processo que historicamente tem se caracterizado pelo crescimento econômico.

O capítulo 10, de Mary Roldán, intitulado "*Ação Cultural Popular, Transnacionalismo Católico e Desenvolvimento na Colômbia antes do Vaticano II"*, examina a história e o desenvolvimento da "Acción Cultural Popular" (ACPO) na Colômbia. Este foi um projeto multifacetado de revitalização cristã, empoderamento local e desenvolvimento via educação radiofônica, a Rádio Sutatenza. Fundada por um pároco colombiano, em 1947, a rádio alcançava adultos rurais buscando combater o analfabetismo por meio de programas educativos via rádio e distribuição de materiais impressos, essa se tornou primeira rede de rádio católica da América Latina com programas em vinte e quatro países da América Latina, Ásia e África.[10] A mobilização foi robusta e, ao longo de quase meio século, por exemplo, a ACPO publicou e distribuiu mais de seis milhões de cartilhas (instruções ilustradas manuais) através de seu programa "Educação Fundamental Integral" (EFI) de cinco pontos programa, que incluía Alfabeto, Números, Saúde, Economia e Trabalho e Espiritualidade Prática. Evidenciando uma faceta transnacional dessa mobilização, a Rádio Sutatenza inspirou a fundação de uma rádio católica mantida pelo Serviço de Assistência Rural (SAR) da arquidiocese de Natal, no estado nordestino do Rio Grande do Norte[11].

[10] É importante pontuar que esse movimento também repercutiu no Brasil ao inspirar o arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, que inaugurou naquela diocese a primeira rádio rural do país em 1958.

[11] Em 1957, Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar de Natal, realizou uma extensa viagem pela América Latina e pelos Estados Unidos. O bispo percorreu mais de mil quilômetros pelos territórios da Colômbia, Panamá, Porto Rico e Estados Unidos. A viagem foi financiada pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA). No relatório sobre a viagem, o bispo apresentou detalhes das experiências observadas, com destaque para as escolas radiofônicas que, a partir de 1958, também passaram a ser implantadas em Natal. SALES, Dom Eugênio. *Relatório de viagem* [1957]. Serviço de Assistência Rural. Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal.

"O espírito cooperativo católico maia do capitalismo na Guatemala: Colaborações civis-religiosas, (1943–1966)", é o último capítulo da coletânea e foi assinado por Susan Fitzpatrick-Behrens. O capítulo explora o desenvolvimento de um movimento cooperativo maia na Guatemala entre a década de 1940 e 1960. Este movimento teve efeitos econômicos significativos no país, permitido que os maias entrassem no mercado global, contornassem os intermediários ladinos e acessassem novas terras. Os líderes das cooperativas maias adquiriram conhecimento e formação que facilitaram uma organização mais ampla. O movimento ganhou repercussão internacional, em 1975, por exemplo, foi destacado pelo jornal *New York Times*, como o primeiro movimento rural autêntico na história da Guatemala. A autora atribuiu as origens do movimento aos padres católicos que fundaram as primeiras cooperativas no país. Essas cooperativas foram interpretadas como resultado de um encontro religioso transnacional que se articulou a projetos nacionais seculares de desenvolvimento. O capítulo é relevante por destacar o papel de atores que, tradicionalmente, não são considerados agentes de desenvolvimento, como as instituições baseadas na fé.

Encerrando a obra, Andes e Young assinam as "*Reflexões Finais"*, na qual criticam uma narrativa historiográfica que contrapõe, de forma simplificada, o ativismo católico anterior e posterior ao Concílio Vaticano II. Os organizadores entendem a Teologia da Libertação como uma entre diversas respostas católicas às transformações sociais e culturais dos séculos XIX e XX. Cada um dos diversos capítulos da obra, firmam ponto do fio condutor do seu principal argumento que é destacar como a busca por justiça social, a organização leiga e o ativismo clerical, já estavam bem encaminhados no final do século XIX, constituindo um engajamento notadamente transnacional que envolveu a circulação de ideias, práticas, pessoas, recursos e saberes. Nesta seção final, os editores também chamaram atenção para a onda conservadora que se intensificou na Igreja Católica a partir do final dos anos 1970, citando como exemplo o pontificado de João Paulo II (1978–2005), que promoveu a contenção de iniciativas mais radicais do pós-Concílio Vaticano II, como no caso do silenciamento do teólogo brasileiro Leonardo Boff. O papa Bento XVI (2005-2013) deu continuidade a essa orientação. Ao final da análise, Andes e Young

destacaram a eleição do Papa Francisco I (2013-2025), primeiro pontífice latino-americano, cuja trajetória foi marcada por ambivalências do catolicismo regional, ao conjugar posturas doutrinárias conservadoras com um forte compromisso social.

Na atualidade, após a morte de Francisco I, em abril de 2025, ascendeu ao trono de Pedro o cardeal Robert Francis Prevost, norte-americano com cidadania peruana em razão de sua atuação na arquidiocese de Chiclayo. Adotando o nome Leão XIV, o novo papa sinaliza a continuidade da centralidade das questões sociais. inauguradas com a *Rerum Novarum*, encíclica destacada no início dessa resenha

A palavra “Igreja” tem origem no termo grego *ekklēsía*, que significa “chamar para fora”. Nesse sentido simbólico, a obra “*Local Church, Global Church”*, cuja tradução literal para o português é “*Igreja Local, Igreja Global”*, pode ser interpretada como um chamado que parte da América Latina, atualmente o maior continente católico do mundo. Seguindo a topografia institucional da Igreja Católica, a obra resenhada explora o significativo papel que a hierarquia e leigos católicos desempenharam em na América Latina. Diversos segmentos do catolicismo estiveram envolvidos não apenas em projetos de renovação da instituição católica, mas também na mobilização e troca de experiências que tiveram impactos importantes em processos de construção dos Estados latino-americanos. Paradoxalmente, embora a obra resenhada trate de dinâmicas profundamente transnacionais, ela encontra acessível apenas em inglês, o que limita seu alcance entre pesquisadores latino-americanos. Espera-se que esta resenha contribua para ampliar o conhecimento sobre essa leitura fundamental para estudiosos interessados na atuação da Igreja Católica na América Latina e, mais especificamente, no papel do laicato católico.

REFERÊNCIAS

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Venezuela: Gobierno Bolivariano de Venezuela, Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007.

FAZIO VENGOA, Hugo; FAZIO, Luciana. La historia global y la globalidad histórica contemporánea. **Historia Crítica**, n. 69, p. 3-20, 2018.

GUTIÉRREZ, Gustavo***. Teología de la liberación: perspectivas***. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil, 1916-1985**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PURCELL, Fernando. Connecting realities: Peace Corps Volunteers in South America and the Global War on Poverty during the 1960s. **Historia Crítica**, n. 53, p. 129-154, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 9-31, 2005.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da micro-história**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

RIBEIRO, José. Os "combatentes da paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 21, p. 261-283, 2008.

SANTOS, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Tempo**, v. 23, n. 3, p. 483-502, 2017.

Recebido em 13/10/2024

Aprovado para publicação em 22/04/2026

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

Revista História em Reflexão, Vol. 22, N. 42 | jan. a jul. de 2026

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação do discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

Esta edição se concentra em artigos sobre Ensino de História, dinâmicas políticas regionais, dentre outras temáticas congêneres. Orgulhosamente indicamos a leitura e apreciação desse novo número de História em Reflexão.

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR CHEFE
Kevin Franco dos Santos

EDITORA ASSISTENTE
Silvia Ayabe

EDITORES/AS ASSOCIADOS/AS
Ariádne Joseane Félix
Emilly Cruz de Oliveira
João Otávio Duarte Farias
Larissa Barth
Lilia Maria da Silva Santos
Melina Lima Pinotti
Richardy Leal Oliveira

PARECERISTAS *AD HOC* NESTE NÚMERO
Aguinaldo Ramos
Ailson Barbosa de Oliveira
Alina dos Santos Nunes
Ana Rosa Cloclet da Silva
Bryan Henrique Pinto
Carlos Eduardo Pereira de Oliveira
Carolina Giovannetti
César Martins de Souza
Divino Marcos de Sena
Eduardo Vasconcelos
Eveline de Sousa
Everton Henrique Eleutério Fargoni
Fabiano Quadros Rückert
Fabio Alexandre dos Santos
Filipe Noé da Silva
Francesco Romizi
Fulvio Torres Flores
Gabriel de Souza
Guilherme Carvalho de Souza
Gustavo Romero
Hendrix Alessandro Anzorena Silveira
Homero Giorge Cerqueira
Horacio Miguel Hernán Zapata
Isadora Remundini
Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
João Victor da Costa Rios
Julia Falgeti Luna
Kaoana Sopelsa
Lucas Matheus Araujo Bicalho
Luís Fernando de Souza Alves
Luis Filipe Bantim de Assumpção
Mailson Moreira dos Santos Gama
Manuela Areias Costa
Maria Dailza da Conceição Fagundes
Maria de Fátima Soares Lira
Moab César
Nataniel dos Santos Gomes
Nathalia Monseff Junqueira
Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia
Pablo Gatt
Paloma Catelan
Paulo Afonso Tavares
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Patrick Zanon Guzzo
Pedro Vagner Silva Oliveira
Raimundo Cézar Vaz Neto
Ricardo Batista Bitencourt
Robson Murilo Grando Della Torre
Rodrigo dos Santos
Rosangela de Jesus Silva
Tayanná Santos de Jesus Sbrana
Vitor Wagner Neto de Oliveira
Zeus Moreno Romero

CONSELHO CONSULTIVO
Adriana Aparecida Pinto (UFGD)
Ana Maria Colling (UFGD)
Andrey Minin Martin (UFMS)
Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha
Éder da Silva Novak (UFGD)
Edvaldo Sotana (UFMS)
Elenita Malta Pereira (UFSC)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Eudes Fernando Leite (UFGD)

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

Fabiano Coelho (UFGD)
Fabio da Silva Sousa (UFMS)
Fernando Perli (UFGD)
Jérri Roberto Marin (UFMS)
Jiani Fernando Langaro (UFU)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
José D'Assunção Barros (UFRRJ)
Leandro Baller (UFGD)
Linderval Augusto Monteiro (UFGD)
Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)
Marcia Maria Medeiros (UEMS)
Maria Celma Borges (UFMS)
Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)
Maristela Carneiro (UFMS)
Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Protasio Paulo Langer (UFGD)
Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)
Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky University, Estados Unidos
Robson Laverdi (UEPG)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)